

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Matheus Mazzilli Pereira

ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO, LÓGICAS DE AÇÃO E DINÂMICAS
INTERATIVAS: DILEMAS EM INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS DIREITOS
ANIMAIS E A GRANDE MÍDIA

Porto Alegre
2014

Matheus Mazzilli Pereira

ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO, LÓGICAS DE AÇÃO E DINÂMICAS
INTERATIVAS: DILEMAS EM INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS DIREITOS
ANIMAIS E A GRANDE MÍDIA

Dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre
2014

Matheus Mazzilli Pereira

ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO, LÓGICAS DE AÇÃO E DINÂMICAS
INTERATIVAS: DILEMAS EM INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO DOS DIREITOS
ANIMAIS E A GRANDE MÍDIA

Dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em sociologia.

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Marcelo Kunrath Silva
(Universidade Federal
do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. _____

Breno Marques Bringel
(Universidade do Estado
do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. _____

Carlos José Naujorks
(Universidade Federal
de Santa Catarina)

Prof. Dr. _____

Fernando Coutinho Cotanda
(Universidade Federal
do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meus familiares, que me deram todo o suporte necessário para o desenvolvimento não apenas desse trabalho, mas de toda minha trajetória pessoal e profissional.

Agradeço também a todos os meus amigos que estiveram ao meu lado, distraíndo-me temporariamente da sociologia nos momentos necessários por meio de conversas, jogos de futebol e projetos musicais.

Agradeço a todos os meus colegas do curso de mestrado em sociologia, que contribuíram para o crescimento desse trabalho e, particularmente, a meus colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, que fomentaram discussões essenciais para o desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço também a todos os militantes de direitos animais que sempre me receberam com muito carinho e atenção e que se dispuseram a contar suas histórias, seus dilemas e seus conflitos a mim. Sem a participação e o trabalho desses ativistas, essa dissertação não existiria e não faria sentido. Espero, sinceramente, que as análises aqui descritas possam contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de sua luta.

Resumo: Esse trabalho analisa a construção de diferentes formas de enquadramento interpretativo de ativistas do movimento dos direitos animais em interações com a grande mídia. Por meio de uma análise de molduras, são estudados perfis de organizações desse movimento social, assim como casos específicos desse tipo de interação. Teóricos da abordagem do enquadramento interpretativo identificam um dilema central vivenciado por militantes de movimentos sociais que optariam ora por uma postura “estratégica” e ora por uma postura “ideológica”. Em uma crítica ao conceito de “estratégia”, esse trabalho desenvolve uma classificação de molduras baseada na adequação imaginada dessas interpretações às situações às quais se referem. Dessa forma, esse dilema é reinterpretado em termos de um dilema entre a utilização de categorias vistas como mais ou menos adequadas para a classificação das situações, tendo em vista a possibilidade de que aquelas categorias vistas como as mais apropriadas não sejam simpáticas ou compreensíveis ao interlocutor. As respostas a esse dilema devem variar de acordo com três tipos objetivos gerais de curto prazo estipulados de acordo com determinadas combinações de lógicas de ação: construir problemas sociais, conquistar resultados práticos e defender identidades coletivas. No caso do movimento dos direitos animais, essas combinações de lógicas de ação dão origem a três tipos de ativismo: o abolicionismo construcionista, o abolicionismo pragmático e o abolicionismo identitário. As decisões dos militantes devem variar, ainda, de acordo com as dinâmicas interativas peculiares a cada interação na qual estão inseridos. Cinco dinâmicas interativas relevantes para esse processo são identificadas: a atribuição de características ao interlocutor; a antecipação do impacto do enquadramento; as intenções dos atores; a adequação à situação de fala; e o desempenho de um papel social. Assim, dinâmicas pré-interativas e interativas levam ativistas a desenvolver soluções distintas para o dilema do enquadramento interpretativo nos casos analisados.

Palavras-Chave: movimentos sociais; enquadramento interpretativo; dilema de enquadramento; lógicas de ação; direitos animais; grande mídia.

Abstract: This work analysis the construction of different forms of framing developed by animal rights activists in interactions with the mass media. Through a frame analysis, this social movement's organizations' profiles are analyzed, as well as specific cases of this kind of interaction in a comparative perspective. Scholars of the framing perspective identify a central dilemma that social movement's activists experience between a "strategic" position and an "ideological" attitude. In a critic of the concept of "strategy", this work develops a classification of the frames based on the imagined adequacy of these interpretations to the situations to which they refer. Therefore, this dilemma is reinterpreted in terms of a dilemma between the use of categories seen as more or less adequate for the classification of the situations, knowing that there is a possibility that those categories seen as the most appropriate are not appealing or apprehensible to the interlocutor. The answers to this dilemma must vary according to three types of short-term general goals defined by the given "logics of action combinations": construct social problems, conquer practical results and defend collective identities. In the case of the animal rights, these logics of action combinations are the origins of three types of activism: the constructionist abolitionism, the pragmatic abolitionism and the identity abolitionism. The activist's decision must vary, also, according to the peculiar interactive dynamics of each interaction in which they are inserted. Five interactive dynamics that are relevant to this process are identified: the attribution of characteristics to the interlocutor; the anticipation of the framing impact; the intentions of the actors; the adequacy to the speech situation; and the social role's performance. Thereby, pre-interactive dynamics and interactive dynamics both lead activists to develop distinct solutions for the framing dilemma in the analyzed cases.

Keywords: social movements; framing; framing dilemma; logics of action; animal rights, mass media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Proposta Teórica Geral: Dinâmicas Pré-Interativas, Interativas e Enquadramento Interpretativo	20
Figura 2 - Tipos de Molduras Interpretativas de acordo com sua Adequação Imaginada para a Classificação das Situações a que se Dirigem e com a Importância da Agência Intencional..	57
Figura 3 – Dinâmicas Pré-Interativas: Lógicas de Ação, Objetivos Gerais, Tendência de Enquadramento e Enquadramento Interpretativo	65
Figura 4 - Moldura Interpretativa da Ação Coletiva dos Direitos Animais de Acordo com suas Molduras Ideológicas e Identitárias e suas Molduras Periféricas e Fabricações mais Comuns	85
Figura 5 - O Abolicionismo Construcionista: objetivos construcionistas e tendência conceitual de enquadramento	103
Figura 6 - O Abolicionismo Pragmático: objetivos pragmáticos e tendência retórica de enquadramento.....	124
Figura 7 - O Abolicionismo Identitário: objetivos identitários e tendência identitária de enquadramento.....	141
Figura 8 - Sistematização das Organizações Estudadas de Acordo com as Combinações de Lógicas de Ação	146
Figura 9 – Dinâmicas Pré-Interativas aplicadas à Interação com a Grande Mídia.....	157
Figura 10 - Dinâmicas Interativas: Atribuição de Características ao(s) Interlocutor(es), Antecipação do Impacto do Enquadramento, Estabelecimento de Intenções, Adequação à Situação de Fala, Desempenho de Papel Social e Enquadramento Interpretativo	161
Figura 11 - Reprodução Parcial do Artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”	168
Figura 12 - Intenções Construcionistas na Interação que Origina o Artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”	173
Figura 13 - Caracterização Mista dos Interlocutores e Ceticismo Relativo em Relação ao Impacto do Enquadramento Ideológico na Mídia e nos Leitores	181
Figura 14 - Situação de Fala da Seção de Artigos e Desempenho do Papel Epistêmico	187
Figura 15 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Ideológicas na Interação que Origina o artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”	188
Figura 16 – Caracterização da Mídia por meio de Problemas Institucionais e Antecipação de Impacto Educativo e de Formação de Opinião do Enquadramento Ideológico	200
Figura 17 - Desempenho do Papel Jornalístico e Situação de Fala em Agências de Notícias	205

Figura 18 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Ideológicas no caso da Agência de Notícias de Direitos Animais	206
Figura 19 - Reprodução Parcial da Reportagem “Pressão pelo fim das carroças”	209
Figura 20 - Intenções Pragmáticas na Interação que Origina a Reportagem “Pressão pelo fim das carroças”	210
Figura 21 - Caracterização Cética dos Interlocutores, Antecipação de Impactos Negativos das Molduras Ideológicas e de Impactos Positivos da Proteção e da Tradição na Mídia e nos Leitores.....	225
Figura 22 - Caracterização Cética dos Interlocutores, Antecipação de Impacto Negativo das Molduras Ideológicas e de Impactos Positivos da Proteção e da Tradição nos Representantes Políticos e Seleção dos Interlocutores Relevantes.....	231
Figura 23 - Desempenho do Papel de Militante “Moderado” e Reconsiderações Estratégicas.....	235
Figura 24 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Periféricas e Fabricações na Interação que Origina a Notícia “Pressão pelo fim das carroças”	237
Figura 25 - Desempenho dos Papéis “Vegano” e Epistêmico.....	243
Figura 26 - Intenções Identitárias das Jornalistas e dos Militantes na Interação que Origina a Reportagem “Como ser vegano na terra do churrasco”	246
Figura 27 - Situação de Fala em Caderno Dominical de Comportamento	254
Figura 28 - Caracterização Mista da Mídia e dos Leitores e Impacto Positivo Condicionado do Enquadramento por Molduras Identitárias	261
Figura 29 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Identitárias na Interação que Origina a Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco”	263
Figura 30 - “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias	296
Figura 31 - Dimensões Empíricas Acopladas ao “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias	297
Figura 32 - Criação de Novos Nós Mediadores no “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias	298
Quadro 1 - Descrição dos Entrevistados da Primeira Etapa de Pesquisa.....	21
Quadro 2 - Descrição dos Militantes e Veganos Entrevistados da Segunda Etapa de Pesquisa.....	22
Quadro 3 - Descrição dos Jornalistas Entrevistados da Segunda Etapa de Pesquisa	24
Quadro 4 - Resumo das Combinações de Lógicas de Ação e Objetivos Gerais Imediatos	44

Quadro 5 - Tendências de Enquadramento Interpretativo de acordo com o Uso das Molduras Ideológicas, Identitárias, Periféricas e Fabricações	63
Quadro 6 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Primeira Etapa de Pesquisa	288
Quadro 7 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista com Militantes e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Segunda Etapa de Pesquisa.....	293
Quadro 8 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista com Jornalistas e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Segunda Etapa de Pesquisa	294

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALF	<i>Animal Liberation Front</i>
ANDA	Agência de Notícias de Direitos Animais
CAQDAS	<i>Computed-Assisted Data Analysis Software.</i>
CMA	<i>Civic Media Advocacy</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
GAE	Grupo pela Abolição do Especismo
MIAC	Moldura Interpretativa da Ação Coletiva
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
PA	Princípio Animal
PETA	<i>People for Ethical Treatment of the Animals</i>
POA Melhor	Porto Alegre Melhor
SEDA	Secretaria Especial de Direitos Animais
SVB	Sociedade Vegetariana Brasileira
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teorias dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
VAL	Vanguarda Abolicionista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

PARTE 1 - DINÂMICAS PRÉ-INTERATIVAS

1 O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS? ANTAGONISMOS TEÓRICOS E DILEMAS EMPÍRICOS	29
1.1 UMA SOCIOLOGIA DIVIDIDA: ENTRE CRÍTICAS E BENEFÍCIOS, ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE	30
1.2 QUEBRANDO DICOTOMIAS: UM OLHAR PARA AS LÓGICAS DE AÇÃO	35
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E O DILEMA DO ENQUADRAMENTO	46
2.1 O QUE HÁ ALÉM DA ESTRATÉGIA? (IN)DEFINIÇÕES CONCEITUAIS NA PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO	49
2.2 O DILEMA DO ENQUADRAMENTO: LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO	58
3 O MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS: MOLDURAS IDEOLÓGICAS, IDENTITÁRIAS, PERIFÉRICAS E FABRICAÇÕES	66
3.1 O MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS E SEUS (QUASE) CONSENSOS: MOLDURAS IDEOLÓGICAS E IDENTITÁRIAS DA ABOLIÇÃO ANIMAL	66
3.2 PROTEÇÃO ANIMAL, EMOÇÕES, MEIO AMBIENTE E SAÚDE HUMANA: ENTRE MOLDURAS IDEOLÓGICAS E FABRICAÇÕES	74
3.3 REFORMA E/OU REVOLUÇÃO?: O PROBLEMA DO BEM-ESTAR	81
4 OS ABOLICIONISMOS DA CAUSA ANIMAL: MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS, LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO	88
4.1 O ABOLICIONISMO CONSTRUCIONISTA: CONSTRUIR, ATRAIR, CONQUISTAR	88
4.2 O ABOLICIONISMO PRAGMÁTICO: CONQUISTAR, CONSTRUIR, ATRAIR	105

4.3 O ABOLICIONISMO IDENTITÁRIO: ATRAIR, CONSTRUIR, CONSQUISTAR	125
4.4 RELATIVIZANDO AS COMBINAÇÕES DE LÓGICAS DE AÇÃO	142

PARTE 2 - DINÂMICAS INTERATIVAS

5 MOVIMENTOS SOCIAIS EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA.....	149
5.1 O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A GRANDE MÍDIA?: LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO	150
5.2 A REPRESENTAÇÃO: DINÂMICAS INTERATIVAS E PECULARIDADES DA INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA.....	158
6 ABOLICIONISMO CONSTRUCIONISTA MILITANTE EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA: “GAÚCHOS AMAM E MALTRATAM OS ANIMAIS”	166
6.1 DESCONSTRUINDO TRADIÇÕES, CONSTRUINDO PROBLEMAS: ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E INTENÇÕES CONSTRUCIONISTAS	166
6.2 CETICISMO RELATIVO: CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO.....	173
6.3 ARTIGOS OPINATIVOS E ESPECIALISTAS ACADÊMICOS: SITUAÇÃO DE FALA E PAPEL SOCIAL.....	182
7 CONTRUCIONISMO JORNALÍSTICO EM INTERAÇÃO COM A MÍDIA: O CASO DA ANDA	189
7.1 “INFORMAR PARA TRANSFORMAR”: ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E OBJETIVOS CONSTRUCIONISTAS	189
7.2 A ANDA COMO <i>CIVIC MEDIA ADVOCACY</i> : CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO.....	193
7.3 O JORNALISMO PROFISSIONAL: SITUAÇÃO DE FALA E PAPEL SOCIAL ...	201
8 ABOLICIONISMO PRAGMÁTICO EM INTERAÇÃO COM A MÍDIA: “PRESSÃO PELO FIM DAS CARROÇAS”	207
8.1 “PREFEITO: AGORA ESTÁ EM SUAS MÃOS O DESTINO DE UM DOS SÍMBOLOS DO RS”: INTENÇÕES PRAGMÁTICAS E ENQUADRAMENTO POR MOLDURAS NÃO IDEOLÓGICAS	208

8.2 A ÉTICA COMO UM BARCO A VELA: CARACTERÍSTICAS DA GRANDE MÍDIA, DOS LEITORES, IMPACTO DO ENQUADRAMENTO E SITUAÇÃO DE FALA.....	216
8.3 A POLÍTICA COMO PAINEL DE PRESSÃO: CARACTERÍSTICAS DOS POLÍTICOS, DOS ADVERSÁRIOS E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO	225
8.4 A METAMORFOSE: PAPEL SOCIAL E RECONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS	232
9 ABOLICIONISMO IDENTITÁRIO EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA: “COMO SER VEGANO NA TERRA DO CHURRASCO”	238
9.1 DIVULGANDO E DEFENDENDO O VEGANISMO: INTENÇÕES IDENTITÁRIAS, PAPEL SOCIAL E ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO	239
9.2 “UM ASSUNTO LEVE PARA UM CADERNO DE DOMINGO”: SITUAÇÃO DE FALA.....	252
9.3 SURPRESAS AGRADÁVEIS E POSSIBILIDADES DE ATRAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO.....	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	274
APÊNDICE METODOLÓGICO - UMA ANÁLISE DE MOLDURAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA.....	283
APÊNDICES	300
ANEXOS.....	319

INTRODUÇÃO

No ano de 2010, em meio às festividades anuais de celebração do tradicionalismo gaúcho no mês de setembro, os leitores do jornal Zero Hora se deparam com uma crítica à sua amada tradição na seção opinativa desse veículo de comunicação. Tratava-se de um artigo produzido pela antropóloga e filósofa Nazareth, no qual os leitores são questionados a respeito da pretensa imutabilidade das tradições. A escritora apresenta uma forte crítica a um aspecto da dita tradição gaúcha, o uso de animais para a satisfação de interesses humanos que pode ser exemplificado pela morte de bois e porcos para a produção de churrasco.

No mês de junho de 2011, leitores desse mesmo jornal são apresentados, ainda, a um grupo de pessoas que, apesar de viver em um estado brasileiro comumente caracterizado pela atividade pecuária e pelo consumo de carne, se recusa a ingerir qualquer produto de origem animal, até mesmo leite e ovos. Esse grupo de indivíduos, que se auto-intitulam “veganos”, recusa, ainda, a utilização de cosméticos que sejam testados em animais. A dúvida da repórter, apresentada no título da matéria produzida, parece pertinente: “Como ser vegano na terra do churrasco?”.

Um leitor atento poderia estranhar esse suposto antagonismo entre a tradição gaúcha e a defesa animal. Apenas alguns anos antes, em agosto de 2008, um grupo denominado Porto Alegre Melhor (POA Melhor) utiliza o apelo ao sentimento de pertencimento ao estado do Rio Grande do Sul como motivador para a defesa dessa causa. Como parte de uma campanha pela sanção de uma lei municipal que proíbe o trânsito de carroças com tração animal na cidade de Porto Alegre (geralmente caracterizado pelo uso de cavalos nesse trabalho), ativistas produzem um *outdoor* exposto em uma movimentada rua dessa cidade reproduzido pelo jornal Correio do Povo. Nesse anúncio, a seguinte frase poderia ser lida: “Prefeito: agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do RS”.

Esse mesmo leitor atento, provavelmente, não imaginaria que os militantes por trás das três notícias citadas que expõem argumentos tão diferentes integram um mesmo movimento social emergente no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, o movimento dos direitos animais. Mas como explicar que indivíduos que compartilham um mesmo projeto de transformação de sociedade possam transmitir mensagens tão distintas, tais como a crítica abstrata à tradição, a demonstração empírica de hábitos alternativos aos costumes locais e o apelo à tradição em nome da defesa dos animais?

Por trás dessas diferenças aparentes ao leitor imaginário citado nesse trabalho, as organizações de defesa de direitos animais compartilham uma perspectiva. Militantes de desse

movimento alegam que há uma desigualdade moralmente injustificável estabelecida nas relações atuais entre animais humanos e não humanos. Essa desigualdade, nominada pelos militantes de “especismo”, se torna aparente quando se observa que aos animais não humanos são negados direitos que seriam considerados básicos aos humanos, tais como o direito à vida e a liberdade. Dessa forma, a sociedade humana estaria comprometida com a “exploração animal”, ou seja, com o conjunto de atividades baseadas na violação dos direitos animais, tais como o consumo de alimentos de origem animal (carne, ovos, leite, derivados e etc.), a utilização de testes em animais para pesquisas científicas, a utilização de peles de animais para a produção de vestimentas humanas, entre outros. Tendo em vista esse diagnóstico, ativistas de direitos animais lutam pela abolição de todas as formas de exploração animal, sendo por isso também denominados de “abolicionistas”.

Tendo em vista o problema do especismo, abolicionistas aderem a um conjunto de práticas que, ao mesmo tempo, se reproduzido em grande escala, geraria o fim da exploração animal, sendo a solução para esse problema e, no nível individual, consiste em uma identidade que garante o afastamento do indivíduo desse tipo de exploração: o veganismo. O veganismo se caracteriza pela recusa ao consumo de qualquer tipo de produto ou serviço que esteja baseado na exploração animal. Dessa forma, veganos mantêm uma alimentação vegetariana no seu sentido estrito (sem leites, ovos, derivados, etc.), não utilizam produtos testados em animais, não comparecem a eventos de entretenimento baseados na exposição de animais (tais como circos ou espetáculos aquáticos), entre outros.

De fato, o problema apontado pelos militantes abolicionistas parece ganhar grandes proporções no Brasil, país no qual a atividade pecuária tem importância econômica significativa. Segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹, no ano de 2012 a quantidade de bovinos pertencentes a rebanhos no país era de mais de 221 milhões de animais, a quantidade de suínos em rebanhos era maior do que 38 milhões de animais e o número de galos, frangas, frangos ou pintos em rebanhos ultrapassava o número de um trilhão e trinta e dois milhões de indivíduos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012). Se esses dados são pensados no ponto de vista dos direitos animais, que não identifica diferenças moralmente relevantes entre animais humanos e não humanos, isso significa que, no Brasil, no ano de 2012, sendo considerados apenas essas espécies de animais, aproximadamente um trilhão e duzentos e noventa milhões de indivíduos estiveram à disposição de animais humanos para

¹ Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2012/default_pdf.shtm.

serem sistematicamente mortos, mantidos enclausurados ou submetidos a quaisquer condições estipuladas pelos seus donos apenas para a satisfação de interesses humanos, tais como a obtenção de lucro ou a satisfação de desejos alimentares.

Embora recente no Brasil, esse movimento tem uma longa trajetória no cenário internacional desde a década de 1970 (GARNER, 1998). Uma das maiores organizações de defesa dos direitos animais no mundo, a norte-americana *People for Ethical Treatment of the Animals*² (PETA), dispunha no ano de 2012, por exemplo, de um orçamento de mais de trinta milhões de dólares que tinha como principal origem doações de simpatizantes (PETA, 2013). Outro exemplo da relevância desse movimento no cenário internacional é o coletivo abolicionista de ação direta *Animal Liberation Front* (ALF)³, caracterizado pela invasão de estabelecimentos nos quais ocorre algum tipo de exploração animal - como laboratórios de pesquisa que efetuam testes em animais - realizada para a libertação desses indivíduos. Essa organização é descrita pela Agência Federal de Investigação norte-americana (FBI), por exemplo, como um “grupo terrorista cujo propósito é produzir mudanças sociais e políticas por meio do uso da força e da violência” (JARBOE, 2002), tendo sido alvo de investigações dessa agência estatal principalmente durante a década de 1990, segundo informações do *site* do FBI. Organizações desse movimento surgem no Brasil na década de 2000 e, como exposto anteriormente, ativistas abolicionistas têm conquistado ao longo da última década espaços, ainda que restritos, na grande mídia.

Como demonstram as diferenças nas formas pelas quais a mensagem em defesa da abolição animal é transmitida por meio da grande mídia nas notícias citadas no início dessa introdução, esse movimento emergente apresenta desde já conflitos internos e discordâncias estratégicas. Alguns militantes concentram seu ativismo na divulgação de noções como “especismo”, “exploração animal” e “abolicionismo”, focando-se, portanto, na divulgação de um problema social por eles identificado. Outros ativistas concentram sua militância na divulgação do veganismo, o estilo de vida que pode ser considerado, ao mesmo tempo, a solução para o problema identificado e a identidade dos militantes. Ainda, outros militantes podem considerar a obtenção de resultados práticos imediatos relacionados a formas específicas de exploração animal como o objetivo central da militância, em oposição à divulgação de um estilo de vida ou do diagnóstico de um problema social. É provável, portanto, que essas diferenças nos objetivos de curto prazo estipulados pelos militantes

² Em português, “Pessoas em Defesa do Tratamento Ético para os Animais” (tradução livre).

³ Em português, “Frente de Libertação Animal” (tradução livre).

abolicionistas estejam relacionadas às diferenças entre as mensagens por eles produzidas em sua interação com a grande mídia.

As mensagens produzidas por ativistas de movimentos sociais são compreendidas nesse trabalho por meio do conceito de “molduras interpretativas da ação coletiva” (MIAC). Esse conceito tem como origem a noção de “enquadramento interpretativo” desenvolvida pelo sociólogo interacionista Erving Goffman (1986). De acordo com esse autor, molduras interpretativas são “princípios de organização que governam eventos (...) e nosso envolvimento subjetivo neles”, auxiliando o ator a organizar sua experiência social por meio da classificação das situações por ele vivenciadas (GOFFMAN, 1986, p.10, tradução livre). Estudiosos da ação coletiva se apropriam desse conceito no intuito de compreender a dimensão fenomenológica da mobilização coletiva, cunhando o conceito de MIAC. Segundo Benford e Snow (2000) MIACs são um tipo de moldura interpretativa utilizado por ativistas de movimentos sociais para classificar situações com intuito de “mobilizar potenciais aderentes e constituintes, garantir apoio dos espectadores e desmobilizar antagonistas” (SNOW; BENFORD, 1988, p.198 *apud* BENFORD; SNOW, 2000, p.614, tradução livre).

Segundo a literatura, a utilização desses símbolos de mobilização, no entanto, não ocorre sem conflitos internos. Um dilema principal é identificado pelos teóricos da ação coletiva. Segundo os autores que se utilizam dessa abordagem teórica, molduras interpretativas têm maior potencial de serem consideradas interpretações relevantes sobre as situações em pauta pelos interlocutores dos atores que as mobilizam quando contém elementos que as aproximam de interpretações largamente aceitas e difundidas na sociedade. Na medida em que, em geral, as molduras dos movimentos sociais contestam a “cultura vigente”, essas interpretações teriam um potencial baixo de aceitação por parte dos interlocutores dos ativistas. Militantes se vêem, assim, frente a um dilema. Por um lado, podem optar por se manter “fieis” a suas molduras, correndo o risco de não serem aceitos ou compreendidos de forma imediata por seus interlocutores, o que a literatura, em geral, classifica como uma postura “ideológica”. Por outro lado, ativistas podem mesclar suas molduras com interpretações socialmente estabelecidas e valorizadas, ou até mesmo abandoná-las temporariamente substituindo-as por essas mensagens socialmente “aceitas”, correndo o risco de não transmitir a mensagem contestadora que motiva a ação dos militantes, uma postura geralmente classificada pela literatura como “estratégica” (BENFORD; SNOW, 2000; HEWITT; McCAMMON, 2005; NOAKES; JOHNSTON, 2005; TARROW, 2009). Mas que fatores levam ativistas a fornecerem respostas distintas a esse dilema comum?

Esse trabalho defende que os diversos objetivos de curto prazo desenvolvidos por ativistas e organizações de movimentos sociais têm um impacto significativo nessa escolha, que nem sempre é feita de forma completamente reflexiva. A sociologia da ação coletiva tem sua história marcada por antagonismos entre concepções distintas acerca dos objetivos dos movimentos sociais. Por um lado, a tradição norte-americana da sociologia da ação coletiva enfatiza a obtenção de resultados práticos e materiais para ativistas ou para os beneficiários de sua militância em sua interação com o Estado (ALONSO, 2009; COHEN, 1985; McADAM, 1982; MCCARTHY; ZALD, 1977). Por outro lado, as teorias desenvolvidas no continente europeu enfatizam a crítica social e a defesa de identidades coletivas contestadoras, situando os objetivos dos ativistas no nível simbólico e nas interações entre militantes e sociedade civil (ALONSO, 2009; COHEN, 1985; MELUCCI, 1989; TOURAINE, 1977).

Nos últimos anos, diversos sociólogos da ação coletiva têm tentado estabelecer conexões entre a lógica prática de obtenção de resultados imediatos por parte de ativistas e a lógica simbólica de construção de uma crítica social abstrata e da luta pelo reconhecimento de identidades marginalizadas, em uma busca pela quebra das dicotomias estabelecidas no campo (AUYERO, 1999; QUIRÓS, 2009). Dentre os sociólogos que desenvolveram perspectivas sintéticas, esse trabalho baseia-se, principalmente, na noção de combinação de lógicas de ação desenvolvida por Dubet (1996). Segundo esse autor, ativistas de movimentos sociais – assim como todos os indivíduos – vivenciam uma constante tentativa de combinar três lógicas de ação básicas que se encontram afastadas na vida contemporânea. Essas lógicas são: a lógica da integração, relacionada ao sentimento de pertencimento a uma identidade; a lógica da estratégia, relacionada à obtenção de benefícios para os atores de acordo com as regras estabelecidas pelo contexto social; e a lógica da subjetivação, relacionada à crítica cultural e à construção de um novo projeto de sociedade. Ao tentar combinar essas lógicas, que, muitas vezes, se apresentam como antagônicas, os indivíduos vivem um constante dilema podendo priorizar uma em detrimento de outras sem, no entanto, negar a importância daquelas lógicas subordinadas (DUBET, 1996). Dessa forma, espera-se que organizações de movimentos sociais desenvolvam distintas combinações entre essas lógicas de ação, estabelecendo, assim, distintos objetivos de curto prazo para suas atividades de militância. Para cada objetivo, uma forma de utilização da MIAC do movimento deve ser empregada como um “padrão” prévio de enquadramento, o que se denomina nesse trabalho de “tendência de enquadramento interpretativo”.

Porém, de acordo com as premissas do próprio conceito de MIAC, os processos de enquadramento interpretativo não podem ser compreendidos apenas pela existência de

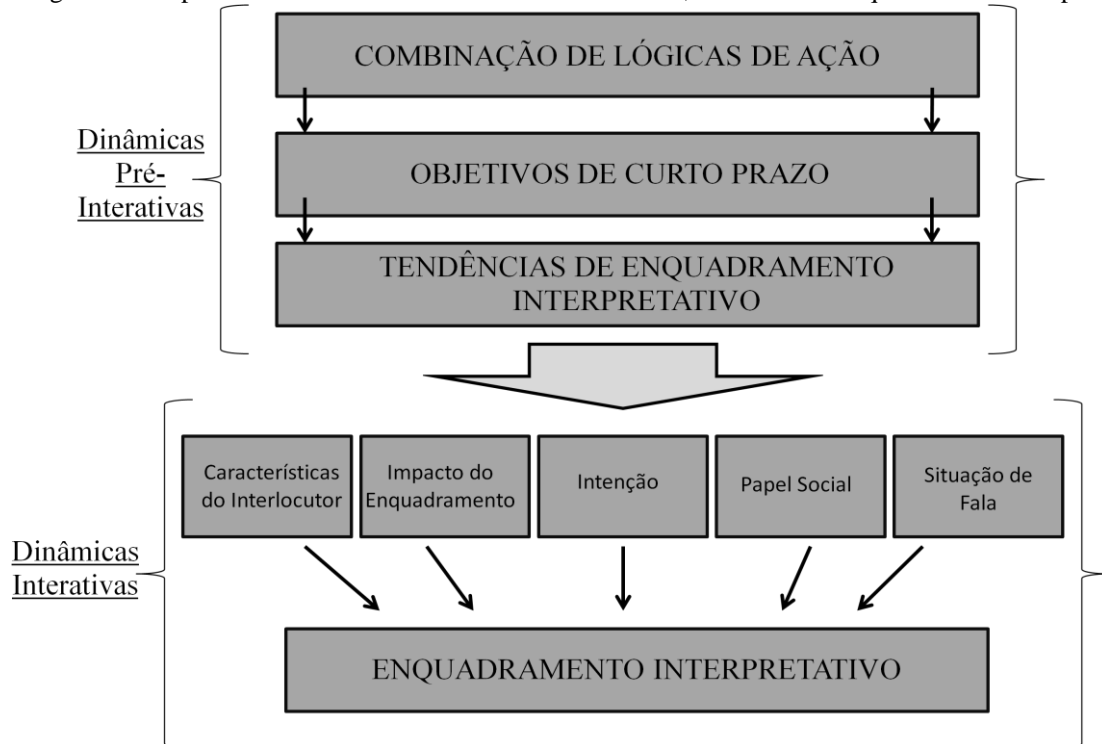
preferências pessoais ou disposições prévias dos atores. Pelo contrário, as dinâmicas interativas peculiares de cada interação devem afetar de forma decisiva os rumos dos processos de enquadramento interpretativo desenvolvidos por ativistas de movimentos sociais. São essas dinâmicas que tornaram possível (ou não) que tendências de enquadramento interpretativo se transformem em um enquadramento interpretativo efetivamente empregue. Dessa forma, a resposta ao dilema do enquadramento da ação coletiva apresentado nesse trabalho deve ser compreendida também como dependente das características peculiares de cada interação. Nesse trabalho, cinco dimensões das dinâmicas interativas são analisadas no intuito de compreender seus efeitos sobre o enquadramento desenvolvido por ativistas em cada caso anteriormente citado: a atribuição de características ao interlocutor; a antecipação do impacto do enquadramento; o papel social desempenhado pelo ator; a intenção do ator na interação; e a situação de fala na qual os indivíduos estão inseridos (GOFFMAN, 1989; JOHNSTON, 2000; 2005).

A partir dessas considerações teóricas, as diferentes mensagens transmitidas por ativistas de direitos animais à grande mídia expostas no início dessa introdução podem ser analisadas de forma mais aprofundada. As inquietações iniciais podem, assim, se transformar em um problema de pesquisa. *Como ativistas definem (de forma reflexiva ou não) o enquadramento interpretativo utilizado em suas interações com a grande mídia respondendo ao dilema de enquadramento interpretativo?*⁴

A proposta geral desse trabalho, construída e desenvolvida ao longo e como resultado do processo de pesquisa empírica, pode ser deduzida das considerações teóricas já expostas. Seu argumento principal sugere que tanto dinâmicas pré-interativas como dinâmicas interativas afetam as respostas dos militantes a esse dilema. No que tange às dinâmicas pré-interativas, espera-se que três diferentes combinações de lógicas de ação (cada uma valorizando um tipo de lógica de ação) gerem três tendências distintas de enquadramento interpretativo (que podem ser classificadas de acordo com a maior ou menor utilização de molduras vistas pelos ativistas como “as mais apropriadas” para a definição do problema identificado e das identidades assumidas). As dinâmicas particulares de cada interação, no entanto, podem restringir ou facilitar a utilização de cada uma dessas tendências de enquadramento. Essa proposta geral pode ser ilustrada por meio da Figura 1.

⁴ É importante ressaltar que o enquadramento interpretativo analisado nesse trabalho não é aquele efetuado pelo jornalista tendo o público leitor como interlocutor, ou seja, o resultado final da matéria em forma de texto publicado. Esse trabalho analisa o enquadramento interpretativo fornecido pelos ativistas aos jornalistas (possivelmente, também tendo em vista o público leitor) nas interações entre esses atores que constituem o próprio processo de construção das notícias, anterior à redação do texto final publicado.

Figura 1 – Proposta Teórica Geral: Dinâmicas Pré-Interativas, Interativas e Enquadramento Interpretativo



Fonte: autoria própria.

Com o intuito de verificar a pertinência dessa proposta teórica para a compreensão dos processos empiricamente observados, o objetivo geral da pesquisa pode ser estabelecido: compreender como dinâmicas pré-interativas (combinações de lógicas de ação e tendências de enquadramento interpretativo) e dinâmicas interativas afetam a resposta dos ativistas a dilemas no processo de enquadramento interpretativo. De forma específica, no nível pré-interativo, é necessário identificar e descrever as diferentes formas de combinações de lógicas de ação encontradas no movimento pelos direitos animais e suas respectivas tendências de enquadramento interpretativo, assim como classificar a MIAC desse movimento de acordo com a adequação imaginada pelos ativistas das categorias pra a descrição de sua luta e de sua identidade. No que tange às cinco dimensões das dinâmicas interativas citadas, deve ser compreendida a forma como cada uma delas afeta as preferências organizativas ou individuais pré-interativas já estabelecidas e as respostas dos militantes ao dilema do enquadramento interpretativo.

Para que esses objetivos fossem alcançados, foi analisada a atuação de cinco organizações abolicionistas (por ordem alfabética): a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), fundada em 2008 em São Paulo; o Grupo pela Abolição do Especismo (GAE), fundado em 2005 em Porto Alegre; a organização Princípio Animal (PA), fundada em 2011

também na capital gaúcha; o Grupo Porto Alegre da Sociedade Vegetariana Brasileira, fundado em 2005 (SVB)⁵; e a Vanguarda Abolicionista (VAL), fundada em 2008 também em Porto Alegre. A pesquisa empírica foi dividida em duas etapas.

A primeira dessas etapas teve como objetivo a produção de dados sobre as dinâmicas pré-interativas. Primeiramente, foi realizado um levantamento de notícias que contavam com a participação de militantes abolicionistas publicadas nos maiores jornais do estado do Rio Grande do Sul. Essas notícias foram apresentadas como estímulo em entrevistas semi-estruturadas com lideranças das organizações abolicionistas analisadas que buscavam produzir dados sobre as diferentes combinações de lógicas de ação, as diferentes estratégias de enquadramento interpretativo em interações com a mídia e as diferentes formas de classificar os elementos presentes na MIAC dos direitos animais. Foram entrevistados os seguintes militantes (Quadro 1).

Quadro 1 - Descrição dos Entrevistados da Primeira Etapa de Pesquisa

Pseudônimo	Descrição	Vínculo Organizativo	Profissão	Idade (anos)
Davi	Vegano, ativista de direitos animais e fundador da PA.	PA	Filósofo	32
Felipe	Vegano, ativista de direitos animais e fundador da VAL.	VAL	Jornalista	39
Ingrid	Vegana, ativista de direitos animais e fundadora da PA.	PA	Designer	23
Nazareth	Vegana, ativista de direitos animais e fundadora do GAE.	GAE	Professora de Filosofia	52
Pedro	Vegano, ativista de direitos animais e coordenador da SVB Grupo Porto Alegre.	SVB	Bacharel em Letras	37
Silvana	Vegana, ativista de direitos animais e fundadora da ANDA	ANDA	Jornalista	49

Fonte: autoria própria.

Já a segunda etapa da pesquisa empírica se dedicou à produção de dados sobre as dinâmicas interativas que afetam os processos de enquadramento interpretativo. Foram selecionadas notícias que exemplificavam as diferentes combinações de lógicas de ação e as

⁵ Nesse trabalho a sigla SVB se refere ao grupo porto-alegrense dessa organização. Em casos em que outros grupos são referidos, é acoplada informação adicional à sigla, como no caso da “SVB Nacional” se referindo à organização central que coordena os grupos locais. Em alguns casos, para reforçar a referência ao grupo local refere-se a essa organização por meio da expressão “SVB Grupo Porto Alegre”.

diferentes tendências de enquadramento interpretativo identificadas na primeira etapa de pesquisa: o artigo “Gaúchos amam e maltratam os animais”; a reportagem “Pressão pelo fim das carroças”; e a matéria “Como ser vegano na terra do churrasco”, todas descritas na parte inicial dessa introdução. Esses casos de interação entre militantes e representantes da grande mídia foram estudados em profundidade nessa etapa, assim como foi realizada uma análise geral da atuação da ANDA. Para isso, foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas junto aos militantes e jornalistas envolvidos nessas interações que buscavam produzir dados acerca das cinco dimensões das dinâmicas interativas citadas⁶. Os seguintes jornalistas e militantes foram entrevistados (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Descrição dos Militantes e Veganos Entrevistados da Segunda Etapa de Pesquisa

Pseudônimo	Descrição	Matéria ⁷	Vínculo Organizativo	Profissão	Idade (anos)
Alexandre	Ativista de direitos animais e membro da coalizão de ativistas POA Melhor.	PPFC	POA Melhor	Micro empresário	52
Carolina	Vegana e membro de uma organização de proteção animal que defende gatos localizados em um parque de Porto Alegre. Carolina possui um <i>blog</i> sobre cosméticos veganos.	CVTC	Gatos da Redenção (organização de proteção animal).	Jornalista	38
Davi	Vegano, ativista de direitos animais, fundador da PA e membro da POA Melhor.	PPFC	PA e POA Melhor	Filósofo	32
Felipe	Vegano, ativista de direitos animais, fundador da VAL e membro da POA Melhor	PPFC	VAL e POA Melhor	Jornalista	39
Ingrid	Vegana, ativista de direitos animais, fundadora da PA e membro da POA Melhor.	PPFC	PA	Designer	23

⁶ Muitas dessas dimensões das dinâmicas foram identificadas por meio dessa etapa de pesquisa empírica, não estando presentes no esquema hipotético inicial.

⁷ A sigla “GAMA” se refere ao artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”; a sigla “PPFC” se refere à reportagem “Pressão pelo Fim das Carroças”; a sigla “CVTC” se refere à reportagem “Como ser vegano na terra do churrasco”; já a sigla “ANDA” se refere à organização ANDA cuja atuação foi analisada de forma geral, e não tendo-se como referência uma interação específica.

Marli	Vegana, antiga dona de restaurante vegano com ativismo eventual anterior ao período de pesquisa. Mãe de um menino em cuja gestação se manteve vegana. O menino será criado vegano.	CVTC	Sem vínculo organizativo	Técnica em Química	28
Nazareth	Vegana, ativista de direitos animais e fundadora do GAE.	GAMA	GAE	Professora de Filosofia	52
Nina	Vegana, ativista de direitos animais, fundadora da VAL e membro da POA Melhor.	PPFC	VAL e POA Melhor	Bióloga	34
Paulo	Ovo-lacto vegetariano, dono de uma empresa que produz alimentos veganos. Sem histórico de ativismo em direitos animais.	CVTC	Sem vínculo organizativo	Cozinheiro	31
Pedro	Vegano, ativista de direitos animais e coordenador da SVB Grupo Porto Alegre.	CVTC	SVB	Bacharel em Letras	37
Regina	Vegana e voluntária da ANDA. Trabalha com a tradução e adaptação de notícias de outros portais da <i>internet</i> para a ANDA.	ANDA	ANDA	Jornalista	30
Ricardo	Vegano com ativismo eventual anterior ao período de pesquisa. Pai do menino em cuja gestação sua mãe se manteve vegana e que será criado com esses hábitos.	CVTC	Sem vínculo organizativo	Projetista Mecânico	30
Ronaldo	Vegano, membro da SVB Nacional, onde é diretor do Departamento de Medicina e Nutrição. Ronaldo é médico com especialidade	CVTC	SVB Nacional	Médico	38

	na área da nutrologia.				
Silvana	Vegana, ativista de direitos animais e fundadora da ANDA	ANDA	ANDA	Jornalista	49
Sônia	Vegana, ativista de direitos animais com passagens em diversas organizações abolicionistas de Porto Alegre, membro da POA Melhor.	PPFC	POA Melhor e vínculos múltiplos.	Jornalista	31
Tom	Vegano, ativista de direitos animais e membro da SVB Grupo Porto Alegre	CVTC	SVB	Publicitário	32

Fonte: autoria própria.

Quadro 3 - Descrição dos Jornalistas Entrevistados da Segunda Etapa de Pesquisa

Pseudônimo	Descrição	Vínculo Profissional ⁸	Matéria
George	Jornalista responsável pela seleção de artigos para a publicação na seção de artigos externos do jornal Zero Hora. Costumava trabalhar como repórter na área de economia.	Jornal Zero Hora	GAMA
Loraine	Jornalista contratada como <i>freelancer</i> para a produção de matérias para o Caderno Donna do jornal Zero Hora. Já trabalhou como repórter nas áreas de economia, esportes e geral.	Jornal Zero Hora (<i>freelancer</i>)	CVTC
Luísa	Chefe de reportagem do jornal Correio do Povo. Possui um <i>blog</i> no <i>site</i> desse veículo dedicado a matérias sobre animais ditos “domésticos” e à proteção animal. Já trabalhou como repórter na área policial.	Jornal Correio do Povo	PPFC

Fonte: autoria própria.

⁸ Refere-se ao vínculo profissional do jornalista na época da reportagem analisada.

A análise dos dados produzidos nessas duas etapas de pesquisa se deu com o auxílio do *software* NVivo. As entrevistas (transcritas pelo pesquisador) e reportagens foram classificadas por meio de uma extensa árvore de categorias. Os nós superiores dessa árvore eram compostos por categorias teóricas e abstratas. Já os nós inferiores (utilizados para classificação efetiva do material) eram compostos por elementos empíricos criados a partir da leitura das entrevistas. Maiores detalhes sobre a produção e análise dos dados podem ser encontrados no “Apêndice Metodológico” ao final desse trabalho.

Espera-se que, do ponto de vista sociológico, essa pesquisa possa contribuir para as discussões brasileiras a respeito dos fenômenos da ação coletiva de diversas maneiras. Primeiramente, esse trabalho busca desenvolver uma perspectiva que abandone determinadas dicotomias entre o “simbólico” e o “prático” observadas nesse campo de estudos que, em muitos casos, conduzem pesquisadores a um viés normativo de forma não intencional. Espera-se também contribuir para a inserção do conceito de MIAC na literatura brasileira, na medida em que acredita-se que esse conceito apresenta grande potencial para o desenvolvimento de reflexões a cerca das dimensões interpretativas da ação coletiva. O trabalho busca, ainda, sistematizar a discussão polissêmica sobre esse conceito, selecionando e adaptando conceitos presentes na literatura de forma organizada. Por fim, espera-se produzir um trabalho empírico relevante sobre um movimento emergente ainda pouco analisado pela literatura sociológica nacional, o movimento dos direitos animais.

Do ponto de vista social, espera-se que essa pesquisa possa trazer benefícios para os ativistas abolicionistas. São relatadas por esses militantes dificuldades de obtenção de legitimidade para a perspectiva dos direitos animais no contexto acadêmico brasileiro, inclusive, em áreas que originam esses debates, tais como a filosofia da ética. Assim, a realização de pesquisas que incluam esse objeto empírico como um caso relevante de análise pode, por si só, trazer benefícios aos ativistas. Ainda, espera-se, que a análise minuciosa dos processos que levam ativistas a tomarem diferentes escolhas estratégicas em diferentes situações possa auxiliá-los em interações futuras com a grande mídia, assim como fomentar uma atitude de compreensão entre ativistas frente às estratégias desenvolvidas por organizações “rivais”.

Esse trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira delas, são exploradas as dimensões pré-interativas que hipoteticamente afetam os processos de enquadramento interpretativo desenvolvidos por ativistas. Já a segunda parte desse trabalho dedica-se a uma análise das dinâmicas interativas que afetam esse processo.

A primeira parte do trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão a respeito da forma dicotômica pela qual esse campo de estudos historicamente buscou compreender os objetivos dos movimentos sociais, apresentando discussões que sintetizam essas divergências e a classificação utilizada pelo pesquisador ao longo do trabalho. O segundo capítulo se dedica ao conceito de enquadramento interpretativo, à exposição das principais indefinições teóricas nessa abordagem, à proposta de conceitos que classificam as molduras de acordo com a sua adequação imaginada pelos ativistas para a definição de sua luta e de sua identidade, assim como para a exposição detalhada do dilema do enquadramento interpretativo em movimentos sociais e das respostas existentes a problemas análogos ao proposto nesse trabalho. O terceiro capítulo se dedica à descrição e análise da MIAC dos direitos animais, à classificação de seus elementos a partir dos conceitos apresentados no capítulo anterior e à apresentação das principais divergências internas ao movimento a respeito da adequação de determinados elementos da MIAC para a classificação das situações. O quarto e o último capítulo dessa primeira parte do trabalho apresentam uma descrição e análise detalhadas das diversas “correntes” do abolicionismo animal encontradas ao longo da pesquisa empírica, de suas combinações de lógicas de ação e de suas tendências de enquadramento interpretativo.

Já a segunda parte desse trabalho é dividida em cinco capítulos. O primeiro deles apresenta uma discussão teórica sobre as peculiaridades das interações entre ativistas e representantes da grande mídia, assim como o detalhamento das dimensões interativas analisadas. O segundo capítulo se dedica à análise da interação entre uma militante construcionista de direitos animais e um representante da grande mídia que origina o artigo crítico ao tradicionalismo citado no início dessa introdução. O capítulo seguinte também apresenta a análise da atuação de uma organização construcionista, a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), porém, de forma geral e não a partir de uma matéria específica, com o intuito de demonstrar como as peculiaridades das dinâmicas interativas levam a militantes que se orientam por uma mesma combinação de lógicas de ação (construcionista nesse caso e no capítulo anterior) a desenvolverem enquadramentos interpretativos com características distintas. O capítulo quarto se dedica à análise da interação entre militantes pragmáticos e uma representante da grande mídia que dá origem à notícia a respeito do *outdoor* em defesa da proibição da circulação de carroças com tração animal em Porto Alegre, citada nessa introdução. Por fim, o capítulo final se dedica à análise de militantes identitários com representantes da grande mídia que dá origem à reportagem a respeito dos veganos e de

seus hábitos citada no início dessa introdução. Por fim, considerações finais acerca das implicações teóricas das análises são traçadas.

PARTE 1

DINÂMICAS PRÉ-INTERATIVAS

1 O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS? ANTAGONISMOS TEÓRICOS E DILEMAS EMPÍRICOS

De acordo com a perspectiva interacionista que orienta este trabalho, uma das principais explicações para a ação do ator dentro de uma interação é a intenção que esse ator tem nela. Quando aplicado à análise dos movimentos sociais, esse pressuposto teórico traz consigo uma grande questão a ser resolvida que vai além dos limites das interações: o que querem os movimentos sociais? Responder a essa pergunta, certamente, não é tarefa fácil, na medida em que a solução encontrada para esse questionamento é parte importante de uma pergunta teórica ainda mais importante: o que são movimentos sociais?

A questão a respeito dos objetivos da ação política se constitui como um problema teórico desde a origem disciplinar da sociologia. Abordando essa questão, Weber (1967) propõe sua distinção clássica entre ética do compromisso (ou ética dos objetivos finais) e ética da responsabilidade caracterizando-as como dois códigos de conduta antagônicos que motivam a ação política e determinam seus objetivos.

Essa problemática se mantém essencial para a análise sociológica contemporânea da ação coletiva, tendo se constituído como alvo de disputas entre correntes teóricas discordantes. O campo de estudos de movimentos sociais pode ser caracterizado, assim, por uma cisão entre teorias norte-americanas da ação coletiva e teorias europeias sobre esse mesmo tipo de fenômeno, caracterizada por Cohen (1985) como uma disputa entre perspectivas centradas na estratégia e abordagens centradas na identidade. Por um lado, teóricos norte-americanos enfatizam em seus trabalhos a ação racional de movimentos sociais frente ao Estado em busca de respostas às suas demandas em termos de benefícios práticos para os alvos de sua militância (os beneficiários). Por outro lado, teóricos europeus desenvolvem teorias focadas na busca de ativistas pelo reconhecimento de identidades marginalizadas frente à sociedade como um todo, assim como na capacidade crítica transformadora desses atores, que poderia modificar os paradigmas culturais estabelecidos (ALONSO, 2009; COHEN, 1985).

A primeira parte deste capítulo se dedica a uma análise sobre como cada uma dessas perspectivas teóricas indica caminhos distintos para a resposta à pergunta “o que movimentos sociais querem?”, construindo um campo de estudos marcado pela disputa entre perspectivas vistas como antagônicas. Já a segunda parte desse capítulo se dedica à análise de estudos que propõem uma quebra das dicotomias conceituais produzidas por esses paradigmas teóricos,

construindo um olhar mais atento para as diversas lógicas de ação presentes na ação coletiva, assim como para os dilemas que emergem desta pluralidade.

1.1 UMA SOCIOLOGIA DIVIDIDA: ENTRE CRÍTICAS E BENEFÍCIOS, ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

A teoria norte-americana dos movimentos sociais pode ser vista como uma crítica tanto ao pensamento marxista que, em suas interpretações simplificadas, concebe a mobilização coletiva como o resultado quase automático dos conflitos estruturais de classe, quanto às teorias do comportamento coletivo que concebem esse fenômeno como uma resposta emotiva e irracional frente a instabilidades e desajustes na estrutura social (ALONSO, 2009; COHEN, 1985; NOAKES, JOHNSTON, 2005). Em um primeiro momento, a principal solução teórica desenvolvida para responder às falhas apresentadas por essas abordagens é a chamada Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) que enfatiza a capacidade estratégica e racional dos indivíduos engajados em processos de mobilização coletiva em busca dos recursos fundamentais para a emergência e manutenção do conflito com as autoridades (ALONSO, 2009; MCCARTHY; ZALD, 1977).

Paralelamente ao desenvolvimento da TMR, teóricos norte-americanos dirigem cada vez mais sua atenção às influências da política institucional nos processos de contestação. Nesse sentido, estudos procuravam explicar os processos de mobilização coletiva por meio de uma análise da postura adotada pelas autoridades políticas frente aos desafiantes (PIVEN; CLOWARD, 1979; TILLY, 1978). Seguindo essa tendência teórica, autores norte-americanos formulam uma das mais influentes abordagens nesse campo de estudo, a chamada Teoria do Processo Político (TPP) (MCADAM, 1982). Em linhas gerais, a TPP concebe a mobilização coletiva como um processo de disputa entre, por um lado, atores inseridos nas instâncias políticas decisórias institucionalizadas – no caso de grande parte das sociedades capitalistas contemporâneas, o Estado –, que buscam manter sua posição privilegiada de acesso a elas (os membros) e, por outro lado, atores distantes ou excluídos dessas instituições, que buscam acessar as esferas de decisão política ou influenciá-las para obter ganhos que satisfaçam seus interesses ignorados pelas elites (os *outsiders*) (MCADAM, 1982). Essa formulação teórica mantém a ênfase na racionalidade dos atores presente na TMR, acrescentando a ela um novo elemento teórico central para a teoria norte-americana da ação coletiva, a concepção de que a mobilização só pode ser compreendida em sua relação com as instâncias institucionalizadas de decisão política (SILVA, 2010).

De acordo com essa perspectiva, movimentos sociais buscam resultados práticos para suas demandas em interações de conflito com os atores estabelecidos no Estado. Em sua formulação clássica, a dimensão cultural aparece apenas como um entrave que impede o reconhecimento de oportunidades para a ação política, assim como o reconhecimento de uma responsabilidade social nos problemas vivenciados pelos indivíduos como exclusivamente pessoais. Dessa forma, para se engajar em processos de disputa política, indivíduos deveriam passar por uma “libertação cognitiva” (MCADAM, 1982). Ao longo da década de 1990, com a incorporação do conceito de “molduras interpretativas” a esse modelo teórico, a dimensão simbólica ganha mais força, enfatizando-se o papel ativo dos militantes na construção de sentidos para a luta (BENFORD; SNOW, 2000). Essa dimensão teórica, porém, aparece ainda subordinada aos determinantes políticos estruturais que desencadeiam o conflito, tendo como papel apenas sustentá-lo. Assim, Tarrow (2009) propõe que

O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios. (...). O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. (TARROW, 2009, p.18).

Nesse sentido, os símbolos utilizados pelos movimentos sociais não parecem estar relacionados aos seus objetivos, sendo apenas meios para a obtenção de outros fins em suas interações com o Estado (MAIA, 2009). Dessa forma, duas ênfases principais são dadas por teorias norte-americanas da ação coletiva à pergunta proposta nesse capítulo: movimentos sociais buscam prioritariamente benefícios práticos, e não a aceitação simbólica das demandas; e movimentos sociais buscam influenciar principalmente o centro de decisões políticas, o Estado, e não a sociedade. Respostas opostas a essa questão foram fornecidas pelas teorias européias da ação coletiva.

Ainda que as chamadas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) não sejam coesas entre si, essas abordagens desenvolvidas no continente europeu compartilham alguns pressupostos básicos. Segundo os diversos autores reunidos sob a TNMS, ao longo do século XX uma grande mudança pôde ser observada no sistema capitalista, emergindo nesse contexto novas formas de dominação. Se no capitalismo do período anterior a dominação esteve baseada em princípios econômicos e girava em torno da fábrica e do trabalho, no novo período a dominação amplia seu escopo. Assim, as formas de resistência antes baseadas na luta entre a classe operária e a classe burguesa também se diversificam e tomam um aspecto cada vez mais geral e cultural (ALONSO, 2009).

Um dos exemplos notórios desse tipo de abordagem pode ser encontrado na sociologia de Touraine (1977; 1989). O autor divide o fenômeno da ação coletiva em três elementos: a integração, a oposição e a totalidade. Os dois primeiros desses elementos emergem quando os indivíduos adquirem consciência de seu papel histórico na sociedade e de seu adversário. Já o terceiro desses elementos pode ser observado quando atores reconhecem o momento histórico em que se situam, articulando a esse reconhecimento um projeto de transformação no qual eles pretendem assumir o controle do desenvolvimento da sociedade. Assim, um “verdadeiro” movimento social, segundo o autor, é marcado pela consciência de uma estrutura social de dominação, da posição dos atores nessa estrutura, assim como pela crítica a essa formatação de sociedade por meio de um projeto transformador. Seguindo essa lógica, segundo o autor, movimentos sociais não estariam orientados pela busca de satisfações pessoais (que podem ser associados aos resultados práticos da teoria norte-americana) ou pela estratégia de seus líderes (que pode ser associada ao pensamento racional da TMR), mas sim pela consciência e crítica da estrutura social. Na sociedade pós-industrial, caracterizada pelas formas culturais de dominação pelo consumo, essa consciência levaria, portanto, “verdadeiros” movimentos sociais à busca de uma crítica cultural ampla às diversas formas de dominação (TOURAINÉ, 1977. 1989). Observa-se, dessa forma, que, na teoria proposta por esse autor, a discussão sobre os objetivos dos movimentos sociais aparece com forte viés normativo e a agência do indivíduo é negligenciada, sendo a luta previamente construída por uma estrutura social dada e desencadeada pela consciência dessa estrutura. Nesse sentido, para o autor, para que um movimento social possa ser considerado um verdadeiro movimento na sociedade pós-industrial ele *deve* se orientar por uma crítica cultural ampla, não se limitar à disputa por interesses materiais e imediatos, *tomar consciência* de sua posição de classe e apresentar um projeto transformador.

Melucci (1989) descreve a sociedade pós-industrial de forma semelhante a Touraine (1977; 1989) alegando também que, diferentemente do que ocorria na sociedade industrial, movimentos sociais nesse novo contexto “não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social” (MELUCCI, 1989, p.59). Nesse sentido, ganha destaque o conceito de “identidade coletiva” proposto por esse autor, na medida em que a luta dos movimentos sociais poderia ser entendida, em grande parte, nas sociedades contemporâneas, como uma luta pelo reconhecimento de identidades marginalizadas pelo padrão cultural estabelecido, não estando apenas baseada no antagonismo entre trabalhadores e burgueses (MELUCCI, 1989; 1995). Porém, esse sociólogo afasta-se da

perspectiva normativa de Touraine (1987), na medida em que associa essa nova orientação contemporânea de movimentos sociais mais a uma tendência gerada pelas novas formas de dominação e menos a uma característica intrínseca de um “verdadeiro” movimento social. Ainda, diferentemente de Touraine (1977), que concebe a definição do elemento de integração e oposição por parte do ator como uma consciência da posição do indivíduo na estrutura social, para Melucci (1995) a identidade coletiva é sempre construída pelos sujeitos. Dessa forma, não existe *uma* identidade coletiva para cada movimento social, mas sim um processo de construção de identidades. Esse processo é marcado pelo conflito interno pela definição de “quem somos nós” e de “quem são eles” que, apesar de almejar um fim em que esses consensos sejam estabelecidos, está constantemente em andamento e, provavelmente, nunca se esgotará. Dessa forma, o autor dá ao indivíduo um importante papel de construção social da realidade (MELUCCI, 1995).

É interessante que o papel construcionista desempenhado por movimentos sociais foi destacado por abordagens norte-americanas preocupadas em desenvolver teorias acerca dos problemas sociais, ainda que não tenham ganhado grande atenção de teóricos da ação coletiva. Dentre as diversas abordagens desenvolvidas para lidar com essa questão, a abordagem construcionista defende que não existem condições problemáticas em si, mas categorizações sociais que possibilitam que indivíduos as questionem moralmente. Teóricos construcionistas visam, assim, elucidar os aspectos que tornam possível o questionamento moral de uma realidade, não tomando um problema social como real *a priori*, mas como resultado de um longo processo de categorização das situações (MILLER, 1993; IBARRA; KITSUSE, 1993).

Assim, em suma, as chamadas TNMS defendem que os objetivos dos movimentos sociais estão ligados a dimensões simbólicas. Esses objetivos podem tanto estar relacionados ao desenvolvimento de uma crítica cultural ampla com o intuito de fomentar uma grande transformação na sociedade, como defende Touraine (1977, 1989), ou estar relacionados à construção e à difusão de novas identidades coletivas em busca de reconhecimento, como defende Melucci (1989; 1995). Ainda, de forma geral, movimentos sociais, segundo essas abordagens, não se dirigiriam ao Estado, mas sim à sociedade civil em suas atividades de contestação.

A partir dessa revisão teórica, pode ser observado, portanto, que teorias européias e norte-americanas em suas formulações iniciais apresentam dois objetivos distintos como aqueles característicos e próprios da ação coletiva: os objetivos práticos e os objetivos culturais. Teóricos ligados a essas abordagens, no entanto, têm apresentado tentativas de

conciliar essas duas dimensões, principalmente após a década de 1990. Dessa forma, constitui-se uma agenda de síntese teórica entre as perspectivas mencionadas. É tendo em vista esse projeto que o conceito de “molduras interpretativas” é incorporado cada vez com mais força à teoria norte-americana e o papel da cultura nas mobilizações coletivas torna-se uma problemática de pesquisa central para a análise da construção e das características da ação coletiva (COHEN, 1985; JOHNSTON; KLANDERMANS, 1995; TARROW, 2009).

No entanto, como já mencionado anteriormente, ao menos no início desse processo de incorporação, por vezes, ainda é concedido à dimensão fenomenológica da ação coletiva um papel subordinado em relação a suas dimensões estruturais e relacionadas ao Estado no cenário norte-americano. Ainda, essa incorporação teórica pode ser caracterizada pela forma dicotômica pela qual esses conceitos são estabelecidos. Apesar de a “cultura” ser vista como uma parte do fenômeno da ação coletiva, ela é concebida como uma dimensão com características e “funções” completamente distintas daquelas do Estado e da estrutura social. Nesse sentido, teóricos tendem a conceber que mudanças estruturais iniciam o processo de contestação. No entanto, a interpretação dos sujeitos não poderia ela mesma influenciar a abertura de novas oportunidades, cumprindo essa “função”? Ainda, militantes são vistos como atores que, em determinadas circunstâncias, se orientam por motivações culturais e, em outra, se orientam por motivações materiais, não sendo observada a possibilidade de que as duas motivações operem de forma concomitante. Nesse sentido, o Estado é visto como uma dimensão distinta da sociedade, sendo esses elementos caracterizados respectivamente por uma lógica política e cultural e ação do indivíduo caracterizada por motivações simbólicas em uma arena e práticas em outra. Porém, os atores inseridos nas estruturas políticas institucionais não são afetados por códigos culturais mais amplos? Movimentos sociais não poderiam buscar, além de benefícios práticos, mudanças interpretativas dentro dessas instituições? (POLLETTA, 1997).

Em suma, em suas formulações iniciais, a TPP e as TNMS caracterizam objetivos distintos como aqueles característicos das mobilizações coletivas. Por um lado, em linhas gerais, teóricos norte-americanos da ação coletiva tendem a ignorar o aspecto construcionista e cultural dos movimentos sociais, concebendo-os como atores que visam à obtenção de benefícios práticos em relação ao Estado. Por outro lado, teóricos europeus tendem a enfatizar a importância da crítica cultural dirigida pelos atores coletivos à sociedade como um todo, buscando a construção e o reconhecimento de suas identidades e suas demandas. Mesmo que, a partir da década de 1990, autores dessas perspectivas teóricas estejam mais atentos à importância da dimensão proposta pelas teorias “rivais”, essa incorporação, ao menos em seu

estágio inicial, mantém essas duas lógicas de ação coletiva como lógicas distintas, antagônicas e incompatíveis, construindo dicotomias conceituais.

1.2 QUEBRANDO DICOTOMIAS: UM OLHAR PARA AS LÓGICAS DE AÇÃO

No Brasil, e na América Latina como um todo, os estudos sobre fenômenos de mobilização coletiva foram fortemente influenciados pelas TNMS e, particularmente, pela sociologia de Alain Touraine (ALONSO, 2009; SILVA, 2010). O viés normativo com que essa abordagem teórica foi, muitas vezes, adotada nesse contexto de produção intelectual levou, no entanto, tanto sociólogos como ativistas a uma afirmação de que movimentos sociais *devem* se orientar por uma prática crítica, altruísta, vinculada a identidades e afastada de interesses materiais e de relações com o Estado, muitas vezes, percebidas como um processo de “cooptação” (QUIRÓS, 2009; SILVA 2010; SILVA; OLIVEIRA, 2011). Dirigindo-se criticamente a essa afirmação normativa baseada em uma dicotomia teórica, antropólogos da política latino-americanos têm se dedicado recentemente ao estudo das diversas lógicas presentes em processos de mobilização coletiva (AUYERO, 1999; 2005).

Em seus estudos sobre o clientelismo na Argentina, Auyero (1999) critica a interpretação de que as relações clientelistas poderiam ser resumidas a uma relação de troca econômica e material na qual os “clientes” oferecem seu apoio aos mediadores políticos do partido peronista em troca do recebimento de “meros” benefícios materiais (tais como empregos e cestas básicas), assim como se opõe a interpretação de que esse tipo de relação caracterizaria um “atraso” das democracias latino-americanas que impediria aos atores o acesso à “verdadeira” ação política. Essa análise, segundo o autor, estaria baseada apenas nos pressupostos teóricos e normativos dos próprios sociólogos e antropólogos e não naquele que seria o elemento mais importante em uma análise dentro das ciências sociais, o ponto de vista dos atores. Ao se dedicar ao estudo dessa dimensão empírica por meio da etnografia política, Auyero (1999; 2005) descreve uma série de conflitos interpretativos estabelecidos dentro das comunidades acerca das relações entre “clientes” e mediadores. Enquanto os atores que estavam mais afastados das relações clientelistas as viam criticamente, tratando-as como uma mera “compra de apoio” na qual apenas um dos indivíduos se beneficiava, os sujeitos envolvidos nas relações as concebiam, em geral, como uma relação de confiança, gratidão e reciprocidade, às vezes, de forma análoga a uma relação familiar. Em suma, o autor destaca que as relações políticas clientelistas não podem ser reduzidas a uma dimensão material, estando sempre duplamente caracterizadas por uma dimensão material e por uma dimensão

simbólica que orientam as relações entre os atores sociais de forma complementar (AUYERO, 1999).

Seguindo essa perspectiva de quebrar a dicotomia estabelecida entre o material e o simbólico, identificando ambas as dimensões em processos de mobilização política, Quirós (2009) analisa a distribuição de benefícios à população economicamente carente por parte dos *piqueteros* na Argentina. Segundo a autora, na análise do engajamento, a literatura tenderia a dividir as formas de ligação ao ativismo entre uma “razão material” (ou uma lógica econômica), na qual pessoas participam de determinada mobilização para receber benefícios, e uma “razão política ou ideológica” (ou uma lógica política), que estaria ligada a um desejo “genuíno” por uma modificação ampla da sociedade. Segundo a autora, a literatura caracterizaria o último desses tipos de ação como aquele que estaria ligado à ação coletiva, conectando o outro a interesses exclusivamente pessoais. Dessa forma, a mobilização seria, em geral, caracterizada pela literatura latino-americana (fortemente influenciada pelas TNMS) como uma ação orientada pelo altruísmo, em oposição à necessidade, pelo voluntarismo, em oposição à obrigação e pelo desejo de autonomia e de transformação, em oposição à dependência que levaria à reprodução das desigualdades. Segundo Quirós (2009) essa dicotomia estabelecida em análises da ação coletiva (que caracteriza apenas um dos seus pólos como a *verdadeira* ação coletiva) engendraria dois problemas teóricos fundamentais: o não reconhecimento de que uma forma de engajamento pode levar a outra e a dificuldade de compreender que os fenômenos não se limitam apenas a uma dessas lógicas. Dessa forma, o estudo da ação coletiva não deveria basear-se na tentativa de classificação da ação dos sujeitos em uma dessas categorias, mas sim na compreensão de que sua ação é permeada por motivações múltiplas - políticas e econômicas, materiais e simbólicas - que estão interconectadas (QUIRÓS, 2009).

Esses autores trazem uma contribuição fundamental à discussão aqui proposta. Se no início desse capítulo pode-se observar que a dicotomia entre o “material” e o “simbólico” foi fundamental para o estabelecimento de uma cisão entre abordagens teóricas, esses autores demonstram que a compreensão dos fenômenos da ação coletiva é auxiliada por um olhar que permita identificar ambas essas lógicas como constituintes dos processos de mobilização coletiva, que não podem ser divididos em dimensões puramente simbólicas ou materiais. Ou seja, cada abordagem teórica é fundamental para a compreensão de uma lógica da ação coletiva, sendo que essas abordagens não podem ser classificadas como excludentes ou aplicáveis apenas a determinadas “partes” desse fenômeno, mas antes como complementares, na medida em que a ação do ator não se orienta de forma dicotômica.

Até esse ponto uma conclusão pode ser indicada: a ação coletiva deve se orientar tanto por motivações simbólicas quanto materiais. Se essa afirmação tem como origem uma crítica à tendência dicotômica e normativa produzida pela influência das TNMS na América Latina, o olhar crítico desenvolvido em relação a um dos grandes teóricos europeus da ação coletiva, Alain Touraine, também teve como consequência a produção de uma reflexão teórica semelhante que, porém, torna essa discussão ainda mais complexa, aquela proposta por Dubet (1996).

Esse autor parte dos conceitos propostos por Touraine (1977) e defende que a ação coletiva (assim como a ação individual) pode ser dividida em três lógicas de ação que, apesar de serem distintas, estão sempre, em alguma medida, presentes orientando os sujeitos. Primeiramente, os indivíduos seriam movidos por uma “lógica da integração”, pela qual o ator age de acordo com seus sentimentos de pertença a uma comunidade no intuito de mantê-los ou fortalecê-los. Nessa lógica, a identidade adquire dimensão fundamental, sendo construída pelas categorias pelas quais o ator aprendeu socialmente a identificar-se. Nesse sentido, relações sociais estão marcadas por um profundo sentimento de divisão entre “nós” e “eles” e por um sentimento de distinção entre os modos de viver desses dois grupos, ainda que isso não acarrete necessariamente em uma relação de hostilidade entre eles. Ainda, a cultura é entendida como o conjunto de valores que sustentam a comunidade, as identidades e as fronteiras que se estabelecem nesses domínios (DUBET, 1996). Dessa forma, a lógica de ação integradora parece se aproximar, em diversos pontos, ao conceito de “identidades coletivas” de Melucci (1995).

A segunda lógica de ação proposta por esse autor é a “lógica da estratégia”. As relações sociais, nessa lógica, adquirem um caráter análogo ao do jogo, ou seja, são vistas como um espaço de disputa entre interesses pessoais e coletivos por recursos escassos. Os “outros” não são vistos como um “eles” distinto e, por vezes, em oposição a um “nós”, mas sim como um potencial adversário ou aliado. As identidades são vistas, nesse sentido, como um recurso, uma posição social que garante ao indivíduo vantagens e desvantagens em uma disputa por fins (não necessariamente econômicos). De forma análoga, a cultura também não é mais vista como um valor, mas sim como um recurso de poder e de convencimento nessa disputa por benefícios. Na medida em que o próprio autor alega ter se inspirado nas teorias norte-americanas da ação coletiva para a proposta dessa dimensão de análise, não é surpreendente que ela seja muito semelhante à forma como teóricos da TPP concebem as motivações da ação coletiva (DUBET, 1996).

Por fim, a última lógica de ação proposta por Dubet (1996) é a “lógica da subjetivação”. Se nas outras lógicas de ação, os indivíduos estão profundamente atrelados à “objetividade” da vida social (ora aos seus interesses materiais, ora às suas classificações sociais), nessa lógica de ação o sujeito se coloca em uma posição crítica ao mundo social, tentando estabelecer um olhar próprio e autônomo, ainda que esse desejo não possa se realizar de imediato em suas relações cotidianas. Assim, a cultura é vista como o elemento que permite ao ator a crítica à sua realidade e a construção de uma nova perspectiva e de um novo projeto para além daquilo observado em sua experiência efetivamente vivida. Nesse sentido, a identidade é vista como um processo de produção de um sujeito autêntico e diferenciado, ainda que esse indivíduo autônomo em relação ao mundo social seja uma ilusão. As relações sociais são vistas, ainda, como um obstáculo para a expressão desse desejo, a prova de que o desejo de autonomia e transformação estará sempre ameaçado pelos seus interesses imediatos e pelas categorias através das quais o ator se identifica. O conflito social que emerge nessas relações é visto, assim, como um conflito pelo controle da construção da história, no qual indivíduos apresentam um projeto de transformação necessariamente abstrato e distante da experiência vivida (DUBET, 1996). Essa lógica de ação parece se assemelhar ao conceito de movimentos sociais proposto por Touraine (1977). Ainda, se tomarmos como referência a idéia de que, nessa lógica, cabe ao sujeito a construção do “novo”, ela também pode ser comparada a perspectivas teóricas construcionistas dos problemas sociais.

Até esse momento, a proposta de Dubet (1996) se assemelha à proposta de Auyero (1999) e Quirós (2009), no sentido de que todos esses autores concebem a ação do indivíduo como motivada por múltiplas lógicas e razões que não podem ser vistas de forma dicotômica. Porém, para o sociólogo francês, ainda que as três lógicas de ação estejam sempre presentes na experiência dos indivíduos, elas estabelecem competições entre si, não sendo facilmente compatibilizáveis (o que é diferente de afirmar que atores se guiam de forma dicotômica *ou* por uma lógica *ou* por outra). Na medida em que não há soluções prontas para lidar com as contradições entre as diversas lógicas, cabe ao indivíduo a tarefa de combiná-las e estabelecer relações e preferências entre elas. Essa tarefa, no entanto, segundo o autor, não é de fácil realização e tende a gerar um sentimento de angústia nos indivíduos. Ou seja, os *atores sociais vivem em um constante dilema no que tange à combinação das diferentes lógicas de ação*. Essa é uma das premissas teóricas fundamentais desse trabalho. Em suma, adaptando-se essa perspectiva para a análise de movimentos sociais, pode-se afirmar que a ação coletiva não deve ser compreendida como caracterizada apenas por um tipo de lógica de ação. Diversas lógicas estão presentes em mobilizações sociais e elas não podem ser vistas de forma

dicotômica. Apesar disso, essas lógicas impõem dilemas aos atores que devem, constantemente, organizá-las e combiná-las em um processo que gera conflitos e angústias.

Na medida em que a literatura é ampla e que os conceitos aqui apresentados são pouco consensuais em torno dessas questões, baseando-se nas discussões aqui apresentadas, são propostas três categorizações de lógicas de ação que orientam as atividades de movimentos sociais⁹, assim como os objetivos que militantes estabelecem para essas ações de curto prazo: a lógica construcionista, a lógica pragmática e a lógica identitária¹⁰. Como, segundo o pressuposto teórico aqui adotado, essas lógicas estão sempre presentes em alguma medida na ação dos indivíduos, é possível descrevê-las apenas em termos de combinações que priorizem uma em detrimento de outras, ou que tomem umas como conseqüências das outras, não as compreendendo como lógicas aplicadas de forma exclusiva orientando a ação de movimentos sociais como um todo ou em determinadas interações.

Na combinação construcionista de lógicas de ação, movimentos sociais têm como objetivo principal de curto prazo *construir novos problemas sociais*, ou seja, militantes buscam fornecer novas interpretações a situações antes vistas como “normais” ou como “problemas pessoais”, interpretando-as como situações problemáticas que têm origem em determinantes sociais, mas que podem ser modificadas. Militantes buscam não só reinterpretar essas situações para si mesmos, mas também a *difusão do reconhecimento do problema* na sociedade como um todo. Quando as situações vistas como problemáticas são concebidas pelos ativistas como pouco visíveis para a sociedade como um todo, movimentos sociais não buscam apenas difundir as novas interpretações, mas também as situações às quais elas se aplicam em forma de *denúncia*.

Como defende Goffman (1986), uma situação pode ser enquadrada de inúmeras maneiras. Assim, ativistas têm como objetivo de curto prazo estabelecer de forma clara a diferença entre as suas interpretações e as interpretações concorrentes que se referem às

⁹ Para a formulação dessa proposta de classificação foram utilizadas as análises dos dados empíricos produzidos para essa pesquisa. Assim, não se pretende que essas classificações possam ser aplicadas de forma direta a todos os movimentos sociais, na medida em que estão fortemente relacionadas à análise do movimento pelos direitos animais e, portanto, às peculiaridades desse movimento. Espera-se, no entanto, que ela possa servir como base para pesquisas futuras que questionem essas categorias e as tornem mais complexas e generalizáveis.

¹⁰ As nomenclaturas propostas para essas combinações de lógicas de ação têm inspirações diversas e, portanto, sua origem deve ser brevemente detalhada evitar mal-entendidos. A “combinação construcionista de lógicas de ação” e a “combinação identitária de lógicas de ação” estão fazendo, claramente, referência a perspectivas teóricas e conceitos expostos anteriormente nesse trabalho (não havendo, no entanto, uma relação direta entre a teoria “inspiradora” e o conceito de combinação de lógicas de ação aqui proposto, como esclarecido na nota de rodapé seguinte). Já a “combinação pragmática de lógicas de ação” tem como inspiração uma categoria criada pelos próprios ativistas para caracterizar a sua forma de militância (os “abolicionistas pragmáticos”). Dessa forma, essa nomenclatura não faz referência, por exemplo, à filosofia pragmática norte-americana ou as sociologias pragmáticas produzidas no cenário norte-americano e no cenário francês.

mesmas situações. Primeiramente, ativistas buscam confrontar interpretações vistas como responsáveis pela reprodução do problema social, que se aplicam a essas situações sem problematizá-las, engajando-se, assim, em uma atividade *crítica*. Além disso, militantes buscam ressaltar a fronteira entre a sua crítica e críticas alternativas propostas por outros atores coletivos contestadores, buscando uma *definição precisa do problema*.

Em suas interações sociais, militantes orientados por essa combinação de lógicas de ação não buscam apenas conquistar o apoio de seu interlocutor, mas sim convencê-lo da pertinência de sua interpretação da realidade para as situações em questão, buscando um *convencimento ideológico do interlocutor*. Além disso, ativistas buscam construir e difundir a imagem do movimento a que pertencem como um movimento com causas legítimas, ou seja, construir as suas demandas como questões políticas relevantes em busca da *legitimidade política dos problemas*.

Ativistas consideram menos importantes os resultados práticos conquistados em decorrência de sua ação, optando pela crítica mesmo que ela, eventualmente, os distancie de benefícios que possam ser obtidos de forma imediata, vislumbrando resultados em um longo prazo, podendo ser observada uma *submissão da lógica pragmática*. Por fim, suas identidades tendem a ser vistas menos como uma motivação para a sua crítica e mais como uma consequência dos problemas identificados, observando-se uma *submissão da lógica identitária*. No entanto, espera-se que ativistas não ignorem a importância da obtenção de resultados práticos imediatos ou das identidades coletivamente produzidas, mas os vejam como uma consequência da construção social. Teoricamente, essa combinação de lógicas de ação está baseada na “subjetivação” de Dubet (1996) e, principalmente, na abordagem construcionista dos problemas sociais¹¹.

Já na combinação pragmática de lógicas de ação, movimentos sociais têm como principal objetivo obter benefícios práticos para os beneficiários de sua mobilização - ou seja, para aqueles indivíduos que sofrem os problemas identificados - no intuito de diminuir ou abolir esses problemas. Esses benefícios podem estar relacionados à obtenção de recursos econômicos, mas também podem não se conectar a questões financeiras, podendo estar relacionados ao fornecimento de cuidados que possam aliviar os problemas do alvo (como atendimento médico ou psicológico), à garantia legal de direitos ou dos alívios das condições

¹¹ Apesar de a proposta de tipologia de combinações de lógicas de ação ter sido inspirada por diversas correntes teóricas sobre o tema da ação coletiva - assim como a tipologia utilizada por Dubet (1996) é inspirada por diversas correntes da teoria sociológica - a ação por meio de determinada lógica de ação não deve ser entendida como uma ação “tal qual” essas correntes teóricas as descrevem. As teorias, nesse caso, servem como inspiração para o detalhamento das dimensões que caracterizam cada uma das lógicas de ação propostas (sistematizadas no Quadro 4).

vistas como problemáticas, etc. Assim, o foco de ação dos ativistas orientados prioritariamente por essa lógica não está na divulgação de um problema, mas sim na *obtenção de resultados práticos* que possam combatê-lo. Ativistas, nesta lógica, tendem também valorizar os *interesses imediatos dos beneficiários* da mobilização, não pautando seu ativismo na busca de uma solução futura para o problema dos indivíduos, mas visando a uma melhoria em suas condições atuais. Para garantir esses resultados práticos de forma rápida para atender os interesses imediatos dos beneficiários, ativistas tentam realizar uma *adaptação ao visto como possível*, ou seja, tendem a adaptar seus objetivos àquilo que julgam que possa ser obtido nas condições atuais de contestação, não buscando benefícios que não possam ser atingidos no momento, com intuito de maximizar seu potencial de conquista de resultados imediatos¹².

Ainda, em suas relações sociais, ativistas pragmáticos buscam a *conquista de aliados, independentemente de seu convencimento ideológico*, ou seja, em suas interações, esses militantes buscam menos submeter à crítica as categorias dos outros, mas sim conquistá-los como aliados, ainda que temporários, para a obtenção de benefícios. No que se refere a suas interações com o Estado, movimentos sociais que seguem uma combinação pragmática de lógicas de ação buscam a *conquista de influência política imediata*. Nesse sentido, militantes procuram menos construir a legitimidade do movimento vinculada necessariamente à sua crítica social, e mais a construção de uma capacidade de influência política de forma independente de sua interpretação dos problemas sociais. Por meio desses aliados e dessa influência política, ativistas podem conquistar os resultados imediatos para os alvos.

Assim, ao serem guiados por essa combinação de lógicas de ação, militantes se mantêm focados nos interesses dos alvos de sua mobilização, buscando uma transformação imediata em suas condições de vida. Nesse sentido, em situações em que a crítica é vista como uma ação que distancia os ativistas da obtenção dos benefícios que dizem respeito aos interesses dos indivíduos, ela deve ser evitada, sendo observada uma *submissão da lógica construcionista*. Ainda, as identidades são vistas como recursos para atrair novos aderentes às

¹² É importante ressaltar que, de acordo com os pressupostos interacionistas, a adaptação ao outro não pode ser vista como uma característica exclusiva de uma combinação de lógicas de ação, mas sim como uma regularidade generalizável. Dessa forma, a adaptação ao outro a que esse trecho se refere está relacionada a uma maior tendência de adaptar os objetivos àquilo que o ator julga possível ou provável que o seu interlocutor lhe conceda, em outras palavras, a uma adaptação cooperativa ao outro. Quando, adotando-se uma combinação construcionista de lógicas de ação, o indivíduo tende a manter seu objetivo de crítica e transformação, mesmo que o outro seja visto como um ator que não vá apoiar tal projeto, ainda é esperado algum tipo de adaptação do ator ao seu interlocutor como, por exemplo, o uso de performances que supostamente possam atrair maior atenção do interlocutor, mesmo que isso não gere nele uma transformação, em outras palavras, uma adaptação crítica ao outro.

práticas do grupo tendo-se como objetivo aumentar a efetividade do movimento ou diminuir as condições desfavoráveis dos alvos da mobilização pela conquista de novos aliados, havendo, portanto, uma *submissão da lógica identitária*. Essa preponderância da busca por resultados práticos imediatos não significa que ativistas não dêem importância a crítica apresentada pelo movimento ou para suas identidades. Militantes, no entanto, tendem a acreditar que, com a obtenção de resultados práticos, ativistas se encontraram em uma posição melhor ou criam um contexto mais apropriado para a divulgação dos problemas por eles identificados e das identidades por eles construídas¹³. Teoricamente, essa lógica de ação está baseada na lógica da “estratégia” de Dubet (1996) e nas discussões propostas pela teoria norte-americana da ação coletiva.

Por fim, ativistas orientados por uma combinação identitária de lógicas de ação buscam construir e/ou re-afirmar suas identidades¹⁴, vistas como novas ou repensadas em relação às categorias de identificação socialmente disponíveis, em busca de uma *construção de identidades*. Essa construção pode ocorrer tanto pela apresentação de novas categorias de identificação quanto pela luta pela definição do significado de categorias já existentes, tais como a de “mulher” ou de “homossexual”. Ativistas buscam não só construir essas identidades, mas trabalham também na *difusão das identidades*, ou seja, na difusão dessas novas categorias de identificação ou desses novos significados atribuídos a essas categorias.

¹³ A forma pela qual os ativistas de movimentos sociais articulam as diferentes lógicas de ação é também a forma pela qual esses atores articulam as diferentes temporalidades de sua ação nesse caso. É corrente (tanto entre os próprios ativistas quanto entre os teóricos da ação coletiva) a afirmação de que ativistas que se orientam por uma combinação construcionista de lógicas de ação têm objetivos “de longo prazo” e que ativistas que se orientam por uma combinação pragmática de lógicas de ação têm objetivos “de curto prazo”. Essa afirmação é questionada por meio da noção de “combinação” proposta nesse trabalho. De acordo com a proposta desse trabalho, todos os ativistas têm objetivos de curto e longo prazo, diferindo-se apenas no que se refere a quais objetivos devem ser alcançados em um primeiro momento e quais devem ser alcançados em um segundo momento (processo que seria facilitado pelas conquistas anteriores). Dessa forma, por exemplo, a construção do problema, entendida tradicionalmente como um objetivo “de longo prazo” (tendo em vista o longo processo necessário para a obtenção desse resultado), é aqui compreendida como um dos objetivos de curto prazo para ativistas construcionistas (na medida em que ele é visto como um dos “primeiros passos” para a conquista dos objetivos relacionados às demais lógicas). Já no caso pragmático, a situação se inverte, sendo um dos objetivos de curto prazo a obtenção de resultados práticos e um dos objetivos de longo prazo a construção de um problema. Dessa forma, as combinações de lógicas de ação incidem sobre a organização da temporalidade da ação dos atores na medida em que: 1) a lógica prioritária define os projetos de ação e os objetivos a serem estipulados em curto prazo pelos ativistas (mesmo que um longo período de tempo seja necessário para que objetivos estipulados sejam alcançados); 2) e que a articulação das lógicas subordinadas define os projetos de ação e os objetivos a serem estipulados em longo prazo pelos ativistas, fornecendo uma explicação sobre a forma pela qual a conquista dos objetivos de curto prazo possibilita ou facilita a conquista dos objetivos de longo prazo.

¹⁴ O uso do conceito de “identidade” e de “identidade coletiva” quando relacionado à “combinação identitária de lógicas de ação” no texto é, claramente e admitidamente, largo e carente de uma definição mais precisa. A palavra “identidade” aparece em diferentes contextos ao longo do texto se referindo a fenômenos diversos e aproximando-se de conceitos distintos de “identidade” propostos por estudiosos desse tema (tais como os conceitos de identidade individual e identidade coletiva). É necessário, portanto, um detalhamento teórico mais aprofundado do conceito de “identidade” para a definição mais precisa dessa combinação de lógicas de ação, tarefa que foge ao escopo desse trabalho.

Em casos em que essas categorias de identificação já estão socialmente disponíveis em larga escala, é comum que sejam atribuídos significados a essas categorias por indivíduos que não se identificam por elas. Em alguns desses casos, esses significados podem não ser vistos como adequados por aqueles atores que visam se identificar por meio delas. Em outras palavras, é esperado que militantes identifiquem preconceitos e estereótipos conectados às categorias de identidade. Tendo em vista esse quadro, ativistas guiados por essa lógica de ação têm como objetivo a *desconstrução de estereótipos e preconceitos*. É possível, ainda, que diversos grupos de ativistas se utilizem dessa categoria para se identificarem, havendo discordâncias claras, abertas e relativamente rígidas entre esses grupos a respeito dos significados da identidade. Nesse sentido, ativistas guiados por uma combinação identitária de lógicas de ação buscam a *definição das fronteiras das identidades*.

É possível observar que esses quatro últimos objetivos expostos se assemelham a quatro objetivos anteriormente mencionados para caracterizar a combinação construcionista de lógicas de ação. Em ambas as combinações de lógicas de ação são construídas e difundidas categorias, são desconstruídas categorias dos adversários e do público em geral e são definidas as fronteiras entre as categorias utilizadas pelo grupo e as categorias utilizadas por outros grupos de ativistas. No caso da combinação identitária de lógicas de ação, no entanto, essas categorias não respondem à pergunta “o que está acontecendo aqui?”, mas sim às perguntas “quem nós somos?” e “o que nós fazemos?”. Nesse sentido, em uma interação com membros das instituições políticas formais, ativistas não se focam no reconhecimento de suas causas, mas sim no reconhecimento *da legitimidade política do ator e de suas práticas*.

No caso do movimento pelos direitos animais uma importante peculiaridade dessa combinação de lógicas de ação pode ser observada. Ativistas não apenas buscam a construção, a difusão e o reconhecimento da legitimidade de suas identidades, mas buscam também a adesão de seus interlocutores a essas práticas. Isso parece ocorrer na medida em que a adesão à identidade é vista como a única forma de resolução do problema, ao contrário do que ocorre em outros movimentos sociais, nos quais o reconhecimento e o respeito das identidades e das práticas dos atores são vistos como soluções para os problemas identificados. Dessa forma, no caso estudado, ativistas buscam o *convencimento do interlocutor pela adesão identitária* em uma interação. Para que essa adesão ocorra, é necessário que ativistas demonstrem a seu interlocutor que a adesão à identidade é possível, apresentando indícios que demonstrem a ele que esse processo é exequível no cotidiano, não ameaçando a sua integridade física, e não lhe gerando privações pessoais. Em outras palavras, ativistas buscam a *demonstração e a construção da viabilidade da adoção identitária*.

Assim, os objetivos dos militantes orientados por essa combinação de lógicas de ação tende a girar em torno da defesa de “quem nós somos” e “o que nós fazemos”. O processo de adesão às novas identidades ou de busca de seu reconhecimento é visto como um processo com valor por si mesmo e não necessariamente vinculado a uma diminuição das condições desfavoráveis que as pessoas que se identificam por meio dela vivenciam, observando-se uma *submissão da lógica pragmática*. Ainda, a crítica social e os problemas sociais são vistos mais como uma consequência da adesão à identidade ou da condição identitária e menos como processos causados por essa identificação, observando-se uma *submissão da lógica construcionista*. Essa submissão, como nos outros casos, não significa um abandono da crítica e dos resultados práticos. Militantes tendem, no entanto, a perceber a adesão dos interlocutores às suas identidades e/ou o reconhecimento dessas categorias pelos “outros” como um passo para a percepção dos problemas identificados e para a obtenção de resultados práticos. Teoricamente, essa combinação de lógicas de ação está baseada no conceito de “integração” de Dubet (1996) e, principalmente, nas discussões propostas por Melucci (1995).

Quadro 4 - Resumo das Combinações de Lógicas de Ação e Objetivos Gerais Imediatos

Combinação Construcionista de Lógicas de Ação	Combinação Pragmática de Lógicas de Ação	Combinação Identitária de Lógicas de Ação
<ul style="list-style-type: none"> - Construção e difusão do reconhecimento de um problema social. - Denúncia de situações vistas como problemas. - Desconstrução das interpretações estabelecidas (crítica). - Defesa da definição precisa do problema. - Convencimento do interlocutor pela ideologia. - Busca de legitimidade política dos problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de resultados práticos. - Interesses imediatos dos alvos. - Adaptação dos objetivos ao visto como possível. - Conquista de aliados, independente do convencimento ideológico. - Busca de capacidade de influência política. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção e difusão do reconhecimento de uma identidade. - Desconstrução de estereótipos e preconceitos. - Defesa das fronteiras da identidade/práticas. - Busca da legitimidade política do ator e de suas práticas. - Convencimento do interlocutor pela adesão à identidade. - Demonstração e construção da viabilidade da adoção da identidade.

Fonte: autoria própria

Dessa forma, três combinações de lógica de ação são propostas nesse trabalho (Quadro 4). Porém, como afirma Dubet (1996), a combinação dessas lógicas não é um processo determinado e sem consequências, mas antes, um processo que cabe ao ator social ou individual e que afeta sua ação em diferentes níveis gerando dilemas. No que tange aos

movimentos sociais, esses dilemas podem influenciar a emergência de conflitos entre organizações de um mesmo movimento que combinem de formas distintas essas lógicas, ainda que as compartilhem¹⁵. Imagina-se que a opção (ainda que temporária) por alguma dessas combinações deve ter impacto em diversas dimensões da ação coletiva, tais como: a forma de atribuir oportunidades e ameaças às estruturas políticas; a opção por determinadas performances de ação coletiva em detrimento de outras que estejam presentes dos repertórios disponíveis de ação; assim como as formas de organização, de mobilização de recursos e de estabelecimento de redes. No entanto, a questão central para esse trabalho se dirige a outro foco teórico de atenção: como as diferentes combinações de lógica de ação afetam os processos de enquadramento interpretativo conduzidos por movimentos sociais?

¹⁵ Ainda que, nesse trabalho, os conflitos sejam visto parte como consequência dessa disputa entre combinações de lógicas de ação, não se pretende explicar completamente esses conflitos, que devem ter motivações diversas e que fogem do escopo dessa análise, tais como outros dilemas não relacionados à combinação de lógicas, rupturas afetivas entre militantes, problemas de compatibilização entre as exigências das organizações e exigências de outras esferas de vida e etc. Dessa forma, seria necessária a criação de um campo de estudos exclusivamente dedicada ao problema das rupturas internas dos movimentos sociais.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E O DILEMA DO ENQUADRAMENTO

O problema apresentado no capítulo anterior se refere à influência que determinadas combinações de lógicas de ação têm sobre os processos de enquadramento interpretativo conduzidos por ativistas de movimentos sociais. Mas o que significa “enquadrar”? As formas como indivíduos fazem isso são sempre as mesmas? As categorias utilizadas pelos atores nesses processos têm sempre as mesmas características? Se a resposta para essas duas últimas perguntas for negativa, o que define a forma como ativistas enquadram situações e as categorias por eles utilizadas? Esse capítulo se refere a esses problemas teóricos.

O conceito de “enquadramento interpretativo”, desenvolvido por Bateson (1972), se tornou conhecido, principalmente, pela sua aplicação na perspectiva interacionista simbólica de Goffman (1986). Em suma, o interacionismo simbólico defende que a interação tem dinâmicas próprias que influenciam o comportamento dos atores sociais nela envolvidos. Essa abordagem busca, desta forma, se afastar de explicações exclusivamente estruturalistas de grande influência na sociologia norte-americana (BECKER, 1996).

Para Goffman (1986; 2002; 2011) a definição das situações está sempre em aberto. Atores sociais em todos os momentos buscam uma resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?”. As interações sociais são importantes para esse sociólogo, na medida em que, devido a essa pergunta estar sempre em aberto para os atores, em uma interação, sua resposta está sempre sujeita a negociação. Essa negociação de sentido tem uma lógica própria: o ator social busca regular a impressão transmitida ao seu interlocutor de acordo com a reação esperada do outro e com seus objetivos nessa interação. Dessa forma, os atores trabalham em conjunto na construção de uma definição da situação vivenciada (ou de outras situações que estejam em pauta na interação). Em outras palavras, trabalham em conjunto no enquadramento dessas situações (GOFFMAN, 1986; 2002; 2011).

Porém, as formas como os atores sociais controlam essa transmissão de significados e respondem a essa pergunta não são criadas apenas na interação. Para cumprir essas tarefas, atores recorrem a significados já estruturados, ou seja, a formas pré-definidas de classificação das situações (GOFFMAN, 1986). Essas categorias são chamadas de “molduras interpretativas” (no original, *frames*)¹⁶ sendo definidas por Goffman (1986, p.10, tradução

¹⁶ A tradução do termo “*frames*” para a língua portuguesa impõe diversas dificuldades, na medida em que essa expressão é polissêmica na língua inglesa. Autores têm adotado soluções diversas para efetuar essa tradução.

livre) como “princípios de organização que governam eventos (...) e nosso envolvimento subjetivo neles”. As molduras interpretativas, portanto, ao mesmo tempo em que possibilitam aos indivíduos a compreensão das situações e a negociação dessa definição, também limitam as possibilidades de entendimento da vida social, sendo, assim, vistas por intérpretes desse sociólogo como a dimensão “estrutural” da teoria de Erving Goffman (GASTALDO, 2004).

Segundo Goffman (1986), no entanto, os atores sociais não estão “presos” a esses significados, tendo agência sobre eles. Para o autor, o processo de enquadramento interpretativo ocorre em “camadas”. Atores sociais utilizam as chamadas “molduras primárias” para classificar as situações de forma quase automática. Por exemplo, quando ativistas se reúnem em grande quantidade nas ruas de uma cidade e caminham em conjunto por essas vias, policiais e transeuntes podem rapidamente definir essa situação pensando que “o que está acontecendo aqui é uma passeata”. Assim, segundo Goffman (1986),

(...) Cada moldura primária permite que seu usuário localize, perceba, identifique e rotule um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos. Se perguntado, ele é, provavelmente, (...) incapaz de descrever essa moldura em qualquer nível, no entanto, essa deficiência não é um obstáculo para que ele a aplique de forma fácil e completa (GOFFMAN, 1986, p.21, tradução livre)

Ainda sobre esse conceito, segundo o autor, uma situação provavelmente, não é classificada pelos atores sociais em termos de apenas uma moldura primária. No mais, entre essas diversas molduras aplicadas, segundo Goffman (1986), é possível que os atores acreditem que algumas sejam mais relevantes do que outras para a classificação das situações em questão.

Quadros (interpretativos), marcos (interpretativos), enquadramentos (interpretativos) e molduras (interpretativas) são exemplos disso. Na medida em que a sociologia de Erving Goffman apresenta conceitos com fortes analogias com práticas cotidianas, esse trabalho buscou a tradução que pareceu manter de forma mais coerente a analogia original. Como Noakes e Johnston (2005, p.2, tradução livre) definem, “o enquadramento funciona de forma análoga a uma moldura ao redor de uma figura: foca-se a atenção naquilo que é relevante e importante, distanciando-a de elementos exógenos ao campo de vista”. Ou seja, o termo “*frames*” se dirige às interpretações que atraem o foco de atenção do ator para determinada situação e fornecem sentido às experiências selecionadas, e não ao quadro em si (o “mundo lá fora”). A expressão “interpretativa”, ausente no original, é inserida para ressaltar o aspecto fenomenológico do conceito, sendo acoplada ao termo “molduras”, no entanto, apenas em alguns trechos do texto. Opta-se, ainda, por manter a distinção original entre “*frames*” e “*framing*”, expressões traduzidas respectivamente como “molduras” e “enquadramento”. O primeiro termo se refere à interpretação em si e o segundo se refere ao ato de interpretar ou negociar interpretações. Disputas teóricas acerca da pertinência de cada um desses conceitos para a análise do fenômeno em estudo podem ser observadas. Alguns autores enfatizam o substantivo “molduras”, concebendo as molduras como estruturas de significado inseridas na mente dos sujeitos (JOHNSTON, 2000; 2005). Outros autores defendem que o termo “molduras” é apenas abstração teórica, sendo que os processos efetivamente vividos apenas podem ser descritos por meio do substantivo “enquadramento”, enfatizando-se o caráter de construção processual dos sentidos em negociações interativas e evitando a reificação desses elementos simbólicos (BENFORD, 1997; SNOW; BENFORD, 2005). Maiores detalhes sobre essa disputa teórica podem ser encontrados no “Apêndice Metodológico” desse trabalho. Por ora, é necessário ressaltar que esse trabalho busca compreender tanto as “molduras” como elementos inseridos nas mentes dos sujeitos em um momento prévio às interações em estudo, quanto o “enquadramento” desenvolvido em meio a dinâmicas interativas contingentes e peculiares de cada interação.

Os atores sociais, porém, não estão completamente “presos” a essas definições pré-estabelecidas. Indivíduos têm agência sobre essas molduras primárias, podendo manipulá-las em uma interação, acessando uma segunda camada do enquadramento. Atores podem, por exemplo, definir algumas situações como padronizadas tendo-se como referente outra situação definida por uma moldura primária, mas concebê-las de forma consensual como algo diferente. Assim, quando ativistas de direitos animais fazem protestos com humanos colocados sobre churrasqueiras falsas ou sendo submetido a testes científicos, tanto ativistas como expectadores sabem que aquela performance tem como referente uma situação enquadrada como “churrasco” ou como “experimento científico”, mas também sabem que o que está “realmente acontecendo ali” não é nem um churrasco, nem um experimento científico, mas sim, uma manifestação política. As categorias utilizadas nesse processo são chamadas de “tons” por Goffman (1986).

Em uma interação, indivíduos podem, ainda, propor definições das situações vistas por eles mesmos como inapropriadas para essa mesma situação. A diferença básica em relação à tonalização é que esse processo não está baseado no consenso, mas antes na incapacidade do interlocutor de reconhecer que a definição oferecida pelo ator não é uma definição apropriada para a situação. Assim, quando ativistas de direitos animais se candidatam a empregos em um laboratório que conduz testes em animais para filmar e divulgar os procedimentos de pesquisa, eles oferecem para os seus empregadores uma definição vista por eles mesmos como inapropriadas para a situação, definindo sua presença na empresa por um interesse exclusivamente profissional. As categorias utilizadas nesse processo são chamadas de “fabricações” por Goffman (1986).

A teoria desse sociólogo, portanto, oferece uma perspectiva complexa sobre os processos sociais interpretativos. Por um lado, atores sociais são limitados pelas categorias socialmente disponíveis para classificar as situações. Por outro lado, essas categorias são manipuladas dentro das situações, podendo ser escolhidas e combinadas de forma intencional pelo ator social, dando forte destaque a agência dos indivíduos. Essa combinação que admite a estruturação da ação, mas que, ao mesmo tempo, destaca a capacidade de agência dos indivíduos sobre essa estrutura chamou a atenção dos sociólogos da ação coletiva, dedicados justamente ao estudo de fenômenos nos quais atores sociais se sentem incomodados ou injustiçados por determinada estruturação da vida social, se dedicando, ao mesmo tempo, a questioná-la ou a modificá-la em direção a seus interesses.

Após essa introdução à formulação original de Erving Goffman da noção de enquadramento interpretativo, a primeira seção desse capítulo apresenta as características da

apropriação desse conceito pela teoria norte-americana da ação coletiva e os problemas de definição teórica que emergem desse processo de incorporação conceitual. A segunda seção tenta apresentar soluções para a compreensão dos dilemas de enquadramento vivenciados por ativistas.

2.1 O QUE HÁ ALÉM DA ESTRATÉGIA? (IN)DEFINIÇÕES CONCEITUAIS NA PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO

A primeira apropriação do conceito de “molduras interpretativas” para o estudo de movimentos sociais é realizada por Gamson e seus colegas (1982). Buscando explicações sobre o que torna possível o questionamento de uma autoridade em uma interação, esses autores conduziram um experimento no qual indivíduos eram convidados a participar de um projeto de uma empresa que propunha que eles recorressem a meios que, em diversas outras situações, poderiam ser vistos como moralmente questionáveis para atingir seus objetivos. De acordo com os autores, a contestação da definição proposta pela autoridade só se tornou possível quando os indivíduos puderam construir uma definição alternativa da situação em curso, definindo a proposta do empresário como injusta (GAMSON, FIREMAN, RYTINA, 1982 *apud* GAMSON, 1985). Os resultados obtidos por esses pesquisadores têm conseqüências teóricas importantes. Se o processo de contestação só é possível quando ativistas articulam interpretações alternativas sobre a realidade, primeiramente, é possível concluir que movimentos sociais têm um *papel ativo de construção de significados*. Ainda, o papel da cultura não pode mais ser visto como apenas um “obstáculo” no caminho dos movimentos sociais que deve ser superado para que ativistas tenham acesso a sua “condição”, mas o próprio conflito deve ser compreendido como uma *disputa entre interpretações alternativas da realidade*. As dimensões fenomenológicas da ação não são, portanto, entraves para a contestação, mas antes uma *pré-condição para a emergência do conflito*.

Outros importantes autores que incorporam o conceito “molduras interpretativas” ao estudo de movimentos sociais são Snow e Benford. A utilização do conceito de “enquadramento” também tem nesse caso o intuito de reforçar o papel ativo dos sujeitos no processo de construção de significados. O principal “alvo” desses autores é a utilização recorrente do conceito de “ideologia” de forma monolítica e reificada, que obscureceria a pluralidade interpretativa existente dentro de movimentos sociais, assim como o processo ativo de construção de significados por parte dos ativistas, que seriam vistos por outros

autores como meros “portadores” de ideologias (SNOW; BENFORD, 2005; SNOW, BYRD, 2007). Assim, Snow e Byrd (2007) afirmam que

O conceito de ideologia, aplicado costumeiramente de forma monolítica no que diz respeito a [...] movimentos sociais [...], tem uma utilidade analítica questionável, já que seu tratamento tende não apenas a ignorar a variação ideológica, mas obscurece também o tipo de trabalho discursivo necessário para articular e elaborar um conjunto de possíveis conexões entre idéias, eventos e ação (SNOW; BYRD, 2007, p.120, tradução livre)

Em seu primeiro trabalho clássico sobre o tema, Snow e seus colegas (1986) analisam as estratégias simbólicas desenvolvidas pelas lideranças dos movimentos para conquistar novos aderentes às suas causas. Segundo os autores, movimentos sociais podem formular quatro tipos de estratégias de enquadramento para cumprir essa tarefa: a “ligação de molduras” (*frame bridging*) que seria uma simples conexão entre as molduras interpretativas fornecidas pelos movimentos e aquelas socialmente generalizadas; a “amplificação de molduras” (*frame amplification*) que consiste em tornar saliente determinada categorização socialmente disponível que seja favorável ao movimento; a “extensão de molduras” (*frame extension*) que consiste no alargamento do argumento desenvolvido pelos ativistas em direção a temáticas caras a interpretações socialmente estabelecidas; e a “transformação de molduras” (*frame transformation*) que consiste no projeto de transformação completa das molduras dos interlocutores (SNOW et al, 1986).

Como ressaltam Noakes e Johnston (2005), essas duas apropriações apresentam abordagens distintas sobre os processos de enquadramento interpretativo. Em seu trabalho, Gamson e seus colegas (1982) propõem uma ênfase nos processos de negociação de sentido que ocorrem entre ativistas e autoridades. Já na abordagem de Snow e seus colegas (1986), observa-se uma ênfase nas estratégias intencionalmente desenvolvidas por líderes de movimentos sociais buscando maximizar os resultados de sua ação.

É essa segunda “versão” da abordagem do enquadramento interpretativo que ganha maior repercussão em estudos norte-americanos da ação coletiva. É provável que essa perspectiva “estratégica” tenha conquistado tal repercussão devido a sua semelhança em relação às características da teoria norte-americana dos movimentos sociais como um todo, apresentadas no capítulo anterior. Assim, a ênfase na racionalidade proposta pela TMR se mantém nessa abordagem, tendo-se como foco o pensamento racional dos líderes de movimento na escolha sobre quais molduras e quais processos de enquadramento podem produzir melhores resultados. Como argumenta Westby (2005)

O inventário compreensivo dos processos de alinhamento de moldura era exatamente o que a TMR precisava: um conceito que, simultaneamente respondia às críticas advindas do *cultural turn* emergente, mas que também se encaixava no axioma da racionalidade da teoria (WESTBY, 2005, p.217, tradução livre).

Essa perspectiva parece complementar, ainda, à ênfase na obtenção de objetivos práticos e imediatos apresentada pelas teorias norte-americanas da ação coletiva. Ao propor o conceito de MIAC, Benford e Snow (2000, p.614, tradução livre) defendem que essas molduras “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’”. Esse processo, segundo os autores, tem como objetivo “mobilizar potenciais aderentes e constituintes, garantir apoio dos espectadores e desmobilizar antagonistas” (SNOW; BENFORD, 1988, p.198 *apud* BENFORD; SNOW, 2000, p.614, tradução livre). A finalidade dos processos de enquadramento dentro dessa perspectiva está, portanto, teoricamente vinculada a uma única questão, a obtenção de aliados, dimensão de uma ênfase teórica na lógica pragmática de ação.

A abordagem proposta por Benford e Snow (2000) acerca dos processos de enquadramento interpretativo é, assim, comumente vista pela literatura como caracterizada pelo seu “viés estratégico”. Esse é o maior alvo das críticas apresentadas por teóricos da ação coletiva ao conceito de “molduras interpretativas”. Crítica essa que leva os estudiosos a problemas teóricos ainda maiores. Se movimentos sociais não se limitam à estratégia, o que há além dela? Como denominamos os processos que não detêm essa característica? É possível pensar em termos de “enquadramento interpretativo” quando o fenômeno ocorre além das fronteiras da estratégia? As respostas apresentadas para esse problema são pouco consensuais e produzem uma grande confusão e indefinição conceitual dentro da perspectiva do enquadramento interpretativo.

Por um lado, tanto teóricos ligados ao conceito de “ideologia” como teóricos ligados ao conceito de “identidades coletivas” alegam que o viés “estratégico” da teoria do enquadramento interpretativo obscurece que os símbolos não podem ser vistos como meros meios para a obtenção de fins práticos da ação política. Segundo esses estudiosos, as ideologias e as identidades coletivas têm um papel fundamental de organização da experiência política dos atores sociais e, portanto, movimentos sociais têm também como um fim “ensinar” tais símbolos para seus interlocutores. Os processos de enquadramento interpretativo não operam, assim, em um vácuo moral no qual os líderes de movimentos podem escolher se filiar a determinadas interpretações e abandonar outras de acordo com seus cálculos de efetividade em uma lógica semelhante à do *marketing*. Pelo contrário, líderes de movimento (assim como todos os ativistas) têm um comprometimento ético e moral profundo

com determinadas interpretações da vida social. Essas interpretações orientam sua ação no mundo e não podem ser simplesmente abandonadas em nome da efetividade da ação (GILLAN, 2008; OLIVER; JOHNSTON, 2005; MAIA, 2009).

Autores discordam, no entanto, sobre como essa dimensão fenomenológica “não estratégica” da ação coletiva deve ser denominada. Alguns teóricos defendem que a noção de “molduras” deve ser abandonada quando esse tipo de fenômeno entra em questão. Por um lado, estudiosos ligados às TNMS defendem a força do conceito de identidades coletivas e das teorias da deliberação (MAIA, 2009). Por outro lado, sociólogos americanos como Johnston e Oliver (2005) defendem que o conceito de “ideologia” deve ser resgatado para lidar com essa dimensão de aprendizado e comprometimento do fenômeno da ação coletiva (OLIVER; JOHNSTON, 2005; JOHNSTON; OLIVER, 2005). Já Gillan (2008) defende que o conceito de ideologia não se refere a movimentos sociais, mas sim a arenas intelectuais, não comportando necessariamente um chamado para a luta e constituindo-se de sistemas mais fechados de conhecimento. Esse autor também propõe que essa dimensão de análise seja mantida dentro da rubrica das “molduras”, propondo alternativamente o conceito de “molduras orientadoras” para lidar com esse tipo de fenômeno (GILLAN, 2008). Defendendo sua teoria, Snow e Benford (2005) alegam que o conceito de “molduras interpretativas” é sim capaz de lidar com esse tipo de fenômeno, alegando que sua teoria teria sido interpretada de forma incorreta e que o conceito de “ideologia” se refere a um nível de análise mais agregado que tem como risco a reificação da dimensão fenomenológica da ação coletiva.

Uma crítica diferente ao viés “estratégico” da abordagem mais consagrada do enquadramento interpretativo não se refere aos símbolos que têm importância para os ativistas, orientando a sua ação no mundo político, mas sim àqueles símbolos usados de forma pouco consciente pelos ativistas em suas atividades de militância. Ou seja, esses autores alegam que os processos de atribuição de sentido não ocorrem necessariamente de maneira intencional, podendo ocorrer muitas vezes de forma tácita (MATHIEU, 2002; JOHNSTON; ALIMI, 2012). Em geral, essas críticas recorrem à origem do conceito de “molduras interpretativas”, alegando que a formulação original de Goffman (1986) propunha que o enquadramento ocorria (ao menos em alguns momentos) independentemente da intencionalidade do ator. Mathieu (2002), por exemplo, defende que

Ainda que Goffman estivesse interessado prioritariamente no enquadramento como uma atividade cognitiva largamente pré-reflexiva de atribuição de sentido (assim como em suas falhas) e concedesse apenas atenção secundária às molduras em si, o uso que Snow e seus colaboradores fazem desse aparelho conceitual desloca o interesse em direção a um trabalho reflexivo de redefinição das representações, na

medida em que é consciente e tático. As molduras não aparecem mais tanto como o produto de uma atividade cognitiva, mas mais como esquemas de interpretação relativamente estáveis e rígidos, que tornam possível que certos sujeitos os manipulem de uma maneira coerente com seus interesses (MATHIEU, 2002, p.87, tradução livre)

Para resolver esse problema teórico, Johnston e Alimi (2012) propõem o resgate do conceito de “molduras primárias” de Goffman (1986). Já Benford e Snow (2000), tentando superar o viés “estratégico” de sua abordagem, propõem que os processos de enquadramento interpretativo não ocorrem apenas de forma estratégica (como demonstrado no seu artigo clássico de 1986), mas também por meio de processos denominados por eles de “discursivos”, que ocorrem informalmente em conversas entre ativistas e que não estão dirigidos à obtenção de resultados.

Assim, cada uma dessas críticas gerou soluções conceituais diversas. Ainda, essas críticas parecem não entrar em um consenso sobre a definição de o que é “estratégico” e “não estratégico”. Em uma perspectiva, o “não estratégico” é definido pela importância que ativistas dão pelas categorias para a organização de sua experiência, conseqüentemente, o “estratégico” é definido como o processo que relativiza a importância dessas categorias, sejam elas definidas como ideologias ou identidades. Em outra perspectiva, o “não estratégico” é definido como o tácito e pouco reflexivo em oposição ao “estratégico”, que denotaria uma atividade racional baseada no cálculo de custos e benefícios. Ainda, teóricos discordam se essas dimensões “não estratégicas” podem ser incorporadas ou não à abordagem do enquadramento interpretativo.

A classificação de Zhao (2010) sobre as possíveis formas de relação que movimentos podem ter com a cultura parece comportar esses três tipos de fenômeno. Segundo o autor, ativistas podem lidar com a cultura como se ela fosse uma “caixa de ferramentas”, dirigindo-se estrategicamente e intencionalmente a ela e selecionando interpretações que lhe pareçam convenientes aos seus interesses. Movimentos sociais podem também se relacionar com a cultura como se ela fosse um roteiro de ação construído com base em códigos morais (ideologias) e selecionando a cultura não mais em termos de eficiência, mas em termos de “certo” e “errado”. Nesse caso, ativistas ainda têm consciência das categorias que usam, mas têm menos liberdade para escolher entre as diversas possibilidades de interpretação. Por fim, movimentos sociais podem se relacionar de forma “instintiva” com a cultura, de acordo com hábitos e rotinas pouco percebidas pelos atores sociais. Nesse caso, ao contrário do que acontece com os roteiros de ação, os atores agem influenciados pela cultura sem perceber isso, e não por acreditarem nela (ZHAO, 2010).

Ainda que essa classificação abrangente organize consideravelmente as disputas conceituais anteriormente estabelecidas, ela ainda mantém um traço dicotômico no estabelecimento dos conceitos, tomando-as como formas culturais totalmente distintas. Essas dificuldades teóricas - assim como as dificuldades observadas em relação à definição de o que é “não estratégico” - podem ser compreendidas, em parte, pela própria fraqueza do conceito de “estratégia”. Como defende Polletta (1997) aquilo que é considerado estratégico por determinados ativistas pode ser considerado um erro para outros que se filiem a outra definição de qual é a melhor escolha estratégica para dada definição. Essas diferenças, segundo a autora, devem estar relacionadas à postura ideológica dos grupos. Cada ideologia comporta em si uma definição de o que é uma boa estratégia para a ação. Assim, a divisão entre ideologia e estratégia perde o sentido, na medida em que a própria definição da estratégia depende da ideologia (POLLETTA, 1997). Em suma, a expressão “estratégia” ou a expressão “falta de estratégia” são melhores compreendidas como categorias nativas de valorização de determinados grupos e acusação de outros do que como categorias analíticas em si mesmas¹⁷.

Se a dicotomia entre “estratégia” e “ideologia” parece, assim, ter pouco sentido, isso não significa que ativistas não tenham teorias sobre o funcionamento da vida política e social que orientem a sua ação e que, por consequência lógica, não haja determinadas categorias vistas pelos indivíduos como más interpretações (ou interpretações menos relevantes ou adequadas) das situações em questão. Em outras palavras, ativistas podem ver determinadas categorias como mais ou menos adequadas às situações a quais se dirigem. Isso não impede, também, que ativistas utilizem tanto umas como as outras, podendo ver ambas as formas de relacionamento com as categorias interpretativas como estratégias de ação.

Assim, a classificação proposta nesse trabalho abandona a noção de “estratégia”, mas mantém a idéia de que determinadas categorias são vistas como mais adequadas para a classificação da “realidade” do que outras, tendo elas uma importância subjetiva para os militantes. Esse trabalho também defende que outras categorias, ainda, não são percebidas pelos atores, orientando sua ação independentemente da sua avaliação se essas categorias são boas ou más definições das situações. Por fim, defende-se que os atores tem capacidade de agência sobre essas categorias, podendo utilizar ora categorias vistas como boas definições das situações, ora categorias vistas como más definições (ou definições menos importantes) dessas mesmas situações.

¹⁷ É importante ressaltar que essa crítica ao conceito de “estratégia” se aplica a este conceito tal como ele é formulado pela literatura citada nesse capítulo. É possível que outras formulações do conceito de “estratégia” superem essas dificuldades. A análise da diversidade das formas pelas quais o conceito de “estratégia” é definido por diferentes correntes teóricas, no entanto, foge ao escopo desse trabalho.

É possível perceber, portanto, que a classificação proposta nesse trabalho se baseia, em grande medida, no resgate da proposta teórica de Goffman (1986). Esse autor oferece conceitos para lidar com categorias usadas de forma tácita pelos atores, assim como para lidar com categorias vistas como inapropriadas para a definição das situações. O que não pode ser encontrado na teoria desse autor, no entanto, é uma definição para as categorias utilizadas pelos atores de forma intencional que sejam vistas como as definições mais apropriadas das situações e que, portanto, tenham uma importância subjetiva para eles. Por encontrar na teoria interacionista de Erving Goffman (1986) os instrumentos conceituais capazes de lidar com boa parte dos problemas teóricos apresentados, esse trabalho defende que é possível lidar com a dimensão que os autores denominaram de “não estratégica” dentro da abordagem do enquadramento interpretativo.

A classificação proposta é a seguinte. O conceito de “molduras primárias” de Goffman (1986) é adotado em seu sentido original, como categorias utilizadas de forma tácita pelos atores em sua definição das situações. O conceito de “molduras ideológicas” é definido com base no conceito de “ideologia” de Oliver e Johnston (2005), referindo-se a categorias vistas pelos ativistas como as definições mais adequadas das situações a que se referem, definindo a sua luta e os problemas identificados pelos ativistas e respondendo a pergunta “o que está acontecendo aqui?” quando dirigida às situações que estão no foco dos ativistas. Essas categorias têm uma importância subjetiva para os militantes, não podendo ser completamente esquecidas. As “molduras identitárias” são vistas como categorias análogas às molduras ideológicas, sendo definidas com base no conceito de “identidades coletivas” de Melucci (1995). Essas categorias também têm uma importância subjetiva para os militantes, não podendo ser completamente esquecidas. Porém, ao invés de responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?” - identificando problemas sociais - essas categorias respondem mais às perguntas “quem somos nós?” e “o que fazemos?”, definindo as identidades e as práticas dos militantes de uma forma vista como completamente adequada e satisfatória. A expressão “molduras” é acoplada a essas definições de “ideologia” e “identidades coletivas” para enfatizar o uso interativo das categorias. Assim, é provável que ideologias existam de forma independente das interações, assim como as identidades coletivas. O que se quer enfatizar nesse trabalho, no entanto, é o uso¹⁸ dessas categorias em uma interação, no intuito de classificar as situações e definir seus personagens.

¹⁸ Esse uso, no entanto, não deve ser compreendido apenas como o uso das molduras como meios para um fim, na medida em que as categorias podem ser aplicadas em uma interação tendo-se como objetivo divulgá-las, tomando-as como um fim da ação.

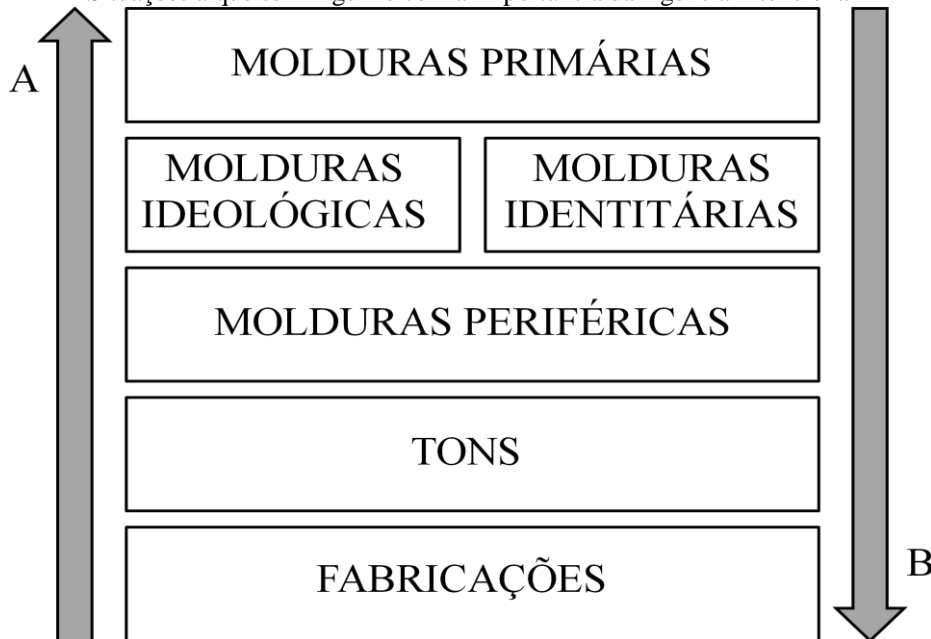
Ainda, como Goffman (1986) defende, algumas categorias podem ser vistas como apropriadas para a definição das situações, sendo, porém, consideradas menos relevantes para essa tarefa. Esse trabalho propõe o conceito de “molduras periféricas” para a descrição de tais categorias. Assim, esse tipo de moldura se encontra em um meio termo entre molduras ideológicas e identitárias e as fabricações, na medida em que são vistas como definições adequadas das situações (ao contrário das fabricações), mas não são vistas como tão relevantes para a definição delas em comparação aos dois primeiros tipos citados. Assim, essas categorias não detêm a importância subjetiva que molduras ideológicas e identitárias detêm para os atores. Por fim, esse trabalho adota duas outras definições conceituais idênticas às propostas por Goffman (1986): a de tons e fabricações. As MIACs comportariam todos esses tipos de molduras, sendo caracterizadas pelo seu uso em interações com o intuito de atingir os diversos objetivos dos movimentos sociais (esse conceito está exposto mais claramente na próxima seção).

A figura abaixo (Figura 2) simplifica essa classificação proposta. A seta “A” representa a adequação imaginada de cada tipo de moldura para a organização da experiência. Já a seta “B” indica a importância da agência intencional do indivíduo no processo de enquadramento. Assim, no caso extremo das molduras primárias (a primeira camada do enquadramento) a adequação não é nem ao menos atribuída intencionalmente pelo ator, sendo imaginada de forma tácita. Dessa forma, a intencionalidade do indivíduo sobre essas categorias influi pouco na sua aplicação. No caso das molduras ideológicas e identitárias as categorias têm uma alta adequação imaginada, sendo vistas como as definições mais relevantes para as situações focadas pelos movimentos sociais. Por se aproximarem da ideia de “convicção”, essas categorias não podem ser consideradas uma mera “limitação” da agência do ator, na medida em que o ator está ciente da influência da categoria e vê esse processo de forma positiva, mas elas também não podem ser consideradas simples escolhas, pois adquirem uma importância subjetiva para os atores independentemente de sua vontade, assim, a intencionalidade do ator influi marginalmente sua aplicação.

Já as molduras periféricas têm uma adequação imaginada mediana, sendo consideradas apropriadas para a definição das situações, mas não “as mais apropriadas”. Nesse caso, para que elas sejam aplicadas na classificação das situações é necessário que o indivíduo esteja intencionalmente disposto a utilizá-las. No caso dos tons, as categorias são vistas como inapropriadas para a definição das situações, mas apropriadas para a definição das situações nas quais a interação em questão de baseia. Nesse caso, a construção de um tom depende sempre da intencionalidade dos atores em construir analogias entre as situações. No

outro caso extremo, as fabricações, as categorias não são vistas como definições apropriadas para as situações e sua aplicação exige a agência do indivíduo no intuito de fornecer determinada categoria ao seu interlocutor e impedi-lo de acessar a categoria vista como adequada para a situação em questão.

Figura 2 - Tipos de Molduras Interpretativas de acordo com sua Adequação Imaginada para a Classificação das Situações a que se Dirigem e com a Importância da Agência Intencional



Fonte: autoria própria

A definição sobre quais categorias podem ser vistas como molduras ideológicas e identitárias, no entanto, estão sempre em disputa dentro de um movimento social, não alcançando jamais um consenso completo. Como ressaltam diversos autores, as interpretações não são estáticas, sendo melhor compreendidas quando vistas como processos de construção social por meio de negociações de sentido (BENFORD, 1997; MELUCCI, 1995).

Essa sistematização conceitual, no entanto, resolve apenas uma parte do problema. Se movimentos sociais têm a sua disposição categorias com características tão variadas, o que os leva a adotar umas em detrimento de outras? Como mostra Westby (2005), a ideologia de um movimento pode estar completamente presente ou completamente ausente de seus processos de enquadramento interpretativo. O que leva os ativistas a escolherem ou combinarem com diferentes pesos determinados tipos de categorias em seus processos de enquadramento interpretativo e considerarem que determinada escolha ou combinação de molduras consiste em uma postura estratégica?

2.2 O DILEMA DO ENQUADRAMENTO: LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO

Como a literatura reconhece, frente à diversidade de símbolos culturalmente disponíveis para os ativistas, se impõe um dilema de enquadramento. Este dilema tem duas premissas básicas. Primeiramente, se movimentos sociais oferecem algum tipo de desafio à cultura ou às autoridades políticas, supõe-se que os símbolos que orientam sua ação (suas molduras ideológicas e identitárias, nos termos propostos neste trabalho) se distanciem em alguma medida das concepções difundidas e/ou aceitas pela maior parte da população ou da elite política. Em segundo lugar, no entanto, a literatura alega que a possibilidade de que os interlocutores dos ativistas considerem o enquadramento apresentado pelos movimentos sociais como uma boa definição de “o que está acontecendo aqui” diminui se esse enquadramento não se aproximar, ao menos em parte, das molduras já vistas como relevantes para esse interlocutor (BENFORD; SNOW, 2000; HEWITT McCAMMON, 2005; NOAKES; JOHNSTON, 2005). Essas duas premissas impõem, assim, um dilema básico de enquadramento aos movimentos sociais, resumido por Tarrow (2009) da seguinte maneira:

Há um paradoxo na política simbólica dos movimentos sociais: entre desenvolver símbolos dinâmicos que criam novas identidades e realizarão mudanças e oferecer símbolos que sejam familiares às pessoas e baseados em suas próprias culturas (TARROW, 2009, p.140)

Em outras palavras: movimentos sociais se dividem entre o enquadramento por meio de molduras ideológicas e identitárias, dirigindo-se criticamente ao “mundo social”, e entre a mescla do uso dessas molduras com molduras periféricas ou fabricações vistas como aceitas pelos seus interlocutores, conquistando de forma mais fácil sua atenção e sua simpatia.

A literatura aponta que movimentos sociais, de fato, se dividem entre essas diversas formas de enquadramento. Westby (2005)¹⁹, por exemplo, apesar de manter a separação dicotômica entre ideologia e estratégia, mostra como movimentos sociais podem propor tanto enquadramentos que se aproximam do que é chamado nesse trabalho de suas molduras

¹⁹ Neste artigo, a confusão conceitual exposta na seção anterior fica clara. Inicialmente, o autor adota a divisão conceitual entre “ideologia” e “enquadramento interpretativo”, tratando o “não estratégico” como uma dimensão alheia ao enquadramento como propõem Oliver e Johnston (2005). Ao longo do texto, no entanto, o autor parece defender que “ideologia” e “imperativo estratégico” são dimensões competitivas dos processos de enquadramento interpretativo, incorporando ambas as dimensões sob a rubrica do “enquadramento”, de forma análoga ao que Benford e Snow (2000) propõem. Porém, se esta aproximação com a perspectiva de Benford e Snow (2000) ocorre no que tange ao problema de incorporação do “não estratégico” à abordagem do enquadramento, sua definição de “não estratégico” se assemelha mais a de Oliver e Johnston (2005), sendo relacionada à idéia de centralidade para a organização da experiência e não à idéia de ausência de intencionalidade.

ideológicas (seja por uma escolha intencional, seja pela eventual capacidade que determinada ideologia tenha de ser vista pelos interlocutores como uma boa interpretação da realidade), quanto enquadramentos que se distanciam dessas molduras (seja por uma escolha ou por uma adaptação ao contexto, podendo até mesmo se aproximar da ideologia hegemônica) (WESTBY, 2005). Porém, o que os leva a adotar determinada postura em detrimento de outra?

Segundo o autor, determinados movimentos poderiam ser caracterizados por uma maior “saliência ideológica”, característica definida como um “compartilhamento de comprometimento e de acordo normativo que prioriza a ideologia do movimento frente a crenças, comprometimentos e demandas competidoras”, o que dificultaria a esses movimentos o acesso a uma racionalidade estratégica (WESTBY, 2005, p.220, tradução livre). O problema dessa solução teórica está justamente em sua premissa dicotômica. Como defende Polletta (1997), a própria visão de estratégia depende de definições ideológicas. Ou seja, a ideologia não pode ser vista como um entrave à estratégia, mas como parte do processo de construção das estratégias. Mesmo se o termo “estratégia” for substituído pela idéia proposta nesse trabalho de que movimentos podem propor enquadramentos que não utilizem ou mesquem suas molduras ideológicas e identitárias com outros tipos de moldura, a resposta ainda parece insuficiente. Se a própria definição de ideologia pressupõe um comprometimento e um acordo normativo do sujeito em relação à interpretação em questão, uma categoria pouco “saliente” para o militante não pode, por consequência, ser classificada como ideológica. Ainda, é empiricamente difícil sustentar que as organizações que utilizam menos suas molduras ideológicas em seus processos de enquadramento tenham um comprometimento menor com suas crenças frente a outras interpretações da realidade em comparação a outras organizações de um mesmo movimento que utilizem mais freqüentemente esse tipo de moldura.

De forma alternativa, Zhao (2010) propõe que movimentos sociais se relacionam de forma mais “estratégica” e menos “ideológica” em relação à cultura quanto maior for sua capacidade organizativa. Assim, movimentos menos organizados agiriam de forma mais “automática” de acordo com aquilo que lhes é mais familiar: suas ideologias. Novamente, nesse argumento, a dicotomia entre ideologia e estratégia parece ser um grande entrave. Mesmo se a premissa de que movimentos mais organizados se relacionam com as interpretações de forma mais intencional (premissa que exigiria, ainda, demonstração empírica), ativistas não poderiam concluir, por meio da reflexão, que o uso de ideologia é a melhor estratégia para determinada situação?

A conclusão apressada de que a ideologia não é uma boa estratégia para a ação pode ser vista tanto como resultado das premissas dicotômicas, quanto como um resultado da premissa de que símbolos mais próximos àqueles já aceitos pelos seus interlocutores têm maior capacidade de auxiliar movimentos a conquistarem seu apoio, o que, em geral, não é o caso das ideologias. Hewitt e McCammon (2005) questionam essa premissa apontando que, em determinados casos, movimentos sociais podem garantir resultados mais efetivos mesclando símbolos contestadores e símbolos familiares a seus interlocutores. As autoras ressaltam, ainda, que a combinação entre esses dois tipos de molduras é importante para um tipo específico de objetivo, o recrutamento, admitindo que suas conclusões não podem ser automaticamente generalizadas para a obtenção de todos os objetivos da ação coletiva. Ou seja, para a obtenção de determinados objetivos, a utilização de molduras ideológicas pode ser vista pelos atores como uma boa estratégia, já para a obtenção de outros objetivos, a utilização de outras molduras pode ser vista como uma boa estratégia.

Assim, esse trabalho propõe que movimentos sociais respondem ao dilema apresentado anteriormente de acordo com os objetivos que perseguem com seus processos de enquadramento interpretativo. Seguindo as propostas teóricas do capítulo anterior, esses objetivos são diversos e variam de acordo com as diversas combinações possíveis de lógicas de ação. É necessário, portanto, retomar a pergunta proposta anteriormente: como as diversas combinações de lógicas de ação afetam os processos de enquadramento interpretativo conduzidos por movimentos sociais?

Essa pergunta parece não ter sido explorada pela literatura, na medida em que, influenciados pelas características da TPP, os estudiosos dessa abordagem viam os processos de enquadramento tendo apenas um objetivo conectado a uma dimensão prática de ação: “mobilizar potenciais aderentes e constituintes, garantir apoio dos espectadores e desmobilizar antagonistas” (SNOW; BENFORD, 1988, p.198 *apud* BENFORD; SNOW, 2000, p.614, tradução livre). Assim, o enquadramento interpretativo não era compreendido em suas dimensões construcionista e identitária que buscam não apenas o apoio de determinados indivíduos ao movimento, mas sim uma identificação e/ou um reconhecimento de suas ideologias e identidades por parte deles, processo que pode até mesmo levar a criação de uma rejeição inicial do interlocutor ao movimento. Para essas dimensões, a utilização de molduras ideológicas e identitárias pode ser vista como uma boa estratégia de ação por parte dos atores.

Já no caso da obtenção de resultados puramente práticos, a utilização dessas molduras pode ser, de fato, vista como um entrave para a ação, já que os interlocutores não se identificam com os símbolos contestatórios e que ativistas buscam simplesmente o apoio do

outro para determinada demanda, independentemente da identificação ou do reconhecimento das ideologias e identidades de movimento por parte desse interlocutor. Assim, a consideração teórica de que o objetivo da ação coletiva e dos processos de enquadramento interpretativo é a garantia de apoio dos espectadores e novos ativistas - não levando em consideração que esse apoio pode ser visto como menos importante do que a própria construção dos problemas e identidades do movimento - parece ter guiado a abordagem do enquadramento interpretativo à dicotomia entre ideologia e estratégia.

O conceito de MIAC de Benford e Snow (2000, p.614, tradução livre) será adotado nesse trabalho, portanto, com uma modificação. Assim, como definem esses autores, MIACs são também compreendidas nesse trabalho como esquemas de interpretações que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’”, mas de forma a atingir os diversos objetivos que ativistas têm em seus processos de contestação, sejam eles práticos – como a busca de benefícios para os alvos da mobilização e a atração de recursos (humanos ou financeiros) que fortaleçam o movimento para a conquista desses benefícios - ou simbólicos – como a busca da construção de novos problemas e identidades socialmente reconhecidas e a crítica às práticas e categorias de identificação socialmente estabelecidas.

Assim, pode se estabelecer uma relação teórica entre diferentes combinações de lógicas de ação e a tendência que movimentos apresentam de utilizar determinados tipos de molduras interpretativas nos seus processos de enquadramento interpretativo, o que se denomina aqui de “tendência de enquadramento interpretativo”²⁰ (Quadro 5). Quando ativistas se orientam por uma combinação construcionista de lógicas de ação, têm como objetivo em seus processos de enquadramento interpretativo construir determinada situação majoritariamente vista como “normal” em termos de um “problema social”. Na medida em que buscam prioritariamente essa construção de longo prazo, ativistas não estão preocupados com a obtenção do apoio imediato de seus interlocutores. Assim, esses ativistas seguem o que se denomina aqui de “tendência conceitual de enquadramento”, procurando utilizar em todas as suas interações categorias vistas como molduras ideológicas, que apresentam novos

²⁰ As “tendências de enquadramento” se diferem dos tipos de “processos de alinhamento de molduras” propostos por Snow e seus colaboradores (1986) por diversos motivos. Primeiramente, os processos descritos por esses autores captam apenas um objetivo do enquadramento interpretativo de movimentos sociais: conquistar novos adeptos. A opção dos ativistas por um dos tipos de enquadramento propostos por esses autores também parece estar menos relacionada a dilemas entre lógicas distintas de ação e mais relacionada a decisões racionais de lideranças de movimentos frente a contextos distintos. Assim, em um contexto em que as mensagens dos movimentos se aproximem às crenças socialmente estabelecidas, espera-se que ativistas optem por uma ligação de molduras. Já em contextos em que as distâncias são muito grandes, lideranças devem optar por uma transformação de molduras. Em nenhum dos tipos de processos propostos, ainda, militantes parecem ocultar aquilo que se denomina neste trabalho de suas molduras ideológicas, podendo, no máximo acoplar novos elementos ao seu enquadramento.

conceitos que problematizam as situações. Em relação a molduras periféricas e fabricações, ativistas ora recusam sua aplicação, ora as combinam com suas molduras ideológicas, mas colocando-as em segundo plano (principalmente quando vislumbram alguma relação lógica entre as proposições). A utilização de molduras identitárias pode ocorrer, mas sempre de forma associada ao problema social identificado pelas molduras ideológicas. Assim, militantes que seguem essa tendência não orientam seu enquadramento visando maximizar a possibilidade de aceitação do outro, podendo até mesmo valorizar uma reação negativa do interlocutor.

Quando ativistas se orientam por uma combinação pragmática de lógicas de ação, buscam em seus processos de enquadramento interpretativo o apoio do outro, independentemente de seu convencimento ideológico ou identitário. Por meio desse apoio, ativistas podem conquistar os resultados práticos imediatos dentro dos limites das possibilidades vislumbradas. Nesse caso, ativistas se orientam por uma “tendência retórica de enquadramento”, procurando utilizar aquelas categorias que, segundo a visão dos militantes, têm o maior potencial de compreensão e aceitação positiva por parte do interlocutor. Nesse caso, sempre que as molduras ideológicas forem vistas como incompatíveis com a aceitação imediata do outro, elas serão propositadamente ocultadas pelos atores, sendo substituídas por molduras periféricas ou fabricações vistas pelos ativistas como relevantes para seu interlocutor. Em casos em que interlocutores se mostrem mais receptivos às molduras ideológicas do movimento, no entanto, ativistas podem optar por expô-las diretamente ou indiretamente (casos esses que tendem a ser mais raros, na medida em que, em geral, movimentos sociais oferecem símbolos que contestam as interpretações vigentes na sociedade). Em relação às molduras identitárias, militantes buscam expor aspectos vistos como valorizados pelo seu interlocutor e ocultar aqueles vistos como rejeitados. Nesse sentido, o enquadramento se orienta sempre pela possibilidade de aceitação do outro.

Já quando ativistas se orientam por uma combinação identitária de lógicas de ação, buscam com seus processos de enquadramento interpretativo construir determinadas práticas e identidades marginalizadas como legítimas, valorizáveis ou atraentes. Militantes que combinam as lógicas de ação dessa forma seguem uma “tendência identitária de enquadramento”, buscando utilizar em todas as suas interações suas molduras identitárias como um todo, que apresentam uma identidade legítima que deve ser reconhecida pelos outros. Em relação às molduras ideológicas, ativistas buscam apenas utilizá-las quando vislumbram possibilidades de fala, mas não necessariamente quando antecipam recepção positiva. Em relação às molduras periféricas às fabricações, militantes ou recusam sua

aplicação, ou as aplicam em segundo plano em relação a suas molduras identitárias. Assim, militantes que seguem essa tendência não orientam seu enquadramento visando maximizar a possibilidade de aceitação imediata do outro.

Quadro 5 - Tendências de Enquadramento Interpretativo de acordo com o Uso das Molduras Ideológicas, Identitárias, Periféricas e Fabricações

	Molduras Ideológicas	Molduras Identitárias	Molduras Periféricas e Fabricações
Tendência Conceitual de Enquadramento	Exposição Necessária	Exposição Desnecessária, mas Positiva se Ligada à Ideologia	Rejeição ou Utilização em Segundo Plano
Tendência Retórica de Enquadramento	Ocultação ou Exposição de Acordo com Aceitação	Ocultação ou Exposição Seletiva de Acordo com Aceitação	Utilização de Acordo com a Aceitação
Tendência Identitária de Enquadramento	Exposição Desnecessária, mas Positiva	Exposição Necessária	Rejeição ou Utilização em Segundo Plano

Fonte: autoria própria

Embora essa pesquisa não tenha estudado empiricamente a importância das molduras primárias e dos tons para cada uma dessas combinações de lógicas de ação, podem ser formuladas hipóteses puramente teóricas para essa relação. É possível imaginar que as molduras primárias, por formularem um conhecimento tácito e pouco percebido, influenciam igualmente organizações e ativistas que se guiam por cada uma dessas combinações de lógicas de ação. Também é possível imaginar que atores que se orientam por cada uma dessas combinações de lógica de ação possam usar tons, esperando-se que eles se diferenciem, no entanto, na medida em que, provavelmente, a moldura utilizada como referente inicial no processo de tonalização corresponda às molduras prioritariamente utilizadas pela tendência de enquadramento correspondente a sua combinação de lógicas de ação.

A expressão “tendência” presente no conceito tem um significado teórico que não deve ser ignorado. Embora se defenda nesse trabalho que determinadas combinações de lógicas de ação conduzam os ativistas, em geral, a determinadas formas de enquadramento, essa relação não pode ser generalizada e tomada como uma previsão invariável da ação dos sujeitos. As interações, como ressaltam os interacionistas simbólicos, são dotadas de lógicas próprias que podem levar os atores a contrariar seus pressupostos normativos previamente

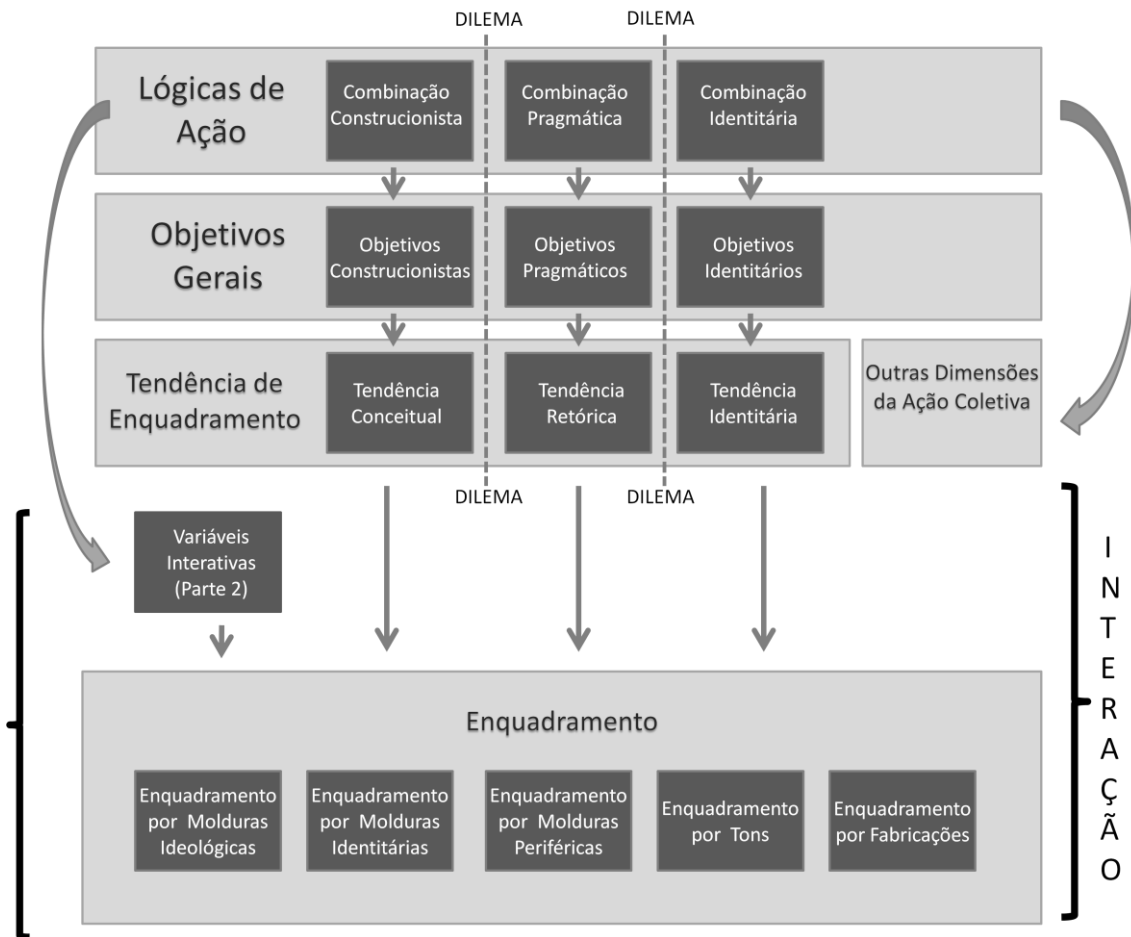
estabelecidos. Assim, mesmo que para determinado ator seja possível atribuir determinada tendência de enquadramento devido à determinada combinação de lógicas de ação que seja de sua preferência, a sua reação frente às dinâmicas específicas e imprevisíveis de cada interação pode alterar o seu enquadramento efetivamente empregue, contrariando as tendências previamente estabelecidas. Ainda, como ressalta a idéia de “combinação”, as lógicas não são excludentes e a sua combinação não está resolvida de forma permanente na experiência dos atores. Em determinadas situações, atores podem agir de acordo com uma combinação distinta daquela pela qual normalmente agem; indivíduos podem modificar sua combinação habitual de lógicas de ação ao longo do tempo; ou podem, ainda, conseguir compatibilizar de forma mais satisfatória do que aqui estabelecido duas ou três lógicas distintas. Todas essas variações podem, portanto, modificar o enquadramento do ator ao longo do tempo e do espaço, ou torná-lo mais complexo em um mesmo momento. É importante, portanto, diferenciar a tendência de enquadramento do enquadramento em si, que pode ser caracterizado pelo uso, pela centralidade do uso ou pela mescla do uso de determinado(s) tipo(s) de molduras interpretativas. Por fim, se esse trabalho pretende compreender a escolha por um tipo de moldura por esse raciocínio, o conteúdo dessas molduras dependerá de outros fatores presentes na interação que não são contemplados por essa proposta teórica.

O argumento teórico deste trabalho pode ser resumido, assim, da seguinte maneira, se são colocadas em foco as dinâmicas pré-interativas (Figura 3). Ativistas combinam três tipos de lógicas de ação, em geral, priorizando uma ou vendo uma como fonte das demais. Cada combinação de lógicas de ação leva os atores a um diferente objetivo para sua ação. No que tange ao enquadramento interpretativo, cada tipo de objetivo leva a uma tendência de priorização do uso de determinados tipos de molduras. Espera-se que os enquadramentos em si, portanto, sigam essa tendência, podendo ser, no entanto, modificados pela lógica própria e imprevisível da interação. Todo esse processo se caracteriza pela existência de dilemas (quais objetivos, quais tipos de enquadramento) que têm como origem o dilema fundamental da combinação de lógicas de ação.

O capítulo seguinte apresenta uma descrição da MIAC dos direitos animais de acordo com os conceitos aqui apresentados. Assim, os elementos dessa MIAC são classificados de acordo com a sua adequação imaginada pelos militantes tanto para a interpretação das situações por eles vistas como problemáticas, quanto para a definição de suas identidades. O capítulo quarto tem como intuito aplicar o argumento abstrato das lógicas de ação e das tendências de enquadramento interpretativo à análise das diversas disputas existentes dentro do movimento pelos direitos animais no Brasil e, particularmente, na cidade de Porto Alegre.

São descritas três correntes do abolicionismo - o abolicionismo pragmático, o abolicionismo construcionista e o abolicionismo identitário – seus objetivos e a forma como, em geral, conduzem seus processos de enquadramento interpretativo. Sendo finalizada essa primeira parte do trabalho, a segunda parte se dedica ao estudo de como esses objetivos abstratos do movimento pelos direitos animais e essas tendências de enquadramento operam na prática em interações entre ativistas e representantes da grande mídia brasileira orientando seus processos efetivos de enquadramento, mas sendo influenciados pelas peculiaridades de cada uma dessas interações.

Figura 3 – Dinâmicas Pré-Interativas: Lógicas de Ação, Objetivos Gerais, Tendência de Enquadramento e Enquadramento Interpretativo



Fonte: autoria própria.

3 O MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS: MOLDURAS IDEOLÓGICAS, IDENTITÁRIAS, PERIFÉRICAS E FABRICAÇÕES

Até o momento, foram expostas e sistematizadas nesse trabalho duas perspectivas teóricas que pretendem auxiliar a compreensão dos fenômenos contestatórios: a perspectiva das lógicas de ação e noção de tendências de enquadramento. Cabe, portanto, analisar se essas perspectivas realmente auxiliam a compreensão dos dilemas e dos conflitos que emergem dentro de um movimento social. De forma específica, essas formulações teóricas devem ser aplicadas para fornecer uma interpretação do movimento dos direitos animais no Brasil, de suas diversas “correntes” e das características que diversas categorias têm aos olhos dos militantes. Esse mapeamento mais geral dos conflitos e dos dilemas presentes dentro deste movimento deve auxiliar a compreensão das diversas estratégias de enquadramento interpretativo utilizadas por militantes em suas interações com a grande mídia expostas na introdução deste trabalho.

Esse capítulo e o seguinte, dedicados à análise empírica, são organizados em ordem inversa aos capítulos teóricos anteriormente apresentados. No presente capítulo, é feita uma descrição do movimento dos direitos animais em seus pontos “quase consensuais” no que se refere à interpretação da realidade, sendo expostas aquelas categorias que devem formar as molduras ideológicas e identitárias da MIAC dos direitos animais. Ainda nessa primeira seção, serão utilizados os conceitos de “moldura periférica” e de “fabricação” para a sistematização das diversas posições que ativistas têm frente a questões que fogem (ou não, segundo alguns ativistas) ao escopo da ideologia e da identidade de militantes dos direitos animais. Uma seção especial é reservada à análise das diversas posturas que militantes abolicionistas têm frente à questão do bem-estar animal. Após a categorização nativa das diferentes categorias comumente observadas nos processos de enquadramento do movimento dos direitos animais de acordo com os conceitos apresentados no segundo capítulo deste trabalho, o capítulo seguinte se dedica à aplicação da perspectiva das lógicas de ação ao movimento dos direitos animais.

3.1 O MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS E SEUS (QUASE) CONSENSOS: MOLDURAS IDEOLÓGICAS E IDENTITÁRIAS DA ABOLIÇÃO ANIMAL

A primeira e mais importante pergunta ser respondida nessa seção é a seguinte: o que é o movimento dos direitos animais? Esse movimento social surge na década de 1970 na

Europa desafiando os movimentos até então engajados em causas vinculadas à relação entre homens e animais (GARNER, 1998). Nas décadas posteriores, observa-se um grande crescimento desse movimento, principalmente nos Estados Unidos e no continente europeu. Como exemplo desse crescimento, pode ser citada a organização norte-americana PETA, que constantemente conta com apoio de celebridades para a causa e que, como mencionado anteriormente, segundo informações da própria organização, contou no ano de 2012 com um orçamento de mais de trinta milhões de dólares advindos, principalmente, de doações de simpatizantes (PETA, 2013). Outra organização internacional que se destaca é a ALF, fundada em 1976, que se caracteriza pela utilização do repertório de ação direta²¹ (invadindo laboratórios de pesquisa para a libertação de animais), assim como pela sua estruturação em forma de rede anônima de militantes (GARNER, 1998). No Brasil, o movimento dos direitos animais é recente, sendo que suas primeiras organizações surgem na década de 2000.

Em suma, esse movimento defende em seu diagnóstico que aos animais devem ser garantidos todos os direitos que eles possam desfrutar, tais como o direito a vida e o direito à liberdade. Assim, segundo os ativistas, devem ser abolidas todas as práticas de exploração dos animais, ou seja, as práticas que violem tais direitos, sendo esse movimento denominado também de movimento abolicionista animal. Dessa forma, esse movimento se diferencia de outros que defendem que apenas alguns animais devem ter seus direitos garantidos, ou que os animais devem apenas ter bem-estar garantido ao longo de sua vida, podendo ser utilizados, posteriormente, para interesses humanos, tal como o interesse no consumo de sua carne. O prognóstico desse movimento se baseia, principalmente, na adoção do veganismo, ou seja, de hábitos que não estejam baseados na violação dos direitos animais, e na busca por uma nova cultura e por novas leis que garantam o respeito devido dos humanos aos animais (FREEMAN, 2010; SORDI, 2011).

Como defendido em outras ocasiões, a perspectiva dos direitos animais é fortemente influenciada por reflexões desenvolvidas no âmbito da filosofia da ética, sendo as molduras desenvolvidas por filósofos dessa área um elemento central para a construção da MIAC dos direitos animais (PEREIRA, 2011; 2012). Groves (2001) defende que esse movimento está fortemente baseado em argumentos vistos pelos ativistas como “racionais” em oposição

²¹ Apesar de o movimento ser, muitas vezes, exclusivamente associado ao repertório de ação direta, principalmente no cenário internacional, esse é um repertório que gera debates entre os militantes e é utilizado de forma minoritária pelos grupos. Em geral, organizações abolicionistas que atuam por meio de performances diversificadas, tais como manifestações de rua, distribuição de panfletos e realização de filmagens por ativistas infiltrados em empresas que se utilizam de animais para a satisfação de interesses humanos (GARNER, 1998; MUNRO, 2005). Durante essa pesquisa também foi observada a utilização de performances baseadas na transmissão pública de filmes, em palestras e em *lobby*.

àqueles vistos como “emocionais”. Militantes se definem, assim, constantemente como motivados pela razão, sendo a emoção uma característica atribuída aos militantes de outras causas animais ou a militantes iniciantes. Segundo o autor, os filósofos da ética serviriam, assim, como suportes para a manutenção de uma postura “racional” de defesa animal (GROVES, 2001)²². Por esses motivos, uma descrição detalhada dos principais elementos das molduras ideológicas desse movimento será realizada aqui a partir das reflexões dos dois filósofos mais influentes para esse tipo de ativismo, Peter Singer e Tom Regan, mostrando como seus principais conceitos são utilizados pelos militantes para definir sua luta.

Apesar de ser alvo de críticas pela maior parte dos ativistas de direitos animais, Peter Singer é comumente visto como o “pai dos direitos animais”, tendo particular importância para o movimento o seu livro “Libertação Animal”, publicado originalmente em 1975 e traduzido para o português na década de 2000. Nesse livro, Singer (2008) desenvolve uma teoria utilitarista da ética, baseada na noção de *igual consideração de interesses*. Em suma, segundo o autor, para que uma ação seja considerada ética, é necessário que os interesses de todos os indivíduos envolvidos nessa ação sejam levados em consideração. Em uma espécie de cálculo, o sujeito deve preocupar-se em estabelecer se os seus interesses com a ação não afetam em proporção desigual os interesses de outros seres. Assim, uma ação ética não é aquela em que os indivíduos são tratados como iguais (já que eles têm sempre peculiaridades), mas aquela em que são considerados de forma igualitária os interesses de todos os envolvidos (SINGER, 2008). A grande questão que se impõe é: os interesses de quais indivíduos devem ser levados em consideração?

Em geral, os humanos tendem a incluir em seu cálculo ético apenas os interesses de outros indivíduos de sua espécie, excluindo animais não humanos da esfera de consideração moral. Segundo, Singer (2008) o critério da espécie é moralmente irrelevante para a inclusão dos interesses dos indivíduos na consideração ética. Da mesma forma que, contemporaneamente, escolhemos a espécie como critério para tal problema, no passado (e, em muitos casos, até mesmo atualmente) critérios como a cor da pele ou o sexo eram utilizados para essa definição, o que comumente é chamado de racismo ou sexismo. Singer (2008) assim propõe que a humanidade é marcada por ainda mais uma forma de discriminação, o *especismo*. Segundo o autor o especismo é “o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses dos membros de sua própria espécie e contra os de outras” (SINGER, 2008, p.8). Apesar de ser um termo de uso raro no senso comum ele é

²² Alguns ativistas, no entanto, questionam o papel secundário dado às emoções pelo movimento, questão que é tratada posteriormente.

comumente ouvido nas atividades de militância das organizações. O trecho de entrevista abaixo ilustra a forma como esse conceito é transposto da literatura filosófica ao vocabulário dos ativistas.

Alexandre: O argumento meu é exatamente o argumento dos anti especistas. [...] Assim como, há 130 anos, em 1888, que é um fiapo de cabelo na história da humanidade, tu poderias matar um escravo, quer fosse ele negro ou índio, e tu não serias condenado no ponto de vista nem ético, nem moral, nem religioso, no máximo, patrimonial, com os animais é a mesma questão hoje em dia. [...] Na verdade o especismo é a variação do sexismo e do racismo²³.

Sexo, raça ou espécie, segundo Singer (2008), não são critérios moralmente relevantes para a definição de quais sujeitos devem ter seus interesses considerados, na medida em que não têm relação alguma com a capacidade de ter interesses. Dessa forma, esse critério poderia colocar indivíduos que têm interesses fora da esfera da ética²⁴. O critério proposto pelo filósofo é o da *senciência*, definida, de forma simplificada, como a capacidade de sentir dor ou prazer. A capacidade de sofrer é vista pelo filósofo como um pré-requisito para se ter interesses, uma condição ao mesmo tempo necessária e suficiente para isso. Um objeto inanimado, como uma pedra, por exemplo, não tem essa capacidade e, logo, não tem interesse algum em não ser chutado. Já um animal que sofrerá com dores ao ser chutado por um humano tem interesse em evitar o chute. A palavra “senciência”, outro termo incomum na linguagem do cotidiano da maior parte da população, pode ser freqüentemente observada nas falas dos ativistas.

Sônia: Pelo quê eu procuro lutar? Pela tomada de consciência por parte das pessoas de que os animais são seres sencientes, sofrem, sentem assim como nós, que merecem tanto respeito quanto os seres humanos.

A igual consideração de interesses de homens e animais tem como consequência, na perspectiva de Singer (2008), a necessidade do projeto de *libertação animal*. Apesar de cunhar conceitos importantes para o movimento, Singer (2008) é criticado pelos militantes abolicionistas, na medida em que a sua lógica utilitarista permite o uso de animais em determinadas circunstâncias. A filosofia moral desse autor está baseada na diminuição do sofrimento, e não na noção de direitos. Assim, a morte de um animal em uma circunstância na

²³ A partir desta página, trechos de entrevistas são inseridos como forma de demonstração das análises propostas pelo autor. As perguntas e falas do pesquisador que estimulam o entrevistado são incluídas em alguns trechos quando: são indispensáveis para a compreensão da resposta do entrevistado; ou quando é percebido pelo autor um claro viés na pergunta do entrevistador, conduzindo o entrevistado a determinada reflexão. Nesse segundo caso, as perguntas e falas do entrevistador são mantidas para que o leitor possa avaliar o viés presente no material e a validade do trecho como forma de demonstração das análises.

²⁴ Singer (2008) critica ainda outro critério usualmente utilizado para a concessão de interesses apenas a humanos, a inteligência. Segundo o autor, além desse critério ser também arbitrário, não tendo relação com a capacidade de ter interesses, pode também dar origem a ações que poucos de estariam dispostos a apoiar, tal como a concessão de privilégios para pessoas com uma inteligência maior.

qual ele seja poupado de sofrimentos seria eticamente justificável. Ainda, a vida de humanos e animais, segundo o autor, não tem necessariamente o mesmo valor, na medida em que humanos (quando em suas plenas capacidades mentais) podem planejar um projeto de futuro, sendo assim a sua morte responsável por uma maior quantidade de sofrimento do que a morte de um animal. Dessa forma, em uma circunstância em que é necessário escolher entre a vida de um ou de outro, seria preferível optar pela morte do animal.

A filosofia da ética de Regan (2006) nega a abordagem utilitarista e propõe uma defesa dos animais baseada na *perspectiva de direitos*. Segundo o autor, direitos são como uma “placa de entrada proibida” que permite a cada indivíduo a proteção de sua vida, de sua liberdade e do seu corpo. Ao contrário da noção de igual consideração de interesses, a noção de direitos de Regan (2006) funciona, nas palavras do autor, como um “trunfo moral”, ou seja, os direitos individuais podem ser evocados para proteger o indivíduo de qualquer ação que os violem, independentemente dos benefícios que tal ação acarretará aos demais indivíduos. Dessa forma, não é moralmente justificável violar o direito de um indivíduo para salvar a vida de outros. O autor conecta, assim, a defesa animal à luta histórica de defesa de direitos humanos, sejam eles os direitos dos negros, das mulheres, dos homossexuais, entre outros. Segundo o filósofo

Os direitos humanos moldaram a nossa história. [...]. O que valeu no passado continua valendo hoje. A crença nos direitos humanos permeia todas as democracias representativas. [...] Os jovens que foram mandados ao Vietnã para lutar tinham direitos morais, incluindo os direitos à vida, à liberdade e à integridade física. O mesmo serve para as crianças vietnamitas que foram mortas ou mutiladas no conflito. E cada uma dessas pessoas tinha esses direitos, quer o governo dos Estados Unidos (ou qualquer outro governo, aliás) reconhecesse esses direitos, quer não (REGAN, 2006, p.45).

A perspectiva de direitos e a inserção da luta pelos direitos animais dentro de um processo histórico de luta e conquista de direitos é um dos argumentos mais utilizados pelos ativistas para demonstrar a motivação de sua mobilização. Um trecho de entrevista exposto abaixo ilustra esse uso. Além de demonstrar a utilização da noção de direitos por parte de militantes abolicionistas, este trecho de entrevista sugere que, em alguns momentos, essa extensão dos direitos aos animais pode se tornar confusa e até mesmo ofensiva para os interlocutores do movimento.

Pedro: Mas a gente já foi acusado de racismo também. Tinha, por exemplo, um dos nossos panfletos que mostrava uma pata de elefante acorrentado e um pé de escravo [...]. Então, eles não gostaram, acharam que era racismo. “Botando o negro no nível do animal”. Eles estavam bem distantes da nossa questão, porque a gente estava botando o animal lá em cima, na verdade, como sujeitos de direito.

Em um segundo trecho de entrevista que ilustra a utilização da perspectiva dos direitos por militantes abolicionistas, pode ser observada uma articulação entre essa perspectiva e o conceito de *senciência* e igual consideração de Singer (2008), aliando-se a idéia de Regan (2006) de animais como sujeitos de uma vida.

Matheus: Se eu te pedisse pra definir brevemente o que são direitos animais pra ti, como tu definirias?

[...]

Silvana: Eu vou tentar falar. Primeiro, os direitos animais são a continuação lógica e natural dos direitos humanos. Dos direitos em geral. Direitos dos homossexuais, direitos animais. É isso. [...] Os animais, eles não apenas, hoje, considerados sencientes, como a própria ciência, após a declaração de Cambridge [...], declarou formalmente que os animais são seres conscientes. [...] A gente entende eles como sujeitos de moral. Sujeitos morais. Assim como nós, eles experimentam dor, sofrimento e todo e qualquer dano causado por uma ação nossa de exploração, de violência. E isso desde uma vaca leiteira, que é terrível, até a pecuária, os animais explorados em entretenimento, em pesquisas, na alimentação. Toda e qualquer forma. Defendemos que eles têm seus interesses próprios que precisam ser respeitados, têm direito à vida e à liberdade, a viverem de acordo com as suas espécies. A posição da ANDA em relação aos direitos animais é uma posição abolicionista. Então, os direitos morais que são reconhecidos juridicamente como direitos fundamentais ou básicos, infelizmente, são compreendidos apenas para os humanos. Nós entendemos que eles são universais e que abrangem e também...

Matheus: Animais não humanos.

Silvana: Animais não humanos.

A aplicação de uma perspectiva de direitos implica, necessariamente, no reconhecimento de um dever perante o portador desses direitos. Assim, Regan (2006) defende que ao garantir a vida dos animais, homens não cumprem um ato de generosidade ou de bondade, mas apenas o *dever humano perante o animal*. O cumprimento desse dever, segundo o autor, configura a relação de *respeito dos homens frente aos animais*.

A noção de *sujeitos de uma vida* de Regan (2006) tem papel análogo ao conceito de “*senciência*” de Singer (2008). Segundo este primeiro filósofo, um indivíduo é um sujeito de direitos se ele pode ser caracterizado como sujeito de uma vida. Sujeitos de uma vida, segundo o autor, são aqueles seres que são conscientes do mundo que os cerca e para os quais aquilo que acontece a eles tem relevância, podendo alterar a qualidade e a duração de suas vidas. Assim, esse conceito alia a *senciência* à *consciência do ser*, tal como faz a entrevistada no trecho anteriormente citado. Regan (2008) defende, ainda, que o direito de determinado sujeito de uma vida não varia conforme suas características. Assim, ao contrário do que defende Singer (2008), as vidas de humanos e animais têm exatamente o mesmo valor moral.

A idéia de que animais são sujeitos e não apenas coisas que podem ser utilizadas como meios para a satisfação dos interesses humanos é uma característica marcante do movimento dos direitos animais. Segundo Sordi (2010), ativistas buscam o reconhecimento do animal como sujeito ao se utilizarem de metáforas com a experiência humana, tal como a comparação

ao holocausto ou à escravidão. Nesse sentido, a tentativa de aproximação do público ao sofrimento animal ou a tentativa de apresentação de casos em que há uma aproximação entre o comportamento humano e o comportamento animal podem ser vistas não apenas como um apelo às emoções dos interlocutores – vistas, em geral, como um elemento estranho ou não central aos direitos animais - mas como uma tentativa de construção do animal como um sujeito. Seguindo essa lógica, a fundadora da ANDA defende

Silvana: De vez em quando, a gente fala, por exemplo, “Cadela vive há quarenta anos em empresa e recebe atenção especial de funcionários”. “Gari salva cachorro filhote jogado no lixo”. [...] Eu vejo isso como um grande exemplo. [...] Porque, quando diz assim “Criança é encontrada em lixeira”. “Cachorro é encontrado em lixeira”. Eu vou mostrar que o animal, ele merece a mesma consideração. A mesma consideração.

A partir da filosofia de Peter Singer e Tom Regan, portanto, ativistas de direitos animais obtém as categorias para a articulação do diagnóstico da moldura ideológica que compõe a MIAC dos direitos animais. Mas frente a um quadro de exploração animal baseada no especismo, quais são as soluções apresentadas pelos ativistas para garantir direitos aos animais? O prognóstico do movimento pelos direitos animais pode ser dividido em dois: um voltado para a sociedade civil e outro para os atores inseridos na política institucional²⁵ (FREEMAN, 2010).

O principal prognóstico apresentado pelos ativistas de direitos animais para a sociedade civil é o veganismo (FREEMAN, 2010). O veganismo consiste na abdicação e na crítica de práticas que estejam relacionadas a algum tipo de exploração animal, ou seja, na violação de algum dos direitos animais, tais como o direito à vida e à liberdade. Nesse sentido, veganos optam por uma dieta vegetariana em seu sentido estrito, rejeitando o consumo de derivados de animais, tais como leite e ovos; não usam produtos testados em animais; não utilizam vestimentas produzidas com peles ou pêlos de animais; não freqüentam eventos de entretenimento que utilizam de animais, tais como apresentações de animais amestrados; entre outros²⁶.

Apesar de o veganismo estar intimamente relacionado à perspectiva dos direitos animais, nem todos os veganos são adeptos da perspectiva abolicionista e nem todos os veganos estão engajados formalmente em alguma organização de movimento social. O veganismo é, por exemplo, uma prática com boa aceitação entre militantes do chamado “ecofeminismo”, assim como entre militantes anarquistas, podendo ser parte de uma

²⁵ Ressalta-se aqui que a inclusão de demandas dirigidas a atores institucionais e extra-institucionais é necessária de acordo com perspectiva das lógicas de ação anteriormente apresentada.

²⁶ Apesar de consistir em um código único – mas alvo de disputas -, o veganismo não tem apenas um significado para os ativistas, o que é detalhado posteriormente, relacionando-se diferentes significados do veganismo a diferentes combinações de lógicas de ação.

perspectiva *freegana* que rejeita, de forma geral, as formas atuais de consumo baseadas no mercado (ABONIZIO, 2012). Além de poder estar ligado a outros movimentos sociais, o veganismo pode estar ligado a estilos de vida, tais como o *punk*, ou ser adotado por indivíduos sem nenhum outro vínculo político ou estilo de vida demarcado (CHERRY, 2006). Essas práticas veganas não relacionadas ao engajamento em organizações do movimento dos direitos animais fogem ao escopo empírico e teórico desse trabalho, podendo ser mais bem compreendidas a partir de outros referenciais teóricos, tais como o dos movimentos culturais ou do consumerismo (CHERRY, 2006; COLOMÉ; MAYER, 2013), e a partir de pesquisas empíricas dedicadas exclusivamente a esse fenômeno social.

Cabe ressaltar, nesse trabalho, que a grande maioria dos militantes do movimento dos direitos animais é vegana (dentro os entrevistados, apenas um indivíduo engajado no movimento disse consumir, eventualmente, laticínios). O veganismo, além de ser o prognóstico desse movimento, pode ser visto por diversos outros ângulos teóricos. Pode ser considerado, por exemplo, um repertório de ação baseado no boicote, na medida em que não consiste apenas em uma solução para o problema, mas também em uma forma de ação para gerar essa solução. Nesse raciocínio, uma prática vegana pode ser vista como um desincentivo econômico à exploração animal.

O veganismo pode ser visto também como parte da identidade dos militantes dos direitos animais. O veganismo constitui, nesse sentido, uma resposta a pergunta “o que fazem os militantes dos direitos animais?”, sendo visto como um *código de conduta cotidiana* para os militantes que deve ser aprendido no momento do engajamento. Essa característica quase necessária para o engajamento pode ser exemplificada pelo relato de um ativista, dado em entrevista, de que em uma reunião da organização, um novo membro parecia estar “envergonhado” ao reparar que todos os outros eram veganos, tendo aderido a uma dieta vegetariana posteriormente. Ainda, a fundadora da ANDA relata que apenas veganos são aceitos como colaboradores, excetuando-se estagiários, que têm uma passagem temporária na organização.

O veganismo é também utilizado pelos militantes como *categoria de identificação*. Assim, militantes se identificam comumente como “veganos”. Nesse caso, no entanto, essa categoria entra em disputa com outras, tais como a de “abolicionista”, sendo em alguns momentos utilizadas de forma acusatória referindo-se a indivíduos guiados por uma combinação identitária de lógicas de ação que “supervalorizariam” o papel do veganismo na militância. Essas disputas são analisadas posteriormente. É importante ressaltar, no entanto,

que mesmo aqueles que utilizam a categoria “vegano” com teor acusatório são veganos, obedecendo ao código de conduta delimitado pelo movimento.

Outro elemento importante do diagnóstico do movimento pelos direitos animais se dirige às instituições políticas. Nesse caso, militantes buscam representantes da política institucional visando a uma regulação da relação entre homens e animais. Em alguns casos, essa regulação é defendida em teor abolicionista, ou seja, defendendo o fim de determinada prática de exploração. Em outros, defende-se que essa regulação possa ocorrer, inicialmente, apenas garantindo-se o bem-estar dos animais (FREEMAN, 2010). A esse conflito entre as perspectivas abolicionista e bem-estaristas é dedicada uma seção exclusiva no final deste capítulo, já que inúmeros conflitos internos dele emergem. Na próxima seção, considerações a respeito da relação entre as molduras ideológicas e identitárias do movimento, descritas anteriormente, com outras categorias menos polêmicas no movimento (se comparadas àquelas relacionadas ao bem-estar) podem ser traçadas. Nesse sentido, são analisados quatro grupos de categorias que ora são vistas como molduras ideológicas, ora como molduras periféricas e ora como fabricações, relacionados: à proteção animal; à defesa do meio ambiente; à saúde humana; e às emoções.

3.2 PROTEÇÃO ANIMAL, EMOÇÕES, MEIO AMBIENTE E SAÚDE HUMANA: ENTRE MOLDURAS IDEOLÓGICAS E FABRICAÇÕES

O movimento de proteção animal é compreendido nesse trabalho como aquele que visa à garantia de bem-estar e até mesmo de alguns direitos apenas a determinados animais culturalmente valorizados. Geralmente, esse movimento se caracteriza pelo recolhimento e castração de animais de rua para posterior busca de adoção. Como um todo, esse movimento se dedica a proteção de cães e gatos e, no caso do Rio Grande do Sul, pode incluir também a proteção de cavalos. Aos olhos dos militantes de direitos animais, a perspectiva da proteção animal é, em muitos casos, vista como intrinsecamente distinta da perspectiva dos direitos animais e até mesmo oposta a ela. Nesse caso, o uso de categorias da proteção animal em uma interação pode ser visto como uma fabricação. Quando isso ocorre, a proteção é caracterizada, principalmente, pelo que Sordi (2011) denomina de especismo cruzado, ou seja, a concessão de direitos apenas algumas espécies animais não-humanas. A idéia da *proteção como especismo* pode ser observada nesse trecho de entrevista em que um militante descreve um de seus interlocutores.

Davi: Foi acho que uma das últimas visitas que eu fiz, foi com um casal. E ele era um legítimo especista. Um cara que gosta de cachorro, de gato e de cavalo. Cavalo, então, assim “Que horror o que fazem com o animal!”

Esse trecho demonstra, ainda, a caracterização da perspectiva da *proteção como uma perspectiva baseada nas emoções*, em contraposição à racionalidade, em geral, atribuída aos direitos animais. Ainda nessa linha, militantes caracterizam a perspectiva da *proteção animal como antropocêntrica*, na medida em que *não atribui valor ao animal em si mesmo*, estando seu valor sempre veiculado a uma utilidade para o homem, seja ela prática ou sentimental. Nesse sentido, a *proteção animal não é vista como um passo em direção aos direitos*, já que não gera uma mudança de pensamento que afaste o humano do seu antropocentrismo. O seguinte trecho segue esse argumento.

Matheus: Eu tu achas que, por exemplo, essa brecha que a mídia dá para animais de companhia e, às vezes, até cavalos que tem essa questão de tradição... Tu achas que isso facilita a entrada dos direitos animais? Dificulta? Não faz diferença?

Nazareth: Não. Facilitar não facilita, porque, às vezes, elas vão até em direções opostas. Porque é sempre uma perspectiva antropocêntrica. O animal de estimação é importante, porque ele é o animal de companhia, faz bem para as crianças, faz bem para os doentes, faz bem para nós de modo geral, para a cidade, humaniza a cidade, enfim. Então, é captado no animal de estimação aquilo que é importante para o homem. É bem antropocêntrico. Quando começa a fugir do interesse dessas pessoas [...], daí eu acho que as portas não se abrem com tanta facilidade. Então, eu acho que tem uma diferença bem grande.

Ainda em defesa de que a perspectiva da proteção animal não se conecta aos direitos animais, militantes defendem que a *proteção animal vai contra os interesses dos animais domésticos*, na medida em que pode causar sofrimento a eles. Dessa forma, os ativistas se posicionam *contra a domesticação animal*. O trecho abaixo ilustra esse argumento.

Felipe: Eu não sei. Eu comecei a mudar muito a minha visão, e eu acho que os animais de estimação têm que acabar. [...] O cachorro fica o dia inteiro olhando para ti, esperando se tu estás de bom humor ou se estás de mal humor. Se vais dar comida ou se não vais dar comida. Se vai dar para passear... Ele está louco para mijar, mas tu não vais sair porque está chovendo. Entendeu? Ou seja, tu és o Deus do cachorro. Percebe?

Por fim, ativistas que seguem essa linha de pensamento tendem a caracterizar o movimento de proteção animal como um movimento baseado nas emoções, sendo que os militantes se engajariam nessa luta para suprir demandas emocionais próprias. Ainda, o movimento é, em muitos casos, visto como seguindo estratégias erradas para a melhoria da vida dos animais domesticados, tendo tendências a gerar problemas financeiros e psicológicos.

Felipe: O pessoal da proteção, em geral, é utilizado só como soldado. “Eu só dou comida e limpo cocô e não quero saber de nada”. Eu vivo ouvindo isso. E aí tu não pensas a coisa. E aí tu crias acumuladores, tu crias as ONGs que estão falidas, tu crias aqueles depósitos de animais lá que só ficam pegando, pegando e pegando e não pensam nunca [...]. Eu conheço gente lá que tem dívida de dez mil. Tu estás resolvendo o problema dos animais? Não, tu não estás resolvendo e tu estás com uma dívida de dez mil [...]. Ou seja, nunca parou e pensou “Não.

Vamos pegar alguém do *marketing*, vamos pegar uma guria ali de RP para fazer um esquema e aí eu vou indo bem”. Não. É uma coisa louca, assim, de ir atrás, ir atrás e ir atrás.

Em oposição a essa visão, para outros ativistas do movimento dos direitos animais a proteção animal é, em alguns casos, vista como parte integrante da perspectiva dos direitos animais, sendo vista não apenas como coerente a ela, mas necessária para a sua defesa, ou seja, como parte da moldura ideológica dos direitos animais. Nessa perspectiva, ativistas defendem que os *animais domésticos também são explorados*, mas essa exploração se dá de forma distinta daquela que sofrem animais de fazenda ou de testes científicos.

Matheus: Por que é importante falar desse tema? Dessa proteção e do cuidado com o outro.

Regina: Porque mesmo sendo gatos e cachorros e sendo animais com que as pessoas têm mais contato, mesmo assim, a gente vê maus tratos. Mesmo assim, a gente vê moleque pegando filhote de gato e afogando. [...] É uma coisa da consciência. Não importa se é gato, cachorro ou urso polar. É sempre a coisa da consciência. É que urso polar você não vai encontrar aqui [risos], mas filhote de gato você encontra em qualquer lugar e rola sempre esse sadismo de “O que acontece se a gente furar o olho dele? O que acontece se a gente...?”. Sabe. Essas babaquices [...] O peso é o mesmo.

Nesse sentido, ativistas também defendem que a *proteção animal é a ação adequado para animais domésticos*, ou seja, a ação capaz de acabar com a sua exploração e sofrimento.

Regina: Então. É que assim. Na coisa de gato e cachorro a idéia é tirar ele dessa situação de risco da rua e dar uma condição melhor, dentro de uma casa, porque são animais domésticos, digamos. Mas eu não vou pegar um cavalo e enfiar ele em uma casa, porque o ambiente dele não é esse. Entendeu? Então, no caso desses animais, a gente defende que eles vivam no ambiente deles. Lugar de cachorro não é na rua, eu acho. Nem de gato. Apesar de falarem que os gatos são muito livres e eles devem ficar andando nos telhados [risos]. Os que eu tenho aqui estão muito bem...

Matheus: Debaixo da coberta.

Regina: É. Eles se refestelam aqui comendo ração [risos].

Nesse sentido, o movimento de proteção é caracterizado pela sua eficiência no trato de animais domésticos e não por uma tendência a gerar problemas financeiros e psicológicos

Davi: Por exemplo, os protetores de animais, a maioria come carne, mas se tu falares de vegetarianismo para eles e para elas, geralmente dá briga e não dá certo. Algumas são vegetarianas, mas a maioria não é. Mas, a questão é que os protetores fazem um trabalho **gigante** na questão dos animais com a mão na massa mesmo.

Ainda nesse caso, a acusação de *especismo* é invertida, sendo direcionada não aos protetores, mas àqueles militantes de direitos animais que negam auxílio aos animais domésticos.

Silvana: É. A gente tem um espaço e a gente fala, porque não tem que ter preconceito. As pessoas falam “Vou me contaminar”. “Não. Você se contamina, porque o preconceito já está definindo a pessoa e ela já está

contaminada”. Então, assim, você tem que encarar. Todos os animais são animais. “Porque é doméstico, eu não posso chegar junto e não tem nada a ver”. “Não. Desculpa, filho, você está sendo especista”.

Destaca-se, desde já, que os militantes entrevistados da ANDA foram aqueles que tiveram maior tendência em considerar a proteção animal como parte das molduras ideológicas do movimento. Essa característica será importante para as análises efetuadas na segunda parte desse trabalho.

Outra posição ainda é possível. Ativistas podem manter a distância entre as definições de direitos animais e de proteção animal, considerando, ao mesmo tempo, as categorias fornecidas pelos protetores como relevantes para a organização da experiência, mas não como as mais relevantes. Nesse caso, a proteção animal, quando utilizada em interações, é vista como uma moldura periférica. Ainda mais importante é a idéia de que as categorias da proteção animal podem auxiliar a construção ou a compreensão das molduras ideológicas, sendo molduras periféricas ideologicamente relevantes. Nesse sentido, diversos ativistas defendem que *a proteção animal é um passo para os direitos animais*. Além da trajetória de diversos militantes demonstrar a eles essa possibilidade (muitos têm engajamento prévio em organizações de proteção), ela é verbalmente explicitada pelos entrevistados, como mostram os exemplos abaixo retirados de entrevistas diferentes.

Alexandre: Assim, proteção aos animais é proteção aos animais. Animais envolvem vacas, peixes, frangos. São animais. Então, proteção aos cães e gatos é outra coisa. Mas eu acho que pode ser um começo para as pessoas entrarem em uma luta e, um dia, ampliarem a sua noção. [...] Às vezes, eu vejo as pessoas lendo os seus jornalecos, um Diário Gaúcho da vida. É melhor do que não ler [...]. Porque um dia vai te dar um *insight*, tu vais ler uma coisa legal e tu vais dizer “Bah, legal”, e tu vais procurar outras coisas e tua mente se abre.

Silvana: A sociedade está avançando moralmente a partir dos animais domésticos. E com esse avanço moral a partir dos animais domésticos, você pode ir mostrando, ampliando essa consciência.

Silvana: A gente viu aquela matéria da *yorkshire* em Goiás. [...] Foram quinze ou vinte mil pessoas para a Paulista. Vai dizer que eram veganos? Não. Claro que não. Eram pessoas que comiam carne [...]. O fato de aquela pessoa [...], infelizmente, explorar animais, outros animais, não tira a importância daquele movimento. Porque ela não é ativista. Ativistas somos nós. Aos poucos ela vai ampliando. Quando ela for ler, ela vai ver “Nossa. É uma pessoa vegetariana”. É assim que começa. Eu não sei como você se transformou em vegetariano ou vegano. Eu me transformei porque eu ganhei uma cachorrinha. Então, assim, cada um tem um limite. Não foi assim, estou andando na Paulista e “Ah. Vou me tornar vegana”. Eu não sabia nem o que era veganismo. Sabe?

É necessário ressaltar, nesse ponto, que a atribuição de características às categorias (ou seja, considerá-las como molduras ideológicas, periféricas ou como fabricações) é não só alvo de disputas no movimento, mas pode ser múltipla na classificação de um mesmo ator. Apesar de os conceitos e do formato da exposição desse trabalho levarem à impressão de que

essas classificações são constantes e excludentes, os depoimentos dos ativistas demonstram que esse é um processo muito mais complexo²⁷.

Conectando-se à temática da proteção, o papel das emoções no movimento dos direitos animais também é alvo de disputa. A associação entre proteção animal e emoções, em oposição à associação entre direitos animais e racionalidade, é recorrente nos depoimentos e também apontada pela literatura (GROVES, 2001). Assim, em casos em que a proteção é vista como algo exógeno ao movimento dos direitos animais, a emoção é atribuída ao outro, sendo negada a si mesmo. Em casos opostos, em que a proteção é vista como algo próximo ou como parte dos direitos animais, o papel das emoções é valorizado pelos militantes. Os dois trechos abaixo, de entrevistas distintas, ilustram essas duas posições possíveis.

Alexandre: O cachorro está no campo, atrapalhando o jogo. E aí o cara vai lá, pega ele pelo pescoço, tenta jogar por cima da cerca, o cachorro bate no alambrado e volta. E todos os jogadores vão para cima dele do outro time. Todo mundo. E o cara acabou sendo expulso e vai ser expulso do time. Ninguém gosta de ver uma cosia dessas. Mas é a emoção, sim. Infelizmente é isso. As pessoas... Parece que o limite delas é a identificação pela emoção.

Silvana: As razões pelas quais as pessoas se engajam nos movimentos sempre têm algo que é muito próximo. Quem tem uma criança, vai ter uma afinidade maior com causas ligadas a crianças. Quem tem uma criança com uma deficiência X, Y ou Z, com uma doença tal, vai também ter uma afinidade com essas causas específicas. Isso é muito natural. Eu acho que todo mundo chega nisso não porque “Ai, eu não gosto de animal. Não tenho nada a ver com isso, mas eu quero”. É muito difícil. Talvez exista alguém que chegou de uma forma absolutamente racional. Mas tem alguma empatia de alguma forma. Há alguma empatia [...]. Mas, o incentivo, vamos dizer assim, o *input* pra se chegar a essa causa varia de pessoa a pessoa. [...] No meu caso, o motivo foi ganhar uma cachorrinha e, depois, outro cachorrinho. Isso, pra mim, foi o motivo. Dizer que isso é normal, não. Não é. Isso foi o meu caso pessoal. O que não diminui nem engrandece o meu trabalho. É só um motivo. A qualidade do meu trabalho independe da motivação pela qual eu busquei a causa.

Outras duas questões dividem opiniões no movimento dos direitos animais, sendo estas mais relacionadas ao prognóstico do movimento do que ao diagnóstico: o meio ambiente e a saúde humana. Sordi (2011) defende que, em geral, a defesa do meio ambiente dentro de uma perspectiva ambientalista²⁸ é vista como distante e até mesmo antagônica à perspectiva dos direitos animais. Nos casos em que militantes confirmam essa visão, portanto, a utilização de argumentos “ambientais” pode ser vista como uma fabricação. Uma das principais

²⁷ Essa complexidade se apresenta em maior grau quando os militantes se referem não à perspectiva da proteção animal, mas sim ao movimento da proteção em si e às pessoas nele engajadas. Em geral, é feita uma distinção entre a perspectiva da proteção animal e o movimento de proteção animal, podendo caracterizar os protetores como indivíduos com visão limitada, mas sua ação como algo relevante. Podem ser feitas distinções entre diversos tipos de organização de proteção animal, umas que auxiliam a causa e outras que se distanciam dela. O trabalho das organizações pode, ainda, ser valorizado, mas sendo especificado que essas são atividades às quais o movimento dos direitos animais não deve se focar. Ainda, pode ser traçada uma linha entre “a real proteção”, destinada a todos os animais, e a “proteção de cães e gatos”, limitada. Cada um desses argumentos trás consigo combinações distintas e complexas de atribuição de características às categorias, cuja análise foge ao escopo desse trabalho.

²⁸ É necessário ressaltar que o ambientalismo é um movimento plural e diversificado. Nesse trabalho, no entanto, uma caracterização das diversas “correntes” do ambientalismo não será efetuada.

distinções entre as duas perspectivas estaria na *tensão entre a espécie e o indivíduo*. O movimento ambientalista se caracterizaria pela defesa das espécies, sendo justificável a caça de determinados animais que possam ser predadores de animais em extinção ou que possam estar desregulando o equilíbrio ambiental. Já o movimento pelos direitos animais defende que as espécies não são sujeitos e, logo, não têm interesses e nem direitos. Assim, se o indivíduo é obrigado a tirar a vida de um animal para preservar determinada espécie, seria preferível a opção pela extinção da espécie.

Silvana: Então, o que a gente recente, na realidade, o que eu sinto muito, é que o movimento ambientalista desde o seu berço, eles nunca consideraram os animais da forma como deveriam ser considerados. Só se preocupam com animais em extinção, com o comércio ilegal. [...]. E não é dessa forma que a gente enxerga. Eu sempre falo pra eles o seguinte “É como pensar em uma cidade, em políticas para uma cidade, sem levar em conta a população humana”. É preciso pensar em todos os meios, em todos os biomas, nos indivíduos que habitam nele. E o ambientalismo não pensa nisso. [...] A gente diverge completamente.

Ambientalistas são, assim, acusados de *antropocêntricos*, na medida em que preservam a natureza tendo em vista os prejuízos que determinado tipo de dano ambiental possa ter sobre a vida dos seres humanos (SORDI, 2011). Ainda, os ativistas do movimento ambientalista são vistos como portadores de uma visão limitada que negam os impactos ecológicos negativos de atividades especistas, como a pecuária. Nesse sentido, é cobrada coerência dos ambientalistas, alegando-se que uma defesa do meio ambiente só pode ser coerentemente formulada incluindo-se a defesa dos hábitos veganos.

Silvana: E eu acho que a questão ambiental, como ela é discutida dessa forma, e a sustentabilidade, pra mim é quase como se fosse uma entidade. “Olha a sustentabilidade. Tem que fazer pelo planeta”, mas ninguém, nem os ambientalistas fazem. O que eles deveriam fazer que é virar veganos. Porque eles reclamam que estão destruindo a floresta pra pasto e eles comem a carne. [...] Então, falta uma ampliação de consciência. Falta entrar na questão ambiental dentro da perspectiva da ecologia profunda.

É justamente o argumento dos impactos ambientais do consumo de carne que pode fazer com que a questão ambiental seja vista como uma moldura periférica, ou seja, uma categoria relevante para a organização da experiência dos atores, mas não vista como a mais apropriada para a definição de sua luta e de sua identidade. O argumento é de que, apesar de o meio ambiente não ser a motivação primordial para a adoção do veganismo, essa prática evita, de fato, impactos ambientais negativos.

Matheus: E tu achas que a questão de meio ambiente, a questão de proteção pode ser algo que atrai a pessoa para aquilo que vocês vão falar?

Pedro: Acho que sim. Até porque uma questão ambiental nunca sai de foco, de moda. E, ultimamente, sempre tem algum assunto chamando para isso e eu acho que o vegetarianismo conseguiu pegar estrategicamente [...] bem essa questão. [...] O *slogan* de que não pode ser ambientalista e comer carne. E aí as pessoas começaram a chamar a atenção. “Defendo as árvores. Sou ambientalista”. “Bom, mas teus hábitos também têm consequência de destruição de árvores e tu precisa ser um pouco mais coerente e tal”. Então, eu acho que estrategicamente

também é bom. Como uma questão de coerência. E também eu acho que não é o foco primordial do grupo aqui. Embora a gente tenha algum material sobre isso e tal. [...] Mas o material que a gente produzia aqui no grupo, que a gente escrevia realmente era questão de criação de animais. A questão das práticas. Trazer aquele lado desconhecido da carne e essa coisa toda.

Por fim, a questão ambiental pode ser vista como parte integrante e necessária da defesa dos direitos animais, ou seja, como moldura ideológica. O argumento utilizado é de que o meio ambiente é o *habitat* natural dos animais. Dessa forma, a devastação ambiental tem um impacto negativo direto na vida, nos interesses e nos direitos de diversos animais “selvagens”. Nesse sentido, seria impossível articular uma defesa da abolição do especismo independente da defesa do meio ambiente.

Nazareth: Porque essas coisas [*defesa do meio ambiente e dos direitos animais*] estão juntas. Elas não estão separadas. A gente separa, às vezes, equivocadamente. A questão do meio ambiente está associada não só pelo impacto que tem no ambiente, mas porque... Quem está no ambiente? Os animais precisam dele.

Por fim, o grupo de categorias relacionadas à saúde humana também pode ser considerado ora uma moldura periférica, ora uma fabricação quando aplicado em interações por militantes abolicionistas. No caso em que essas categorias são consideradas fabricações, ativistas alegam que o veganismo não tem, necessariamente, impactos positivos na saúde humana, podendo até mesmo ser prejudicial a ela de acordo como a forma pela qual essa dieta é conduzida pelos seus adeptos.

Já no caso em que essas categorias são consideradas molduras periféricas por militantes abolicionistas, o argumento utilizado é similar ao observado para a questão ambiental: segundo os ativistas, a adoção do veganismo não tem necessariamente impactos negativos para a saúde humana (podendo ter impactos até positivos), mas a saúde não é a motivação central para a adoção desses hábitos. Nesse sentido, a saúde cumpre um papel essencial para a demonstração da viabilidade do prognóstico, mas não é vista como uma boa opção para justificar a adoção do veganismo.

Tom: Eu acho que é muito difícil você falar sobre veganismo e não falar sobre saúde humana. E eu acho que tem uma diferença **bem** grande entre duas abordagens diferentes que você pode ter em relação a isso. A primeira é você colocar a saúde humana como uma razão para o veganismo. Eu discordo. Agora, outra coisa é você utilizar a saúde humana como um elementos de desmistificação da...

Matheus: Que o cara vai passar mal.

Tom: Exatamente. É importante que a pessoa saiba que você é um cara saudável. E é muito importante que você saiba que você vive super bem.

Outro conflito de atribuição de características às categorias observado se refere à questão do bem-estar animal. Esse conflito, no entanto, ao contrário dos descritos nesse

capítulo, gera uma divisão mais profunda dentro do movimento pelos direitos animais. Defende-se nesse trabalho que essa disputa toma tais proporções, na medida em que, em sua origem, pode ser identificado um conflito entre combinações de lógicas de ação, gerando dilemas de difícil resposta. A próxima seção se dedica, assim, à análise do “problema do bem-estar”.

3.3 REFORMA E/OU REVOLUÇÃO?: O PROBLEMA DO BEM-ESTAR

Como visto anteriormente, o movimento dos direitos animais se estrutura em oposição a perspectivas bem-estaristas. Abolicionistas defendem que toda forma de uso dos animais não-humanos pelos animais humanos deve ser abolida, pois animais têm direitos e não são meros meios para a satisfação dos interesses humanos. Já bem-estaristas defendem que animais não humanos podem ser usados para interesses humanos (como no caso do consumo de carne), desde que a eles sejam garantidas boas condições de vida (como um local com tamanho apropriado para seu porte, alimentação adequada, redução de sofrimento causado aos animais no abate, entre outros)²⁹. A defesa da abolição em oposição ao bem-estar é não apenas um consenso entre os militantes de direitos animais, mas também uma característica definidora do próprio movimento.

No entanto, essa oposição consensual ao bem-estar como projeto último do movimento não responde a todas as questões, principalmente àquelas relacionadas aos objetivos imediatos do movimento. Como se portar frente a uma possível reforma bem-estarista? É moralmente correto apoiar leis que proponham uma diminuição do sofrimento dos animais, mesmo sem libertá-los? As reformas de bem-estar animal podem levar a sociedade à abolição do especismo ou são apenas mais um entrave para a garantia dos direitos animais? Nesses pontos, não há consenso. Filosoficamente, o embate sobre essa questão se estrutura em torno de duas figuras centrais no cenário brasileiro: Gary Francione e Carlos Naconecy. Os argumentos desenvolvidos por esses autores são, em grande parte, reproduzidos pelos militantes.

O estudioso norte-americano do direito Gary Francione tem forte influência no movimento brasileiro dos direitos animais, tendo um *blog* traduzido para a língua portuguesa. Segundo o autor, o bem-estarismo não altera e chancela a exploração animal, sendo um objetivo antagônico à abolição do especismo, não devendo ser apoiado por militantes de

²⁹ Um exemplo de organização bem-estarista é a *World Society for Protection of Animals* (WSPA), em português, Sociedade Mundial pela Proteção dos Animais (tradução livre).

direitos animais. O jurista defende que legislações bem-estaristas não têm capacidade de alterar a natureza das relações entre humanos e animais, na medida em que, ao não questionar o *status* de propriedade dos animais não humanos, essas leis reforçam sempre os interesses dos proprietários dos animais. O valor dado ao animal, nesse caso, portanto, não está relacionado ao seu valor intrínseco, mas ao seu valor como meio de obtenção de lucro, de prestígio acadêmico ou de qualquer outro interesse humano (FRANCIONE, 2007).

Além de não alterar as relações entre homens e animais, o bem-estarismo, segundo Francione (2007), chancela a exploração e a torna mais eficiente. As leis, por serem desenvolvidas de acordo com o interesse dos exploradores, atendem suas demandas, que visam aumentar a capacidade de exploração dos animais e o lucro obtido com tais atividades. Ainda, segundo o autor, esse tipo de legislação geraria na população conforto com a exploração animal, na medida em que os humanos concordariam com atividades como o consumo de carne ao saber que o animal é “bem tratado”. Esse conforto geraria, por sua vez, um aumento do consumo de alimentos de origem animal, reforçando ainda mais a eficiência da exploração³⁰. Assim, o estudioso aponta que, mesmo em países em que a legislação bem-estarista avança há décadas, não é observada uma aproximação em relação à abolição animal, mas um aumento do consumo e do uso de animais não humanos (FRANCIONE, 2007).

Dessa forma, a defesa da reforma de bem-estar animal é vista por Francione (2007) e por seus apoiadores como imoral, na medida em que se afasta da ideologia abolicionista. Assim, defensores abolicionistas de reformas bem-estaristas são vistos como cúmplices da exploração animal ao aprovar medidas que apenas reforçam o *status* de escravo dos animais. Como exemplo, Francione (2007) apresenta uma analogia da exploração animal ao estupro. Segundo o autor, é imoral apoiar o estupro sob a condição de que o violentador não bata na vítima, na medida em que há uma alternativa melhor que garante os direitos da vítima: a ausência e condenação do estupro. Essa analogia é recorrente entre os militantes.

Assim, Francione (2007) exclui militantes que defendam o bem-estar como passo intermediário do movimento dos direitos animais, denominando-os de neo bem-estaristas. O bem-estar pode ser visto, nessa perspectiva como algo completamente antagônico aos direitos animais, sendo o uso de categorias bem-estaristas em uma interação visto como uma

³⁰ Um dos exemplos citados pelo autor é a legislação que cria santuários para chimpanzés “aposentados” que foram utilizados para experimentação animal ao longo de sua vida nos Estados Unidos. Segundo o autor, essa legislação não foi criada em virtude da pressão de defensores do bem-estar animal, mas da pressão dos próprios cientistas, que tinham dificuldades em arcar com os custos de manutenção dos animais que estavam em idade avançada. Pela pressão científica, a legislação, ainda, abria brechas para que cientistas em determinados casos utilizassem os animais “aposentados” para novos experimentos. Assim, os santuários criaram um sistema integrado de informações sobre cobaias animais, facilitando a exploração dos animais (FRANCIONE, 2007).

fabricação. Se a reforma bem-estarista e a revolução abolicionista apresentam-se, portanto, como antagônicas, a relação entre esses ideais para o autor se apresenta da seguinte maneira: reforma *ou* revolução.

Isso não significa, para Francione (2007), que a abolição não possa contar com estágios intermediários. Legislações que não tragam a abolição completa do uso de animais podem ser buscadas, desde que: consistam em proibições de atividades significativas para a exploração animal; protejam interesses que garantam mais do que uma exploração eficiente; não preguem o tratamento “mais humano” de um animal, ou a substituição de um animal por outro em uma atividade de exploração; e que sejam “promovidos explicitamente de forma a reconhecer que não humanos têm interesses que não são trocáveis ou passíveis de serem ignorados meramente porque humanos se beneficiarão com isso” (FRANCIONE, p.46, 2007, tradução livre).

Para Francione (2007), esse tipo de legislação seria eficaz, pois questionaria o *status* de escravo do animal, construindo-o como um sujeito cuja vida tem um valor intrínseco e não condicionado ao valor dado ao animal pelo humano. Mesmo que legislações com esse caráter sejam de difícil aprovação, alega o estudioso, a sua defesa contribuiria para a educação para a necessidade de uma mudança radical. De fato, a educação para o veganismo e para o abolicionismo é vista como a principal ferramenta atual do movimento dos direitos animais para o autor (FRANCIONE, 2007). Assim, pode ser observado que o principal foco da ação em curto prazo proposto por Francione (2007) está na desconstrução do *status* de escravo e de propriedade de um animal, na sua construção como um sujeito de direito e na construção da violação desses direitos como um problema a ser resolvido.

Diversos autores se opõem à perspectiva de Gary Francione. Dentre esses autores, aquele que recebe maior destaque na militância brasileira de direitos animais é o filósofo Calos Naconecy que, segundo o próprio autor, se inspira nas propostas de David Stzybel para construir uma crítica ao pensamento de Gary Francione. Segundo esses autores, o apoio a iniciativas que garantam o bem-estar animal é, no contexto atual, a postura mais ética e mais eficiente para o alcance da abolição do especismo.

Nessa perspectiva, o apoio a uma reforma de bem-estar temporária não é vista como uma escolha antiética. Uma ação ética, segundo Stzybel (2007) é aquela que “produz o melhor para os seres sencientes em todos os momentos”. O argumento dos autores é de que, no contexto atual, ações abolicionistas não são possíveis, pois nem a população, nem os representantes políticos estão dispostos a apoiar tal tipo de iniciativa. Nesse sentido, a escolha que se impõe não é entre abolição ou bem-estar, mas sim entre bem-estar e a manutenção da

exploração animal em condições ainda piores. Dessa forma, a escolha momentânea pelo bem-estar não se configura como uma escolha antiética, na medida em que se apresenta como a opção que produz os melhores resultados possíveis para os interesses dos animais que vivem atualmente (NACONECY, 2009; STZYBEL, 2007).

Segundo os autores, o erro de Gary Francione seria confundir o “melhor imaginável” (a abolição do especismo) com o “melhor possível” (incrementos no bem-estar, no contexto atual). Esses estudiosos defendem que a perspectiva dos direitos animais é apenas uma ferramenta que tem como intuito garantir os interesses dos animais em cada momento. Francione e seus apoiadores estariam demasiadamente focados na “idéia” do melhor possível, sem olhar para o contexto atual e perceber que a perspectiva dos direitos animais não é aquela que produz os melhores resultados para os seres sencientes no momento (NACONECY, 2009; STZYBEL, 2007). Naconecy (2009) critica fortemente os militantes influenciados por Francione acusando-os de um “fetichismo conceitual”, caracterizado pela centralidade demasiada no princípio dos direitos animais e um decorrente distanciamento do animal em si e de seus interesses. O que pode ser observado, portanto, é que o foco dos filósofos não está direcionado à construção de uma perspectiva, mas sim na obtenção de resultados que satisfaçam os interesses imediatos dos animais não humanos.

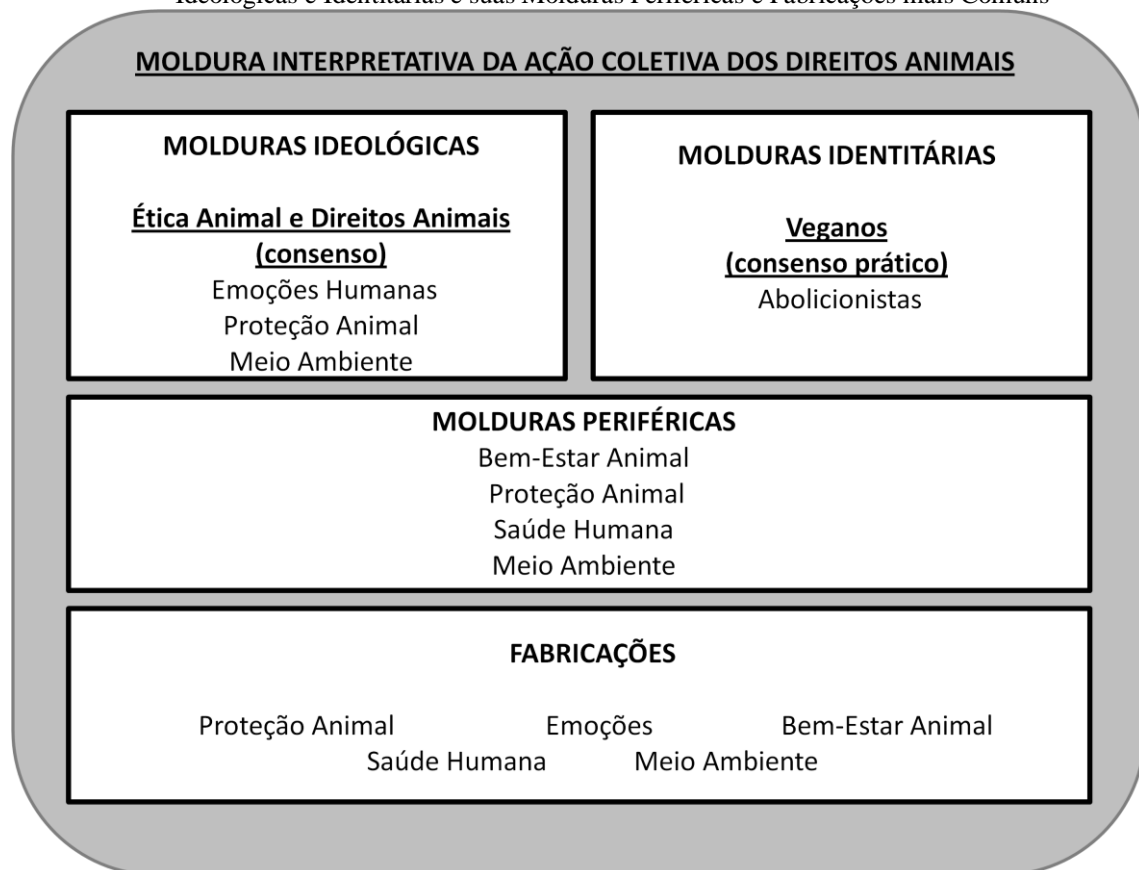
Nesse sentido, há uma inversão da acusação de cumplicidade com a exploração: ao invés de os apoiadores do bem-estar serem acusados de cumplicidade com o *status* de escravo do animal, aqueles que negam as reformas bem-estaristas são acusados de cumplicidade com as péssimas condições que animais vivem no contexto atual. Ainda, o argumento do estupro é criticado, alegando-se que, nesse caso, há um contexto para a proibição dessa prática e, logo, o apoio a um estupro “mais humano” consistiria em um retrocesso. No caso dos direitos animais, pelo contrário, esse consenso não existiria, sendo os dois casos, portanto, não comparáveis. Dessa forma, os autores defendem que, no momento em que a perspectiva dos direitos animais alcance um consenso mínimo, será eticamente e estrategicamente correto rejeitar soluções bem-estaristas (NACONECY, 2009; STZYBEL, 2007).

Esses autores criticam, ainda, a idéia de que reformas bem-estaristas não podem levar a uma abolição futura da exploração animal. Segundo Stybel (2007), a promoção de reformas de bem-estar seria responsável pela criação de uma “cultura da bondade”, que poderia aproximar os indivíduos dos animais e, assim, da abolição do especismo. Já Naconecy (2009), defende que tais medidas bem-estaristas poderiam garantir uma visibilidade maior ao movimento que poderia ser convertida em respeitabilidade e legitimidade. Ainda segundo esse autor, reformas bem-estaristas poderiam dificultar a exploração animal, impondo a

adequação a diversas normas e, assim, custos para a produção, diminuindo o incentivo econômico à exploração animal.

Assim, Naconecy (2009) aponta para a existência de dois tipos de abolicionismo: um positivamente caracterizado como “abolicionismo pragmático” e outro negativamente caracterizado como “abolicionismo fundamentalista”. O bem-estar, nesse sentido, pode ser visto como algo relacionado à abolição animal, que não é uma boa definição dos problemas vividos pelos animais, mas que pode encaminhar a população para a “consciência” da necessidade de abolição. Em outras palavras, o bem-estar pode ser visto como uma moldura periférica ideologicamente relevante. Assim, a demanda por uma reforma bem-estarista e por uma revolução abolicionista são compatibilizadas na fórmula: reforma e revolução.

Figura 4 - Moldura Interpretativa da Ação Coletiva dos Direitos Animais de Acordo com suas Molduras Ideológicas e Identitárias e suas Molduras Periféricas e Fabricações mais Comuns



Fonte: autoria própria.

Em suma, as características atribuídas às categorias podem ser simplificadas da seguinte maneira (Figura 4). As molduras ideológicas do movimento dos direitos animais são formadas, consensualmente, por elementos de discussões éticas, morais e da perspectiva de direitos. Podem ser incluídas como molduras ideológicas, ainda, perspectivas de proteção

animal e emoções humanas. Já as molduras identitárias são formadas pelo veganismo que pode concorrer com perspectivas que valorizem a ação abolicionista em detrimento do estilo de vida vegano. Molduras periféricas comumente disponíveis ao movimento em sua MIAC podem estar relacionadas à proteção animal, ao bem-estar animal, ao ambientalismo ou à saúde humana. O mesmo “arsenal” simbólico está também disponível sendo compreendido como um conjunto de categorias fabricadas, incluindo-se, ainda, as emoções humanas.

Após essa exposição, fica claro que, por trás das discussões acerca da pertinência de uma reforma bem-estarista estão duas concepções distintas sobre quais devem ser os objetivos do movimento dos direitos animais em curto prazo, ligados a duas formas distintas de priorizar as lógicas de ação, opondo a construção de problemas sociais à obtenção de resultados práticos para interesses imediatos. O foco de Francione (2007) na construção do animal como sujeito de direito leva a uma crítica a objetivos que busquem resultados práticos que não construam essa definição, acusando os grupos rivais de lutar por legislações que produzem apenas benefícios às próprias organizações, que se utilizariam de uma falsa ilusão de vitória para arrecadar fundos. Já o foco de Naconecy (2009) e Stzydel (2007) na obtenção de resultados imediatos que atendam aos interesses imediatos dos animais os leva a uma crítica aos objetivos que busquem prioritariamente a construção de um problema social, acusando os grupos rivais de uma “cegueira” decorrente de um “fetichismo conceitual” que os levaria a ignorar os interesses dos animais.

Assim, a diferença entre as combinações de lógicas de ação parece gerar, no caso dos direitos animais, uma divisão entre o apoio ou a rejeição a uma reforma de bem-estar temporária³¹. Essas diferentes combinações lógicas de ação produzem também outras diferenças no que tange aos objetivos dos militantes que por elas se orientam. Ainda, de acordo com a proposta teórica desse trabalho, essas diferenças devem conduzir a distintas tendências de enquadramento interpretativo.

³¹ Uma ressalva, no entanto, deve ser feita. É possível imaginar combinações de lógicas de ação defendendo tanto reformas de bem-estar quanto projetos mais amplos de transformação social. Cress e Snow (2000), por exemplo, constroem uma classificação dos objetivos de movimentos sociais. Nela, apenas objetivos pragmáticos (e não construcionistas) estão relacionados. Porém, esses objetivos são divididos entre aqueles relacionados a “alívios” e aqueles relacionados a “direitos”. Ou seja, a divisão entre combinações de lógicas de ação e apoio ou rejeição a objetivos de bem-estar não parecem estar logicamente conectadas em todos os casos. No caso dos direitos animais, esses elementos parecem se conectar pelas dificuldades contextuais. Essas dificuldades levam ativistas pragmáticos a perceber o bem-estar como a única solução prática possível, rejeitando uma construção abstrata dos direitos, na medida em que esta poderia dificultar a obtenção dos resultados práticos. Já no caso dos construcionistas, as dificuldades contextuais levam os militantes a verem uma necessidade urgente de construção de uma nova perspectiva, negando resultados práticos que, por estarem baseados em outros tipos de objetivos e de retóricas devido aos problemas contextuais, não contribuem para a construção do problema.

O próximo capítulo desse trabalho pretende descrever o movimento abolicionista a partir de três correntes associadas às três combinações de lógicas de ação teoricamente propostas: o abolicionismo pragmático, o abolicionismo construcionista e o abolicionismo identitário³². São descritos, principalmente, os objetivos que cada tipo de abolicionismo propõe em curto prazo e as tendências de enquadramento interpretativo observáveis em cada “corrente”.

³² A nomenclatura das correntes buscou rejeitar as categorias de acusação utilizadas pelos militantes (neo bem-estaristas e fundamentalistas). A categoria nativa positiva “pragmático” foi mantida, tendo sido inspiração para o estabelecimento da classificação desse tipo de combinação de lógicas de ação. Na medida em que aqueles militantes que são aqui denominados como construcionistas não se identificam por uma categoria positiva que os especifique – se denominando simplesmente “abolicionistas” em oposição aos “neo bem-estaristas” – foi utilizada a categoria “construcionista”, inspirada em uma corrente teórica, para caracterizá-los. A obediência à nomenclatura baseada em correntes teóricas também foi o critério utilizado para os militantes aqui denominados como identitários.

4 OS ABOLICIONISMOS DA CAUSA ANIMAL: MOVIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS, LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO

Até o momento, esse trabalho categorizou a MIAC dos direitos animais, definindo suas molduras ideológicas e identitárias, assim como as molduras periféricas e fabricações recorrentemente utilizadas pelos militantes. Foi possível observar, ainda, que a atribuição de características às categorias não é uniforme dentro do movimento. Essa falta de consenso pode ou não gerar fortes divisões entre os abolicionistas. O argumento desenvolvido anteriormente propõe que o conflito em torno da questão do bem-estar animal ganha tais proporções na medida em que, em sua origem, encontra-se um dilema mais profundo relacionado a distintas combinações de lógicas de ação. A análise das diferentes posturas possíveis frente a uma possível reforma de bem-estar animal, portanto, é a “porta de entrada” deste trabalho para uma categorização do movimento dos direitos animais de acordo com as combinações de lógicas de ação teoricamente propostas.

Nas seções desse capítulo, são descritas, seguindo esse argumento: o abolicionismo construcionista, o abolicionismo pragmático e o abolicionismo identitário. São descritas as formas como as diferentes combinações de lógica de ação se apresentam dentro do movimento dos direitos animais; as distintas tendências de enquadramento associadas a essas combinações; e as organizações estudadas que se vinculam a cada uma dessas formas de ativismo. Na última das seções desse capítulo, é apresentada uma descrição de momentos e organizações em que, de alguma forma, as lógicas de ação são compatibilizadas de forma distinta do que é apresentado nas primeiras seções.

4.1 O ABOLICIONISMO CONSTRUCIONISTA: CONSTRUIR, ATRAIR, CONQUISTAR

O primeiro abolicionismo aqui analisado tem como principal característica privilegiar uma combinação construcionista de lógicas de ação em suas atividades de militância. Primeiramente, são analisados os objetivos que militantes que se identificam a esse tipo de ativismo atribuem a suas ações. Posteriormente, são analisadas as formas prioritárias de enquadramento interpretativo desses grupos. Ainda, são analisadas as formas pelas quais a construção social de um problema se articula às demais lógicas de ação. Por fim, são descritas duas organizações abolicionistas construcionistas: o GAE e a ANDA.

Conforme exposto no primeiro capítulo desse trabalho, os objetivos construcionistas podem ser divididos da seguinte maneira: a construção de problemas sociais; a denúncia de situações problemáticas; a crítica e desconstrução das categorias vigentes; a delimitação de fronteiras com outras categorias críticas; o convencimento ideológico do interlocutor; a busca pela legitimidade da causa; e a submissão dos resultados práticos e das identidades à construção do problema.

No que tange à *construção dos problemas sociais*, ativistas buscam uma disseminação ideológica na sociedade como um todo. No caso em estudo, militantes abolicionistas buscam a disseminação da perspectiva dos direitos animais na sociedade ou, no caso em que a proteção animal é vista como parte da moldura ideológica da MIAC dos direitos animais, a disseminação da preocupação com os maus-tratos a animais domésticos.

Felipe: Eu não comer carne resolve 1% da questão. Dois por cento é não usar couro. Tá, agora não tira a pele. Três por cento é eu fazer o ativismo, porque eu acho que tem que entrar o ativismo na questão, como um multiplicador dessa informação. [...] Eu acho que tem que fazer o ativismo de protesto e tem que divulgar a informação, porque a maioria das pessoas não sabe. Então, o que eu acho? Eu, como quase todo mundo, comecei salvando gatinhos quando eu era criança, mas aí tu começa a enxergar um pouco mais longe, um pouco mais longe, um pouco mais longe. Percebe? Eu poderia ter parado nisso.

Silvana: Mas a ANDA não é feita para os ativistas. A ANDA é feita para o público em geral. Porque nunca foi interesse meu rezar missa pro Papa, ou ensinar o catecismo pro Papa. O que a gente quer é chamar a atenção da sociedade em um todo. Quando eu digo que a gente tem 18 ou 20 mil visitas por dia, não é de veganos, vegetarianos, protetores ou defensores. Eu diria que, talvez, em um chute, dez por cento disso seja de ativistas [...] E aí você tem 90% ou mais da população, que é o que interessa. Porque é pra ela que a gente está formando um novo pensamento, uma nova visão. É pra eles que a gente está mostrando outro mundo. Um mundo que era absolutamente abafado e desconhecido.

A mídia é vista pelos ativistas como um veículo apropriado para a disseminação ideológica. Dessa forma, militantes buscam também uma inserção ideológica midiática. O trecho da entrevista com o militante Felipe exposto a seguir é uma resposta ao pedido de destacar bons exemplos de notícias entre aquelas apresentadas ao entrevistado ou fornecidas por ele, sendo destacados casos em que a perspectiva dos direitos animais estava claramente presente. Já os trechos da entrevista com a militante Silvana se referem à história da ANDA.

Felipe: Então, eu acho que foi [bom] ter colocado o artigo da [Nina] [...], porque é no Jornal do Comércio. É um troço que não tem abertura nenhuma para animais, até porque eles têm dois ramos só, que é economia e cultura. Só tem isso. [...] E a gente conseguiu enfiar um texto abolicionista [...] Então, eu acho esse aí bacana. Também dos que eu te dei, o Caderno Donna [...]. Aquele da matéria sobre as peles, que publicaram a foto do nosso protesto e, pelo menos, disse “Olha. Tem gente que é contra”.

Silvana: Então, eu já percebia ali em 2006 [...] que a questão dos direitos animais era basicamente discutida em duas vias. A via da ética e a via dos direitos, da legislação. E eu, como jornalista e apaixonada por comunicação, eu disse “Mas, gente, vocês estão esquecendo o principal que é a disseminação através de uma comunicação de massa”. Porque, até então, a gente estava muito restrito aos guetos. A gente tinha menos ferramentas na *internet*. Hoje a gente tem as redes sociais que ajudam a amplificar essa divulgação. Mas, de qualquer forma, eu sentia

falta da grande imprensa, da imprensa tradicional que eu falo, porque nós somos a imprensa [...] Eu sentia falta da cobertura deles. Uma cobertura equilibrada.

Silvana: [...] Como eu sou jornalista e reconheço absolutamente a importância da imprensa [...] para os movimentos sociais e políticos dentro da sociedade, eu fiz o caminho inverso. Ao invés de rechaçar, ao invés de, vamos dizer assim, desqualificar de alguma forma, eu inseri a causa dentro da imprensa. Disse “Não, espera aí. O que está faltando? Por que eles não falam ou por que eles falam errado? Porque eles não estão sabendo”. Então, eu criei um veículo, um canal de comunicação, onde eles pudessem entender e ir se informando, buscando mais conhecimento pra tratar o assunto com a devida importância e da forma mais equilibrada possível, dando a voz aos direitos animais.

Por fim, no que tange à construção de problemas sociais, ativistas de direitos animais buscam construir a imagem do animal como sujeito. Esse tema já foi mencionado no capítulo anterior, sendo incluído apenas mais um trecho de entrevista que ilustra esse objetivo.

Nazareth: Sim. É que, às vezes, eu acho melhor alguém dizendo assim “Esses loucos dos direitos animais” do que “Esse pessoal bonzinho do bem-estar animal”. Acho que, em longo prazo, isso é mais efetivo para pensar mesmo em discutir questões de fundo. Deixa pensar que é uma coisa de loucura. “Os animais não são coisas, não são produtos”. “Absurdo o que essa pessoa está dizendo!”. Mas, ao mesmo tempo, ela sabe que não é um absurdo. As pessoas não olham para o animal como um produto, mesmo que ela coma aquele animal. Mas ela nunca fez essa relação com a sua alimentação. Porque ela entra em umas de que ela precisa daquela alimentação, daquele couro no seu sapato e tal. Mas, eu acho que essas frases são importantes para marcar uma mudança paradigmática.

Militantes de direitos animais têm, ainda, outro tipo de objetivo construcionista: a exposição pública de situações que, segundo os ativistas, são problemáticas, mas pouco visíveis para a sociedade como um todo, ou seja, a *denúncia*. Nos trechos de entrevista expostos a seguir, uma voluntária da ANDA relata suas intenções ao selecionar notícias para publicação.

Regina: É. Não é para chocar o leitor. É meio que para alertar de tudo que o ser humano consegue fazer contra o animal. Entendeu? [...]. A intenção não é chocar. A intenção é trazer à tona “n” tipos de crueldade.

Regina: A gente é uma agência de notícias, então, a nossa preocupação é, realmente, trazer esses assuntos à baila para que cause uma discussão, cause uma discussão dentro da cabeça das pessoas, discussão entre uma pessoa e outra. Eu entendo assim. É trazer as coisas à baila, para que as pessoas saibam o que acontece.

Outro objetivo construcionista é fornecer uma *crítica* aos enquadramentos normalmente utilizados pela sociedade para interpretar as situações vistas como problemáticas pelos ativistas, em uma tentativa de desconstruí-las. Isso pode ser interpretado como um processo de desnaturalização e questionamento de práticas. O trecho de entrevista da militante Ingrid³³ transcrito a seguir se refere a uma matéria da ANDA exposta aos entrevistados que reproduzia uma notícia de um portal virtual de um grande veículo de comunicação sobre

³³ É interessante, desde já, ressaltar que as lógicas de ação não são excludentes, demonstrando a importância da ênfase de Dubet (1996) na ideia de “combinações”. Nesse caso, a militante Ingrid é ativista de uma organização abolicionista pragmática, mas avalia de forma positiva a notícia construcionista da organização ANDA.

estudos em tubarões recentemente descobertos. Esses estudos implicavam na morte dos animais. Frente a isso, a ANDA reproduz essa notícia com uma nota crítica questionando a necessidade de realizar essas pesquisas.

Ingrid: No caso, para pessoas leigas nos direitos animais, elas podem ler e podem achar legal que eles estão pesquisando, que é justamente para o bem. “Se eles estão falando que é para o bem, é para o bem”. Quem está mais abolicionista já olha “Tá. É para o bem, mas tinha que pegar? Será que vai fazer o bem que eles falam? Pode ser, mas será que esse bem vai realmente afetar os bichos que estão sendo os protagonistas ali da história? Pode ser que seja um bem só para nós e aí o que adianta?”.

Regina: Não amenizar essa coisa do confinamento e tal. Então, dizer mesmo que é uma exploração. No sentido de deixar essa condição ruim para os animais mais clara. Não deixar de um jeito natural, como se você óbvio. “Poxa. É óbvio que toda vaca tem que virar carne um dia”. Não deixar. Deixar isso mais ressaltado no texto como o errado da coisa. Não é o normal.

Como visto anteriormente diversas outras molduras críticas são, por vezes, associadas aos direitos animais, como a proteção e o bem-estar animal. Quando militantes construcionistas vêem essas categorias como fabricações ou molduras periféricas, buscam demarcar uma *precisão de fronteiras*, defendendo uma definição precisa do problema por eles identificado. Nesse sentido, ativistas buscam deixar claras as diferenças entre a perspectiva dos direitos animais e outras perspectivas de defesa animal. Três trechos de entrevista exemplificam essa preocupação, dois com o militante Felipe e um com a militante Nazareth.

Felipe: [...] Como eu te disse, direitos animais têm uma amálgama de coisas que as pessoas enfiam lá dentro, o que está errado. Mas tá virando e vai virar [*direitos animais*]. E, no futuro, o que vão chamar de direitos animais vai ter outra definição do que é hoje.

Matheus: Que tipo de coisa? Só fazendo esse parêntese.

Felipe: Acho que vai entrar esse pacotão de coisas. “Cuidar de cachorro na rua é direitos animais” [*em tom sarcástico*].

Nazareth: [Para direitos animais] não adianta as pessoas saberem falar, reproduzir “direitos animais”, se elas não entenderem o que é, qual seu fundamento, qual a razão, porque é uma causa justa e enfim. [...] Não basta estar na mídia. Se tu levares a notícia de forma equivocada, eu acho isso um desserviço à causa. Exemplo disso é essa Secretaria de Direitos Animais. Quer dizer, a gente tem uma Secretaria Especial de Direitos Animais [*SEDA*] que não tem nada a ver com direitos animais ou tem pouquíssimo a ver com direitos animais. [...] Nem bem-estarista ela é [...]. É bem-estarista mesmo [...] Bem-estarista de gatos, animais domésticos e, enfim, cavalos. E usam o nome de direitos animais. Ou seja, conseguiram popularizar essa locução “direitos animais”, sem as pessoas entenderem o que ela era.

Felipe: Porque, se não, todo mundo vai dizer assim “Ah, não. Mas eles não estavam judiando”. É normal. Isso eu ouço o tempo todo. A maioria das pessoas acha que nós estamos preocupados com isso. “Não vamos judiar dos animais nas fazendas”. E as pessoas se tocam muito por isso. [...].

Ainda, militantes buscam disputar espaços com essas outras perspectivas críticas em meios de comunicação de massa.

Nazareth: Porque aí é uma questão [*ocupar espaços na grande mídia*] de o que a gente acha que é mais produtivo. O que pode ser bacana para os animais. Se tem algum efeito ou não em um público desavisado que quer ler alguma coisa. Que é tão desavisado que a sua fonte de informações é a Zero Hora. Aí esse cara lê aquilo ali e vai que ele pensa “Ah. Nunca pensei sobre isso” e começa a pensar. Nesse sentido, eu acho que é bom ocupar espaços. Todos eles. Sejam eles quais forem. É melhor do que colocar um protetor escrevendo um artigo dizendo que, se os animais forem bem-tratados, que mal tem em comê-los. “Tam morrer mesmo”. [...] Esse tipo de raciocínio que circula. “Se a pessoa pode escolher entre comer uma galinha que sofreu e uma galinha que não sofreu, coma a que não sofreu”. Essas pessoas vão ocupar esses espaços, porque o jornal não tem o menor conhecimento de o que é o que. O que é abolicionismo, o que é bem-estarismo e o que é neo bem-estarismo. Eles não vão saber o que é isso. E nem têm interesse em saber e nem têm interesse em assumir nenhuma das posições. Então, nesse sentido, acho bacana que as pessoas tenham saco para escrever na Zero Hora [...] e se disponham a isso.

Outra dimensão importante dos objetivos construcionistas é o *convencimento ideológico*. Assim, em uma interação, ativistas não buscam o apoio imediato do interlocutor, mas uma reflexão que possa levá-lo a uma adesão posterior à causa. Nesse sentido, ativistas abdicam da possibilidade de conquista de um aliado de forma imediata. Um trecho de entrevista com a ativista Nazareth anteriormente citado referindo-se à questão da construção do animal como sujeito também ilustra esse argumento. Nele, a militante alega preferir que o movimento seja visto inicialmente como “os loucos dos direitos animais” a ser visto como os “bonzinhos do bem-estar animal”, pois, apesar da resistência inicial, a ativista acredita em uma reflexão posterior.

Matheus: Tu achas que isso [*a inclusão de animais socialmente valorizados nas notícias*] ajuda a matéria a ser bem recebida pelos veículos?

Silvana: Não, eu não me preocupo, na realidade, com isso. Isso não faz parte da preocupação nossa. [...] Não existe essa preocupação da boa aceitação. A gente quer a chance de mostrar outro lado que, até então, não tinha espaço. Mas, se as pessoas vão gostar, se vão falar mal, aí...

As estratégias de entrada na mídia são, portanto, pensadas com o objetivo de gerar um debate público e não a garantia de uma visibilidade decorrente da adaptação aos temas e imperativos morais valorizados por ela. Dois trechos de entrevista ilustram esse intuito, um com a militante Silvana e outro com a ativista Nazareth.

Silvana: Até tem como saber [*que notícias geram maior repercussão*], mas é tanta coisa. [...] Porque, inclusive, isso serve de ferramenta para a gente aumentar a audiência. Só que eu não vou aumentar a audiência pelo interesse das pessoas, eu vou aumentar pelo nosso interesse.

Matheus: Como assim? Me explica um pouco melhor isso, Silvana?

Silvana: Tem gente que usa esses recursos para aumentar a audiência. “Ah. Então matéria disso está dando certo. Então, vamos fazer matérias disso”. Que é como vive a imprensa. Eu não vivo dessa forma. As pessoas vão receber as que elas querem ver e as que elas não querem ver.

Nazareth: Não é uma interlocução muito qualificada que é produzida em meio jornalístico. Sempre é assim impressionista ou sentimental. Não se trata de um debate qualificado e acho que nem é essa a idéia. Quando tu publicas no jornal é para ver se tu movimentas a opinião pública.

Construcionistas buscam, ainda, legitimidade para a sua atuação política e, principalmente a *legitimidade das causas* pelas quais militam. Trechos com a militante Regina ilustram esse argumento.

Regina: A motivação é que eu acho que, em uma hora, não é que todo mundo vai virar verde, mas [...] eu gostaria, pelo menos, que as pessoas parassem de torcer o nariz. Que fosse entendido como uma causa como outra qualquer. [...] Não é só um animal. Sabe? É um animal como você e eu somos.

Regina: [O objetivo] é de parar com esse discurso besta de “Tem tanta criança passando fome e você resgatando até três da manhã cachorro na rua”. Sabe? Como eu já ouvi. “[...] Você está dizendo que são as criancinhas que estão passando fome. Você faz alguma coisa?” Não faz. [...] É o que eu digo. Se cada um pegasse aquilo que incomoda. Tipo “Me incomoda ver criança pedindo dinheiro no farol. Vou fazer alguma coisa por isso”. “Me incomoda ver cachorro andando na rua. Vou fazer alguma coisa por isso”. Se cada um fizesse a sua parte e respeitasse o trabalho do outro, não boicotasse, não fizesse esse tipo de trabalho contra, eu acho que a gente viveria em um mundo bem melhor [risos].

Esse objetivo pode ser dividido em outros, como firmar os militantes como interlocutores vistos como legítimos pela mídia ou construir simbolicamente o movimento como um ator influente. A militante Silvana, por exemplo, comemora o fato de ativistas de direitos animais serem chamados com mais frequência para dar depoimentos à grande mídia. Essa mesma militante destaca, ainda, um caso em que uma denúncia da ANDA a uma grande empresa brasileira gerou uma ligação direta a essa organização do próprio dono da empresa, o então milionário Eike Batista, com um pedido de desculpas. Militantes podem, ainda, para cumprir esse objetivo, buscar divulgar informações sobre as atividades do movimento. Nesse sentido, por fim, militantes buscam demonstrar a possibilidade de mudança, argumentando, assim, que a militância política é relevante, podendo levar a mudanças na relação entre homens e animais.

Dessa forma, ativistas privilegiam a lógica construcionista de ação, estando as demais lógicas de ação subordinadas a ela. Primeiramente, é possível apontar a *subordinação da lógica pragmática* e da obtenção de resultados práticos. Militantes negam que sua ação seja dirigida tendo como objetivo a obtenção desses resultados práticos imediatos ou atribuem à obtenção desse tipo de resultado uma capacidade menor de conduzir a sociedade à abolição do especismo. Dois trechos de entrevista ilustram esse argumento, um com a ativista Nazareth e outro com a militante Silvana.

Matheus: Então tu achas que essa estratégia de “Vamos conquistar veganos [...] por quaisquer motivos, desde que eles sejam vegetarianos”. Tu achas que essa não é uma boa estratégia? [...]

Nazareth: A gente está falando de meios para fins, mas primeiro, “Que fins nós estamos falando?”. Cada vez que uma pessoa deixa de comer carne, ela diminuiu o consumo daquele animal, ou seja, isso vale à pena. Acho que sempre vale à pena. Uma refeição. “Segunda sem carne” e não sei o quê. Do ponto de vista do animal, que está lá na ponta, que vai deixar de morrer porque diminuiu o consumo dele, acho que tem algum efeito. Mas é um efeito que se extingue meio rapidamente. Para tu pensares uma idéia de conjunto, de libertação animal como

um fim, eu acho que acaba não garantindo isso. Só diminui o consumo de animais. Ou seja, diminui quantitativamente, ainda que de forma bem insignificante, esse consumo. Mas não vai naquilo que interessa que é mudar uma concepção, uma forma de ver os animais. Porque, para a finalidade de mudar a relação dos homens para com os animais, de forma com que os animais deixem de ser explorados, eu acho que essas estratégias não funcionam. Acho que não tem que ser feito pra esse tipo de fim. Agora, se a finalidade é “O quanto eu puder diminuir. Salvei um animal, uma vaca a menos que tá morrendo”. Bom, se o fim for esse, tá valendo.

Silvana: Outra coisa é que a ANDA [...] não trabalha em cima de mensuração de resultados. Além de ser intangível, você trabalhar nessa perspectiva é muito frustrante. O que a gente quer é a chance de mostrar. “Nos dê chance de mostrar”.

Resultados práticos imediatos são valorizados, no entanto, quando atrelados à construção dos problemas. Um exemplo desse caso é a ocasião em que resultados práticos são obtidos pelo convencimento. Assim, o texto institucional de apresentação da ANDA, as retrospectivas anuais dessa organização e as falas de sua fundadora nas entrevistas exaltam casos em que empresas mudaram suas formas de agir após matérias produzidas pela agência. Porém, segundo a ativista, essas matérias não foram construídas tendo-se uma preocupação com a aceitação dos empresários no sentido retórico do texto. Segundo a ANDA, empresas produtoras de sapatos e bolsas mudaram sua política de uso de peles, empresas de aviação modificaram suas regras para transporte de animais, deputados modificaram sua opinião frente à proibição dos circos, entre outros. Resultados práticos imediatos (o ato de “apagar incêndios”, como militantes construcionistas costumam falar) são valorizados, ainda, se associados a uma perspectiva conceitual de enquadramento (que é analisada a seguir).

Nazareth: Sim, acho que esse risco [*de apenas apagar incêndios*] ocorre. A não ser que sempre... Acho que isso seria uma estratégia feliz, que talvez eles [*os abolicionistas pragmáticos*] estejam adotando. Tu apagas um incêndio, mas tu sempre dizes a que veio. Se tu consegues juntar essas duas coisas. Pega lá o seu bordão, resolve aquele problema ali, mas sempre aplicando a questão de fundo, acho que aí tu concilias as duas coisas, elas não são impossíveis de serem conciliadas se a estratégia for essa.

Nesse ponto, a ativista defende uma possibilidade de conciliação das estratégias em curto prazo que, embora presente em alguns casos, se efetiva em poucos. O mais comum é que militantes construcionistas vejam os resultados práticos como um projeto em longo prazo, como uma conseqüência da construção dos problemas que deve ser imediatamente iniciada. Dessa forma, observa-se que há uma subordinação da lógica pragmática, mas não uma negação da importância dos objetivos a ela associados.

O mesmo ocorre com a *subordinação da lógica identitária*. Ativistas construcionistas subordinam a lógica identitária ao negar centrar sua militância na defesa do veganismo, na medida em que o veganismo não é visto como um instrumento de transformação por si só. A motivação ética do veganismo é aquela vista pelos militantes como capaz de sustentar esses hábitos e produzir um efeito real nas mudanças nas relações entre homens e animais.

Assim, a melhor utilização possível do veganismo para esses militantes não é aquela que busca atrair o indivíduo pelas características e motivações éticas ou não éticas do veganismo (posição identitária), ou aquela que valoriza essa prática pelo resultado imediato de diminuição do dano causado ao animal (posição pragmática), na medida em que nenhuma dessas duas formas garantiria a construção de um problema que manteria a aderência do indivíduo ao veganismo em longo prazo. O trecho anteriormente citado, no qual a militante Nazareth responde à pergunta sobre a estratégia de “conquistar qualquer tipo de vegano”, demonstra essa preocupação. A mesma militante, ainda nessa linha de raciocínio, julga problemática a ausência de referência aos direitos animais em uma matéria de jornal sobre veganismo a ela apresentada. Militantes, assim, deixam claras as suas motivações para a adoção do veganismo, atrelando sempre a construção da identidade à construção do problema.

Felipe: E vegetarianismo e veganismo também estão nesse bolo todo. [...] Nesse bolo, assim, que vão enfiando coisas. O que as pessoas botam por ignorância e por bom senso. Então, entra religião, entra não sei o que, entra carma dos espíritas, entra saúde tal. [...] Então, novamente é um bom senso das pessoas, porque se tu falar com uma pessoa na rua “O que tu achas?”, ela vai dizer “Eu não consigo. Gosto de comer um churrasquinho e tal. Mas eu caminho todos os domingos, eu parei de fumar. Então também estou. Também estou que nem vocês”. Tem muito disso. É dez por cento ou vinte por cento que vão falar em animais.

Nazareth: A minha decepção, do ponto de vista [...] da alimentação vegana é que ela tem espaço [*na mídia*] como [...] dietas possíveis. Assim como tem uma dieta lá do Seu Fulano que causa tal e tal coisa, também tem essa possibilidade dessa dieta. E aí o que parece? Eles esmiúçam bastante a dieta e aí tem uma ou duas frases soltinhas dizendo que aquilo é por causa dos direitos animais. Às vezes, nem tem. Às vezes, é como se fosse uma opção da pessoa. Assim, “Eu só quero comer frutas, eu só quero comer isso, porque eu gosto, acho que é saudável, ou eu li um livro e, enfim”. Então, o porquê das pessoas serem veganas entra menos nessa matéria do que como ser vegano.

O veganismo, aos olhos dos militantes construcionistas, portanto, deve ser interpretado a partir de seu valor moral, ou seja, de sua capacidade de fornecer uma solução para um problema ético que deve ser sempre explicitado. Isso não significa que ativistas construcionistas não considerem importantes os objetivos identitários e o enquadramento por molduras identitárias, de forma análoga ao observado no caso da subordinação da lógica pragmática. A principal “função” desses objetivos e desse tipo de moldura para ativistas construcionistas é a demonstração da possibilidade de adoção do veganismo. Esse seria um “segundo passo” para os interlocutores que mudariam sua identidade não por valorizar o veganismo, mas pelo convencimento ideológico. Ou seja, primeiro haveria o convencimento ideológico do ator e, posteriormente, a sua transformação identitária. No trecho de entrevista seguinte a militante avalia positivamente uma reportagem que se dedica à exposição identitária imaginando que ela se dirige a indivíduos que já passaram por um convencimento ideológico, ainda que incompleto.

Nazareth: Quem é levemente simpatizante à causa, tem um cachorro que gosta, gostaria de estender esse amor ao cachorro aos outros animais. Só que ela não vai se mobilizar para isso, porque tem que pensar todo dia “Onde eu vou almoçar?”, “O que eu posso e o que eu não posso?”, olhar no supermercado o rótulo. Imagina uma idéia utópica de uma cidade que fosse totalmente vegana, que tu não precisasses pensar em nada. Eu acho que a maior parte das pessoas viveria. Porque tem como se alimentar bem, tem como se vestir, tem como... Não é? Independente da questão ética, a questão prática é importante. Então, quando se abre uma porta para perguntar sobre a questão prática “Como as pessoas viveriam?”, eu acho que aí tu tens que responder isso que ela está te perguntando. “Olha. Dá para viver fazendo isso, fazendo aquilo outro e tal”. E aí, com menos carga conceitual. [...] Claro que é bacana tu embutires o fundamento, porque [...] nesse mundo [...] que não é esse mundo utópico, o que vai segurar as pessoas é elas terem uma forte base moral. Agora, nesse caso aqui, eu acho que ela parte do pressuposto “Algumas pessoas querem ser veganas”. Ponto. “O que elas fariam?”. Então, ela não está discutindo se devemos ou não devemos ser. Essa é uma matéria que já é voltada para quem é ou quer ser. Então, não tem mais o que convencer.

Os depoimentos anteriormente citados indicam que militantes não negam a importância da conquista de resultados práticos, da atração de novos adeptos à identidade vegana e da divulgação dessa identidade, mas interpretam esse tipo de resultado como uma consequência da ação construcionista no curto prazo. Assim, a combinação da lógica construcionista de ação pode ser resumida da seguinte maneira:

Construir o Problema do Especismo → Atrair Novos Veganos → Conquistar Resultados Práticos → Abolir a Exploração Animal Garantindo Direitos Animais

Os trechos abaixo demonstram esse processo aos olhos dos ativistas. O primeiro é extraído de uma entrevista com a fundadora da ANDA, o segundo de uma entrevista com a fundadora do GAE.

Silvana: Quando a sociedade de engaja de uma forma mais ampla, naturalmente, clama por mudanças nas leis, porque a legislação acompanha os avanços da sociedade. Se a sociedade ainda achasse que o divórcio não era legal, até hoje não teria...

Matheus: Modificado a lei.

Silvana: Então, é a mudança de comportamento, é a ampliação da consciência que faz com que a sociedade [...] exija que os legisladores os acompanhem. Então, hoje, em virtude disso, vai indo em um efeito cascata aí, no melhor sentido.

Matheus: E o outro abolicionismo, mais conceitual, vamos dizer, tu não achas que ele corre risco de não salvar os animais que estão agora, no presente, sofrendo?

Nazareth: Corre se ele ficar conceitual [...] limitado àqueles que fazem avançar a discussão. [...] Mas, tu teres uma discussão conceitual sobre, inclusive, estratégias, [...], aquelas que funcionaram pra mudanças sociais e quais não funcionaram. Ela tem uma finalidade prática lá pelas tantas. Então, não é pra ser conceitual pra ser uma discussão que se encerra em si mesma para os iniciados e para sofisticar cada vez mais os conceitos. Pelo contrário, é trabalhar esses conceitos de forma a torná-los mais palatáveis o possível.

Matheus: Divulgar e etc.

Nazareth: E esses conceitos [...] serem divulgados. Então, tu levás esses conceitos para a escola, por exemplo.

A seqüência do diálogo mostra, ainda, não apenas o reconhecimento da importância da obtenção de resultados práticos, mas o reconhecimento de um dilema.

Matheus: Mas talvez o incêndio continue queimando lá.

Nazareth: É, mas eu acho que, quando tu estás trabalhando com as questões de fundo, mudando mentalidades, tu estás interferindo para os futuros incêndios. Eu acho que isso é muito uma escolha. O interessante era se tu tivesses uma equipe de combate [...]. Se a causa fosse grande, mas não é ainda. Então, são opções que as pessoas fazem. Acho que depende da história e do momento em que cada grupo [...] se encontra. O grupo avalia, “Agora acho que fazemos isso”. É muito difícil tu estares envolvido em uma situação prática e dizer “Não. Eu não vou resolver a situação prática agora, porque eu estou trabalhando para o futuro”. Não. Se ela aparece pra ti, tu vais ter que resolvê-la. Só que, pode ser que tu te dê conta que, ao longo disso, que “Bah. Eu to só resolvendo questões práticas e isso nunca vai ter fim”. “Estou secando o mar com um paninho”.

Matheus: É um dilema.

Nazareth: É um dilema moral. É uma escolha.

Assim, os militantes construcionistas (como os demais militantes) reconhecem a existência de um dilema. O trecho anterior mostra como, em muitos casos, os militantes avaliam que grupos que atuam pelas diversas lógicas são importantes, mas que essa combinação nem sempre é possível por exigências práticas, como o tempo. Esse dilema, como demonstra esse trecho, parece ficar ainda mais latente quando ativistas construcionistas se vêem frente a uma situação em que um resultado prático imediato parece necessário, como quando esses ativistas encontram animais abandonados ou em péssimas condições de saúde. A opção pela combinação de lógicas de ação não ocorre, portanto, sem dilemas e ignorando a importância das lógicas subordinadas, sendo definida por um misto de convicções estratégicas, como ilustraram os inúmeros trechos de entrevistas citados até agora, e de convicções morais pessoais, como sugere o trecho a seguir.

Matheus: Mas tu te dedicarias a esse tipo de atividade [*em busca de resultados práticos imediatos*]?

Nazareth: Não. Não me identificaria. Não é que eu não me identificaria. Não me envolveria. [...] Não submeteria meu nome a isso, mas...

Matheus: Por quê?

[*pausa breve*]

Nazareth: Ahn... Ai. Acho que é por uma vinculação mais *kantiana* com a filosofia decerto. Sei lá. Não sei. Mas eu não queria nunca inviabilizar tudo que é aquilo dentro do abolicionismo [...].

Uma das dificuldades práticas em conciliar essas diversas lógicas de ação é, provavelmente, a diferença entre as tendências de enquadramento interpretativo que elas geram. Uma combinação construcionista de lógicas de ação está, ao menos nesse caso, atrelada a uma tendência conceitual de enquadramento. Essa tendência tem como

característica geral a utilização quase obrigatória das molduras ideológicas e uma resistência ao uso de fabricações e molduras periféricas. Além dessa caracterização geral, é possível observar que a utilização das molduras ideológicas e a rejeição de outras categorias auxiliam ativistas a cumprirem cada um dos objetivos de curto prazo das organizações construcionistas.

De uma forma geral, é possível observar que abolicionistas construcionistas optam pela *utilização de sua moldura ideológica* na grande parte de suas interações com o público externo. Neste trecho de entrevista, por exemplo, uma ativista avalia uma notícia em que seu depoimento foi reproduzido de forma incorreta para o jornal, explicitando o enquadramento que procura adotar nesse tipo de interação.

Nazareth: Olha que problema. Olha aqui o nível. “Segundo a coordenadora do GAE, um dos principais objetivos é chamar a atenção sobre as atrocidades promovidas com seres vivos”. Eu jamais devo ter dito isso.

Matheus: “Os animais são escravos desse tempo e são tratados como produtos”.

Nazareth: Aí minha frase. Tudo bem.

[...]

Nazareth: Tá. Essa é a frase que tem que ser dita e martelada. Não importa que ele [*o leitor*] receba mal. Ela tem que ser martelada.

Mesmo quando outros temas são abordados (como a preservação ambiental), esses militantes procuram enfatizar discursivamente o enquadramento ideológico dos direitos animais, dando centralidade a ele. Dois trechos de entrevista com duas entrevistadas distintas ilustram esse argumento.

Silvana: Não. Todas as pessoas falam na questão dos direitos animais [*na ANDA*]. Se for ambientalista ou for economista, ou for professor, biólogo, filósofo, o viés vai ser dos direitos animais.

Nina: A gente fala de tudo, de meio ambiente... Sabe? Claro que o foco é sempre nos direitos animais.

Dessa forma, em geral, molduras periféricas só são utilizadas quando é vislumbrada alguma relação com a moldura ideológica do movimento.

Nina: Porque, na verdade, assim. Eu sempre tento deixar claro que o nosso objetivo é os animais. Não é pela saúde. Tem uma pessoa que é [*vegetariana*] pela religião, pela saúde, por egoísmo mesmo. Então, o nosso objetivo é esse. A gente vai usar outros argumentos, porque fecham. Então, se tu pegares o argumento ambiental, ele fecha perfeitamente.

É possível observar pelos depoimentos que o uso de molduras ideológicas é visto como compatível com a obtenção dos diversos objetivos construcionistas. De fato, alguns dos trechos anteriormente expostos para ilustrar os objetivos construcionistas estavam atrelados a informações sobre o enquadramento (sendo, portanto, reproduzidos parcialmente em alguns

momentos). Primeiramente, é possível visualizar como o enquadramento conceitual auxilia os ativistas na construção social de um problema. No trecho abaixo, a ativista conecta o enquadramento conceitual a duas dimensões da construção de problemas: a inserção da perspectiva dos direitos animais na imprensa e a construção do animal como sujeito.

Silvana: Quando você coloca o animal como o centro da notícia você já... “Animais também são vítimas de incêndio no centro de Recife”. Isso é extremamente importante. E aí a imprensa já sabe disso e começa a pautar a própria imprensa. “Cavalo cai”. [...] Tudo é uma questão de direitos animais, porque eu estou dando ao animal o destaque que ele merece e que ele precisa ter, de reconhecimento dos seus direitos. Da mesma forma que a gente cita que uma pessoa morreu atropelada, eu vou dizer que um animal morreu atropelado. Então, é nesse sentido que, às vezes, as pessoas acham “Não estão falando de direitos animais”. Claro que eu estou falando, porque eu estou equivalendo [*o animal ao humano*].

O enquadramento pelas molduras ideológicas auxilia os ativistas também no objetivo de denúncia. Assim, ativistas descrevem e publicizam atividades de exploração dos animais vistas como pouco visíveis. Nos trechos abaixo, a ativista da ANDA, que trabalha selecionando e traduzindo notícias de outros *sites*, dá exemplos de notícias que procura selecionar: aquelas que mostram atividades (relacionadas a animais culturalmente valorizados ou não) de exploração às quais os leitores têm pouco acesso

Regina: Independente do tipo de animal. [...]. Olha. Eu estou vendo uma aqui de quando teve a Eurocopa na Albânia que eles fizeram uma limpa na cidade com os cachorros para não ficar... Porque lá tem muito cachorro abandonado. E, como a cidade ia virar foco do mundo por conta da Eurocopa [...], eles fizeram uma limpa na cidade. [...] São coisas bem que você não bota má fé que as pessoas vão ter coragem de fazer isso. Mas acontece. A gente tinha meio que essa preocupação de “Olha o que estão fazendo lá na China”.

Regina: Eles diziam que era uma tradição da cidade. Então, eles amarravam um cachorro em uma corda, giravam a corda e aí depois eles soltavam e o cachorro ficava igual a um louco assim, e depois ele caía em um rio. Era uma coisa absurda, absurda, absurda [...]. A minha preocupação é trazer isso. Quem diria que na Bulgária, nessa cidadezinha ovo aí, eles fazem isso com um cachorro. Sabe? Então, é meio que revelar, desvelar essas atrocidades que acontecem em toda a parte do mundo e as pessoas, geralmente, não se dão conta.

Regina: Então, eu preferia trazer mais essas coisas com animais diferentes e práticas diferentes. Entendeu? Quem monta restaurante com carne de tubarão, porque ele acha que é legal oferecer isso para quem está se casando ali perto.

Esse tipo de enquadramento auxilia os ativistas, ainda, em sua atividade de desconstrução crítica dos enquadramentos socialmente disponíveis para interpretar a relação entre homens e animais. O trecho abaixo mostra o diálogo que antecede o trecho da entrevista da militante Regina utilizado como exemplo para ilustrar o objetivo de crítica. No caso, a ativista defende a importância de enquadrar situações por meio de categorias ideológicas.

Mathews: Uma coisa que tu me falaste é que tu sempre tinhas um cuidado de dar uma editada na notícia para ela ter essa cara mais abolicionista. Tu falaste do exemplo de nunca falar “dono” na hora de falar de, por exemplo, animais de estimação e etc. Tu terias outros exemplos de coisa que, geralmente, tem que mudar para ter esse viés mais abolicionista?

Regina: Não é mudar, assim, no sentido de “Olha. Vamos fazer com que as pessoas creiam que é isso”. Não é isso. Não é por aí. É só esse cuidadinho de usar palavras como “exploração”. O que mais? Eu me lembro que era isso. O dono que é tutor. Usar a palavra “exploração” sempre. Não amenizar essa coisa do confinamento e tal. Então, dizer mesmo que é uma exploração. No sentido de deixar essa coisa... Essa condição ruim para os animais mais clara. Não deixar de um jeito natural, como se você óbvio que... “Poxa. É óbvio que toda vaca tem que virar carne um dia”. Não deixar. Deixar isso mais ressaltado no texto como o errado da coisa. Não é o normal.

Esse trecho demonstra também uma rejeição a termos e expressões vistas como especistas, tais como a palavra “dono”, também importante para a realização da crítica. Além de rejeitar a utilização desses termos, ativistas podem criticá-los abertamente, como é observado no caso analisado na segunda parte desse trabalho. Ainda com objetivo de desconstruir os conceitos socialmente estabelecidos, ativistas buscam expor a contradição lógica e ética do outro em uma interação por meio de suas molduras ideológicas. No trecho abaixo, o militante Pedro relata uma ocasião em que mandou uma carta para um famoso colonista do Rio Grande do Sul. Outro trecho sobre essa estratégia é também transcrito.

Pedro: Era sobre o zoológico de São Leopoldo. Eles estavam alimentando os leões com cavalos. Eu não lembro se era o zoológico, mas eles alimentavam leões com cavalos. E ele criticou isso, que eles estavam usando cavalos, de que forma eram mortos os cavalos [...] Só que daí [...], não sei se na mesma coluna ou em uma antes, ele tinha dito que ele gostava de se deleitar em uma picanha e não sei o que. E daí eu apontei uma incoerência no comentário dele, que ele se importava com os cavalos, e com os outros animais não. E daí eu fiz um resuminho de como morriam os outros animais, porque ele queria tanto saber como morriam os cavalos. E ele diz [*na coluna de um dia após o recebimento da carta*] “E daí que um leitor me surpreendeu em minha hipocrisia. Vamos à chinelada proveniente do leitor”. E aí ele colocou a carta inteira. “Digo ao leitor que me chamou de hipócrita que ele tem toda a razão” [risos].

Nazareth: Dizer que os animais não são produtos é uma coisa interessante, porque [...] a pessoa usa um animal, mas ela não vê nesse uso o uso de um ser vivo tornado produto. Ela usa esse animal, porque ela precisa, porque sempre foi assim, porque... Então a frase tem efeito por conta disso. Porque aí é uma tradução da sua prática, daquilo que ela faz aceitando naturalmente, em termos que ela rejeita. Mas, ao mesmo tempo em que ela rejeita esses termos, ela sabe o conteúdo de verdade deles, porque, se tu usas, é um produto. Então, por isso eu acho que ela é uma frase importante, assim, como bordão.

O enquadramento por molduras ideológicas auxilia os ativistas, ainda, a demarcar fronteiras com outras categorias críticas. O trecho abaixo também mostra o diálogo que precede uma parte da entrevista com o militante Felipe exposta para demonstrar o objetivo de demarcação de fronteiras. Além desse trecho, outro é utilizado para ilustrar o argumento.

Felipe: A gente tem uma assim do PSTU, que nunca é eleito, mas que tá sempre naquela posição. Diferente de outro que “Ah, eu quero ser eleito”, daí tu te alias com o PTB e, sim, tu consegues ser eleito. O outro não. Ele vai passar o resto da vida martelando aquilo ali. [...] E aí tu consegues dizer umas palavras chave, porque daí os caras vão te reproduzir e eles vão ser obrigados a dizer, a publicar aquilo que tu disseste.

Matheus: Que palavras chave são essas?

Felipe: Acho que tu precisas resumir, rapidamente, o que é a coisa. Entendeu? A gente tem que falar um bê-a-bá pra quem nunca ouviu aquele assunto. Então, com isso aí, a pessoa se obriga a falar toda a tua frase. Tipo “A questão não é a maneira nem nada. A questão é lá atrás que esses animais nasceram só pra serem escravizados. Não é para ser escravo. Não é para ser animal escravo. Não importa se ele tá de barriga cheia ou vazia”. Porque,

se não, todo mundo vai dizer assim “Ah, não. Mas eles não estavam judiando”. É normal. Isso eu ouço o tempo todo. A maioria das pessoas acha que nós estamos preocupados com isso. “Não vamos judiar dos animais nas fazendas”.

Nazareth: “Uso e exploração dos animais”. Tirar um pouco do sofrimento animal. Porque o jornalista quer falar do sofrimento animal. É o sofrimento animal que vai criar empatia com seu leitor que vai pegar o jornal. Mas essa empatia pelo sofrimento é problemática para a idéia de direitos animais. Por que “Se não tem sofrimento, eu não preciso me mobilizar para tirar ele da escravidão”.

Ainda na temática das fronteiras, militantes buscam vincular o veganismo ao diagnóstico dos direitos animais. Uma militante, por exemplo, destaca que, em duas entrevistas com jornalistas sobre vegetarianismo, procura sempre repetir a frase “não é por saúde”.

O enquadramento por molduras ideológicas é visto como uma forma de garantir a legitimidade da causa. Na busca desse reconhecimento, ativistas podem descrever ações do movimento dos direitos animais, enfatizando claramente a ideologia desse grupo, para demonstrar a existência da mobilização coletiva. Ativistas podem, ainda, descrever bons casos de relação entre homens e animais, para demonstrar a possibilidade de mudança. A moldura ideológica exposta de uma forma mais formal, sendo explicitados conceitos, também pode auxiliar os ativistas para o alcance desse objetivo, na medida em que, no caso dos direitos animais, ele está baseado em categorias vistas como “racionais” e, logo, socialmente valorizadas.

Matheus: Tu tens uma postura que, a meu ver, ela é bem teórica. Tu explicas, tu falas. É mais ou menos isso que tu estás querendo dizer?

Nazareth: Eu acho que sim. Teórica, mas não sofisticada em termos acadêmicos, mas que torne os conceitos palatáveis...

Matheus: Conceitual, assim.

Nazareth: Conceitual. É. Conceitual. Um conceito palatável que as pessoas entendam, traduzido pra uma linguagem acessível, mas nunca rebaixada. Nunca uma linguagem, assim, que descambe para a pena. [...]. Mas eu acho que esse é o momento, assim, de divulgar os conceitos a partir dessa base, uma base mais de discussão que faz o movimento ser levado a sério.

Esse trecho demonstra também uma preocupação dos ativistas em fornecer um enquadramento didático e, logo, compreensível ao outro. Essa pode ser vista como uma forma de garantir a possibilidade de convencimento ideológico, na medida em que para que isso ocorra, é necessária uma compreensão por parte do interlocutor da ideologia, uma argumentação complexa. Ainda, o enquadramento pelas molduras ideológicas é, claramente, o único meio pelo qual um ativista pode se dedicar ao objetivo de convencimento ideológico, demonstrando-se assim logicamente a necessidade de um enquadramento desse tipo para a

obtenção desse objetivo.

Para a garantia do convencimento ideológico, ativistas também recorrem a uma dimensão essencial da tendência conceitual de enquadramento, a rejeição ao uso de molduras periféricas e fabricações. O convencimento por esse tipo de categoria não é visto como um bom resultado para os militantes e, logo, sua utilização é negada. Observa-se, portanto, uma rejeição ao enquadramento baseado na aceitação imediata.

Silvana: Para a gente, a única via que interessa é a dos direitos animais. A gente vai mostrar. O que as pessoas vão fazer com isso eu não sei, mas eu não vou mudar o meu discurso. A ANDA não vai mudar o discurso, para agradar [...]. A questão é essa. A ética não admite negociação. “Não. Tudo bem. Eu sou super ético. Não recebo dinheiro. Mas olha, Matheus, se tu me deres 100 reais, a gente pode ver”. Como assim? Então, o que a gente fala é isso. O nosso discurso é firme.

Assim, observa-se uma preocupação muito grande por parte dos militantes em não fornecer enquadramentos que estejam baseados em perspectivas vistas como opostas ou pouco relacionadas aos direitos animais. Alguns ativistas defendem, ainda, que é possível se adaptar a temas que chamem atenção ao leitor, atraindo sua atenção para a fala dos militantes, desde que esse tema seja tratado a partir da perspectiva ideológica dos direitos animais.

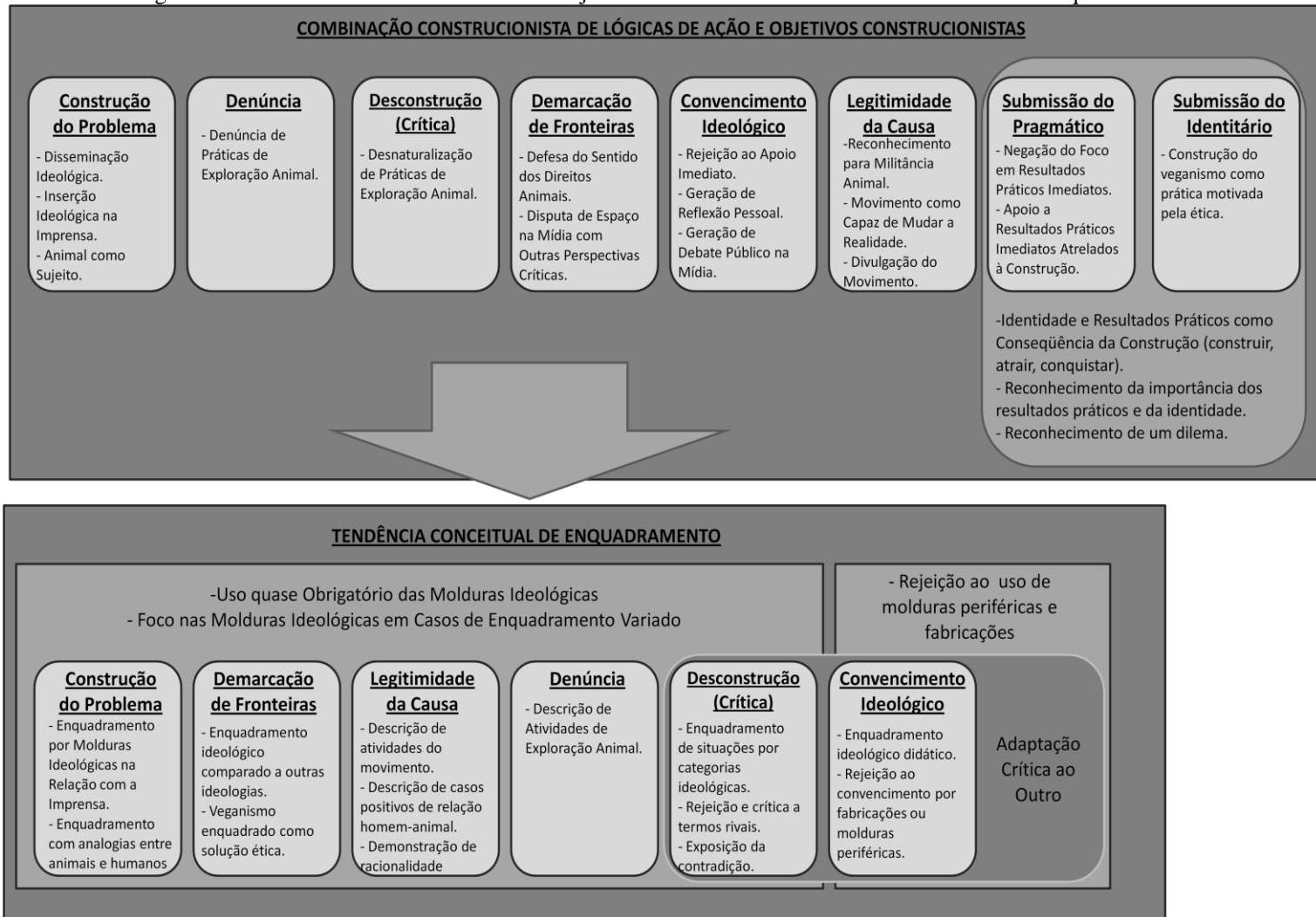
Em suma, é possível apresentar como os objetivos construcionistas e a tendência conceitual de enquadramento interpretativo se apresentam empiricamente no caso do movimento dos direitos animais (Figura 5). As organizações estudadas que se identificam claramente com essa perspectiva são o GAE e a ANDA. Em sua página na rede social *Facebook*, por exemplo, o GAE se descreve da seguinte forma.

O Grupo pela Abolição do Especismo reúne interessados em pesquisar e divulgar alternativas às práticas de exploração animal; incentivar alimentação e consumo que respeite os animais, não agrida a natureza e a saúde; conscientizar sobre a responsabilidade para com todos os seres sencientes.

Todo o trabalho é voluntário, e as pessoas estão unidas pela vontade de conhecer os fundamentos filosóficos dos direitos animais e do veganismo e de atuar em prol da abolição da escravidão animal. Diferente de muitos outros agrupamentos em que se defendem interesses próprios, o GAE não tem outras recompensas na sua luta que não a prática de justiça em relação a estas vítimas do especismo humano (GRUPO PELA ABOLIÇÃO DO ESPECISMO, s.d.)

Essa breve descrição apresenta alguns elementos do ativismo construcionista, como a divulgação de soluções para o problema e a ideia de “conscientização” das pessoas em relação a ele. Militantes parecem negar, ainda, a obtenção de benefícios materiais como objetivo do movimento, vinculando-os, nesse caso, a interesses privados de outros ativistas. A utilização de termos da moldura ideológica da MIAC dos direitos animais está também presente e os militantes são descritos como indivíduos interessados em conhecer tais concepções.

Figura 5 - O Abolicionismo Construcionista: objetivos construcionistas e tendência conceitual de enquadramento



Fonte: autoria própria.

Já a ANDA se descreve da seguinte maneira.

A imprensa não apenas informa. Ela forma conceitos. Modifica idéias. Influencia decisões. Define valores. Participa das grandes mudanças sociais e políticas trazendo o mundo para o indivíduo pensar, agir e ser. É justamente este o objetivo da ANDA – Agência de Notícias de Direitos Animais: informar para transformar. A ANDA difunde na mídia os valores de uma nova cultura, mais ética, mais justa e preocupada com a defesa e a garantia dos direitos animais. É o primeiro portal jornalístico do mundo voltado exclusivamente a fatos e informações do universo animal. Com profissionalismo, seriedade e coragem, a ANDA abre um importante canal com jornalistas de todas as mídias e coloca em pauta assuntos que até hoje não tiveram o merecido espaço ou foram mal debatidos na imprensa. A proposta da ANDA é servir também de referência a toda sociedade, respondendo aos questionamentos e incentivando novas atitudes, sempre sob o foco dos direitos animais [...] (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS, 2009).

O objetivo institucional da ANDA, “informar para transformar”, ilustra o argumento desenvolvido nessa seção. O ativismo é voltado para a disseminação da informação e para a construção de novos conceitos, vistos como os passos necessários para a transformação social baseada no convencimento ideológico. Ainda, o papel da grande mídia como meio de disseminação de novas perspectivas é ressaltado. A frase final aponta, ainda, a intenção institucional da ANDA de se focar no enquadramento por molduras ideológicas.

São os ativistas ligados a essa perspectiva aqueles que tecem maiores críticas à aprovação de uma reforma bem-estarista temporária, demonstrando, assim, a vinculação entre construcionismo e rejeição do bem-estarismo no caso dos direitos animais. Há uma acusação de que o bem-estarismo não seria ético, assim como não seria estrategicamente interessante.

Silvana: É o abolicionismo pragmático. “Agora, vamos, ao invés de pedir pela abolição dos testes, vamos refinar os testes” [...]. Acompanha o meu raciocínio. Você quer um aumento de cem reais. Está certo? Aí toda a categoria quer um aumento de cem reais e vai conversar com os patrões. Você vai pedir 30? Não, não é? [...] Essa mobilização vai pedir duzentos para conseguir 50 ou para conseguir 70 ou 80. O que faz o abolicionismo pragmático? Ele pede 30 e quer 100. “Não. Eu quero 100. Mas eu vou pedir 30”. E aí eles dão 15 e acabou. Então assim “Meu. A estratégia está errada”. O que a gente quer? É a abolição. Então, vamos pedir para abolir. É claro que tu não vais abolir imediatamente. É óbvio. Só que com a pressão, com a pressão, com a pressão, a gente vai chegar muito perto disso. [...] Ninguém vai pedir “Estupras com amor uma mulher”. Vai falar “Não estupra”. Não vai falar assim “O estupro está crescendo muito. A gente tem que dar um jeito. Vamos lá. Olha gente, a gente queria que o estuprador, pelo menos, falasse que a mulher é gostosa, bonita [...] e que ele casaria com ela”. Entendeu? Com os animais eles acham que não, que o caminho é por aí.

O abolicionismo pragmático, criticado pelos militantes construcionistas, é o tema da próxima seção desse capítulo.

4.2 O ABOLICIONISMO PRAGMÁTICO: CONSQUISTAR, CONSTRUIR, ATRAIR

O abolicionismo pragmático tem como principal característica privilegiar uma combinação pragmática de lógicas de ação em suas atividades de militância. Como proposto teoricamente, ativistas que se orientam dessa maneira têm como principais objetivos: obter resultados práticos; satisfazer os interesses imediatos dos alvos; adaptar os seus objetivos ao visto como possível; conquistar aliados, independentemente de seu convencimento ideológico; conquistar a capacidade de influência política.

Ativistas pragmáticos têm como foco central a *obtenção de resultados práticos*. Alguns trechos demonstram claramente como esse objetivo pode ser expresso de forma abstrata por ativistas e pensadores da causa animal. Mais importante, porém, é notar que grande parte das atividades desses militantes tem como foco a obtenção de um resultado prático específico e bem delimitado.

Davi: E é isso que o abolicionismo pragmático vai sempre se importar. É onde tu vai largar isso aqui [*se referindo à fala de uma militante no jornal*]. É o resultado que a gente poderia ter com isso aqui. Sempre fazer suco da laranja.

Naconecy: O ativismo não é protesto. O ativismo é alterar o mundo. Essa é a definição do ativismo. Alterar a realidade. “Eu sou ativista, mas não quero alterar a realidade”. “Então, tu não és ativista”. “Eu acredito na causa, mas não faço nada por isso”. “Então, tu não és ativista. Tu tens uma causa, como o cara que acha que a Terra é quadrada, que o homem nasceu na Lua [...]”. Entende? Não é ativismo.

Na medida em que atores se focam na obtenção desses resultados práticos, é possível observar que ativistas valorizam atividades que possam lhes fornecer os recursos necessários para militar em busca desses resultados, apesar da possível limitação que esses recursos possam ter.

Davi: A gente **está** na Zona Sul às seis horas da manhã. Então começa por aí. Aí a grande sorte, vamos chamar de sorte, é que a SEDA se comprometeu a castrar os gatos. Claro, essa é a função da SEDA. Só que, claro, nós temos que capturar eles e levar até lá pra eles serem castrados. Agendado e tudo. E aí é aquela coisa, pra mim e pra [*Ingrid*] ou para quem tiver castrando não sei quantos gatos, [...] quando surge uma secretaria que diz que vai castrar os animais sem custo, a gente quase chora de alegria [risos]. Chora mesmo.

Os resultados práticos são vistos como importantes para os ativistas pragmáticos na medida em que atendem *aos interesses imediatos dos alvos* da militância, no caso do abolicionismo pragmático, os animais explorados. Nesse sentido, ressalta-se que cada indivíduo animal deve ter seus interesses considerados e defendidos, em oposição à idéia geral de defesa dos interesses “dos animais”.

Matheus: E valia a pena isso [*a atividade de recolhimento de cavalos*]?

Felipe: Olha. Para aquele cavalo vale. E para todos que foram tirados. E daqui a uns anos, quando entrar de vez a lei e tirar todos vai valer para todos aqueles cavalos.

Davi: Porque nós no abolicionismo pragmático, a gente entende que o abolicionismo é tu, sei lá, tu libertares os cavalos. Isso é abolicionismo. Claro que eu não estou lutando para um abolicionismo somente para cavalos, mas eu to lutando para **um** indivíduo. Já é abolicionismo. Já é trabalhar a idéia do abolicionismo.

Ativistas defendem, ainda, que o interesse de cada animal deve ser respeitado em todos os momentos, reproduzindo o argumento de Stzydel (2007) e Naconecy (2009). Dessa forma, os resultados práticos obtidos devem ser conquistados no menor espaço de tempo possível, principalmente em casos em que a exploração põe em risco direitos básicos dos animais.

Naconecy: Eu estava andando em Rio Grande, fazendo hora antes de voltar [*ao trabalho*] caminhando no porto de Rio Grande. Tinha um sujeito pescando. Isso eu faço bastante. Eu paro e vou tentar salvar aquele peixe que ele está pescando. O peixe saindo do anzol. Eu tenho casa na praia. Eu vou muito à praia. Então, nessas caminhadas sempre tem alguém tirando [*peixe da água*]. Aí várias vezes eu já cheguei e perguntei “Tu vais usar esse peixe?”. “Não”. “Larga de volta”. [...] ³⁴ O peixe tem que voltar para a água. Não é para a libertação dos peixes. Aquele peixe tem que voltar para a água, porque **aquele** peixe tem interesse. Isso é o que distingue a abordagem pragmática, o abolicionismo pragmático. O interesse **daquele** peixe é retornar para a água o mais cedo possível antes que comece a descompressão e a asfixia. Ele não tem interesse na abolição da condição dele.

Nesse ponto, o foco no interesse imediato do animal e a *adaptação ao visto como possível* se conectam. Se o interesse do animal em cada momento deve ser respeitado, é necessária uma análise das melhores opções possíveis para o animal em cada momento, sendo os objetivos adaptados de acordo com essas possibilidades.

Essa adaptação pode ocorrer no nível individual, no sentido que militantes adaptam seus objetivos àquilo que julgam possível obter com determinado interlocutor. No primeiro trecho de entrevista exposto a seguir, a ativista pondera quais objetivos podem ou não ser alcançados por meio de uma palestra para crianças na escola. No segundo trecho, o ativista propõe uma analogia dos limites do ativismo aos limites da ajuda ao outro.

Ingrid: A diferença está em como aproveitar o meio em que tu estás. [...] Que nem nas escolas, por exemplo. Quando é criança, não dá pra falar muito de carne, porque ele vai chegar em casa e vai apanhar dos pais se não comer a carne e tal. Eles não estão preparados para isso. Então **ali** se fala de cachorro, gato, animais de rua. É o meio, sabe. Daí, para os maiores, já dá para falar diferente.

Alexandre: É como quando tu queres ajudar alguém, algum amigo que tu vês que está mal e se ferrando, quer seja por drogas, quer seja por gastar dinheiro, ou por problema psicológico. O teu limite é o quanto ele permite ser ajudado. Não adianta tu buscares mais do que isso. Tu vês o cara se enterrando e tu tens que estar ao lado dele para ajudar, mas se ele não quiser, tu não vais ajudar ele.

³⁴ Nesse trecho segue a argumentação utilizada para convencer o pescador, que é analisada em um momento posterior.

Essa adaptação pode ocorrer, ainda, tendo-se como referência não um interlocutor específico, mas o contexto social como um todo. Trechos de duas entrevistas são utilizados para ilustrar esse caso.

Alexandre: Então a questão estratégica parte muito de tu teres um conhecimento histórico. Nesse ponto a coisa que eu mais posso agradecer a Deus, Jeová, Buda, quem tu quiseres, é por eu ter participado do movimento estudantil. [...] Lá que eu aprendi a me organizar, a fazer uma reunião, a ter pauta, o que é palavra de ordem, qual é o momento de votação, como faz, como não faz. Porque as pessoas não têm mais isso. E lá que tu aprendes a questão estratégica que é “Eu vou dar um passo atrás agora para dar três para frente”. Então, tu entenderes o contexto, porque o mínimo que tu tens que entender é tu poderes olhar o planeta e dizer “Espera aí. Comer carne é normal aqui”. E tu entenderes que essa é a realidade. Não estamos falando de filosofia, estamos falando do que está acontecendo aqui. Eu estou passando na frente ali da “Freio de Ouro” [*nome de uma churrascaria*] e está lotado.

Davi: O que tem que ficar claro é, assim, não é porque a gente defende o foco no resultado e na prática que a gente desvalide os direitos animais [...]. E não é algo rasteiro. A gente não está lidando com uma coisa rasteira. “Ah. Vamos falar sobre isso e aquilo”. Não. A gente está sempre pensando nos direitos animais, mas vendo o mundo em que a gente está inserido, a realidade social em que a gente está inserido.

Outra questão contextual que pode ser levada em conta se refere às peculiaridades das vidas de cada tipo de animal no contexto atual. Trechos de duas entrevistas são utilizados para ilustrar esse outro caso.

Felipe: Cara, ali [*no caso do cuidado a cavalos maltratados*] é assim. É meio que o chamado “se fazer de morto para ganhar sapato novo”. Tinha que fazer isso aí. Tu não tinhas opção. Se eu fosse levar muitos princípios em relação a isso, eu só aceitaria que os cavalos saíssem para voltar para a natureza. Entendeu? E aí eu colocaria o completo abolicionismo como algo tão utópico que está desvinculado das outras coisas, já que a vaca, mesmo que eu salve ela dos abatedouros, ela tem que ir para outro lugar. Porque se ela ficar no meio da rua, alguém vai ter rapidinho a idéia de levar ela para algum lugar, abater e fazer um churrasco. O cachorro ainda pode ficar vagando na rua, o gato também, e os passarinhos nem são vistos, por exemplo. [...] E esses aí não. Eu tenho que colocar eles de uma maneira melhor. Então, sim, foi necessário fazer isso, dadas as circunstâncias, dada a situação especial do cavalo que é sempre visto como o animal que está aí para trabalhar, enquanto os outros animais não são vistos assim.

Davi: No caso do cavalo, ele não te trata como igual, porque ele tem o instinto de presa. Ele é a presa na natureza. [...] Então, ele [...] se molda à situação. Não que o cavalo seja submisso. Mas ele acaba se moldando. E aí entra a questão da doma. Os abolicionistas [*em referência aos abolicionistas construcionistas*] vão dizer “Que horror”. Tudo bem, eu também sou contra a doma. Sou contra, sempre entre aspas. Agora eu vou dizer por que eu não sou contra, entre aspas, alguém em cima do cavalo. Vou te dizer. Me apresenta um cavalo selvagem. Não existe mais. Se tiver, tem algum mustangue lá nos Estados Unidos e olhe lá. Aquela coisa de *National Geographic*. O que aconteceu? Os bichos foram domesticados. O que a gente vai fazer com esses cavalos? Já que o estrago foi feito pela mão do homem e, infelizmente, estamos tratando de um animal com valor agregado, um animal que grande parte das pessoas vê, simplesmente, para alguma utilidade. Então temos a chamada doma gentil que, certamente, fere os princípios abolicionistas, mas, é de longe, a melhor alternativa para se acabar com as domas tradicionais que a gente vê na maior parte dos lugares, onde o animal é domado de maneira agressiva e com requintes de crueldade. Eu diria que a minimização de danos é a palavra chave quando a gente luta por animais como os cavalos. [...] Sou contra a montaria, mas entendo que a gente esteja lidando com uma realidade tão bruta culturalmente que o foco deve ser, em primeiro lugar, nas melhorias, e, depois, em um trabalho educacional primário, de que os animais não nasceram para servir ao homem, e aí sim entramos com a percepção de que não devem ser montados.

Nesse sentido, na medida em que o contexto não é visto como favorável para uma abolição completa da exploração animal, militantes admitem uma diminuição quantitativa do

problema social.

Davi: Cada vida é única. E esse é o objetivo [...]. Até quando a gente está, por exemplo, em um comitê de bioética, a gente vai dizer “Ok. Assassinem dez ratos ao invés de vinte”. Alguém vai dizer “Mas, você não liberou aqueles dez”. Sabe? Não há alternativas aqui. Se está todo mundo amarrado, e não há alternativas, então, no primeiro momento, eu vou salvar dez vidas. Essa é a síntese.

É também seguindo essa lógica de raciocínio que militantes pragmáticos, no caso dos direitos animais, concedem seu *apoio a uma reforma bem-estarista temporária*. Isso ocorre, na medida em que militantes não visualizam um contexto social favorável para a abolição do especismo no presente momento. A reforma bem-estarista é vista, portanto, como o melhor resultado prático entre os disponíveis para o atendimento dos interesses imediatos dos indivíduos. Desta forma, essa reforma é vista como a melhor solução moral para o problema em curto prazo. Trechos de duas entrevistas são expostos para ilustrar esse argumento.

Davi: Muitos veganos criticam a WSPA, dizendo “Os caras fazem curso de abate humanitário. Que horror isso”. [...] No começo eu criticava também, cara, mas, depois que eu [...] entrei em um abatedouro, cara, e vi lá vinte porcos sendo assassinados e todo aquele... A banalidade do mal. Cara, eu achei que eu ia sair do abatedouro querendo matar o mundo inteiro. Não, eu saí do abatedouro assim “Inventem um botão pra desligar os porcos”. Porque o que mais chocou não foi ver os bichos morrerem. Claro que foi. Mas o que me chocou foi a banalidade. Aquilo que a Hannah Arendt fala. [...] O cara mascando chiclete, matando, passando a faca e tipo assim “Ah, eu tenho um batizado de noite”. Sabe? Isso me chocou, cara. E aí eu entendi “Bom, se fizerem um curso de abate humanitário. Digo, se o abate humanitário for instituído”. Porque, lá onde eu fui, não era instituído. Esse é o problema do abate humanitário. Muitas vezes está lá, assim, no papelzinho “Frigorífico tal com abate humanitário”, mas só se tiver um fiscal lá dentro. Senão, o cara erra a pistola, porque treme com a pistola. Erra duas vezes a cabeça do bicho. Sabe? É claro que sou contra o abate, seja lá como for, mas a estratégia de guerra é minimizar o sofrimento ao máximo. Quando eu saí daquele lugar, saí com a convicção de que, tão cedo, esses assassinos não vão parar. Então, qualquer sistema que dê algum conforto, vamos dizer assim, para esses animais não passarem por aquelas bestialidades, seria um golpe de misericórdia.

Naconecy: Pega uma situação só para deixar claro isso, para marcar bem essas três posições que é o bem-estarista, o abolicionista pragmático e o abolicionismo fundamentalista. Vamos construir isso aqui. Tu estás andando na rua. Tu olhas para o lado e tu vêes uma galinha em uma gaiola pequena nesses aviários que tu tens na rua que vendem para umbanda. [...] O bem-estarista vai fazer o que? Ele vai olhar e vai pensar “coitadinha da galinha” e vai tentar [...] convencer o sujeito a aumentar a gaiola. O abolicionista fundamentalista, qual a resposta *standard* dele? A resposta *standard* de Francione e de Tom Regan qual é? E daqueles que seguem o *reganismo* e o *francionismo*. Vão dizer “Não. Não é meu problema aquela galinha e aquela gaiola, porque não diz respeito à abolição trocar aquela gaiola daquela galinha. Aliás, vai ter alguém para fazer isso. Aliás, são esses bem-estaristas que estão espalhados pelo mundo. Alguém vai tentar ajudar a galinha e oferecer uma gaiola nova. Não diz respeito à causa e, portanto, é irrelevante falar ou não falar” [...]. O sujeito que passa na frente e olha um animal preso em situações miseráveis e acha que não diz respeito a ele com ele podendo fazer algo e não faz porque é irrelevante para a causa, eu não posso chamar de animalista.

O bem-estarismo é visto, ainda, como o melhor caminho para levar a abolição, na medida em que impõe dificuldades econômicas aos exploradores. O diálogo abaixo extraído de uma entrevista conjunta ilustra esse argumento.

Davi: E o problema dos *francionistas* é assim “Jaulas maiores não servem”. [...] E a gente vai dizer o que? “Não. Jaulas maiores servem entre aspas”. Porque o que aconteceu? Eu acho que foi com a União Européia. Acho que

agora já em 2013 foi instituído que tem que ter [...] não sei quantos centímetros as gaiolas das galinhas. Não pode mais ser aquele cubículo. E aí a gente parte do princípio, assim “Bom, se eu estou em uma cadeia e os caras começam a me dar água ou aumentar a minha jaula, isso interessa somente a quem está dentro da jaula”. E é isso que a gente entende como o indivíduo animal. Bom, não conseguimos abolir, mas pelo menos aumentou a jaula dela.

Ingrid: E a luta continua pra abolir. O abolicionismo pragmático é isso. Para o bem-estarismo é assim “Ah, não, já está maior, está bom”. Está com a consciência limpa. E o abolicionismo puro diz “Não. Não adianta aumentar. Se não vai libertar, não aumenta”. E continua o sofrimento até libertar, o que vai demorar muito. E o pragmático é tipo “Tá, aumenta. Mas, vai continuar até terminar. Vai continuar a luta até terminar”.

Davi: Até porque, assim, os bem-estaristas, quando eles aumentam as jaulas, eles têm um custo pra esse aumento de jaulas. Isso já gera dificuldade pra eles, porque antes ele podiam tocar a toque de caixa, que nem na China eles fazem. Bicho amontoado de qualquer jeito. Se a gente já começa a fiscalizar e exigir o abate humanitário, digamos, já não pode ser aquilo ali. Tem que ser diferente.

Ao aceitar a possibilidade de uma reforma de bem-estar, ativistas se engajam em uma forte crítica a militantes que não aceitam resultados não abolicionistas em curto prazo. Para a conquista desses resultados em curto prazo (sejam eles abolicionistas ou bem-estaristas) militantes pragmáticos precisam garantir o cumprimento de outros objetivos. É necessário que militantes busquem a *conquista de aliados* (temporários ou não). Essa conquista de aliados não está necessariamente ligada à conquista de adeptos para a libertação animal. Dessa forma, ativistas pragmáticos, em uma interação buscam, em geral, o apoio imediato do interlocutor e não o seu convencimento ideológico³⁵. O primeiro depoimento ilustra de forma abstrata essa característica, já o segundo demonstra como a necessidade de encontrar um local para a sobrevivência de um cavalo maltratado impõe aos ativistas essa necessidade.

Davi: Esse jogo de tu lidares com a política pra libertar os animais com pragmatismo é o que o Raul Seixas falava “Para aprender o jogo dos ratos, transou com Deus e com o lobisomem”. Sabe? [...] É política. Tem que ceder aqui, largar aqui, apertar a mão do político, conversar com ele. [...] Porque pra nós o fim é sempre o animal. Sempre o animal. E, de acordo com nosso objetivo, que é a libertação, é vital que os meios sejam guiados para esses fins.

Felipe: Tu não podias ter ataques fortes, porque quem tem lugar para colocar um cavalo e sabe lidar com o cavalo é o pecuarista. [...] Não eram abolicionistas que tinham uma fazenda. Nenhum abolicionista tem uma fazenda. Só lá na Europa um ou dois que estão começando a ter [...]. Fora disso, como fazer? Então, tu precisavas de um tiozinho que chega lá de bombacha, cavanhaque e boina e “Espera aí que eu vou puxar a caminhonete. Chama lá”. Daí o capataz dele, pega o carroto aquele que custa dez mil reais, bota um cavalo dentro, leva lá para lá e trata como um rei. **Trata** como rei. Entendeu? [...] Se eu pudesse, eu pegaria os cavalos de carroça, mas eu não posso. Não posso colocar um cavalo em um apartamento e nem em um pátio de uma casa. Entende?

Quando a mídia é vista como esse aliado temporário, o mesmo processo pode se repetir para garantir a visibilidade da causa. Mesmo em casos em que ativistas relatam ter a necessidade de tecer críticas a um adversário no contexto do conflito, é relatada uma divisão

³⁵ Essa característica do abolicionismo pragmático pode ter uma conseqüência em suas redes sociais. Assim, é possível imaginar que militantes pragmáticos tenham mais contatos freqüentes com o “outro” do que ativistas construcionistas, gerando uma maior heterogeneidade na rede.

entre militantes da organização que iriam criticar fortemente o adversário e aqueles que relativizariam as críticas. Dessa forma, é mantida em aberto a possibilidade de aliança. Ainda no que tange à obtenção de aliados, ativistas buscam segmentar suas demandas em forma de campanhas. O objetivo de tal estratégia é aproveitar a simpatia dos interlocutores a cada temática em favor do movimento, renunciando-se à tentativa de aproximá-lo da perspectiva dos direitos animais como um todo. No trecho de entrevista seguinte, o ativista utiliza o *site* da organização norte-americana Peta para ilustrar essa estratégia.

Davi: Vamos pegar o exemplo do Peta. Se tu pegares o *site* do Peta [...], tu vais notar que as coisas estão bem facetadas ali. Elas não estão assim “Somos abolicionistas e vamos liberar geral”, que nem a gente estava falando. Não. Vai ter um *banner* de peles, vai ter outro *banner* escrito “cães”. E daí, o que acontece? Se tu és um cara especista, como 99% das pessoas que vão entrar lá são especistas, e tu clicas no *banner* do cachorro [...], eles vão te direcionar pra um *hot site*. O *hot site* é praticamente um *site* a parte ali dentro daquele portal. E ele [...] vai falar de cachorro. [...] Ele vai partir de um pressuposto assim “Se ele clicou no cachorro, talvez ele não seja um vegetariano. Talvez ele seja um cara que está a fim de cuidar dos cachorros. E a gente vai usar essa força positiva dele e vai direcionar para os cachorros”. Então começa a aparecer. Cachorro, cães aqui, cães ali, cães assado, não sei o que, não sei o que. “Ajude”.

Por fim, em interações com representantes da política institucional, militantes pragmáticos têm como objetivo *conquistar influência política* para garantir resultados práticos que atendam aos interesses imediatos dos animais pela via institucional. Dessa forma, militantes que se orientam por essa combinação de lógicas de ação tendem a buscar com frequência alterações na legislação. As organizações estudadas buscaram, por exemplo, a proibição no nível municipal do uso de cavalos para a tração de carroças e, no nível estadual, a proibição do aluguel de cães de guarda e a resistência a uma legislação que regulava um evento supostamente tradicional no Rio Grande do Sul, a Cavalgada do Mar, no qual cavalos são utilizados para uma travessia no litoral desse estado. Ativistas podem, assim, se dirigir à grande mídia com o intuito de pressionar legisladores para a aprovação ou para a rejeição de projetos de lei. A questão da influência política é o tema do exemplo estudado na segunda parte deste trabalho.

Ao combinar de forma pragmática as lógicas de ação, ativistas defendem uma *submissão da lógica identitária*. Assim, são criticados ativistas que se utilizam da identidade vegana sem militar para a produção de resultados, tendo como foco a construção e o fortalecimento de um grupo comunitário, nos quais indivíduos trocam experiências sobre o veganismo. Trechos de duas entrevistas expostos a seguir ilustram essa crítica.

Nina: E ele [*um vereador local*] foi um cara que foi lá falar na frente do Acampamento Farroupilha e denunciou um monte de coisas. Quer dizer, tem muito vegano que não faz porra nenhuma. Diz “Sou vegano”, mas não faz porra nenhuma. E ele, como simpatizante... Eu acho legal isso aí.

Davi: Só que aquela coisa, eu até acho que é mais válido alguém me convidar, por exemplo, pra ir a um congresso de bem-estar animal do que pra um congresso vegano. Porque, no congresso de bem-estar animal, é onde tu vais inserir as coisas. É onde a economia mostra as regras e é onde tem um monte de veterinários interessados no abate do gado e esses eufemismos. Sabe? E é lá que os veganos têm que entrar. A gente não pode mais rezar pra crente. Sabe? A gente não pode mais se juntar em congressos e em guetos. Ficar discutindo contigo onde é que tu compraste a tua carne de soja. Não. A gente tem que entrar nesses congressos mais de bem-estar, de pecuaristas. E chegar lá e começar a inserir essas questões.

Alguns ativistas e pensadores pragmáticos estão mais abertos também à conquista de veganos não atrelada à questão ética. Essa forma de atração ao veganismo pode ser defendida, já que o veganismo parece ser visto pelos ativistas como uma forma de diminuir quantitativamente os danos causados pela exploração animal. Nesse sentido, tanto veganos motivados pela ética quanto veganos com outras motivações exercem impacto positivo de diminuição da exploração animal. Um tema polêmico, nessa temática, é a campanha “Segunda sem Carne” da SVB Nacional. Essa campanha incentiva indivíduos ou organizações (tais como empresas ou escolas) a manterem seus cardápios na segunda-feira sem nenhum tipo de carne. Para avaliar essa iniciativa, o filósofo Carlos Naconecy usa claramente o critério do impacto sobre a indústria da carne em detrimento do critério construcionista da mensagem transmitida pelos militantes. Ou seja, nesse caso, o veganismo é considerado importante pelos ativistas pelo seu valor prático, ou seja, sua capacidade de diminuir de forma imediata a exploração animal.

Naconecy: A SVB [*de São Paulo*] negocia. A “Segunda sem Carne” foi isso. A SVB [*de São Paulo*] disse assim “Tem um milhão de pessoas que não estão comendo carne em São Paulo”. Um milhão é Porto Alegre. [...] Imagina uma Porto Alegre **inteira** não comendo carne em um dia. A outra corrente diria “Por que só na segunda? Eu quero na terça, quarta, quinta, sexta e sábado”. [...] “A gente não consegue sete dias por semana sem carne. Não dá. Vamos fazer um projeto, como tem em outros locais, de segunda sem carne aqui para as escolas adotarem? Vamos”. “Não. Mas tu vais passar a mensagem de que animais podem ser explorados de terça a domingo. Tu sabes disso”. A resposta é que na segunda feira é quase um milhão. Tu já pensaste em um milhão? Impacta, sim, no animal que vai ser morto. O meu não impacta. O meu boicote pessoal em comer carne não vai impactar. Um milhão de pessoas impacta a produção. Algum animal vai deixar de morrer por causa disso. A outra [*corrente*] vai dizer “Não. Tu estás passando a mensagem falsa”. Para mim é óbvio como a luz do dia que tem valor sim a “Segunda sem Carne”. A outra corrente, o pessoal do veganismo, acha que não.

Por meio dos depoimentos já expostos nessa seção é possível perceber que o abolicionismo pragmático defende, ainda, uma *submissão da lógica construcionista* frente à obtenção de resultados práticos imediatos. Uma das críticas desenvolvidas pelos militantes ao abolicionismo construcionista é o seu foco nas idéias em detrimento da prática e dos interesses imediatos dos animais, aquilo que Naconecy (2009) chama de “fetichismo conceitual”. Essa idéia é adotada pelos militantes para descrever os abolicionistas construcionistas. No trecho abaixo essa acusação é conectada à idéia já exposta da

necessidade de obtenção de resultados imediatos pelo risco de violação em curto prazo de direitos básicos de indivíduos não humanos.

Davi: Porque daí já vem aquela questão do fetiche da causa, não é, cara. Isso o Naconecy também fala. O problema dos veganos, sobretudo dos *franciongues*, é que [...] eles estão se pegando na causa como se fosse um livro. Eles estão muito ali com conceito de “Não, não. Isso está errado. Isso não é assim”. Eles estão se fechando. E nada acontece. O movimento de libertação animal é simplesmente prático. Não vai adiantar nada a gente ficar aqui, fazer um congresso para discutir direitos animais, se nós não pegarmos, assim, e estendermos um pote de ração para um cachorro na rua. Tudo vai por água abaixo. E não faz o menor sentido. Aí é aquela coisa. Alguém vai dizer assim “É preciso estruturar o movimento para o amanhã”. Mas, o amanhã para mim é o limite [...]. Tem o cachorro que está morrendo na rua, o gato que tá sendo atropelado, assim como os porcos que a cada segundo estão morrendo. E o problema [...] desses veganos ditos abolicionistas puros, é que eles não estão enxergando mais os animais aqui. Eles não enxergam mais o indivíduo. Os indivíduos e os animais. Eles enxergam o fetiche de idéias.

Militantes e pensadores também desenvolvem uma contestação da idéia de que, em uma interação, ativistas devem se orientar pela crítica às práticas do interlocutor. No trecho abaixo, é formulada uma crítica a ativistas que, frente a possíveis aliados influentes, buscam criticar as suas práticas, não buscando o estabelecimento de relações que possam ser convertidas em resultados práticos.

Naconecy: [*Tu estás falando*] para gente que vai impactar enquanto vereador, prefeito, SEDA, Zero Hora. Se tu não levasse isso em conta, tu estás sendo, no mínimo, ou ingênuo, ou negligente, ou repetindo um mantra da abolição. Tu estás indo com uma postura religiosa dar entrevista. O animal está pagando essa conta. [...] E o outro vai dizer “Não. Tu estás fazendo concessão. Tu sabes que é injusto, fale que é injusto, ponha o dedo, porque tu estás na frente de pessoas injustas. O repórter, o jornalista, a SEDA. Denuncie uma injustiça sempre que tu constatar-la. Não suavizas o discurso por causa disso”.

A subordinação dessas lógicas não significa, no entanto, que não haja um reconhecimento de sua importância por parte dos militantes. Ativistas pragmáticos defendem uma ação construcionista, por exemplo, quando o contexto é visto como adequado. Em geral, no entanto, esses militantes não buscam ativamente esse tipo de interação. Um exemplo disso é a avaliação positiva de alguns militantes pragmáticos ao artigo publicado por uma militante construcionista no jornal Zero Hora (analisado na segunda parte desse trabalho) que pode ser vista no diálogo abaixo.

Davi: Eu acho que, se tu tens um espaço “Tema para Debate”, eu acho que está perfeito isso aqui. Está perfeito isso aqui. Ela está debatendo a esquizofrenia moral no fundo. “Ama uns e come outros. Isso está errado e você é o culpado”, digamos. Para esse espaço, está perfeito, porque ela não está no meio da causa trabalhando a libertação animal. Entendeu o que eu quero dizer? Ela não está na prática da libertação animal e ela não tem uma estratégia de libertação. Não estou falando no mal sentido, eu estou falando no bom sentido [...]. Aqui ela está fazendo um trabalho de formatação e divulgando a filosofia animal. Então, tu vais fazer isso assim mesmo. Público. “Todos os animais”.

Ingrid: Eu lembro. Eu acho que aqui, a gente gostou. A gente só não usaria esse... Falar tudo isso em outro [*momento*] [...]

Davi: Nesse caso aqui é perfeito. O título é perfeito e aqui é “Tema para Debate”. Claro, aqui tu não visas libertar. Tu não tens uma pauta específica.

Outro trecho mostra como, em determinadas situações, uma atividade identitária pode ser valorizada pelos militantes.

Ingrid: Por exemplo, se a gente vai fazer uma banquinha na Redenção. Aí é exposto tudo. Não é uma data específica, não tem um tema específico, vamos expor o veganismo. A gente põe tudo, fala tudo. Porque também é um público que vai estar mais aberto para isso. Mas o resultado que a gente gera ali é um resultado indireto, é bem menor do que se a gente for focar.

Ainda, em situações em que resultados práticos não são vistos como possíveis, os militantes pragmáticos podem lançar mão de uma ação construcionista. Em uma palestra da organização PA em um evento da prefeitura de uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, um ativista se engajou em uma exposição clara sobre as formas de exploração industrial dos animais. Ao ser questionado, posteriormente, em uma entrevista sobre a ocasião, o ativista relatou que adotou essa postura, pois havia identificado anteriormente que não poderia obter nenhum resultado com os representantes da política institucional naquela cidade. Em suas palavras, não havia nenhuma “semente para plantar” naquele local.

Além de demonstrarem o reconhecimento da importância das lógicas subordinadas por parte dos ativistas pragmáticos, esses últimos exemplos mostram, ainda, como as dinâmicas próprias de uma interação específica podem modificar as combinações de lógicas de ação, levando ativistas a adotarem diferentes posturas em diferentes momentos (foco da segunda parte desse trabalho). Ainda, ativistas pragmáticos enfatizam que o apoio a reformas de bem-estar, por exemplo, só é desejável enquanto o contexto não for favorável à abolição.

Outras demonstrações do reconhecimento da importância das lógicas subordinadas podem ser identificadas nas ponderações sobre as desvantagens do pragmatismo segundo os próprios abolicionistas pragmáticos. Esses militantes relatam diversos tipos de desvantagens desse tipo de ativismo. Algumas delas estão relacionadas a indisposições com aliados, como a restrição da possibilidade de crítica³⁶ a eles e a necessidade de compartilhamento de crédito, mesmo quando a atuação do aliado não é vista como merecedora desse reconhecimento. Ainda, ativistas relatam a dificuldade em lidar com o grande número de demandas práticas existentes. As ponderações mais relevantes para o intuito desse trabalho, no entanto, se dirigem à possibilidade de ser confundido por terceiros ao outro.

³⁶ Essa dimensão parece ser essencial para a compreensão dos dilemas da interação com o Estado. Esses dilemas, no entanto, não são o foco desse trabalho.

Nesse sentido, ativistas relatam que, por estabelecerem relações com indivíduos não ligados à causa animal (dimensão dos objetivos pragmáticos), como os adversários, o público ouvinte ou os militantes de outras organizações, podem confundir a identidade da organização (quem é o militante e quem é o interlocutor) ou até mesmo os interesses que os abolicionistas pragmáticos têm com a interação. Esse fenômeno é analisado em detalhe na segunda parte desse trabalho. Por ora, é importante ressaltar que essa preocupação a respeito do “efeito colateral” do pragmatismo em gerar confusão demonstra a importância que abolicionistas pragmáticos dão à construção dos problemas e das identidades. Assim, o “confundir-se ao outro” não é desejado, porém, necessário em alguns casos, sendo visto como o cenário ideal aquele no qual há possibilidade de conciliação entre, por um lado, a manutenção da clareza sobre a identidade e os objetivos dos militantes e, por outro lado, a obtenção de resultados práticos imediatos. O trecho de entrevista abaixo ilustra essa preocupação.

Ingrid: Algumas pessoas acham que o abolicionismo pragmático é, na verdade, um bem-estarismo, ou acham que é uma desculpa dos bem-estaristas para dizerem que são abolicionistas. Mas é justamente o contrario. O abolicionismo pragmático usa determinadas estratégias que seriam consideradas bem-estaristas para garantir um resultado rápido que esteja sendo buscado. Um exemplo disso é a Feira de Filhotes que acontecia no [cita um shopping da cidade] em Porto Alegre. É óbvio que o que a gente mais queria era que se tornasse proibido de vez essas feiras de gigolôs de animais, mas isso não era uma realidade possível. Enquanto isso, a feira acontecia a todo o vapor. Então, um vereador criou um projeto de lei que não proibia as feiras, mas colocava diversas regras que deveriam ser cumpridas, inclusive limitando o número de dias de exposição para no máximo cinco dias. O projeto teve alguns itens vetados, mas virou lei, e a feira se tornou inviável para os criadores, porque o custo era alto para só cinco dias de exposição e ainda ter que cumprir várias regras que não existiam. O resultado é que nunca mais ocorreu a feira de filhotes lá. Se o projeto de lei fosse para proibir as feiras, nunca passaria e nunca seria lei.

O trecho anterior ilustra também como a idéia de “combinação” é essencial para compreender o abolicionismo pragmático. Ativistas não negam a importância da construção problemas e identidades, mas defendem a preponderância da lógica pragmática, na medida em que ela é vista como aquela que fornece as melhores soluções em curto prazo e como aquela que é capaz de gerar a construção dos problemas e das identidades e, posteriormente, a abolição da exploração animal. O abolicionismo pragmático pode ser resumido, portanto, da seguinte forma.

Conquistar Resultados Práticos → Construir o Problema do Especismo → Atrair Novos Veganos → Abolir a Exploração Animal Garantindo Direitos Animais

A forma como esse caminho pode ocorrer encontra respostas diversas. No capítulo anterior, foram citados argumentos filosóficos a respeito dessa questão que sustentam que

resultados bem-estaristas podem levar à construção de um problema e à abolição do especismo por formas diversas, tais como a promoção de uma cultura da bondade; a atração de visibilidade ao movimento; e a imposição de dificuldades econômicas às atividades de exploração (NACONECY, 2009; STZYBEL, 2007). Militantes também fornecem algumas respostas. O militante Davi utiliza uma metáfora da ética como um barco a vela para mostrar essa possibilidade. Segundo o ativista, em geral, as pessoas não têm convicções éticas profundas e são levadas a conclusões pelos acontecimentos, como o aumento de legislações preocupadas com a relação entre homens e animais. Dessa forma, a construção de resultados abolicionistas se equivaleria ao sopro de uma pessoa sobre um barco de papel que o conduz para determinado destino.

Os “efeitos colaterais” do pragmatismo também levam os ativistas ao reconhecimento de um dilema. Em uma das entrevistas, um militante se mostrou descontente com um órgão governamental que, segundo ao ativista, não tem uma atuação satisfatória no que tange aos cuidados com cavalos. No entanto, militantes vêem sua capacidade de crítica pública ao órgão limitada, na medida em que dependem de seus recursos para seguir uma atividade de castração de animais. Dessa forma, os abolicionistas pragmáticos reconhecem, nesse caso, um dilema entre, por um lado, construir uma crítica a uma secretaria que, aos seus olhos, não resolve problemas animais importantes na cidade e, por outro lado, cooperar com o órgão para obter resultados práticos imediatos.

Para que ativistas conquistem os resultados práticos que, segundo sua perspectiva, podem conduzir a sociedade à abolição da exploração animal, os dados produzidos indicam que militantes julgam necessário que o enquadramento proposto em suas interações esteja baseado em uma tendência retórica de enquadramento. Essa tendência de enquadramento se baseia em três prontos: a rejeição ao uso obrigatório de molduras ideológicas e identitárias; a aprovação do uso de molduras periféricas e (em alguns casos) de fabricações; e, principalmente, a adaptação cooperativa ao outro.

No que tange à *rejeição do uso obrigatório das molduras ideológicas e identitárias*, observa-se que ativistas fazem uma forte crítica a militantes que têm como estratégia única o enquadramento por esses tipos de moldura. Esse ponto já pode ser observado nos depoimentos anteriores no que tange às molduras ideológicas, principalmente naqueles que se referem a uma crítica à idéia como centro da militância. Ativistas criticam, ainda, uma organização que optou por não participar da campanha contra o uso de animais para tração de carroças. A negação teria ocorrido, segundo o ativista, pois a argumentação desenvolvida para

o caso não estava baseada no “anti especismo de raiz”. O trecho de entrevista abaixo ilustra essa crítica.

Naconecy: Um tem um olhar retórico. Um reveste retoricamente o discurso, o texto ele. O outro não tem. O outro se ancora em uma idéia fetichizada, em uma idéia reguladora ideal. Não é o que é agora exequível e factível. É a idéia enquanto ideal. Regulador de progresso e de chegada. E não quer saber em que ambientação, em que cenário está se movendo. Não tem todo esse componente retórico para adaptar ao auditório o texto dele. Não tem. Ele acha que há uma injustiça praticada todo dia, portanto, tem que se falar nisso e não tem outro tema além de abolição, libertação e direitos. Qualquer tipo de concessão é se afastar da causa.

Assim, em muitos momentos no quais o auditório é visto como pouco receptivo à perspectiva dos direitos animais, ativistas defendem que a melhor estratégia é uma ocultação completa da ideologia do movimento em seu enquadramento. A avaliação dos ativistas a uma notícia a eles apresentada ilustra essa consideração estratégica. A reportagem analisada é sobre um atropelamento de galinhas em uma estrada do Rio Grande do Sul que gerou um processo contra o motorista. Uma das ativistas é convidada a dar um depoimento e ressalta que, de acordo com a perspectiva dos direitos animais, galinhas são sujeitos de direito e, logo, merecem proteção legal, assim como os mesmos cuidados de prevenção de acidentes que seres humanos. Advogados ambientalistas que não se posicionam a favor dos direitos animais também dão depoimento. No diálogo a seguir, ativistas avaliam esse depoimento.

Davi: Isso que ela falou aqui é legal. O problema [...] é que [...] essa resposta dela aqui é uma resposta final. Para um cara que está lendo é assim “Ah, isso é louco! Comparando galinha à pessoa”. No entanto, é isso aqui. Só que, do jeito com que a gente sempre lida com a luta dos animais, a gente sempre fica pensando no que a gente vai falar, pensando no que vai falar para atingir alguém. Para atingir alguém. E nunca simplesmente falar o que é o abolicionismo para um público errado. Não vai surtir efeito e vai até desmerecer. [...] A impressão que fica é que, se eu fosse uma pessoa de fora lendo isso aqui, eu ia olhar assim e “Ah, mas...”. Entende? Tu pensa isso também?

Ingrid: É. [...] Claro, eles são advogados e tal, mas eles estão com termos técnicos. [...]. E, no caso, o que ela falou também é isso, mas ela falou de um jeito que eu acho que é muito abstrato.

Davi: Foi o conceito puro aqui.

Ingrid: [...] É. E para as pessoas que olham de um lado ou de outro é “Ah. Isso aqui está muito abstrato. Não. Eles devem ter certeza”. Parece que eles entendem mais daquilo que eles estão falando.

As molduras identitárias do movimento são, em muitos momentos, ocultadas pelo mesmo motivo. Dois trechos de entrevista ilustram esse argumento. O primeiro se refere a uma estratégia desenvolvida para a participação em um programa de debates na televisão, o segundo relata uma reconsideração estratégica em relação aos protestos anualmente realizados em frente a uma grande feira de comércio de animais no sul do Brasil. Em ambos os trechos ativistas decidem ocultar sua identidade vegana e trocá-la por outro tipo de identificação. No

segundo caso, ainda, o ativista sugere que a ocultação da identidade, em um primeiro momento, pode levar a uma exposição mais segura da identidade em um segundo momento.

Davi: Aí que está o detalhe. Quando tu vais a um programa como o “Conversas Cruzadas” para debater a cavalgada, cara, tu **nunca** podes abrir a boca, por mais que tu sejas vegano, tu nunca podes abrir a boca e falar sobre vegetarianismo. Porque, naquilo ali, desqualificou o teu discurso. A gente tem que sempre lembrar que o mundo é especista. E a moral dele é especista. Eles não vão olhar pra ti com compreensão de uma pessoa que luta. Não. Eles vão olhar pra ti assim “Ai, ai. Esse daí é radical”.

Ingrid: Ele nem sabe o que é.

Davi: Ele nem sabe o que é isso. Então, assim, foi um advogado. E o que o advogado é orientado a fazer? “Bate em cima da questão do veterinário. Bate em cima do bem-estar **dos** cavalos. Bate em cima da parada obrigatória dos cavalos para tomar água”. Ela nunca vai chegar e dizer assim “Que horror subir em um cavalo!”, porque daí desqualificou.

Davi: Parou gaudério, parou todo mundo. As pessoas começaram a olhar “Opa, espera aí. Que horror esse negócio!”. Até porque a gente tem muito gaudério do Paraná. E no Paraná não tem carroça pelas ruas tanto quanto aqui. Os caras pararam, conversaram com a gente. Eles não estavam nem lendo que na nossa camiseta estava escrito “vegetariano”. Ele estava olhando para mim e para o cavalo [*em um banner dos ativistas*] e dizendo “Bah, mas onde é essa ONG de vocês dos cavalos?”. Entende? Ele não enxergava o outro *banner*. Não. Ele enxergou **aquilo ali**. É uma lógica de *marketing*. Publicidade pura. Então, na próxima Expointer a gente vai fazer o que? Vamos direcionar. O ponto alvo vai ser o cavalo. Como lidar com o jogo de linguagem do tradicionalismo. Porque, se eu for de bota na próxima Expointer e a gente, trocar chimarrão um com outro, assim [*simula uma troca de cuias*]. Mas, assim. Eu dou uma cuia para a [*Ingrid*] assim. As pessoas vão começar a ler isso. Elas vão ler. Elas vão olhar e pensar “Espera. O cara está tomando chimarrão”. E, se eu conversar com ela sobre vegetarianismo, ela vai olhar pra minha cuia de chimarrão e vai dizer assim “Mas ele é que nem eu. Está tomando chimarrão”. Não dá aquele distanciamento, sabe?

Isso não significa que ativistas podem ocultar completamente qualquer juízo moral relacionado aos animais em seu enquadramento. Ativistas podem optar por uma ocultação ideológica parcial, mantendo a lógica de um argumento de direitos animais, mas evitando palavras tais como “especismo” e “exploração animal”, que possam ser vistas como estranhas ou radicais pelo interlocutor, utilizando-se de casos familiares a ele, como os dos direitos humanos. Militantes podem, ainda, manter o enquadramento por molduras ideológicas e identitárias, mas conceder a ele um espaço menor em seu enquadramento frente a fabricações e molduras periféricas. Em outros casos, ainda, ativistas tentam transmitir uma mensagem em favor dos animais por meio de categorias vistas como molduras periféricas, tais como o bem-estar e a proteção. Nesses casos as molduras utilizadas devem ser vistas como ideologicamente relevantes, ou seja, relacionadas às molduras ideológicas do movimento. Essa parece ser a estratégia desenvolvida pelos militantes no caso da militância pelo fim das carroças com tração animal em Porto Alegre, analisado posteriormente.

Os trechos até agora expostos ilustram também a segunda característica da tendência retórica do enquadramento, a aceitação do uso de *molduras periféricas e (em alguns casos) de fabricações*. Como já visto, essas molduras periféricas podem ser vistas como

ideologicamente relevantes, transmitindo um juízo moral acerca das relações entre homens e animais que pode aproximar o interlocutor do abolicionismo, ou como completamente desconectadas da perspectiva dos direitos animais.

Os trechos anteriormente citados sobre a ocultação identitária podem servir como exemplos dessa aceitação. No caso da estratégia para a participação em um programa de televisão, os ativistas trocam a utilização da moldura identitária (o veganismo) por uma categoria vista como uma moldura periférica moralmente relevante, a defesa do bem-estar animal. No caso da estratégia que os ativistas estão desenvolvendo para os protestos frente à feira de venda de animais, os militantes optam por ocultar a moldura identitária por uma fabricação, a tradição gaúcha³⁷.

A maioria dos ativistas, no entanto, rejeita o uso de fabricações em dois sentidos. Primeiramente, por mais que, em alguns momentos, o argumento utilizado para a obtenção de um resultado prático seja visto como um argumento inapropriado, a necessidade desse resultado é sempre vista como real. A diferença é que ativistas chegaram à conclusão dessa necessidade por argumentos distintos daqueles que eles fornecem ao seu interlocutor em alguns momentos. Assim, apesar de ativistas se utilizarem seguidamente da metáfora do *marketing* para descrever seu enquadramento, eles fazem uma distinção que consideram importante em relação ao enquadramento publicitário, como ilustra o diálogo a seguir.

Davi: De repente, tu chocas com o horroroso, mas diz assim “Está aqui a solução. Está aqui ele com a pata enfaixada”. [...] Entendeu? É esse tipo de coisa. É publicidade pura [...] Mas sem querer vender uma mentira. A gente não está vendendo uma mentira.

Ingrid: Talvez essa seja a diferença com a publicidade [risos]. Não que toda publicidade seja mentira, mas pode ser também.

Outros ativistas, ainda, rejeitam a utilização de fabricações ou de molduras periféricas não ideologicamente relevantes, mesmo que sua organização forneça tais possibilidades ou diretrizes de enquadramento. Assim, esses ativistas preferem manter seu enquadramento focado em molduras ideológicas ou molduras periféricas ideologicamente relevantes.

Mas se molduras ideológicas e identitárias podem ser ocultadas em alguns momentos e molduras periféricas e fabricações podem ser utilizadas em outros, qual o critério adotado pelos ativistas para seleção de umas em detrimento de outras? A resposta parece estar na *adaptação cooperativa ao outro*. Esse tipo de adaptação pode ser visto como a adaptação

³⁷ O pesquisador conclui que a tradição gaúcha é vista como uma fabricação pelos militantes, na medida em que nenhum dos ativistas demonstrou, em nenhum momento, algum vínculo com o tradicionalismo. Pelo contrário, muitos se dirigiram de forma crítica a ele.

oposta àquela presente na tendência conceitual de enquadramento, a adaptação crítica ao outro. Por exemplo, frente a um interlocutor especista, abolicionistas construcionistas se engajam em uma crítica de suas categorias na tentativa de convencê-lo ideologicamente. No caso da tendência retórica de enquadramento o oposto ocorre. Frente a um interlocutor, ativistas tentam identificar aquelas categorias que têm valor a ele ou ao contexto social no qual ele se insere, se adaptando àquilo que é valorizado pelo outro. O trecho abaixo se refere ao caso já citado do encontro de um pensador da causa animal com um pescador na beira da praia e ilustra essa adaptação.

Naconecy: Aí várias vezes eu já cheguei e “Tu vais usar esse peixe?”. “Não”. “Larga de volta”. Tu tens que entrar em um acordo. Tu tens que mapear rápido o teu... O sujeito de Rio Grande estava tirando. Eu disse assim para ele “Tu não tens pena desse peixe?”. “Quem é que tem pena de mim?”. Eu disse “Olha. Deus tem pena de ti”. Eu vi que ele tinha uma questão religiosa. “Deus tem”. [...] Isso aciona alguma coisa, é claro. Ele parou. Entende? Eu não usaria Deus para fazer a defesa animal como filósofo. Não uso Deus para isso. **Ali** cabia usar Deus [...] O peixe tem que voltar para a água. Não é para a libertação dos peixes. Aquele peixe tem que voltar para a água, porque **aquele** peixe tem interesse.

Esse é um exemplo claro de adaptação ao valorizado pelo outro. Ou seja, ativistas identificam os valores e crenças pertinentes ao seu interlocutor e adaptam seu argumento a eles. Os outros dois exemplos citados também demonstram esse processo. No caso do programa de televisão, o ativista identifica que uma lógica formal de argumentação poderia ser bem recebida e que, pelo contrário, um argumento baseado na identidade vegana poderia ser vista como pouco legítima pela audiência. No caso do protesto em frente à feira de venda de animais esse processo é ainda mais claro. O ativista identifica os enquadramentos valorizados pelo interlocutor ao ver que o público que chegava ao evento focava sua atenção apenas em um *banner* dos ativistas, aquele relacionado a um animal visto como tradicional. Dessa forma, o militante faz uma reconsideração estratégica em busca da adaptação dos valores caros ao seu interlocutor.

Esse processo não precisa estar baseado na identificação dos valores caros ao interlocutor, mas pode estar baseado em uma avaliação de um contexto maior que o individual, seja no nível meso (como as características de um evento, de uma organização ou de uma região da cidade), seja no nível macro (como as características do contexto social como um todo). Trechos de duas entrevistas ilustram esses casos.

Felipe: Tu fazes uma espiral aonde vão entrando outras coisas, mas a espiral é como a ponta da furadeira. Para entrar melhor, ela gira em espiral. É mais ou menos assim que eu vejo o negócio. Então, vai haver pessoas que aí tu vais dar aquele drible por esse lado. Por exemplo, a gente fez um *fanzine* da Vanguarda e a contracapa é um resumo daquele médico falando do coração. Por quê? Era uma feira de alimentação e blá, blá, blá. E aí eu pensei “Feira de alimentação. Vai ir lá todo esse povo com colesterol e coração fodido. Beleza. Vou pegar isso aí”. Porque tem gente que nunca vai associar absolutamente nada. Ao contrário. Eles têm a informação contrária que é do tipo “Não. Tem que comer bem. Não é que nem vocês. Tem que comer tudo”.

Ingrid: No trato com as pessoas. Aquilo que eu falei das escolas. Se a gente começar falando de carne já para os pequeninhos, eles vão ficar apavorados e não vão entender nada e vão chegar em casa e ainda apanhar dos pais, sabe? E aí não vai adiantar nada. Por mais que esteja certo e que tenha que ser falado aquilo ali um dia, tem que se saber o momento. E isso tem a ver com jogos de linguagem.

O mesmo processo de adaptação ocorre em relação ao veganismo, diferenciando o abolicionismo pragmático das demais formas de abolicionismo. Como dito anteriormente, o veganismo é visto, principalmente, como uma forma de diminuição dos danos causados aos animais, logo, é importante para os ativistas um aumento na quantidade de veganos no mundo. Para conquistá-los, no entanto, ativistas não tentam associar o veganismo à ideologia (posição construcionista) ou valorizar o veganismo como um todo (posição identitária), mas destacar aqueles pontos dos veganismo vistos como condizentes aos valores dos interlocutores e ocultar aqueles vistos como incompatíveis com tais valores. A avaliação de dois ativistas acerca de uma reportagem sobre um churrasco vegano veiculada em grande jornal do Rio Grande do Sul ilustra essa postura. Os ativistas avaliam como positiva a idéia de mostrar um churrasco de glúten, na medida em que ele se assemelha visualmente a um churrasco tradicional. No entanto, os militantes consideram um problema que, ao lado do glúten na churrasqueira, há vegetais sendo assados. No diálogo transcrito abaixo, os ativistas fazem essa avaliação em conjunto.

Davi: [...] O problema dessa aqui da alimentação é que continua deixando os veganos como algo excêntrico. [...] Porque, assim, para nós olharmos esse churrasco de glúten e não sei o que, é muito legal. Mas para o grande público, colocar ainda isso aqui é como se estivesse colocando assim “Ai, olha só essa gente excêntrica”. É melhor não tocar no assunto churrasco. Não sei se tu concordas com isso.

Ingrid: Não concordo. Não sei. Eu acho que é justamente o contrário. Eu acho que, por exemplo...

Davi: Mas eu vou te dar um exemplo. Eu quero te dizer assim, deixa só o glúten então.

Ingrid: É. Isso que eu ia dizer. Isso que eu ia dizer. Tipo, banana no espeto só avacalhou. “Não. Não coloca vegetais”.

[...]

Matheus: Mas, por quê?

Ingrid: Porque [...] o especista olha assim “Hmm, churrasco!”. Olhando nem dá pra ver se é ou não de carne mesmo. Então ele lê “churrasco vegetal”, e ele vai perceber automaticamente que é semelhante, a mensagem ia ficar na cabeça dele e ele não ia ver aquilo como algo negativo. Mas quando ele vê na foto que tem vegetais no espeto, como a banana nesse caso, ele de cara já vai ver que é algo vegetariano e o preconceito vai pular na frente. Não vai adiantar mais nada do que está dizendo ali, porque tudo que a pessoa ler a partir disso já vai ser com um olhar preconceituoso, juntando todos os estereótipos que a lembrança permitir.

Davi: É a utilidade cara. É a utilidade. A pessoa olhando só o glúten aqui. Tá assim “Churrasco. Mas veja que é glúten!”. A pessoa assim “Bah!”. E ela experimenta e diz assim “Pior que é parecido, cara”. Isso já quebrou preconceitos. Aí tu quebraste. O problema é isso aqui. [...] Claro que, grosso modo, é ótimo isso aqui [...], mas, o

problema é que eu fico vendo o gauderião lá olhando isso aqui. “Ah. É tudo veado”. [...] Ele já olhou aqui [*para os vegetais*] e já não quer saber dessa [*do glúten*]. Ele já não leu o resto. Ele não quer nem saber do resto.

Em suma, ativistas se engajam em uma adaptação cooperativa ao outro em busca de aliados e influência política que podem levar os ativistas à conquista dos resultados práticos vistos como necessários para o atendimento dos interesses imediatos dos animais. Essa mesma adaptação pode ocorrer em relação à mídia. Em busca de visibilidade, ativistas podem adaptar seu enquadramento àquilo que julgam atrair a atenção dos jornalistas, ou às pautas que estão sendo tratadas em determinado momento pelos veículos de comunicação. Ainda, frente à necessidade de atingir um grande público, ativistas podem planejar uma estratégia com enquadramentos múltiplos. Assim, os militantes fornecem ao público uma série de motivações distintas para apoiá-los, aumentando a possibilidade de que um indivíduo se identifique com a causa. Esses dois processos podem ser exemplificados pela análise de uma das organizações estudadas que opera por uma combinação pragmática de lógicas de ação: a POA Melhor.

Formada em 2007, a POA Melhor trata-se de uma coalizão de ativistas que incluía: militantes de diversas organizações abolicionistas; ativistas de direitos animais sem vínculo organizacional fixo; e ativistas de proteção animal. O grupo se caracterizava pelo anonimato de seus militantes e pela valorização do planejamento das ações com grande antecedência. Essa organização tinha um objetivo pragmático muito claro e delimitado, gerar pressão para a aprovação de uma lei que transitava na Câmara de Vereadores de Porto Alegre que propunha a proibição da circulação de carroças com tração animal nessa cidade.

Com esse intuito, após discussões em grupo, ativistas desenvolveram uma estratégia de enquadramento baseada em quatro pilares: o impacto ambiental negativo da atividade de recolhimento de lixo por carroças; a existência de exploração de trabalho infantil nessa atividade; os problemas de trânsito que a circulação das carroças por tração animal gerava na cidade; e a defesa dos cavalos, em uma perspectiva de proteção animal. Os militantes entrevistados (aqueles ligados a perspectiva dos direitos animais), em sua maioria, ressaltavam que os três primeiros enquadramentos não eram vistos como centrais para a definição de sua luta, que estava baseada na defesa animal, porém, ressaltavam que esses problemas poderiam ser observados, de fato, na cidade. Assim, essas categorias caracterizavam-se, aos olhos dos ativistas entrevistados, como molduras periféricas. Algo parecido ocorria com a questão de defesa animal por enquadramentos de proteção. Apesar de os militantes de direitos animais identificarem uma diferença entre direitos animais e proteção animal, a moldura da proteção animal se dirigia ao tema central para os militantes

entrevistados, encontrando-o moralmente. Logo, a proteção animal pode ser vista como uma moldura periférica ideologicamente relevante nesse caso. Por fim, ativistas relatam que enquadramentos vinculados à moldura ideológica dos direitos animais eram evitados para não gerar oposição.

Ativistas selecionaram esses argumentos de acordo com os valores e crenças tidos como aceitos de forma geral pela sociedade gaúcha, em uma postura de adaptação cooperativa ao outro. Na medida em que, nesse caso, o objetivo era conquistar, por meio da mídia, uma grande quantidade de apoio popular para um tema específico, ativistas tinham duas preocupações centrais em sua estratégia de enquadramento: adaptar-se aos temas valorizados pela mídia, evitando críticas dos jornalistas; e desenvolver um enquadramento que pudesse ser bem recebido pelo maior número possível de pessoas. A adaptação aos temas valorizados pela mídia é exemplificada pelos trechos citados abaixo.

Sônia: O objetivo era fazer pressão para a aprovação da lei das carroças. Era isso. E aí foi montada uma estratégia toda, assim, bem calculista como... Porque a nossa questão eram os direitos animais. [...] Mas tinha um setor conservador da mídia que só se importava com isso. Não se sensibilizava em razão dos direitos animais. Então, para esse setor, foram plantadas notícias sobre a questão do trânsito, sobre a dificuldade no trânsito, sobre tudo isso. Para outros era a questão do trabalho de menores. E assim foi. A gente foi se adequando e adequando a nossa pauta de acordo com as preferências de cada veículo para que a gente pudesse se inserir. Foi assim.

Felipe: E a mídia, novamente no esquema de cavalos... Todo mundo tem pena do cavalo. Todo mundo que tem um cavalo. O meu tio e tal. “Ai! Que judiaria o que fazem com os cavalos!”. Não é pela libertação. [A mídia] sempre foi muito ao nosso favor. Sempre. [...] Esse aqui é um grande exemplo das estratégias. Esse era um grupo invisível, sem assinatura que fazia ações midiáticas.

A ocultação do enquadramento dos direitos animais é somada, nesse caso, a uma variedade de enquadramentos, e não apenas a um tipo de enquadramento. Essa estratégia é desenvolvida pelos militantes com intuito de aumentar as possibilidades de que um leitor se identifique com a campanha, assim como para aumentar o número de apoiadores potenciais. Trechos de três entrevistas exemplificam esses objetivos.

Ingrid: [...] No caso, se a gente fosse falar direto “os animais”, já perdia qualquer argumento, qualquer tipo de conversa. Então, o *site* tinha, justamente, esses quatro âmbitos para que qualquer pessoa que diga “Eu me preocupo só com mobilidade. Eu quero andar bem”... A pessoa ia entender os argumentos a partir daquilo ali que estava exposto. Se a pessoa pensa nos animais, ela ia ver a parte dos animais, mas também entender a mesma coisa. Era essa a idéia [...] Podia chegar a todo mundo, independente do que a pessoa dá mais importância. O importante era que o projeto fosse aceito para que os animais não fossem mais escravizados.

Nina: Para tu não dizeres assim “Foda-se os humanos”. Porque disso a gente também era acusado. “Ah, não. Porque são só os cavalos”. [...] As pessoas pensam que isso exclui. E não é. Claro, a minha preocupação é com os cavalos [...], mas aí também tu não odeias os outros. “Eu odeio todo mundo e só quero os cavalos”. Não era isso também. Então, a gente usou essa estratégia. Tipo, trânsito. A maioria tem carro e a maioria se incomodava mesmo. E eu já vi. Dava acidente e todo mundo ficava de cara. E para o cavalo era ainda pior. Eu mesma vi um cavalo, assim, horrível. Então todo mundo se incomodava. A gente usou esse planejamento e [...] ninguém ficava apontando dedo [...] “Vocês estão tão preocupados com os animais”. Como se fosse uma coisa ruim se preocupar

com os animais. Então tu dizes “Não. Eu também estou preocupada com a saúde”. [...] Era para pegar todo mundo. Pegar todo mundo.

Felipe: Eventualmente aquele cara que dissesse [...] “Eu tenho mais com o que me preocupar do que com essas carroças que estão incomodando o trânsito”. “Ah, mas é trabalho infantil”. Ou, então, “O meu problema são as crianças”. “Ah é porque é a sujeirada”, então é a questão ambiental que foi uma grande base para a formação da lei, diga-se de passagem. A história ambiental.

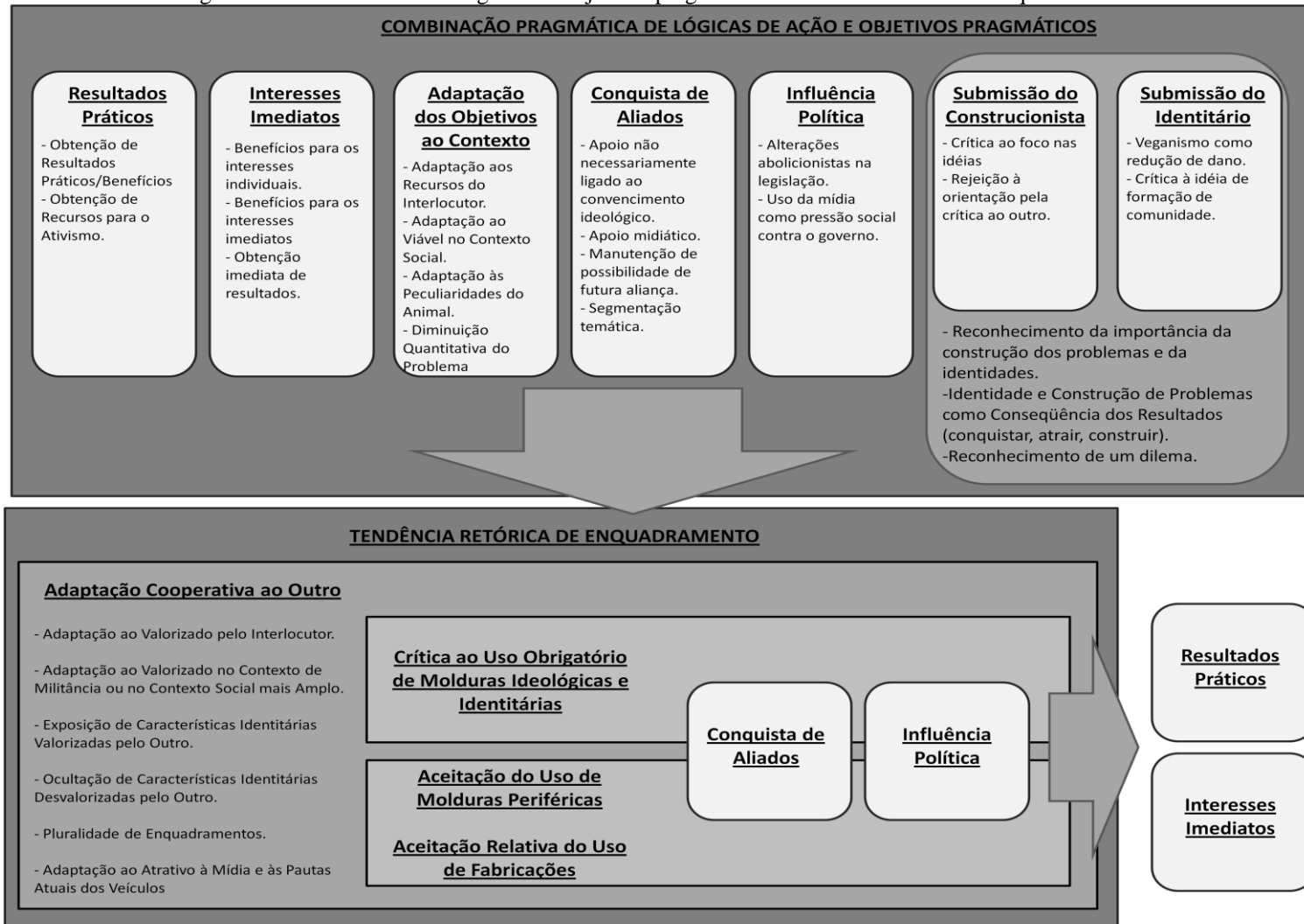
Uma última característica da tendência retórica de enquadramento deve ser rapidamente exposta. Na medida em que os objetivos dos militantes pragmáticos estão, em geral, segmentados, o enquadramento moral proposto pelos ativistas também se dá de forma temática, rejeitando argumentações mais abstratas. Dessa forma, ativistas enquadram um problema sem conectá-lo a outros. No caso da mobilização contra o uso de cavalos para tração de carroças, por exemplo, ativistas não mencionavam outras formas de exploração ou de maus-tratos aos animais.

Após essa análise, é possível delinear os objetivos que militantes abolicionistas orientados por uma combinação pragmática de lógicas de ação perseguem, assim como a forma como se apresenta a tendência retórica de enquadramento interpretativo no caso dos direitos animais (Figura 6). Dentre as organizações fixas de defesa dos direitos animais analisadas, apenas uma se identifica com o abolicionismo pragmático, a PA. Criada em 2011, essa organização de descreve da seguinte maneira.

Formado por ativistas de grande experiência na causa animal, o grupo **Princípio Animal** nasceu da separação de fundadores de um conhecido grupo ativo da libertação animal do sul do Brasil, visando dar continuidade aos mesmos aspectos da frente libertária, mas com ênfase em outras **estratégias** de ativismo. O P.A acredita que o **abolicionismo pragmático** é a ferramenta vital na luta em meio a uma sociedade absolutamente Especista. Formado por veganos, o grupo tem como princípio o abolicionismo dos não humanos, mas sem jamais se esquecer dos obstáculos que a isso implicam dentro de uma sociedade não vegana. **Nossos princípios são abolicionistas**, mas acreditamos acima de tudo que sem ações no presente esses princípios não chegarão a lugar algum e, um futuro abolicionista só poderá despertar da própria sociedade Especista, ou seja, da realidade em que vivemos, onde a economia e a política é que pautam os caminhos na construção de verdades boas ou más. **Pela Revolução Animal** (PRINCÍPIO ANIMAL, s.d).

Nessa breve definição do grupo, aspectos importantes do abolicionismo pragmático podem ser destacados. O ponto mais claramente ressaltado no texto é a adaptação dos objetivos ao contexto social e a adaptação cooperativa das estratégias de enquadramento. Assim, ativistas ressaltam o contexto especista em que vivem e defendem a necessidade de que a militância esteja atenta às conseqüências da inserção nesse contexto que dificultam a ação dos grupos. Os militantes defendem, ainda, a necessidade de obtenção de resultados práticos imediatos, alertando que os resultados obtidos estarão sempre vinculados ao contexto

Figura 6 - O Abolicionismo Pragmático: objetivos pragmáticos e tendência retórica de enquadramento



Fonte: autoria própria.

especista, limitando as opções dos ativistas. O suposto foco nas idéias dos grupos construcionistas é contraposto à importância da economia e da política para a construção da ética, de forma análoga à metáfora do barco de papel apresentada anteriormente. É, ainda, demarcada uma forte oposição a outros grupos abolicionistas que não se orientam por uma combinação pragmática de lógicas de ação.

Na identificação geral do grupo, no entanto, os ativistas não ocultam sua moldura ideológica e sua moldura identitária, ao contrário do que acontece em muitas de suas atividades de militância. É possível imaginar que, no caso da definição do grupo, ativistas não buscam um objetivo específico e, logo, encontram uma situação favorável a essa exposição, antecipando-se ao risco de “confundir-se ao outro” citado pelos militantes em suas entrevistas. Assim, em meio a sua definição própria, ativistas citam seu veganismo como um de seus elementos definidores. A próxima seção analisa organizações e militantes que, em oposição a essa postura, definem o veganismo, sua promoção e sua defesa, como o centro de sua militância: o abolicionismo identitário.

4.3 O ABOLICIONISMO IDENTITÁRIO: ATRAIR, CONSTRUIR, CONSQUISTAR

O último “tipo” de abolicionismo estudado nesse capítulo tem como principal característica privilegiar uma combinação identitária de lógicas de ação. Assim como nas seções anteriores, são analisados os principais objetivos dos “abolicionistas identitários”, suas estratégias prioritárias de enquadramento interpretativo, as formas pelas quais esses ativistas relacionam a lógica identitária às demais lógicas de ação e a organização que de forma mais clara apresenta esse perfil dentre as estudadas, a SVB Grupo Porto Alegre.

Conforme exposto anteriormente, embora haja conflitos internos acerca do tema, a principal moldura identitária do movimento dos direitos animais é a do veganismo. Assim, militantes se identificam como veganas e veganos em suas interações. A forma como militantes encaram o veganismo, nesse caso, é distinta daquela observada nos outros “tipos” de abolicionismo. Em linhas gerais, no caso do abolicionismo construcionista, enfatiza-se o valor moral do veganismo, ou seja, a sua capacidade em fornecer um código de conduta que soluciona um problema ético. Já no caso do abolicionismo pragmático, enfatiza-se o valor prático do veganismo, ou seja, a sua capacidade de gerar uma diminuição imediata dos problemas vivenciados pelos animais. Assim, o veganismo é sempre valorizado por um elemento extrínseco a ele mesmo, ora pela sua vinculação a um princípio ético, ora pela sua

efetividade em gerar uma diminuição do sofrimento e da escravidão animal. Em oposição a esse quadro, abolicionistas identitários vêem o veganismo como tendo um valor em si mesmo, sendo um estilo de vida que, independentemente das motivações do adotante e do impacto na exploração animal, deve ser valorizado. Nesse sentido, por exemplo, ativistas mencionam benefícios que a adoção do veganismo acarreta para os próprios veganos.

Tom: E eu acho que, na verdade, o que existe de mais encantador, assim, no veganismo é que ele realmente traz vários benefícios para a pessoa. E quando as pessoas percebem isso no convívio, seja em convívios curtos ou um pouco mais intensos, eu acho que isso é o que tem mais de encantador. É o que mais pode fazer com que a pessoa repense o que ela faz.

Marli: E, ao mesmo tempo, [...] [*se tornar vegana*] abre um leque de opções. Porque, antes, tu comias o arroz, o feijão, a carne e a massa, e, agora, tu vais tirar um monte de coisa e “o que eu vou comer agora?”. E daí tu começa a pesquisar coisas diferentes. Tipo cogumelos, por exemplo. A gente adora cogumelos. Eu não comia cogumelos antes. Hoje em dia, eu adoro. A gente vai atrás de vários tipos de cogumelos, [...] o que eu não comeria se eu não fosse vegana. Eu não conheceria um monte de coisa.

Assim, militantes e organizações que priorizam essa combinação de lógicas de ação centram suas ações na defesa do veganismo. Como exposto anteriormente, os principais objetivos de grupos que se orientam por uma combinação identitária de lógicas de ação são: a construção e a difusão de uma identidade; a desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre essa identidade; a defesa das fronteiras da definição identitária; a busca de legitimidade política do ator e de suas práticas; o convencimento do interlocutor pela adesão à identidade (no caso dos direitos animais); e a demonstração da viabilidade dessa adoção.

No que tange à *construção da identidade* e à sua difusão, ativistas têm como principal objetivo divulgar os hábitos veganos como um todo.

Tom: Aí eu conheci a *Veganpride* em São Paulo que comercializava produtos *vegan* e que, basicamente, era para o público *vegan*. Mas tinha essa história de ser o tal de *outdoor* humano. A gente carrega um monte de marcas no peito quando colocamos uma roupa. [...] E [*a Veganpride*] é legal para mostrar isso de uma coisa que você acredita.

Organizações que se orientam por essa combinação de lógicas de ação, por exemplo, realizam eventos que têm como objetivo divulgar o veganismo para um público não vegano. Podem ser realizadas palestras, filmes ou até mesmo degustações de produtos veganos. A SVB de Porto Alegre mantinha, por exemplo, um estande em uma tradicional feira nessa cidade todos os sábados. No trecho de entrevista abaixo, o ativista relata sua preocupação em atingir um público não vegetariano.

Pedro: Por exemplo, a gente fez muitos [...] eventos no Banco Central. Eles têm um auditório ali. [...] E no início das palestras eu sempre pergunto [...] quantos são vegetarianos. Às vezes, tem 150 pessoas. E, com certa decepção, que eu vejo que, em um auditório de 150, 130 são vegetarianos. Dá vontade de dizer “Saiam e deixem os outros aqui. Deixem os outros sentarem aqui na frente, porque esse evento não é para vocês. É para os

outros”. Claro que é para todos, mas, na SVB, eu sempre gostei da questão de atingir o não vegetariano. Atingir o público normal.

Ativistas vêem a grande mídia como um espaço propício para atingir um grande público não vegetariano. Dessa forma, militantes valorizam notícias que tenham o veganismo como tema. É interessante que diversos ativistas celebram essa “inserção” do tema na pauta da grande mídia mesmo quando a cobertura apresenta um viés visto como negativo. A idéia central é a de que “qualquer divulgação é melhor do que nenhuma divulgação” do veganismo. É interessante contrastar, ainda, essa postura à preocupação que militantes construcionistas apresentam em associar o veganismo à ética, valorizando notícias que deixam clara essa ligação. Trechos de duas entrevistas são utilizados como exemplos para esse argumento.

Pedro: Tem algumas matérias mais simpáticas. Tem outras que a gente vê que, realmente, estão tentando ser seguras demais na questão e acabam dando muitos “poréns”. Tipo, [o repórter] faz uma manchete [na qual está] escrito “dieta vegetariana”, mas aí fala de todos os riscos e de todos os cuidados que tem que ter quanto a isso e quanto a aquilo. E a pessoa desiste. Já não é uma propaganda. Porém, a exposição é sempre uma propaganda. Está aí o pastor aquele. [...] E ele já está pensando em ir para a presidência. Ele vai ter dez vezes mais votos na próxima eleição dele. [...] Já tem matérias falando mal da SVB no jornal. [...] Não é tão agressivo, mas a gente olha as entradas nossas no *site* e, naqueles dias em que falaram mais, é recorde de audiência. Então, ótimo que falaram mal.

Carolina: Eu acho que falar sobre o assunto é importante, seja lá o que for que tu vais falar. Desde que não [...] monte um circo em volta, como a maioria das matérias faz. É que eu não sei. Eu acho que quem já é acostumado a dar entrevista sobre isso, já meio que espera pelo pior. A gente sabe que a gente vai ser tirado durante toda a matéria. Vai ter um médico entrevistado metendo pau na nossa dieta. Então, assim, eu acho que tem que aproveitar a oportunidade. Não interessa como vai ser retratado isso. O importante é falar sobre o assunto, mesmo que saia distorcido ali, porque a gente sabe que não tem como evitar isso. Mas, pelo menos, está se falando sobre o assunto. Pelo menos, o assunto está na mídia e, quem sabe, aos pouquinhos... Antigamente, nem se falava sobre isso. Ou era falado como uma coisa que era retratada como ridícula. [...] Então, eu acho que, aos poucos, isso vai mudando.

Esses trechos de entrevista demonstram também uma preocupação que, de certa forma, entra em conflito com a estratégia de inserção na mídia independentemente da forma como veganos são retratados, fazendo-os ponderar sobre o assunto. Essa preocupação está relacionada aos preconceitos e aos estereótipos construídos a respeito dos veganos identificados pelos ativistas. Nesse sentido, militantes se dedicam a um segundo objetivo, a *desconstrução de preconceitos e estereótipos*. O trecho de entrevista abaixo ilustra, de forma geral, essa preocupação.

Ronaldo: Isso é fato, porque, geralmente, quando você é vegetariano, você fala que é e vira uma rodinha em volta de você para saber tudo. O que é, o que não é. Os comentários sempre são os mesmos. Desde os mais bizarros até alguns coerentes. [...] Eu tenho um livro [cita o nome do livro] em que eu montei um dos capítulos que se chama “Será o Benedito. De novo as mesmas perguntas e comentários?”. E eu juntei quarenta perguntas típicas [...] com as respostas bem educadas e, às vezes, mal educadas, porque não é todo dia que você está com paciência para responder [risos].

O primeiro dos estereótipos mais específicos que veganos relatam ser alvo é a idéia de que esses indivíduos são “radicais”, que estão a todo tempo controlando a postura ética e o consumo de seus interlocutores.

Tom: Eu acho que uma das coisas mais importantes [...], quando a gente fala de veganismo, é romper determinados mitos que envolvem a história toda. Então, uma das coisas que eu acho que é muito importante é que, normalmente, as pessoas ligam uma pessoa que é vegana a uma espécie de polícia. Eu até citei na entrevista o negócio que as pessoas acham que o cara [é como] Testemunha de Jeová, que bate na porta do cara no domingo de manhã.

Outro estereótipo combatido pelos ativistas é o de que veganos são indivíduos que estão preocupados de forma excessiva com o impacto ambiental de seus hábitos. Nas palavras dos ativistas, a idéia de que veganos são “natureba”. Trechos de duas entrevistas ilustram essa preocupação.

Pedro: Um pensamento geral, digamos, de associação do vegetarianismo com o natureba, com reciclagem de lixo e etc. [...] Mas eu tento destruir um pouco esses estereótipos. Quando eu tenho oportunidade em alguma entrevista, em algum trabalho, em alguma coisa, se eu sinto que tem um espaço ali, eu tento mostrar que não, que tu não vais mudar completamente a tua vida se tu fores vegetariano. Claro, tu vais mudar alguma coisa. Mas tu não vais virar outra pessoa. Tu não vais virar um *hippie* que vai acender incenso no sinal. Tu podes. Nada contra. Mas não precisa ter esse medo.

Ricardo: Chegaram lá em casa e, depois das fotos, eles falaram “Bah, cara, [...] a gente tinha certeza que a gente ia chegar aqui e ia ter um bando de malucos aqui”. [...] Eles acharam que a gente era *hippie* e tal. Paz e amor. Que tinha uma casa no meio do mato.

Outros estereótipos parecem, no entanto, preocupar mais os ativistas de direitos animais. Esses preconceitos, além de caracterizarem veganos de uma forma com a qual os seus adeptos não concordam, geram interpretações que ameaçam a defesa da viabilidade da adesão à identidade. Nesses casos, o objetivo de desconstrução de preconceitos e estereótipos está conectado ao objetivo de *demonstração e construção da viabilidade da adesão identitária*. Esse objetivo pode ser subdividido, ainda, em três: a demonstração de que a identidade não acarreta em privações pessoais; a demonstração de que o veganismo não põe em risco a integridade física de seus aderentes; e a demonstração de que o veganismo é exequível no cotidiano. As duas primeiras dimensões desse objetivo estão relacionadas à desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Para demonstrar que a identidade vegana não acarreta em privações pessoais, militantes procuram romper com a idéia de que o veganismo é um sacrifício pessoal. Essa idéia, segundo ativistas, está comumente conectada a um preconceito que associa a alimentação vegetariana à ausência de prazeres culinários ou ao excesso de preocupação com a saúde. Assim, ativistas buscam construir a alimentação vegana como prazerosa e não necessariamente saudável, desconstruindo os estereótipos.

Tom: Eu acho que a primeira coisa que é um dos maiores mitos é que... Até eu, quando eu parei de comer carne, quando eu parei com os derivados, a minha sensação que ficava era “Estou fazendo um sacrifício. Não vou consumir essas coisas, mas não importa o quanto for difícil, porque o sofrimento dos animais é muito pior do que o que eu vou ter por não consumir. E eu vou conseguir”. Não tem nada a ver com isso. Sabe? Quando eu decidi virar *vegan* eu achei que eu ia sofrer, cara. Eu achei que ia ser horrível. Que ia ser um problema enorme na minha vida, mas que eu estava disposto a passar por aquilo. E, depois, eu me dei conta que não. Que, tipo, tem um monte de coisa **muíto** gostosa para comer. Que tem um monte de coisa legal relacionada.

Militantes identificam, ainda, um preconceito em relação ao veganismo que aponta que uma dieta vegetariana não é saudável para o ser humano e que, logo, práticas não veganas são necessárias. Esse preconceito ameaça, portanto, a viabilidade da adoção da identidade ao defender que a adoção das práticas veganas acarreta em um prejuízo à integridade física dos indivíduos. Dessa forma, militantes buscam desconstruir a idéia de que a alimentação vegana não é saudável, construindo-a como tal, desconstruindo, assim, a idéia de que hábitos não veganos são necessários. É interessante contrapor esse objetivo ao objetivo de romper com o estereótipo de veganos como indivíduos excessivamente preocupados com a saúde. Atingir esses dois objetivos pode gerar dilemas nos militantes, como, por exemplo, a caracterização dupla do papel da saúde (como fabricação ou como moldura periférica) descrita no capítulo anterior. Trechos de duas entrevistas ilustram essa preocupação.

Pedro: Normalmente, eu não trago essa questão [*da relação entre vegetarianismo e saúde*] espontaneamente. Mas daí, se tu ouves alguma coisa... Por exemplo, já veio uma nutricionista no nosso estande dizendo “Não. Eu sou nutricionista e isso que vocês estão dizendo está tudo errado, porque tem não sei quantos aminoácidos que não são encontrados no mundo vegetal”. E não é verdade. Então, quando chega uma informação incorreta, aí eu me sinto na obrigação de ir atrás, responder e preencher aquele buraco ali de desinformação. Mas, normalmente, eu não busco. Não trago isso para o debate do nada.

Ronaldo: Existe uma idéia de que a carne supre tudo. Se tu comeres um pedaço de carne, tu não precisas comer quase mais nada. Então, para isso, eu acabei desenvolvendo, há pouco tempo, um material que é uma tabela comparativa de nutrientes que a carne contém e o que contém no feijão. Quando você substitui as mesmas calorias. Você consegue ver que o feijão é campeão de aminoácidos, de praticamente todos os nutrientes. Então, com isso, a gente consegue desmistificar essa idéia. Porque o grande medo das pessoas é tirar a carne e faltar alguma coisa na dieta. Então, geralmente, a maior parte das perguntas, em termos de frequência, está baseada nesse princípio. “Como eu substituo a carne? O ferro, a proteína, o zinco, a vitamina B12? Não é prejudicial? Como funciona?”.

Uma última forma de demonstrar a viabilidade da adoção identitária é demonstrar que ela é exequível no cotidiano dos possíveis aderentes. Segundo os ativistas, esse objetivo é importante, na medida em que os indivíduos não veganos têm, em geral, dificuldade em saber quais produtos são veganos e onde encontrar tais alternativas, caracterizando, por consequência, o veganismo como uma vida difícil de ser mantida pela falta de opções. Para isso, ativistas podem construir discursivamente a vida vegana como uma vida normal e sem complicações. No trecho de entrevista abaixo, o militante Pedro relata a origem de uma reportagem sobre um churrasco vegano em um grande jornal do Rio Grande do Sul.

Pedro: Essa matéria do churrasco foi engraçada, porque eles entrevistaram [*cita o nome de um casal de veganos*] por outra questão. Eles estavam conversando, eu acho que por telefone, e daí eu não sei se eles comentaram o assunto do churrasco ou se a [*cita o nome da militante vegana*] falou “Não, porque nós queremos mostrar que o vegetariano vive uma vida igual à de todo mundo, que não muda nada. A gente até faz churrasco. A gente faz churrasco todo fim de semana no domingo. [...] A gente faz [*churrasco*] vegetariano”. [...] Mas ela só queria citar. A verdade é que a gente nunca fez um churrasco [*risos*]. A gente nunca tinha feito churrasco. Só que fisgou o repórter. “Ah. É mesmo? Vocês fazem churrasco? Eu posso mandar um repórter no próximo final de semana com fotógrafo para fazer as fotos do churrasco?”. E ela disse “Claro”.

Militantes podem, ainda, fornecer efetivamente ferramentas, tais como informações sobre produtos veganos, sobre locais onde comprá-los ou até mesmo vender esse produtos. A ativista Carolina, por exemplo, possui um *blog* com informações sobre produtos cosméticos veganos, cuja construção foi motivada pelas dúvidas que a militante observava que diversas pessoas tinham sobre quais produtos eram testados em animais.

Outro objetivo dos abolicionistas identitários é a *defesa das fronteiras da identidade* frente a outros sujeitos que se identificam como veganos de uma forma vista pelos ativistas como equivocada. Ativistas, por exemplo, elogiam uma seção da matéria analisada no capítulo nono desse trabalho na qual a repórter explicita os diversos “tipos” de vegetarianos de acordo com a categorização dos ativistas. Assim, ovo-lacto-vegetarianos (que consomem ovos, leite e derivados) são distinguidos dos vegetarianos (que não consomem nenhum alimento de origem animal) que são diferenciados dos veganos (que além de serem vegetarianos, não consomem outros produtos baseados na exploração animal, tal como produtos testados em animais). No trecho de entrevista abaixo, a ativista explica a importância dessas informações.

Carolina: E isso aqui eu também achei **muito** importante [...], porque tem muita gente que faz **muita** confusão. A questão do peixe também. “Não come peixe?”.

No que tange ao objetivo de *construção da legitimidade política do ator e de suas práticas*, nas entrevistas realizadas pelo pesquisador, não foram observados relatos relacionados de forma específica ao “campo” político. Ativistas, no entanto, relatam a importância de conquista de legitimidade em outras “arenas” formais, tais como a ciência e a justiça. O ativista e nutrólogo vegano Ronaldo comemora, por exemplo, o parecer oficial do Conselho Regional de Nutrição de São Paulo afirmando que a dieta vegetariana possui todos os elementos nutricionais necessários para a manutenção de uma alimentação saudável. Ativistas destacam, ainda, a conquista legal de um ativista gaúcho e estudante de biologia que se recusou a participar de aulas em que o método didático envolvia a morte de animais para estudo de seu corpo. Ao entrar na Justiça com pedido de objeção de consciência, o ativista

conquistou, ainda que temporariamente, o direito a não participar desses procedimentos sem prejuízo a sua avaliação, na medida em que sua identidade e suas práticas veganas foram entendidas como relevante para o julgamento. Outra forma de construção da legitimidade é a caracterização dos veganos como um grande grupo, afastando-se a idéia de que essa é uma identidade minoritária ou praticamente inexistente.

Por fim, militantes buscam, ainda, no caso da militância em defesa dos direitos animais, a *adesão do interlocutor à identidade vegana*. Dessa forma, em uma interação, ativistas buscam não só construir, divulgar e legitimar suas práticas, mas também atrair o outro para o veganismo. Nesse ponto uma diferença fundamental em relação à militância construcionista pode ser observada. Ao invés de atrair militantes pelo convencimento ideológico, ativistas buscam atrair novos aderentes pela adesão ao estilo de vida vegano. Para isso, ativistas se engajam na construção do veganismo como um estilo de vida atraente.

Tom: Faz uns sete anos que eu sou vegano e são muito raras as vezes em que você começa a conversar com uma pessoa sobre essa parte filosófica que te levou a ser vegano e uma pessoa que tinha uma visão contrária passa a olhar com outros olhos. Para quem está em cima do muro, legal, funciona. Mas, se o cara está contrário, é muito difícil. Por outro lado, se você for com essa mesma pessoa com uma visão contrária a um lugar legal para comer, for comer um negócio legal, fazer uma série de coisas legais junto, [...] às vezes, é em pouco tempo **mesmo** que tu passas um negócio muito legal. [...] Às vezes, é mais fácil você mostrar esse lado bom no seu dia a dia, o que você faz, do que no diálogo, do que no discurso. Mas dá para tentar também.

Assim, militantes buscam a conquista de novos veganos, independentemente do convencimento ideológico imediato do interlocutor.

Ronaldo: Não sei você já ouviu isso, mas eu já ouvi várias vezes “Só serve se for pela ética, pelos animais”. Só que o mundo não funciona assim. Cada pessoa tem percepções diferentes, juízos de valor diferentes, baseado em tudo que ela viveu, sentiu, em tudo que ela passou.

Marli: Acho que não importa o meio. Tu tens que fazer as pessoas acordarem e virarem veganas. [...] Não importa o motivo. Que sejam veganos.

Mesmo que não seja possível a conquista da adesão imediata do interlocutor ao veganismo, militantes buscam a construção de uma simpatia do outro a essas práticas. Nesse sentido, ativistas buscam estimular o interlocutor a ter experiências passageiras com veganismo, antecipando uma atração ao estilo ou a criação de simpatia a ele, como no caso da campanha “Segunda-Feira sem Carne” desenvolvida no Brasil pela SVB Nacional, que estimula os indivíduos a não consumirem carne nas segundas-feiras.

Paulo: É uma pena até que aqui no Brasil nem foi muito difundida essa coisa da segunda-feira sem carne. [...] Tem muito vegano que não gosta dessa proposta, acha que é um paliativo. Mas eu acho que é uma boa entrada para o público em geral, os onívoros, para conhecer outro tipo de alimentação.

Dessa forma, observa-se uma *subordinação da lógica construcionista*. Os trechos de entrevista acima demonstram uma crítica ao convencimento ideológico como estratégia única de militância. Outros militantes relatam ainda, concordar com abolicionistas pragmáticos em sua crítica a objetivos que não sejam abolicionistas, apoiando medidas bem-estaristas. No entanto, observa-se também uma *subordinação da lógica pragmática*, na medida em que os militantes não centram seus esforços na obtenção de resultados práticos imediatos, mas sim na divulgação da identidade.

Essa subordinação não significa, no entanto, que ativistas não reconheçam a importância da construção dos problemas sociais e da obtenção de resultados práticos imediatos. Abolicionistas identitários, no entanto, vêem a adesão à identidade como um “primeiro passo” que leva, inevitavelmente, a esses dois processos. Militantes defendem, por exemplo, que a adesão ao vegetarianismo por um motivo distinto da ética animal é uma “armadilha” para os novos aderentes que irão, invariavelmente, entrar em contato com informações sobre o especismo e se tornarão indivíduos abolicionistas. Logo, o problema será construído.

Ronaldo: E, na realidade, acaba sendo uma arapuca entrar [*no vegetarianismo*] por qualquer uma delas [*das motivações*], porque você vai chegar às outras. É igual à “Segunda-Feira sem Carne”. Na hora em que a pessoa se abre para fazer uma alimentação sem carne, lê um pouco mais, ela entrou na arapuca, porque ela vai ter acesso a todo o restante do vegetarianismo.

É interessante ressaltar a diferença entre essa visão e aquela exposta por abolicionistas construcionistas de que o convencimento ideológico é o primeiro passo para a adesão ao veganismo. Dessa forma, o abolicionismo identitário pode ser resumido da seguinte maneira em sua combinação de lógicas de ação.

Atrair Novos Veganos → Construir o Problema do Especismo → Conquistar Resultados Práticos → Abolir a Exploração Animal Garantindo Direitos Animais

O reconhecimento da importância da construção do problema leva também ao reconhecimento de um dilema na combinação de lógicas de ação e no enquadramento interpretativo. Um ativista da SVB relata, por exemplo, que a fundadora da organização tem motivações abolicionistas, optando pela estratégia identitária. Essa estratégia, no entanto, gera inúmeros conflitos dentro da organização. Nesse sentido, muitos grupos optaram por se

desvincular dessa organização, criando organizações construcionistas focadas na divulgação dos direitos animais³⁸.

Pedro: Por exemplo, a gente, como SVB, acabou tentando atingir o maior público possível. A gente já fez coisas na linha de saúde. A gente fez um *workshop* temático de dois dias sobre direitos animais. [...] Mas também já fizemos palestra com uma nutricionista, que é parceira nossa e preparou uma palestra para a gente. [...] E é uma maneira de dar uma solidez também. [...] Principalmente para mídia que [*pergunta*] “Tá. Mas pode ser vegetariano? Porque os vegetarianos não têm os aminoácidos básicos”. É isso que eles dizem. [...] Mas, claro, eu sentia algumas pessoas um pouco constrangidas com essa questão. Um pouco no grupo, de ficar “É bom para o meio ambiente”. “Tá, mas e se não prejudicasse o meio ambiente, também seria vegetariano?”. Ou “É bom para a saúde”. “Tá, mas se não fizer diferença para a saúde, então quer dizer que...?”. Então eles não acham que seja um argumento válido usar saúde e ambiente no movimento, porque isso não seria o principal, não seria o motivo primordial da causa em si. Eu entendo esse lado também.

Esse trecho de entrevista ilustra um dilema entre a tendência conceitual de enquadramento, baseado na utilização de molduras ideológicas e a tendência identitária de enquadramento. De uma forma geral, essa última tendência de enquadramento pode ser caracterizada pela utilização praticamente obrigatória de molduras identitárias, pela utilização em segundo plano ou não obrigatória de molduras ideológicas e pela rejeição ou utilização em segundo plano de molduras periféricas e fabricações.

No caso do movimento dos direitos animais, o enquadramento por molduras identitárias ocorre pela exposição e delimitação das práticas veganas e dos diversos aspectos conectados a essa opção de vida. Organizações que são guiadas por essa tendência de enquadramento tendem, portanto, a ter o veganismo como o grande foco de seus processos de enquadramento interpretativo, observando-se *uma utilização quase obrigatória das molduras identitárias*.

Essas organizações expõem, ainda, diversas questões que estejam ligadas ao veganismo, como seu impacto ambiental positivo e seus benefícios para a saúde humana, mesmo que militantes tenham a abolição animal como centro de suas preocupações ideológicas. A idéia é de que uma identidade, apesar de ter uma dimensão ideológica central para os militantes, relaciona-se a diversos aspectos da vida dos ativistas, não podendo ser

³⁸ Esses conflitos são ainda mais acentuados em relação à SVB Nacional. Se os integrantes do grupo porto-alegrense dessa organização, em geral, identificam o problema do especismo e lutam em busca da abolição animal, outros grupos locais dessa organização efetuam a defesa do vegetarianismo sem relacioná-lo ao projeto de transformação abolicionista. Assim, muitos militantes de outras organizações não classificam a organização SVB como uma organização abolicionista. Esse trabalho, no entanto, toma a SVB Porto Alegre como uma organização abolicionista com ênfase em uma combinação identitária de lógicas de ação na medida em que as entrevistas com os militantes mostraram um desejo de construção do problema do especismo, porém, subordinado cronologicamente à adesão à identidade vegana. É necessário ressaltar, no entanto, que nem todas as organizações de defesa do veganismo podem ser vistas como organizações abolicionistas, assim como nem todos veganos adotam essa identidade tendo em vista a abolição do especismo.

tratada apenas pelo ponto de vista ideológico, tendo benefícios e características diversas aos olhos das pessoas que se identificam por ela.

Tom: Eu acho que não tem como você ser monotemático. Nada na nossa vida tem um tema só. Se você tem uma namorada e perguntarem o que você mais gosta dela, a pessoa vai demorar um tempão para poder descobrir o que ela mais gosta da namorada, porque é um conjunto de coisas. Nada é único, separado e exclusivo. Eu acho que não tem como você falar de qualquer tema que seja sem ser multidisciplinar, digamos assim.

Um exemplo disso é a SVB Grupo Porto Alegre, cujos militantes se identificam com o projeto de abolição do especismo, mas que tem o vegetarianismo como centro de sua militância, buscando uma divulgação dessa identidade. O veganismo é defendido por meio de argumentos ético, ambientais e de saúde humana. Observa-se, portanto, que organizações como a SVB Grupo Porto Alegre, ao centrarem seu enquadramento na identidade, diferenciam-se de outras organizações que centram seu enquadramento na ideologia, sem uma exposição identitária necessária, ou na adaptação cooperativa ao outro em busca de resultados práticos imediatos, sem exposição identitária ou ideológica necessárias.

Além dessas tendências gerais, é possível observar que o enquadramento por molduras identitárias auxilia os ativistas a cumprir cada tipo de objetivo identitário. Claramente, a exposição identitária é o único meio pelo qual ativistas podem cumprir o objetivo de construir e difundir uma identidade. Ativistas podem cumprir esse objetivo pela descrição de seus hábitos veganos pessoais em seu enquadramento interpretativo. Ativistas podem, ainda, descrever os hábitos veganos como um todo, para que o interlocutor tome conhecimento das diversas dimensões dessa identidade e o como ela “se traduz” para o cotidiano dos militantes.

Tom: Essa entrevista aqui foi bem interessante. Na época estavam rolando várias reportagens sobre vegetarianismo. E essa foi uma das primeiras reportagens que estava falando sobre estilo de vida mesmo e não sobre saúde e nutrição, assim. E foi interessante, porque deu para abordar várias coisas diferentes. [...] E aí foi interessante, porque ela tinha essa abordagem um pouco mais ampla. Foi uma das poucas entrevistas sobre vegetarianismo que eu dei que eu tive muito menos... Eu falei muito menos sobre a questão nutricional e todos esses mitos do que sobre o estilo de vida

Por meio do enquadramento identitário, ativistas buscam, ainda, desconstruir preconceitos e estereótipos. Como visto anteriormente, muitos desses estereótipos estão conectados a questionamentos a respeito da viabilidade do prognóstico. Nesse caso, ativistas contrapõem uma descrição vista como “falsa” de sua identidade a uma descrição vista como “verdadeira” para cumprir ambos objetivos de uma vez só.

O primeiro desses estereótipos é aquele que caracteriza veganos como indivíduos com uma alimentação pouco prazerosa e excessivamente conectada a preocupações nutricionais, o que ameaçaria a viabilidade de adotar a identidade sem uma conseqüente privação pessoal.

Para se contrapor a esse estereótipo, militantes buscam, por exemplo, enfatizar o consumo de alimentos vistos como poucos saudáveis pela população como um todo. Trechos de duas entrevistas exemplificam essa estratégia de enquadramento.

Pedro: A gente atendia ali na feirinha e volta e meia vinha gente querendo discutir, questionar. E daí começou um cara a falar e eu falei “Olha. Mas não é só isso que eu como. Eu tomo cerveja, eu tomo vinho, como chocolate, como pizza, como cachorro quente”. Eu acho que o cara deu três passos para trás, franziu o cenho... Eu tenho que descrever a cena. Franzindo o cenho “Mas, então, eu não entendi nada” ele disse. “Mas então... Não. Então, eu não entendi nada. O que é esse vegetarianismo, então?”. Daí eu falei “Isso é o vegetarianismo. É essa a questão. Não é o que tu pensas que ele é. Tu tens que entender o que ele é, porque tu estás com uma visão já pré-concebida da coisa”.

Carolina Já se ouviu até críticas sobre isso, de ele [*um militante*] aparecer na mídia e gordo. “Tá queimando o filme dos veganos”. Tem gente que fica meio revoltada com isso. Mas eu não vejo isso, ao contrário do que o que as pessoas crêem. E eu gosto de falar sobre isso até mesmo para chocar. Para as pessoas que “Ah, mas tu tens preocupação em comer um sanduíche”. “Não. Não como sanduíche. Só como lixo mesmo. Eu como xis, eu como pizza e eu vivo à base disso e tomo muita Coca-Cola”. Sabe? Para quebrar essa coisa do preconceito. Porque as pessoas acham que tu comes alface.

Para construir a viabilidade da adoção de identidade, ativistas buscam construir a alimentação vegetariana como uma alimentação prazerosa. A apresentação desses pratos “não saudáveis” no enquadramento contribui para esse processo, na medida em que militantes crêem que esse tipo de alimento é socialmente valorizado e considerado prazeroso. Ativistas buscam cumprir esse objetivo, ainda, por meio da apresentação de fotos que enquadrem os alimentos como atrativos para o consumo. Outra forma de construir a alimentação vegetariana como prazerosa é enfatizar preferências dos ativistas por alimentos não veganos em um período anterior à adoção da identidade no enquadramento fornecido. Dessa forma, ativistas demonstram que são indivíduos preocupados com o prazer na alimentação e que a alimentação vegana satisfaz os mesmos desejos que anteriormente eram satisfeitos com alimentos como carnes, queijos e ovos. Esse enquadramento também pode ser visto como uma forma de questionar o estereótipo que define veganos como indivíduos radicais ou passionais, transmitindo um ar de “normalidade” dos veganos, apontando-se como diferença única eles e outros indivíduos a adoção dessa identidade pela reflexão ponderada.

Outro preconceito que ameaça a viabilidade da adesão identitária é a idéia de que o veganismo não é uma alimentação saudável. Para se contrapor a isso, ativistas utilizam seu enquadramento identitário basicamente de duas maneiras. Por um lado, militantes descrevem experiências pessoais para demonstrar que o veganismo não causa impactos negativos na saúde humana, caracterizando a si mesmos como indivíduos saudáveis e até mesmo atléticos. Esse processo pode ser visto como “oposto” ao enquadramento que destaca o reforço do

consumo de alimentos não saudáveis para o combate a outro estereótipo. Talvez seja por esse motivo que a militante Carolina relate ouvir críticas a essa postura.

Por outro lado, ativistas buscam apresentar dados científicos que defendam que o veganismo não causa impactos negativos na saúde humana. A preocupação com o fornecimento de informações científicas, vistas como confiáveis e legítimas, auxilia os ativistas, ainda, na busca de legitimidade da identidade e de suas práticas junto a instituições formais. Por isso, profissionais da saúde, como médicos e nutricionistas, ganham destaque em organizações abolicionistas identitárias. A SVB Nacional, por exemplo, conta com um departamento exclusivo para medicina e nutrição coordenado pelo nutrólogo Ronaldo.

Ronaldo: O meu objetivo maior sempre é passar para o leitor ou para o ouvinte informações consistentes para ele tomar a decisão dele com clareza. Porque, enfim, se você não tem um conhecimento adequado, você não consegue tomar uma decisão de forma adequada. E, com isso, muitas vezes, a pessoa deixa de fazer alguma coisa, porque ela tem uma informação que é meio dúbia. Então, quando a informação é consistente, você fala “Entendi. Realmente, aqui eu posso mudar isso, porque não vai ter problema. Aqui eu tenho que tomar cuidado com esse ponto”. Então é uma ferramenta para a pessoa poder tomar a decisão dela com segurança. Eu acho que isso é o ponto mais importante.

Outra forma de demonstração da viabilidade da adoção do veganismo é a demonstração da exequibilidade cotidiana da identidade. A primeira idéia a ser construída é de que a alimentação vegana é uma prática “normal” e que não impõe dificuldades aos adeptos. Uma das formas pelas quais ativistas procuram fazer isso por meio de seu enquadramento é enfatizar a existência de hábitos veganos análogos a hábitos não veganos, tais como o churrasco citado em um trecho de entrevista anteriormente mencionado. Nesse sentido, militantes podem enfatizar também em seu enquadramento a existência de produtos veganos com preços acessíveis. Ativistas podem, por fim, descrever um mercado vegano em expansão, demonstrando aos possíveis aderentes possibilidades e facilidades cada vez maiores de adoção do veganismo. Essa descrição pode contribuir, ainda, para a construção da legitimidade do ator e das práticas, construindo os sujeitos não mais como grupos marginais e minoritários.

Também buscando demonstrar a exequibilidade cotidiana da identidade, militantes desenvolvem inúmeras formas de fornecer ferramentas efetivas para adoção do veganismo aos seus interlocutores por meio do enquadramento identitário. Ativistas podem relatar experiências pessoais anteriores utilizando-as como “dicas” para o aprendizado de novos veganos. Veganos podem distribuir listas de produtos, pratos ou restaurantes veganos que podem ser encontrados pelos possíveis aderentes. As listas de produtos veganos auxiliam os ativistas, ainda, a cumprir outro objetivo: a definição das fronteiras da identidade. Assim,

ativistas se engajam em seus processos de enquadramento interpretativo em uma categorização de quais práticas são veganas e quais não são, contrapondo sua moldura identitária a molduras identitárias rivais.

Por fim, o enquadramento por molduras identitárias auxilia os ativistas no convencimento do interlocutor por meio da adesão à identidade. A principal forma de atrair o leitor ao veganismo, no ponto de vista dos atores, é justamente construir o veganismo como um estilo de vida atraente. Para isso, o enquadramento por molduras identitárias é utilizado de diversas formas. A primeira forma é utilizar a moldura identitária de “forma simpática”, evitando críticas abertas aos interlocutores que poderiam gerar neles uma resistência a essas práticas. Essa estratégia pode também ser vista como uma forma de questionar o estereótipo de veganos como indivíduos “radicais” que controlam as práticas dos outros. Trechos de duas entrevistas ilustram essa estratégia.

Pedro: Na SVB, eu sempre gostei da questão de atingir o não vegetariano. Atingir o público normal. E como se faz isso? Com o tempo a gente foi aprendendo que não é sempre com aquele discurso muito radical, mas... Digamos assim, os argumentos em si podem ser radicais, mas na hora de um trato mais pessoal, mais direto, eu acho que tem que suavizar um pouco. Por exemplo, eu já escrevi textos bem radicais. Mas isso é uma coisa. A pessoa vai olhar, vai ler e eu não estou escrevendo esse texto na cara de ninguém. Mas na hora de falar, o lado persuasivo tem que suavizar um pouco.

Tom: Uma das coisas que, às vezes, dá vontade de falar é, por exemplo, quando o cara vai perguntar para você “Ah. Mas, se tiver um pedaço de carne no seu prato, você não separa ele do resto da comida e continua comendo a comida?”. Dá vontade de falar “Cara. Para mim, se tem um pedaço de carne dentro do meu prato é como se tivesse um pedaço de merda. Se tiver merda no seu prato você separa e come o resto?”. Eu tenho vontade de falar isso. Mas não dá. Aí eu vou falar que não. Eu tento falar a mesma coisa de uma maneira menos polêmica.

Outra estratégia observável relacionada a essa objetivo é a auto-descrição positiva dos veganos. Ativistas buscam enfatizar, também, práticas veganas que possam ser vistas como valorizáveis. O militante pode usar a si mesmo como referente, enfatizando, por exemplo, aquelas dimensões do veganismo que mais lhe atraem atenção. Diferentemente, alguns militantes optam por identificar aqueles elementos do veganismo que, aparentemente, são mais valorizados pelo interlocutor. No trecho de entrevista abaixo a militante conecta essa tática à ideia de que a adesão a identidade conduz o outro ao acesso às diversas dimensões do veganismo, entre elas, à dimensão ideológica.

Marli: Eu começo com aquilo que a pessoa quer ouvir e depois vai. Entendeu? Daí desenvolve.

Matheus: Como se fosse uma isca?

Marli: É. Um meio de tu chegares, porque eu sinto que a pessoa está aberta para aquilo inicialmente, então, é um meio de eu entrar. Olha só que manipuladora [*risos*]. É um meio de eu entrar, porque a pessoa abriu aquela brecha, mas claro que daí, depois, tu mostras tudo. A pessoa por si já começa a pesquisar. Acho que é um meio de chamar.

Matheus: Uma fãisca, vamos dizer, para a pessoa...

Marli: Para a pessoa começar a querer mudar e daí começa a pesquisar. E aí é o caminho individual. A pessoa começa a pesquisar, começa a ver e vai.

Ainda nessa lógica, militantes podem descrever práticas não obrigatoriamente conectadas ao veganismo, mas que possam ser vistas como valorizadas pelos outros e que estejam, em geral, conectadas a adesão da identidade vegana. Esse é o caso, por exemplo, do uso de bicicleta. O uso de automóveis não se caracteriza como uma prática não vegana, mas muitos ativistas acreditam que há uma associação recorrente entre veganismo e uma preocupação com transportes “alternativos”. Na medida em que vislumbram essa associação e a vêem como positiva, atraente e compatível com o veganismo, militantes a descrevem para seus interlocutores. O diálogo a seguir ilustra essa estratégia.

Tom: Eu não sei dizer se isso é uma verdade ou se isso é [...] aqui em Porto Alegre, mas [...] a quantidade de veganos que usa bicicletas aqui é um negócio impressionante. [...] Eu não consigo identificar isso globalmente. Eu sei que aqui é muito grande, em São Paulo os meus amigos... Tive vários que eu conheci através da bicicleta e, depois, descobri que eram veganos. Mas tem alguns que são veganos e andam de bicicleta também. Eu sei que é um negócio que eu achei engraçado.

Matheus: Mas tu achas legal que ela tenha falado sobre isso?

Tom: Eu acho legal, porque [...] eu acho que, às vezes, pode até parecer uma coisa a mais que a pessoa teoricamente tenha que se preocupar e que, na verdade, não é nem um pouco necessária dentro do veganismo. Então, a pessoa acha que está fazendo exceções dentro do padrão de vida dela, da comodidade dela. Tipo, a pessoa que anda de bicicleta pode parecer [...] um obstáculo a mais. Mas, por outro lado, para aquele cara que vai vir aqui e “Tá. Mas o que adianta o cara fazer isso, mas não fazer aquilo”. Eu acho que influencia esse aspecto que é bacana.

É importante ressaltar que essa adaptação ao outro não se dá de forma idêntica àquela observada no caso dos abolicionistas pragmáticos. No caso do abolicionismo identitário, observa-se uma *resistência a utilização de fabricações e molduras periféricas*. Ou seja, apenas práticas vistas como “realmente veganas” ou “realmente associadas ao veganismo” são descritas pelos ativistas. Dessa forma, militantes podem não utilizar molduras identitárias vistas como incompatíveis ao veganismo apenas pela possível valorização do interlocutor dessas molduras.

Tom: Acho que a questão é ser um pouco verdadeiro. Não é colocar uma coisa debaixo do tapete. Realmente, eu não saio fazendo policiamento e eu não saio batendo na porta dos outros no domingo de manhã. [...] Você parar para pensar “O que eu acho legal? O que as pessoas que eu conheço que não são veganas acham legal em relação aos meus hábitos? Poxa, eu acho que isso é interessante ser falado”.

Observa-se também que a *utilização de molduras ideológicas não é obrigatória* para abolicionistas identitários. Ativistas defendem que o enquadramento ideológico deve ser aplicado apenas em interações vistas como “favoráveis” a ele (sendo, portanto, desnecessário

em interações “não favoráveis”). O trecho de entrevista abaixo ilustra esse argumento. Nele, o nutrólogo Ronaldo relata que, devido a seu papel social, repórteres, em geral, não lhe questionam sobre o aspecto ideológico do vegetarianismo, mas apenas sobre as questões nutricionais. O ativista defende que, quando isso ocorre, não há necessidade do enquadramento ideológico.

Ronaldo: É. Toda essa parte de filosofia e da minha história pessoal eu, geralmente, só falo quando me perguntam. Como a pessoa já vem com um foco na parte da saúde mesmo, eu acabo deixando só para situações específicas mesmo.

Ativistas avaliam, por exemplo, de forma positiva a matéria sobre veganismo analisada no capítulo nono desse trabalho. Isso ocorre na medida em que vêem o veículo da matéria desfavorável a um enquadramento ideológico. No trecho de entrevista abaixo, a militante diminui a importância da ausência desse tipo de enquadramento no resultado final da matéria e ressalta a contribuição de uma reprodução vista como satisfatória e fiel das molduras identitárias do movimento.

Carolina: Muita gente elogiou. Os veganos que leram elogiaram. [...] Eu considero essa matéria, apesar de não ter aprofundado sobre o assunto e tal, a melhor matéria feita até hoje sobre veganismo. Apesar de tratar com futilidades e tal. A visão da repórter sobre o assunto eu acho que foi uma das mais fiéis à realidade, porque as outras... Sabe?

Quando a interação é vista como “favorável”, no entanto, abolicionistas identitários consideram importante a inclusão do enquadramento por molduras ideológicas. O enquadramento por molduras ideológicas, portanto, não é visto como obrigatório, mas como desejável por esses militantes. O diálogo a seguir ilustra essa valorização.

Matheus: Nas duas [reportagens], tanto aqui como lá, eu não vejo, por exemplo, falarem sobre direitos animais. Falam de vegetarianismo. Tu achas que isso pode ser um perigo? Daqui a pouco, bom, está falando de vegetarianismo, mas não está falando de direitos animais.

Pedro: Não. Acho que não, porque não é foco [...]. Eles estão falando de vegetarianismo. Não era o foco. Nesse caderno jamais vai sair algo sobre direitos animais. Não é a questão. Quando for a questão, a gente sempre dá um jeito de colocar direitos animais.

Alguns ativistas, no entanto, relatam ser sempre importante fornecer um enquadramento ideológico ao interlocutor. No entanto, esse enquadramento se encontra, em segundo plano frente ao enquadramento identitário em boa parte dos casos. No trecho de entrevista abaixo, o militante Tom defende a importância do enquadramento ideológico. No entanto, na mesma entrevista, esse ativista relata ter dado pouco destaque a esse tipo de enquadramento em sua entrevista a uma repórter do jornal Zero Hora, considerando a atração

ao estilo de vida um meio mais eficiente de conquista de novos militantes frente ao convencimento ideológico, como demonstrado em um trecho de entrevista anteriormente reproduzido. Assim a submissão do enquadramento ideológico auxilia os ativistas em seu objetivo de convencimento pela adesão à identidade.

Matheus: A idéia, mais ou menos, é que isso envolve vários temas, é importante falar sobre eles, mas nunca deixar de lado a questão ética. Que nem quando tu falaste com a [cita o nome de uma repórter], tu falaste várias coisas, mas tu quiseste falar de especismo. Mais ou menos isso?

Tom: Claro. Não tem como deixar de falar isso. É importante. E nesse caso, para mim, é claro. Mas, para as pessoas que não conhecem, nem sempre isso é. E, às vezes, é mais difícil para elas entenderem.

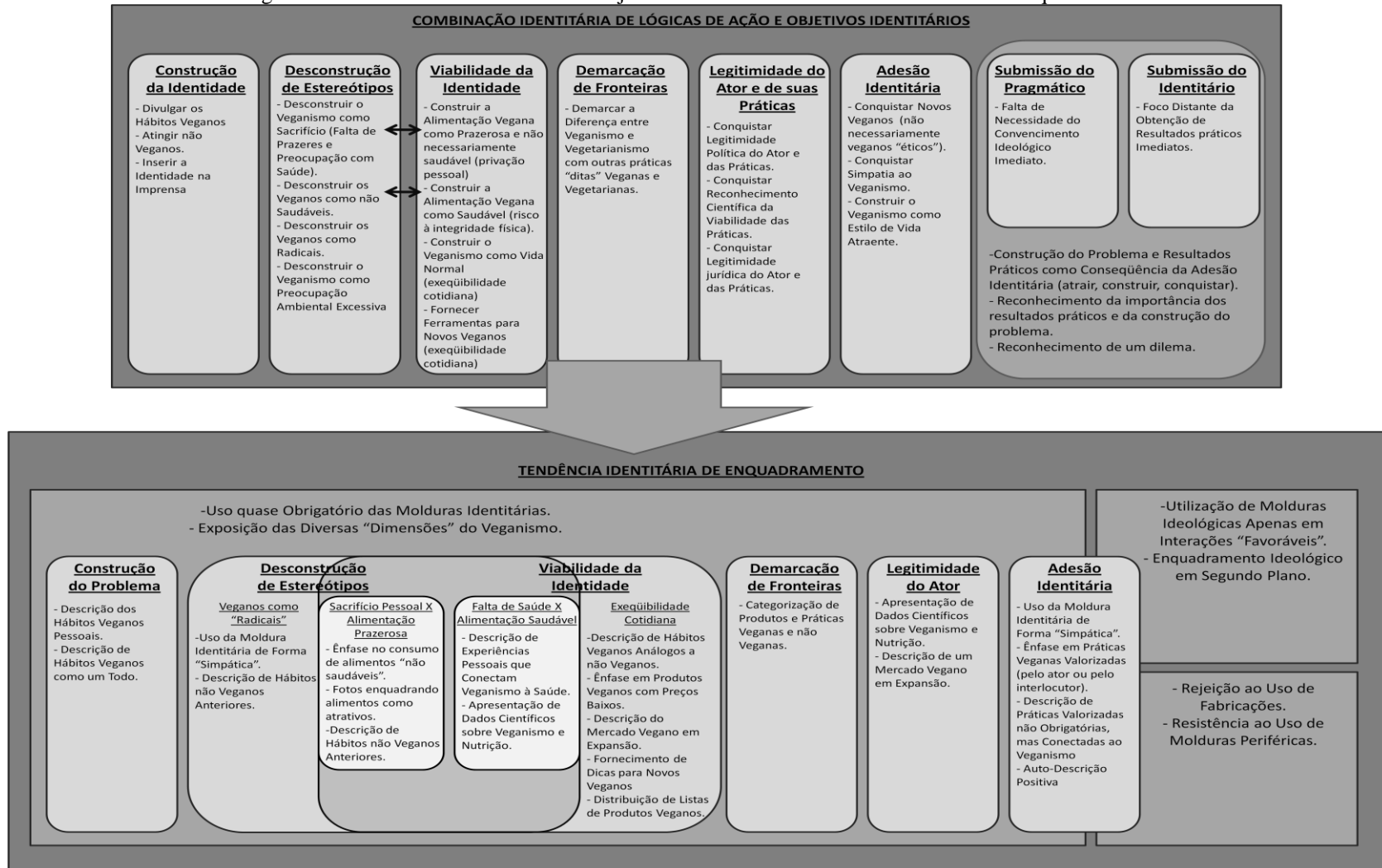
Em suma, nessa seção foi apresentada a forma como os objetivos identitários e a tendência identitária de enquadramento interpretativo se apresentam empiricamente no caso do movimento dos direitos animais (Figura 7). A organização estudada que se aproxima mais da descrição apresentada nessa seção é a SVB Grupo Porto Alegre, fundada em 2005.

Esse grupo apresenta uma organização peculiar. A SVB conta com uma organização nacional (SVB Nacional) fundada em 2003 que reúne diversos grupos locais. O grupo nacional dessa organização busca divulgar o vegetarianismo enquadrando-o em três “pilares”: a saúde humana, os animais (e não necessariamente a defesa dos direitos animais) e o meio ambiente. Cada grupo local, no entanto, tem autonomia para definir o seu foco de defesa do veganismo. Dessa forma, muitas organizações locais não agem enquadrando o vegetarianismo junto à defesa dos direitos animais, gerando-se críticas de abolicionistas a essa organização.

No caso da SVB Grupo Porto Alegre, no entanto, ativistas demonstram adesão à perspectiva dos direitos animais, enquadrando a questão animal do “tripé” de defesa do vegetarianismo por meio dessa moldura e engajando-se em uma defesa da abolição do especismo. A SVB Porto Alegre realiza, ainda, eventos conjuntos com organizações abolicionistas, principalmente com o GAE. Esse grupo, portanto, é considerado uma organização abolicionista nesse trabalho.

A SVB Grupo Porto Alegre pode ser caracterizada, ainda, como um grupo abolicionista identitário. Primeiramente, seu foco institucional de atuação não está dirigido à denúncia do especismo, à promoção dos direitos animais ou à obtenção de resultados práticos imediatos abolicionistas, mas sim à divulgação do vegetarianismo (parte integrante do veganismo e, portanto, da identidade do movimento). Ainda, o enquadramento interpretativo desenvolvido por essa organização não tem como foco as molduras ideológicas dos direitos animais, mas sim a moldura identitária do vegetarianismo abordada em sua “diversidade”, incluindo-se o enquadramento de saúde humana, do meio ambiente e a moldura ideológica

Figura 7 - O Abolicionismo Identitário: objetivos identitários e tendência identitária de enquadramento



Fonte: autoria própria.

dos direitos animais. A descrição da SVB Grupo Porto Alegre em seu *site* demonstra essa característica.

A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) foi fundada em 2003 [...] tendo em vistas a organização do 36º Congresso Vegetariano Mundial em Florianópolis (evento ocorrido entre 8 e 14 de novembro de 2004, pela primeira vez na América Latina desde sua criação em 1908). A SVB é uma sociedade sem fins lucrativos, organizada em âmbito nacional, que trabalha para que o vegetarianismo seja conhecido e aceito como uma opção alimentar benéfica para a saúde humana, dos animais e do planeta. Tem por objetivos oferecer informações sobre a adequação nutricional da dieta vegetariana para indivíduos, empresas e organizações, disponibilizar informações para a mídia, oferecendo dados, estatísticas e fatos sobre o vegetarianismo para a imprensa escrita e falada, ministrar palestras e cursos em escolas, Universidades e grupos comunitários, distribuir materiais educativos e informativos sobre o impacto para a saúde humana, dos animais e dos ecossistemas da alimentação vegetariana, etc. [...] Dentro desse espírito, organizou-se, em junho de 2005, na cidade de Porto Alegre, um grupo da SVB [...] (SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA, s.d.)

Na descrição da organização fica claro o seu foco no vegetarianismo e não na construção do problema do especismo e da violação dos direitos animais. Conceitos caros aos direitos animais (tais como “especismo”, “exploração”, “libertação” e “direitos”) não são visíveis na descrição institucional da organização. Os objetivos delimitados podem ser caracterizados como objetivos identitários, se referindo à construção e difusão da identidade, assim como à demonstração da viabilidade de sua adoção. No que tange ao enquadramento interpretativo, a questão animal, além de não ser claramente enquadrada por meio da MIAC dos direitos animais, não ganha destaque frente a outras “dimensões da identidade”. O foco do enquadramento é atribuído, assim, à identidade como um todo e não a qualquer uma de suas dimensões constitutivas.

Dessa forma, são caracterizados nesse capítulo o abolicionismo construcionista, o abolicionismo pragmático e o abolicionismo identitário. Esses diversos “tipos” de abolicionismos, no entanto, não se apresentam sempre no “mundo” empírico tão separadamente como exposto nesse trabalho. Organizações e indivíduos podem combinar lógicas de ações de formas menos estanques, relativizando as combinações de lógica de ação aqui apresentadas.

4.4 RELATIVIZANDO AS COMBINAÇÕES DE LÓGICAS DE AÇÃO

Apesar de algumas organizações se identificarem claramente com uma das combinações de lógicas de ação descritas, essa classificação nem sempre é tão rígida. Como exposto anteriormente, por exemplo, uma organização fortemente vinculada a um tipo de

combinação de lógicas de ação pode se orientar por outro tipo de acordo com as exigências das interações em que os ativistas estão inseridos. Dessa forma, como já citado, um ativista de uma organização pragmática se engajou em uma atividade de caráter construcionista palestrando em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre ao não vislumbrar possibilidades de obtenção de resultados práticos naquela situação. Outro exemplo é o de uma militante construcionista que, ao ser procurada por uma repórter para dar um depoimento sobre hábitos veganos, aceita conceder uma entrevista cujo foco estava na identidade do movimento³⁹.

Ainda, organizações fortemente conectadas a determinada combinação de lógicas de ação podem “dividir tarefas” com outra organização conectada a outro tipo de combinação de lógicas de ação. Uma militante do GAE, por exemplo, relatou que, no início da trajetória da organização, havia uma combinação com os ativistas do grupo porto-alegrense da SVB pela qual ficava acordado que o GAE se dedicaria à divulgação da perspectiva dos direitos animais e do problema do especismo e a SVB se dedicaria à divulgação do veganismo.

Além de organizações firmemente conectadas a uma única combinação de lógicas de ação, há organizações que não optam por uma vinculação tão clara. Esse é o caso da VAL. Esse grupo pode ser visto como uma organização majoritariamente construcionista, dando ênfase a esse tipo de objetivo, observando-se em suas atividades uma tendência conceitual de enquadramento. Apesar dessa identificação, em vários momentos, alguns ativistas dessa organização se engajam em ações pragmáticas e propõem enquadramentos retóricos, desenvolvendo formas de compatibilizar essas duas combinações de lógicas de ação. Alguns ativistas da VAL fizeram parte, por exemplo, da organização POA Melhor.

A adesão ao pragmatismo é, no entanto, apenas eventual, um dos motivos pelos quais antigos militantes dessa organização se separaram dela para fundar a organização pragmática PA. Dessa forma, a VAL se descreve claramente por meio de um enquadramento baseado em molduras ideológicas.

Vanguarda Abolicionista é um coletivo de ativismo fundado em 2008 em **Porto Alegre**, RS, Brasil. Atualmente com dois diretores-gerais e diversos voluntários, tem como meta a libertação animal, o veganismo abolicionista e o antiespecismo (VANGUARDA ABOLICIONISTA, s.d.).

Nesse trecho é possível observar, por exemplo, a associação clara entre o veganismo e a perspectiva abolicionista, além de referências claras a elementos centrais das molduras

³⁹ Essa reportagem é analisada na segunda parte desse trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que mesmo aceitando o foco na identidade, a entrevistada procurou ressaltar a conexão entre o veganismo e o diagnóstico dos direitos animais.

ideológicas do movimento dos direitos animais, tais como as noções de “libertação”, “abolição” e “especismo”.

Um exemplo dessa postura que permite a mescla eventual de lógicas de ação por parte de alguns ativistas dessa organização é o estande montado pelos militantes da VAL em uma feira de biodiversidade em Porto Alegre. Uma grande bandeira foi colocada ao lado do estande com as frases “Libertação Humana. Libertação Animal”, um enquadramento claramente baseado em molduras ideológicas. Ativistas, no entanto, tinham disponíveis para a argumentação panfletos que conectavam a causa a molduras não ideológicas, tais como a saúde e a religião. Assim, em determinadas interações em que o enquadramento conceitual não gerava resultados, alguns militantes podiam utilizar outros recursos para o convencimento ou para a garantia do apoio do interlocutor, sendo utilizado um enquadramento retórico eventual. Assim, nessa estratégia de compatibilização, há a preponderância de uma combinação, mas é mantida em aberto a possibilidade da opção por outra de forma fixa.

Além dessa possibilidade de adaptação ao interlocutor, alguns ativistas dessa organização também deixam em aberto a possibilidade de adaptação ao contexto em que a militância ocorre, principalmente quando essa adaptação irá garantir a presença dos ativistas em determinado espaço de militância. Após essa entrada, ativistas podem voltar novamente seu enquadramento às molduras ideológicas. Assim, outra estratégia de compatibilização pode ser descrita, na qual uma combinação de lógicas de ação é utilizada como meio para o alcance de outra em uma mesma interação.

No primeiro trecho abaixo, o militante relata um caso em que a utilização de um enquadramento retórico garantiu sua presença em um evento sobre nutrição humana, assim como a atenção dos participantes. Ao inserir-se nesse espaço de militância e atrair atenção dos demais indivíduos, o ativista acoplou ao seu enquadramento suas molduras ideológicas. No segundo trecho, o militante se refere à mesma estratégia, mas na relação com a mídia.

Felipe: Olha. Eu acho que eventualmente eu fiz de cantinho [*não deixar claro que a militância se dirige aos direitos animais*]. Eu já fiz direcionada na base do tipo “Bom, ali vai ser o Seminário Internacional dos Preocupados com a Própria Saúde”. Então, eu vou fazer um ganchinho pra eles não jogarem fora o meu papel. Do tipo “O que isso tem a ver? O que uma vaca tem a ver com o nosso seminário? Coloca fora”. [...] Então, por exemplo, a Vanguarda fez um *fanzine* [...] chamado Vanguarda Abolicionista. E tem um *cartoon* abolicionista, textos abolicionistas e atrás tem aquela entrevista de um cara da Folha de São Paulo. É um médico gringo que fez um livro dizendo que tu consegues reverter as cardiopatias se tu virares vegano. E ele fez isso. Ele curou diabético e tudo mais dizendo “A partir de hoje, meu amigo, você é vegano”. [...] Vegano crudívoro. Ele corta algumas coisas do tipo azeite. Então, com isso aí, ele conseguiu lá na clínica dele. E eu disse “Ah. Beleza. Vegano crudívoro. É isso mesmo que eu estou precisando”. Coloquei lá “Doença do coração e não sei o que”. Cara, todos os caras que estão aí com mais de cinquenta anos olharam aquilo e “Opa. Vou levar um sim. Legal vocês”. E levava. [...] É muito mais difícil eu convencer esse cara por qualquer outra coisa. Se ele se tornar vegano, em algum ponto da vida, por um motivo heróico, valeu para os animais. Entendeu? É perfeito como eu

gostaria? Não é. Eu bato muito nisso aí? Não. Ao contrário. Eu bato contra. Mas, em um momento, por uma estrategiazinha, vai.

Felipe: Então, a mídia como tem essa coisa [...] de se preocupar com algumas pautas eternas. “A criação dos nossos filhos”. [...] Volta. É assim sempre. O que acontece? Tu tens a possibilidade de sempre entrar nesse pequeno nicho no momento em que tu falas dos filhos e em que tu falas “As crianças podem desenvolver não sei o que. E aqui tem uma maneira de comer. E é um nutricionista [...] quem está falando. Ele é um médico. [...] Não sou eu. Ouve ele ali”. E por aí vai. Então é nessas situações específicas [...]. Eu acho [...] que eu estou pronto para dizer essa coisa bem direta dos direitos animais, e eu já sei que [...] eu não vou ter espaço e eles vão me colocar de uma maneira meio torta. Eu vou dizer isso para marcar posição. Mas, eventualmente, se eu estou de saco cheio, ou se eu percebo que é uma grande chance de entrar, não diminuindo meu discurso, mas, assim, passando uma conversinha na orelha. [...] Então, eu não vou trocar o meu discurso, eu não vou me vender. Apenas, naquele momento, tipo assim, “Tá, mas eu vou conseguir entrar de graça ali? Então tá, eu estou aqui com o pessoal. E eu entro de graça”. Entrei. E aí eu faço o que eu quero.

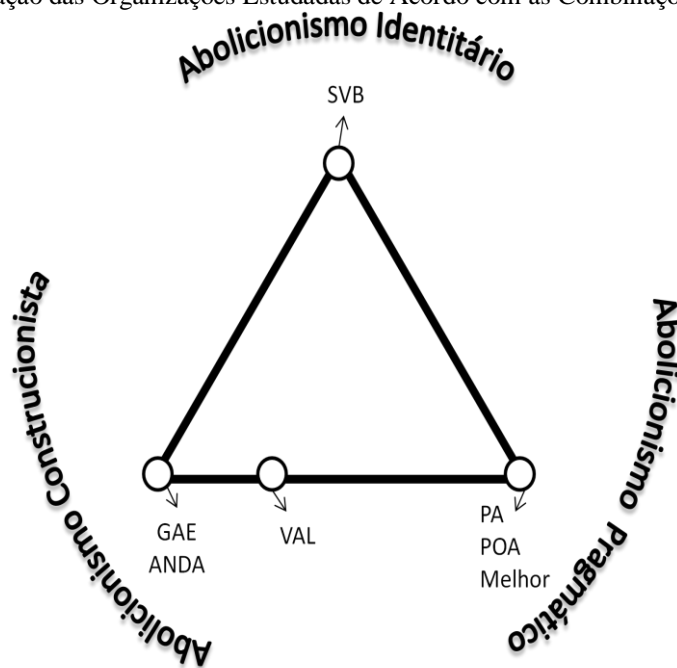
Se todos os exemplos citados se referem a situações específicas e passageiras em que ativistas da VAL defendem a possibilidade de um enquadramento não baseado em molduras ideológicas ou identitárias, alguns militantes dessa organização também se engajam em campanhas de longo prazo com as mesmas características, como em sua participação na POA Melhor. O que se observa, portanto, é que militantes da VAL se engajam na procura de objetivos diversos, tanto construcionistas como pragmáticos, gerando assim, distintas formas de enquadramento. Assim, em situações em que um objetivo pragmático é buscado, uma tendência ao enquadramento retórico é observada. Em situações onde há um objetivo construcionista, uma tendência ao enquadramento conceitual é utilizada. O trecho abaixo exemplifica isso. A militante compara dois momentos distintos: a militância na questão das carroças, que buscava a aprovação de uma lei e exigia um enquadramento baseado em molduras periféricas e segmentado em seu tema; e a redação de um texto que buscava a divulgação da perspectiva dos direitos animais e exigia um enquadramento geral baseado em molduras ideológicas. O trecho demonstra, ainda, a importância do interlocutor específico em cada interação, o que é analisado na segunda parte desse trabalho.

Nina: Eu acho que, nesse momento [*na militância da POA Melhor*], era legal focar. Porque eu percebo que essa coisa de colocar tudo em um bolo dificulta para as pessoas pensarem. Não que tenha que ser tudo segmentado, nem... Dependendo fica ruim também. Mas eu acho que, para a gente conseguir isso aqui [...], nesse momento, eu acho que tinha que focar. A minha opinião é focar. [...] Porque, daí, se tu começares a falar, meio que não te levam a sério. O assunto é sério, mas se tu começares a falar tudo junto “Eu também quero libertar isso, também quero libertar aquilo. Os peixes...”. Tem gente que ri. [...] Tanto que tem grupos que eu noto que falam tudo ao mesmo tempo, bagunçado e ninguém dá bola. [...] Então, para uma coisa prática, assim “É isso que a gente quer agora”, então, não dá para misturar muita coisa. Mas foi só por isso, não é que a gente diga “Não. Vamos esquecer o resto”. [...] Por exemplo, nos meus artigos eu tento falar de tudo. Claro que não dá para falar de tudo, mas eu sempre tento ser bem generalista nos artigos. Porque daí é uma coisa assim, quem ler vai tentar entender o contexto do que eu estou falando. Eu já escrevi sobre feminismo, como é a relação entre direitos animais e feminismo. Então, eu tento colocar tudo. Tudo o que vem na cabeça. Mas aí é diferente se tu vais fazer uma campanha.

Dessa forma, é possível organizar a militância de direitos animais em Porto Alegre,

aliada à militância da ANDA, em São Paulo, da seguinte maneira, de acordo com as diversas combinações de lógicas de ação (Figura 8). O GAE e a ANDA se orientam por uma combinação construcionista de lógicas de ação. A PA e a coalizão de ativistas POA Melhor se orientam por uma combinação pragmática de lógicas de ação. O grupo porto-alegrense da SVB se orienta por uma combinação identitária de lógicas de ação. Por fim, a VAL se orienta, na maioria das vezes, por uma combinação construcionista de lógicas de ação, podendo variar, no entanto, em alguns momentos, para uma combinação pragmática de lógicas de ação, mudança observada em casos menos eventuais do que nas demais organizações.

Figura 8 - Sistematização das Organizações Estudadas de Acordo com as Combinações de Lógicas de Ação



Fonte: autoria própria.

Não apenas organizações circulam entre lógicas de ação, militando por objetivos distintos em situações distintas e, por consequência, utilizando-se de estratégias distintas de enquadramento interpretativo em situações distintas, mas também ativistas podem realizar essa circulação em sua trajetória militante. Ativistas podem ter um vínculo organizacional fixo com mais de uma organização; podem modificar suas preferências e vínculos organizacionais ao longo do tempo; ou podem, ainda, se manter sem vínculos organizacionais fixos, apoiando diversas ações (com diversos objetivos) de diversas organizações ao mesmo tempo ou ao longo do tempo. Dessa forma, ativistas podem circular entre objetivos e estratégias de enquadramento, defendendo-as em sua pluralidade. O diálogo abaixo ilustra esse fenômeno.

Sônia: Esse foi o caso da lei. Depois surgiram vários outros projetos de lei bem-estaristas. Aí foi feito. Nada tão grande quanto a história da lei das carroças. Nada teve essas dimensões. Mas, nas outras divulgações, não eram projetos de lei, não eram leis a serem aprovadas, eram manifestações que nós queríamos que fossem divulgadas para difundir a questão do veganismo. Era isso, para popularizar a questão. Aí, nessas aí, a gente podia se dar ao luxo... Não é se dar ao luxo, daí, nessas, era **importante** enfatizar a questão do veganismo, a palavra veganismo, a questão da libertação animal, do abolicionismo. Aí era o espaço em que a gente teria para falar sobre isso.

Matheus: Claro. Entendo. São duas situações diferentes.

Sônia: Duas situações **bem** diferentes. É, em uma situação dessas [*a aprovação de leis*], a gente tem que ser bem prático, estratégico, calculista. Não dá para [*entrar na questão dos direitos animais*]

Todos esses casos mostram a importância das peculiaridades das interações. O que foi possível vislumbrar até o momento é que algumas organizações e ativistas optam por privilegiar uma combinação de lógicas de ação e, logo, apresentam determinada tendência de enquadramento. Porém, as peculiaridades das interações podem modificar essa opção. Em algumas organizações essa modificação ocorre com maior resistência e, em outras, encontra-se mais institucionalizada. Assim, interações parecem ter características próprias que estimulam a adoção de determinada combinação de lógicas de ação. Ainda, é possível imaginar que, de acordo com a combinação de lógicas de ação que determinada organização privilegia, determinado tipo de interação será ativamente procurado pelos ativistas. Por exemplo, ativistas construcionistas devem procurar menos interações com representantes da política institucional, já que essas interações não parecem ser relevantes para a construção de um problema social, mas sim para a conquista de resultados práticos.

Há, portanto, uma dialética na qual ativistas, em um primeiro momento, privilegiam determinado tipo de combinação de lógicas de ação e buscam determinadas interações. No entanto, quando inseridos nas interações, as características desse encontro parecem levar ativistas a outros tipos de combinação de lógicas de ação e, conseqüentemente, a outros enquadramentos interpretativos. A força da interação nessa dialética parece ser mais forte quando ativistas e organizações não têm um vínculo fortemente demarcado com determinada combinação de lógicas de ação. Ainda, as interações parecem influenciar o enquadramento interpretativo de uma maneira mais específica, influenciando a forma como molduras ideológicas e identitárias são utilizadas e quais das múltiplas molduras periféricas e fabricações possíveis são utilizadas.

A primeira parte desse trabalho se dedicou à análise de como algumas organizações abolicionistas privilegiam uma combinação de lógicas de ação e apresentam, assim, determinadas tendências de enquadramento. Já a segunda parte do trabalho se dedica à análise de como as peculiaridades das interações se somam a esse processo, definindo o enquadramento interpretativo dos militantes abolicionistas em interações com a grande mídia.

PARTE 2
DINÂMICAS INTERATIVAS

5 MOVIMENTOS SOCIAIS EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA

Em geral, a mídia é, reconhecidamente, um ambiente pouco aberto e favorável aos movimentos sociais que confrontam o *status quo*. Em boa parte dos casos, incluindo-se o contexto brasileiro, os grandes veículos de comunicação são empresas privadas voltadas, portanto, ao lucro. Sua principal fonte de renda advém dos anúncios que, por sua vez, são também produzidos por empresas privadas. Dessa forma, mensagens que contestem, de alguma forma, os produtos, o consumo ou as formas de produção da sociedade capitalista contemporânea são pouco veiculadas pelos grandes veículos para evitar indisposições com anunciantes. Da mesma forma, pelo interesse desses anunciantes em atração de um público com alto poder aquisitivo, os veículos de comunicação tendem a produzir mensagens que vão ao encontro dos valores e dos interesses das classes médias e alta (GAMSON et al, 1992; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999).

A diversidade de veículos de comunicação, que poderia ser vista como uma solução para tornar a comunicação mais democrática, em muitos casos, não gera uma diversidade de perspectivas, na medida em que é comum que uma mesma empresa detenha a posse de diversos veículos (jornais, emissoras de televisão, revistas, entre outros). As empresas de comunicação, ainda, não se restringem a essa área de atuação, podendo possuir outras corporações destinadas à produção de bens diversos, gerando, assim, o compartilhamento dos interesses dentro de uma classe detentora, ao mesmo tempo, de meios de produção simbólicos e materiais (GAMSON et al, 1992).

Por fim, as rotinas de trabalho dos jornalistas – pressionados pela grande demanda de notícias em um curto espaço de tempo - os levam a optar por fontes que consideram confiáveis, procurando autoridades políticas e científicas para pronunciamentos públicos. Mesmo quando movimentos sociais conseguem se estabelecer como fontes de notícias, suas mensagens passam por um processo de reinterpretação e re-enquadramento por parte dos jornalistas, que podem distorcer, descontextualizar ou selecionar partes específicas das falas dos ativistas (GAMSON et al, 1992; MAIA, 2006; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999; KLANDERMANS; GOSLINGA, 1999).

Esse quadro, que apresenta uma enorme desvantagem dos ativistas em suas relações com a grande mídia, no entanto, não determina que movimentos sociais e suas perspectivas estejam sempre ausentes das discussões propostas pelos grandes veículos de comunicação. Apesar de ativistas contarem com recursos escassos, a mídia é melhor compreendida, segundo Gamson e seus associados (1992), como uma arena de disputa de significados. O texto final

disponibilizado pelos jornalistas deve ser, assim, compreendido como um resultado dessa disputa e/ou diálogo entre diversos atores (MAIA, 2006b). A literatura sobre o tema apresenta diversos casos ilustrativos desse processo, demonstrando a “entrada” de inúmeros movimentos sociais na grande mídia em diversos contextos sociais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; KLANDERMANS; GOSLINGA, 1999; MAIA, 2006; McADAM, 1999). Observando-se esse quadro, impõe-se uma pergunta: como movimentos sociais conseguem acesso à grande mídia tendo em vista um ambiente tão desfavorável? De forma mais específica, restringindo-se ao foco desse trabalho, que formas o enquadramento interpretativo desenvolvido por ativistas de movimentos sociais toma nessa interação com a grande mídia para que militantes a acessem?

Se os pressupostos teóricos anteriormente apresentados estão corretos, essas formas de enquadramento estão fortemente relacionadas às diversas lógicas de ação presentes nos processos de mobilização coletiva e aos seus objetivos correlatos, assim como às tendências de enquadramento interpretativo que se conectam às diferentes formas de combiná-las. Nesse sentido, a primeira seção desse capítulo visa a estabelecer uma conexão entre as discussões apresentadas pelos teóricos que estudam a relação entre política e comunicação à proposta teórica das lógicas de ação e das tendências de enquadramento por meio da resposta à pergunta: o que movimentos sociais querem com a grande mídia?

Essas tendências derivadas das distintas combinações de lógicas de ação, no entanto, explicam apenas parte do fenômeno, sendo necessária uma atenção às dinâmicas próprias e imprevisíveis das interações, segundo a proposta teórica geral deste trabalho. Dessa forma, a segunda seção desse capítulo se dedica à análise das peculiaridades e dinâmicas próprias das interações sociais, conectando-as às discussões sobre a grande mídia.

5.1 O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A GRANDE MÍDIA?: LÓGICAS DE AÇÃO E TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO

Revisando a literatura sobre a relação entre comunicação e política, Mendonça (2011) apresenta quatro agendas de pesquisa que guiam as discussões nesse campo de estudos. Parte da literatura teria se dedicado ao estudo das formas pelas quais movimentos sociais procuram garantir visibilidade na grande mídia, atraindo a sua atenção e buscando sua “entrada” nos grandes veículos de comunicação. Outra agenda de pesquisa importante seria a relação entre mídia e a formação de identidades coletivas. Ainda, pesquisadores se dedicariam à análise de como a mídia pode se tornar uma arena importante de deliberação política. Por fim,

estudiosos teriam se dedicado à análise das formas pelas quais movimentos sociais podem se dirigir criticamente à grande mídia, em busca de um processo de modificação das regras que regem a atuação de veículos e empresas de comunicação. Com exceção desta última agenda - que não se refere ao uso da mídia por movimentos sociais, mas sim à mídia como objeto da crítica de movimentos -, as demais discussões teóricas sistematizadas por esse autor serão a base da discussão aqui proposta que, tomando-as com algumas modificações, pretende conectá-las a diferentes objetivos que movimentos sociais podem ter em suas interações com a mídia.

Em primeiro lugar, movimentos sociais podem buscar na grande mídia a possibilidade de *visibilidade* pública abrangente. Nesse caso, militantes utilizam a mídia como uma ferramenta de visibilidade em busca de um objetivo que vai além da discussão simbólica em si que ocorre no ambiente midiático. A mídia é vista, portanto, como uma arena na qual diversos atores disputam o restrito espaço de visibilidade pública disponível.

Klandermans e Goslinga (1999), por exemplo, defendem que movimentos sociais podem procurar a grande mídia com intuito de competir com perspectivas rivais para garantir que essas perspectivas não desmobilizem sua base conquistada. Dessa forma, o objetivo dos atores é obter uma visibilidade que garanta a fidelidade das bases e a possibilidade concreta de mobilizá-las em eventos de protesto. Já teóricos da TPP defendem que a mídia é utilizada por movimentos sociais para garantir aquilo que, segundo essa abordagem, é o mais importante para os movimentos sociais: resultados práticos dentro da política institucionalizada. Segundo essa perspectiva, na medida em que movimentos sociais, em geral, não têm acesso freqüente às instituições políticas, devem garantir por outros meios influenciá-las. Assim, ativistas se dirigiriam à mídia na tentativa de garantir apoio público. Esse apoio público serviria como uma pressão em direção aos atores inseridos na política institucional – que têm interesses eleitorais e, portanto, não desejam contrariar a “opinião pública” – que reverteriam, assim, sua tendência a não apoiar as demandas dos *outsiders* e propiciariam aos militantes resultados práticos dentro do Estado (McADAM, 1999; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999).

Para garantir essa visibilidade em um espaço marcado por grandes disputas, movimentos sociais tendem a se adaptar às perspectivas vistas como simpáticas aos jornalistas e ao público, segundo essa abordagem. Assim, movimentos sociais enquadram suas demandas dentro de temas que são atrativos para a imprensa, como aqueles que reforçam valores socialmente estabelecidos, apresentando-os de forma simplificada para a compreensão do leitor distante das causas e dos processos de mobilização (McCARTHY; SMITH; ZALD,

1999). McAdam (1999), por exemplo, apresenta um estudo clássico do movimento norte-americano dos direitos civis dentro dessa perspectiva. Segundo o autor, a habilidade dos líderes em reunir símbolos próximos aos valores estabelecidos na sociedade norte-americana foi decisiva para as vitórias desse movimento. De forma proposital, as lideranças pró-direitos civis teriam combinado elementos simbólicos do cristianismo com mensagens de defesa da democracia e da não-violência, categorias centrais na cultura política dos Estados Unidos (McADAM, 1999).

Essa preocupação com a importância de adaptação das mensagens à receptividade do público daria origem a uma importância cada vez maior que profissionais da comunicação têm nos processos de mobilização coletiva e de comunicação política como um todo (KLANDERMANS; GOSLINGA, 1999; WEBER, 2006). Apesar de não examinar movimentos sociais, mas a ação de representantes políticos em interação com a mídia, Weber (2006) apresenta uma crítica a esse quadro que, segundo a autora, gera uma subordinação das ideologias em um conflito assim caracterizado⁴⁰:

De um lado, o poder justificado pela razão, pelas utopias e pela representação política, de outro, os meios de comunicação de massa e seu poder delegado pela sua capacidade de dar visibilidade (...). Esses poderes conformam as tensões vivenciadas por sujeitos dependentes desses holofotes, sempre em busca de argumentos para justificar a dependência ou a concessão, mesmo que temporária, do campo da política às estratégias da propaganda (...). (WEBER, 2006, p.118)

Em suma, os estudos sobre visibilidade apresentam movimentos sociais tendo como objetivo garantir a entrada na mídia para assegurar resultados práticos em outras arenas, tendo particular importância o Estado. Para isso, ativistas tendem a conduzir seus processos de enquadramento interpretativo ocultando suas molduras ideológicas e adaptando-o de acordo com as molduras valorizadas pelo outro. Essa perspectiva se aproxima, portanto, das discussões propostas pelo TPP e também da combinação pragmática de lógicas de ação proposta nesse trabalho. Dessa forma, a tendência de enquadramento interpretativo observada por essa agenda de pesquisa se aproxima à tendência retórica de enquadramento proposta nesse trabalho.

Críticas aos estudos de visibilidade política conduzidas dessa maneira, no entanto, estão presentes na literatura. Em geral, perspectivas críticas a essa abordagem defendem que estudiosos da TPP tratam símbolos como se fossem meros meios, sem importância para os

⁴⁰ Deve ser ressaltado que, segundo a autora, apesar de a subordinação da ideologia à retórica ocorrer, esse processo não se dá sem tensões, afirmação que vai ao encontro da ideia de dilemas entre as lógicas pragmática e construcionista de ação e entre as tendências conceitual e retórica de enquadramento proposta nesse trabalho.

ativistas e facilmente manipuláveis por eles (MAIA, 2009). Os objetivos dos movimentos não poderiam ser reduzidos à visibilidade, mas devem levar em consideração que ativistas buscam a construção de novos significados e a promoção de debates na sociedade como um todo (GAMSON et al, 1992; MAIA, 2006). Embora constituam perspectivas teóricas distintas em muitos pontos, duas abordagens compartilham essa premissa: o deliberacionismo e o construcionismo.

De acordo com a perspectiva deliberacionista, movimentos sociais buscam a mídia não apenas com o intuito de estarem visíveis (buscando resultados práticos), mas no intuito de gerar um processo de deliberação que possa produzir novos entendimentos sobre as questões sociais. Um processo de deliberação na mídia se caracterizaria pelos seguintes aspectos. Primeiramente, diversos atores têm acesso à mídia. Ao interagir nesse ambiente, os ativistas exporiam argumentos aos quais dedicaram uma análise crítica e reflexiva. Ao encontrar outros grupos com interpretações distintas, os atores encaram também reflexivamente e de forma respeitosa os argumentos do “outro”, dando origem a uma troca argumentativa pública na qual ambos os atores levam em consideração as perspectivas do outro. Esse processo pode gerar mudanças nas posições iniciais dos atores, ou tornar seu argumento mais complexo, ao incorporar elementos que respondam os contra argumentos do seu interlocutor. A mídia é, dessa forma, vista como uma arena de debates públicos e cívicos no qual há uma troca argumentativa reflexiva (MAIA, 2006; 2009b).

Essa perspectiva defende, por consequência, que o enquadramento proposto pelos atores políticos na mídia vai além das intenções retóricas. Indivíduos refletem a respeito das molduras que mobilizam para interpretar a realidade, assim como a respeito das molduras dos seus interlocutores, podendo modificar a forma como percebem as situações a partir do diálogo desencadeado por essa interação (MAIA, 2009b). Os enquadramentos são construídos pela reflexão crítica e não pela adaptação àquilo que é valorizado pelo outro. Eles estão baseados na perspectiva e na recepção do outro não com intuito de garantir a aceitação, mas com o intuito de refletir sobre o próprio enquadramento a partir das categorias do outro ou com o intuito de tornar o seu enquadramento compreensível e, logo, acessível à racionalidade do interlocutor, tornando o debate possível. A comunicação não é entendida como processo de disputa por espaços ou como barganha tendo em vista a aceitação, mas como um processo de construção conjunta de significados. Os símbolos mobilizados, portanto, não são meras ferramentas, mas têm uma importância em si mesmos, auxiliando os indivíduos a construir novas interpretações sobre a realidade (MAIA, 2009).

Já a perspectiva construcionista não está ligada à idéia de deliberação, não vendo a mídia como uma arena de trocas argumentativas, mas também enfatiza as atividades não-retóricas nos processos de enquadramento interpretativo. Nessa perspectiva, a mídia é vista como um espaço de construção e difusão de significados que fazem parte de um processo maior de construção da opinião pública e da realidade social (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; GAMSON et al, 1992). Movimentos sociais se dirigem à mídia, de acordo com essa abordagem, no intuito de difundir os significados por eles criados, que são re-enquadrados no processo de edição e de leitura. Por meio das mensagens produzidas nessa dinâmica, movimentos sociais podem influenciar o ponto de vista dos leitores, desempenhando um papel ativo nos processos de construção social da realidade. Dessa forma, temas que eram tratados pela mídia como “naturais” e “sem significado político” (o reino incontestado da mídia) - sendo percebidos como um “reflexo da realidade” pelos leitores - podem passar a ser alvo de disputas de significados entre atores políticos, mesmo que, nesse processo, atores detenham recursos distintos (o reino contestado da mídia)⁴¹. Eventos que eram percebidos como “naturais” podem ser construídos, nessa dinâmica, como problemas sociais (GAMSON et al, 1992).

O estudo clássico de Gamson e Modigliani (1989) acerca da relação entre enquadramento midiático e opinião pública sobre o poder nuclear nos Estados Unidos da América ilustra essa perspectiva. De acordo com os autores, até a década de 1960, a questão nuclear não era vista como um problema, sendo enquadrada pela mídia como uma tecnologia que poderia levar a sociedade ao progresso. A partir da década de 1970, no entanto, movimentos sociais constroem molduras que problematizam o uso de tecnologias nucleares de diversas maneiras (como a necessidade do controle público da tecnologia ou a necessidade de optar por estilos de vida com menor impacto ambiental). A entrada dessas molduras na grande mídia americana (incentivada por acidentes em usinas nucleares) modificou a opinião pública a respeito do tema. Assim, o poder nuclear deixa de ser tratado como uma necessidade inquestionável para o progresso e passa a ser tratado como um problema social que divide opiniões entre a oposição completa e a resignação frente à necessidade energética e os impactos negativos ambientais e sociais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

No que tange ao enquadramento interpretativo, a análise desses autores não aponta para uma preocupação retórica dos ativistas, mas também não aponta para uma construção

⁴¹ Por meio da distinção entre o “reino contestado” e o “reino incontestado” da mídia, Gamson e seus companheiros (1992) estabelecem uma crítica ao conceito de “hegemonia”, defendendo que a mídia nem sempre reproduz sentidos funcionais à reprodução do capitalismo, estando aberta, em alguns momentos, a processos contestatórios de re-construção da realidade (o reino contestado).

deliberativa de significados entre eles e outros atores. Movimentos anti-nucleares parecem se dirigir à mídia por meio das molduras que orientam sua percepção da realidade, sem modificá-las por necessidade de aceitação ou pelo contato com perspectivas contrárias (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Essas molduras “entram” na mídia, são modificadas pelos jornalistas e pelos leitores, sendo um dos insumos em um processo maior de construção social da realidade (GAMSON et al, 1992). Como enfatizam Noakes e Johnston (2005), o uso que William Gamson faz do conceito de molduras interpretativas é distinto daquele de Snow e Benford, não enfatizando a retórica desenvolvida pelos líderes dos movimentos, mas a forma como os ouvintes recebem enquadramentos distintos e negociam esses sentidos em seus processos de interpretação de questões políticas.

Em suma, embora as perspectivas construcionista e deliberacionista se distingam em muitos pontos, sendo dificilmente conciliáveis, há aproximações relevantes para os intuítos desse trabalho. De acordo com ambas as abordagens, movimentos sociais têm intenções construcionistas, sejam elas referentes à construção de debates públicos e de um avanço no conhecimento que pode surgir nesse processo, sejam elas relacionadas à construção social da realidade e de novos problemas sociais. As duas perspectivas defendem, ainda, que movimentos sociais se dirigem à mídia apresentando às categorias pelas quais organizam e dão sentido à sua experiência, buscando divulgá-las e/ou aprimorá-las. Dessa forma, essas abordagens se aproximam da combinação construcionista de lógicas de ação proposta nesse trabalho, assim como da tendência conceitual de enquadramento também aqui proposta.

É necessário ressaltar, ainda, que estudos mostram que a adaptação à mídia não pressupõe necessariamente uma adaptação ao enquadramento midiático, podendo significar simplesmente uma adaptação à lógica de funcionamento da mídia e não às suas perspectivas normativas. O exemplo desse tipo de ação é exposto por Waisbord (2009): as chamadas *civic media advocacy* (CMA). Esse tipo de organização reconheceria o viés da cobertura midiática, mas não o consideraria como resultado de um apoio irrestrito a interesses da elite. Para essas organizações, as lógicas de funcionamento das redações são responsáveis pela dificuldade de diálogo entre jornalistas e ativistas, na medida em que exigem um trabalho rápido de produção de notícias e a utilização de fontes vistas como confiáveis. Tendo isso em vista, essas organizações buscam duas estratégias: se firmarem como fontes dos grandes veículos de comunicação (formando agências de notícias, estabelecendo relações com repórteres e entendendo suas demandas) e treinando jornalistas e militantes tendo em vista fomentar o diálogo entre eles (WAISBORD, 2009). Assim, movimentos podem se engajar em uma ação

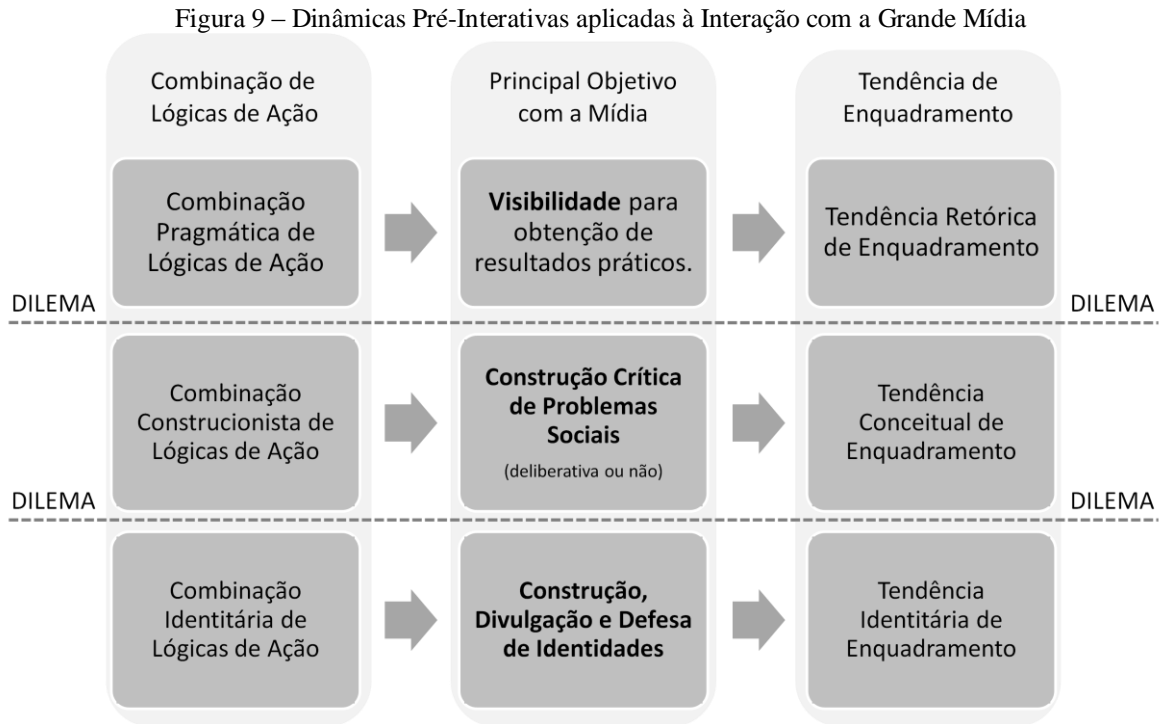
guiada por uma combinação construcionista de lógicas de ação mesmo adaptando-se aos meios de comunicação. Esse, claramente, parece ser o caso da ANDA.

Por fim, outra perspectiva teórica é citada por Mendonça (2011) como parte da agenda de pesquisa da relação entre comunicação e política: a perspectiva das identidades coletivas. Nessa abordagem, a mídia é vista como a arena na qual as identidades coletivas são construídas ou reproduzidas. O papel que os grandes veículos de comunicação desempenham nesse processo pode ser visto de duas formas. Ora a grande mídia é vista como o ambiente que, pela agregação de diversas perspectivas culturais em um mesmo local, possibilita o afastamento relativo do ator frente às identidades tradicionalmente “oferecidas” a ele e, por conseqüência, a emergência de novas identidades contestatórias (MAIA, 2000). De forma oposta, a mídia pode ser percebida justamente como o ator responsável pela reprodução de identidades que estigmatizam populações, impondo referentes culturais de forma arbitrária e dificultando a emergência da ação coletiva (ROCHA, 2007).

De qualquer maneira, movimentos sociais se dirigem à mídia, nessa perspectiva, com o intuito de difundir identidades coletivas que julguem apropriadas para a definição de si mesmos ou visando a modificar identidades apresentadas pela mídia. Assim, ativistas se engajam em um protesto de contestação das identidades socialmente disponíveis que marginalizam determinados grupos (MAIA, 2000; ROCHA, 2007). Rocha (2007), por exemplo, analisa a forma como a mídia reproduz identidades que estigmatizam os moradores de favela no Brasil, demonstrando que diversos movimentos sociais têm produzido iniciativas que buscam modificar tais caracterizações, criando identidades coletivas que valorizem os moradores dessas áreas (ROCHA, 2007). Assim, os processos de enquadramento interpretativo são conduzidos por meio da apresentação das identidades coletivas construídas pelos militantes, opondo-se àquelas construídas por terceiros. Dessa forma, esses trabalhos apresentam semelhanças com a combinação identitária de lógicas de ação e com a tendência identitária de enquadramento propostas nesse trabalho.

Após a apresentação dessas diversas abordagens, esse trabalho busca conciliá-las em um esquema teórico unificado. A proposta de sínteses teóricas não é novidade na literatura sobre comunicação e política. Maia (2009), por exemplo, reconhece a necessidade de aproximar as TNMS e sua ênfase na deliberação e na identidade à TPP e sua ênfase no enquadramento retórico. Koopmans (2004) propõe em seu modelo “evolucionista” que movimentos sociais apenas têm sucesso em sua interação com a mídia se combinam a visibilidade à ressonância de suas mensagens (gerando respostas positivas ou negativas de seus interlocutores, em uma idéia próxima à de deliberação), e à aceitação dos leitores. Já

Mendonça (2011b) busca conciliar as perspectivas do reconhecimento e da deliberação. Seguindo essa agenda de síntese, esse trabalho busca compatibilizar essas abordagens a partir da discussão entre lógicas de ação e tendências de enquadramento anteriormente propostas (Figura 9).



Fonte: autoria própria.

Organizações e ativistas que se orientam por uma combinação pragmática de lógicas de ação tendem a ter como principal objetivo em suas relações com a grande mídia garantir visibilidade no intuito de conquistar resultados práticos em outras arenas, assim, tendem a adotar uma tendência retórica de enquadramento. Atores orientados por uma combinação construcionista de lógicas de ação tendem a ter como principal objetivo em suas interações com a mídia a construção de novos problemas sociais através da crítica. Esse processo pode ou não ocorrer de forma deliberativa. Nesse caso, ativistas se dirigem à mídia por uma tendência conceitual de enquadramento. Por fim, ativistas e organizações orientadas por uma lógica identitária de enquadramento tendem a buscar com a grande mídia, de forma geral, a construção e a difusão de identidades, dirigindo seus processos de enquadramento, portanto, por meio de uma tendência identitária. Todo esse processo, no entanto, é marcado por dilemas.

Esses objetivos gerais devem se desdobrar em objetivos mais específicos que serão analisados empiricamente. No entanto, essas lógicas de ação e tendências de enquadramento, como já exposto anteriormente, não devem determinar *a priori* o enquadramento efetivamente empregue, sendo que as dinâmicas de interação devem afetar os processos finais de enquadramento interpretativo. Mas que dinâmicas interativas são essas? Quais são as peculiaridades que essas dinâmicas têm nas interações entre movimentos sociais e grande mídia? A próxima seção do trabalho se dedica a essas questões.

5.2 A REPRESENTAÇÃO: DINÂMICAS INTERATIVAS E PECULARIDADES DA INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA

Segundo Goffman (2002), em uma interação social, atores estão sempre em busca da resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?”. Mas como responder a essa questão? Esse mesmo autor resume da seguinte maneira a dinâmica de uma interação

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito, ou trazem à baila o que já possuem. (...) A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que deles podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para obter dele uma resposta desejada (GOFFMAN, 2002, p.11).

Essa breve definição apresenta vários fatores relevantes para a definição de uma dinâmica interativa. Em primeiro lugar, em uma interação social, atores buscam conhecer *as características de seu interlocutor*. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. Indivíduos podem fazer uma comparação mental de seu interlocutor com as características imaginadas de outros sujeitos que considerem parecidos com ele (estereótipo). Atores podem, também, se basear em suas experiências passadas para compará-los a outros sujeitos que considerem análogos a ele. Indivíduos podem ter, ainda, um histórico de interações com esse interlocutor e se basear nessa memória para atribuir características ao companheiro de interação. Se nenhuma dessas informações está disponível, indivíduos podem, por fim, examinar os sinais transmitidos pelo interlocutor e tentar concluir algo a respeito dele (GOFFMAN, 2002).

Essa definição mostra, ainda, outra dimensão importante das interações sociais: indivíduos sempre têm alguma *intenção*⁴² nas interações. Como defende Goffman (2002) o indivíduo pode ter interesses diversos em uma interação, desde a transmissão de uma imagem

⁴² É utilizado o termo “intenção” para evitar a confusão com o termo “objetivo” largamente utilizado na primeira parte desse trabalho. Assim, objetivos se referem aos objetivos gerais e abstratos dos atores. Já as intenções se referem de forma específica aos propósitos de um ator em dada interação.

positiva até a tentativa de que o outro não consiga defini-lo bem; desde manter uma interação harmoniosa, até confundir o seu interlocutor sobre os significados da interação. Na tentativa de delimitar uma técnica para a análise de molduras, Johnston (2000; 2005) também reconhece a importância da análise da intenção do ator em uma interação, ressaltando que toda a fala persegue algum tipo de objetivo, sendo necessário analisá-lo para compreender o enquadramento de ativas. Como visto anteriormente, movimentos sociais podem também ter intenções diversas em uma interação social, sendo que sua combinação de lógicas de ação deve afetar decisivamente essa dimensão interativa.

Espera-se, ainda, que indivíduos regulem a sua representação (as formas de agir e enquadrar as situações para o outro) de acordo com a reação esperada do interlocutor, de maneira a conquistar seus objetivos. Dessa maneira, no que tange ao enquadramento interpretativo, a *antecipação do impacto do enquadramento* no interlocutor é uma dimensão fundamental das interações sociais. Assim, as formas de ação do indivíduo estarão sempre baseadas na reação esperada do interlocutor, em uma tentativa de controlar a ação dele. Nas palavras de Goffman (2002, p.13) “independentemente do objetivo particular que um indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será sempre do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam”.

É importante ressaltar aqui que todos os objetivos requerem uma representação. Assim, as dinâmicas interativas não afetam apenas aqueles que orientam seu enquadramento de acordo com a aceitação imediata da platéia, podendo esconder suas definições ideológicas das situações (tendência retórica de enquadramento), mas também indivíduos que tendem a se orientar por uma combinação construcionista ou identitária de lógicas de ação e por uma tendência conceitual ou identitária de enquadramento. Dizer que um indivíduo tende a valorizar suas molduras ideológicas e identitárias não significa dizer que ele “ignorar” as dinâmicas interativas, na medida em que elas irão afetar decisivamente a forma como essas molduras serão expostas, a necessidade de combinação dessas molduras com outras e até mesmo os tipos de interação que esses atores procuram estabelecer ou evitar. Ainda, indivíduos podem esperar uma reação negativa do interlocutor e, intencionalmente, provocá-la. Ou seja, a influência do outro e em uma interação e a orientação da representação pelo outro não significa necessariamente uma adaptação em direção à aceitação do outro.

As dimensões interativas não se resumem, no entanto, às informações construídas e obtidas em uma interação. Até mesmo as dimensões anteriormente expostas dependem de informações previamente obtidas ou vivenciadas dos atores a respeito de seus interlocutores, do impacto de seu enquadramento nos outros e de objetivos gerais previamente estabelecidos.

As definições das situações também não se definem totalmente nessa dinâmica. Segundo Goffman (2002), a repetição de comportamentos análogos em situações diversas leva atores a imaginar uma congruência entre elas, reunindo-as sob uma mesma categoria abstrata, o que ele denomina de idealizações. Ao fazer isso, atores estabelecem comportamentos esperados e pré-estabelecidos para essas interações, guiando-se por essas normas pré-estabelecidas em interações futuras. De forma análoga, Johnston (2000; 2005), defende a importância das *situações de fala* para a análise do enquadramento dos ativistas. Segundo o autor, uma situação de fala é “um episódio delimitado de interação no qual existem regras sociais específicas sobre o que deve e o que não deve ser falado”, regras essas que são, em geral, tácitas e que se aplicam não apenas a interações face a face, mas também a documentos escritos (JOHNSTON, 2000, p.222, tradução livre).

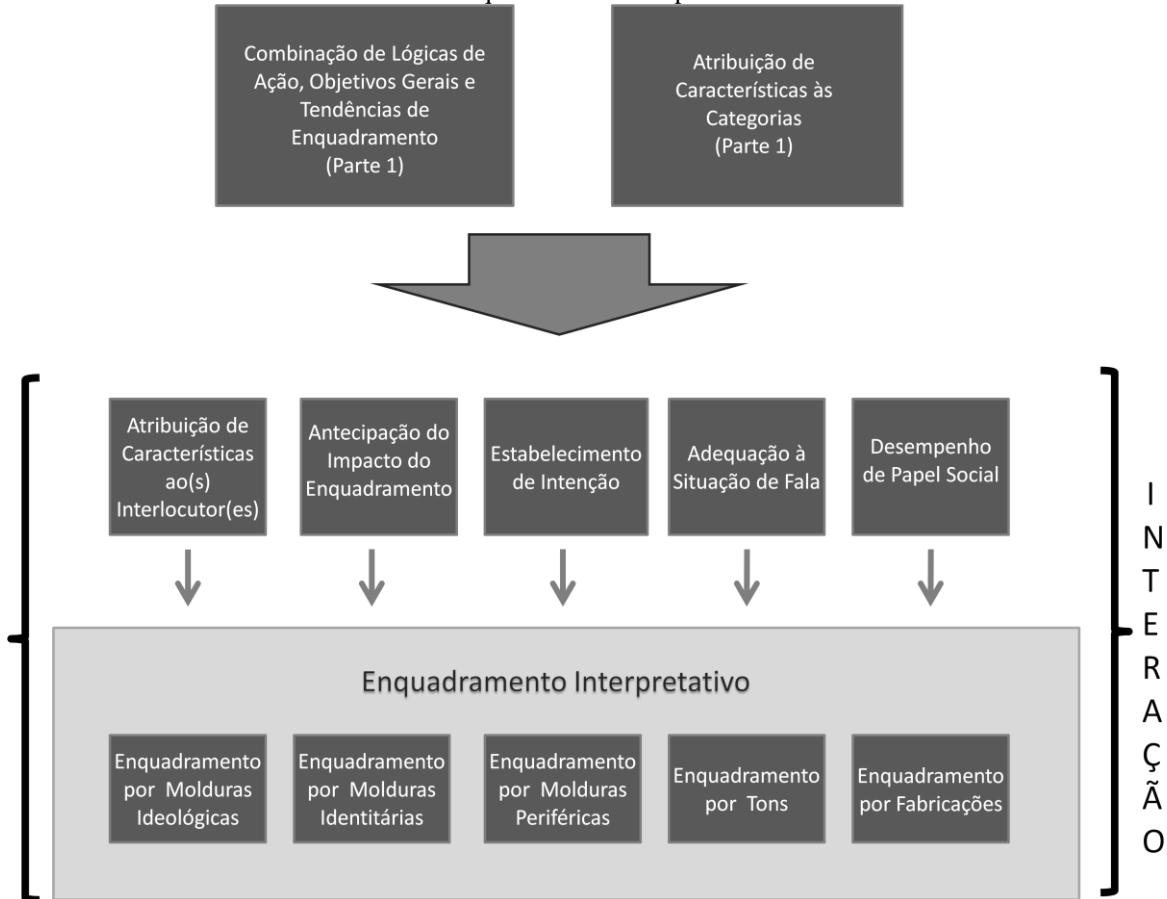
Quando determinadas rotinas de interação se repetem, ou seja, indivíduos repetem suas formas de agir e enquadrar as situações constantemente diante de um mesmo conjunto de interlocutores, não só as situações se tornam idealizadas, mas os indivíduos passam a ser vistos a partir de padrões de comportamentos esperados para essas interações, os *papéis sociais* (GOFFMAN, 2002). Atores, ao longo de sua vida, desempenham diversos papéis e devem se comportar diferentemente de acordo com o papel que assumem em cada interação. Essa regra vale também para ativistas de movimentos sociais que podem transitar em suas atividades de militância (e até dentro de uma mesma interação) entre diversos papéis sociais (JOHNSTON, 2000; 2005)⁴³.

A partir dessas cinco dimensões apresentadas, pode ser formulada uma sistematização teórica das dinâmicas interativas que devem afetar os processos de enquadramento interpretativo (Figura 10). As combinações de lógicas de ação e suas tendências de enquadramento correlatas, assim como as características atribuídas às categorias pelos atores (fabricações, molduras ideológicas, molduras periféricas e etc.), devem “entrar” na interação, afetando as dimensões interativas nela presentes. Essas dimensões interativas são: a atribuição de características ao(s) interlocutor(es); a antecipação do impacto do enquadramento; o estabelecimento de uma intenção; o desempenho de um papel social; e a adequação à situação de fala. As relações entre essas diversas dimensões de análise (interativas ou não) devem fazer

⁴³ Aqui é importante uma distinção entre o conceito de “papel social” e o conceito de “identidade”. O primeiro desses conceitos se refere a comportamentos esperados dos atores em determinadas interações sociais. Já o segundo desses conceitos se refere às formas pelas quais indivíduos se identificam no mundo, independentemente do esperado pelo outro. Essas duas categorias teoricamente distintas, no entanto, se misturam empiricamente. Como defende Goffman (2002), os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos tendem a formar parte da identificação própria dos atores, pois é a partir deles que os indivíduos se reconhecem. Embora uma discussão teórica mais aprofundada sobre a relação entre esses conceitos fuja ao escopo desse trabalho, ela se mostra necessária.

parte do processo de definição do enquadramento interpretativo proposto por ativistas de movimentos sociais.

Figura 10 - Dinâmicas Interativas: Atribuição de Características ao(s) Interlocutor(es), Antecipação do Impacto do Enquadramento, Estabelecimento de Intenções, Adequação à Situação de Fala, Desempenho de Papel Social e Enquadramento Interpretativo



Fonte: autoria própria.

Todo esse processo pode ser conduzido por indivíduos, mas também por um conjunto de indivíduos. Assim, Goffman (2002, p.78) propõe o conceito de “equipe”, definindo-o como “qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular” transmitindo uma definição conjunta de determinada situação. Nesse sentido, a decisão do indivíduo sobre sua representação nem sempre é autônoma, podendo passar por processos de definição coletiva. Nesse processo, cada ator deve ter conhecimento da representação que deve desempenhar para que, em conjunto, os atores possam manter a definição de uma situação. As dinâmicas entre os membros das equipes devem ser marcadas pelo compartilhamento de informações, assim como por sanções àqueles que não seguem a representação estabelecida. Assim, a abordagem interacionista pode ser aplicada a um nível maior que o individual.

Uma importante ressalva em relação ao conceito de interação deve ser apontada. Goffman (2002, p.24) define interações como “a influência recíproca de indivíduos sobre a ação uns dos outros, quando em presença física imediata”. Nesse trabalho, uma definição mais ampla de interação é adotada, não se referindo apenas às dinâmicas presenciais de influência recíproca, mas também a contatos estabelecidos por outros meios de comunicação, tais como conversas por telefone ou trocas de *e-mails*.

Estabelecidas as principais dimensões das dinâmicas interativas, é necessário que sejam analisadas as peculiaridades de uma interação entre movimentos sociais e representantes da grande mídia. Essas peculiaridades serão examinadas tendo-se como referência tanto debates propostos pela literatura desse campo de estudos, quanto indícios fornecidos pela pesquisa empírica na qual se baseia esse trabalho.

No que tange à dimensão da atribuição de características ao interlocutor, as interações com a mídia apresentam um quadro complexo, com a presença de diversos interlocutores imaginados. Como ressalta a literatura, as mensagens produzidas por movimentos sociais em sua interação com a mídia não se dirigem apenas aos jornalistas, mas também ao público leitor (GAMSON et al, 1992; McADAM, 1999). Ainda, se a proposta dos teóricos da TPP for aplicada, é necessário lembrar que ativistas nessa interação também podem se dirigir ao Estado e aos adversários que competem por visibilidade na grande mídia (McCARTHY; SMITH, ZALD, 1999).

O interlocutor “mídia” pode ser subdividido em diversas categorias. Primeiramente, indivíduos devem ter uma teoria própria sobre o comportamento da mídia como um todo. Ainda, atores devem ser capazes de atribuir características distintas a diferentes veículos de comunicação. Por fim, também devem ser estipuladas características aos jornalistas que participam efetivamente das interações com os ativistas. É possível imaginar que, para os dois primeiros níveis citados, os estereótipos previamente produzidos tenham grande papel. Por um lado, a exemplo do que mostra a literatura, a mídia e os veículos de comunicação podem ser compreendidos como empresas geralmente opostas aos movimentos sociais, devido aos seus interesses mercadológicos e às suas alianças com empresas privadas (GAMSON et al, 1992; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999). Por outro lado, o viés da mídia pode não ser relacionado pelos militantes a um compartilhamento de interesses com as elites, mas a uma consequência negativa das rotinas de produção de notícias (WAISBORD, 2009). Por fim, para a atribuição de características ao jornalista, a experiência efetiva de interação com o interlocutor deve ter grande importância.

A atribuição de características ao leitor também pode ocorrer em diversos níveis. Por um lado, os sujeitos devem ter teorias sobre as características do leitor ao considerá-lo como o “público como um todo”. Nesse caso, diversas interações cotidianas, em diversos ambientes podem auxiliar os ativistas a construir essa abstração generalizante sobre “quem é a sociedade” de determinado espaço geográfico e temporal. Por outro lado, ativistas podem atribuir características mais específicas a leitores de determinado veículo ou de determinada seção de um jornal e/ou revista, ou programa de televisão.

No que tange à antecipação do impacto do enquadramento, militantes se perguntam o quanto a mídia está disposta a dar atenção, publicar e/ou expor sua simpatia em relação a determinadas perspectivas. Essas três formas de relação com as categorias não estão necessariamente conectadas. Atenção é dada quando as atividades e enquadramentos dos movimentos sociais são vistos como capazes de atrair jornalistas para a cobertura de um evento, campanha e etc. Não necessariamente essa cobertura resultará na publicação de uma matéria, na medida em que os jornalistas devem sofrer, ainda, a influência da seleção editorial. Por fim, a aceitação para a publicação não significa que o veículo enquadrará as demandas dos atores de forma positiva. Essa distinção é semelhante àquela proposta por Koopmans (2004) entre visibilidade, ressonância e legitimação.

O importante nesse ponto é que ativistas podem acreditar que diferentes molduras têm diferentes impactos sobre os jornalistas. Se ativistas partem do pressuposto de que a mídia tem orientações mercadológicas e se preocupam em atingir o maior público possível, deve ser antecipado que o impacto de molduras que apresentem algum tipo de contestação aos modos de produção ou à cultura vigente não seja positivo, enquanto que molduras que valorizem e se ancorem nesses valores devem ser bem recebidas (GAMSON et al, 1992; KLANDERMANS, GOSLINGA, 1999). Por outro lado, se ativistas acreditam que jornalistas são profissionais que buscam novas informações e perspectivas, ou que a mídia é um espaço aberto para a pluralidade de influências culturais, ativistas devem ser menos céticos em relação aos impactos de suas molduras ideológicas e identitárias (MAIA, 2000; WAISBORD, 2009).

No que se refere à intenção do ator, muito já foi dito. Basta reforçar que a intenção dos sujeitos em uma interação deve estar relacionada à forma como combinam as diversas lógicas de ação e estabelecem objetivos para a sua militância. De forma mais específica, nas relações com a mídia essas intenções devem variar entre garantir visibilidade para conquistar resultados práticos em outras arenas e construir novos problemas sociais, debates públicos e identidades.

Já a situação de fala com a mídia é discutida por diversos autores. Teóricos ressaltam que a produção do texto jornalístico deve obedecer a regras implícitas. Jornalistas devem se focar, em geral, na descrição de eventos, em oposição à exposição explícita de opiniões (McCARTHY, SMITH, ZALD, 1999). Jornalistas teriam também grande preocupação com a credibilidade das informações utilizadas, o que os leva a recorrer a fontes oficiais ou outras fontes jornalísticas (GAMSON et al, 1992; MAIA, 2006; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999). Em uma interação com a mídia, ainda, os jornalistas devem ter um controle maior da interação em comparação ao militante, na medida em que, por meio da seleção e do re-enquadramento, controlam o resultado final da interação: o texto publicado (KLANDERMANS; GOSLINGA, 1999; MAIA, 2006). A pesquisa empírica exposta nesse trabalho apontou, por fim, que as situações de fala dentro de um mesmo veículo não são homogêneas, variando de acordo com as seções de um jornal. Por exemplo, as regras implícitas sobre o que pode ou não ser dito dentro em um editorial ou de um caderno de variedades de fim de semana se diferem em diversos pontos.

Por fim, a dimensão do papel social deve ser analisada. Se, aparentemente, um dos pólos da interação será sempre caracterizado pelo papel de “jornalista” (analisado na dimensão de atribuição de características ao interlocutor), o militante pode adotar distintos papéis, como defende Johnston (2000; 2005). Alguns desses papéis devem receber maior atenção da mídia e/ou serem vistos como mais apropriados para determinadas situações de fala. A literatura aponta, por exemplo, que fontes oficiais são mais valorizadas pelos jornalistas. Dessa forma, indivíduos que desempenham papéis públicos oficiais (como deputados, burocratas, entre outros) e indivíduos que desempenham aquilo que se denomina, neste trabalho, de papéis epistêmicos⁴⁴ (tais como cientistas, filósofos e etc.) devem receber maior atenção, aceitação para publicação e respeito por parte da mídia (GAMSON et al, 1992; MAIA, 2006; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999; KLANDERMANS; GOSLINGA, 1999). Ainda, organizações que consigam se estabelecer como fontes de notícias vistas como confiáveis pelos jornalistas também tendem a obter essas vantagens em uma interação (WAISBORD, 2009). Por fim, como defendem Gamson e seus colegas (1992), se a mídia é orientada por interesses mercadológicos e alianças com as elites econômicas, atores que desempenhem papéis de ativistas contestadores tendem a obter menos vantagens em comparação a ativistas que se apresentem como favoráveis à cultura vigente e às elites

⁴⁴ A noção de papel epistêmico se baseia no conceito de Haas (1992) de comunidades epistêmicas, assim como no conceito de “molduras interpretativas epistêmicas” proposta pelo autor desse trabalho em outra oportunidade (PEREIRA, 2012). Na medida em que, nesse caso, trata-se de um conceito operacional, uma discussão a respeito do tema não será exposta.

políticas e econômicas. Apesar desse estabelecimento *a priori* de possíveis vantagens e desvantagens desses papéis como a mídia, é necessário ressaltar que, segundo Goffman (2002), papéis sociais pressupõem direitos e deveres e, logo, devem ter pontos vantajosos e, ao mesmo tempo, impor exigências aos atores que os desempenham.

Em suma, essa seção apresentou as dimensões teoricamente estabelecidas que devem estar presentes em uma interação, contribuindo para a formação do enquadramento interpretativo dos atores. Ainda, as características específicas que essas dimensões podem adquirir em uma interação com a mídia foram exploradas. Os próximos quatro capítulos aplicam essas dimensões teóricas à análise de interações efetivas entre ativistas do movimento pelos direitos animais e a grande mídia, explorando a complexidade de sua manifestação empírica. Analisa-se, assim, como dinâmicas interativas se juntam às dinâmicas pré-interativas na produção das respostas dos ativistas ao dilema do enquadramento interpretativo.

Cada uma dessas interações é conduzida, prioritariamente, por atores que se orientam por uma das combinações de lógicas de ação apresentadas. O primeiro caso analisado trata-se de um artigo publicado no editorial do jornal Zero Hora no dia 2 de setembro de 2010. A militante que o escreve é fundadora do GAE, organização que se orienta por uma combinação construcionista de lógicas de ação. Interações de outra organização que se orienta por essa combinação de lógicas de ação, a ANDA, são analisadas, em seguida, sem ater-se em um caso específico⁴⁵. A análise da atuação da ANDA pretende ilustrar como uma mesma combinação de lógicas de ação pode dar origem a distintas formas de enquadramento devido às particularidades das dimensões interativas. Em seguida, é analisada uma notícia publicada no jornal Correio do Povo do dia 16 de agosto de 2008, referente a um *outdoor* colocado nas ruas de Porto Alegre por ativistas em defesa da aprovação da lei que proíbe o uso de cavalos para tração de carroças nessa cidade. Essa organização se orienta por uma combinação pragmática de lógicas de ação. Por fim, será analisada uma reportagem inserida no Caderno *Donna* do jornal Zero Hora do dia 5 de junho de 2011 sobre os hábitos dos veganos. Embora essa reportagem conte com depoimentos de ativistas que se orientam por diversas combinações de lógicas de ação, há um predomínio da combinação identitária.

⁴⁵ Essa diferença se justifica pela forma de atuação dessa organização. A ANDA não produz notícias direcionadas diretamente a um veículo ou busca ativamente veículos que possam reproduzir suas notícias, mas atua pela produção em massa de notícias que possam servir de inspiração para pautas de jornalistas de diversas empresas. Dessa forma, é difícil ser observada uma interação demarcada entre militantes dessa organização e representantes da grande mídia.

6 ABOLICIONISMO CONSTRUCIONISTA MILITANTE EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA: “GAÚCHOS AMAM E MALTRATAM OS ANIMAIS”

Todos os meses de setembro, através das janelas de sua casa, o casal de militantes fundadores do GAE enxerga uma fumaça vinda das ruas. Alguns metros dali, em um grande parque da cidade de Porto Alegre, centenas de pessoas montam acampamento em celebração à tradição gaúcha comemorando uma data histórica, o dia vinte de setembro. Durante dias, os “gaudérios” se instalam no local e a refeição tradicional é servida: o churrasco, um conjunto de tipos de carne assadas sobre o carvão em brasa. A fumaça que carrega o cheiro da carne defumada se eleva sobre o parque e, com o vento, se dispersa pelas ruas próximas do local. Em uma dessas vias está a casa dos fundadores veganos do GAE, que vêem a fumaça e sentem o cheiro do churrasco a contragosto ano após ano.

Tecer críticas à tradição gaúcha, idolatrada provavelmente pela maior parte da população do Rio Grande do Sul, é algo difícil. “É uma tradição”, podem responder os “gaudérios” no parque, os representantes dos centros tradicionalistas gaúchos, os adoradores do churrasco, do cavalo de raça e do chimarrão. O processo de invenção das tradições, provavelmente conhecido pela antropóloga Nazareth, fundadora do GAE e moradora da referida casa, parece não importar para os gaúchos. “A tradição deve ser mantida”.

Esse cenário, descrito pela militante como “um inferno”, não poderia se perpetuar. Indignada com a fumaça, com o cheiro de churrasco e com o argumento da tradição, a ativista resolve se pronunciar e escrever um artigo sobre o tema, enviado ao jornal Zero Hora, um dos mais importantes do Rio Grande do Sul. As palavras são críticas e enfáticas em oposição às tradições gaúchas que conferem “a alguns animais compaixão, cuidados e proteção; a outros, confinamento e morte” (HASSEN, 2010). O texto é lido por um repórter do jornal, responsável pela seleção de textos para a página de artigos. O antigo responsável pela cobertura de uma das maiores feiras de pecuária do sul do Brasil se impressiona com o texto, entra em contato com a militante e resolve publicá-lo.

6.1 DESCONSTRUINDO TRADIÇÕES, CONSTRUINDO PROBLEMAS:

ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E INTENÇÕES CONSTRUCIONISTAS

Nesse capítulo é proposta uma análise das diversas dimensões que, como exposto anteriormente, devem influenciar os processos de enquadramento interpretativo da ação coletiva, incluindo-se o enquadramento interpretativo proposto pela militante no caso em

análise. Antes do estudo dessas dimensões, é necessária, no entanto, uma análise do próprio enquadramento interpretativo proposto pela ativista na interação em estudo. Na medida em que, nesse caso, segundo a militante, o texto final publicado no jornal Zero Hora (Figura 11) é quase inteiramente fiel ao texto inicialmente proposto pela ativista, ele pode ser utilizado como uma base segura para essa análise, somando-se a essa fonte, os depoimentos da própria ativista a respeito do enquadramento que buscou propor nessa interação.

De uma forma geral, é possível categorizar o enquadramento interpretativo proposto pela ativista dentro da tendência conceitual de enquadramento. A ativista privilegia o uso de molduras ideológicas e opta pela utilização apenas em segundo plano de determinadas molduras periféricas, rejeitando a orientação pela aceitação imediata do outro. No trecho abaixo, a ativista relata, por exemplo, ter escrito o texto sem ponderar se seu argumento poderia ou não agradar seu interlocutor no veículo de comunicação.

Nazareth: Acho que pode correr esse risco [*do artigo não ser aceito*]. Deve ter alguma coisa meio sutil que ele avalia de um limite do radical. Até que ponto esse radical só é provocativo e vendedor de jornal e até que ponto ele é comprometedor do jornal. Acho que essa avaliação ele faz. Se isso compromete o jornal ou se só mostra como esse jornal se abre para debates mais ousados. Uma avaliação que ele deve fazer. Mas eu nunca me preocupei com ela. Eu vou mandando.

As dimensões do enquadramento por molduras ideológicas mais aparentes nesse caso são aquelas que se relacionam ao que foi denominado de adaptação crítica ao outro, relacionando-se aos objetivos de desconstrução das práticas naturalizadas vistas como especistas e de convencimento ideológico do interlocutor. Dimensões referentes ao objetivo de construção de um problema também são observáveis.

A primeira dimensão observável no texto se conecta ao objetivo de desconstrução e crítica. Nos primeiros trechos do texto, a militante expõe um enquadramento contendo uma *crítica à cultura local*, efetuando-se uma comparação com a cultura de outros países no qual há uma garantia de direitos animais. Assim, a crítica se estabelece em um nível cultural.

Essa crítica se dirige, em seguida, a um nível menor, observando-se uma *crítica a uma categoria* específica utilizada pelos interlocutores (o público em geral e os representantes da grande mídia) para enquadrar as atividades que são construídas ao longo do texto como especistas: a tradição. Essa crítica, segundo a militante, é o foco do enquadramento proposto e, por meio dela, a ativista busca desconstruir o enquadramento de determinadas práticas como “tradicionalis” e, logo, desconstruir a sua naturalização.

Figura 11 - Reprodução Parcial do Artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”

TEMA PARA **DEBATE**

Gaúchos amam e maltratam os animais

MARIA DE NAZARETH AGRA HASSEN*

É bem verdade que no resto do Brasil não é muito diferente. Em toda parte do país, os mais básicos direitos animais são desrespeitados, enquanto a consciência sobre a existência dos mesmos não avança como em outros lugares. A região da Catalunha (Espanha) recentemente viu aprovada a lei que abolirá do seu território as tradicionais touradas. O conceito de tradição é frequentemente evocado para garantir espetáculos como rodeios, corridas e provas em que animais são subjugados na sua vontade para garantir diversão a participantes. Ora, tradição alguma é imutável, sendo, para Montesquieu, a ignorância a mãe de todas as tradições. Para o músico Ravel, a tradição seria a personalidade dos imbecis. A tradição tem sua origem na necessidade de se manter um nexos entre as gerações. Hoje, este nexos é mantido pela cultura acumulada e seus infindáveis meios de divulgação e reprodução. O entendimento vigente sobre tradição é que devemos rechaçar toda a tradição que se opõe aos direitos básicos dos atingidos e por isso não aceitamos mutilação genital feminina, apedrejamento por adultério, legítima defesa da honra como argumento a favor de assassinos. Sempre que nos contrapomos a práticas que um dia foram consideradas naturais, expandimos nossos horizontes morais. E isso é tanto mais difícil quando implica mudança em hábitos e comportamentos.

Em relação aos animais, o que se chama tradição, em grande parte das vezes, são negócios que se apoiam em tal argumento. Por trás do espetáculo, estão os interesses econômicos apoiados na fragilidade reflexiva e argumentativa da população.

Por mais que ativistas dos direitos animais tentem levar uma nova consciência ambiental e uma nova moral que expande aos demais seres sencientes noções de direitos, ainda é o negócio que prevalece. Se a maioria de nós rejeita touradas, farra do boi, rinhas de galo, se ficamos chocados com o contrabando de animais silvestres, se nos indignamos com o crime de arrastar uma cadela presa ao para-choque de um automóvel, não fazemos o mesmo com o embarque de gado vivo que viaja mais de 30 dias em navio-curral de seis andares, comprimido e submetido às piores condições, não fazemos o mesmo com os rodeios, não nos importamos com o estresse e a condição de coisas e mercadorias dos animais da Expinter e não nos

chocamos que o Centro Histórico se transforme numa imensa churrasqueira nos dias de Acampamento Farrupilha. A alguns animais, compaixão, cuidados e proteção; a outros, confinamento e morte.

No nosso atual estágio civilizatório frequentemente apelamos nos nossos juízos de valor para a noção de inocência, a ausência de culpa. De todos os seres que devem ser poupados de injustiça e sofrimento, elegemos como prioritários os inocentes. Um ato que causa dor e morte, um latrocínio, por exemplo, nos choca mais quando tem como vítima quem nunca provavelmente desejou ou fez mal a outros, o que configura um inocente. Se adotarmos a inocência como parâmetro, o que pensaríamos dos animais, incapazes de qualquer projeto de maldade?

Outro conceito, a sciência, noção que nos une a outras espécies animais, diz respeito à capacidade de sofrer ou sentir prazer. Daí Jeremy Bentham, jurista fundador da escola reformista utilitarista, ter afirmado: “A questão não se refere a se eles são capazes de raciocinar ou falar, mas sim se eles são capazes de sofrer”.

Já que cães, golfinhos, bichos-preguiça, ursos panda apresentam as mesmas capacidades da sciência e de inocência que porcos, galinhas, ovelhas e bois, onde, afinal, residiria a diferença de tratamento que lhes dispensamos? Por que protegemos, respeitamos, mimamos alguns animais e a outros, mesmo existindo alternativas alimentares saudáveis, dispensamos o pior dos tratamentos ao fim dos quais lhes reservamos a morte? Por que a uns tentamos garantir reservas ambientais e outros submetemos a exposições, provas de velocidade e resistência, para diversão?

É de lamentar que o Rio Grande do Sul ainda não se proponha a reverter a realidade dos seus conterrâneos, os quais oprime e mata, mesmo sendo inocentes e mesmo sem haver qualquer necessidade.

Por que protegemos, respeitamos alguns animais e a outros dispensamos o pior dos tratamentos?

ZERO HORA.COM

Você entende que a tradição justifica práticas contrárias aos direitos dos animais? Opine em www.zerohora.com

*Doutora em Educação, mestre em Antropologia Social e graduada em Filosofia, integrante do Grupo pela Abolição do Especismo

Fonte: HASSEN, 2010.

No trecho seguinte do texto, observa-se uma *exposição do enquadramento ideológico da perspectiva dos direitos*, processo que pode ser teoricamente relacionado à construção de um problema. Assim, a militante traça um paralelo entre negação de direitos animais e a

negação de direitos humanos (o caso da mutilação genital feminina e do adultério). Segundo a militante, essa passagem tem o intuito de expor a contradição ética do interlocutor.

Nazareth: É para tentar pegar no pé das pessoas. O cara é humanista, cheio de moral porque ele é um humanista e aí tu perguntas “E tu não queres estender um pouquinho mais essa tua moral a outros seres que são muito semelhantes a nós justamente no ponto que tu defendes que é a capacidade de sentir?”. Acho que tem que tentar incomodá-los nesse sentido. Por isso eu acho que tem que evocar os direitos [*humanos*]. Tanto que a declaração aos direitos animais [...] foi proclamada no mesmo dia da declaração dos direitos humanos para tentar fazer essa relação.

No trecho seguinte do artigo, a militante sugere ao interlocutor a *necessidade de desconstrução e crítica de categorias* usualmente utilizadas para classificar eventos para que avanços morais sejam conquistados. A crítica ao conceito rival de “tradição” é aprofundada somando-se a ela uma crítica aberta ao interlocutor, à sua fragilidade argumentativa e aos adversários que visariam apenas o lucro e se utilizariam da categoria de “tradição” como uma fabricação. Esse trecho demonstra, novamente, a adaptação crítica e não cooperativa ao outro. Após essa crítica, a ativista relata a existência de ativistas de direitos animais que buscam construir uma nova “consciência”, o que poderia contribuir para a construção da legitimidade da causa.

No trecho seguinte é proposta de forma mais clara uma *exposição da contradição ética do outro*, em busca da desconstrução de seus conceitos e de sua legitimidade. Nesse sentido, a ativista compara a indignação moral com animais culturalmente valorizados (domésticos e silvestres) à cumplicidade com práticas da elite econômica do estado (o envio de gado vivo por navios a outros países e as condições dos animais na grande feira de negócios da pecuária local) e à cumplicidade com práticas “tradicionais”, como o churrasco produzido em grande escala para os festejos tradicionalistas.

A seguir, a militante utiliza, excepcionalmente, no texto, um enquadramento que não pode ser consensualmente associado à moldura ideológica dos direitos animais: a inocência do animal. Essa categoria não pode ser vista como uma moldura ideológica, na medida em que dificilmente ativistas de direitos animais defendem que um indivíduo não inocente pode ter seus direitos violados. Pelo contrário, ativistas, em geral, vêem os direitos animais como uma extensão dos direitos humanos, considerando, assim, que mesmo indivíduos considerados culpados de algum crime ou desvio moral devem ter seus direitos assegurados.

A utilização dessa moldura no texto é um caso de adaptação cooperativa ao outro. Ao identificar ao longo de suas aulas de filosofia e antropologia em uma faculdade de direito que os estudantes raramente valorizam a perspectiva dos direitos humanos, a militante opta por uma categoria valorizada por eles: a inocência. A experiência com os alunos é ampliada para

uma característica imaginada dos interlocutores em geral.

Nazareth: [...] Como eu leciono no direito, quando eu falo sobre a questão do inocente é uma coisa que toca muito as pessoas no campo do direito. É a questão da justiça. O que a justiça quer? Ela quer justiça para o inocente. E eu digo “Bom. O que pode ser mais inocente do que o animal?”. O inocente é o contrário do culpado. O culpado é aquele que tem uma [...] clara e nítida intenção de fazer o mal. O animal não tem nenhuma intenção de fazer o mal. Todas as pessoas sabem disso. Se ele mata, ele mata para se defender ou para comer. Não tem nenhum animal fazendo uma maldade do tipo “Vou sacanear agora”. E os alunos que estão preocupados com o conceito de justiça estão muito preocupados em entender a intenção do sujeito. E eu acho bacana pegar por aí. [...] Muitos alunos do campo do direito são anti direitos humanos. [...] Eles são anti direitos humanos, porque direitos humanos são para bandidos. Eles são hiper originais e profundos nisso [*de forma irônica*] [*risos*]. “Onde estão os direitos humanos quando não sei o que?”. [...] Pelos direitos humanos eu não cooptaria a simpatia de nenhum aluno de direito, porque eles não estão nem aí para os direitos humanos. Mas eles têm uma preocupação muito grande com quem é inocente, porque o que eles acham? Direitos humanos são para defender bandidos. Os bandidos são aqueles que fazem mal para os inocentes. Então, a categoria sagrada para eles é a inocência. Então, os animais como entram nisso? “São os seres mais inocentes e vocês são **tão** defensores dos inocentes, estão contra os direitos humanos, porque os direitos humanos defendem bandidos, mas vocês comem os seres inocentes todo dia nos seus pratos”. E eu vejo que eles ficam muito chateados com isso. [...] É um conceito que elas conseguem entender. [...] O conceito de ser inocente em relação a ser culpado. [...] Quanto mais senso comum, mais a pessoa vai ser assim.

Rapidamente no texto, no entanto, a militante se dirige a um conceito relacionado de forma profunda à moldura ideológica do movimento: a *senciência*. Assim, o *enquadramento por molduras periféricas é utilizado apenas em segundo plano*. O enquadramento proposto se dirige a uma *exposição do conceito de sentiência*, explicando claramente sua definição ao leitor e conectando-o às suas origens filosóficas. A exposição de categorias desconhecidas ao interlocutor, como proposto teoricamente, tem como objetivo construir um novo problema social. O conceito é exposto, nesse caso, de forma simplificada, ocultando-se discussões e detalhes filosóficos de maior profundidade. Assim, observa-se uma preocupação em fornecer um *enquadramento conceitual didático*, dimensão associada teoricamente ao objetivo de convencimento ideológico do interlocutor.

Nazareth: Uma coisa que eu cuido muito e tenho cuidado muito na minha vida em geral, na docência e quando eu escrevo, é para não usar filosofês, sociologuês e juridiquês. Eu evito usar ao máximo. Tento escrever e falar como falam as pessoas comuns.

Essa preocupação em fornecer um enquadramento didático, no entanto, não significa que a ativista se limite à utilização de categorias usualmente utilizadas pelo interlocutor para enquadrar eventos. Pelo contrário, a ativista apresenta novas categorias (como a *senciência*) e questiona conceitos estabelecidos (como a *tradição*), porém, preocupando-se em fazer esse processo de forma didática. Esse balanceamento entre adaptação e questionamento pode ser ilustrado pela preocupação dupla exposta pela ativista.

Nazareth: Mas a minha resposta é “Me preocupo, sim” [*com a compreensão do leitor*]. Assim como me preocupo também que tenha ficado excessivamente raso. O contrário.

A exposição do conceito de *senciência* demonstra, ainda, uma dimensão do enquadramento por molduras ideológicas que auxilia a construção do problema social. Por meio dessa categoria, a ativista busca construir a idéia de *animais como sujeitos*.

Nazareth: [...] Quando eu uso *senciência* eu sempre uso definindo de uma forma **muito** simples. Capacidade de sentir dor. Ponto. Quer dizer, tu podes ter uma definição de *senciência* um pouco mais sofisticada que isso, apelando a outras definições. Mas eu acho que essa aí cumpre a função para o momento e acho bom começar a usar esse termo ou talvez outro. Mas enfim, que chame atenção para esse ponto em comum entre homens e determinados animais. Todos os animais.

Após essa exposição o conceito é aplicado no texto para caracterizar todos os animais, novamente com o intuito de demonstrar uma contradição ética do interlocutor. Essa exposição da contradição ética é, por fim, ampliada para o contexto do estado do Rio Grande do Sul, sendo exposta, novamente, uma crítica à cultura local.

Em suma, é possível observar que a ativista opta por um enquadramento por molduras ideológicas. Observa-se ainda que, nesse caso, tal tipo de enquadramento é utilizado enfatizando-se uma discussão em nível abstrato em que enquadramentos e conceitos rivais são criticados e conceitos pertencentes à ideologia do movimento são explicitados e definidos.

Ao longo dessa análise do enquadramento proposto pela ativista, foram utilizadas classificações que associam o uso de molduras ideológicas à obtenção de objetivos construcionistas. É necessário, portanto, verificar se esses objetivos de curto prazo abstratamente propostos pelos militantes se refletem nas intenções da ativista em sua interação com a grande mídia. No caso proposto, a análise mostra principalmente duas intenções construcionistas da militante: a desconstrução crítica e o convencimento ideológico do interlocutor, sendo possível também observar intenções relacionadas à construção do problema e à definição de fronteiras com categorias críticas.

A desconstrução crítica das categorias parece ser a principal intenção da ativista na interação. A militante alega que sua principal intenção era questionar o conceito de tradição, utilizado por adversários e espectadores para classificar e legitimar situações vistas como problemas sociais pelos militantes. Como demonstra a história dessa matéria relatada na introdução desse capítulo, a intenção de desconstrução tinha um alvo direto: os tradicionalistas e a naturalização de suas práticas.

Nazareth: Acho que [*o texto*] era para provocar a gauderiada. Acho que era isso. [...] Era meio provocativo mesmo. [...] Para incomodar. Eles estão faceiros nessa da tradição de fazer churrasco o dia inteiro, de ficarem que nem uns parasitas ali falando mal que os baianos não trabalham e eles passam um mês acampados e fingindo que estão brincando de casinha. Uma coisa patética. Aqui a gente fica esfumaçado, porque eles começam a fazer churrasco [...] Fica fumaça aqui na rua. Quando as nuvens estão mais baixas assim, está um tempo para chuva, de noite é um inferno isso aqui. A gente sente cheiro de churrasco daqui. E isso cansa. E aí tu escreves um texto

para dizer “Olha. Vocês são uns idiotas”.

Assim, o texto tem uma intenção clara de *crítica aos tradicionalistas e desconstrução da categoria “tradição” que naturaliza práticas de exploração animal*. Porém, essa crítica não tem uma intenção que se encerra em si mesma. Ao produzir essa desconstrução, a ativista busca o convencimento ideológico do interlocutor. Dessa forma, Nazareth alega ter como intuito produzir uma *reflexão pessoal* nos leitores. No diálogo a seguir, a ativista demonstra essa intenção, contrapondo-a a orientação pela aceitação imediata.

Matheus: E quando tu estás escrevendo, tu pensas, por exemplo, nesse possível cara do movimento tradicionalista que pode estar do teu lado, ou no leitor que vai te mandar a resposta?

[...]

Nazareth: Na verdade eu acho que eu escrevo mais pensando [...] em dialogar com uma pessoa que está chegando para essa reflexão. Tentando chamar para essa reflexão. E não necessariamente eu penso que vá para o jornal. Tanto que, depois que eu leio e que vai para o jornal, eu penso “Poxa. Poderia ter dito diferente, porque, afinal, isso é jornal e é um monte de gente lendo”. Mas na hora em que escrevo, Matheus, eu vou te dizer a verdade, eu não penso muito em quem vai... Não fico muito pensando. Eu penso em fazer um texto que faça sentido e que seja simples, que não seja rebuscado e que seja compreensível.

A fundadora do GAE busca, ainda, gerar uma reflexão em um nível maior, produzindo um *debate público* por meio da mídia. Essa é uma característica atribuída à combinação construcionista de lógicas de ação, podendo ser compreendida como a busca por aquilo que alguns autores denominam de “deliberação” em detrimento da busca pela visibilidade. A rejeição da ação pela visibilidade já pode ser observada em trechos de entrevista expostos anteriormente em que a ativista alega não se orientar pela aceitação do jornalista. O trecho de entrevista a seguir ilustra o intuito de gerar um debate público, em oposição a um debate acadêmico mais qualificado.

Nazareth: Não é uma interlocução muito qualificada que é produzida em meio jornalístico. Sempre é assim impressionista ou sentimental. Não se trata de um debate qualificado e eu acho que nem é essa a idéia. Quando tu publicas no jornal é para ver se tu movimentas a opinião pública.

A militante tem, ainda, a intenção de construir um problema social pela *inserção da perspectiva dos direitos animais na mídia* e, principalmente, *demarcar fronteiras com outras perspectivas críticas*. O trecho de entrevista abaixo (já transcrito na primeira parte desse trabalho) demonstra essa intenção e ainda reforça a intenção de produção de reflexão pessoal.

Nazareth: Porque aí é uma questão [*ocupar espaços na grande mídia*] de o que a gente acha que é mais produtivo. O que pode ser bacana para os animais. Se tem algum efeito ou não em um público desavisado que quer ler alguma coisa. Que é tão desavisado que a sua fonte de informações é a Zero Hora. Aí esse cara lê aquilo ali e vai que ele pensa “Ah. Nunca pensei sobre isso” e começa a pensar. Nesse sentido, eu acho que é bom ocupar espaços. Todos eles. Sejam eles quais forem. É melhor do que colocar um protetor escrevendo um artigo dizendo que, se os animais forem bem-tratados, que mal tem em comê-los. “Iam morrer mesmo”. [...] Esse tipo

de raciocínio que circula. “Se a pessoa pode escolher entre comer uma galinha que sofreu e uma galinha que não sofreu, coma a que não sofreu”. Essas pessoas vão ocupar esses espaços, porque o jornal não tem o menor conhecimento de o que é o que. O que é abolicionismo, o que é bem-estarismo e o que é neo bem-estarismo. Eles não vão saber o que é isso. E nem têm interesse em saber e nem têm interesse em assumir nenhuma das posições. Então, nesse sentido, acho bacana que as pessoas tenham saco para escrever na Zero Hora [...] e se disponham a isso.

Esse trecho de entrevista demarca, ainda, uma dimensão importante das dinâmicas interativas. Em sua fala a ativista pondera se o discurso produz algum efeito no público leitor do jornal, ou seja, o impacto do enquadramento no interlocutor. A resposta imaginada pela ativista a essa pergunta e a outras parece ser essencial para a escolha do enquadramento interpretativo nessa situação. As intenções da interação na fala podem ser resumidas da seguinte maneira (Figura 12).

Figura 12 - Intenções Construcionistas na Interação que Origina o Artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”

Intenções Construcionistas			
<p><u>Desconstrução</u> <u>(Crítica):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criticar a naturalização da exploração baseada no conceito de “tradição”. 	<p><u>Convencimento</u> <u>Ideológico:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Produzir reflexão pessoal - Produzir debate público. 	<p><u>Construção do problema:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Disseminar a perspectiva dos direitos animais na mídia. 	<p><u>Demarcação de Fronteiras:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Disputar espaços na mídia com outras perspectivas críticas

Fonte: autoria própria

6.2 CETICISMO RELATIVO: CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO

Na interação em questão, podem ser identificados dois interlocutores relevantes para a ativista: os leitores do veículo de comunicação acessado e o representante desse veículo. Esses dois grupos de interlocutores são analisados separadamente nessa ordem. Para cada grupo de interlocutores, são analisadas as características atribuídas a ele pela redatora do artigo, assim como o impacto imaginado e vivido por essa militante do enquadramento ideológico dos direitos animais nesses interlocutores.

A visão de Nazareth frente ao leitor do jornal - compreendido, nesse caso, como o público como um todo, na medida em que a Zero Hora é um veículo de grande circulação – pode ser resumida como um ceticismo relativo. Primeiramente, os leitores são caracterizados, de forma geral, como indivíduos que dão pouca atenção ou apoio a qualquer tipo de

mobilização, tendo sua atenção atraída (mas não necessariamente seu apoio garantido) apenas por novas formas de protesto ou por mobilizações que sejam caracterizadas negativamente. No trecho abaixo, a militante supõe quais notícias fornecidas a ela sobre direitos animais poderiam atrair a atenção do leitor.

Nazareth: Não leio nada que tenha pessoas com cartazinho. E a mídia deve saber disso e, portanto, eles só querem noticiar o manifesto dos estudantes se eles picharem a prefeitura. Senão, não sai. [...] Esse é o contra senso. É horrível isso. Eu me sinto mal em dizer isso, mas eu não leio mais essas noticiuzinhas. [...] Isso aqui eu não leio. Eu estou falando isso no sentido de “Que pena que a gente é um leitor assim”. [...] Essa aqui eu já leio porque, olha aqui como tem coisa interessante. Tem um cara, [...], ele está em um lugar bacana e fala que ele é um *chef*. “Como assim ele é um *chef*?”. Tem uma camiseta escrita *vegan*, tem uma faca. [...] Essa aqui tu olhas e “Po! O cara segurando um porco como se fosse cachorrinho? O que é isso?”. [...] Eco terrorista é uma coisa que, bah, fantástico. Me prendeu completamente.

Essa visão prévia (anterior à interação) negativa dos leitores frente a qualquer tipo de manifestação também seria visível no que tange à questão dos direitos animais. A militante alega que leitores, em geral, têm uma visão prévia negativa da perspectiva dos direitos, seja ela aplicada aos humanos ou aos animais. Seria comum entre os leitores, por exemplo, a idéia de que “direitos humanos apenas protegem bandidos”, devendo ser ignorados. Ainda, leitores podem, por exemplo, desconsiderar a defesa dos direitos animais associando-a apenas a um fator emocional, deslegitimando-a pela falta de racionalidade. Por conseqüência, a militante ressalta que o impacto do enquadramento ideológico, em muitos casos, leva o leitor a uma conclusão vista pela ativista como equivocada de que a ação dos militantes de direitos animais é motivada pela pena ao animal. No trecho abaixo ela associa essa reação, ainda, à situação de fala.

Matheus: Aparece depois [*de publicado o texto*] a resposta dos leitores?

Nazareth: Sim. Principalmente no *site*.

Matheus: E, geralmente, é negativo ou é positivo?

Nazareth: [...] Quando tem apoio, ou é alguém que a gente conhece, ou é alguém que diz “É verdade. Os bichinhos são tão fofinhos. Também tenho pena de matá-los. Eu ainda como carne, mas eu acho que é errado. Coitadinhos”. Então. Não é uma interlocução muito qualificada que é produzida em meio jornalístico. Sempre é assim impressionista ou sentimental.

O impacto do enquadramento ideológico, tendo em vista essas características prévias do leitor pode ser visto como um misto de incompreensão e deslegitimação. Assim, Nazareth relata que sempre que seus textos eram publicados, havia a expectativa de recebimento de respostas publicadas no jornal que se perguntavam “em que mundo ela vive?”.

A desvalorização do fator emocional pode servir, por outro lado, como uma característica favorável aos militantes de direitos animais, desde que eles construam uma

imagem e um enquadramento que emita a impressão de racionalidade. Nesse sentido, a militante caracteriza os leitores como indivíduos que valorizam a ciência e vêem os cientistas como interlocutores legítimos que podem trazer novas informações. Quando militantes ocupam esse espaço e conseguem explicitar e explicar claramente conceitos em seu enquadramento, portanto, haveria, aos olhos da ativista, uma tendência maior de que o impacto das molduras ideológicas seja positivo, desde que o enquadramento proposto seja compreensível ao leitor.

Outro aspecto parece favorecer os militantes em suas interações com os leitores. Por um lado, os leitores são caracterizados como indivíduos que, em um primeiro momento, rejeitam a pertinência do enquadramento ideológico, na medida em que procuram evitar críticas ao seu comportamento em uma postura defensiva. Por outro lado, porém, Nazareth acredita que essa postura inicial de rejeição pode mudar ao longo do tempo. Nesse sentido, o leitor é compreendido como um indivíduo que valoriza as reflexões sobre a ética, embora tenha uma postura defensiva inicial de rejeição a críticas ao seu comportamento. Assim, o impacto do enquadramento ideológico no leitor é visto como negativo em um primeiro momento, mas com potencial de levá-lo à reflexão e à mudança de atitudes ao longo do tempo pelo acúmulo de referências.

Matheus: “Os animais são escravos desse tempo e são tratados como produtos”.

Nazareth: Aí minha frase. Tudo bem.

Matheus: Exatamente. Como tu achas que o leitor recebe **esse** tipo de frase?

Nazareth: Tá. Essa é a frase que tem que ser dita e martelada. Não importa que ele receba mal. Ela tem que ser martelada.

Matheus: Tu achas que ele recebe mal?

Nazareth: Acho que sim, porque faz uma crítica ao seu tempo. As pessoas não gostam do seu tempo criticado. Então, eu acho que ela não gosta de ler isso. Mas, se ela ler isso muitas vezes ao longo da vida, ela vai ter que começar pelo menos a pensar nisso.

Em suma, a visão do leitor construída pela ativista pode ser resumida como um ceticismo relativo (Figura 13). Por um lado, leitores são vistos como indivíduos que rejeitam o apoio a mobilizações coletivas como um todo, que são contrários à perspectiva dos direitos e que consideram a defesa dos direitos animais uma questão emocional. Nesse sentido, a militante antecipa um impacto negativo do enquadramento ideológico nos leitores, caracterizado pela confusão com motivações emocionais, pela rejeição do enquadramento ou pela falta de dedicação de atenção. Por outro lado, os leitores são vistos como indivíduos que

tendem a valorizar reflexões éticas, ainda que demonstrem uma rejeição inicial à crítica. Assim, espera-se que o impacto do enquadramento ideológico seja negativo em um primeiro momento, mas que possa ser positivo posteriormente pelo acúmulo de referências. Ainda, a militante espera que os leitores valorizem argumentos e pessoas vistas como racionais. Nesse sentido, a exposição clara e direta de conceitos da perspectiva dos direitos animais no enquadramento interpretativo (tratada na seção anterior) e o enquadramento conduzido por indivíduos em papéis epistêmicos (tratado na seção seguinte) tendem a gerar um impacto positivo das molduras ideológicas no leitor, caracterizado pela aceitação e pela reflexão.

O ceticismo relativo é também a visão da militante frente à grande mídia e aos seus interlocutores no caso estudado. Como o anteriormente defendido, as características da mídia podem ser divididas em diversos níveis que são, do mais geral ao mais abstrato: as características da mídia como um todo; as características do veículo; e as características do leitor. De forma abstrata, a mídia é caracterizada pela ativista como um ambiente estruturalmente condicionado à rejeição da ação coletiva e da contestação, estando profundamente conectada a interesses das elites. O veículo acessado pela militante no caso em análise também é caracterizado dessa forma. No trecho abaixo, Nazareth analisa a atuação do jornal Zero Hora favorecendo o discurso do desenvolvimento econômico em um conflito ambiental em torno de uma barragem.

Nazareth: O tema [*dos animais*] não tem se mantido mais. Eu acho, ao menos. Não tem causado grande interesse. A não ser, por exemplo, quando entra um terceiro fator. A última notícia que eu me lembro de ter debate, que eu me lembro de ter ouvido, foi a coisa do sapinho da barriga [...] Mas aí era uma coisa mais assim “Por que uma coisa tão insignificante vai impedir uma coisa tão importante quanto...?”. Então o sapinho entrou de contrabando, porque poderia não ser um sapo e ser uma espécie vegetal, não é?

Matheus: Foi mais uma ótica ambientalista, não é, do que propriamente de direitos animais.

Nazareth: Isso. Isso. De crítica aos ambientalistas, não é?

Nesse sentido, a militante antecipa que um dos impactos do enquadramento ideológico dos direitos animais nos jornalistas de grandes veículos de comunicação pode ser a ameaça aos interesses da corporação ou de seus aliados. Essa desigualdade dos interesses contemplados pela mídia se reflete, segundo a militante, em uma desigualdade nos espaços destinados aos ativistas de direitos animais em comparação a outros atores. Assim, a ativista alega que a idéia da necessidade de contraponto para a garantia da imparcialidade só é levada a sério quando militantes de movimentos sociais se pronunciam. Quando elites estabelecidas têm seu ponto de vista contemplado, a grande mídia tenderia a ignorar o contraponto dos ativistas valorizando a interpretação das elites sem questioná-la. Essa caracterização da mídia

é uma das mais recorrentes entre ativistas de diversas “correntes” do abolicionismo.

Nazareth: Essa coisa do contraponto funciona assim. Só tem contraponto contra a gente, em geral. O *establisment* fala e fala e nunca tem contraponto. E aí, quando tem uma coisinha um pouquinho mais diferente tem que ter contraponto.

Segundo a ativista, a grande mídia e o jornal Zero Hora têm, no entanto, uma característica estrutural que pode ora desfavorecer os movimentos sociais, mas também ora servir como “porta de entrada” para enquadramentos ideológicos: a sua orientação mercadológica. No primeiro sentido, a ativista alega que, em muitos momentos, a militância é enquadrada como violenta, na medida em que a violência dos ativistas seria um produto com melhor venda que suas reivindicações. Por outro lado, a orientação mercadológica dos veículos levaria a uma necessidade institucional de debates de temas polêmicos que possam atrair a atenção do leitor. Essa estratégia poderia ser vista também como característica da Zero Hora. Assim, jornalistas poderiam ser receptivos ao enquadramento dos direitos animais tendo como intuito utilizá-lo como um “lado” de uma polêmica que aumente suas vendas, observando-se um impacto positivo das categorias nos jornalistas: a aceitação para publicação como polêmica.

Nazareth: Eu sempre acho que eles têm interesse em vender jornal. Acho até que eles compram algumas polêmicas, de vez em quando, deixam passar polêmicas porque isso movimenta de alguma maneira. Óbvio que não tem na Zero Hora nenhum interesse de trabalhar temas de direitos animais a não ser para polemizar e tirar proveitos disso. Proveitos de venda [...]. Dizer “Olha. Como a gente é plural”. Dizer “Olha. Apesar de a gente ter anunciantes que são frigoríficos a gente publica coisa contra a carne”. Enfim. Acho que não tem que ter nenhuma ilusão sobre isso, não em uma imprensa como essa. Em um jornal como esse.

O trecho acima mostra também como a necessidade institucional de manutenção da idéia de imparcialidade pode agir a favor do movimento aos olhos da militante. Na maioria dos casos, no entanto, essa dinâmica é vista como algo que age contra os ativistas, se aplicando apenas em casos em que militantes são ouvidos pelos jornalistas e gerando uma rejeição de posições vistas como “militantes”. Nesse sentido, por um lado, as molduras ideológicas geram impactos negativos nos jornalistas que as aceitam apenas para serem tratadas como polêmicas, sendo contrapostas sempre à visão dominante. Por outro lado, a própria aceitação para publicação pode ser vista como um resultado positivo, mesmo que ela tenha como intuito manter o mito da imparcialidade. O trecho de entrevista transcrito anteriormente, em que a ativista imagina que o jornalista pondere se seu texto é um estímulo a venda de jornais ou se é radical demais e “comprometedor do jornal”, demonstra a percepção da possibilidade desse tipo de impacto positivo.

A orientação mercadológica estrutural dos veículos gera ainda outra dinâmica

institucional que pode favorecer os movimentos: a necessidade de conteúdo. Assim, grandes veículos tenderiam a aceitar enquadramentos baseados em molduras ideológicas e temas identificados com a ideologia do movimento em sua pauta em períodos em que há pouco conteúdo a ser publicado.

Nazareth: Eu acho que varia. Na verdade, eu acho que a mídia não é receptiva a nada em específico. Ela é receptiva aquilo que é do interesse dela no momento. O que faz ela vender alguma coisa. Então, assim, por exemplo, em fevereiro tinha pouca notícia. Então, aí tu pegas qualquer coisa. [...] Em um vazio de notícia, noticia-se o que tiver.

Em relação à postura prévia (anterior à interação ocorrer) da grande mídia frente às molduras ideológicas do movimento, a ativista caracteriza a mídia com um misto de desconhecimento, indiferença e visão negativa. No primeiro sentido, Nazareth retrata jornalistas como indivíduos sem conhecimento da perspectiva dos direitos animais que a confundem a outras perspectivas animais, como a proteção e o bem-estar. A mesma característica é utilizada para compreender a postura dos jornalistas da Zero Hora. Dessa forma, antecipa-se um provável impacto de incompreensão dos jornalistas frente às molduras ideológicas do movimento

A indiferença da mídia em relação ao tema é associada pela militante a seu interesse único e exclusivo em vendas, ou seja, aberturas eventuais são possíveis não por um interesse genuíno dos veículos e dos jornalistas, mas por um interesse mercadológico. Essa indiferença pode ser observada, ainda, no nível do veículo de comunicação. Em entrevista dada ao pesquisador, o jornalista responsável pela seleção de artigos revela que o veículo Zero Hora não tem critérios pré-estabelecidos para lidar com a questão animal e procura manter esse tema longe de suas posições editoriais, apesar de abrir espaço para cobertura de notícias sobre ele. Ainda que essa não seja uma visão da militante, em sua interação com o jornalista, essa postura pode ter sido emitida à militante pelo profissional da grande mídia.

George: Na questão editorial a gente não entra. É um assunto difícil de a gente se posicionar sobre ele. Então, assim, editorialmente a gente não entra. A gente entra na cobertura normal. Acho que isso aí tu terias que diferenciar. O que é a cobertura jornalística dos fatos e [...] o que é a manifestação opinativa.

George: Nós temos um Manual de Ética. Eu até procurei antes de tu [vires]. Eu olhei ali para ver se tinha alguma referência aos direitos dos animais. Não temos. Não é uma preocupação, assim, consolidada.

Além do desconhecimento e da indiferença, a postura prévia da grande mídia e do veículo Zero Hora frente às molduras ideológicas dos direitos animais é caracterizada, ainda, como negativa. Essa visão negativa pode estar associada aos interesses das elites relacionadas aos meios de comunicação de massa. O jornalista entrevistado alega, por exemplo, que nas

notícias produzidas pelo veículo, apenas animais domésticos são tratados como sujeitos de direito, sendo os outros animais não humanos vistos como produtos.

George: Na parte noticiosa, a gente trata muito dessas questões que ela coloca aqui. Se tem um cuidado muito especial com os animais domésticos, digamos assim, os gatinhos e cachorrinhos e se trata comercialmente aqueles que são os outros animais que ela coloca, que é a pecuária. Nós somos fortemente da área de pecuária. E aí tem essas visões. Na pecuária, a cobertura jornalística da Zero Hora é comercial. Ela coloca que animais não podem ser vendidos, não deveriam ser vendidos, não deveriam estar no comércio. A pecuária, incluindo tudo aquilo que está ligado à área, como bovinocultura, ovinocultura, nós tratamos como comércio. Entra naquela área ali de Campo e Lavoura.

Essa visão negativa da grande mídia e do veículo Zero Hora frente aos direitos animais pode estar associada, ainda, a uma falta de conhecimento da perspectiva, levando os jornalistas a considerarem os direitos animais como algo ridículo ou exótico. Essa postura prévia teria sido reforçada pelos próprios militantes por meio da realização de manifestações performáticas, que contavam com encenações teatrais e fantasias, no início da trajetória das organizações, segundo a militante.

Nazareth: O que eu tenho notado nos últimos tempos na Zero Hora é certa ironia com as questões vinculadas a direitos animais. Mudou a perspectiva. Parece que ela ficou mais irônica, assim, mais... [...] Como eu vou explicar? “Lá vêm os defensores dos sapinhos. Lá vêm os defensores da galinha” [...]. Ficou bem como uma coisa exótica, assim. Então, os direitos animais não são levados a sério.

Assim, antecipa-se um impacto negativo do enquadramento ideológico nos jornalistas se os militantes não se esforçarem para transmitir uma impressão de seriedade no enquadramento. Dessa forma, a ativista busca rejeitar repertórios anteriormente utilizados, como manifestações performáticas, em favor de repertórios como a produção de textos argumentativos e enquadramentos voltados a dimensões conceituais abstratas da moldura ideológica para garantir um impacto positivo no interlocutor.

O jornalista que conduziu a interação junto à militante, no entanto, é caracterizado de forma quase antagônica à caracterização de sua empresa. Segundo a entrevistada, o jornalista George é um profissional que, apesar de não ter interesses genuínos na questão animal, é um indivíduo disposto ao diálogo e à publicação de artigos enviados pela militante apesar de não conhecê-la pessoalmente. Após a aceitação da publicação, a interação com o jornalista é descrita de forma positiva, como uma cooperação na qual é observado respeito em relação à ativista, sem serem modificados trechos do texto enviado sem autorização prévia da autora. No caso em análise, segundo a militante, apenas o título do artigo foi modificado, tendo sido criado pelo jornalista e divulgado com autorização da autora do texto. Os trechos de entrevista abaixo exemplificam essa caracterização.

Nazareth: Acho que [*o jornalista George*] não [*tem envolvimento com a questão animal*]. É o cara que recebe o artigo e diz que vai sair. Eu acho que ele é uma pessoa muito bacana. Eu gosto de dialogar com ele, porque eu acho ele respeitoso. Mas eu não conheço nada dele. Nem sei quem é.

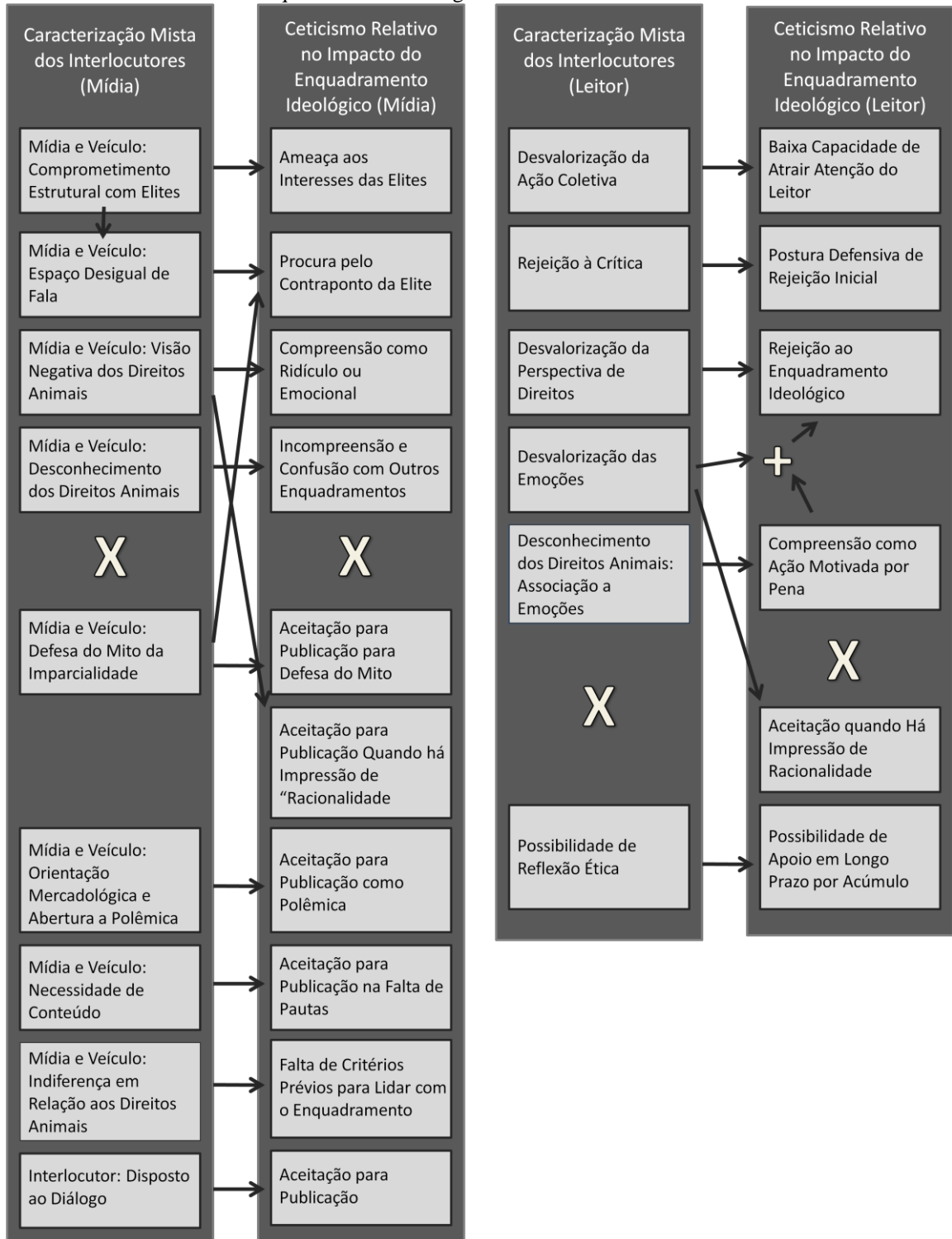
Nazareth: Sempre recebe bem, sempre publica, sempre comenta [...]. Eu nunca meço os caracteres. Nunca. E eu sei que tem uma coisa de caracteres. Então, em geral, ele quem faz a edição. Ele pergunta se pode tirar alguma coisa, porque ficou grande. Em geral, vai grande. E aí ele pergunta. É bem bacana a relação com ele. Ele “Eu posso cortar assim? Tocar isso?”. Sempre tem um pouco de dedo nele nisso, porque ele faz o trabalho de jornalista. E eu acho interessante que faça, eu não me importo.

De fato, em entrevista realizada com o jornalista, o profissional se mostrou pessoalmente aberto a perspectivas de defesa animal. Mesmo sem se posicionar claramente a favor dos direitos animais, o jornalista demonstrou apoio às demandas bem-estaristas e atenção pessoal à questão animal por influência de religiões orientais.

George: Pessoalmente, eu acho que toda a natureza é interconectada. Então, eu acho que tudo que existe na natureza, tudo que existe no nosso planeta Terra tem a ver e uma coisa está interligada a outra. Nada existe isoladamente. Desde a minhoca até o elefante. Cada um está aqui para cumprir um papel. Eu vejo assim. E nós [...] temos uma cultura de comer carne. Eu também como carne. Mas toda vez que eu como eu me lembro desse preceito... Eu sou bem ligado à questão budista. E toda vez que eu como carne, eu acho que eu tenho que agradecer à natureza por estar me propiciando aquilo. Eu acho que eu tenho que estar grato. O animal tem que ser tratado sempre com respeito. É estranho dizer isso, mas eu acho que a única forma em uma civilização como a nossa é agradecer à natureza por estar nos propiciando aquilo. E eu sou totalmente favorável aos direitos animais. [...] E ela coloca muito bem aqui. Na questão da dor. Acho que tudo que impõe sofrimento para o animal tem que ser condenado. [...] Esse é um ponto de vista bem pessoal. Qualquer animal, qualquer ser que seja senciente, como ela coloca aqui, não pode sofrer, não tem por que sofrer. [...] Se tu tens que abater, então que abatas. Já que tem que abater, que abata com o mínimo de sofrimento, com o mínimo de dor. E quando criar, que se crie com todos os cuidados.

Em suma, a possibilidade de interlocução com representantes do jornal Zero Hora parece ser visualizada pela militante por uma caracterização cética relativa da grande mídia e desse veículo de comunicação (Figura 13). Por um lado, ambos são vistos como atores aliados a grandes elites econômicas e que priorizam a fala desses atores; como atores interessados em aumentar suas vendas e em manter um mito da imparcialidade; e como atores que têm uma postura prévia em relação aos direitos animais que varia entre o desconhecimento e a visão negativa. Assim, espera-se um impacto negativo do enquadramento ideológico nos jornalistas, marcado pela ameaça aos interesses das elites e das empresas de comunicação e pela negação à publicação desses enquadramentos. Mesmo quando jornalistas aceitam a publicação, ela seria marcada por uma aceitação sempre vinculada ao contraponto do adversário, por eventual incompreensão ou até mesmo ridicularização, não sendo gerada no jornalista uma reflexão profunda.

Figura 13 - Caracterização Mista dos Interlocutores e Ceticismo Relativo em Relação ao Impacto do Enquadramento Ideológico na Mídia e nos Leitores



Fonte: autoria própria

Por outro lado, outros aspectos parecem contrabalancear esse quadro negativo na visão da militante. Primeiramente, Nazareth aponta pequenas “brechas” institucionais que podem levar a uma aceitação a contragosto das molduras ideológicas. Assim, pode ser ressaltado o impacto positivo de aceitação de publicação das molduras ideológicas para manter o mito da

imparcialidade, para garantir uma quantidade satisfatória de pautas e para gerar polêmicas que vendam. Em segundo lugar, a caracterização do interlocutor da militante no caso se difere em grande parte da caracterização mais ampla da grande mídia e do veículo de comunicação, gerando esperanças de um impacto mais positivo do enquadramento por molduras ideológicas. Por fim, um enquadramento que transmita uma impressão de “seriedade” ao jornalista pode também gerar essa aceitação para a publicação e, ao mesmo tempo, reverter a tendência a ridicularização. Essa mesma valorização da racionalidade é vislumbrada pela militante como uma característica dos leitores. Resta saber se a situação de fala jornalística permite um aprofundamento teórico que possa emitir essa impressão e se a militante encontra-se no papel social adequado para isso.

6.3 ARTIGOS OPINATIVOS E ESPECIALISTAS ACADÊMICOS: SITUAÇÃO DE FALA E PAPEL SOCIAL

Como defendido anteriormente, um jornal não é um espaço homogêneo de situações de fala. Temas e enquadramentos aceitos para determinadas seções ou cadernos podem fugir das regras implícitas de fala que jornalistas e informantes devem seguir em outro “ambiente” do mesmo veículo de comunicação. Esses códigos implícitos de fala presentes dentro da seção de artigos de um jornal parecem ter favorecido o tipo enquadramento por molduras ideológicas proposto pela militante.

Em primeiro lugar, a seção de artigos de jornal é caracterizada como a *seção opinativa*, em oposição à seção de notícias. Nesse sentido, o mito da imparcialidade pode ser violado em alguns momentos, mesmo que, em muitas situações, segundo o jornalista George, sejam procurados artigos que mostrem tanto uma posição quanto o seu contraponto, principalmente quando uma reação crítica de leitores pelos espaços desiguais de fala é esperada. Assim, posições militantes podem ser veiculadas sem que um contraponto seja publicado imediatamente pelos contramovimentos ou pelos adversários dos ativistas. Esse é o caso do artigo em análise que foi publicado sem um contraponto das elites que se favorecem da exploração animal.

A seção de artigos se diferencia, ainda, da seção editorial do jornal. Como ressalta o jornalista George, a seção de artigos se dedica às opiniões de leitores e de especialistas e a seção editorial se dedica à exposição da opinião da empresa (no caso, do Grupo RBS) sobre algum tema. Nesse sentido, posições militantes que vão de encontro aos interesses das elites aliadas das empresas de comunicação de massa podem ser expostas sem que a própria

empresa se comprometa com esse ponto de vista, na medida em que há um consenso implícito de que as falas inseridas na seção de artigos não têm ligação às posições oficiais do veículo.

De fato, o *controle da situação de fala se encontra mais em posse do articulista* (militante ou leitor comum do jornal) do que do próprio jornalista. Apesar de o jornalista controlar o tema a ser tratado, escolhendo os artigos selecionados, podendo fugir ou seguir os assuntos em pauta no veículo, o resultado final publicado no jornal, após o aceite, está em grande parte nas mãos dos articulistas. Como relata a militante Nazareth, seus artigos raramente sofrem processos de edição e, quando modificações são necessárias, elas são feitas em conjunto com o escritor do artigo. Assim, é favorecido o enquadramento por molduras ideológicas, na medida em que a quantidade de filtros jornalísticos para o enquadramento é reduzida.

A situação de fala na seção de artigos de um jornal favorece o enquadramento ideológico, ainda, na medida em que, segundo o jornalista entrevistado, se destina a um dos objetivos que esse tipo de enquadramento também busca: a *produção de debates públicos*. Essa produção de debates é, em muitos momentos, associada à idéia de geração de polêmicas, que pode estar ligada ao intuito de aumentar as vendas do jornal. Essa necessidade de vendas leva, ainda, a outra regra implícita de fala: o tema deve estar ligado aos interesses do leitor de alguma maneira. O trecho de entrevista abaixo ilustra essas características da situação de fala em análise.

George: A gente recebe muitos artigos por dia. Acho que, mais ou menos, uns vinte por dia. Claro, desses vinte, muitos a gente já descarta de cara, porque eles não têm conteúdo. Eles são mais de interesse de quem está escrevendo do que do interesse do próprio leitor. Então, essa é a nossa primeira preocupação. Esse artigo vai interessar o leitor? No momento em que eu leio e vejo nas primeiras linhas que é um artigo que tem interesse, desperta um assunto legal, vai dar polêmica, vai dar discussão, esse já é candidato. Aí tu pré-selecionas e vais tentando aproveitar na medida do possível.

Essa fala do entrevistado ressalta, ainda, outra regra implícita de fala: o “conteúdo”. As regras implícitas de fala em uma seção de artigos permitem, portanto, um *aprofundamento teórico e conceitual* que não seria possível em outros ambientes do jornal. Assim, um enquadramento por molduras ideológicas que valorize e explicita conceitos de forma abstrata parece estar de acordo com essa situação de fala, em oposição a outras dentro do mesmo veículo. No trecho abaixo, ao comentar uma notícia publicada no caderno dominical de variedades da Zero Hora, a militante que escreve o artigo em análise identifica essa característica.

Nazareth: Na verdade, assim, eu acho que nos textos de notícia não é comum [*que os direitos animais sejam tratados*] mesmo. Ainda mais no nosso tipo de imprensa que é muito rasa mesmo. Um conteúdo mais conceitual,

se não for em editoriais, tu não consegues fazer. O jornalista, aquele repórter que vai ali e faz uma matéria, ele não se atreve a falar sobre isso. Então, dificilmente essas notícias vão ter esse cunho que eu acho que deveriam ter, que é o que falta pra nós na imprensa.

As regras de fala tornam esse tipo de enquadramento não apenas possível, mas necessário para o acesso ao espaço de interação. Essa necessidade, colocada de forma abstrata se traduz na valorização de enquadramentos vistos como “racionais” em oposição àqueles vistos como “emocionais”. Dessa forma, o enquadramento por molduras ideológicas baseado na exposição de conceitos e de suas origens filosóficas é aquele que pode acessar a seção de artigos de um jornal. No trecho de entrevista a seguir, o entrevistado relata como selecionou o artigo da militante Nazareth para ser publicado.

George: A gente percebe que ela é uma pessoa que estudou a fundo tudo isso e que não está falando por uma questão emocional ou de uma forma subjetiva. Ela tem argumentos muito convincentes, demolidores, eu diria, para todas essas questões que ela coloca. [...] Mesmo sem olhar a titulação dela, a gente percebe que ela tem argumentos. Tem leituras, tem citações. Ela está embasada em bibliografia. E isso me chamou muita atenção, porque se a gente recebe um texto dizendo tudo isso de alguém que não tem nada a ver com a área ou não demonstra nenhuma qualificação, a gente acaba, talvez, não publicando esse texto.

O trecho acima também demonstra uma característica essencial dessa situação de fala: a *valorização do papel epistêmico*. Inspirando-se no conceito de “comunidades epistêmicas” de Haas (1992, p.16, tradução livre), papel epistêmico é definido como um conjunto de rotinas de representação desempenhado por atores vistos como “indivíduos de qualquer disciplina, que reivindicuem de forma suficientemente forte domínio sobre um corpo de conhecimento que seja valorizado pela sociedade”.

No caso em estudo, a militante que escreve ao jornal desempenha claramente um papel epistêmico, se apresentando por meio de sua titulação nas áreas de educação, antropologia e filosofia. A primeira característica do papel epistêmico que favorece o enquadramento por molduras ideológicas se encontra na própria definição do conceito: a *capacidade de reivindicar de forma vista como satisfatória pelos interlocutores o domínio sobre dado corpo de conhecimento*. Assim, os interlocutores de um indivíduo que desempenha um papel epistêmico o vêem como um sujeito que domina determinado conhecimento não acessível a ele, assim como a linguagem na qual esse conhecimento se baseia. Não só o interlocutor sente que o militante tem domínio sobre o tema tratado, mas o próprio ator que desempenha o papel epistêmico pode ter essa convicção sobre si mesmo, conferindo-lhe confiança para o enquadramento ao qual o papel epistêmico se relaciona.

O convencimento do interlocutor sobre o domínio de um campo de conhecimento é visível no último trecho de entrevista citado. Outros exemplos são retirados de uma interação

entre jornalistas e militantes da última notícia analisada nesse trabalho, no qual há uma interação entre uma repórter do jornal Zero Hora (Loraine) e um nutrólogo vegano Ronaldo. No primeiro trecho de entrevista, observa-se o convencimento do próprio militante sobre seu domínio do tema, lhe conferindo confiança para centrar seu enquadramento em uma dimensão específica da MIAC dos direitos animais (nesse caso, uma dimensão não ideológica). É importante ressaltar, nesse caso, que o recurso de reivindicação do domínio do campo do papel epistêmico pode ser também compreendido como uma exigência do papel, na medida em que militantes epistêmicos parecem ter seu enquadramento restrito às suas áreas de especialidade. O segundo trecho ilustra o convencimento da repórter sobre o domínio do interlocutor ativista.

Ronaldo: Para mim, é o seguinte. Eu resolvi focar o meu trabalho na área em que eu domino, que a parte de medicina e nutrição. É claro que, quando você é vegetariano, [...] todos os motivos são motivos. [...] O animal tem tudo a ver, o ambiente, a saúde. Tudo isso está ligado. Então, na realidade, eu apoio e abraço todas essas áreas. Mas a minha atuação eu resolvi pegar forte na parte em que eu estudei para trabalhar mesmo, que é essa parte médica científica.

Loraine: Porque é como tu falaste, é alguém que estudou isso. É alguém que está colocando [...] a sua cara a tapa. [...] Gera mais confiança no leitor do que se você disser que a Loraine não come mais carne e está se sentido bem. [...] Assim como, se tu pesquisares na *internet*, vai ter um estudo te mandando comer carne. [...] Vai ter estudo para tudo. Mas eu acho que é mais pela disposição de um profissional de estar se expondo nesse sentido. [...] Até porque o editor não quer se incomodar com a matéria. E aí vem algum órgão e diz “Ah, mas vocês não ouviram”.

A última fala transcrita expõe, ainda, outra característica essencial do papel epistêmico: a sua capacidade de fornecer um *conhecimento visto como confiável*. Essa confiabilidade do argumento tem reflexos tanto na interação com o público quanto com os próprios representantes da grande mídia. Um processo parece reforçar o outro, na medida em que jornalistas buscam evitar “incômodos” de leitores que julguem as informações veiculadas pelo jornal como pouco confiáveis.

Essa confiabilidade leva a uma *ampliação da capacidade de recepção positiva das molduras*. Assim, tanto leitores quanto jornalistas parecem “levar mais a sério” os enquadramentos de militantes epistêmicos, revertendo a tendência inicial vislumbrada pela militante de interpretação do enquadramento ideológico dos direitos animais como algo exótico ou ridículo.

Nazareth: Acho que sim. Acho que sim. É claro que tem o argumento de autoridade por trás disso. [...] É óbvio que, quando eu fazia graduação, eu poderia ter escrito esse texto ou até um melhor. Mas, para as pessoas, eu acho que essas credenciais contam. Porque é um tema menor, considerado pelas pessoas. Então, se tu não valorizas um tema menor por outras coisas que o cercam, no atual estágio em que a gente está de compreensão desses temas, as pessoas vão dizer “É coisinha de sentimentalódes”. Se tu és um sentimentalódie que tem graduação, tem mestrado, tem doutorado, talvez a pessoa não seja **tão** assim. É um desprezo que as pessoas têm pelos não acadêmicos. Um lamentável desprezo. Mas, enfim. Só que, nessa hora, tu tens que ser mais

estratégico, então, taca os títulos ali.

Essa confiabilidade gera, ainda, uma *ampliação da capacidade de “entrada” na grande mídia* dos militantes desempenhando papéis epistêmicos, facilitando a também a utilização de enquadramentos ideológicos que, em outras circunstâncias, poderiam ter um impacto negativo em uma interação com os jornalistas. A militante Nazareth relata, por exemplo, que dificilmente seus artigos e cartas são vetados pelos jornalistas. Ao ser perguntada se seus títulos a ajudariam nesse processo, ela responde da seguinte maneira.

Nazareth: Ai. Eu acho que sim. Não é? Eu acho que a gente faz doutorado para isso [*risos*]. Para que mais? Pelo salário não é. É para ser doutor. É para isso. Eu uso em duas situações a questão do doutorado. Essa é uma e a outra [...] é a dos colegas. Eu não sou da área do direito, então sempre fica uma suspeita, porque eu não tenho formação em direito. “Mas, em compensação, eu sou doutora e esses que vocês chamam de doutor não são”.

Outra forma pela qual o papel epistêmico auxilia a aceitação do pronunciamento de militantes na grande mídia é pela captação passiva. Ou seja, militantes que desempenham um papel epistêmico não têm sua fala aceita apenas quando procuram jornalistas, mas também são procurados pelos próprios profissionais da imprensa para dar depoimentos. Tanto a militante Nazareth quando o militante Ronaldo (esse em maior medida) relatam receber convites para se pronunciarem em veículos de comunicação. Essa presença constante de militantes que desempenham papéis epistêmicos na grande mídia (assim como os recursos desse papel) também é observada por outros militantes. Os trechos de entrevista abaixo exemplificam essa percepção, cada um se referindo a um dos militantes citados nessa análise.

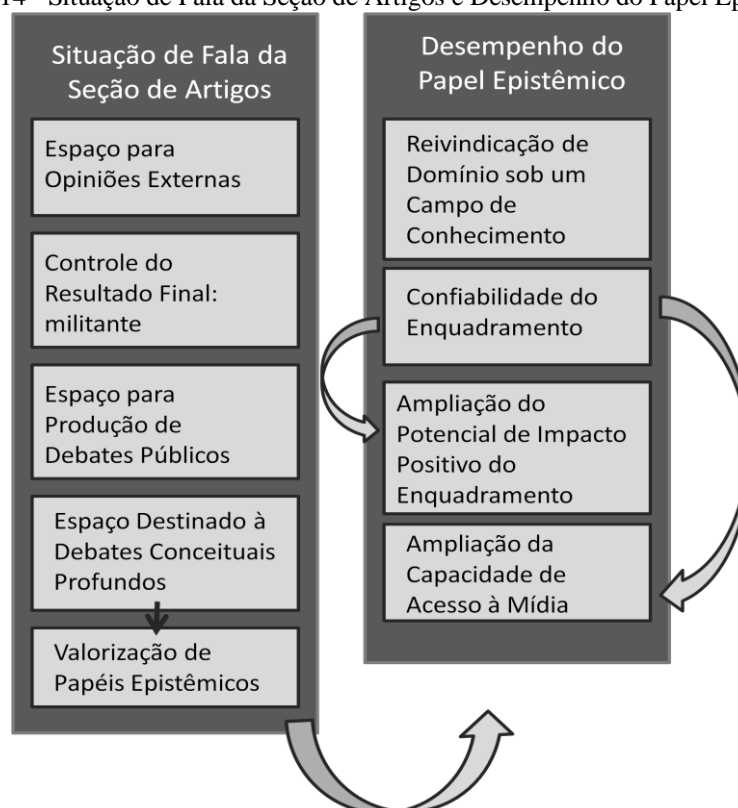
Felipe: [...] Se tu reparares, a Nazareth está sempre sendo chamada. [...] Ainda é meio que a referência nesse assunto. Pelo menos em uma época e até atualmente para tratar nesses termos. “Vamos chamar alguém que pensa bem diferente”. Entendeu? Pela sua formação. Então eu acho que alguém vai dizer “Mas quem é que está falando isso aqui?”. “Ah. Não. É doutora. Bah! Eu só fiz o segundo grau. Ela é doutora”.

Pedro: Acho que a vantagem é ter essa informação [*sobre a relação entre saúde e vegetarianismo*]. Principalmente, em relação à mídia. O jornalista gosta de alguém com diploma para dar uma informação. [...]. Como eu nunca fui muito atrás [...], se alguém pedir eu digo “Posso te indicar pessoas que vão te dar isso”. Porque “O [*Pedro*] é bacharel em letras e falou que, sim, que vegetarianismo dá todos os aminoácidos essenciais”. “Ele não é ninguém para dizer isso”. Então, a gente pega o Dr. [*Ronaldo*]. Ele é doutor e ele vai poder falar. Então, eu acho que essa é uma vantagem de ter esse departamento bem forte, bem estruturado e sempre falando em nome da SVB.

Em suma, tanto a situação de fala na seção de artigos opinativos em jornais quanto o papel epistêmico desempenhado pela militante auxiliam a adoção de um enquadramento por molduras ideológicas baseado na exposição e crítica abstrata a conceitos (Figura 14). Por um lado, a situação de fala permite uma postura opinativa, um controle e uma responsabilização externa da fala, a valorização de enquadramentos que gerem debates públicos e de molduras vistas como racionais. Por outro lado, o papel social epistêmico permite a entrada nesses

espaços (e na grande mídia como um todo), conferindo confiabilidade ao enquadramento ideológico proposto e aumentando a possibilidade de impacto positivo dele nos interlocutores por meio da reivindicação do domínio de uma área de conhecimento.

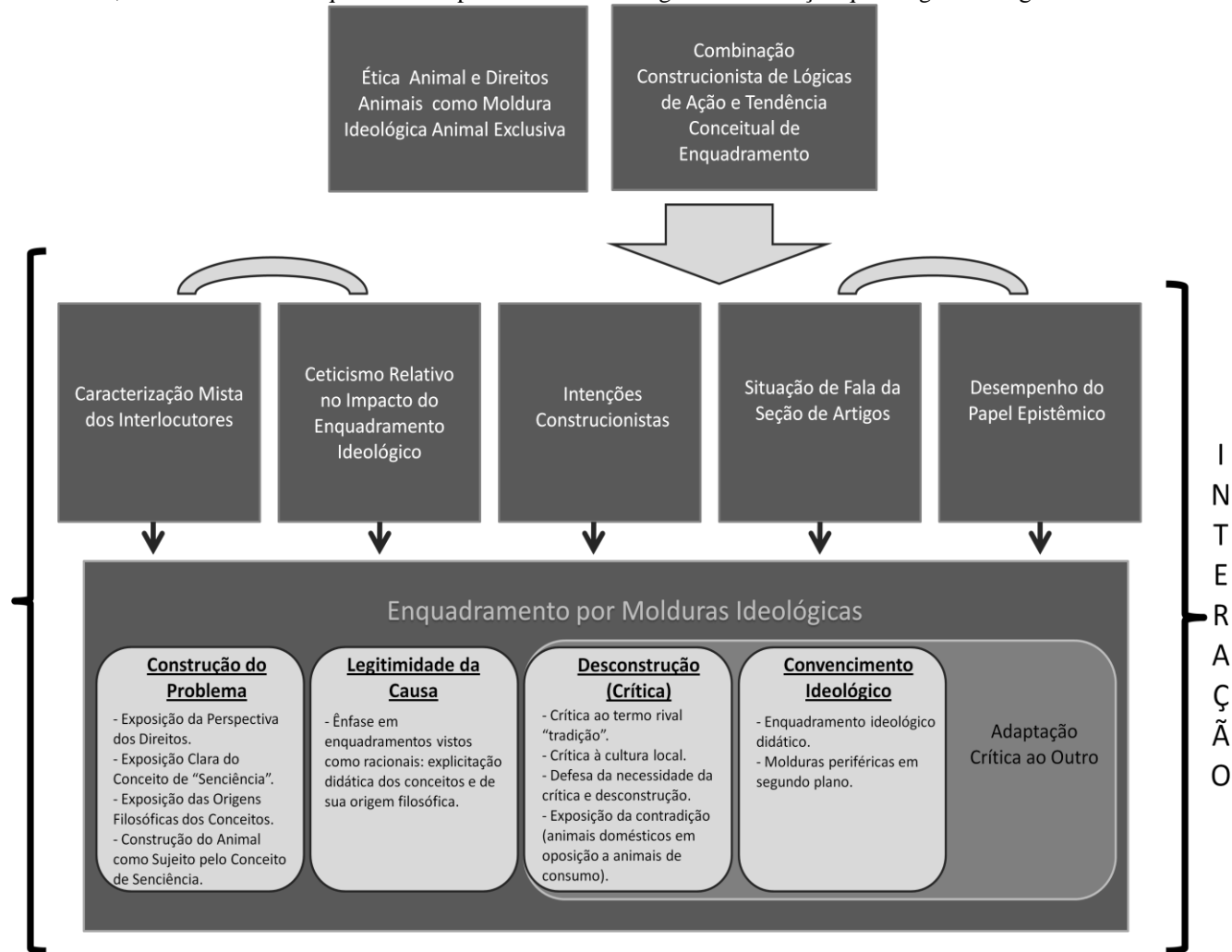
Figura 14 - Situação de Fala da Seção de Artigos e Desempenho do Papel Epistêmico



Fonte: autoria própria

As dinâmicas interativas desse caso, portanto, vão ao encontro da combinação construcionista de lógicas de ação da organização GAE e de sua tendência conceitual de enquadramento, permitindo que essa tendência se traduza na prática em um enquadramento por molduras ideológicas que: valoriza a desconstrução das categorias do adversário e do senso comum; busca a construção de um problema por meio da exposição em um nível abstrato das categorias que formam as moldura ideológicas dos direitos animais; e que busca convencimento ideológico do interlocutor. É provável, ainda, que a própria combinação prévia de lógicas de ação e sua respectiva tendência de enquadramento interpretativo possam ter influenciado a procura da militante por determinado papel social e determinada situação de fala. Esse processo pode é ilustrado na Figura 15. Outras dinâmicas interativas, no entanto, podem levar organizações com a mesma combinação de lógicas de ação a adotarem enquadramentos por molduras ideológicas com características distintas.

Figura 15 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Ideológicas na Interação que Origina o artigo “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais”



Fonte: autoria própria.

7 CONTRUCIONISMO JORNALÍSTICO EM INTERAÇÃO COM A MÍDIA: O CASO DA ANDA

Desde o início de sua carreira, a jornalista Silvana se acostumou a aliar sua atividade profissional às suas crenças políticas, assim como a obter sucesso por meio dessa mescla. Ainda na faculdade, Silvana conquistou reconhecimento profissional por meio de uma matéria que denunciava a exploração sexual de meninas com idades até mesmo menores do que dez anos.

Seu envolvimento com o movimento dos direitos animais surge com o estabelecimento de uma relação de amor com uma cachorra que esteve sob sua tutela. Diferentemente de outros ativistas, que enfatizam a racionalidade no seu engajamento, Silvana atribui ao sentimento em relação ao animal que lhe fazia companhia a principal motivação inicial para o início de sua trajetória vegana e militante.

Desde o início de sua trajetória como ativista abolicionista, relata Silvana, a militante sentia a necessidade de investimento estratégico na comunicação, setor que competia dentro do movimento com discussões filosóficas e jurídicas que, segundo a jornalista, o dominavam até então. O estopim para a criação da ANDA, relata a jornalista, foi uma matéria publicada no jornal O Globo, sobre chamada Lei Arouca, então em tramitação, que regula o uso de animais para testes científicos e é fortemente criticada por ativistas da libertação animal. Indignada pela parcialidade da matéria que, segundo ela, favorecia a experimentação animal, Silvana decide entrar em contato com o jornalista responsável pela sua redação. Ao questioná-lo sobre o motivo de ele não ter ouvido o outro lado, a militante se surpreende com a resposta “Mas existe outro lado?”. “Claro que sim, o lado dos animais”, responde a ativista. Ao voltar de Brasília, onde então trabalhava, Silvana tira do papel o seu antigo projeto, a ANDA, construída no intuito de “informar para transformar” a imprensa e, por consequência, a sociedade.

7.1 “INFORMAR PARA TRANSFORMAR”: ENQUADRAMENTO CONCEITUAL E OBJETIVOS CONSTRUCIONISTAS

O enquadramento interpretativo proposto pela ANDA segue a tendência conceitual de enquadramento, se analisado no geral. Dentro do universo de notícias, artigos e entrevistas disponibilizadas por essa agência de notícias, no entanto, a forma como esse enquadramento interpretativo ocorre é muito variada. Ativistas de direitos animais de todo o Brasil, por

exemplo, têm colunas no *site* da ANDA, completamente controladas por eles. Nesse caso, o enquadramento ideológico pode variar de acordo com as preferências de cada organização.

O conteúdo produzido propriamente pela ANDA também tem enquadramentos interpretativos bastante variados⁴⁶, todos eles fortemente relacionados a objetivos gerais construcionistas⁴⁷. Algumas características gerais desse enquadramento podem ser ressaltadas. Em praticamente todas as notícias produzidas pelo *site*, enquadra-se *animal como centro da notícia*. Assim, esses seres têm sua agência ressaltada em casos em que as notícias, em geral, dão destaque à agência humana ou a aspectos relacionados a humanos. Essa postura, como relatam as ativistas ligadas à organização, tem como intuito construir a idéia do animal como um sujeito, aspecto considerado nesse trabalho como uma dimensão do objetivo de construção do problema da exploração animal. O trecho abaixo (já transcrito no capítulo quatro) demonstra esse tipo de enquadramento.

Silvana: Quando você coloca o animal como o centro da notícia você já... “Animais também são vítimas de incêndio no centro de Recife”. Isso é extremamente importante. E aí a imprensa já sabe disso e começa a pautar a própria imprensa. “Cavalo cai”. [...] Tudo é uma questão de direitos animais, porque eu estou dando ao animal o destaque que ele merece e que ele precisa ter, de reconhecimento dos seus direitos. Da mesma forma que a gente cita que uma pessoa morreu atropelada, eu vou dizer que um animal morreu atropelado. Então, é nesse sentido que, às vezes, as pessoas acham “Não estão falando de direitos animais”. Claro que eu estou falando, porque eu estou equivalendo [*o animal ao humano*].

O objetivo de construção dos problemas é claro na ANDA, sendo visível, por exemplo, na palavra “informar” no seu objetivo institucional. Para cumprir esse objetivo, no entanto, essa organização não opta pela exposição abstrata de conceitos caros a perspectiva dos direitos animais, por sua explicitação didática e pela referência a suas origens filosóficas, como no caso do artigo anteriormente analisado. Antes, essa agência opta pela aplicação tácita da MIAC dos direitos animais para cumprir esse objetivo, como demonstra a estratégia de foco no indivíduo animal nas notícias produzidas pela agência.

A demonstração de uma “racionalidade” (presente no caso anteriormente analisado) também não é a forma pela qual a ANDA busca atingir outro de seus objetivos: a construção da legitimidade da causa. Para cumprir esse objetivo, ativistas desenvolvem enquadramentos baseados na descrição de bons exemplos de relação entre homens e animais que demonstrem

⁴⁶ É necessário ressaltar que não foi conduzido nenhum levantamento sistematizado de classificação de notícias dessa agência. As conclusões expostas nessa seção estão baseadas apenas no acompanhamento não sistematizado das notícias publicas no *site* dessa agência ao longo do ano de 2013 e nas entrevistas concedidas pela fundadora da ANDA e por uma voluntária dessa agência de notícias ao pesquisador. Para que essas conclusões sejam mais seguras, no entanto, aponta-se a necessidade de uma análise sistematizada das notícias produzidas pela ANDA.

⁴⁷ Na análise do caso da ANDA são analisados objetivos gerais e não as intenções específicas de um ator em uma interação, na medida em que não foi selecionada uma interação específica para esse estudo.

a possibilidade de mudança. Assim, *legislações que regulem essa relação e exemplos pessoais de proximidade entre esses seres são descritas e enquadradas como bons exemplos.*

Regina: Eu não quero emocionar ninguém. É só para, de verdade, tanto para o mal quanto para o bem, retratar o que acontece. [...] Claro que a quantidade de notícias ruins de exploração, de tudo isso, é muito maior. Mas quando aparecem esses alíviosinhos no meio de um mar de notícias, dá um “Nossa. Olha só”. [...] É o que dá para fazer. São exemplos para criar essa consciência. [...] É para mostrar iniciativas. Sabe? Porque o pessoal reclama. O pessoal acha que não tem nada a ver e “Nossa. É só um animal”. E olha aí esse caso, por exemplo. O cara é mendigo, o ser humano não tem a menor condição, mas ele, mesmo assim, nessa condição fodida, ainda se preocupa com o animal. [...] É sempre a forma como você encara, a consciência que você tem. [...] É o que acontece realmente. Existe gente que pensa diferente e toca a vida assim. Sabe? Como, por exemplo, esse cara aí sem teto.

A legitimidade da causa também é construída por ativistas da ANDA por meio de enquadramentos que apresentem *descrições de atividades de militantes textualmente conectadas à perspectiva dos direitos animais* ou da proteção animal. Assim, é demonstrada a existência de indivíduos que se engajam na questão animal. O espaço destinado a ativistas de organizações abolicionistas pode ser interpretado dessa maneira.

Regina: [...] A gente é uma agência de notícias, então, a nossa preocupação é, realmente, trazer esses assuntos à baila para que cause uma discussão, cause uma discussão dentro da cabeça das pessoas, discussão entre uma pessoa e outra, é... Eu entendo assim. É trazer as coisas à baila, para que as pessoas saibam o que acontece. Não só saibam, como se conscientizem como... Sei lá. Percebam que existe gente lutando também por isso.

O trecho acima demonstra, ainda, outros dois objetivos construcionistas da ANDA: o convencimento ideológico por meio da reflexão pessoal e do debate público e a denúncia. O objetivo de convencimento ideológico é claro na palavra “transformar” exposta no lema da organização, já que ela é associada à expressão “informar” sobre os direitos animais. Como exposto anteriormente, esse objetivo é cumprido por meio do *enquadramento ideológico e da rejeição ao uso de molduras alternativas* que tenham como único intuito garantir o apoio imediato do interlocutor. Os trechos de entrevista com a militante Silvana transcritos no capítulo quatro e que se referem ao objetivo de convencimento ideológico ilustram esse argumento.

Já o objetivo de denúncia também é cumprido por meio da *descrição de atividades vistas como especistas, enquadrando-as como formas de exploração animal*. O trecho transcrito no capítulo quatro em que a militante Regina defende a necessidade de usar as palavras “exploração” e negar palavras como “dono” demonstra esse tipo de enquadramento. A preocupação com a substituição de palavras e com a ênfase em expressões conectadas à ideologia do movimento no enquadramento interpretativo pode ser interpretada também como relacionada ao objetivo de desconstrução de práticas naturalizadas. O objetivo de desnaturalização, portanto, ao contrário do caso anteriormente analisado, não é perseguido por

meio da crítica abstrata a conceitos rivais (como o de tradição no caso anterior), mas simplesmente pela *negação do uso de categorias vistas como especistas para a descrição dos eventos noticiados pela agência*, sendo substituídos por enquadramentos ideológicos.

De uma forma geral, observa-se, portanto, que o enquadramento ideológico da ANDA não se baseia na divulgação dos conceitos abstratos, na crítica a enquadramentos rivais ou na divulgação de textos opinativos próprios da organização, como no caso anteriormente analisado. O enquadramento por molduras ideológicas desenvolvido por essa agência está baseado, principalmente, na descrição de eventos por meio da aplicação tácita dessas molduras aos acontecimentos noticiados. Assim, animais são colocados no centro da notícia como sujeitos, legislações abolicionistas e relações de afeto entre homens e animais são enquadrados como bons exemplos, práticas naturalizadas são descritas como formas de exploração animal e termos vistos como especistas e responsáveis por essa naturalização são ocultados. Mesmo enquadramentos explicitamente opinativos, como aqueles encontrados em “notas da redação” adicionadas a matérias reproduzidas de outros veículos de comunicação, se centram menos na divulgação do enquadramento abolicionista e mais na sua aplicação a práticas naturalizadas. Ainda assim, tais notas ocupam uma pequena parte do texto que têm como característica principal de seu enquadramento a descrição de acontecimentos.

Outra característica do enquadramento produzido pela ANDA é ressaltada (de forma crítica, em alguns casos) por militantes de outras organizações: a utilização de categorias e o tratamento de temas relacionados à proteção animal. Assim, não apenas animais normalmente utilizados como produtos são foco das notícias dessa agência, mas também animais culturalmente valorizados, tais como cães e gatos. Essa característica parece estar relacionada menos a dimensões interativas e mais a atribuição pré-interativa de características às categorias por parte dos militantes.

Como defendido no capítulo três, a questão da proteção animal ora é vista como um tema antagônico aos direitos animais, ora é vista como um tema complementar e necessário a ele. As ativistas da ANDA parecem se relacionar mais a essa segunda perspectiva. As entrevistadas Silvana e Regina enfatizam em suas entrevistas que animais culturalmente valorizados também são explorados, que a proteção é a ação adequada para a garantia dos direitos desses animais e que a negação desse tratamento a eles consistiria em uma atitude especista. Dessa forma, o enquadramento por molduras associadas à proteção animal por essas ativistas pode ser compreendido, nesse caso, como um enquadramento ideológico dos direitos animais aos olhos das militantes.

Essa característica pré-interativa, apesar de fornecer uma explicação aparentemente satisfatória para a segunda peculiaridade da ANDA aqui apresentada (a utilização de categorias relacionadas à proteção animal) frente ao enquadramento conceitual analisado no último capítulo, não explica a sua ênfase em descrições de eventos em detrimento de uma discussão conceitual conduzida em um nível mais abstrato. Defende-se nesse trabalho que essa peculiaridade está conectada ao caráter jornalístico que a militância da ANDA assume. Porém, quais são essas especificidades da situação de fala jornalística e do papel assumido por repórteres de agências de notícias? Que características imaginadas dos leitores e, principalmente, dos jornalistas de outros veículos permitem que a ANDA tenha o foco de atividade dirigido para “informar” a mídia e para transformá-la com o intuito de levar a sociedade como um todo ao abolicionismo?

7.2 A ANDA COMO *CIVIC MEDIA ADVOCACY*: CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO

O conceito de *civic media advocacy* (CMA) é utilizado por Waisbord (2009) para compreender um novo tipo de militância em torno da questão da grande mídia que o autor identifica na América Latina. Segundo o autor, o crescimento do número de organizações de movimentos sociais após o contexto de redemocratização na América Latina no final do século XX não foi acompanhado por um crescimento no interesse do tema pelos grandes veículos de comunicação da região, que continuavam mantendo seu foco em questões políticas institucionais e econômicas. Frente a esse quadro, movimentos sociais tradicionalmente utilizariam duas estratégias: a luta pela regulação estatal das empresas privadas de comunicação e a busca por veículos “alternativos” que fossem comandados por organizações de movimentos sociais ou por outros grupos da sociedade civil. A CMA surgiria, nesse contexto, como uma alternativa a essas duas estratégias tradicionais (WAISBORD, 2009).

Esse novo tipo de militância se caracterizaria pelo uso da grande mídia como um aliado, e não como um oponente, diferentemente das duas estratégias anteriores. Ao invés de questionar as normas de funcionamento da grande mídia ou produzir veículos com normas alternativas, movimentos sociais buscam, por meio da CMA, se adaptar às rotinas jornalísticas com o intuito de influenciar os grandes veículos de comunicação para aumentar a cobertura de determinados temas e reforçar a presença de ativistas na grande mídia. Essa aproximação entre movimentos sociais e mídia é estimulada de inúmeras maneiras por meio

da estratégia da CMA, como: pelo treinamento de ativistas e repórteres para gerar uma melhor compreensão das necessidades uns dos outros; pela crítica eventual aos meios de comunicação de massa, por meio de divulgação de dados a respeito da sua cobertura; e pelo estabelecimento do movimento como uma fonte de notícias para jornalistas, seja por meio do estabelecimento de relações pessoais entre militantes e jornalistas, seja, como no caso da ANDA, por meio da formação de agências de notícias sobre o tema de militância dos ativistas (WAISBORD, 2009).

Para que ativistas adotem a CMA em detrimento das outras duas estratégias tradicionais de oposição clara à grande mídia, Waisbord (2009) defende que é necessário que ativistas atribuam determinadas características aos leitores e à grande mídia. Primeiramente, militantes devem acreditar que a grande mídia tem um papel fundamental na formação de opinião e de conhecimento dos leitores, apesar da emergência de veículos “alternativos” de comunicação. O reconhecimento das lutas e a construção de novos problemas sociais estariam, portanto, relacionados à presença dos ativistas na grande mídia (WAISBORD, 2009).

Ainda, militantes devem acreditar que os vieses de cobertura da mídia estão mais relacionados a problemas institucionais das rotinas de funcionamento dos grandes veículos do que a problemas estruturais de alianças entre a grande mídia e outras elites. Nesse sentido, ativistas da CMA não crêem que as rotinas de funcionamento da grande mídia refletem, necessariamente, os interesses das elites estabelecidas. As redações são vistas como ambientes dinâmicos que podem lidar com demandas exteriores contraditórias e que, por acontecimentos inesperados, podem se tornar antagonistas dos adversários dos militantes (WAISBORD, 2009).

Essas rotinas, no entanto, geram constrangimentos aos jornalistas que os afastam dos ativistas. Jornalistas detêm, por exemplo, poucos recursos humanos e pouco tempo de trabalho. Por consequência, esses profissionais buscam cobrir eventos que demandem pouco tempo e baixos custos operacionais, optando por fontes oficiais (como documentos da política institucionalizada) que forneçam informações vistas como seguras e “prontas” para a publicação. Assim, ao organizarem-se em forma de fonte de notícia (como uma agência de notícias), movimentos sociais teriam maior possibilidade de romper com os limites institucionais que os separam da grande mídia, o que poderia gerar uma aproximação efetiva entre esses atores, aos olhos dos militantes, já que dificuldades estruturais são vistas como problemas menos relevantes ou até mesmo inexistentes para o estabelecimento dessa relação (WAISBORD, 2009). Tanto a premissa sobre a influência da mídia sobre o leitor, quanto a

premissa sobre os problemas institucionais da mídia são observáveis nas entrevistas realizadas com militantes da ANDA.

A fundadora da ANDA reconhece na grande mídia um tratamento parcial da questão animal. Segundo a ativista, grandes veículos concedem, em geral, maior parte da cobertura jornalística a argumentos de indivíduos interessados na exploração, tal como cientistas e empresários do agronegócio, podendo, inclusive, distorcer depoimentos de ativistas. Essa parcialidade na cobertura da grande mídia, no entanto, não é associada a um vínculo intrínseco e não modificável das empresas de comunicação às elites econômicas e científicas, mas sim a uma falta de informação sobre a perspectiva dos direitos animais.

A história narrada no início desse capítulo, que relata o diálogo entre a militante Silvana e um jornalista que cobria a tramitação da Lei Arouca, ilustra a construção dessa visão. Nessa experiência, o jornalista em contato com a militante não alega ter ocultado a versão dos direitos animais sobre o assunto em pauta por ordens superiores ou pela ameaça que essa perspectiva geraria a interesses de parceiros da empresa em que trabalhava. Antes, o jornalista justificava a ausência da posição abolicionista pelo desconhecimento dessa perspectiva. O trecho de entrevista a seguir também ilustra essa caracterização da mídia. Nele, a ativista se refere a matérias recentemente produzidas pela emissora de televisão Record, caracterizadas por Silvana como favoráveis à substituição dos experimentos em animais.

Matheus: Tu achas que tem receptividade na mídia [*para pautas abolicionistas*]?

Silvana: Tem. Tem sim. Se eles tiveram pra vivissecação que era um tabu. Quem aqui questionava os cientistas? Quem questiona os médicos e os cientistas, que são sempre deuses? [...] Então, existe, sim, receptividade [...].

Matheus: Tu achas que é mais uma questão de desinformação, como tu estavas dizendo, como do rapaz que perguntou “Existe esse outro lado?”.

Silvana: Sem sombra de dúvidas. É mais falta de informação mesmo.

Matheus: Tu não achas que pode chegar um ponto em que, por exemplo, as pautas da ANDA podem ir contra interesses econômicos de patrocinadores de grandes *sites* e etc. e isso possa começar a criar uma resistência nesse sentido?

Silvana: Não. Eles sabem a posição da ANDA. Eles sabem qual é a nossa posição. Se tivesse algum problema em relação a isso, digamos assim, eles nem ligariam pra mim, nem pediriam informações.

O jornalista é caracterizado, assim, como um profissional em busca de novas informações, principalmente devido à exigência institucional de produção de conteúdo para os veículos. Observa-se, portanto, uma oposição a uma caracterização que o considere um indivíduo comprometido com o senso comum e com os enquadramentos das elites. Devido a

essa característica dos jornalistas, segundo a fundadora da ANDA, essa organização consegue influenciar a grande mídia.

Silvana: Houve já uma boa receptividade por parte da imprensa, sem sombra de dúvidas. Se você ler o depoimento do Heródoto Barbeiro⁴⁸, ele resume. Ele fala que é claro que os jornalistas querem. Os jornalistas são ávidos por informação. E antes eles não tinham.

Dessa forma, o impacto previsto do enquadramento ideológico (referente a animais valorizados ou não) nos jornalistas de grandes veículos de comunicação é o de compreensão, apoio e aceitação para a publicação. Dessa forma, as militantes da ANDA esperam que sua atividade “informe e eduque” os profissionais da grande mídia.

Silvana: Às vezes, eles [*os jornalistas*] acabam sendo omissos ou contando a história do meio para o fim por falta de informação. [...] A falta de informação gera preconceito e discriminação. Quando você desconhece um assunto, você tem uma tendência de interpretá-lo mal e de não aceitá-lo corretamente. E, então, é isso que a gente busca. A gente busca informar para transformar. Esse é um dos nossos *slogans*. Os jornalistas, eles são receptivos. Só que, antes, era blindado, não existia isso. Sequer eles se davam conta.

Assim, a fundadora da ANDA caracteriza a postura prévia dos jornalistas frente ao enquadramento ideológico dos direitos animais como uma postura de desconhecimento que, no entanto, não se traduz na expectativa de incompreensão após a interação, como esperado pela militante no caso examinado no capítulo anterior. Assim, Silvana destaca mudanças recentes na postura da mídia após a criação da ANDA. Segundo a jornalista, os grandes veículos de comunicação concederiam cada vez mais atenção a temas como os métodos substitutivos em experimentação científica e os maus-tratos a animais domésticos, destacando o impacto de aceitação positiva e de apoio às molduras ideológicas na grande mídia.

Silvana: Eu sentia falta da cobertura deles [*da grande imprensa*]. Uma cobertura equilibrada. Até então, só se falava de animais em zoológicos, ataques de cães e etc. Coisas bizarras. Mas, não tinha esse outro lado que já tem, que é a preocupação com os maus-tratos, a questão da vivisseção que já é pauta da imprensa. A Rede Record [...] vai fazer uma matéria de 25 minutos sobre o caso Dalva. [...] Sobre uma mulher que matava cães e gatos. [...] Uma matéria completa. Antes, não existia. [...] O próprio “Comunique-se”, que é o maior portal da América Latina de jornalistas, reconheceu a ANDA como um importante veículo [...] dessa mudança que está acontecendo. Isso foi em 2011. Eles já reconheceram. Então, a gente já conseguiu uma capa do jornal mais antigo da América Latina. [...] De forma bem natural eles estamparam na primeira página a manchete principal “O País Unido Contra Violência aos Animais”.

A mídia é caracterizada pelas ativistas entrevistadas da ANDA, no entanto, como tendo uma maior simpatia prévia a questões relacionadas a animais culturalmente valorizados. Dessa forma, as militantes prevêm um impacto de maior aceitação e simpatia quando o enquadramento ideológico se refere à proteção de animais como cães e gatos. Em outras

⁴⁸ O depoimento desse jornalista sobre a ANDA se encontra no *site* dessa organização e defende que os jornalistas precisam de pautas a serem desenvolvidas e, logo, consideram bem-vinda a iniciativa da ANDA, que fornece pautas sobre a questão animal (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS, 2012).

palavras, há um impacto condicionado do enquadramento ideológico. A fundadora da ANDA, por exemplo, relata que as notícias de maus-tratos a animais domésticos são aquelas que geram maior repercussão quando publicadas. A utilização desse enquadramento, no entanto, segundo a ativista, não se orienta pela recepção positiva que ela tem no público, mas sim pela sua coerência com a perspectiva ideológica dos direitos animais. O trecho de entrevista a seguir também ilustra essa percepção e antecipação do impacto do enquadramento ideológico.

Regina: Mas eu lembro que a Record [...] era mais com cachorro mesmo. Talvez porque tenha mais esse apelo. Todo mundo, hoje em dia, tem um cachorrinho comprado ou não. As pessoas têm animais muito, pelo menos aqui em São Paulo. Nossa. Todo mundo tem animal. Você vê. Aqui no meu bairro de manhã cedo é um tal de passear com cachorro todo mundo ao mesmo tempo, fica quase um congestionamento na calçada com cachorro. [...] Eu acho que isso comove um pouco mais as pessoas. É porque tem essa cosia do IBOPE por trás. A gente não pode também achar que “Ai. Como a Record é boazinha” [risos]. Fico sempre com o pé atrás vindo deles.

Esse trecho demonstra, ainda, que a concepção da mídia que motiva fundadora da ANDA a formar a organização não é consensual dentro do grupo. Essa militante, que trabalha como voluntária com a tradução de notícias de outros veículos para a ANDA, por exemplo, apresenta uma visão mais cética da mídia em comparação àquela descrita pela fundadora da organização. Assim, o impacto esperado por essa militante das categorias ideológicas vinculadas à defesa da garantia dos direitos aos animais não valorizados culturalmente é negativo, caracterizado pela pouca capacidade de atrair atenção dos jornalistas e por uma rejeição à sua publicação.

Regina: Eu acho que, para a mídia tradicional, isso [*a questão da abolição*] importa zero. A menos que aconteça alguma coisa com algum famoso. [...] Mas eles não se preocupam com esse assunto de verdade. Não tem nem editoria para isso. Sabe? Entra, assim, no Geral. E se tiver uma coisa mais fechada é em coisas de ecologia, mais voltado mais para a parte científica. Direito animal é muito difícil ver. Não entra mesmo. Aí o que a gente acha, o que eu acho é que vai da pessoa ter um trabalhinho a mais de acompanhar a ANDA ou entrar no *site*, ou pelas redes sociais e ler o que a gente coloca no ar.

Nesse trecho de entrevista, o ceticismo da militante da ANDA em relação à grande mídia é compensado pela esperança de impacto positivo do enquadramento ideológico no leitor. O leitor é também caracterizado pelas militantes dessa organização de forma coerente ao que Waisbord (2009) propõe para as CMA. A fundadora da ANDA, por exemplo, o caracteriza como um indivíduo que constrói suas opiniões tendo como uma das bases importantes de referência o trabalho da mídia. Assim, a exemplo do caso estudado no último capítulo, a ativista crê que o enquadramento ideológico veiculado pela mídia possa causar um impacto de reflexão moral nos leitores, mesmo que essa reflexão possa levar o leitor a conclusões abolicionistas apenas em longo prazo. Nas palavras da ativista, há uma crença de que o enquadramento proposto pela ANDA possa começar a “educar” a sociedade. Nesse

sentido, a ativista alega ter como principal objetivo divulgar, por meio da grande mídia a perspectiva dos direitos animais.

Silvana: Eu quero educar também para esse novo entendimento. A partir do momento em que você informa, você inicia o processo de educação. Você vai formando. Não é a toa que eu uso nas minhas palestras [*a frase*] “Não existe opinião pública, existe opinião publicada”, que é a frase do Winston Churchill. E é isso. Opinião pública. As pessoas não têm opinião, elas têm opinião a partir de algo que é colocado.

As ativistas entrevistadas da ANDA enxergam os leitores, ainda, como indivíduos que têm uma postura prévia múltipla frente às questões animais. A fundadora da organização, por exemplo, defende que o público em geral tem, hoje em dia, uma atitude de respeito e proteção maior em relação a animais considerados “domésticos” pela população, como cães e gatos. Assim, o enquadramento ideológico da proteção, nesse caso, tem como intuito reforçar uma perspectiva já existente na população como um todo, dando suporte à denúncia e à condenação de casos que violem os direitos dos animais culturalmente valorizados. O impacto esperado das categorias de proteção animal, portanto, é duplamente positivo aos olhos das ativistas, atraindo atenção (como visitas ao *site*) e apoio dos leitores.

Silvana: A questão dos domésticos é muito mais de maus-tratos físicos, a violência em si, porque eles já alcançaram dentro da sociedade um patamar moral muito acima dos animais que são explorados para consumo alimentar, para peles e etc. Então, já há, naturalmente, uma proteção. [...] E para as pessoas que não agem dessa forma, [...] não pela parte apenas dos protetores, mas da sociedade em si, já há uma indignação por esse reconhecimento. Então, há uma cobrança.

Mesmo em relação a animais não valorizados culturalmente, os leitores são vistos como indivíduos que se opõem a casos de exploração extrema, ou seja, a ameaças ao bem-estar dos animais. Dessa forma, a denúncia por meio de uma descrição que explicita e destaque a exploração a animais não valorizados pode ter um impacto positivo de atração de apoio à causa e, portanto, se apresenta como uma alternativa importante de enquadramento.

Regina: Eu me lembro de uma [*notícia*] dos ursos que são presos para tirar a bile. Essa eu lembro que teve vários comentários. Porque as pessoas... Eu acho que elas também ficam “Nossa. Olha que absurdo. Um urso trancado assim. O animal não se mexe. Fica em um caninho todo infectado saindo da barriga dele para tirar a bile para fazer uma coisa que nem tem justificativa científica”. O *feedback* é esse.

Os leitores são vistos, no entanto, pela militante Regina, como indivíduos que desvalorizam a militância animal, criticando ativistas por não se engajarem em problemas humanos. Dessa forma, um dos principais objetivos expostos pela ativista em sua fala é o de construção da legitimidade da causa. Nesse sentido, a militante argumenta que um enquadramento claro de direitos animais aplicado a animais não valorizados em situações não vistas como extremas pode gerar incompreensão do leitor.

Regina: É que eu acho que na cabeça das pessoas não faz muito sentido você achar que está errado você abater a vaca e tal. “A vaca é comida. Como não?”. As pessoas não dão um passo atrás para repensar esse tipo de coisa.

Nesse sentido, o impacto das categorias ideológicas ligadas à garantia de direitos aos animais não valorizados é visto como condicionado. Por um lado, a militante Regina destaca a necessidade de apresentação de uma denúncia que deixe clara uma exploração que possa ser considerada excepcional pelo leitor. Por outro lado, a militante Silvana destaca a necessidade de que o enquadramento não ocorra de forma abstrata. O leitor é concebido, nesse sentido, como um indivíduo interessado em ter informações sobre acontecimentos, estando menos interessado em discussões teóricas. Dessa forma, o impacto positivo do enquadramento ideológico só é esperado pela militante Silvana se discussões abstratas são colocadas em segundo plano frente à descrição de eventos.

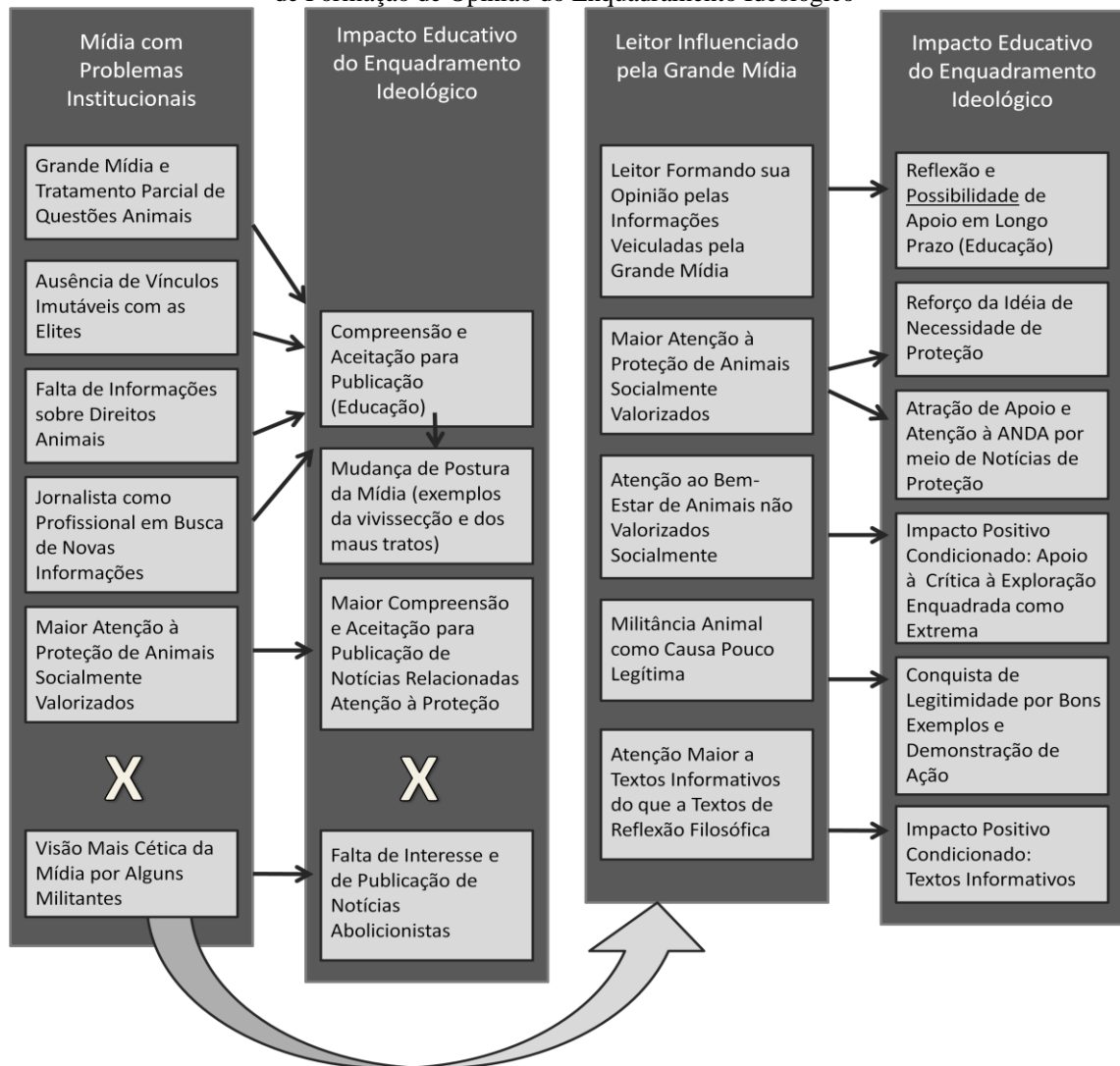
Silvana: A gente não é um *site* acadêmico. Nós não somos um *blog* ou um *site* teórico. A gente é um portal de notícias. A gente tem artigos que aprofundam o tema, a gente tem as colunas que aprofundam o tema. Indicamos *blogs* e *sites* onde as pessoas podem obter mais informações. E damos notícias. Então, eu acho que a gente consegue equilibrar a questão dos direitos animais de uma forma **bem** bacana. [...] Porque se fosse um *site* acadêmico já não ia interessar. [...] O mundo tá muito antenado nas notícias.

É interessante comparar essa visão àquela da militante que redige o artigo estudado no capítulo anterior. Por um lado, a militante gaúcha enfatiza o impacto de legitimação do movimento por meio de um enquadramento conceitual abstrato, como a explicitação e explicação dos conceitos importantes para o ativismo abolicionista. Por outro lado, a fundadora da ANDA crê em um impacto de afastamento do interesse do leitor quando esse tipo de enquadramento é fornecido. Essa discordância em relação às características dos leitores e em relação ao impacto das molduras ideológicas neles ajuda a compreender as diferentes formas que o enquadramento conceitual toma em cada caso.

Em suma, a ativista fundadora da ANDA concebe a mídia como um ambiente com problemas institucionais e não estruturais e os jornalistas como indivíduos que valorizam novas informações. Por esse motivo, antecipa-se um impacto educativo de valorização e publicação do enquadramento ideológico. Ativistas da ANDA que têm uma visão mais cética da mídia podem encontrar motivações para utilizar um enquadramento ideológico na caracterização dos leitores. Esses atores são vistos como indivíduos influenciados pela mídia, que dão maior atenção a questões de proteção ao animal socialmente valorizado, mas que podem apoiar enquadramentos abolicionistas sob determinadas circunstâncias. Assim, o impacto das molduras ideológicas previsto é também educativo desde que, quando o enquadramento se referir a animais pouco valorizados socialmente, haja descrições de

exploração extrema ou que a notícia se pautar por um enquadramento descritivo e não filosoficamente abstrato (Figura 16).

Figura 16 - Caracterização da Mídia por meio de Problemas Institucionais e Antecipação de Impacto Educativo e de Formação de Opinião do Enquadramento Ideológico



Fonte: autoria própria.

O último trecho de entrevista citado também demonstra outra questão importante para compreender a diferença de opção de enquadramento. A ativista conecta a sua tendência a produzir descrições ao fato de a ANDA ser um portal de notícias. Mas quais são as implicações de ocupar o papel de fonte de notícias no contexto jornalístico? Quais são as regras implícitas de fala nesse contexto que levam a ativista a essa postura?

7.3 O JORNALISMO PROFISSIONAL: SITUAÇÃO DE FALA E PAPEL SOCIAL

Segundo Goffman (1986), para todo papel social são convencionados direitos e deveres. Ou seja, o desempenho de um papel social traz consigo sempre recursos e exigências. Quando militantes de direitos animais se organizam estruturando uma agência de notícias, assumem perante o público um papel específico visando seus benefícios, porém, arcando com seus custos: o papel de jornalista. Para a análise desse papel social, assim como da situação de fala em uma agência de notícias, são utilizados depoimentos não só dos ativistas da ANDA, mas também de outros ativistas que desempenham a profissão de jornalista.

Ativistas que desempenham papéis jornalísticos alegam ter *acesso a informações privilegiadas*. Isso pode ocorrer de diversas formas. Jornalistas podem, em um primeiro exemplo, ter contatos pessoais com profissionais inseridos em grandes veículos de comunicação que lhes repassem informações quando solicitados. Indivíduos desempenhando esse papel podem, ainda, receber de forma passiva informações de sujeitos que desejam que determinado evento seja publicizado. Uma militante que desempenha esse papel e que trabalhava, anteriormente, como assessora de imprensa de um deputado estadual do Rio Grande do Sul relata, nesse sentido, no trecho de entrevista abaixo, como obteve informações sobre problemas no tratamento de cavalos na chamada “cavalgada do mar”.

Sônia: Eu lembro que eu estava no trabalho e alguém me ligou. Uma pessoa me ligou denunciando, falando da Cavalgada. Na realidade, quem falou disso foi uma assessora de uma deputada que não quis se identificar. Ela disse que a deputada estava participando da Cavalgada. Ela estava acompanhando e relatou que, eu acho que sei lá quantos cavalos tinham caído de cansados. Estavam exauridos e tombaram. E disse que era uma crueldade. Não quis se identificar e nem falava.

Ainda no que tange à obtenção de informações privilegiadas, esses profissionais podem as obter de forma mais fácil de órgãos oficiais se comparados a outros indivíduos, na medida em que são vistos por outros atores como pessoas dotadas de legitimidade para a exigência de informações. Um ativista relata, por exemplo, que, para obter informações sobre o uso de carroças com tração animal na cidade de Porto Alegre de forma mais fácil, se apresentava como jornalista para o órgão público local que coordena o trânsito dessa cidade. Essa forma de obtenção de informações torna visível mais um recurso do papel jornalístico, a legitimidade perante o interlocutor.

O principal recurso desse papel quando desempenhado por ativistas de movimentos sociais relato pelos militantes, porém, é o *aumento da possibilidade de diálogo com a grande mídia*. Profissionais de grandes veículos de comunicação, pela sua necessidade de produção

de notícias em grande escala para cumprir pautas, parecem recorrer a informações de outros profissionais, como aqueles vinculados a agências de notícias. Esse acesso à imprensa não se dá, no entanto, de forma livre. Apenas jornalistas que cumprem as exigências de seu papel são considerados interlocutores confiáveis e essa ocupação de espaço ocorre com certas peculiaridades.

Primeiramente, *o desempenho de um papel jornalístico impede o desempenho de um papel militante* em um mesmo momento em uma interação. Assim, ativistas podem ter que optar entre acessar a mídia para influenciar internamente sua cobertura ou acessá-la assumindo publicamente um papel militante, que torna possível, por exemplo, a chamada dos leitores a atividades de protesto. A fundadora da ANDA, por exemplo, alega não poder publicar notícias em que a agência chame indivíduos para determinada ação contestatória.

Ainda, a interação com a mídia por meio de papéis jornalísticos, segundo os ativistas, *dificulta o acesso do ator a determinadas situações de fala*, tais como a seção de artigos de um jornal. Essa limitação, portanto, dificulta o enquadramento conceitual por meio da exposição didática de conceitos abstratos da ideologia abolicionista. No trecho de entrevista a seguir, um militante que desempenha esse papel compara-o ao papel epistêmico.

Felipe: Nas vezes em que, eventualmente, eu entrei para falar alguma coisa na televisão, eu acho que era diferente, [...] porque eu não tenho formação acadêmica e nem quero ter. E, de alguma forma, isso não me legitima para dizer, às vezes, as mesmas coisas. Mas se tu digitas no *Google*, aparece mil vezes o meu nome e “Vanguarda Abolicionista”. “Quem fala pela Vanguarda Abolicionista? É você? Tá”. Tipo assim “É a assessoria de imprensa”. Uma coisa mais ou menos assim. Por isso que tu não vais ver artigos meus publicados aí. Não estou dizendo assim “Ah!” e estou dando uma desculpa. Não. É que eu entendi bem [...] Muitas dessas coisas [*se referindo às notícias apresentadas ao entrevistado*] foram publicadas [...], porque eu, como assessor de imprensa, cheguei e fiz assim, olha. Publiquei. E está publicado. Não é assim, eu estou falando isso e “Assinado: [Felipe]” e publica. São maneiras diferentes. Eu acho que esse texto assinado, assim, “Olha. É o especialista dando a opinião dele. É louca, mas é a opinião dele”, vale pela formação da pessoa. E quanto mais formação, mais tu entras para falar.

O acesso a mídia, além de limitado a algumas formas, também não é garantido se os demais indivíduos que desempenham esse papel não consideram as informações do militante como confiáveis. Nesse sentido, a principal exigência do papel jornalístico relatada pelos ativistas é a transmissão de *credibilidade do profissional*.

Para demonstrar sua credibilidade, a fundadora da ANDA, por exemplo, recorre a diversas estratégias. A militante reforça em suas entrevistas que sua organização conta com um amplo quadro de funcionários com funções idênticas às aquelas encontradas em qualquer outra redação. É reforçada, também, a idéia de que todos os colaboradores são reconhecidos em suas profissões. Ainda, a militante ressalta que a ANDA produz uma quantidade de notícias análoga àquela encontrada em agências de notícias “tradicionais”. Em todas essas

falas a idéia exposta é a de “profissionalismo”. Assim, Silvana utiliza expressões como “redação profissional”, “ritmo e hierarquia de uma redação digital” e “sustentação profissional” em suas entrevistas.

Outro aspecto que aparece, de forma implícita, na fala da fundadora da ANDA, como uma necessidade para a garantia da credibilidade do desempenho do papel jornalístico, é o conhecimento das regras tácitas da atividade jornalística, o que pode ser interpretado como a capacidade de adequação do indivíduo às normas implícitas das situações de fala. No trecho abaixo, a necessidade desse conhecimento é explicitada quando a militante se defende de críticas feitas por outros ativistas à ANDA.

Silvana: Eu não tenho paciência. Essas coisas eu nem vou responder mais, porque para fazer um *site* como a ANDA, tem que entender, antes de tudo, de jornalismo.

As situações de fala dentro do universo jornalístico, como defendido anteriormente, são diversas. No entanto, especificidades da situação de fala em uma agência de notícias podem ser observadas. Nessa situação de fala, por exemplo, a entrevistada aponta para a *necessidade de certificação* de outros indivíduos, que desempenhem papéis epistêmicos

Silvana: Eu trabalho, exatamente, com a imprensa. A imprensa trabalha ouvindo pessoas e referendando as matérias com especialistas. Eles não vão chamar o Zé para falar sobre determinado tema. Então isso é algo natural, não é algo estratégico. Isso faz parte, é a essência do trabalho do jornalista.

Essa valorização dos papéis epistêmicos, provavelmente, está relacionada a outra regra tácita dessa situação de fala, a *necessidade de exatidão das informações*. A fundadora da ANDA comemora em suas entrevistas, por exemplo, que, em quatro anos de existência, a organização só precisou retratar informações incorretas em uma ocasião.

Outra característica da situação de fala em agências de notícias, segundo a ativista, é a *necessidade de diversidade temática* das notícias produzidas. Agências de notícias devem, nesse sentido, apresentar informações para todas as seções que fazem parte de um veículo de comunicação de massa. Essa regra tácita de fala nessa situação pode auxiliar a compreensão da diversidade dos enquadramentos propostos pela ANDA, que reúne desde notícias sobre temáticas lúdicas envolvendo animais socialmente valorizados, até denúncias sobre o uso de animais em experimentos científicos ou sobre condições insalubres de manutenção de animais de fazenda. Dessa forma é possível compreender também o motivo pelo qual essa agência de notícias não opta exclusivamente por um enquadramento conceitual por exposição e divulgação dos conceitos abstratos, como aquele proposto pela ativista no caso analisado no capítulo anterior, mas sim pela aplicação da moldura a eventos relacionados a temáticas

diversas.

Silvana: É preciso entender que a ANDA não é um *site* filosófico de direitos animais. De filósofos e etc. e tal. É um *site* jornalístico. Então, eu vou falar de comportamento sob a perspectiva dos direitos animais. Eu vou falar de cultura sob a perspectiva dos direitos animais. Eu vou falar de economia sob a perspectiva dos direitos animais. De política... Todas as editorias que fazem parte da grande imprensa estão contidas dentro da ANDA.

Essa opção de enquadramento não é compreendida, no entanto, apenas por essa característica da situação de fala em agências de notícia. O enquadramento por molduras conceituais baseado na exposição ou crítica a conceitos “rivais” é dificultado, nesse caso, por outras regras implícitas: a *necessidade de reportar acontecimentos*, ou seja, de descrevê-los enfatizando-se elementos empíricos no enquadramento interpretativo e a decorrente *impossibilidade de fala teórica ou opinativa*. A oposição entre “jornalismo” e “filosofia”, presente na fala anterior da militante Silvana, assim como em outra fala sua transcrita no início desse capítulo em que a ativista defende o interesse do leitor por notícias em detrimento de reflexões filosóficas, demonstra essa oposição. Outros ativistas reconhecem também essa regra tácita, apontando que as notícias produzidas pela ANDA não têm caráter de exposição abstrata dos conceitos na medida em que “a notícia é o que acontece” ou que, em regra, “direitos animais não geram notícias, geram reflexões”.

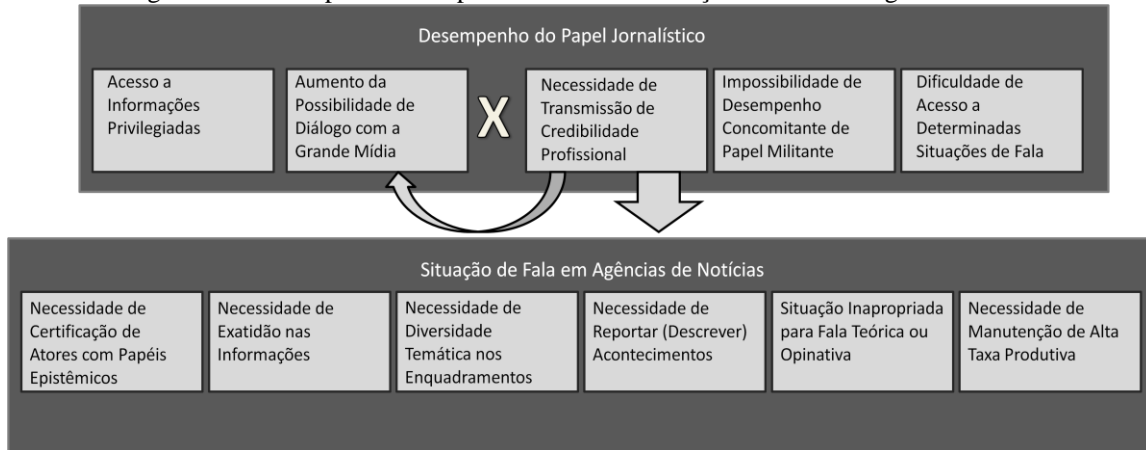
Por fim, uma última característica da situação de fala em agências de notícias é a *necessidade de manutenção de uma alta taxa de produção de notícias*. Na medida em que a ANDA conta com recursos limitados, nem todas as notícias vinculadas pela organização foram por ela produzidas e, logo, nem todo enquadramento interpretativo é por ela controlado. Assim, em muitos casos, o enquadramento ideológico se dá por meio de pequenas notas de redação no final do texto.

Silvana: A ANDA é abolicionista. Eu já te falei. Claro que nem todas as notícias que saem na ANDA são abolicionistas, porque a gente tem um conteúdo tão grande, quarenta publicações em média por dia, e seria impossível fazer tudo abolicionista. A gente não tem estrutura. Então, a gente replica, mas a gente tenta dar uma nota de redação, que é para passar o nosso olhar.

Em suma, as exigências do desempenho do papel jornalístico aliadas às características da situação de fala em uma agência de notícias, como a necessidade de reportar acontecimentos em detrimento da exposição de opiniões, favorecem um enquadramento conceitual baseado na descrição de eventos por meio da aplicação tácita das molduras ideológicas abolicionistas, e não por meio da exposição didática dessas molduras de forma mais abstrata (Figura 17). Aliando-se esses fatores à crença da valorização de reportagens em detrimento de reflexões filosóficas abstratas, assim como à crença na capacidade de reflexão

ética e mudança de opinião dos leitores e de jornalistas, o enquadramento conceitual proposto pela ANDA poder ser, ao menos parcialmente, compreendido (Figura 18).

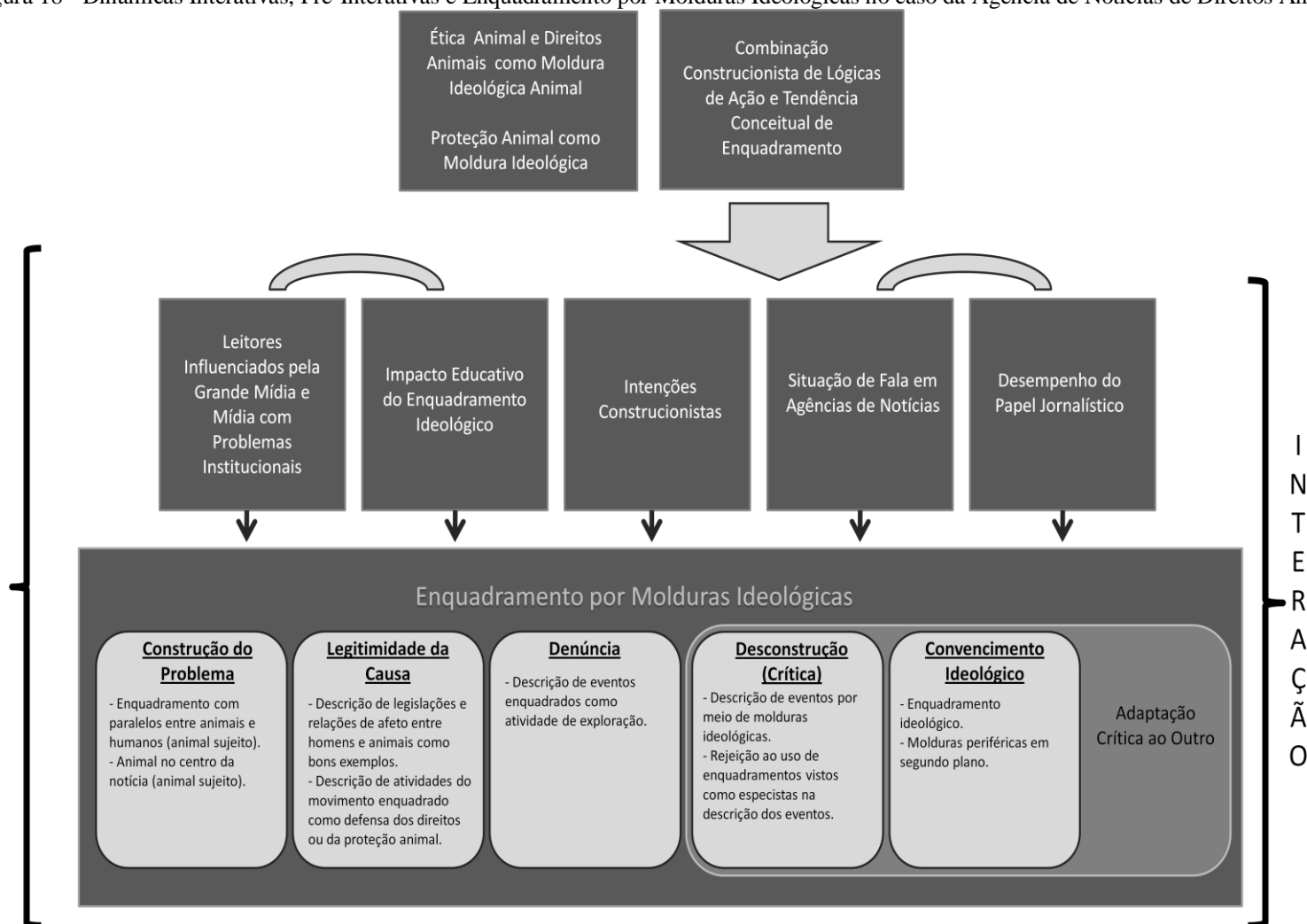
Figura 17 - Desempenho do Papel Jornalístico e Situação de Fala em Agências de Notícias



Fonte: autoria própria.

Comparando-se o caso dessa organização com o caso da interação analisada no capítulo anterior, é possível observar como diferentes dinâmicas interativas levam organizações com a mesma combinação de lógicas de ação e com a mesma tendência de enquadramento interpretativo a optarem por diferentes estratégias de enquadramento dentro de uma mesma tendência. Resta, no entanto, observar como dinâmicas interativas atuam no caso de organizações que privilegiam combinações pragmáticas ou identitárias de lógicas de ação.

Figura 18 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Ideológicas no caso da Agência de Notícias de Direitos Animais



Fonte: autoria própria.

8 ABOLICIONISMO PRAGMÁTICO EM INTERAÇÃO COM A MÍDIA: “PRESSÃO PELO FIM DAS CARROÇAS”

Em uma reunião, ativistas de direitos animais se encontram com o prefeito de Porto Alegre que, então, buscava sua re-eleição. Um adesivo fixado à roupa de um dos ativistas chama a atenção do político. Nele está contida a identificação de um grupo que passara os últimos meses pressionando o poder executivo municipal para aprovar uma polêmica lei que proíbe a circulação de carroças de tração animal na capital: a POA Melhor. Imediatamente o prefeito pergunta: “Então, são vocês?”.

A dúvida do político é pertinente. O grupo se mantinha anônimo até o momento, distribuindo panfletos, colando adesivos e publicando *outdoors* na cidade, pressionando vereadores e prefeito para a aprovação dessa lei, o único objetivo dessa organização temporária. A POA Melhor surge quando o antigo projeto de lei sobre o trânsito de carroças de tração animal, esquecido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, é colocado novamente em pauta por um vereador local. A organização se estrutura em forma de coalizão de ativistas de diversas organizações, principalmente de grupos ligados aos direitos animais, mas também de militantes da proteção animal, que se reuniam periodicamente para discussões estratégicas.

A estratégia geral de enquadramento dessa organização pode facilmente ser compreendida por meio da noção de tendência retórica de enquadramento. Militantes de proteção e de direitos animais defendiam a aprovação da lei baseando-se em argumentos diversos, incluindo-se elementos não relacionados a questões animais. Assim, ativistas destacavam, em suas atividades de militância, os problemas que a circulação de carroças gerava no trânsito da capital gaúcha, a existência de trabalho infantil na atividade realizada com esse tipo de carroça e os impactos ambientais e na saúde humana que o recolhimento do lixo efetuado de forma não sistemática poderia originar. Essas questões, apesar de serem consideradas problemas reais pelos ativistas, não constituíam o foco de militância dos entrevistados, podendo ser consideradas, portanto, molduras periféricas, ao menos aos olhos dos ativistas consultados.

Aliando-se a esse enquadramento, molduras relacionadas à questão animal eram inseridas. Ativistas, no entanto, se baseavam em enquadramentos da proteção animal, ocultando intencionalmente a moldura ideológica dos direitos animais. Se, para alguns militantes de proteção inseridos no grupo, esse enquadramento poderia ser considerado uma moldura ideológica, para a maioria abolicionista, no entanto, a proteção animal se contrapunha em diversos pontos aos direitos animais, sendo considerada uma moldura

periférica por esses atores. Apesar disso, a moldura periférica da proteção forma a base do enquadramento conduzido na interação analisada nesse capítulo. Junto a esse enquadramento, ativistas utilizam, nessa interação, ainda, a moldura da tradição gaúcha, enfatizando a importância simbólica que o cavalo tem para os adeptos do tradicionalismo e para a população desse estado como um todo.

Ocultando a moldura ideológica dos direitos animais, utilizando a proteção como moldura periférica e se “aliando” à tradição, ativistas de direitos animais apresentam, nesse caso, portanto, uma postura completamente distinta àquela observada nos dois casos anteriormente analisados, adaptando-se cooperativamente ao outro. Afora a combinação pragmática de lógicas de ação e a tendência retórica de enquadramento interpretativo da organização POA Melhor, que dinâmicas interativas ajudam a compreender a opção por essa postura?

8.1 “PREFEITO: AGORA ESTÁ EM SUAS MÃOS O DESTINO DE UM DOS SÍMBOLOS DO RS”: INTENÇÕES PRAGMÁTICAS E ENQUADRAMENTO POR MOLDURAS NÃO IDEOLÓGICAS

Quando o projeto de lei apoiado pelos militantes foi aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, restava apenas a sanção do prefeito da capital do Rio Grande do Sul para a proibição do trânsito de carroças com tração animal nessa cidade. Os membros do Executivo municipal, no entanto, adiavam a assinatura dessa polêmica lei. Os ativistas da POA Melhor se engajaram, então, em uma campanha de pressão pública ao prefeito dessa cidade para a finalização do processo.

Em uma movimentada rua de Porto Alegre, militantes instalaram um *outdoor* com as cores da bandeira do Rio Grande do Sul, com uma foto de um cavalo morto no asfalto com claros danos físicos e com as seguintes frases “Prefeito: Agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do RS. Pelo fim das carroças!”. Uma jornalista do jornal *Correio do Povo*, simpática à aprovação da lei e defensora de animais ditos domésticos, toma conhecimento do anúncio dos militantes e o noticia em um dos maiores jornais do estado (Figura 19).

A intenção dos ativistas, tanto com o *outdoor*, quanto em sua interação com a representante da grande mídia, segundo depoimentos concedidos ao pesquisador, era apenas uma: criar pressão pública ao prefeito para a sanção da lei. Essa intenção pode ser categorizada como uma intenção pragmática. Primeiramente, o objetivo final da interação é a aprovação de um ganho prático por meio da política institucionalizada para os alvos da

Figura 19 - Reprodução Parcial da Reportagem “Pressão pelo fim das carroças”

6 ■ SÁBADO | 16 de agosto de 2008

CORREIO DO POVO

Geral
geral@correiodopovo.com.br
Editora assistente: Ana Paula Acauan

Queremos que a lei seja sancionada em função dos maus-tratos aos animais. Esses cavalos realizam um trabalho escravo.

do Movimento PoA Melhor: Sem Carroças

Comissão da Câmara analisa redação do projeto
■ Conforme a Câmara Municipal, a redação final do projeto sobre o fim das carroças está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça, para, posteriormente, ser encaminhado ao Executivo. Na comissão, é conferido se o texto está de acordo com o aprovado no Legislativo. A proposta, de autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB), prevê que a circulação de carroças seja proibida dentro de oito anos. O Executivo deverá cadastrar os condutores e viabilizar a sua transposição para outros mercados de trabalho.

Com a extinção das carroças, 300 toneladas de material deixarão de ser recolhidas por dia. Serão gastos R\$ 1,5 milhão dos cofres públicos.

do Movimento Nacional dos Catadores

Pressão pelo fim de carroças

A pesar de aprovado em junho na Câmara, o projeto que proíbe a circulação de carroças na Capital em oito anos não foi enviado para a prefeitura. Defensores dos animais seguem em expectativa, alegando preocupação com os “constantes maus-tratos que cavalos são submetidos nas ruas”. Para chamar a atenção sobre o tema, o Movimento Porto Alegre Melhor: Sem Carroças deflagra ações. Distribui adesivos e coloca um *outdoor*, no final de semana, na Lima e Silva, próximo à Ipiranga, com a foto de um cavalo morto. A idéia é que mais *outdoors* sejam espalhados.

O coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, , disse que 12 mil carroças circulam em Porto Alegre e mais de 80 mil pessoas dependem delas. “O projeto termina com o trabalho dos catadores.”

REPRODUÇÃO / CP



Prefeito: agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do RS

Pelo fim das carroças !

www.portoalegremelhor.org

Outdoor do Movimento Porto Alegre Melhor ficará na Lima e Silva

Fonte: PRESSÃO PELO FIM DAS CARROÇAS, 2008.

militância, no caso, os animais e, particularmente, os cavalos que puxam carroças no trânsito de Porto Alegre. O objetivo com a mídia é o ganho de visibilidade à causa, ou seja, a mídia serve como uma ferramenta para a divulgação do movimento e de sua causa e para que militantes consigam “atingir um público maior” e não como um veículo de educação ou de deliberação. O *outdoor*, dessa forma, foi, desde o início, planejado para atrair a atenção da grande mídia, atingindo um público maior e criando pressão para a obtenção de um resultado junto às instituições políticas, intenções idênticas aquelas descritas por autores da TPP em suas análises da relação entre movimentos sociais e mídia (Figura 20) (McADAM, 1999; McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999).

Figura 20 - Intenções Pragmáticas na Interação que Origina a Reportagem “Pressão pelo fim das carroças”

Intenções Pragmáticas			
<p><u>Resultados Práticos</u></p> <p>- Obtenção da proibição do uso de animais como tração de carroças em Porto Alegre.</p>	<p><u>Interesses Imediatos</u></p> <p>- Obtenção de um resultado imediato de abolição de uma prática de exploração e não na futura abolição total.</p>	<p><u>Conquista de Aliados</u></p> <p>- Garantir visibilidade na grande mídia. - Garantir apoio e pressão pública.</p>	<p><u>Influência Política</u></p> <p>- Conquistar uma legislação abolicionista.</p>

Fonte: autoria própria.

O enquadramento desenvolvido pelo grupo, nesse caso, pode ser dividido em dois momentos. O primeiro momento do enquadramento ocorre no planejamento da confecção do *outdoor*. Esse processo, segundo os militantes, ocorreu em conjunto, sendo que o responsável final pela elaboração do material foi o militante Alexandre, profissional do design. O segundo momento do enquadramento ocorre no depoimento dado pela militante Sônia à repórter do jornal Correio do Povo. Mesmo essa interação conduzida por apenas uma militante apresenta influências dos demais ativistas do grupo, na medida em que, segundo relatos dos entrevistados, as estratégias de enquadramento eram definidas anteriormente em conjunto, estando em algum nível padronizadas entre todos os participantes. Trechos de duas entrevistas ilustram essa definição em conjunto das estratégias.

Davi: Eu acho que, na época [*da notícia*], a gente já tinha, mais ou menos, afiado o discurso. Estava, mais ou menos, afiada a coisa. “Não vamos falar isso. Vamos falar, mais ou menos, isso”. Claro, se cada um tivesse a oportunidade, falava no mesmo ritmo. Era meio pré-estabelecido isso.

Felipe: Todo mundo já sabia dessas questões de o que fazer. Aí ela já fazia parte do núcleo duro da coisa. Não era alguém de fora. Alguém de fora ia falar bobagem. [...] Então, quando saiu o *outdoor*, ainda teve um atraso, uma coisa assim e tal. Tanto que a gente nem sabia direito que dia que ia sair o tal do *outdoor*. Alguém um dia viu “Olha. O *outdoor* saiu”.

O enquadramento desenvolvido pelos ativistas, nesse caso, pode ser compreendido pelo conceito de tendência retórica de enquadramento, caracterizado pela adaptação cooperativa ao outro, pela rejeição do uso obrigatório de molduras ideológicas e pela aceitação do uso de molduras periféricas e fabricações. A adaptação cooperativa ao outro se apresenta, principalmente, como uma tentativa de adaptação àquilo que é valorizado e compreendido pelo interlocutor, no caso, o público em geral, a mídia e os representantes políticos, o que pode ser compreendido também como uma adaptação cooperativa ao contexto social.

Felipe: [*Quando tu*] tens que falar para o maior número de pessoas possível, tu não vais de filosofia e de Gary Francione. Tu vais dizer assim “Um cavalo ali judiado. O bicho”. É isso. “Cavalo”, “Lixo”, “Carroça”, “Trânsito”. [...] Poderia ser melhor? Poderia. Mas a gente mesmo notou que não resolve. A gente precisou diminuir o nosso discurso em muitas questões [...] para que as pessoas pudessem entender. Senão, ou tu te tornas um chato, ou tu não és compreendido. E, se não é para ser compreendido, não tem como falar.

No caso em análise, a adaptação cooperativa ao outro leva os ativistas à ocultação premeditada de sua moldura ideológica, o abolicionismo animal, na medida em que ela é vista como um enquadramento pouco compreensível ou simpático ao grande público. Nesse sentido, são ocultadas: expressões abolicionistas; críticas a outros tipos de exploração do cavalo nas quais maus-tratos não são observados; e críticas a outras formas de exploração animal. Nos trechos de entrevista abaixo (uma conduzida junto à militante Sônia e outra conduzida conjuntamente com os ativistas Davi e Ingrid), duas militantes ligam a sua opção pela ocultação ideológica às suas intenções pragmáticas na interação, a aprovação de leis e o foco no interesse imediato do animal. O ativista Davi conecta, ainda, essa opção à adaptação cooperativa ao outro.

Matheus: E tu me disseste que tu não buscavas falar de argumentos mais duros de direitos animais. Por exemplo, chegar “Temos que acabar com a carroça, mas temos que lembrar que os bois, as vacas e etc.”. Isso tu buscavas não falar?

Sônia: Nesse caso, não, porque era uma pauta muito pontual e específica. Como a aprovação da lei era de enorme importância para a causa animal, era temerário transmitir mensagens que pudessem ser mal compreendidas ou rejeitadas pelo grande público. Por isso, a temática do abolicionismo permaneceu velada, em segundo plano, e era tratada dentro de um círculo de aliados restrito.

Matheus: E, em relação àqueles argumentos mais duros de direitos animais. Por exemplo, vocês poderiam ter falado “É. Tem os cavalos nas carroças, mas também temos que libertar os bois e as galinhas que sofrem todo dia. É uma questão de especismo”. Isso não se falava?

Davi: Não. De maneira alguma e nem hoje se falaria. Só se a gente estivesse tratando com um nicho determinado a gente falaria isso. Se eu estou em uma palestra aonde eu sei que tem uma boa porcentagem de abolicionistas ali, eu vou nortear isso aí. Sempre nortear.

Ingrid: Nem nesse tempo e nem se fosse agora. Não. Só ia desviar o assunto. Não ia fazer diferença para os outros animais e muito menos para os cavalos que eram o foco, então não vale a pena.

Observa-se que, na notícia final, a expressão mais similar ao enquadramento de direitos animais presente no texto é a palavra “escravidão”. A ativista Sônia, no entanto, nega que o uso dessa palavra se remeta à moldura ideológica, alegando que ela é, em geral, compreendida pelos indivíduos não abolicionistas apenas como uma ameaça ao bem-estar dos animais.

Sônia: Para a maioria das pessoas que não conhece a filosofia abolicionista e que tem uma mentalidade bem-estarista, a escravidão de um cavalo de tração é entendida como trabalho forçado em excesso, como maus-tratos.

Em substituição à moldura ideológica dos direitos animais, podem ser observados dois enquadramentos não ideológicos desenvolvidos pelos ativistas nessa interação: a proteção animal (uma moldura periférica para a maioria dos ativistas consultados) e a tradição (uma fabricação para a maioria dos ativistas consultados). A dimensão mais aparente do enquadramento de proteção animal no caso é a noção de “maus-tratos”⁴⁹. Esse enquadramento é aparente no trecho de entrevista destacado pela jornalista no topo da matéria, no qual a ativista defende a lei “em função dos maus-tratos aos animais”. A fala da militante utilizada no corpo do texto também enfatiza essa questão. Os trechos abaixo demonstram que o foco no argumento no enquadramento dos maus-tratos não era apenas um viés dado pela repórter, mas sim uma postura defendida pelo grupo em seu planejamento estratégico.

Matheus: Voltando para aquela questão dos argumentos mais duros de direitos animais. Tu falaste que não era o foco da Porto Alegre Melhor.

Alexandre: Não. Nós nunca tivemos o argumento anti especista, era o argumento só dos maus-tratos. [...] **Jamais** foi o argumento anti especista, de libertação animal.

Matheus: Era um argumento parecido, por exemplo, com o da proteção animal, do bem estar animal?

Alexandre: Exatamente. **Maus-tratos.**

A escolha pela fotografia no *outdoor*, que expõe um animal caído no asfalto com danos físicos aparentes, também pode ser interpretada como decorrente do foco na idéia de maus-tratos. O ativista Felipe, autor da fotografia, explica no trecho de entrevista abaixo, a escolha da imagem.

Felipe: A foto não era do engarramento, de uma pilha de lixo. Era um cavalo capotado. Isso choca muita gente. Até a pessoa que não está nem aí. Inclusive o gaudério de fazenda. Sabendo que esse cavalo não morreu de causas naturais nem nada. Ele foi judiado até morrer.

⁴⁹ É importante lembrar que a questão dos maus-tratos não é, para a grande parte dos abolicionistas, a dimensão central geradora de desigualdades nas relações entre homens e animais, na medida em que mesmo casos em que animais são usados para benefícios humanos respeitando-se sua integridade física (ou seja, em que seu bem-estar e sua proteção são garantidos) são vistos como casos de exploração animal e, logo, devem ser condenados.

O trecho de entrevista anterior também demonstra outro intuito do enquadramento pela moldura da proteção: causar um impacto emocional no interlocutor. Como visto anteriormente, a emoção é vista pelos militantes abolicionistas, em geral, como uma moldura periférica ou como uma fabricação, na medida em que seu ativismo é constantemente enquadrado como uma luta racional em oposição a outras formas de defesa animal, que estariam baseadas apenas em emoção, como a proteção animal. O trecho de entrevista abaixo ilustra esse argumento.

Alexandre: O mau-trato é uma coisa feia. O mau-trato ninguém gosta. Nem de animal, nem de planta [...].

Matheus: É uma questão de emoção?

Alexandre: É uma questão de emoção. Sim. Totalmente. Totalmente. Empatia com o sofrimento. Maus tratos. E a gente tinha um filé na mão se tu analisares do ponto de vista da comunicação. [...] A pessoa que viu um cavalo de carroça fica dois dias sem dormir, cara. É muito brutal. E o cavalo tem uma coisa, assim, de doce, de querido. [...] O cavalo, poxa, é um bicho dócil, um bicho carinhoso. Então, tem uma empatia aí. Ele tem certa carga. Apesar de não ser um animal doméstico, assim como tem o cachorrinho e o gatinho [...]. Ninguém gosta de ver maus-tratos. Ninguém gosta de ver.

A emoção despertada está relacionada à idéia de sofrimento do animal, também ligada à noção de proteção aos maus-tratos.

Matheus: E as emoções que vocês buscavam aqui?

[...]

Alexandre: Chocar. Não é toda hora que tu vê uma foto assim. E, mesmo quando um cavalo cai morto, isso só afeta aquelas pessoas que estão ali. Então, a foto congela esse sofrimento, traz ele e descongela. Isso aqui foi na [Avenida] Voluntários da Pátria. Pessoas que sequer pisaram na [Avenida] Voluntários da Pátria viram isso aqui.

Os trechos de entrevista anteriormente expostos indicam também que militantes identificam, no público geral, uma atribuição de valor ao cavalo por um elemento extrínseco ao animal. Ao invés de questionar essa posição e defender o valor intrínseco de todos os seres sencientes (posição da ideologia abolicionista), ou apenas do cavalo, os ativistas optam por “aproveitar” essa valorização existente e utilizá-la a seu favor. O primeiro tipo de valorização desse animal por elementos extrínsecos a ele é a idéia de que o cavalo é um animal “útil” e “bom” para os humanos.

Felipe: Ele [o cavalo] entra naquela categoria “Animais que ajudam as pessoas”. Entende? O cavalo que faz isso e tal, o porco que nos dá comida. Entendeu? Então, o cavalo tem aquela coisa de animal amigo. [...] O animal bonzinho. O animal que ajuda as famílias pobres. É isso. É essa a questão.

Militantes defendem também que o público, em geral, valoriza o cavalo, na medida em que ele não é considerado um animal de consumo, mas sim um animal de companhia ou de

trabalho. Isso o tornaria um animal semelhante a cães e gatos aos olhos da população

Felipe: Cara, esse é um mundo especista. Então, por uma lista de questões históricas, até discutíveis, porque são curiosas até, o cavalo não é um animal de consumo. Tem a teoria dos jesuítas lá. E, para os jesuítas, o cavalo não era um animal de consumo. Então, por ser um animal que não era de consumo e estar morto, isso afeta muito as pessoas. Então, por isso que as pessoas se afetam muito com cachorros, gatos. Porque são os animais da família. E, depois, com outros que são o urso panda, ou se for onça. É uma lista de coisas assim. Já os animais de abate, já é aquela coisa “Não quero ver, porque é grosseiro. É nojento”. Então, no caso do cavalo. tem muito isso aí. Sabe? E a gente começou a notar que muita gente se incomodava com a questão.

Porém, a valorização extrínseca do animal mais utilizada como recurso dos militantes de direitos animais é a tradição. Nesse sentido, o cavalo é visto como um animal valorizado pela população do estado do Rio Grande do Sul por estar conectado às tradições gaúchas.

Alexandre: Não é afeição [*o que os gaúchos sentem pelo cavalo*]. Como eu vou te dizer? É uma questão histórica de o cavalo ter tido, ao longo da história do Rio Grande do Sul, um papel absolutamente decisivo. A história do Rio Grande do Sul se escreve no lombo do cavalo. Todas as nossas batalhas foram feitas por eles. E a nossa vida é campeira. Então, o cavalo tem isso. Ele está intimamente ligado à nossa memória cultural e política. Todas as nossas revoluções foram feitas no lombo do cavalo.

A utilização da moldura da tradição gaúcha na interação em questão pode ser observada no *outdoor* produzido pelo movimento. Embora esse anúncio seja reproduzido em preto e branco no jornal, as suas cores originais correspondiam às cores da bandeira do Rio Grande do Sul: vermelha, amarela e verde. Ainda, os ativistas enquadram o cavalo como “um símbolo do RS”, novamente utilizando a tradição como um argumento para a defesa do animal. Assim, ativistas buscam utilizar o sentimento de “orgulho gaúcho” como um facilitador para garantir o apoio do público.

É interessante contrastar essa postura àquela observada no caso analisado no capítulo sexto desse trabalho, no qual a tradição gaúcha é fortemente criticada pela sua característica especista. Dessa forma, se por um lado militantes construcionistas se dirigem publicamente de forma crítica ao adversário tradicionalista, militantes pragmáticos utilizam o tradicionalismo como recurso para um objetivo específico, sem questionar as práticas especistas atreladas a essa tradição. Os trechos de entrevista a seguir (obtidos em três depoimentos distintos) ilustram a utilização dessa estratégia. Em dois deles os ativistas demarcam fortemente a oposição ao tradicionalismo, classificando-o como uma fabricação, no último deles, um militante atenua essa oposição.

Alexandre: Para quem está na luta de libertação animal, um dos maiores adversários é o MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que é quem adora fazer churrasco, adora fazer rodeio, adora fazer tiro de laço. E eles são muito poderosos. A parte de mídia deles é absolutamente forte. Tanto é que eles estão avançando para cima das crianças, das escolas, para torná-los tradicionalistas. Então, a nossa questão era também chamar para essa questão. “Vem cá, gaúcho, o teu símbolo”. Puxar pelo lado bairrista. Foi proposital. Tanto é que tinha doze *banners* e que um deles eu tinha que escolher e adaptar para *outdoor*. E o escolhido foi esse. Essa chamada aqui

não foi a toa.

Sônia: “Prefeito, agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do Rio Grande do Sul”. Essa mensagem tinha como objetivo fazer pressão para a aprovação da lei apelando à valorização da cultura gaúcha, à gratidão por um animal que teve importância fundamental na história do estado. Mostrar um animal que é um ícone morto, subjugado e humilhado com a convivência da sociedade sugere uma decadência, uma degeneração, uma falência cultural. E o gaúcho preza demais o que chama de tradição, ainda que eu ache que ela seja forjada. Que gestor teria coragem não sancionar a lei e ficar associado aos maus-tratos dos símbolos do povo?

Davi: As cores do Rio Grande do Sul. O orgulho. Tu tens que jogar com isso aí. Até hoje a gente joga com o orgulho. A gente já nem tanto joga, porque a gente tem aquele “Q”. [...] Tu vê. Eu tenho mil e um argumentos contra a tradição e por aí vai, mas eu gosto muito de Luís Marengo. Gosto. [...] Até quando ele larga uma poesia especista total eu consigo contextualizar aquilo e dizer “Isso é bonito. É sincero e leigo”. Tu entendes o limite. Claro que não é isento, mas tu entendes o limite dele.

Abdicar do uso da moldura ideológica abolicionista não significa, no entanto, que ativista abdiquem do enquadramento moral, ou seja, da tentativa de construir determinada situação como moralmente questionável. Ativistas, nesse caso, procuravam realizar esse tipo de enquadramento por meio da moldura da proteção animal. Isso é possível, na medida em que os ativistas desses grupos consideram essa moldura ideologicamente relevante, ou seja, capaz de contribuir para a construção ou a aceitação do enquadramento ideológico, no caso, a MIAC dos direitos animais. Como visto anteriormente, militantes pragmáticos, no caso analisado, tendem a entender que a proteção animal e o bem-estar animal podem ser fases lógicas e práticas para o alcance da abolição do especismo.

Sônia: Na minha opinião, o bem-estarismo é um passo para o antiespecismo. Eu observo que a sensibilização para o abolicionismo se dá, na maior parte dos casos, de forma progressiva. Infelizmente, são raras as pessoas que migram diretamente de uma alimentação onívora para o veganismo. Existe etapas de transição, tanto na questão alimentar, quanto na ampliação da percepção da ciência e dos direitos animais. A gente precisa ter paciência e tolerância para militar pelo abolicionismo nessas circunstâncias, buscando um resultado a médio e longo prazo. Plantando sementes. Mas eu acho que, na medida em que o veganismo e os princípios do veganismo se tornam cada vez mais conhecidos, um número cada vez maior de pessoas vai estar preparado para abraçar diretamente o antiespecismo.

Assim, militantes da POA Melhor incluem na estratégia padrão de enquadramento desenvolvida pela organização uma moldura com caráter moral, mas não ideológico. A respeito da tensão entre molduras periféricas moralmente relevantes e outras molduras periféricas ou fabricações, foram observados militantes que, apesar de concordarem com a estratégia geral da organização de enquadramentos múltiplos, buscam utilizar molduras vistas como moralmente relevantes de forma quase exclusiva na maior parte das interações em que estão inseridos. Esse é o caso da ativista que concedeu depoimento à jornalista no caso em análise.

Sônia: O grupo tinha uma estratégia para abordar o tema que se ramificava de diversas formas. Mas, em minhas falas, eu direcionava a questão para o que, de acordo meus princípios éticos e morais, era o centro, a escravidão e o sofrimento dos animais. As pautas que eu considerava secundárias eram trabalhadas de outras formas.

Em suma, observa-se uma intenção pragmática de uso da mídia para ganho de visibilidade e geração de pressão pública para aprovação de uma lei que poderia favorecer os interesses imediatos dos animais. Para isso, ativistas desenvolvem um enquadramento baseado na moldura periférica da proteção e na fabricação da tradição gaúcha, baseando-se em uma adaptação cooperativa ao outro. Se o ponto central é essa adaptação ao outro, para compreender o enquadramento é necessário entender quem são os “outros” aos olhos desses militantes, assim como a expectativa do impacto que enquadramentos diversos podem ter nesses indivíduos.

8.2 A ÉTICA COMO UM BARCO A VELA: CARACTERÍSTICAS DA GRANDE MÍDIA, DOS LEITORES, IMPACTO DO ENQUADRAMENTO E SITUAÇÃO DE FALA

Davi: O movimento vegano tem muito dessa coisa puritana. Tipo “Pela moral”. E a moral do mundo é o dinheiro. Eles esquecem que quem controla o mundo é o dinheiro. Esse é o problema. E daí nós vamos entrar naquelas questões da filosofia da linguagem. Eu posso defender um movimento ético, entre aspas. Isso que a gente entende como ético. Mas o que se entende como ético, eu acho que eu até entendo como pragmatismo. Porque a ética, pra mim, aos olhos das pessoas, o que elas encaram como ética é um barquinho a vela. [...] A ética é um barquinho a vela e quem assoprar mais forte é pra onde ele vai. E nós, como veganos e abolicionistas, a gente tem que soprar muito forte esse barquinho. Para onde ele tender, as pessoas vão.

Nesse trecho de entrevista, o militante Davi apresenta uma metáfora da ética como um barco a vela que pode resumir a visão cética dos ativistas sobre seus interlocutores. A analogia apresenta basicamente um mundo onde os indivíduos não valorizam a ética. Por um lado, as elites a desvalorizam por estarem ligadas a interesses materiais particulares nos âmbitos político e econômico. Assim, ao invés da ética e da moralidade, o que os controla é o dinheiro. Já as massas, nessa analogia, não a valorizam por estarem cooptadas e influenciadas pelas elites ou pelos códigos de conduta dominante. Assim, indivíduos não parecem capazes de reflexão moral, sendo guiados pelas tendências políticas e econômicas dominantes.

Em primeiro lugar, a grande mídia é fortemente caracterizada pelas suas alianças com as elites econômicas. Militantes destacam, principalmente, a conexão entre grandes veículos de comunicação e o agronegócio. Nos trechos abaixo, por exemplo, ativistas ponderam os motivos pelos quais determinados protestos são reportados pelos grandes veículos de comunicação e outros não. Assim, o primeiro tipo de impacto do enquadramento ideológico pode ser antecipado: a rejeição para publicação pela ameaça aos interesses das elites. Trechos de duas entrevistas ilustram essa expectativa.

Davi: Que nem foi o caso das girafas. No caso das girafas foi uma jornalista que estava ali empenhada nessa questão. Até porque zoológico não atinge diretamente a economia pecuarista, a RBS, o *lobby*. Não atinge. É uma

coisa, meio ecologia ainda, sabe? Eles não sabem bem o que fazer com isso. Não tem um grupo de interesses no meio combatendo. Do tipo “Tu não vais botar isso aí”. Não tinha isso. Então, por isso que a gente ganhou [...] a metade da capa do “Geral”.

Felipe: Por exemplo, quando a gente fez aquela atividade do protesto na frente da embaixada do Japão, como é aquela coisa distante, lá no Japão, [...] animais fofos, golfinhos, que não estão associados à alimentação, rapidamente foi alguém do Correio do Povo. E era um protesto de quatro pessoas. Não era uma massa de gente. [...] Então, nesse caso, foi o pessoal. Saiu. Nesse caso em específico saiu em três formas diferentes. Saiu no *blog* do Correio do Povo, no *site* do Correio do Povo, de maneiras e publicações diferentes, e ainda saiu no jornal, uma publicação diferente, um texto diferente, outra fotografia. [...] Em um evento que ocorreu dois meses depois, nós contatamos com as mesmas pessoas, foi lá o mesmo repórter para fazer um evento grande, que tinha trinta pessoas, que era o “269”. Ele foi, fez as fotos, tudo direitinho, entrevistou e tal e não saiu uma linha. Sendo que era no final de semana, que era aquela lógica “Não tem matéria no final de semana, então eles vão vir”. [...] E aí eu fiquei analisando porque eles não tinham ido. Então, era aquela coisa, como o “269” era especificamente gado de abate, não ia sair porra nenhuma. E realmente não saiu. Eu fui olhar o jornal do dia seguinte e tinha o caderno lá do agronegócio. Óbvio que eles não iam publicar alguma coisa assim. Óbvio. [...] No momento em que tu entras nessa coisa mais sistemática de “É a morte sistemática para comer. [...] É a criação de ovos”, [...] não entra.

Essa aliança com as elites pode gerar, ainda, uma reação ainda mais negativa aos olhos dos ativistas: o posicionamento claro da mídia a favor dos adversários dos militantes. Em casos em que interesses de elites econômicas não são afetadas, por oposição, como naqueles em que se defende a abolição para animais que não são vistos como produtos, pode ser esperado, por determinados militantes, um impacto positivo de apoio à moldura ideológica, principalmente para a produção de polêmicas que possam aumentar as vendas do jornal. Essa visão da mídia parece ter influenciado ativistas a optarem pela ocultação da moldura ideológica dos direitos animais como um todo que, ao questionar o consumo de animais, colocaria em risco os interesses das elites econômicas. Assim, militantes optam por uma moldura de proteção referente exclusivamente a um animal cuja exploração não ameaça os interesses imediatos desses grupos.

Militantes identificam, ainda, uma característica institucional que, segundo os eles, reforça essa tendência a rejeição à publicação de enquadramentos ideológicos: o controle editorial. Assim, mesmo que ativistas contem com a improvável simpatia e compreensão de determinado jornalista, são vislumbradas dificuldades pela hierarquia da redação. O diálogo abaixo ilustra essa expectativa.

Matheus: Se vocês estivessem defendendo as carroças e usassem esses argumentos mais duros de direitos animais [*como seria a reação do jornalista*]?

Ingrid: [...] A pessoa que está entrevistando, talvez, entendesse, mas tem hierarquia. O editor ia dizer “O que é isso?”, e a parte em que nós falaríamos mais duramente iria ser vetada com certeza. Já sabemos disso.

Davi: Na maioria das vezes, é assim. Os jornalistas até querem ouvir o que tu estás falando, mas a gente sabe que o editor vai cortar. [...]. Então, os direitos animais são secundários se tu estiveres lutando, por exemplo, pelos cavalos.

Por consequência, observa-se um espaço desigual de fala entre militantes e as elites

econômicas, o que se manifesta tanto na busca de contraponto em momentos em que ativistas dão depoimentos à grande mídia (sendo que o contrário não é observado), quanto na tendência que ativistas observam em grandes veículos de distorção e descontextualização de suas falas. Conseqüentemente, a grade mídia tenderia a uma reprodução constante do “senso comum”.

Felipe: Eu acho que a grande mídia, embora tente pautar até o pensamento humano e o comportamento, apenas reproduz aquele bom senso, entre aspas, que a maioria das pessoas tem sobre qualquer assunto. Tipo assim, a velha opinião formada sobre tudo.

Frente a esse quadro negativo, ativistas identificam apenas duas “brechas” para a entrada de molduras ideológicas na mídia. A primeira é uma maior facilidade de entrada na mídia de movimentos que tenham um histórico de lutas já reconhecido pelos jornalistas. A segunda é a presença na organização de ativistas que tenham uma grande titulação acadêmica, ou seja, que desempenhem papéis epistêmicos. A POA Melhor não satisfaz nenhum dos dois critérios. Dessa forma, diferentemente do caso analisado no capítulo sexto, ativistas não identificam oportunidades relevantes para a aceitação de suas molduras ideológicas frente às desigualdades estruturais. Amplia-se, assim, a antecipação de um impacto negativo de seu enquadramento ideológico na grande mídia

A grande mídia é vista, ainda, como um ator que tem uma visão prévia dos direitos animais que varia entre o desconhecimento e a visão negativa. No que tange ao primeiro desses pontos, ativistas identificam uma confusão nos jornalistas entre direitos animais e outras causas animais ou ambientais. Assim, antecipa-se que jornalistas não compreenderiam o significado do enquadramento ideológico.

A caracterização de uma visão negativa dos direitos animais, no entanto, é mais forte entre os ativistas. Primeiramente, militantes identificam uma falta de interesse de jornalistas em questões animais comparando-se a mobilizações que tenham humanos ou animais socialmente valorizados como seu foco. Assim, um enquadramento baseado exclusivamente nas molduras ideológicas do movimento tenderia a não atrair a atenção dos jornalistas. Esse é um dos motivos pelos quais ativistas da POA Melhor buscaram incluir questões humanas em sua estratégia geral.

Nina: Na verdade, eu usava todos os argumentos. Todos. Tanto que, nos artigos em que eu escrevi, eu falava de tudo. Eu tentava lembrar “O que eu posso colocar?”. Trabalho infantil, trabalho escravo, exploração dos animais. [...] Só para não pegar o preconceito. Aquela coisa do preconceito de “Ai, então, eu nem quero saber”. [...] Porque existe isso. Que nem tu falar assim “Eu sou do PT”. Quem não é já nem quer saber, mesmo que tu tenhas uma causa boa.

Sônia: O difícil era inserir a questão dos direitos animais. Era fácil conseguir que a questão [das carroças] fosse abordada, porque é uma questão polêmica. Envolve uma questão de inclusão social, de emprego e renda, de trabalho de menores, de maus-tratos aos animais, de reciclagem, de trânsito. É uma gama de itens que geram

interesse.

Ainda, ativistas identificam uma tendência da grande mídia a considerar a questão dos direitos animais como algo excêntrico ou ridículo. Dessa forma, o enquadramento ideológico teria como efeito a criação de resistência nos jornalistas, que conceberiam os ativistas como sujeitos excêntricos ou radicais. O primeiro trecho de entrevista abaixo demonstra a antecipação desse impacto por parte de um militante de acordo com suas experiências passadas. Já o segundo desses trechos mostra a opinião da jornalista que redigiu a matéria em análise sobre a ideologia dos direitos animais.

Felipe: Então, para mim, tem uma divisão bem prática. “Isso vai e isso não vai”. E realmente não vai. [...] A Expointer, [...] eu acho que entrou em uma coisa que a gente aprende no jornalismo que é o *faits divers*, os fatos diversos. Aquela coisa assim “Anão vestido de palhaço mata oito”. É isso. E daí era assim “Ah, os loucos colocaram uma roupa e uma máscara de galinha e foram fazer fiasco na frente da Expointer. Olha só! Haha. Até isso tem na Expointer. Tem gente que se veste de galinha e de porco”.

Luísa: Isso aí é radicalismo. [...] Acho que é radical. Eu não sou vegetariana. Eu como carne, sim. Como. E não como carne pensando “Ai. Coitadinha da vaca que eu comi”. Bah. Isso aí não faz parte da minha vida. Agora eu sei que lá na ANDA o pessoal é **totalmente** vegano. Eles não querem.

O leitor do jornal *Correio do Povo*, entendido como o público como um todo, na medida em que este é um jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, também é caracterizado de forma cética. A visão prévia dos leitores a respeito da moldura ideológica dos direitos animais é compreendida pela idéia do desconhecimento. Esse desconhecimento é descrito pelos entrevistados ora como uma confusão entre direitos animais e outras causas, ora como um desconhecimento total. Assim, antecipa-se um impacto de incompreensão desse tipo de enquadramento no leitor. No trecho de entrevista abaixo, a entrevistada conecta esses elementos à estratégia de enquadramento desenvolvida na interação em estudo.

Sônia: A questão do veganismo, de uns anos para cá, se popularizou muito na cidade. Antigamente, ninguém sabia o que era veganismo. Se falava em direitos animais e não se sabia o que eram direitos animais. Abolicionismo ninguém sabia em Porto Alegre. Era raríssimo. Hoje em dia, todos conhecem, todo mundo sabe. É impressionante. É uma felicidade ver como cresceu, como tem gente que está aderindo. [...] Então, nessa época [da notícia], não ia surtir efeito se eu falasse em abolicionismo, em libertação animal. Tem que falar em palavras-chave. “Maus tratos”, “sofrimento”, “dor”. Coisas que sensibilizam as pessoas, que afetam.

Na medida em que desconhecem os direitos animais, leitores são vistos como indivíduos especistas. Dessa forma, é previsto um impacto negativo das molduras ideológicas nos leitores, que tenderiam a entender o movimento como radical. Trechos de duas entrevistas ilustram essa expectativa.

Davi: A gente tem que sempre lembrar o mundo especista. E a moral dele é especista. Eles não vão olhar pra ti com compreensão de uma pessoa que luta. Não, eles vão olhar pra ti assim “Ai, ai. Esse daí é radical”.

Sônia: Nós queríamos uma questão muito pontual, que era a aprovação da lei das carroças. Então, a gente não podia se dar ao luxo de ficar ampliando muito o discurso, porque senão, as pessoas não iam compreender ou iam achar muito utópico e [...] a mensagem ia se perder.

Leitores poderiam, ainda, segundo os ativistas, considerar os ativistas como indivíduos excêntricos, ridículos ou loucos, minando a legitimidade dos militantes em sua busca por resultados práticos imediatos. É interessante comparar a rejeição a esse impacto ao depoimento da militante Nazareth no capítulo sexto que relata preferir que as pessoas pensem que esses são os “loucos dos direitos animais”, crendo em uma reflexão posterior que possa levar o indivíduo ao abolicionismo. Dois trechos de entrevista ilustram essa preocupação.

Alexandre: Eu vejo que não é o momento de tu puxares esse assunto [*dos direitos animais*], infelizmente. É o momento de tu ires germinando, trazendo à tona de vez em quando. Mas, assim, está muito longe das pessoas. É que nem tu discutires a escravatura em 1700. Vão te internar. Claro que, sempre houve pessoas, os mártires que pagaram o preço. Mas tu discutires a abolição da escravatura em 1700, tu ias parar em um navio remando ou nem iam te prender, porque iam dizer “Esse é louco. Deixa ele”.

Nina: Eu acho que, nesse momento, era legal focar. Eu percebo que essa coisa de colocar tudo em um bolo dificulta para as pessoas pensarem. Não que tenha que ser tudo segmentado, dependendo fica ruim também. Mas eu acho que para a gente conseguir isso aqui que era o que a gente queria, nesse momento, eu acho que tinha que focar. A minha opinião é focar e eu acho que a de todo mundo. Porque, daí, se tu começares a falar, meio que não te levam a sério. O assunto é sério, mas se tu começares a falar tudo junto “Eu também quero libertar isso, também quero libertar aquilo. Os peixes...”. Tem gente que ri. [...] Eu já ouvi de biólogo que peixe não sentia dor. É o maior absurdo. Mentira. Sabe? Então, tem muito preconceito.

Essa possibilidade de reflexão em longo prazo, na qual a militante Nazareth deposita suas esperanças, é questionada pelos militantes envolvidos no caso em análise, que caracterizam os leitores como indivíduos que não têm comprometimento com reflexões morais e éticas, como demonstrado pela metáfora do barco a vela. Dois trechos de entrevista expostos a seguir ilustram essa caracterização. No segundo deles, o militante relata sua surpresa ao escutar de um veterinário conhecido o seu interesse na questão ética, demonstrando que a expectativa geral é a contrária.

Alexandre: Infelizmente, para tu tocares uma pessoa é aquela visão católica “Você tem que ser bonzinho para ir para o céu”. Não, você tem que ser bonzinho porque é o correto ser bonzinho. Mesmo que tu não vás para o céu.

Davi: Agora eu tenho que lidar com um dilema que qualquer dia vai estourar para mim. Assim, aquela coisa, o vento bateu, as coisas foram se ajeitando e a [*nome de outra militante*] e ele [*o veterinário*] foram convidados para entrar no comitê de bioética da [*cita o nome de uma universidade do Rio Grande do Sul*]. [...] Mas, para minha surpresa, para o meu alívio, a gente encontrou ele [...] e ele estava empolgado contando do pessoal do comitê da [*cita o nome de uma universidade do Rio Grande do Sul*], porque parece que é um pessoal bem intencionado lá. [...] E ele estava empolgadíssimo falando “Tu nem sabes. Conversei com o fulano sobre ética e foi muito interessante”. E eu fiquei assim [*surpreso*].

Essa categorização do leitor como um indivíduo não preocupado com a ética leva a

expectativa de que leitores desconsiderem a importância do argumento da moralidade, ignorando até mesmo sua existência. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. Alguns ativistas prevêem, por exemplo, que os direitos animais nem ao menos chamam a atenção do leitor. Avaliando algumas notícias da ANDA o militante Felipe faz o seguinte comentário.

Felipe: Eles [na ANDA] falam daquela coisa do tipo “noticiário isento”. Tipo “Olha. Aconteceu tal coisa, tal coisa e tal coisa”. E lá embaixo diz assim “nota da redação”. E aí vem uma opinião abolicionista contundente. Até aí tu tens que ter visto, clicado, lido, para daí tu veres a opinião abolicionista. Se tu tiveres o título já abolicionista, poucas pessoas vão ler. Ninguém vai ler. Agora, se tu colocas lá “Gato salvo por bombeiro e não sei o que”, tu chamas um monte de gente para um *site* que é abolicionista.

Além de ser visto como um enquadramento que não irá atrair atenção do interlocutor, o enquadramento por molduras ideológicas é visto também como incapaz de atrair a simpatia e o apoio do outro, assim como incapaz de gerar uma mudança prática em suas atitudes quando essa atenção é atraída.

Matheus: Então o argumento do veganismo não ajuda para pressionar o prefeito, por exemplo?

Alexandre: Não. Nunca foi tocado. Não somos loucos. Não tem como. O anti especismo está muito incipiente. É uma coisa que as pessoas ainda dizem “É. Não consigo. Sou acostumado”. Elas colocam o estômago antes da ética. Não teria força.

Assim como no caso das interações com a mídia, impactos positivos do enquadramento ideológico só são esperados de acordo com determinadas circunstâncias, tais como o desempenho de um papel epistêmico pelo ator e uma pré-disposição do leitor à aceitação da moldura. Esse não parece ser o caso dos militantes da POA Melhor e nem do público leitor como um todo.

Tanto a mídia, quanto o público leitor, no entanto, são vistos como atores que valorizam a proteção de animais socialmente valorizados. Especificamente, nesse caso, como indivíduos que apóiam a proteção ao cavalo e a garantia de seu bem-estar. Como visto anteriormente, os ativistas crêem que o público gaúcho, como um todo, valoriza o cavalo por ser um animal que auxilia o trabalho do homem, que não é visto como um alimento e que é visto como parte da tradição local. O trecho de entrevista a seguir demonstra essa expectativa de valorização generalizada desse animal.

Davi: É uma tática, assim, que hoje em dia a gente usaria e que é usada. Porque cada vez tu começa a afunilar mais o público da causa animal. Essa publicidade. Só que, hoje em dia, a gente não precisa mais dar tiroteio para tudo que é lado. Hoje em dia, a gente pode fazer uma publicidade mais voltada por simpatizantes. Então, o cavalo é um grande exemplo disso. Com o cavalo tu atinges todo mundo. Todo mundo. O mais machão até a mulher mais dondoca que tem seu cachorrinho comprado tu atinges.

A grande mídia também é vista como um ator que valoriza a proteção dos animais. Essa caracterização da grande mídia como simpática a proteção de animais socialmente valorizados é ainda mais pertinente, segundo a descrição dos ativistas, para caracterizar o jornal *Correio do Povo*. Segundo os entrevistados, esse jornal, apesar de estar relacionado também a interesses das elites, está especialmente aberto para a proteção de animais socialmente valorizados. Ainda, militantes têm contatos com pessoas simpáticas a essa questão nesse veículo de comunicação. Dessa forma, o *Correio do Povo* era visto como um aliado em potencial no caso da “lei das carroças”. Trechos de três entrevistas ilustram essa caracterização desse veículo.

Sônia: O *Correio* sempre foi mais acessível para essas pautas. Tanto é que, até hoje, eles dão espaços para brechós para benefício dos animais [...]. A *Chicote Nunca Mais* tem bastante espaço também. [...] É um jornal muito legal nesse sentido. Tem espaço.

Davi: O *Correio do Povo* era bem amigo. [...] Tem até uma fotografia do *Correio do Povo* que, se tinha uma manifestação, um evento, ela ia lá para fazer fotos. Talvez porque fosse uma novidade, ver o movimento acontecer. E aí ela tinha uma coisa meio “Que curioso isso”. Hoje em dia, também é curioso, mas não é tanto. [...] Mas o *Correio do Povo*, em síntese, era bem parceiro para falar sobre essa questão dos animais.

Felipe: A gente sempre teve [contatos com jornalistas]. *Correio do Povo*. Tem alguns lugares que, assim, eu largo lá. *Pafé*. Não adianta largar para chefe, para colega, porque o cara vai jogar fora. Mas, se eu jogar naquela pessoa, vai. [...] São simpaticantes. Não são conhecidos, assim, pessoais e, por isso, o cara publica. São simpaticantes. Em praticamente todos os veículos tem alguém. Da maneira torta, como eu falei até agora, que pode puxar para um lado, mas não puxa para outro, publica isso, mas nunca publica aquilo. Publica por um viés do tipo “Ai, que horror! Crueldade. Aí não pode”

O último trecho de entrevista ressalta, ainda, a característica de pouco apoio ao enquadramento dos direitos animais nesse veículo segundo os ativistas. Mesmo assim, esse jornal é caracterizado como aberto ao movimento, noticiando até mesmo determinados eventos abolicionistas. A interlocutora do movimento nesse caso, responsável pela redação da notícia, confirma essa visão geral. Conforme citado anteriormente, ela tende a considerar os direitos animais uma postura “radical”, porém, dedica grande atenção à proteção de animais socialmente valorizados. A jornalista possui um *blog* no *site* do *Correio do Povo* dedicado a esse assunto. Em sua entrevista concedida ao pesquisador, a profissional dedica alguns minutos para a descrição de seus cães, da história de como eles foram encontrados e de suas peculiaridades comportamentais.

Dessa forma, antecipa-se um impacto positivo do enquadramento periférico da proteção animal tanto na grande mídia, quanto nos leitores. No caso da mídia, espera-se que esse enquadramento atraia a atenção dos jornalistas, gere publicação de notícias e o apoio dos profissionais. Esse impacto é visto como positivo, portanto, quando o enquadramento de maus-tratos é aplicado a cavalos. No primeiro trecho de entrevista a seguir, o ativista se refere

à capacidade do *outdoor* reproduzido na notícia em análise em atrair a atenção da mídia. No segundo trecho, a militante relata como casos de maus-tratos a cavalos, em geral, atraem a atenção da grande mídia.

Alexandre: E era uma coisa que estava dando muita repercussão o projeto das carroças. [...]. Uma carroça atravança o tráfego. Era uma questão que estava na mídia já *per se*. [...] E uma foto de um cavalo morto, assim, tu não passas, olhas e não dás bola. [...] Quando é que tu viste uma coisa assim? O *outdoor* é uma coisa bonitinha. É um colchão maravilhoso, é o celular. É uma coisa alegrinha. Quando tu vês um bicho morto e um animal que é um símbolo do Rio Grande do Sul...

Sônia É fácil se inserir, às vezes. E um telefonema diante de um caso de um cavalo caído basta para que a imprensa venha. Eu já fiz. Acontece. [...] “Olha. Estou aqui na esquina tal, na avenida tal e o animal tombou porque está mal tratado. Já chamei a polícia”. Eles vêm.

Já no caso dos leitores, o impacto dessas categorias também é visto como positivo. Espera-se que esse enquadramento atraia atenção e apoio efetivo dos leitores o que, no caso em análise, significa pressão popular para a aprovação da lei. Dessa forma, o impacto imediato do enquadramento da proteção aplicado ao cavalo no leitor é também visto como positivo. No primeiro trecho de entrevista abaixo, o militante relata como um *banner* sobre cavalos em uma manifestação abolicionista atraiu a maior atenção dos transeuntes em comparação às mensagens abolicionistas. No segundo trecho, um militante relata que o pedido de assinaturas para a aprovação da lei encontra resultados positivos no caso em estudo.

Davi: A Expointer é um campo em que a gente notou nenhum ponto positivo para libertação animal. Porque as pessoas estão dentro de uma lógica alienada. Elas estão alienadas. Estão como manadas. Sabe? Descendo da passarela do metro. Entrando eufóricas, porque querem comprar o ingresso e entrar. Ele não quer pensar no boi, ele quer entrar na Expointer. Ele quer pegar mulher, ele quer tomar cerveja. E as pessoas estão assim. Assim, tu estás invisível. Aonde a gente enxergou isso? A gente enxergou quando a gente abriu um *banner* de cavalo na Expointer. [...] Parou gaudério, parou todo mundo. As pessoas começaram a olhar “Opa, espera aí. Que horror esse negócio!”.

Alexandre: A gente esta coletando abaixo-assinado. Assinado mesmo com caneta e papel no Brique da Redenção. As pessoas vêm nos procurar para assinar. É impressionante. Em um domingo, terminaram as folhas. A gente levou três mil folhas e foram assinadas três mil. Ninguém quer ver um cavalo arrebatado.

Parte do impacto positivo esperado do enquadramento da proteção animal no caso dos cavalos se relaciona a idéia de que o público como um todo, assim como a grande mídia, valoriza a tradição gaúcha e que, logo, enquadramentos a ela relacionados são bem recebidos. Outras experiências dos ativistas em interações com a mídia em que a tradição estava de alguma forma no enquadramento são utilizadas pelos militantes em suas entrevistas para essa caracterização da relação entre público geral, grande mídia e tradicionalismo.

Uma matéria sobre a produção de um churrasco vegano publicada no jornal Zero Hora, por exemplo, é comentada pelos entrevistados. Ao avaliar a notícias, ativistas ligados à POA Melhor, defendem que a inclusão de vegetais nas fotos da matéria poderia ser prejudicial

a sua recepção, sendo necessário apenas deixar o alimento vegetal que se assemelhava à carne do churrasco. Assim, os ativistas antecipam um impacto negativo no leitor de molduras que questionem ou modifiquem as tradições.

Outro caso também utilizado como exemplo pelos militantes nesse sentido é o grande destaque que a grande mídia deu às críticas efetuadas pelos ativistas à chamada “cavalgada do mar”, que reunia tradicionalistas montados em cavalos em uma travessia pelo litoral gaúcho. Nesse caso, tradicionalistas famosos do Rio Grande do Sul, assim como as organizações formais de tradição gaúcha, se posicionaram contra o evento, alegando que a “cavalgada do mar” não se constitui em uma tradição gaúcha oficial. Os ativistas relatam que, nesse caso, o apoio do tradicionalismo oficial foi importante para garantir o suporte da grande mídia. Dessa forma, ativistas antecipam um impacto positivo do enquadramento da tradição gaúcha na grande mídia no caso da “lei das carroças”, atraindo atenção dos jornalistas, publicação de matérias e apoio.

Davi: Focando principalmente na tradição, tu vais ter muito editor de jornal do MTG, aquele cara que coloca a bombacha e estufa o peito. Vai ter muita gente assim. Se tu chegares redondinho com cores, palavras, aperto de mão forte, ele publica. Claro, tu também vais ter que ver se ele não tem um rabo preso no meio do caminho. Tu vais ter que partir também que tu vais ter que jogar muito com o ego dele. Mas isso abre portas. Abre portas.

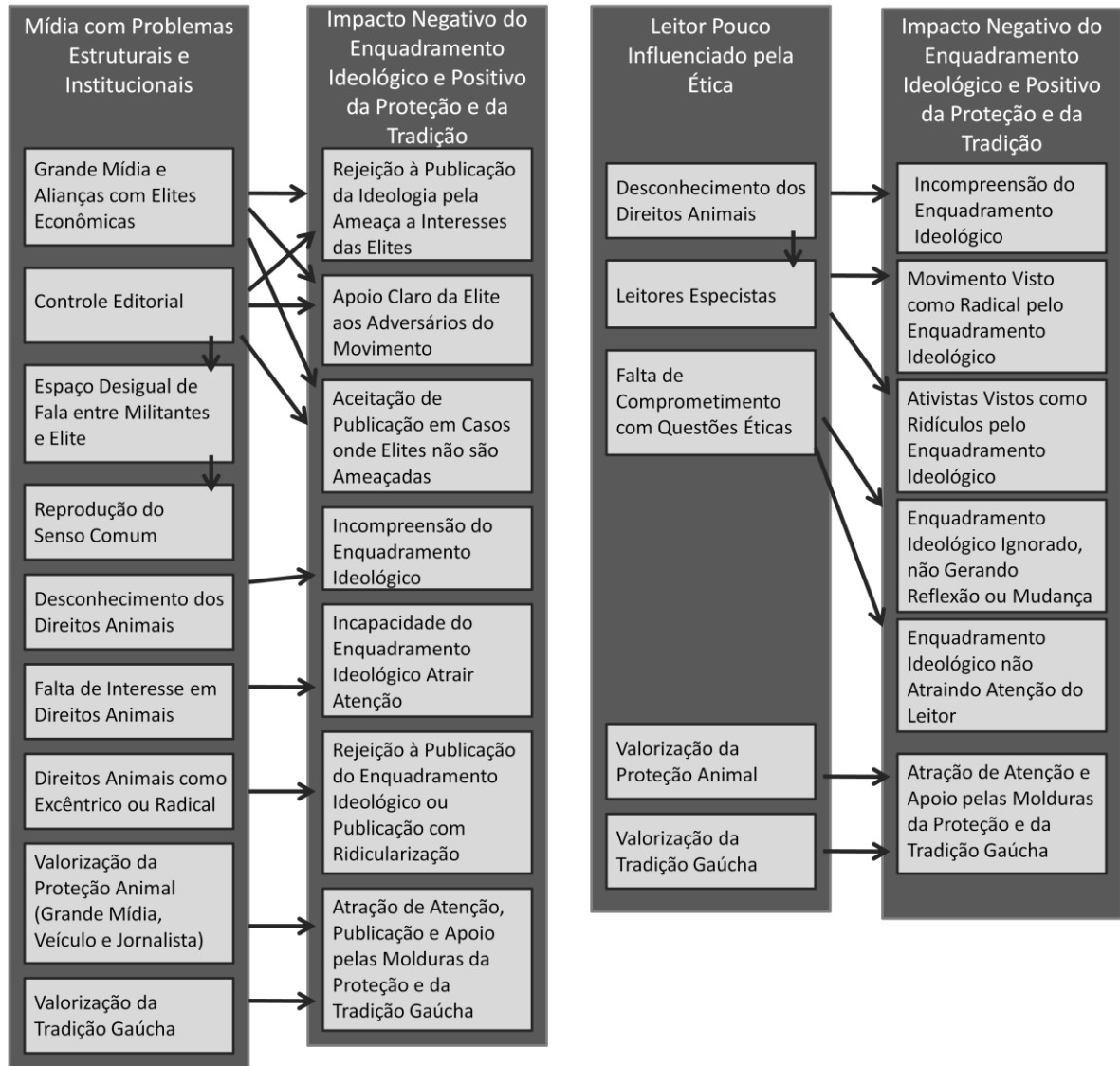
Em suma, leitores são vistos como indivíduos que desconhecem os direitos animais, são especistas e não são influenciados por reflexões morais, mas que apóiam a proteção a animais socialmente valorizados e a tradição gaúcha. Já a mídia é caracterizada por problemas estruturais de alianças com elites, pelo controle editorial, pelo desconhecimento e pela visão negativa dos direitos animais, mas pelo apoio à proteção e à tradição. Logo, antecipa-se um impacto negativo das molduras ideológicas e positivo da moldura periférica da proteção e da fabricação da tradição em ambos os interlocutores (Figura 21).

A caracterização da mídia como um todo, nesse caso, se assemelha à caracterização da situação de fala por parte dos ativistas, na medida em que o texto é publicado no caderno “Geral” que, aos olhos dos militantes, não tem peculiaridades relevantes. Assim, ativistas apenas ressaltam a necessidade de que profissional da imprensa siga uma fala “jornalística” que apresente diversas opiniões sobre o tema (quando ele é visto como uma polêmica) e que apresente um tom descritivo e sintético, afastando-se, portanto, de questionamentos e opiniões. Ainda, destaca-se a necessidade de manchetes e temas que atraiam a atenção do leitor, o que pode ser interpretado como uma regra que aumenta a possibilidade de reprodução do senso comum e de rejeição a questionamentos à cultura estabelecida. Trechos de duas entrevistas ilustram essa caracterização da situação de fala.

Sônia: Para começar, as informações básicas ficam no *lead*, que é a cabeça do texto. O que vai acontecer, onde e quando. As principais informações. [...] E aí, depois, as informações, os pormenores, os detalhes, outras informações vão no decorrer do texto. E, claro, tem que ter uma chamada interessante. Um título, uma manchete interessante.

Alexandre: É o trabalho do jornalista. Ele tem obrigação de fazer isso. Não se trata de defender uma parte ou outra. Ele tem obrigação de, no mínimo, ouvir todas as partes envolvidas. Seria injusto também não ouvir, assim como seria injusto ele ouvir os carroceiros e não nos ouvir.

Figura 21 - Caracterização Cética dos Interlocutores, Antecipação de Impactos Negativos das Molduras Ideológicas e de Impactos Positivos da Proteção e da Tradição na Mídia e nos Leitores



Fonte: autoria própria.

8.3 A POLÍTICA COMO PANELA DE PRESSÃO: CARACTERÍSTICAS DOS POLÍTICOS, DOS ADVERSÁRIOS E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO

Outros interlocutores vistos como relevantes pelos ativistas nesse caso são os

membros da política institucionalizada. A principal caracterização geral desse interlocutor se baseia na idéia de que os políticos são indivíduos motivados somente por interesses eleitorais e que, logo, agem apenas quando são publicamente pressionados. A metáfora utilizada nesse caso é a da “política como panela de pressão”.

Alexandre: Todas as causas que tu consegues hoje em dia... [...] Existe uma única coisa. E tu vês isso na Turquia, em todos os lugares. A única coisa que faz o Poder se mexer é a pressão pública. O próprio [*cita nome de um político local*] uma vez me disse que o Poder Público é que nem panela de pressão. Se tu não botas a cozinhar no fogo alto, não se mexe. [...] Era a mídia como forma de pressão popular, de gerar pressão popular para o Poder Público se mexer. Não tem outra forma.

Assim, políticos são caracterizados como indivíduos sem um posicionamento ideológico prévio frente a muitas questões e que adotam determinada posição de acordo com a sua visão de qual é a “opinião pública” sobre o tema. No caso da “lei das carroças” a visão dos ativistas sobre os políticos não é diferente. Esses indivíduos são caracterizados pela indiferença em relação ao movimento e pela tomada de decisão no momento da votação, como demonstram os dois trechos de entrevista a seguir.

Alexandre: Tu já foste a alguma seção da Câmara? A maior parte deles, às vezes, não sabe o que está sendo votado. E, às vezes, chega uma hora em que nem tu sabes mais, porque é um caos. Só que a gente estava lá e estavam os dois lados da plenária lotados e, quando a gente ergueu aqueles dez *banners* com fotos de cavalos estropiados e mortos, arrebatados, isso é muito forte.

Davi: É como acontece, hoje, com as manifestações de políticos profissionais que nós temos. Profissionais no sentido de “Minha profissão é político e ponto”. Entendeu? Que bate o ponto como político e nem pensa. O que acontecia na época era assim. “A gente tá com uma bronca social aí. Esse negócio de carroças aí”. Era uma novidade. E daí vem aquela coisa assim do Inter e do Grêmio. “No Gre-Nal⁵⁰, quem gritar mais alto é para onde a gente vai”.

Os políticos são vistos, assim, como indivíduos que aprovaram e sancionaram a lei sem um comprometimento real com a questão. Um dos exemplos utilizados pelos ativistas para demonstrar isso é a ocasião da sanção da lei pelo Executivo municipal.

Felipe: Tanto que a assinatura da lei foi uma coisa meio assim, foi bem na pressão. Eu lembro que faltavam dois dias e o prefeito pediu licença. O vice, que eu não lembro quem era, estava de férias. Foi uma seqüência. E a gente se apavorando. Foi indo, foi indo, foi indo. Aí o presidente da Câmara, que seria o prefeito em exercício, apresentou atestado médico. Ninguém queria. E tinha que assinar a lei. Aí [*assinou*] o secretário de não sei o que, o [*cita o nome do político*], que um mês depois acabaria morrendo sob circunstâncias suspeitas.

Na medida em que os políticos são vistos como indivíduos sem conexão prévia a nenhum tipo de ideologia, agindo de acordo com a pressão pública, ativistas optam, nesse caso, por enquadramentos que poderiam ser vistos pelos vereadores como aceitos pela

⁵⁰ Inter (abreviação de Internacional) e Grêmio são os dois maiores clubes de futebol do estado do Rio Grande do Sul, caracterizados pela sua rivalidade em campo. “Gre-Nal” é uma abreviação que se refere às partidas disputadas entre esses dois clubes. Na frase, a expressão tem como sentido se referir a uma disputa entre dois lados antagônicos e rivais.

população. Esse enquadramento seria ainda mais importante, na medida em que as demandas dos donos das carroças puxadas por cavalos eram vistas como fortes enquadramentos frente à Câmara de Vereadores. Essa idéia está relacionada à caracterização dos políticos como indivíduos que colocam os problemas humanos em primeiro lugar, ignorando questões animais. Influenciados por isso, a POA Melhor inclui em sua estratégia geral de enquadramento molduras relacionadas a problemas sociais humanos. O primeiro trecho de entrevista exposto a seguir é a continuação da última fala exposta do militante Davi.

Davi: E daí vem aquela coisa assim do Inter e do Grêmio. “No Gre-Nal quem gritar mais alto é para onde a gente vai”. E aonde gritou mais alto, era óbvio, era o fator social humano. Então tu vais ter ali os catadores, aquelas palavras chave “família”, “pai de família”, “emprego”, “moradia”, “dignidade humana”. Nem tocas no assunto cavalo, porque... Sabe?

Sônia: Na Câmara, as pessoas que votaram a favor da lei, não votaram muito imbuídas de amor e de respeito pelos animais. Muita gente falou da questão do trânsito [...], do lixo espalhado na rua. Era impressionante. Os argumentos eram sofríveis, rasteiros. Mas, para a gente, não interessava. [...]. Mas a questão dos direitos animais eram poucos que abordaram, se me lembro bem.

O trecho acima ilustra, ainda, a visão prévia negativa imaginada do Estado frente aos direitos animais. Os militantes antecipam, portanto, impactos negativos do enquadramento ideológico nos vereadores, como a pouca capacidade de atrair apoio e votos a um projeto de lei defendido por essas molduras. Apesar dessa impossibilidade de apoio ao abolicionismo por parte dos vereadores vislumbrada pelos ativistas, militantes apontam a existência de simpatizantes e, principalmente, a existência de indivíduos que apóiam a proteção de animais socialmente valorizados. Trechos de duas entrevistas ilustram essa identificação de simpatizantes da proteção animal, mas não de indivíduos comprometidos com a ideologia abolicionista.

Nina: Teve um que falou dos veganos. Tipo assim “Apoio os veganos”. Sabe? Então, como simpatizantes. [...] Ele eu acho que apóia. Assim, ele não vai “Eu sou vegano”, mas ele tipo, é um apoiador. [...] E ele foi um cara que foi lá falar na frente do Acampamento Farroupilha e denunciou um monte de coisas.

Alexandre: Muitos deles votaram com compaixão, mas quase nenhum deles votou com a mente anti especista, porque nenhum deles é anti especista

Assim, é prevista aceitação e apoio por parte dos vereadores a projetos de lei enquadrados como projetos de proteção animal ou de bem-estar animal, em oposição à rejeição a projetos enquadrados pela perspectiva dos direitos animais. No trecho a seguir, um ativista compara a recepção positiva dos vereadores a um projeto de lei que proibia o uso de cães por empresas de segurança privada que, constantemente, eram denunciadas por maus-tratos aos animais, à reação passiva dos vereadores ao uso de cães pelas forças policiais que,

supostamente, os tratam de forma a garantir seu bem-estar, mas utilizando-se do seu trabalho para um benefício próprio.

Felipe: Quer ver um exemplo? Teve uma votação da lei dos “Proteções” [*nome de uma famosa empresa de aluguel de cães de guarda*]. [...] Aí tinha os deputados e o cara lá do PCdoB que disse “Não é o que estamos ora votando, mas se a gente pode não usar mais os cachorros para cães de guarda, nós tínhamos que [...] rever os cachorros da Brigada Militar e do Exército que são usados única e exclusivamente para atacar os movimentos sociais”. Os deputados ficaram meio naquela coisa “Ah. O comunista sempre fala umas coisas assim”. E nós batemos palmas. Porque foi inesperado. Por quê? Porque para nós, que não somos protetores de cachorros, tudo isso está em uma linha horizontal. [*Mas*] Ele falou isso por uma motivação única e exclusivamente política dele, nós sabemos. Se não, ele já teria sentado e teria feito um projeto de lei a respeito disso, mas não fez e ele é deputado há muitos anos.

Essa postura de apoio à proteção animal, no entanto, é vista como menos comum na época da votação e mais presente no momento atual, devido ao crescimento do apoio público à questão animal e aos interesses eleitorais dos políticos.

Sônia: Hoje em dia, virou estratégia de *marketing* de políticos. O movimento de proteção animal, principalmente, cresceu muito. É politicamente correto agora. Antigamente era relegado. [...] Qualquer demanda em relação aos animais era exagero. Hoje em dia não. Pode ver. Tudo que é político está abraçando essa bandeira. Pessoas que tu nem ias imaginar que iam apresentar qualquer projeto ou votar por qualquer projeto a favor da defesa dos animais, hoje, se não votam, são execrados, perdem eleitores. É muito feio.

Dessa forma, percebe-se que a estratégia de enquadramento interpretativo desenvolvida pelos ativistas da POA Melhor é construída tendo-se como base as características da grande mídia, do público em geral e dos representantes políticos, antecipando-se o impacto do enquadramento nesses interlocutores. No entanto, outro interlocutor relevante pode ser observado nesse caso que, no entanto, não parece ser o alvo da postura de adaptação cooperativa ao outro dos militantes: os adversários, donos e utilizadores das carroças com tração animal. Por que esses indivíduos não são vistos como interlocutores relevantes?

Para compreender isso, é necessário compreender a caracterização do adversário por parte dos militantes da POA Melhor. Segundo os ativistas, não é possível caracterizá-los de forma homogênea. Três grandes categorias podem ser utilizadas para dividir os adversários nesse caso: os trabalhadores que conduzem as carroças diariamente no trânsito da capital gaúcha (chamados de “carroceiros”); os fretadores das carroças utilizadas pelos trabalhadores; e os aliados políticos dos carroceiros e dos fretadores.

Os trabalhadores das carroças são caracterizados como trabalhadores explorados pelos fretadores das carroças. Segundo os militantes, esses indivíduos recebem pouca atenção do Estado, vivem em situação de marginalidade social e, por esse motivo, têm motivos para desconfiar de qualquer mudança proposta pelo Poder Público. Nesse sentido, ativistas da POA

Melhor, quando questionados pela mídia, enfatizavam o planejamento de alternativas de trabalho para esses indivíduos. Em trechos de três entrevistas expostos a seguir, essa caracterização e essa postura são explicitadas.

Sônia: Tem que diferenciar bem os líderes dos carroceiros, das pessoas que vivem em situação miserável, deplorável. Eles não conseguem cuidar nem de si mesmos, quanto mais de um animal. [...] Mas, claro, os carroceiros que ouviam que ia ser tirado o seu sustento podiam reagir com a maior resistência e desespero possíveis. Mas não era isso que aconteceu. Uma coisa que ficou clara com o projeto, durante as discussões, é que as carroças não iam ser retiradas de ninguém antes de haver uma realocação de mão de obra. Cursos profissionalizantes.

Nina: Eu trabalhei em uma empresa de reciclagem de alumínio. Então, além de alumínio era cobre, zinco e coisa assim. [...] Eu estudava biologia, mas não era da causa e nem sabia, nem me interessava. E lá, eu lembro que existia essa máfia muito forte. Então, o que era? Era carroça e também mendigos com sacos nas costas ou um caminhãozinho. [...] E aí o que acontecia? Para eles, para o carroceiro, era pago uma mixaria. Centavos. Então, o cara, às vezes, levava uma latinha. Era triste. Pagavam centavos. Era muito barato. E aí, vem o caminhão. O que era o caminhão? Era essa máfia. Então, eu já sabia que existia isso. [...] Então, existiam pequenos núcleos de exploração. Pagavam para eles e eles iam lá à empresa onde eu trabalhava e lá eles ganhavam uma fortuna. Isso em um ramo. Depois tem lá o aluguel de carroças. Era tipo uma indústria, uma coisa que funcionava bem. Então, eu me lembro que tinha muito isso aí. E aí a empresa em que eu trabalhava fazia a mesma coisa. Eles compravam por um preço caro, mas, para eles, era barato, e vendiam para São Paulo. E daí eles ganhavam fortunas.

Davi: Grosso modo, olhando para nós, eles estão certos em falar que a Prefeitura não está preocupada com eles. Ela não está preocupada com eles. Ela está preocupada, exclusivamente, com o lixo. Com esse nicho de mercado. Só com isso.

Apesar de explorados pelos fretadores de carroças, ativistas da POA Melhor ressaltam que os trabalhadores também exploram os cavalos em sua atividade cotidiana, prática que deveria ser interrompida. Assim, a idéia transmitida era de uma rede de exploração social.

Sônia: Na realidade, esse sistema das carroças, olhando de uma maneira mais aprofundada, era uma das piores zonas de capitalismo. Por quê? Os carroceiros exploravam os cavalos e eram explorados pelos atravessadores. Era toda uma rede de exploração. Os atravessadores pagavam pouquíssimo para os carroceiros e era assim que funcionava. É assim que funciona.

Os trechos de entrevista anteriormente citados deixam claro que os fretadores são os indivíduos alvo da maior categorização negativa dos ativistas da POA Melhor, sendo vistos como sujeitos que agem por interesse próprios explorando os carroceiros e iniciando uma rede de exploração que termina com a exploração animal. Outra característica desses indivíduos é enfatizada pelos ativistas: a sua reação violenta. Assim, militantes relatam constantemente não desejar aparecer em público como militantes da POA Melhor, temendo represálias. Esse é um dos motivos pelos quais ativistas optaram pelo anonimato da organização ao longo da militância. Ainda, um dos entrevistados relatou ter escolhido um local público para a entrevista com o pesquisador temendo uma possível emboscada. Essa visão dos fretadores de carroças como indivíduos violentos parece estar muito baseada na experiência dos ativistas em uma das votações do projeto na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na qual, segundo

os militantes, confrontos físicos quase ocorreram. Em trechos de duas entrevistas expostos a seguir essa caracterização é feita pelos militantes da POA Melhor.

Alexandre: Isso aqui foi algo interessante, porque essa seção onde foi aprovado [*o projeto*] foi praticamente um campo de guerra. Foi **extremamente** tenso. Tinha Brigada Militar, tinha Guarda Municipal, tinha segurança da própria Câmara. Nos ameaçavam de morte, faziam sinais. Foi bem complicado.

Davi: Nós podemos pegar o exemplo do líder da [*cita uma região de Porto Alegre*]. Lá é diferente. Lá tu tens um líder de comunidade. É aonde vai existir outra economia por trás ali e que não é fácil tu chegares lá e dizeres que vais dar carrinho para ele. Entendeu? O Estado não chegou lá. Então, é mais complicado. [...] Eu diria até que o discurso deles, se eles têm discurso, nem se aproxima do [*discurso*] MNCR. Eu acho que é algo mais, assim... Não que eles sejam a favor da exploração, do tipo “A minha ideologia é a exploração”. Não. Mas existe algo mais bruto. Não existe uma ideologia.

Nesse trecho de entrevista, o ativista cita a outra categoria de indivíduos adversários, os aliados políticos dos carroceiros, organizados principalmente em torno do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Os aliados dos carroceiros são categorizados de uma forma dupla. Por um lado, esses indivíduos são vistos como militantes experientes e organizados, com conhecimento de táticas de ativismo. Devido a esse conhecimento, segundo os entrevistados, aliados dos carroceiros desenvolveram um enquadramento ressonante baseado na idéia de que a atividade dos desses trabalhadores se assemelharia a práticas de auto-gestão em oposição ao controle do Estado e do mercado. Trechos de duas entrevistas ilustram essa caracterização.

Felipe: Então, eles tinham essa coisa de que o carroceiro seria a prova viva do funcionamento da auto-gestão contra patrão. Eu ouvi todas essas frases. “Contra burguês” e tal. Então, se tu olhares no *YouTube*, por exemplo, tem um vídeo chamado Porto Alegre Com Carroças. E esse vídeo foi feito por um cara que é um dos instrumentalizadores. Porque, na época, começou a ter isso. Como eles viram que houve uma batalha e que havia a gente como cérebro de um lado, rapidamente, se organizou um cérebro do outro lado. Eles tinham um jornal, por exemplo, chamado Repórter Popular. Quem coordenava tudo isso [...] é um cara que é doutor em jornalismo e é professor da [*cita uma universidade gaúcha*]. Então, esse cara deu todo aquele... Então, eles passaram a ter jornal, passaram a ter produção de vídeos. Porque daí, o cara ia, filmava, ia para casa, editava profissionalmente, colocava legenda e tudo mais e disparava os vídeos.

Davi: Em 2006, na frente da Prefeitura de Porto Alegre... [...] Eu lembro que já tinha ali um cordão de isolamento. De um lado tinha um **monte** de carroceiros. E aí estava o [*cita o nome de um aliado político*] comandando. “Máfia do lixo”. Eles já estavam com esse bordão, que eu acho muito legal. Muita gente organizada. Camisetas. É similar ao MST a organização deles. E, do lado de cá, claro, uma dúzia de protetores de animais com *banners* [...]. Mas tu não tinhas uma palavra de ordem para dizer “Olha. Nós vamos fazer e pensar isso”. Era algo novo ainda. O problema estava estourando.

Por outro lado, os aliados são vistos pelos militantes da POA Melhor como indivíduos com interesses políticos particulares, que se utilizariam da assessoria aos trabalhadores explorados como uma forma de promoção política pessoal, não sendo possível observar um comprometimento real com a causa. Trechos de duas entrevistas ilustram esse outro pólo da caracterização dos aliados dos trabalhadores.

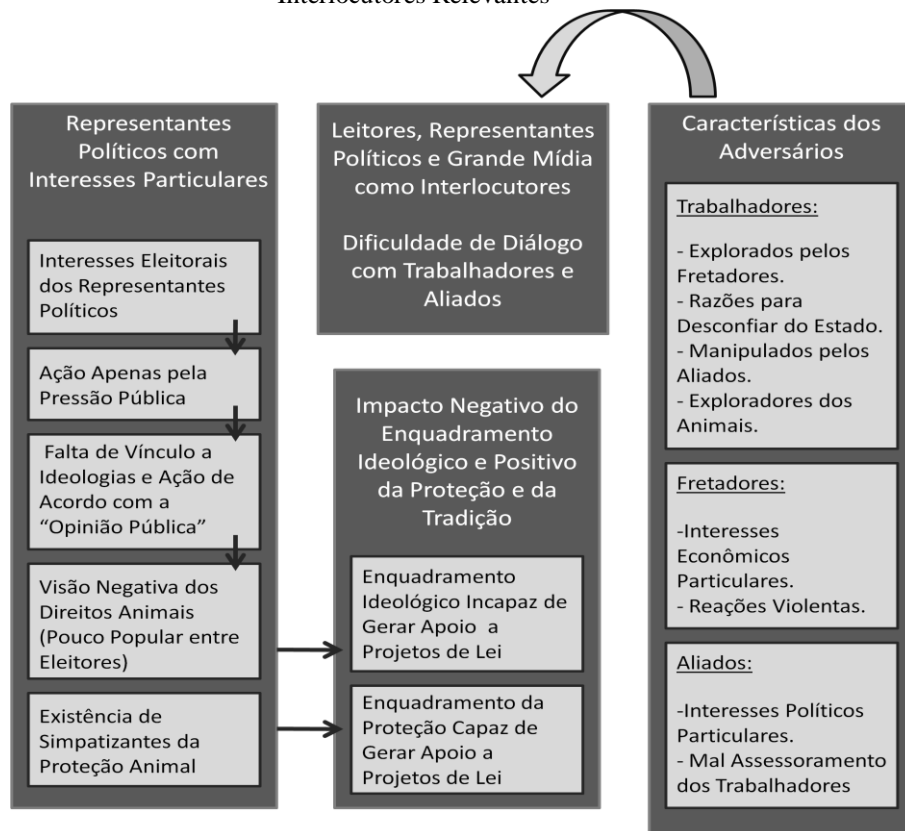
Felipe: Está todo mundo com camiseta serigrafada e tal. E eu pensando “Tu vê. O pessoal aí com camiseta serigrafada, faz panfleto, cartaz, ensina a falar o jargão para falar no microfone e, na hora em que eles baterem com a cara na parede...”, como bateram uma hora, a lei foi aprovada e a coisa foi indo para frente, “... Esse pessoal tudo vai sumir”. E sumiram. Então, foi incrível. Tu estás vendo o cara.

Nina: E ela [uma das ativistas] dizia [aos aliados dos trabalhadores] “Olha. Eu fui a todas as reuniões. Não tinha ninguém de vocês lá. Quer dizer, vocês estão tão preocupados com as pessoas e tudo mais, mas por que vocês não foram lá? Nem que fosse para ser contra. Mas que fossem lá. Ninguém foi”. E eu mesma já fui. A gente foi a várias reuniões no Ministério Público para cobrar mesmo. Porque o Ministério Público já estava cobrando a Prefeitura. E aí eu lembro que, às vezes, tinha uma pessoa. Quer dizer, tinha um monte de ativistas [de defesa animal] [...]. E aí a pessoa que era, teoricamente, para defender as pessoas, aí ia uma pessoa só. Sabe?

Nesse sentido, os aliados dos carroceiros, segundo os militantes entrevistados, agiriam contra os interesses dos trabalhadores, por exemplo, ao desaconselhá-los a se inserir em galpões de reciclagem prometidos pela Prefeitura.

Davi: Acho que são 800 reais a média que um carroceiro ganha. No galpão da Prefeitura, se for o caso, tudo certinho, eles vão ganhar um salário e eles vão ter carteira-assinada e etc. Mas, claro, vai vir todo aquele assessoramento social que vai dizer assim “É a máfia do lixo. É o burguês. É a mão de obra. Vocês têm que ser independentes”.

Figura 22 - Caracterização Cética dos Interlocutores, Antecipação de Impacto Negativo das Molduras Ideológicas e de Impactos Positivos da Proteção e da Tradição nos Representantes Políticos e Seleção dos Interlocutores Relevantes



Fonte: autoria própria.

Assim, trabalhadores são caracterizados, pelos ativistas, como indivíduos explorados pelos fretadores e manipulados pelos aliados. Fretadores são caracterizados como indivíduos com interesses econômicos próprios e que poderiam reagir com violência para defendê-los. Já aliados políticos eram vistos como sujeitos organizados, mas que não tinham interesse real na causa, atuando por interesses políticos pessoais e prestando uma má assessoria aos trabalhadores.

Esse conjunto de classificações parece ter impedido que ativistas da POA Melhor considerassem, em um primeiro momento, a possibilidade de diálogo com adversários. Ou seja, trabalhadores, fretadores e aliados não eram vistos como interlocutores possíveis e, logo, a adaptação cooperativa ao outro no enquadramento interpretativo da POA Melhor não se deu com base nas categorias valorizadas e compreendidas por esses indivíduos, mas sim com base nas categorias valorizadas e compreendidas pela grande mídia, pelo público em geral e pelos atores inseridos na política institucionalizada (Figura 22). Por consequência, o papel social assumido pelos militantes se assemelha ao de atores que ocupam posições sociais privilegiadas, observando-se uma “metamorfose” dos militantes de direitos animais que não é desprovida de consequências.

8.4 A METAMORFOSE: PAPEL SOCIAL E RECONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ao abandonar a moldura ideológica dos direitos animais e se basear em enquadramentos socialmente valorizados, tais como a tradição gaúcha e a proteção animal, observáveis no caso de interação em análise, militantes da POA Melhor optam por não desempenhar o papel de militantes que buscam grandes transformações sociais. Pelo contrário, ativistas desempenha o papel de militantes que buscam a reafirmação de determinados valores já existentes, enquadrando uma prática estabelecida como incompatível com tais valores. O militante Davi resume da seguinte maneira o papel desempenhado pelos ativistas.

Davi: Era mais ou menos assim “Ok. Somos da direita”. Era mais ou menos assim.

Desta forma, nesse caso, o movimento dos direitos animais - que dificilmente pode ser caracterizado como um movimento conservador, na medida em que propõe grandes mudanças sociais e na medida em que seus ativistas, em geral, demonstram apoio a mobilizações históricas da “esquerda”, principalmente àquelas baseadas na idéia de direitos - sofre uma metamorfose temporária. O papel assumido é o de “militantes moderados”.

O desempenho desse papel, assim como de qualquer outro, gera recursos e impõe dificuldades aos militantes. O recurso procurado pelos ativistas é a capacidade de conquista de apoio de indivíduos situados em posições sociais privilegiadas que têm acesso às instâncias de decisão política (tais como os vereadores) e capacidade de influenciar a “opinião pública” (tais como a grande mídia). Ainda, ativistas buscam a conquista de uma maior probabilidade de recepção positiva da população como um todo à lei que defendiam nesse caso.

A grande dificuldade que ativistas encontram ao assumir esse papel é a possibilidade de serem confundidos com o “outro” ao qual se adaptam de forma cooperativa. Os primeiros interlocutores aos quais os militantes relatam ser confundidos são os políticos locais.

Davi: É o cara que, assim, ele olha para a nós e olha para a Prefeitura e é a mesma coisa. Ele olha para nós e diz assim “As madames de cachorrinho que não têm o que fazer e cuidam de bichinho”. Não vê a nossa classe de oprimidos. O fator social que está lá embaixo da pirâmide. Daí, ele olha para o vereador, para o deputado e diz “É a mesma coisa”. Então, é maniqueísta a coisa. O bem, o mal e ponto.

Esse trecho de entrevista demonstra, ainda, outro grupo ao qual os ativistas de direitos animais podem ser confundidos, nesse caso, segundos os militantes, os protetores de animais e os donos de *pets*.

Ingrid: Porque do jeito que ficou, ficou contra. Para quem já tem essa coisa de “primeiro os humanos”, a primeira coisa que vão pensar é “Lá vem os que têm cachorrinhos”. É essa a idéia que passa. Até hoje ainda é assim. Eu acho que, para a maioria das pessoas, falar em proteção dos animais é “Ah, os cachorrinhos. E agora os cavalos”.

Militantes relatam, ainda, ser confundidos como membros de uma elite econômica que deseja que as formas de sustento dos trabalhadores sejam retiradas.

Ingrid: Só que eles acham que, ao tirar o cavalo do carroceiro, a gente quer tirar o trabalho dele também, mas não tem a ver com o trabalho. Então, muitos acham que os protetores são elitistas, burgueses e que não estamos nem aí para os catadores. Estão completamente errados. A coisa é simples, nós queremos os animais, eles querem o lixo. Não estamos brigando pela mesma coisa, então não tem porque brigar. Mas, infelizmente, não é bem assim que as coisas são vistas e divulgadas, e por isso gera essa desavença, vamos dizer assim.

Esses trechos citados deixam claro que, ao serem confundidos com outros interlocutores, os interesses dos ativistas não ficam claros para seus adversários. De fato, os militantes ocultam intencionalmente sua ideologia, visando maximizar a ressonância de seu enquadramento junto à grande mídia e aos representantes políticos locais. Junto aos adversários, no entanto, essa incompreensão não gera um efeito visto como positivo pelos ativistas, pelo contrário, gerado um efeito considerado negativo: a polarização e o acirramento do conflito.

Essa metamorfose também torna os ativistas alvos de críticas de outros grupos de militantes de direitos animais. Assim, um militante da POA Melhor relata que, em um texto institucional de outra organização abolicionista de Porto Alegre, os defensores do projeto da “lei das carroças” são acusados de agirem visando benefícios próprios.

Essas dificuldades levam dois militantes da POA Melhor a reconsiderações estratégicas. Segundo os ativistas, o poder de gerar mudanças e o comprometimento dos representantes políticos com a causa teriam sido superestimados no início da militância. Nesse sentido, os militantes relatam que, se o caso se repetisse nos dias de hoje, eles buscariam um diálogo maior com os aliados dos carroceiros, escolhendo como adversários não mais esses indivíduos, mas os representantes políticos.

Davi: Foi um erro. Foi um erro achar que 100% era de cima para baixo. É isso que eu te falei da tática do movimento social dos carroceiros. Hoje em dia a gente vê. A gente começaria pelo lado contrário da pirâmide. Ia começar de baixo e ia subir. Se fossem os abolicionistas e os carroceiros, o pessoal preocupado com os humanos, se a gente se juntasse na luta, não ia ter direita ou esquerda na história. Era uma vontade só. Porque uma justificava a outra. Então, se eu falasse do cavalo, eu ia falar do trabalho infantil. Se eu falasse do trabalho infantil, eu ia falar da condução da carroça que é muito perigosa. Tu vinculavas assim e, nossa, isso ia acabar. Isso acabava em um ou dois anos. Isso acabava. Acho que foi um erro tático que a história pode passar borracha sem grandes culpas.

Observa-se, portanto, que ativistas defendem que optariam por uma adaptação cooperativa do enquadramento interpretativo dirigida aos trabalhadores das carroças e a seus aliados. Militantes defendem, ainda, que optariam pela exposição ideológica frente a esses interlocutores em busca de um diálogo maior em que os objetivos de ambos os atores ficassem claros. Esse diálogo é também visto como possível em decorrência da emergência de uma nova solução tecnológica, os carros elétricos para o recolhimento do lixo, caracterizados como capazes de atender os objetivos de trabalhadores de carroças e abolicionistas. Dois trechos de entrevista ilustram esse pensamento.

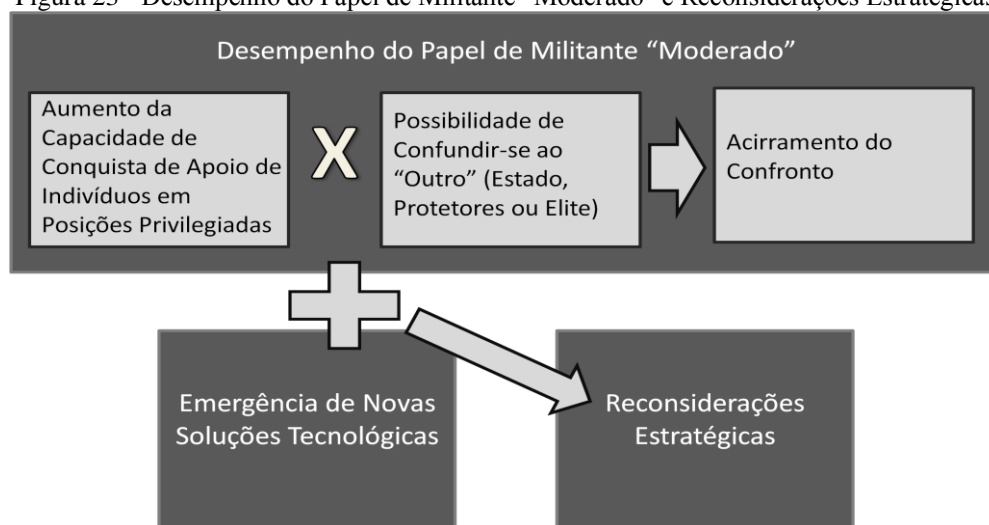
Ingrid: A importância que eles querem é o lixo. Todo o negócio do lixo. A gente não está nem aí para o lixo, a gente quer o cavalo. [...] Que nem a idéia dos carrinhos. Se for melhor para eles, que ótimo, a gente fica feliz também, principalmente porque o cavalo não vai ser mais usado. Se for usada uma máquina, um motor, para nós está ótimo.

Davi: Em resumo, o [cita o nome de um dos líderes dos aliados políticos dos carroceiros] se reuniu em Santa Cruz com eles [os inventores da nova tecnologia]. E, na época, eu falei para ela [uma das inventoras] assim “Tu vais se reunir com o [cita o nome do líder]? Então, propõe com ele uma parceria”. E ela me falou assim “Um cara super articulado. E ele me falou que isso era um baita *marketing* para os dois lados e que seria muito bacana se os dois se juntassem”. Tu vê. O cara também tem essa visão. Eu sei que ele está pouco se importando para os animais, mas ele está com essa visão. Entendeu? Isso é ótimo. Por isso que eu te falei antes, eu vou apertar a mão dele e dizer “Velho, o teu negócio é animal humano. O meu é o não humano, mas sem estresse”. E é isso. A cabeça deles mudou. [...] Porque a intenção [dos inventores] é vender o carrinho para as cooperativas. E, claro, fica uma porcentagem dos carrinhos para eles. É um negócio. E, do nosso lado, como protetores dos cavalos, a gente só quer abrir espaço para eles. Abrir espaço. O nosso interesse está longe de ser econômico. É abrir espaço por causa das carroças. E aquilo, sem prefeituras. Cooperativando os catadores, revoluciona.

Esse último trecho de entrevista apresentado deixa claro que a idéia de uma suposta mudança de postura dos aliados dos carroceiros, atrelada a emergência da nova tecnologia, é vista como o elemento que possibilita o diálogo entre ambos os grupos de ativistas. Dessa forma, fica implícito que a suposta postura anterior dos aliados dos trabalhadores de carroças, caracterizada pelo interesse pessoal ou pela violência, segundo os ativistas, era vista como um entrave para esse diálogo.

Em suma, esse entrave inicial leva os ativistas a desconsiderarem os trabalhadores de carroças e seus aliados como interlocutores relevantes e a assumir um papel social valorizado por indivíduos que ocupam posições sociais privilegiadas. As exigências desse papel social e a emergência de novas tecnologias levam militantes a repensar a estratégia adotada na ocasião (Figura 23). A postura pragmática, no entanto, é mantida, na medida em que essa reconsideração se dá com base na avaliação do melhor caminho para o alcance de um resultado prático específico e imediato e com a adaptação cooperativa do enquadramento ao outro.

Figura 23 - Desempenho do Papel de Militante “Moderado” e Reconsiderações Estratégicas

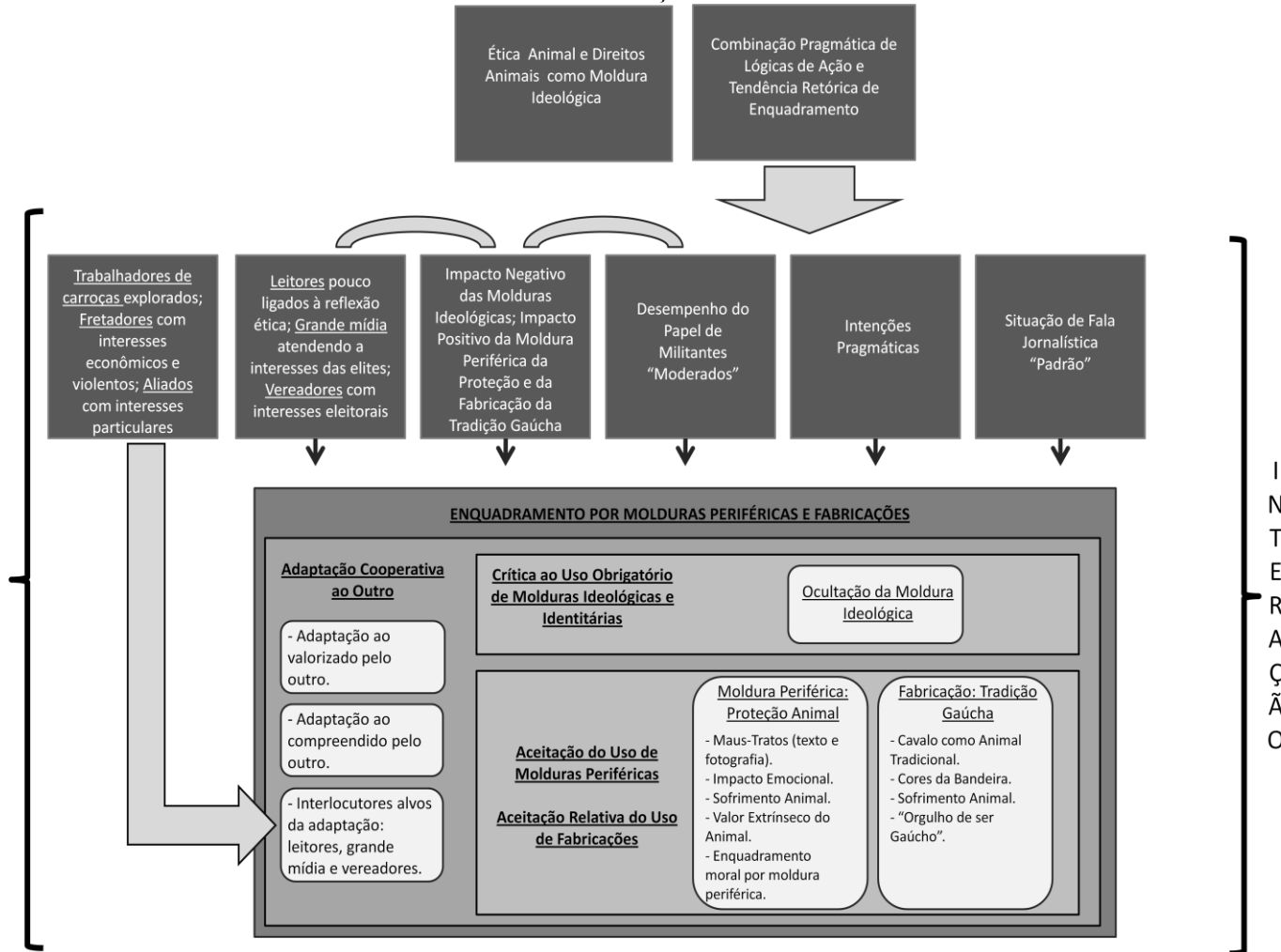


Fonte: autoria própria.

Em uma análise geral, pode ser observado que a combinação pragmática de lógicas de ação e a tendência retórica de enquadramento interpretativo se manifestam em um enquadramento por molduras periféricas e fabricações em uma postura de adaptação cooperativa mediadas pela presença de determinadas dinâmicas interativas. Essas dinâmicas são: as intenções pragmáticas dos atores; a caracterização da mídia, dos leitores e do Estado como indivíduos pouco afetados por reflexões morais e guiados por interesses particulares; a antecipação de um impacto negativo das molduras ideológicas nos interlocutores e de um

impacto positivo da moldura periférica da proteção e da fabricação da tradição gaúcha; a situação de fala do jornalismo padrão; e o papel social de militantes “moderados” (Figura 24). Após a análise dessa interação e das análises anteriores de interações de ativistas guiados por uma combinação construcionista de lógicas de ação, é necessário ainda, o estudo de um caso de interação de militantes ligados a uma combinação identitária de lógicas de ação com a grande mídia.

Figura 24 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Periféricas e Fabricações na Interação que Origina a Notícia “Pressão pelo fim das carroças”



Fonte: autoria própria.

9 ABOLICIONISMO IDENTITÁRIO EM INTERAÇÃO COM A GRANDE MÍDIA: “COMO SER VEGANO NA TERRA DO CHURRASCO”

Após uma viagem pelo exterior, um familiar da editora de um conhecido caderno dominical de comportamento e moda do Jornal Zero Hora, o Caderno Donna, retorna à cidade de Porto Alegre e decide inaugurar um restaurante que, segundo a jornalista, apresentava algumas características “diferentes”, o Café Bonobo. Intrigada com as novas idéias de seu familiar, que constrói um cardápio vegano para seu novo restaurante, fixa mensagens abolicionistas e anarquistas nas paredes do ambiente, e estimula o uso da bicicleta como meio de transporte até o local, a jornalista vislumbra uma possibilidade de pauta. Afinal, quem são os veganos?

Para descobrir as características desse estilo de vida “exótico”, a editora desse caderno escolhe uma jornalista que, aos seus olhos, parecia apropriada para a tarefa. Loraine, jornalista e praticante de ioga, era usualmente convocada para a cobertura de matérias sobre práticas “alternativas”, que pareciam lhe agradar. Se havia uma mostra de filmes sobre as origens do cinema mudo no Brasil em uma tarde de sábado, Loraine provavelmente gostaria de assumir a pauta. Da mesma forma, se havia um grupo de indivíduos que se recusava a ingerir carne, ovos e leite e derivados, a utilizar roupas com tecidos de origem animal e até mesmo a freqüentar circos e parques aquáticos, Loraine deveria ser a responsável por conhecê-los e retratá-los ao grande público.

A impressão de que essa jornalista poderia se interessar pela pauta sobre os veganos se confirma ao longo da matéria. Após finalizada a reportagem, o coordenador da SVB Grupo Porto Alegre envia à repórter uma informação estatística sobre o crescente número de vegetarianos no Brasil, indisponível na época em que concedera entrevista. Como resposta, recebe uma mensagem eletrônica da jornalista afirmando que poderia ser considerada mais um número positivo na estimativa. A jornalista explica que deixou de consumir carne, apesar de consumir outros alimentos de origem animal como leite e ovos, relatando que a experiência junto aos veganos a fez repensar muitos de seus hábitos de consumo. Loraine não era mais apenas a repórter “alternativa” da redação, mas também a “vegana” do Caderno Donna.

9.1 DIVULGANDO E DEFENDENDO O VEGANISMO: INTENÇÕES IDENTITÁRIAS, PAPEL SOCIAL E ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO

Esse breve histórico da reportagem analisada nesse capítulo (reproduzida parcialmente nos anexos 1 a 7) apresenta as origens do interesse dos profissionais do Caderno Donna do jornal Zero Hora pela identidade vegana: a presença de um vegano na família da editora do caderno. Mas quais eram as intenções mais específicas dos jornalistas ao escreverem essa matéria? Quais eram as informações que a repórter buscava em suas entrevistas com os militantes?

Ao contrário do apresentado nos capítulos anteriores, na análise apresentada nesse capítulo serão detalhadas as intenções do jornalista na interação, assim como os estímulos que o profissional da imprensa forneceu aos ativistas nessas interações, direcionando parcialmente o seu enquadramento interpretativo. Essa diferença justifica-se na medida em que, nesse caso, ao contrário dos casos anteriormente analisados, os jornalistas detêm a maior parte do controle da interação.

As intenções dos jornalistas com a interação estão fortemente relacionadas a dois objetivos gerais dos militantes: a construção e difusão de uma identidade; e a demonstração da viabilidade da adesão identitária. A principal intenção da jornalista na matéria se relaciona à *construção da identidade*, a divulgação dos hábitos veganos por meio da descrição de experiências de diversos indivíduos que assumem essa identidade. Aliada a essa intenção, a jornalista relata, ainda, ter uma intenção subordinada que não vai ao encontro dos objetivos gerais dos militantes abolicionistas: a exposição de práticas não veganas dos veganos.

Loraine: Acho que ela [*a editora*] falou isso. “Como é a vida dessas pessoas”. Acho que era mais isso. Como se entrasse no dia a dia das pessoas. O que elas modificaram. Como modificaram. E, assim, nas entrelinhas, talvez tentar pegar elas no pulo do gato. Entendeu? Essa coisa assim “Tã, mas aí tu és vegano, mas dá ração animal para o cachorro”. [...] O repórter é meio chato. Sempre colocando o dedo na cara das pessoas. Então, eu acho que tinha um pouco essa expectativa. Mas não que precisasse.

Duas outras intenções subordinadas à intenção principal de divulgação dos hábitos veganos se relacionam ao objetivo geral de *demonstração da viabilidade da identidade*. Primeiramente, a jornalista relata ter uma preocupação em demonstrar o vegetarianismo como uma prática alimentar que não causa problemas à saúde humana. Nesse sentido, a jornalista busca o depoimento de um triatleta e maratonista vegano que defende que sua alimentação não o prejudica no seu desempenho esportivo (reproduzida apenas na versão *online* da matéria). Ainda, a profissional relata ter a intenção de descrever atividades de militantes que

buscam fornecer ferramentas para possíveis adeptos do veganismo, tais como informações sobre produtos veganos.

Loraine: É. A história de entrevistar o atleta era porque atleta tem uma questão muito forte, a questão da proteína. [...] Eles têm essa questão da proteína animal para os nutrientes. Então, a gente traz um atleta como ele. Eu acho que foi interessante. E ele é vegano. E essa aqui dos produtos femininos. [...] Quem é [vegano] e não quer usar essas coisas de beleza que tenha teste em animais. Onde busca? Ela se dedicou a isso.

Observa-se, portanto, que a jornalista centra seu foco em interesses relacionados às intenções identitárias dos militantes, afastando-se de intenções pragmáticas e construcionistas desses atores. Um exemplo disso é o foco maior que a jornalista relata ter no cotidiano dos veganos em detrimento de suas motivações para a adoção dessa identidade que, em muitos casos, incluem considerações críticas baseadas na idéia de especismo, assim como a construção do abolicionismo e dos direitos animais. O diálogo a seguir ilustra essa *subordinação das intenções construcionistas* por parte da jornalista.

Matheus: Eu vejo que, para esse movimento, é super importante... Por exemplo, alguns filósofos são super importantes, como o Peter Singer, e o Tom Regan. Essa questão dos direitos animais mesmo. Essa palavra. Outras palavras tipo a senciência, que é a capacidade de sentir dor. Isso apareceu [nas entrevistas com os ativistas]?

Loraine: Isso eu vi em pesquisa [na internet sobre veganismo]. Em pesquisa e alguns deles falaram. Mas eu acho que eu optei por não... [...]. Porque a pauta que me foi pedida era a questão sobre como era a vida dessas pessoas. A argumentação política ficou um pouco mais... Argumentação mais, digamos, da luta deles ficou um pouco... Ficou fora.

Os estímulos fornecidos pela jornalista aos seus entrevistados veganos estão relacionados a essas intenções identitárias. Ativistas entrevistados e a profissional da imprensa relatam que as perguntas da repórter se dirigiam, principalmente, à descrição de hábitos veganos. Esses questionamentos de dirigiam, particularmente, à descrição dos hábitos pessoais e das rotinas dos entrevistados, estimulando um enquadramento por molduras identitárias assim caracterizado, afastando os ativistas de uma descrição impessoal do veganismo. Trechos de três entrevistas ilustram essa característica dos estímulos da jornalista.

Loraine: Eu acho que eu fui no caminho de entender a história. Quem eram aquelas pessoas, quando tinham ouvido falar [do veganismo], de que forma aquilo chegou à vida deles. [...] E, depois, tentei buscar questões que falassem do cotidiano deles. Tipo “Quando tu vais almoçar fora, o que tu fazes?”. “Quando tu vais ao aniversário da tua sobrinha de treze aninhos cheio de cachorro quente, o que tu comes?”. Mais nesse sentido de ver o dia a dia deles. O produto que eles usam de limpeza. “Me descreve a tua despensa”. A gente teve essa idéia também. “Posso fotografar a tua despensa?”. Tipo assim, “Esse é o armário vegano”. [...] Mais isso. Eu queria era entrar na casa das pessoas. Ver isso.

Pedro: Eu acho que a maioria das perguntas [que ela me fez] está muito também no início da matéria. É mais a questão de como se enfrenta no dia a dia, como são as opções, como está o mercado, como se enfrenta, se tem que agüentar piadinhas. Surgiu na conversa uma coisa sobre as piadinhas. [...] Daí aparece a questão das piadinhas [na matéria]. Não sei se foi ela me perguntando ou eu mencionando. Porque, lá pelas tantas, ela batia na tecla de como é a relação com os outros. Se tem algum desconforto social, se tem algum preconceito dos

outros, como se lida [*com esse preconceito*].

Carolina: Ela perguntou mais de mim. Ela perguntou “Tu tens preocupação na separação do lixo?”. “Tenho”. Ela não perguntou “Veganos têm essa preocupação?”. Era uma coisa bem específica. “Como tu fazes na tua casa? Tu separas o lixo? Tu utilizas produtos biodegradáveis?”. Uma coisa assim. Ela começou a fazer esse tipo de pergunta.

Como visto anteriormente, as intenções da jornalista estavam centradas na apresentação dos hábitos veganos, e não nas motivações dos ativistas, que poderiam incluir o abolicionismo animal. Apesar disso, a repórter estimulava os entrevistados a mencionarem suas motivações, mesmo que esse estímulo estivesse subordinado ao de descrição de rotinas e que o material resultante desse estímulo tenha sido pouco aproveitado pela profissional para a elaboração final da matéria. Assim, ativistas relatam a existência de tais estímulos e, ao mesmo tempo, alegam que a jornalista se afastou de questões opinativas profundas ou de um aprofundamento das questões sobre as motivações do veganismo, que poderiam dar origem a um enquadramento por molduras ideológicas. Trechos de duas entrevistas ilustram essa percepção da ênfase da jornalista.

Marli: Ela perguntou bastante coisa do dia a dia. Como iam ser as festinhas dele [*do filho da militante*]. Coisas mais do cotidiano. Ela perguntou bastante coisa sobre o que me motivou, por que eu virei vegana, como eu virei vegana, a história. Contar a história de como eu me tornei, como foi, o que eu faço. Eu me lembro que ela perguntou bastante coisa do nosso dia a dia. Como era. Como era a questão do xampu dele [*do filho da militante*], por exemplo. E eu disse “Não. A gente tem xampu que não é testado em animais”. Coisas assim.

Carolina: Mas, assim, ela perguntou isso, da questão do por quê disso [*do veganismo*]. Eu acho que ela perguntou para todo mundo. Não sei. “Por que tu chegaste até aqui nessa coisa? E qual a importância disso?”. Acho que ela foi um pouco por aí, mas a maioria das perguntas, eu acho que eram umas quinze ou vinte perguntas, era sobre meus hábitos diários. Ela não entrou muito na parte teórica da coisa, ela foi mais para a parte prática. Que restaurantes eu freqüentava. Depois, quando ela me ligou, ela perguntou “Tá errado eu dizer que a Cidade Baixa e o Bom Fim são os bairros que mais concentram restaurantes?”. E eu disse “Não. É isso aí mesmo”. Então, ela tinha mais esse tipo de dúvida mesmo de lugares, de hábitos, esse tipo de coisa.

Ainda, no que tange ao estímulo à descrição de hábitos veganos, alguns ativistas relatam a existência de estímulos da jornalista à conexão entre veganismo e preocupações ambientais. Essa conexão pode ser vista ora como parte integrante do veganismo, auxiliando os ativistas na construção da identidade, ora como uma prática não necessariamente ligada a ele, mas a ele conectada, podendo ser utilizada pelos militantes no intuito de aumentar a possibilidade de adesão identitária do interlocutor.

Já no que tange à demonstração da viabilidade da adesão identitária, os ativistas relatam um forte estímulo da jornalista à descrição de alternativas veganas, principalmente, no que tange a locais que vendem esses produtos. Ainda no que se refere a esse objetivo dos militantes, alguns ativistas relatam que a jornalista não apresentou estímulos à exposição de dados sobre a viabilidade nutricional da identidade. Por outro lado, outros militantes, tais

como a ativista Marli, que se manteve vegana durante a gestação de seu filho e o nutrólogo Ronaldo, relatam que a maior parte de suas entrevistas esteve baseada nesse tipo de estímulos. Essa distinção ilustra a importância do papel social do ativista na interação para o estímulo fornecido pelo jornalista.

O papel social desempenhado pela maior parte dos ativistas na interação é idêntico à sua identidade. Ou seja, militantes se apresentam como veganos em sua interação com a jornalista. O principal recurso desse papel, nesse caso, está na capacidade desse papel social em responder de forma satisfatória os estímulos da jornalista relacionados às sua principal intenção com a matéria. Ou seja, apenas indivíduos que se apresentam como veganos são capazes de fornecer descrições vistas como satisfatórias do cotidiano vegano frente a essa demanda. Ao se apresentarem por meio desse papel, ativistas se tornam os personagens da história que a jornalista deve contar. Por outro lado, esse o desempenho desse papel social acarreta na assunção dos diversos estigmas e dos estereótipos a ele conectados, assim como na impossibilidade de obtenção de legitimidade para o fornecimento de informações técnicas na interação.

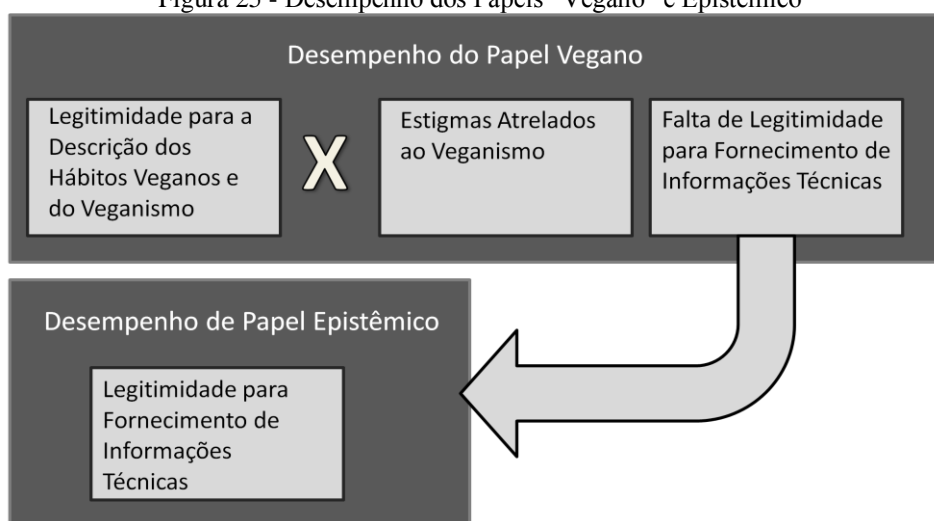
Nesse sentido, outros militantes que aderem à identidade vegana se apresentam na matéria, no entanto, desempenhando um papel distinto, que pode suprir essas deficiências do papel vegano (Figura 25). Dessa forma, por exemplo, o militante Ronaldo não se apresenta ao interlocutor como vegano, mas sim como profissional da área médica. Por meio do desempenho de um papel epistêmico, o ativista obtém a legitimidade necessária para o fornecimento de informações técnicas vistas como confiáveis pela jornalista. Ainda, a presença de um militante que desempenha um papel epistêmico auxilia os jornalistas a atribuírem a terceiros a responsabilidade frente a eventuais acusações de erros nas informações técnicas divulgadas pelo jornal. Assim, por meio desse papel social, adeptos da identidade vegana podem defender a viabilidade nutricional do veganismo. Nos trechos de entrevista abaixo, o militante Ronaldo e a jornalista Loraine discorrem sobre as características do papel epistêmico. Em seu trecho de entrevista, a profissional da imprensa cita uma preocupação observada em todos os depoimentos dos jornalistas entrevistados, a de não “se incomodar” com as matérias publicadas.

Ronaldo: Acho que assim, a titulação de profissional de saúde dá embasamento para o jornalista falar “Poxa. Eu não entrevistei simplesmente um curioso ativista. Eu me informei com alguém que tem uma formação médica, uma formação nutricional. E alguém que acaba sendo um representante de uma sociedade brasileira vegetariana”. Então, eu acho que essa soma de fatores acaba sendo importante para a credibilidade. Em qualquer pesquisa, você quer ter credibilidade naquilo que você está passando, não é? O jornalista fala “Peguei uma fonte que é uma fonte boa, não peguei qualquer um ali”.

Loraine: Porque, como tu falaste, é alguém que estudou isso. É alguém que está colocando [...] a sua cara a tapa. Acho que gera mais confiança no leitor do que se você disser que a Loraine não come mais carne e está se sentido bem. Acho que mais assim. Pesquisas, se for o caso. Tem o *site* da Sociedade Vegetariana. Lá tem vários estudos. Assim como, se tu pesquisares na *internet*, vai ter um estudo mandando tu comeres carne. [...] Vai ter estudo para tudo. Mas eu acho que é mais, assim, pela disposição de um profissional estar se expondo nesse sentido. [...] Até porque o editor não quer se incomodar com a matéria. E aí vem algum órgão e diz “Ah, mas vocês não ouviram”. Então, uma coisa mais oficial.

Dessa forma, observa-se que os papéis sociais desempenhados pelos ativistas vão ao encontro das intenções e dos estímulos da jornalista. Resta, porém, analisar as intenções dos próprios ativistas com a interação, assim como enquadramento interpretativo proposto por esses indivíduos. Nesse caso, o enquadramento será analisado com base no relato dos militantes sobre se depoimento à jornalista, na medida em que a matéria final apresenta poucos trechos que reproduzem as falas dos veganos, tendo passado por um grande trabalho de seleção de falas e de edição da jornalista, não se apresentando como elemento empírico seguro para essa análise.

Figura 25 - Desempenho dos Papéis “Vegano” e Epistêmico



Fonte: autoria própria.

As principais intenções dos ativistas com a interação estão relacionadas a tipos de objetivos gerais identitários inter-relacionados: a desconstrução dos estereótipos e a demonstração da viabilidade da adesão identitária. Um dos estereótipos combatidos é aquele que define veganos como indivíduos radicais que defendem suas posições por motivações puramente passionais.

Pedro: Tanto que teve uma das perguntas dela que ela me usou para citar que foi essa questão de que, sempre que entra em uma questão vegetariana ou de animais, alguém vai dizer “Tu estás dizendo isso, porque tu és vegetariano”. “Não. Eu sou vegetariano porque eu acredito nisso”. Então, eles já desconsideram que “Ah. Tu és vegetariano, então é claro que tu vais defender essa coisa”. “Não. Eu defendi essa questão e por isso eu sou”. Eu quero mostrar esse lado que eu não sou um vegetariano antes de tudo. Eu sou uma pessoa que pensou no assunto.

Outro estereótipo que militantes buscaram combater, nessa interação, foi o de que o veganismo é um sacrifício pessoal. Para romper com esse estereótipo, militantes têm outra intenção com essa interação, relacionada ao objetivo de demonstração da viabilidade do prognóstico: construir a alimentação vegetariana como uma dieta prazerosa. De forma análoga, militantes também relatam ter a intenção de desconstruir o estereótipo de veganos como indivíduos pouco saudáveis, buscando construir a alimentação vegetariana como uma dieta saudável, defendendo a viabilidade do prognóstico. No caso da interação entre a jornalista e os veganos Marli e Ricardo essa intenção ganha maior importância, na medida em que sua experiência anterior ao longo da gestação conduzida de forma vegana apresentou aos ativistas dificuldades pelo estereótipo de que esse tipo de alimentação seria pouco saudável e, logo, irresponsável. Trechos da entrevista com esse veganos ilustram essa preocupação.

Ricardo: Aí, quando ele [*o filho do casal*] nasceu no hospital, a nutricionista do hospital veio pedir para ela qual seria a refeição e ela disse “Eu sou vegana e tu tens que tirar isso. Tira aí. Não como isso, não como isso”. Daí quando eles foram preparar, a nutricionista do hospital pensou “Vegana com filho”. Daí ela foi ao quarto ver o filho. [...] E ela disse “Bah. A primeira coisa que eu fui olhar foi o peso da criança. Eu tinha certeza que ia ter baixo peso. Daí, eu vim aqui conhecer. Muito bem”. Então, todo mundo se admirava, a gente batia nessa tecla. É saudável, ele está mais saudável, ele cresce acima da média. Todo mundo achava que ia ser pequeno. Peso acima da média, crescimento acima da média.

Marli: Isso para nós é bem importante [*mostrar que uma dieta vegana é saudável*]. [...] Parece que é para provar. Poxa. A gente não ia fazer uma coisa sem saber. [...] A gente pesquisou muito, buscou muito. A gente não era irresponsável. “Não Vamos lá”. A gente estudou e pesquisou bastante.

Outra intenção relacionada ao objetivo de demonstração da viabilidade da identidade é a de construir o veganismo como uma vida “normal” e, portanto, os veganos como indivíduos “normais”, demonstrando que a vida vegana pode ser executada sem todas as alterações imaginadas pelos outros.

Carolina: Eu acho que o principal é mostrar para o resto da população que a gente leva uma vida normal. Eu acho que o maior preconceito, ainda, é esse. Até entre os meus amigos. Eu tenho amigos que perguntam “Eu queria fazer uma janta para ti e para o [*cita o nome de outro ativista*] lá em casa. Vocês bebem refrigerante?”. Sabe? Esse tipo de coisa assim. As pessoas tratam a gente como se nós fôssemos uns ETs.

A seqüência desse trecho de entrevista ilustra, ainda, outra intenção dos ativistas com a interação, a demarcação da diferença entre as práticas vistas pelos ativistas como “realmente” veganas e aquelas vistas como “não veganas”, mas que são denominadas dessa forma por outros. Essa intenção está relacionada ao objetivo geral de demarcação de fronteiras, não sendo apresentada, no entanto, como prioridade pela maioria dos ativistas.

Carolina: E tem muita gente que tem falta de informação mesmo. Até a própria [*cita o nome de uma atriz brasileira*] que virou até piada. Há pouco tempo, há dois anos, ela deu uma entrevista dizendo que ela tinha se tornado vegana. Só que no meio da entrevista, tu vêes que ela não sabe nada sobre veganismo [...]. “O que vegano

não come?” perguntaram para ela. E ela disse “Não come ovo, não come glúten e não sei o que”. E ela disse “Eu sou vegana. Eu como queijo. Em cima da massa eu como queijo”. Então, tipo assim, ela não sabe nada. Então, existe muita... Entende? Eu tenho uma tia que, quando eu me tornei vegana, a primeira coisa que ela perguntou foi “Mas quando tu vais à praia tu podes usar biquíni, não é?”.

Outra intenção também pode ser observada de forma pouco central nos depoimentos dos ativistas, a conquista de legitimidade das práticas veganas. Mais presente, no entanto, são as intenções relacionadas ao objetivo geral de adesão identitária dos interlocutores. Ativistas, por exemplo, relatam tentar construir o veganismo como um estilo de vida atraente na interação. Mesmo que a tentativa não gere a adesão, ativistas tem como intenção a conquista de simpatia para a identidade vegana. Trechos de duas entrevistas ilustram essa intenção.

Tom: É uma coisa que é meio clássica. Tu estás fazendo uma foto, tu estás, querendo ou não, divulgando um estilo de vida. A gente é meio induzido a fazer uma coisa que passe uma boa impressão para as pessoas. Eu não sou nenhum garoto propaganda, mas a idéia era que, pelo menos, alguma coisa funcionasse.

Pedro: O meu objetivo quando eu respondia? Digamos que o objetivo pode ser gerar uma simpatia. Não fazer aquele discurso [...] que o outro lado vê como radical, como intolerante, com uma visão muito unilateral das coisas.

Dessa forma, observa-se que os veganos que participam dessa interação subordinam o objetivo de convencimento ideológico, buscando a adesão identitária dos interlocutores independentemente desse processo. No trecho de entrevista abaixo, a jornalista Loraine reproduz a sua memória da fala de um vegano que participou da reportagem, mas que preferiu não conceder entrevista ao pesquisador.

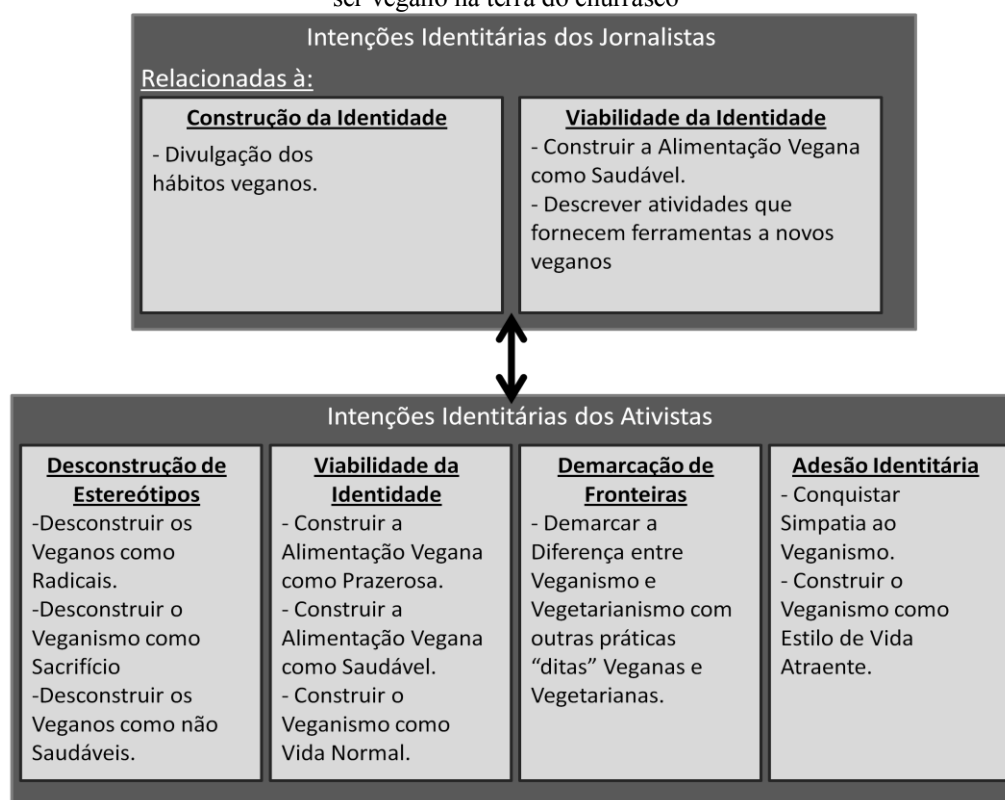
Loraine: E, na época, o [cita o nome do ativista] já era uma coisa meio estandarte da história, porque ele ia para a mídia. Ele achava que valia a pena falar sobre isso. E, na entrevista, ele focou muito nisso, de parar de ser o chato, de ficar tentando convencer as pessoas pelo lado ético. Ele disse “Eu queria conquistar as pessoas pelo sabor. Dá para fazer coisas saborosas. Porque eu queria convencer pelo que eu fazia. Se eu fizer um prato bacana e o pessoal gostar, eles vão ver que não é tão difícil largar os ingredientes que são de origem animal”. E a conversa dele foi meio por aí.

Observa-se, portanto, que as intenções dos ativistas vão ao encontro das intenções da jornalista nessa interação, relacionando-se a objetivos identitários (Figura 26). De forma complementar a essas intenções identitárias, ativistas se baseiam em um enquadramento por molduras identitárias nessa interação. De uma forma geral, utilizam prioritariamente esse tipo de moldura, colocando em segundo plano a utilização de molduras ideológicas, ou até mesmo não as utilizando. No caso em que o enquadramento ideológico é utilizado, ativistas relatam ter aproveitado o estímulo da repórter à descrição das motivações da adoção da identidade. Já no caso em que as molduras ideológicas são ocultadas, ativistas justificam essa postura pela falta de necessidade de exposição da ideologia em interações em que não há um estímulo do interlocutor. Trechos de duas entrevistas ilustram essa postura.

Carolina: Eu falei [*sobre o abolicionismo*] quando ela me perguntou sobre a questão de por que eu me tornei [*vegana*]. Aí eu falei um pouco sobre isso. E aí eu falei sobre a questão da crueldade. [...] Mas foi muito pouco. Acho que eu falei um parágrafo sobre isso e o resto eu fui respondendo as perguntas dela, como eu disse antes, mais específicas mesmo do meu dia a dia. Ela não entrou muito no mérito do posicionamento ou sobre [...] o boicote. Ela não perguntou nada.

Pedro: Eu poderia ter tocado nisso [*na questão dos direitos animais*] quando ela falou em motivações. Na verdade eu citei até filósofos e tal. E falei que a minha motivação foi por um lado bastante pessoal e que eu, mais tarde, busquei embasar com alguns filósofos. Eu queria dar mais consistência para uma visão que eu já tinha, para organizar um pouco o pensamento, para estruturar a coisa. E falei isso. Não era esse objetivo, ela não citou.

Figura 26 - Intenções Identitárias das Jornalistas e dos Militantes na Interação que Origina a Reportagem “Como ser vegano na terra do churrasco”



Fonte: autoria própria.

Como visto anteriormente, assim como, de uma forma geral, ativistas que se guiam por uma combinação identitária de lógicas de ação buscam evitar a utilização de molduras periféricas e fabricações, nesse caso, ativistas também demonstram essa resistência. Assim, militantes relatam ter utilizado apenas enquadramentos que se referem a práticas vistas como “verdadeiramente” veganas ou “verdadeiramente” ligadas de forma não obrigatória ao veganismo.

A utilização de molduras identitárias, a utilização em segundo plano de enquadramentos ideológicos e a rejeição à utilização de fabricações e molduras periféricas auxilia os ativistas a realizar suas intenções identitárias na interação em análise. Ativistas

relatam, por exemplo, ter dedicado a maior parte de seu depoimento à jornalista à descrição dos hábitos veganos pessoais, forma de enquadramento por molduras ideológicas classificada nesse trabalho como um meio para o objetivo geral de construção social das identidades.

Já no que se refere à construção da legitimidade do ator, militantes se utilizam nessa interação suas molduras identitárias de duas formas. Primeiramente, ativistas buscam dados e fontes de informação a respeito de sua identidade que possam ser vistas como confiáveis pelo seu interlocutor, como dados científicos sobre a relação entre nutrição e vegetarianismo e sobre o crescimento do veganismo.

Pedro: [...] Representando a SVB, digamos que tu tens um pouco mais de responsabilidades porque tu estás representando a SVB. Por exemplo, [...] eu não sou especialista em nutrição. Se tu começares a me perguntar coisas de nutrição, se eu estiver [*falando*] em nome da SVB, eu vou dizer “Há dados, há estudos que comprovam isso aqui. Eu vou te dar as fontes e tu podes conversar com a pessoa certa sobre isso que ela certamente...”.

Informações estatísticas ou relatos pessoais sobre o crescimento do veganismo auxiliam ativistas também na construção de legitimidade da identidade, segundo os ativistas, na medida em que indicam que veganos não formam um pequeno de pessoas, podendo exercer influência na sociedade como um todo. No caso em análise, devido à ausência de informações estatísticas, o militante explica no diálogo exposto a seguir que opta por uma descrição do mercado vegano em expansão tendo em vista essa intenção.

Pedro: [*É importante descrever o mercado vegano*] porque é uma maneira de mostrar esse crescimento. Uma maneira mais concreta de mostrar esse crescimento, porque o jornalismo gosta de números, de um dado objetivo, de uma confirmação, gosta de uma informação oficial. E não é simplesmente uma opinião dizendo “Olha. Está crescendo”. Por que está crescendo? Onde se observa isso?

Matheus: Mas por que tu achas importante mostrar que está crescendo?

Pedro: Para ganhar mais atenção. Para, digamos, desmarginalizar o assunto. Criar mais espaço e mais respeito. Quando se é só 1% ali é só aquela minoria que... Sei lá, agora são 10%. “Então, cresceu meio por cento nos últimos anos, então vamos dar mais...”.

As formas pelas quais o enquadramento identitário é utilizado nesse caso, no entanto, estão relacionadas, principalmente, às intenções prioritárias dos ativistas nessa interação: o questionamento de preconceitos e estereótipos e a demonstração da viabilidade da adesão identitária. Militantes têm, por exemplo, a intenção de combater o estereótipo do veganismo como sacrifício pessoal e a ameaça à viabilidade da adesão identitária pela suposta privação pessoal do ator. Como visto anteriormente, para combater essas ameaças, ativistas tem como objetivo construir a alimentação vegana como prazerosa. Para isso, os militantes se utilizam das molduras identitárias de diversas maneiras. Militantes podem, por exemplo, descrever seus hábitos não veganos anteriores com intuito de mostrar que, assim como seus

interlocutores, valorizam os prazeres da alimentação, apenas optando por outras fontes para a satisfação dessa vontade, rompendo o estereótipo de que há uma grande diferença entre veganos e não veganos.

Pedro: Eu quero mostrar esse lado que eu não sou um vegetariano antes de tudo. Eu sou uma pessoa que pensou no assunto, mas... Por isso que eu disse que eu era um comedor de carne. Eu gosto de um churrasco. Mostrar que [...], fora o fato de eu ser vegetariano, eu sou igual aos outros.

Ativistas utilizam suas molduras identitárias também com esse intuito ao descrever a alimentação vegana atrelando-a a uma exaltação de sua qualidade. Ativistas preocupam-se, por exemplo, em fornecer imagens que enquadrem os alimentos veganos como prazerosos para os jornalistas. No trecho de entrevista abaixo, o militante descreve a seção em que fotos utilizadas na matéria foram produzidas, criticando a escolha da jornalista ao alegar que, em outras fotografias, os alimentos servidos em seu prato pareciam mais atraentes.

Tom: Exatamente. Então, por exemplo, essa foto aqui que eu fiz tinha um pastelzinho na foto. O resto era só [...] salada e um arroz. Sabe? Dá uma cara muito natureba. Apesar de que o pastel é frito. Mas também. Mas foi a foto que o cara gostou das que ele fez. O cara fez um monte de fotos enquanto eu estava me servindo. [...] Depois, aqui, vinha o feijão que ia dar uma cara um pouco melhor. Eu quis fazer um prato colorido e ele não estava completo. E essa foi a foto que acabou sendo escolhida.

Esse trecho de entrevista também demonstra a preocupação do ativista em romper com esse estereótipo ao destacar o consumo de alimentos vistos como “não saudáveis” pela população. Em um dos trechos de entrevista utilizados pela jornalista na composição da matéria final, um ativista declara ainda “Eu sou vegano, mas não sou natureba” rejeitando explicitamente o estereótipo (LUZ, 2011, p.13).

Já com o intuito de questionar o estereótipo de veganos como indivíduos pouco saudáveis, preconceito que ameaça a viabilidade da adesão identitária na medida em que define o veganismo como um risco à integridade física dos militantes, veganos utilizam suas molduras identitárias de duas maneiras distintas. Quando ativistas desempenham um papel epistêmico, são apresentados dados e pareceres científicos sobre a viabilidade nutricional da dieta vegetariana, como no caso da interação entre o ativista Ronaldo e a jornalista Loraine. Já quando ativistas desempenham o papel de veganos, seu enquadramento está baseado na descrição de experiências pessoais que conectem o veganismo à possibilidade de manutenção da saúde humana. Esse é o caso da interação entre essa jornalista e o casal de veganos Marli e Ricardo.

Marli: [*Eu temia*] que as pessoas fossem [...] achar que eu estava colocando o meu filho em risco. Nada a ver. Eu fiz questão de dizer ainda para a guria. Eu fiz questão de dizer o peso dele. [...] Eu me lembro disso, porque, normalmente, na gravidez eu dizia que eu era vegana e o médico [*dizia*] “Ah, vai nascer com baixo peso. Vai

nascer menor do que a média”. Todo mundo dizendo. E eu tinha pouca barriga. “Ai. Por isso que tu tens pouca barriga”. Todo mundo dizia. [...] E eu fiz questão de dizer o peso para as pessoas verem. [...] Para as pessoas verem que ele não é pequeno, ele é maior do que a média. Ele cresceu mais do que a média comigo sendo vegana. E eu achei bem importante isso para desmistificar aquela coisa de que “Ele vai ser pequeninho” [...]. E eu achei bem bom que botaram. Eu fiz meio que para provar, sabe? “Não. Ele Não é pequeninho. Ele não vai ser magrinho, não vai ser pequeninho”.

No que tange à viabilidade da adesão identitária em sua dimensão da exequibilidade cotidiana, ativistas buscaram, nessa interação, por exemplo, mostrar diversas alternativas de produtos veganos potencialmente desconhecidos pelo grande público. Uma militante buscou fornecer informações à jornalista sobre seu *blog* no qual são citadas alternativas de cosméticos veganos. Outro vegetariano entrevistado buscou fornecer informações à jornalista sobre sua empresa de sushis veganos. Outros ativistas relatam, ainda, ter dado informações à jornalista sobre restaurantes veganos na cidade de Porto Alegre. Militantes buscam também demonstrar que essas alternativas não impõem aos adeptos do veganismo um custo de vida maior. Em um dos trechos de entrevista utilizados pela jornalista em sua formulação final da matéria um vegano defende “Talvez, na ponta do lápis, os custos da alimentação normal e da vegana sejam equivalentes”. (LUZ, 2011, p.15). Por fim, ainda com a intenção de demonstrar a viabilidade da exequibilidade cotidiana do veganismo, ativistas fornecem “dicas” para que novos adeptos enfrentem pequenos problemas vivenciados cotidianamente pelos veganos.

Pedro: Aqui tem outra coisa que ela pegou também. [...] Como o pessoal não leva muito a sério... Digamos, quando tu vais a um lugar onívoro, não há todo esse respeito. Quando tu és vegetariano por uma questão filosófica e ética, tu és meio que desdenhado. Se tu disseres que é por questão religiosa ou por saúde, tu és muito mais levado a sério. Então, eu disse para ela que, quando eu ia a uma sorveteria, eu pedia sem leite e dizia que era intolerante à lactose ao invés de dizer que era vegano. Tanto que ela cita “Diga que é intolerante à lactose, por exemplo” ou “Se tiver ovo, vou morrer asfíxiado”.

Para romper com o estereótipo de veganos como indivíduos radicais, militantes buscam, ainda, utilizar suas molduras identitárias de uma maneira “simpática”, evitando acusações éticas ao interlocutor. Essa forma de utilização do enquadramento pode ser vista também como complementar a outra intenção dos ativistas na interação, o convencimento pela atração e adesão identitária. Em um trecho de entrevista do vegano Pedro exposto anteriormente, por exemplo, associa-se a utilização de uma linguagem “simpática” em detrimento de uma linguagem vista pelo interlocutor como “radical” à conquista de simpatia do outro.

Em oposição à atração do outro pela crítica e pelo convencimento ideológico, ativistas buscam descrever os hábitos veganos valorizados pelo próprio ator ou vistos como valorizáveis pelo interlocutor. Em outro trecho de entrevista já exposto nesse trabalho com o

militante Tom, defende-se que o vegano deve sempre pensar o que há de atrativo nos hábitos para si e para os outros e expor esses elementos. Outra forma de enquadramento com vistas a esse objetivo é o fornecimento de uma autodescrição positiva ao interlocutor. Um trecho de entrevista com o vegano Tom utilizada pela jornalista em sua versão final da matéria em análise ilustra essa forma de enquadramento por molduras identitárias. Nele, fica clara a oposição à utilização crítica das molduras ideológicas ou identitárias e a preocupação com o estereótipo de veganos como radicais.

“Tem uma questão que é ser ativista ou não. O problema é quando cai em um estereótipo de crente, uma abordagem que pode afastar as pessoas. Eu prefiro convencer as pessoas de outra forma. As pessoas que convivem comigo têm certeza que eu sou feliz vegano, sou muito orgulhoso das minhas escolhas”, explica [Tom] (LUZ, 2011, p.15)

Também com a intenção do convencimento do ator pela adesão identitária, ativistas relatam ter aproveitado os estímulos da jornalista à conexão entre práticas de defesa do meio ambiente e a identidade vegana, confirmando-a parcialmente para conquistar a simpatia de determinados interlocutores. A confirmação parcial tem como intuito evitar uma associação obrigatória entre esses elementos que seria vista por alguns militantes como uma fabricação. São descritas, assim, práticas valorizáveis não obrigatórias para veganos, mas vistas com associadas ao veganismo. O diálogo abaixo ilustra essa postura.

Pedro: Na minha parte, não saiu muito essa questão [*da associação entre veganismo e meio ambiente*]. Mas eu tentei mostrar que não era uma coisa em decorrência da outra, mas que pode, sim, ter uma ligação. Deixei em aberta a questão, já que ela estava tão aberta a essa idéia. Então, eu aproveitei para concordar parcialmente. Por exemplo, se não fosse partir dela, em outra entrevista, eu não imporaria essa questão, essa analogia, essa comparação de uma coisa com outra. Não forçaria essa ligação [...].

Matheus: Entendi. E por que tu querias aproveitar o embalo dela? Por que tu achaste que era interessante? [...].

Pedro: Porque [...], ao longo da entrevista, eu já senti um pouco da simpatia e do interesse dela, então, eu achei que era mais um ponto positivo para se colocar.

Em suma, é possível observar que a jornalista se insere interações com os militantes com intenções e estímulos de enquadramento que favorecem intenções identitárias e enquadramentos por molduras identitárias por parte dos ativistas. Assim, as dinâmicas interativas formam um estímulo à utilização de uma combinação identitária de lógicas de ação para os ativistas. Como defendido na primeira parte desse trabalho, no entanto, as dinâmicas interativas não definem por completo o trabalho de enquadramento interpretativo dos ativistas, que têm preferências prévias por determinadas combinações de lógicas de ação, influenciando as dinâmicas interativas.

Em primeiro lugar, é provável que, mesmo que não intencionalmente, a jornalista tenha procurado uma organização que privilegia uma combinação identitária de lógicas de ação, que poderia fornecer a ela o material necessário para suas intenções com a matéria. Em uma busca na *internet* sobre o tema, por exemplo, a ativista pode ter encontrado referências sobre veganismo vinculadas à SVB Grupo Porto Alegre, já claras em enquadramentos anteriormente propostos pela organização.

Ainda, ao entrevistar ativistas que se orientam por uma combinação de lógicas de ação distinta da identitária, a jornalista entrou em contato com outras formas de enquadramento interpretativo, apesar do direcionamento de seus estímulos. Um exemplo disso é o caso da militante Nazareth, autora do artigo construcionista analisado nesse trabalho. Por um lado, a ativista valoriza a oportunidade de interação com a mídia e propõe que, frente ao estímulo ao enquadramento identitário, os militantes deveriam responder com um enquadramento assim caracterizado, aproveitando as oportunidades de “inserção” na mídia com o intuito de expor a viabilidade da adoção da identidade. Dessa forma, observa-se uma influência direta das dinâmicas interativas no enquadramento interpretativo proposto pelos militantes.

Nazareth: Eu não vou conseguir lembrar como foi nessa situação. Eu vou te responder como seria hoje se uma pessoa do Donna viesse me perguntar em um caderno feminino, se eu ia atacar de filosofia e coisas. Eu acho que não. Acho que para esse público, tu podes até dar uma pinceladinha do que é o dever moral e, depois, fala aquilo que é a questão prática. Porque “Como ser vegano?”, ou seja, “É possível ser vegano na terra do churrasco?”. Acho que era um pouco isso. Então, eu acho que tem que dar as ferramentas para as pessoas.

Por outro lado, a ativista lamenta a carência de referências à ideologia do movimento na matéria, ressaltando que os benefícios dessa reportagem poderiam ser maiores para o movimento se um enquadramento ideológico fosse incluído em sua versão final. Ainda, observa-se na análise da interação por *e-mails* da ativista com a jornalista (fornecida ao pesquisador pela militante) que é proposto pela militante um enquadramento ideológico que conecta a identidade do movimento às molduras ideológicas dos direitos animais. Dessa forma, observa-se, também, uma influência direta de dinâmicas e preferências pré-interativas no enquadramento interpretativo proposto pelas militantes. No trecho de entrevista a seguir, a militante celebra o espaço na mídia, mas lamenta a suposta perda do potencial contestador da matéria. Já o segundo trecho exibido a seguir consiste na reprodução de uma resposta da militante enviada por *e-mail* ao pedido da jornalista de avaliação da primeira versão da matéria. Nele, é proposta uma conexão mais clara entre a identidade e a ideologia do movimento, atrelando-se a exploração animal à definição do veganismo.

Nazareth: Eu acho que eu sou meio Feyrabend. Vale tudo. Acho que se entrar essa coisa de veganismo em uma

coisa esotérica, se entrar em uma coisa de espíritas. É bom. Entra no estilo de cada mídia, de cada veículo, de cada público. Então, eu acho que sim, que sempre vale. Em uma revista, em uma publicação científica, ia ter outro caráter e valeria também. Sempre é bom. Só que ia ter muito mais contestação. Porque os argumentos são mais contestados. Aqui não. É um estilo de vida como poderia ser qualquer outra coisa. Sei lá, um parto de cócoras.

Nazareth: Uma única observação. No geral, fica bem claro o que é o veganismo. Apenas na definição, para quem a leia isoladamente, seria bom que ficasse claro que vai ainda além de vestuário e alimentação. “Vegano - é vegetariano estrito e não usa roupas, calçados ou qualquer outro produto de origem animal. O veganismo pode ser considerado uma filosofia de vida” [*reprodução do trecho de reportagem escrito pela jornalista na primeira versão da matéria*]. Sugiro “Vegano - é vegetariano estrito e estende a não exploração de animais a outras dimensões da vida cotidiana: não usa roupas, calçados ou qualquer outro produto de origem animal, não utiliza produtos de limpeza ou higiene testados em animais ou com ingredientes animais, não vai a circos, rodeios, zoológicos ou qualquer espetáculo que utilize animais. O veganismo pode ser considerado uma filosofia de vida”.

9.2 “UM ASSUNTO LEVE PARA UM CADERNO DE DOMINGO”: SITUAÇÃO DE FALA

Outra dinâmica interativa que influencia o processo de enquadramento interpretativo conduzido pelos militantes de direitos animais, nesse caso, é a situação de fala. Como defendido, no caso de um jornal impresso, grande parte das regras implícitas de fala estão relacionadas à seção do jornal no qual a matéria produzida é inserida. Nesse caso, portanto, a situação de fala está relacionada às regras implícitas de fala do Caderno Donna, publicado nos domingos no jornal Zero Hora. Essa situação de fala parece ter favorecido a utilização de um enquadramento por molduras identitárias em detrimento de um enquadramento por molduras ideológicas por parte dos ativistas, assim como influenciado as intenções e os estímulos fornecidos pela jornalista aos militantes. Se referindo ao conteúdo da matéria e associando-o ao caderno em que o texto é publicado, a militante Carolina resume “um assunto leve para um caderno de domingo”.

O Caderno Donna é caracterizado, pelos militantes, como uma seção do jornal onde um aprofundamento teórico e conceitual não seria possível. Dessa forma, se inviabiliza, aos olhos dos ativistas, a possibilidade de utilização de molduras ideológicas, ou seja, a possibilidade de exposição da perspectiva dos direitos animais.

Nazareth: É um caderno só de bobagens esse aqui. Os próprios textos do [*Luís Fernando*] Veríssimo nesse caderno são mais *lightsinhos*. Tem essa idéia de que, sendo mulher, é idiota. Então, para mulher, só tem que ter matérias idiotas. E aí, talvez por isso, essa matéria tenha entrado nessa condição de matéria tola. E aí não precisa ter contraponto, não precisa ser séria, não precisa ser científica. E aí, em seguida, já entram as roupinhas e tal. [...] Eu acho que, se essa matéria fosse em um caderno que eles considerassem mais sério, tipo o Cultura⁵¹, aí ia

⁵¹ É interessante citar que, meses depois da realização dessa entrevista (na ocasião da vinda do filósofo Peter Singer para a realização de uma palestra na cidade de Porto Alegre), no caderno “Cultura” desse jornal, foram

ter um aprofundamento diferente que aqui não precisa ter, porque é o Donna.

Carolina: Enfim, não era o momento, não era o caderno para isso [*falar de direitos animais*]. Acho que cumpriu o papel do caderno Donna. Foi a versão do Donna para o veganismo [*risos*]. As matérias do Donna são sempre assim. Mostra mais uma coisa de futilidade. Eles não vão a fundo nas coisas. Eu já tinha participado de outra matéria para o caderno Donna que era sobre relacionamentos onde uma pessoa muda. E aí, a minha parte era sobre vegetarianismo, é claro, e aí falava que o meu marido, na época o meu namorado, era louco por churrasco e meio que se tornou vegetariano por minha causa. Não foi uma pressão minha, mas por conviver e tal. O Donna sempre faz esse tipo de matéria. [...] É o tipo de matéria que não se aprofunda muito sobre o assunto. Mais um hábito de vida mesmo.

Esse caderno dominical é visto, negativamente, ainda, como um local onde as regras implícitas de fala permitem que os jornalistas e seus entrevistados falem apenas de temas vistos como fúteis pelos militantes. Essa característica também dificultaria a utilização de um enquadramento por molduras ideológicas.

Tom: A gente ficou super feliz que eram quatro páginas falando de veganismo e mais a capa. Tudo bem. Mas aí tem duas páginas falando de cílios. Então, tipo, poxa. Duas páginas de cílios. E eu tenho certeza, cara, que depois dessa reportagem saíram muito mais páginas sobre cílios. E aí como você vai esperar [...] que ela mostre a importância... [*Que ela vá*] citar cronologicamente vários tipos de discriminação até mostrar que, um dia, nós devemos ter consciência que nós estamos discriminando seres de outras espécies.

Apesar de o caderno ser visto pelos militantes como pouco “profundo” e voltado a temas “fúteis”, dois elementos tornam possível, aos olhos dos ativistas, que jornalistas abordem um tema visto como sério pelos veganos, a sua identidade. Primeiramente, estratégias de posicionamento de *marketing* poderiam estimular jornalistas a abordar esse assunto.

Nazareth: O problema que eu vejo nesse caderno, assim, pelo que eu sei, é um caderno de futilidades. Como a Zero Hora é um pouco mais metidinha a besta, então, na futilidade eles sempre querem dar um tonzinho de... [...] Tem a pura futilidade e tem aquela que é fútil, mas acha que não é. Tem uma aspiração a não ser. Essa coisa lá do *La Distincion*. Alguma coisa por aí. [...] Tem uma coisinha puramente idiota e, depois, tem o Luís Fernando Veríssimo. Tem uma mulher que fala de etiqueta e, daqui a pouco, vai ter um negócio que é sobre hábitos e não sei o que.

Ainda, outro tema que facilitaria a “entrada” do veganismo na pauta dos jornalistas visto pelos militantes como “apropriado” para o caderno (além das “futilidades”) é o dos “estilos de vida” ou do “comportamento”. Dessa forma, essa regra implícita de fala auxilia os militantes a desenvolverem um tipo específico de enquadramento por molduras identitárias, a descrição dos hábitos veganos, em detrimento de algum tipo de enquadramento por molduras ideológicas. Trechos de três entrevistas ilustram essa caracterização do Caderno Donna.

Tom: Esse caderno aqui é meio um caderno de estilo de vida. E, se você perguntar para as pessoas porque no estilo de vida delas faz parte usar laranja, que é a tendência do verão, ou o vermelho, isso não tem cérebro. Eu acho que essa é a grande questão. Tipo, o que ela estava procurando não era a razão por trás, era saber o que é.

Pedro: Ela disse que era para ver como era o dia a dia dos veganos, como funcionava na prática a coisa. Não era muito o foco nos porquês e tal. Só pegar a coisa teórica e do outro lado a coisa nutricional. [...] Era uma matéria de comportamento. As matérias do Donna são matérias de comportamento. E era uma tendência. Ela não era nem vegetariana e nem vegana. [...] Acho que a escolha dela foi mais uma intuição jornalística de ver uma tendência que estava acontecendo mundialmente até e que já tinha uma representatividade suficiente em Porto Alegre.

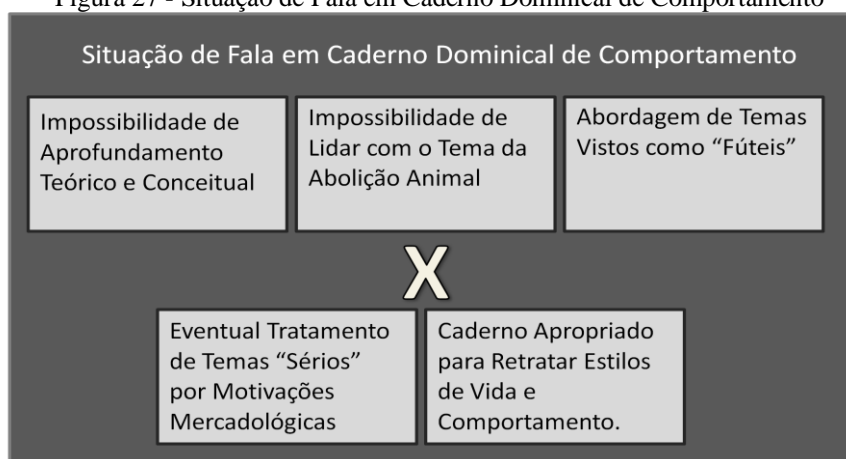
Carolina: Na verdade, eu não entendi mesmo qual era o enfoque da matéria. Acho que era mais mostrar os hábitos. Como era para um caderno que é [...] de assuntos mais de futilidade. O Donna fala sobre moda, sobre decoração, se não me engano. Não são assuntos mais profundos e tal. Eu acho que eles queriam mostrar o dia a dia do pessoal vegano. Não houve uma preocupação com a parte política da coisa, nem com a parte ética.

A própria jornalista Loraine, responsável pela redação da matéria, alega que as regras implícitas de fala no Caderno Donna não são apropriadas para o enquadramento ideológico dos direitos animais. A profissional da imprensa, assim como os militantes, acredita que esse espaço do jornal se dedica à exposição de diferentes tipos de “estilos de vida”.

Matheus: E tu achas que, por exemplo, se tu chegasses com essa pauta mais política, na Zero Hora, nos editores, tu achas que seria bem recebido, ou tu achas que não?

Loraine: Acho que não era a idéia. Não é o espírito do Donna. Porque o Donna é um caderno para ser lido pela família, embora tenha o nome Donna. A idéia é que ele seja lido pela família gaúcha. Então, eu acho que ficaria uma coisa [...] meio fora na comparação com outras edições do Donna. Tem que aparecer as pessoas, tem que aparecer a vida das pessoas. Nesse sentido.

Figura 27 - Situação de Fala em Caderno Dominical de Comportamento



Fonte: autoria própria.

Dessa forma, por um lado, as regras implícitas de fala no Caderno Donna desestimulam a abordagem de temas vistos como “profundos” pelos militantes, como os direitos animais, estimulando pautas relacionadas a temas caracterizados pelos ativistas como “fúteis”. Por outro lado, as intenções mercadológicas dos jornalistas e a regra tácita de fala que permite a exposição de novas formas de comportamento estimulam jornalistas a

apresentar estilos de vida desconhecidos ao grande público, favorecendo a utilização de um enquadramento por molduras identitárias (Figura 27). Mas se a situação de fala permite que o veganismo seja exposto no jornal Zero Hora, as características da grande mídia, desse veículo, da jornalista e dos leitores imaginadas pelos ativistas permitem que militantes antecipem um impacto positivo do enquadramento identitário?

9.3 SURPRESAS AGRADÁVEIS E POSSIBILIDADES DE ATRAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DOS INTERLOCUTORES E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO

As características atribuídas aos interlocutores que participam das interações analisadas nesse capítulo, em comparação a casos anteriormente analisados, são mais diversas e menos coerentes entre os diversos militantes que dão depoimentos à jornalista Loraine. Isso, provavelmente, ocorre na medida em que os veganos entrevistados para a redação dessa matéria não formam um grupo homogêneo, não compartilhando necessariamente vínculos organizativos (apenas três indivíduos possuem vínculo com a SVB) ou apresentando trajetórias militantes similares.

Alguns militantes caracterizam a mídia e, principalmente, o jornal Zero Hora pelo seu compartilhamento de interesses com as elites e com representantes de hábitos especistas, tais como cientistas que praticam experimentos em animais, pecuaristas e caçadores. De forma mais recorrente, a grande mídia e esse veículo de comunicação são caracterizados pela sua tendência a conceder espaços desiguais de fala aos defensores do veganismo e aos defensores do consumo de alimentos de origem animal. Assim, um impacto esperado do enquadramento por moldura identitárias é a busca pelo contraponto do adversário. Nesse sentido, os militantes consideram a matéria uma “surpresa agradável” por não mostrar algum tipo de contraponto ao veganismo. Dois trechos de entrevista ilustram essa sensação.

Marli: Estranho [o tamanho da reportagem], não é? Rio Grande do Sul e na Zero Hora ainda! Não é? E eu achei que iria ser uma coisa... Eu me lembro que eu estava muito preocupada que ia ter criança vegana. [...] Todo mundo critica “Meu Deus”. Eu achei que ia ter coisas, do tipo, pediatras e nutricionistas baixando o pau na gente. “É um absurdo o que eles estão fazendo com essa criança”. Eu achei que ia ter opiniões de profissionais [...] contrários. **Muito** contrários. Eu imaginei. Eu tinha quase certeza que ia ter “Pediatra tal condena os pais” [...]. Pelo que eu me lembro, não teve nada disso.

Pedro: Engraçado. Eu vejo matérias no jornal, principalmente em questões de uso de animais em pesquisas científicas, cosméticos ou a questão do vegetarianismo. Eles sempre tentam colocar um contraponto. Sempre tentam colocar um contraponto. A gente tinha uma nutricionista que colaborava com a gente e, quando surgiam questões de nutrição, a gente mandava para ela. Mas daí a matéria saía “A nutricionista tal diz que não, que as crianças precisam de carne”. Sempre faziam um contraponto. Claro, é uma coisa que faz parte do jornalismo. Mas eles não vêem que quando eles fazem matérias com... Sei lá, “O consumo de carne subiu. A indústria da

carne em expansão”... Mostra até um monte de galinhas penduradas e mortas, um caminhão de porcos. Aí eles não põem o contraponto. Então, é uma questão muito do ponto de vista pessoal julgar se existe uma necessidade de contraponto ou não em uma questão.

Outra prática da grande mídia destacada pelos militantes que aumentaria a desigualdade nos espaços de fala é a tendência a distorção dos depoimentos concedidos aos jornalistas. Nesse sentido, outro impacto esperado do enquadramento pelas molduras identitárias é a distorção da fala. Nesse caso, militantes ressaltam, porém, uma “surpresa agradável” de que a matéria, segundo alguns dos entrevistados, não apresentou distorções em seus depoimentos originalmente concedidos. Três depoimentos ilustram essa surpresa.

Ronaldo: Já aconteceu várias vezes da frase que eu falo aparecer em outro contexto. Distorção mesmo. Tanto é que, hoje, por exemplo, eu prefiro mandar respostas escritas, por exemplo. Para o jornalista de mídia impressa acaba sendo até bom, porque ele faz o “ctrl C” “ctrl V” ali e já facilita o trabalho dele também. E eu fico feliz que não mudou o que eu escrevi, não é? E tem repórteres que... É impressionante. Você fala e ele segue fielmente o que você falou. Muito legal. Agora têm outros que vão colocar do jeito deles, e aí vira uma bagunça.

Pedro: O que me chamou mais atenção foi... Como eu te falei, não deixa de ser um jogo entre aquilo que a gente quer que saia e aquilo que acaba saindo. [...] Digamos, que dá para dizer que o sucesso da matéria é a porcentagem daquilo que saiu. E eu acho que aquela do Donna foi uma das que foi mais dentro do que a gente estava querendo.

Marli: E eu lembro que eu estava bem preocupada, porque eu falei bastante no telefone, e a gente conhece como é a mídia. A mídia distorce. E eu pensei “Meu Deus. Vão trocar tudo”. Não falaram nada do que eu falei. Falei um monte e a minha parte é pequena. Mas eles não colocaram palavras na minha boca.

Algumas dinâmicas institucionais da grande mídia vislumbradas pelos ativistas, ainda, não geram a antecipação de um impacto positivo das molduras identitárias. A mídia é vista como uma defensora do mito da imparcialidade, que seria “acionado” apenas no caso em que veganos têm a palavra. A mídia necessitaria, ainda, de um grau de confiabilidade das informações técnicas, que só poderia ser fornecido por militantes como Ronaldo. Por fim, a necessidade de conteúdo novo dos jornais garantiria atenção a formas inesperadas do protesto, não utilizadas nesse caos.

Se a caracterização geral da grande mídia e do veículo Zero Hora, por parte dos informantes, é cética, a caracterização da postura prévia desse veículo e da grande mídia frente à identidade do movimento atenua levemente esse ceticismo. Por um lado, essa postura é caracterizada negativamente pelo desconhecimento do veganismo ou pela visão prévia negativa dessas práticas. Nesse sentido, espera-se um impacto negativo do enquadramento identitário de incompreensão ou de reforço dos estereótipos e preconceitos por parte do jornalista. Novamente, nesse ponto os ativistas ressaltam a “surpresa agradável” que tiveram com a matéria, como ilustram trechos de duas entrevistas.

Carolina: Eu, pelo menos, e eu acho que os outros também que deram a entrevista, estavam esperando que fosse

uma matéria meio o que sai sempre na mídia. Meio caracterizado. “Os veganos naturebas, os esquitos, os radicais”. E não aconteceu isso. Inclusive, essa matéria foi muito elogiada pela comunidade vegana, assim. Ela trouxe uma visão diferente do que a mídia tem. Porque é sempre essa coisa meio preconceituosa.

Pedro: [*O veganismo*] É uma coisa tão recente que eu não saberia dizer se eles têm um critério. Na questão da parte de saúde eu acho que tem esse critério de ceticismo. De preferir ficar do lado mais conservador da questão. Preferir nutricionistas e médicos que acham que a dieta vegetariana é deficiente e tal.

Por outro lado, alguns veganos entrevistados relatam imaginar uma postura prévia positiva da grande mídia frente ao veganismo. Essa impressão está baseada na idéia de uma mudança de postura recente dos jornalistas, que considerariam cada vez mais o veganismo uma prática menos exótica. Assim antecipa-se, ao menos, um impacto de compreensão do enquadramento por molduras identitárias.

Pedro: Eu acho que é só que, porque cresce muito o número de vegetarianos e começa a ficar uma coisa menos exótica. Então, logo, tu tens um colega vegetariano, tu tens alguém na família. Então, a barreira vai caindo e começa a ser tratado de uma maneira um pouco menos exótica pela mídia.

Apesar dessa ressalva, a grande mídia e o jornal Zero Hora são, em geral, vistos como interlocutores que não compreendem ou se posicionam de forma contrária ao veganismo. Por que, então, militantes estão dispostos a utilizar um enquadramento por molduras identitárias em uma interação com esse ator que pode reforçar preconceitos e estereótipos sobre o veganismo? Assim como no caso analisado no capítulo sexto desse trabalho, a caracterização do jornalista de forma positiva, em oposição à caracterização negativa da grande mídia e do veículo, parece ter estimulado esse fenômeno.

Em primeiro lugar, os entrevistados veganos parecem ter se aproximado, primeiramente, da jornalista por saberem que outros veganos conhecidos e organizações como a SVB Grupo Porto Alegre estavam estabelecendo contato com ela. Dessa forma, a confiança que esses indivíduos depositavam nessa organização e nos seus amigos e conhecidos veganos era transmitida à jornalista, ao menos parcialmente.

Paulo: Eu fiquei meio desconfiado no início, principalmente pelo que eu ouço falar. [...] Ainda mais da Zero Hora. Mas como o [*Tom*] estava envolvido, o [*cita o nome de outro vegano entrevistado*] também e tal, eu revolvi “Vamos responder. Acho que não vai ter nada demais”. Foi um tiro no escuro.

Na interação, a jornalista Loraine parece ter adotado uma postura que garantiu a confiança de seus entrevistados. Primeiramente, segundo os ativistas, a repórter parecia “realmente” interessada no veganismo. Como relatado anteriormente, em sua entrevista com o pesquisador, Loraine relata que estava, de fato, interessada no tema. Assim, após a realização da matéria a profissional retirou o consumo de carne de sua dieta. Na interação com os

militantes, os estímulos da jornalista à descrição do estilo de vida, de acordo com os ativistas, construíram essa impressão, como ilustram trechos de duas entrevistas expostos a seguir.

Marli: O engraçado é que [...] eu senti, por parte dela... Não sei se foi impressão. Mas eu senti um interesse, sabe, pelo [veganismo] [...] Eu não perguntei para ela, mas se ela não era vegetariana, ela tinha certa abertura para o assunto. Tanto que, talvez, até tenha sido ela quem tenha dado a idéia para o jornal de fazer uma matéria sobre isso. Eu senti o interesse dela pelo assunto. Uma abertura. [...] Parecia uma pessoa curiosa, assim, sabe? [...] “Mas como é que tu fazes?”. Ela perguntou “Como é que tu fazes com tal coisa?”. Por exemplo, “Como é que tu vais fazer quando ele for maior?”. Parecia uma pessoa normal. Parecia uma pessoa comum me perguntando “Como tu vais fazer quando ele crescer? Como é isso? Como foi tal coisa? Como foi o teu médico? O teu obstetra não achou ruim? E o pediatra o que achou?”. Ela parecia bem interessada.

Tom: Sim. Foi uma conversa bem legal. A princípio, a impressão que dava era de que ela era realmente uma pessoa interessada em entender o que era o veganismo. A gente sabe que a maioria das entrevistas que rolam são com pessoas que já vêm com uma leitura superficial das coisas e vêm buscando [informações] baseados em alguns mitos. A pessoa já vai sabendo o que ela quer. E a conversa que ela estava tendo era levada bem no estilo de alguém que quer saber sobre o assunto, independentemente de saber alguma coisa antes ou não.

O último trecho de entrevista demonstra, ainda, que os ativistas acreditavam que a jornalista não possuía uma visão prévia estereotipada do veganismo. A não utilização de determinadas palavras para a descrição dos veganos auxiliou na construção dessa impressão. Dessa forma, militantes puderam antecipar que o enquadramento por molduras identitárias não levaria a um reforço de preconceitos. Dois trechos de entrevista ilustram essa impressão construída na interação. No segundo deles, a jornalista relata que, em algumas conversas com a editora do Caderno Donna sobre a matéria, por exemplo, eram necessárias correções do vocabulário de sua superior, que reproduziria estereótipos sobre o veganismo.

Pedro: Eu sempre fico um pouquinho com o pé atrás quando se trata de jornalistas e entrevistas. Por aquela coisa que eu te falei da edição. Com a edição, tu podes fazer o que tu quiseres. [...] Às vezes, eu tento sentir um pouquinho e ver qual é o tom, o objetivo daquela matéria. [...] Eu acho que, ao longo dessas perguntas dela, ela foi mostrando que ela tinha realmente esse interesse que era o foco em comportamento. Não era o interesse de julgar. De dizer “Olha. É uma tribo que vai ser marginalizada, porque ela tem um comportamento radical”. Ela nunca usou esse tipo de palavra, “radical”, “extremismo”, que, embora alguns achem normal, denota um pouco que tu já estás julgando.

Loraine: Ela [a editora] não mexeu no texto. Mas ela queria, assim, na hora de fazer uma legenda, um título. E eu achei que ela caía um pouco no lugar comum e meio que **quase**, assim, preconceituoso. Mas eu chamava atenção para o termo dela e ela se dava conta. Então, eu acho que era mais um cacoete das pessoas que ainda não tinham lido sobre aquilo. Em comparação, eu já tinha lido. “Não usa esse termo, porque não é isso”.

Além de demonstrar não ter um julgamento prévio negativo e estereotipado do veganismo, a jornalista transmitiu aos seus interlocutores a impressão de que já tinha conhecimento prévio sobre o tema. Dessa forma, militantes puderam antecipar um impacto de compreensão de suas molduras identitárias na jornalista. De fato, como refere Loraine no trecho de entrevista exposto anteriormente, essa profissional da imprensa fez uma pesquisa na *internet* sobre o veganismo antes de entrevistar seus informantes.

Carolina: Ela já chegou bem informada. Entende? [...] Ela parecia, assim, uma pessoa que frequenta o meio, mas que não é vegana, querendo informações. Eu acredito que ela já tinha lido a respeito. Sei lá. Ou já tinha conversado com outras pessoas quando chegou a mim. Pode ser isso também.

Devido a esse conjunto de características imaginadas e vividas pelos ativistas da jornalista Loraine, em oposição ao impacto normalmente esperado pelos militantes de suas molduras identitárias na grande mídia e no jornal Zero Hora, caracterizado pela incompreensão e pelo reforço de estereótipos, militantes puderam antecipar, nesse caso, um impacto positivo de compreensão e reprodução “fiel” de suas molduras, sem distorções ou preconceitos. Porém, que impactos esse enquadramento poderia gerar nos leitores?

Os leitores, quando pensados como o público geral, são caracterizados, basicamente, como indivíduos que desconhecem o veganismo ou que têm informações erradas a respeito dele. O trecho de entrevista abaixo ilustra como os militantes imaginam esse desconhecimento de forma geral no público leitor.

Pedro: Claro, outra coisa chata são as perguntas que, depois de um tempo, tu já não tens tanta paciência. Alguns não têm tanta paciência para responder, porque vão vir com as mesmas perguntas de sempre. “Mas nem frango? Nem peixe? O que tu comes então? De onde tu tiras as proteínas?”. Aí tu preferes “Não vou dizer”.

De acordo com os entrevistados, o veganismo é visto pelo grande público a partir dos estereótipos já citados nesse trabalho. Assim, o leitor teria uma visão prévia do veganismo como uma preocupação ambiental extrema ou como pessoas que se sacrificam em nome de sua saúde, abrindo mão de qualquer prazer na alimentação. Um estereótipo oposto pelo qual os leitores entenderiam o veganismo é a falta de preocupação com a saúde humana. Dessa forma, os leitores são caracterizados como indivíduos que desconhecem dados sobre as qualidades nutricionais da alimentação vegetariana.

Pedro: Uma daquelas associações gerais, digamos na falta de uma palavra melhor, que deve existir e que envolve o veganismo ou o vegetarianismo é aquela coisa de que é natureba, é ciclista e tal. Uma dessas associações gerais é que falta proteína, fica com fraqueza. Não é nem a [vitamina] B12 que só para quem vai atrás e vai pesquisar e aí descobre que falta B12. Mas a associação geral ignorante é que falta proteína e que dá fraqueza.

Dessa forma, na medida em que leitores conhecem o veganismo por meio de estereótipos, antecipa-se um primeiro impacto negativo do enquadramento por molduras identitárias no público geral, o reforço dos preconceitos, que ocorreria principalmente quando o enquadramento passa por “filtros” vistos como “ruins”, como jornalistas que se orientam por preconceitos. Ao serem reforçados os estereótipos, o enquadramento geraria uma dificuldade maior de adesão à identidade.

Matheus: E como tu achas que o leitor recebe uma matéria dessas sobre o veganismo? Tu achas que ele recebe bem ou tu achas que ele “Que coisa estranha esse negócio”? O que tu achas que o leitor médio, pegando esse caderno Donna, imagina sobre veganismo?

Paulo: Ah. Que é um bando de malucos, não é? Que come alface e vive de sol. Acho que ainda tem assim. Por mais que a Zero Hora e outros meios tentem expor o que é o veganismo. Eu acho que o pessoal ainda fica de pé atrás, porque ninguém gosta. Como eu te falei, a pessoa se sente invadida. [...] Não sei, o pessoal se sente invadido e não quer mudar. Começa e ler uma reportagem dessas e pensa “Querem mudar o que eu vou comer”. Ninguém quer mudar, ninguém quer mexer no prato.

No entanto, essa resistência do leitor pode ser quebrada, segundo os ativistas, por meio do próprio enquadramento por molduras identitárias. Primeiramente, como visto anteriormente, abolicionistas identitários acreditam que a adesão à identidade é uma estratégia mais eficiente em interações com possíveis adeptos do que o convencimento ideológico de uma forma geral. No entanto, para que esse enquadramento identitário possa gerar atração no interlocutor, segundo os ativistas, é necessário que ele não esteja enviesado pelo jornalista por meio de estereótipos e que, pelo contrário, ele apresente enquadramentos que combatam esses preconceitos, principalmente aqueles que ameaçam a viabilidade da adesão identitária. No trecho de entrevista abaixo, o ativista Tom lista os elementos que considera as maiores “barreiras” para a adesão identitária. A primeira seria a falta de atração pela identidade e o estereótipo do veganismo como sacrifício. A segunda seria a ideia de que relações pessoais com não veganos não poderiam ser mantidas. Por fim, em terceiro lugar, estaria o estereótipo dos veganos como indivíduos pouco saudáveis e a ameaça à viabilidade pelos riscos à integridade física dos indivíduos.

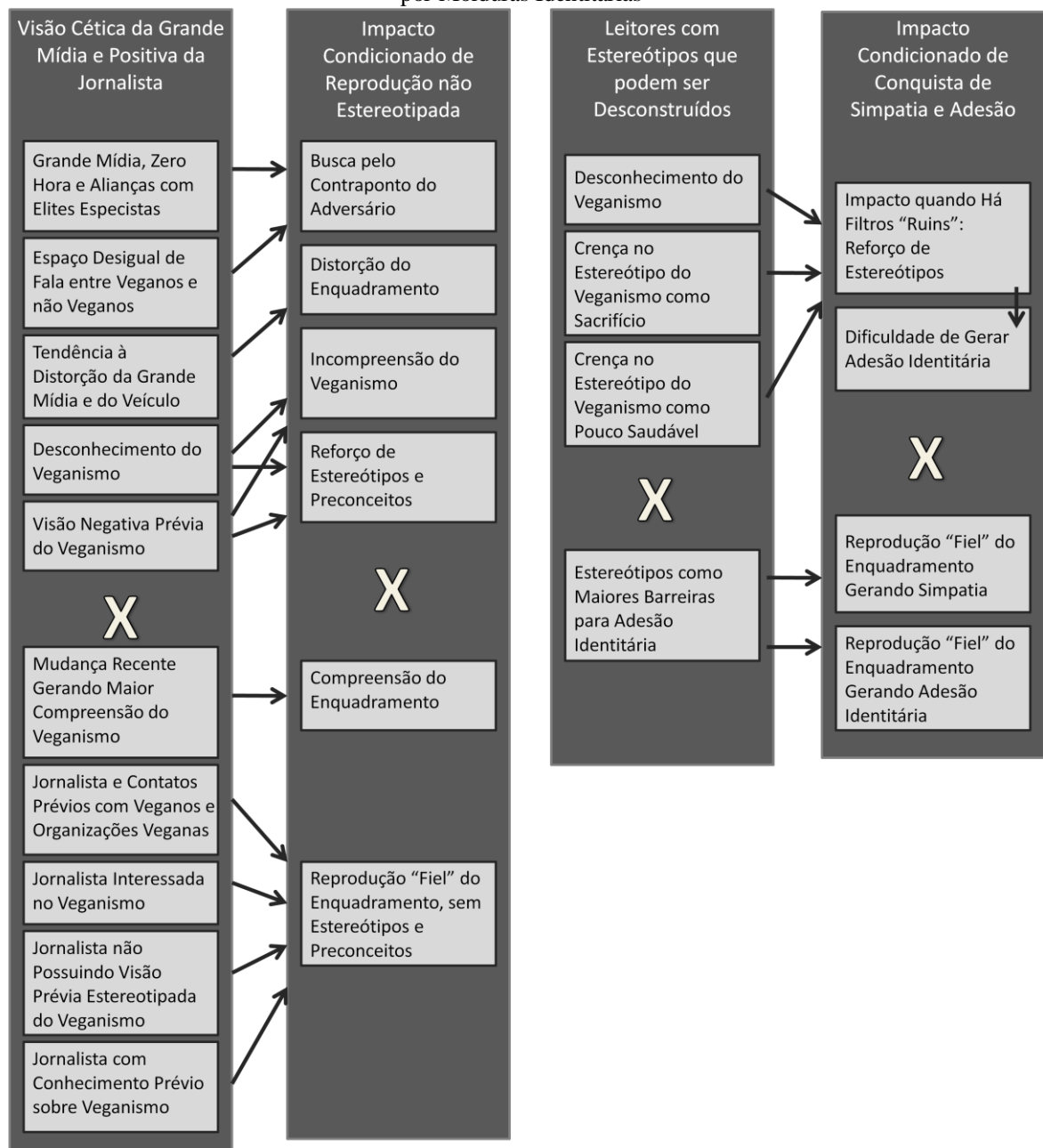
Tom: A primeira coisa que eu vejo como o primeiro adversário do veganismo é a questão instintiva do ser humano [...] achar que é racional, mas não ser. E de achar que ele gosta muito de determinada coisa e que ele vai comer porque ele gosta. Ele não se importou em conhecer outras coisas, não foi atrás de conhecer aquilo. Ele acha que aquilo está bom e é isso. E eu acho que esse é o primeiro adversário. O segundo adversário é essa questão social. “E o churrasco? E as coisas como vão ser?”. Coisas nesse sentido. E eu acho que essa segunda questão já é quase empatada com a saúde. Porque eu acho que a primeira coisa... Se o cara pensar “Putz. Eu poderia ser vegetariano. Eu gosto dessa comida. Eu poderia a viver sem carne”. Aí depois o cara começa a pensar como iam ser as relações pessoais e a questão da saúde.

Dessa forma, quando as molduras identitárias são expostas tais como os ativistas as concebem, ou seja, afastadas de estereótipos, ativistas prevêm um impacto positivo de atração do interlocutor para o veganismo ou, ao menos, de conquista de simpatia para a identidade. Isso ocorre na medida em que o veganismo é construído como um estilo de vida atraente, com uma alimentação prazerosa e saudável. No trecho de entrevista a seguir, o ativista Tom dá um exemplo de forma de ativismo cujos resultados ele considerava positivo. Já o vegano Paulo opõe o impacto do convencimento ideológico ao impacto positivo do conhecimento dos hábitos veganos.

Tom: Eu lembro, por exemplo, que uma das primeiras coisas que eu fiz e que eu achei super divertido e super diferente era fazer jantares lá na cidade no interior que não tinha... Já tinha um restaurante vegetariano, mas que não abria à noite e era bem restrito. Então, a gente fazia esses jantares, chamava as pessoas e ia muita gente e achava muito legal e achava super gostosa a comida e gostava do pessoal que estava lá e era muito legal. E aquela época foi em que eu me liguei “Porra. Isso aqui funciona mais do que as manifestações de rua. Isso aqui é legal. Isso funciona bem mais do que manifestações de rua”.

Paulo: Não sei, eu participava muito das entrevistas que o [cita o nome de um ativista] fazia aqui, e eu ficava sempre meio de fora, porque era mais focado no lado do ativismo mesmo da coisa, de libertação animal, direitos animais. Isso já é uma coisa que eu não entendo. [...] Eu acho que não é o caminho. Não dá muito certo. Tem que ser aos pouquinhos. Sabe? Comigo foi assim. Eu acho que pode dar certo para todo mundo. Conhecer um pouco que não é só a carne, o arroz e o feijão que tem ali. Tem **outras** coisas que tu podes comer.

Figura 28 - Caracterização Mista da Mídia e dos Leitores e Impacto Positivo Condicionado do Enquadramento por Molduras Identitárias

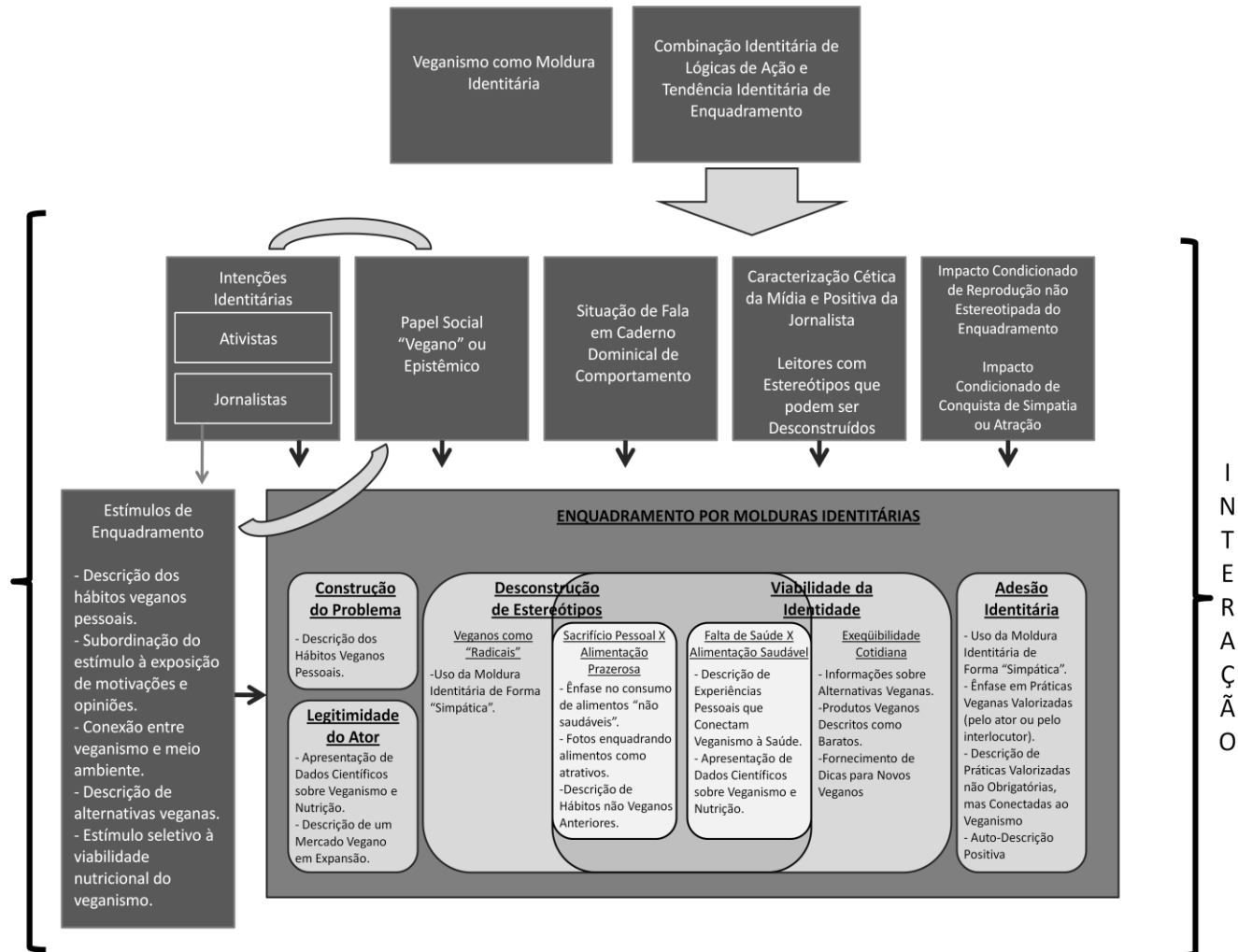


Fonte: autoria própria.

Em suma, a grande mídia e o jornal Zero Hora são caracterizados negativamente como veículos que dão pouco espaço ao veganismo, que o desconhecem, o tratando a partir de estereótipos, sendo que alguns militantes identificam mudanças recentes nessa postura. Assim, de forma geral, é previsto um impacto negativo do enquadramento por molduras identitárias que geraria uma reprodução e uma ampliação dos estereótipos por meio das matérias. A jornalista Loraine, no entanto, é caracterizada, de forma oposta, como uma pessoa interessada e informada sobre o veganismo, que não se guia por preconceitos para entendê-lo. Assim, ativistas vislumbram a possibilidade de que seu enquadramento não seja distorcido. Essa reprodução fiel do enquadramento identitário é a única forma que militantes acreditam ter um potencial de gerar um impacto positivo de geração de simpatia e adesão ao veganismo por parte do público leitor, também caracterizado pelo entendimento do veganismo a partir de estereótipos (Figura 28).

Dessa forma, tanto dinâmicas pré-interativas (como combinações de lógicas de ação e tendências de enquadramento interpretativo), quanto dinâmicas interativas estimulam um enquadramento por molduras identitárias por parte dos militantes nessa interação. De forma mais específica, ativistas que participam dessa interação se guiam, em geral, por uma combinação identitária de lógicas de ação e por uma tendência identitária de enquadramento interpretativo. As intenções identitárias da jornalista geram estímulos ao enquadramento por molduras identitárias e vão ao encontro das intenções dos ativistas e de seus papéis sociais. A situação de fala em um caderno dominical de comportamento também auxilia esse tipo de enquadramento, assim como a caracterização positiva da jornalista e a esperança de uma reprodução não estereotipada do enquadramento que possa gerar simpatia e adesão dos leitores ao veganismo (Figura 29). É possível, ainda, observar que as dinâmicas entre os diferentes elementos pré-interativos e interativos em todos os casos analisados afetam o enquadramento interpretativo escolhido pelos militantes. É necessário, portanto, que as implicações teóricas desses achados empíricos sejam exploradas na seção final desse trabalho.

Figura 29 - Dinâmicas Interativas, Pré-Interativas e Enquadramento por Molduras Identitárias na Interação que Origina a Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco”



Fonte: autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas nos capítulos anteriores indicam a possibilidade de apresentação de uma resposta ao problema de pesquisa proposto: Como ativistas definem (de forma reflexiva ou não) o enquadramento interpretativo utilizado em suas interações com a grande mídia, respondendo ao dilema de enquadramento interpretativo? Em primeiro lugar, as análises demonstram que, para compreender as origens das diferentes respostas dos militantes a esse dilema, é necessário que o próprio dilema seja repensado teoricamente. Esse dilema, inicialmente caracterizado pela literatura como uma tensão entre o pólo “estratégico” e o pólo “ideológico”, deve ser repensado em termos de um dilema acerca da utilização ou não de molduras que sejam vistas como adequadas para a definição dos problemas identificados pelos militantes ou de suas identidades coletivas, considerando-se a grande possibilidade de que as molduras vistas como “adequadas” para isso não sejam vistas pelos interlocutores dos ativistas como boas interpretações acerca das situações em pauta. Dessa forma, o dilema do enquadramento interpretativo pode ser compreendido contendo três soluções possíveis, e não apenas duas. Em oposição à tensão entre uma postura “estratégica” e uma atitude “ideológica” apontada pela literatura, pode ser identificada uma tensão entre as tendências conceitual, retórica e identitária de enquadramento.

Após a reformulação da compreensão teórica desse dilema empírico, as análises apontam que as diversas respostas fornecidas pelos ativistas a esse dilema não estão conectadas a uma maior “saliência ideológica”, como propõe Westby (2005), ou a uma maior capacidade organizativa, como propõe Zhao (2010). Teoricamente, essas respostas parecem estar relacionadas à dicotomia estabelecida entre “estratégia” e “ideologia”. Por um lado, essa dicotomia leva os pesquisadores a crer que, apenas no caso da ausência ou da diminuição da convicção ideológica, é possível a emergência da estratégia, como se esses fossem pólos antagônicos que não podem ser misturados. Por outro lado, essa dicotomia também conduz os pesquisadores a crer que apenas o incremento da capacidade organizativa possa levar os ativistas a se “desprenderem” do foco ideológico se dirigindo à estratégia, pólos conceituados inerentemente de forma normativa pela própria característica do conceito de “estratégia”. Em oposição a essas interpretações, propõe-se que determinadas dinâmicas pré-interativas e determinadas dinâmicas interativas afetam as respostas dos militantes ao dilema do enquadramento interpretativo. Por um lado, ativistas respondem a esse dilema de acordo com suas diferentes combinações de lógicas de ação, que geram diferentes objetivos gerais de curto prazo que podem ser atingidos por distintas formas de enquadramento interpretativo,

gerando diferentes tendências de enquadramento. Por outro lado, militantes respondem a esse dilema de acordo com as peculiaridades das interações nas quais estão inseridos, que podem reforçar, modificar ou imprimir especificidades a todos esses elementos pré-interativos.

As análises apresentadas nos capítulos anteriores, que indicam essa resposta teórica ao problema de pesquisa apresentado, podem ser resumidas e sistematizadas nesse capítulo final. Primeiramente, no que se refere aos objetivos de curto prazo de organizações de movimentos sociais, o presente trabalho utiliza o conceito de “lógicas de ação” de Dubet (1996) no intuito de estabelecer um olhar não dicotômico ao fenômeno da ação coletiva, principalmente no que tange à oposição histórica entre, por um lado, a construção de críticas culturais e a busca pelo reconhecimento de identidades e, por outro lado, a obtenção de resultados práticos imediatos junto ao Estado (ALONSO, 2009; COHEN, 1985). Uma adaptação desse conceito de Dubet (1996) aos fenômenos da ação coletiva é realizada, incorporando-se elementos de teorias estabelecidas no campo de estudo de movimentos sociais.

Dessa forma, três conceitos que se referem a distintas combinações de lógicas de ação são propostos. A combinação construcionista de lógicas de ação tem como característica principal o estabelecimento do objetivo de curto prazo de construção de um problema social e de crítica às categorias largamente utilizadas para classificar determinadas situações de forma a não problematizá-las. A combinação pragmática de lógicas de ação tem como principal característica o estabelecimento do objetivo de curto prazo de obtenção de resultados práticos para o alívio ou para solução definitiva de problemas específicos vivenciados por beneficiários específicos da ação coletiva do grupo. Já a combinação identitária de lógicas de ação tem como principal característica o foco no objetivo de curto prazo de construção e obtenção de reconhecimento de determinada identidade coletiva.

Essas combinações estabelecem uma prioridade a determinado tipo de lógica de ação sem abandonar, no entanto, a concepção de que as demais lógicas de ação são também importantes para o ativismo, como defendido na proposta original de Dubet (1996). No caso estudado, tal hierarquização e tal reconhecimento da relevância das demais lógicas de ação se manifestam na argumentação de que determinado objetivo de curto prazo é aquele capaz de conduzir o movimento aos demais objetivos e, por fim, ao objetivo final da abolição do especismo. Em decorrência desse reconhecimento da importância das lógicas de ação subordinadas, esse processo ocorre sempre marcado por dilemas, reconhecidos por muitos militantes.

No caso em análise, esses conceitos tornam possível a identificação de três “correntes” do abolicionismo animal. O abolicionismo construcionista busca, em curto prazo, difundir a

percepção de um problema social por meio da transmissão de conceitos tais como o “especismo” e “direitos animais”. Esse tipo de abolicionismo integra as demais lógicas de ação ao defender que o convencimento ideológico leva a adoção da identidade que, em massa, em longo prazo, produz resultados práticos para a libertação animal, levando à abolição da exploração desses seres. O abolicionismo pragmático busca, em curto prazo, resultados práticos imediatos que possam aliviar ou solucionar as condições de exploração vivenciadas por determinados tipos de animais. Esse tipo de abolicionismo integra as demais lógicas de ação ao sustentar que a obtenção de resultados práticos cria uma tendência social de aceitação de questionamentos a concepções especistas, levando à construção dos problemas, à adesão à identidade vegana e, assim, à abolição da exploração animal. Já o abolicionismo identitário busca a divulgação do veganismo como objetivo de curto prazo, tendo como intuito não apenas obter reconhecimento para essa identidade, mas também gerar adesão a ela. Esse tipo de abolicionismo integra as demais lógicas de ação ao defender que a atração ao veganismo é o primeiro passo para que indivíduos se tornem atentos às questões da ética animal, ou seja, para a construção do problema, o que levaria a sociedade futuramente a resultados práticos efetivos para os animais e, assim, à abolição da exploração desse seres.

Ao longo da análise, também foi possível observar que nem todos os militantes ou todas as organizações abolicionistas se orientam apenas por uma combinação de lógicas de ação. Há ativistas e organizações que, por exemplo, optam prioritariamente por uma combinação de lógicas de ação, reconhecendo de forma aberta e fixa, no entanto, a possibilidade de ação orientada por outra combinação em determinadas situações. Há, ainda, organizações que “dividem tarefas” entre si, estando cada uma responsável pela ação baseada em um tipo de combinação de lógicas de ação. Por fim, há militantes que circulam entre diversas organizações que apresentam características distintas, estando seu ativismo conectado a diferentes combinações de lógicas de ação em diferentes momentos.

Na medida em que interações entre ativistas de movimentos sociais e representantes da grande mídia foram analisadas, uma especificação maior a respeito das formas que os objetivos imediatos relacionados às diferentes combinações de lógicas de ação assumem nessas interações é realizada. Essa especificação ocorre tendo-se como base uma revisão da literatura acerca da relação entre movimentos sociais e mídia (MENDONÇA, 2011).

Nesse sentido, é possível observar que ativistas pragmáticos têm como principal objetivo geral imediato com a grande mídia a obtenção de uma visibilidade que os auxilie a obter resultados práticos imediatos, intuito que teóricos norte-americanos da ação coletiva costumam enfatizar (McADAM, 1999). Essa característica é visível no caso da notícia sobre o

outdoor em defesa da lei que proíbe o uso de carroças com tração animal em Porto Alegre, produzida com o intuito de garantir visibilidade à causa e gerar uma pressão popular que pudesse levar o prefeito a sancionar uma lei que garantiria um resultado prático imediato para os cavalos utilizados nessa atividade. Já ativistas construcionistas buscam se inserir na mídia com o intuito de apresentar uma crítica a interpretações estabelecidas que naturalizam situações e, ao mesmo tempo, visando a divulgar novas interpretações (de forma tácita ou explícita) que forneçam enquadramentos alternativos que problematizem essas situações, o que pode ocorrer com vistas a produção de um debate público ou não. Esse objetivo, enfatizado por teóricos construcionistas e deliberacionistas (GAMSON et al, 1992; MAIA, 2006), é visível no caso do artigo publicado por uma militante abolicionista no jornal Zero Hora, no qual é exposta uma crítica ao conceito de “tradição” e no qual são apresentados novos conceitos para classificar situações. Essa característica é visível, ainda, na atuação da ANDA, que define seu objetivo institucional por meio do *slogan* “informar para transformar”. Por fim, ativistas identitários buscam, em interações com a grande mídia, a divulgação de uma identidade coletiva, descrevendo as características que indivíduos que por ela se identificam consideram adequadas para essa identidade, assim como buscando defender a identidade de acusações e estigmas existentes. Esse objetivo, enfatizado por teóricos da identidade coletiva (MAIA, 2000; ROCHA, 2007), é visível no caso da reportagem do Caderno Donna sobre o veganismo, situação na qual ativistas relatam ter o intuito de “quebrar estereótipos” e mostrar que uma vida vegana é viável.

No que tange ao conceito de MIAC, por meio da revisão bibliográfica efetuada, identificou-se uma grande indefinição teórica nesse campo de estudos. Particularmente, identifica-se uma falta de clareza no significado que diversos autores atribuem ao termo “estratégico” e, por consequência, à expressão “não estratégico”. Em alguns momentos, o chamado enquadramento estratégico é contraposto ao enquadramento tácito e pouco reflexivo conduzido por ativistas em suas atividades de militância (BENFORD; SNOW, 2000; JOHNSTON, ALIMI, 2012; MATHIEU, 2002). Em outros momentos, esse elemento é contraposto à utilização de molduras vistas pelos ativistas como a motivação de sua militância e como a definição do problema combatido, conjunto de categorias nominado por alguns autores de “ideologia” (OLIVER; JOHNSTON, 2005). Para superar essa indefinição, esse trabalho buscou recuperar a crítica de Polleta (1996) ao conceito de “estratégia”. Essa autora defende que, a partir do momento em que a ideologia é contraposta à estratégia, estabelece-se uma dicotomia que impede que o pesquisador vislumbre as interpenetrações entre esses dois elementos, como a possibilidade de que a caracterização de uma ação estratégica de um grupo

esteja vinculada às suas premissas ideológicas. A partir dessa crítica, esse trabalho toma a expressão “não estratégico” como categoria nativa de acusação, rejeitando-a como critério teórico para a classificação das variadas formas de enquadramento interpretativo.

Em oposição ao critério de níveis de “estratégia” ou de “ideologia”, esse trabalho opta por classificar molduras interpretativas pela adequação atribuída pelos ativistas às categorias para a interpretação e classificação dos problemas por eles identificados e para a descrição das identidades coletivas por eles assumidas. Dessa forma, são propostos os seguintes conceitos. Os conceitos de molduras ideológicas e de molduras identitárias são propostos para se referir àquelas categorias presentes nas MIACs de movimentos sociais vistas como “as mais apropriadas” pelos ativistas para classificar, respectivamente, o problema por eles identificado e a identidade por eles assumida. Esses conceitos estão baseados, respectivamente, no argumento de Oliver e Johnston (2005) e no conceito de identidades coletivas de Melucci (1995). É proposto, também, o conceito de molduras periféricas para classificar as categorias presentes nas MIACs de movimentos sociais vistas como apropriadas, mas não como “as mais apropriadas” para definição dos dois elementos já citados. Por fim, utiliza-se o conceito de fabricações de Goffman (1986) para se referir às categorias presentes nas MIACs de movimentos sociais vistas como classificações inapropriadas dos problemas identificados ou das identidades assumidas. Podem ser utilizados também os conceitos de “tons” e “molduras primárias” de Goffman (1986) que, no entanto, não são mobilizados nesse trabalho.

No caso em análise, a MIAC dos direitos animais foi analisada a partir de uma categorização de sua moldura ideológica, de sua moldura identitária e das molduras periféricas e fabricações mais recorrentemente utilizadas pelos ativistas. Foram identificados inúmeros conflitos a respeito de quais elementos da MIAC podem ser consideradas molduras ideológicas ou molduras identitárias. De uma forma geral, ativistas reconhecem categorias advindas das discussões da filosofia da ética animal, tais como “direitos animais”, “especismo” e “senciência”, como integrantes da moldura ideológica dos direitos animais. De uma forma geral, militantes também reconhecem o veganismo, visto como a rejeição ao uso de qualquer produto ou serviço baseado na exploração animal, como parte da moldura identitária do movimento. Categorias tais como aquelas relacionadas à proteção dos animais domésticos, à defesa do meio ambiente e da saúde humana são ora vistas como molduras ideológicas, ora vistas como molduras periféricas, e ora vistas como fabricações.

Após a classificação dos componentes da MIAC dos direitos animais a partir desses conceitos, foi possível identificar padrões de utilização de determinados tipos de molduras interpretativas que compõem a MIAC abolicionista animal. Esses padrões foram denominados

“tendências de enquadramento interpretativo”. A tendência conceitual de enquadramento interpretativo tem como principal característica a utilização quase obrigatória de molduras ideológicas, assim como a rejeição ou a resistência ao uso de molduras periféricas e de fabricações. A tendência identitária de enquadramento interpretativo também pode ser caracterizada por essa resistência e por essa rejeição, diferenciando-se da tendência anterior pelo uso quase obrigatório das molduras identitárias. Por fim, a tendência retórica de enquadramento pode ser caracterizada pela sua adaptação cooperativa ao outro, ou seja, a adaptação do enquadramento às molduras vistas como valorizadas pelo interlocutor, abrindo-se a possibilidade do uso de molduras periféricas e fabricações.

Ao longo da análise, foi possível observar uma correlação entre a combinação de lógicas de ação preferencial ao militante ou à organização e a sua tendência de enquadramento interpretativo. Abolicionistas construcionistas seguem uma tendência conceitual de enquadramento, utilizando suas molduras ideológicas em uma crítica às categorias do outro e em processo didático de construção de novas interpretações que problematizem determinadas situações. Abolicionistas pragmáticos seguem uma tendência retórica de enquadramento, se adaptando de forma cooperativa ao outro, buscando seu apoio imediato quando essa parceria é vista como necessária para a obtenção de determinado prático imediato. Já abolicionistas identitários seguem uma tendência identitária de enquadramento, divulgando e defendendo a viabilidade do veganismo na busca da construção da legitimidade de sua identidade, assim como na busca de novos veganos.

Assim, conclui-se que os objetivos gerais estabelecidos pelos ativistas de acordo com sua combinação preferencial de lógicas de ação explicam, ao menos parcialmente, as suas respostas ao dilema do enquadramento. Porém, na medida em que, de acordo com os pressupostos interacionistas, uma interação detém dinâmicas próprias que afetam o comportamento e a interpretação do ator inserido em determinada interação, foi necessário analisar essas dinâmicas no intuito de compreender como elas afetam as combinações de lógicas de ação preferenciais dos ativistas e das organizações e suas respectivas tendências de enquadramento, influenciando também, dessa forma, as respostas dos militantes a esse dilema.

De uma forma geral, as análises apontam que dinâmicas interativas e pré-interativas se relacionam de diversas maneiras. Primeiramente, dinâmicas interativas podem reforçar preferências estabelecidas pelos militantes em um momento anterior à interação, como pode ser observado no caso do artigo publicado no jornal Zero Hora, no caso da reportagem sobre *outdoor* da organização POA Melhor e no caso da reportagem a respeito do veganismo no

Caderno Donna, principalmente no que se refere aos militantes da SVB Grupo Porto Alegre. Pelo contrário, dinâmicas interativas podem obstaculizar a ação por determinada lógica de ação preferencial e o enquadramento por determinada tendência de enquadramento. Assim, no caso da reportagem sobre veganismo no Caderno Donna, uma militante construcionista alega se adaptar à demanda identitária em sua entrevista, fornecendo ao jornalista, porém, um enquadramento ideológico na interação, como foi possível observar por meio da análise dos *e-mails* trocados entre essa militante e a jornalista responsável pela matéria⁵². Ainda, dinâmicas interativas podem estimular a existência de especificidades do enquadramento mesmo dentro de uma mesma tendência de enquadramento. Dessa forma, a análise comparada dos casos do artigo publicado no jornal Zero Hora e da atuação da ANDA sugere a existência de duas formas específicas assumidas pela tendência conceitual de enquadramento relacionadas às dinâmicas interativas peculiares de cada caso, uma caracterizada pela exposição clara dos conceitos da moldura ideológica e por uma postura opinativa clara e outra caracterizada pela aplicação dessas categorias de forma tácita em caráter descritivo.

Dinâmicas interativas e pré-interativas, no entanto, não se relacionam em um sentido único, no qual dinâmicas pré-interativas “entram” na interação sendo reforçadas, obstaculizadas ou especificadas por dinâmicas interativas. Assim, a análise do caso da reportagem sobre veganos demonstra que a jornalista, que tinha intenções relacionadas às intenções identitárias dos ativistas, busca ativamente militantes que parecem ser “úteis” para as suas necessidades, selecionando, por exemplo, militantes da organização identitária SVB Porto Alegre para conceder depoimento. Ainda, dinâmicas pré-interativas não “entram” em interações aleatórias de forma passiva. Ao longo da análise, é possível observar evidências que levam a crer que ativistas que se orientam preferencialmente por uma combinação de lógicas de ação buscam ativamente interações que possam apresentar dinâmicas interativas que reforcem essa combinação.

Cinco dinâmicas interpretativas se mostraram importantes para a análise de cada caso. A análise da atribuição de categorias ao interlocutor, por exemplo, demonstra uma visão

⁵² Nenhum caso analisado em profundidade na segunda parte desse trabalho apresenta como característica central a imposição de obstáculos interativos à utilização de determinada combinação preferencial de lógicas de ação. Exemplos desse tipo de caso são apenas citados marginalmente ao longo do trabalho, como o descrito nesse trecho e aquele citado no capítulo quarto no qual os militantes de uma organização abolicionista pragmática optam por um enquadramento baseado em molduras ideológicas em uma palestra realizada em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dessa forma, essa afirmação carece de uma análise mais sistematizada que a suporte. A ausência dessa análise pode ser explicada por um problema metodológico de seleção dos casos. Após a primeira etapa de pesquisa, foram selecionados casos vistos como particularmente ilustrativos de determinada lógica de ação e de determinada “corrente” abolicionista. Dessa forma, observa-se uma tendência inicial gerada por esse critério de seleção de que os casos selecionados apresentassem reforços das dimensões interativas em relação às combinações preferenciais de lógicas de ação.

cética relativa desses atores no caso do artigo publicado no jornal Zero Hora e da matéria sobre veganismo no Caderno Donna, baseada principalmente em uma visão positiva do interlocutor direto, o jornalista; uma visão cética profunda no caso da notícia sobre o *outdoor* da POA Melhor; e uma visão da grande mídia como receptiva à contestação no caso da ANDA. Assim, no que tange à antecipação do impacto do enquadramento, antecipa-se um impacto mais positivo dos enquadramentos ideológico e identitário nos casos em que há uma visão cética relativa ou uma visão positiva dos interlocutores. Em oposição a isso, antecipa-se a necessidade de ocultação ideológica e identitária nos casos em que há uma visão cética profunda desses atores.

No que se refere à intenção dos atores, é possível inferir por meio da análise que elas estão relacionadas aos objetivos gerais de curto prazo estabelecidos por meio da preferência por uma combinação de lógicas de ação. No que tange à situação de fala, por meio das análises, observa-se que, no caso do artigo publicado no jornal Zero Hora, as regras implícitas da seção de artigos favorecem um enquadramento por molduras ideológicas com a exposição explícita de conceitos abstratos; no caso da ANDA, a situação de fala em agência de notícias favorece essa mesma tendência conceitual, mas por meio de uma forma tácita descritiva da aplicação das molduras ideológicas. Já no caso do Caderno Donna, também é observada, por meio da análise, uma situação de fala favorável à aplicação das molduras identitárias, na medida em que é valorizada a descrição do estilo de vida e do comportamento dos entrevistados. Por fim, no que se refere ao papel social dos atores, o papel epistêmico desempenhado pela militante construcionista favorece sua inserção na situação de fala no caso do artigo no jornal Zero Hora; no caso da ANDA, o desempenho do papel jornalístico reforça as regras implícitas da situação de fala em agências de notícias; no caso do *outdoor*, o desempenho do papel de “militante moderado” auxilia os ativistas da POA Melhor a se aproximarem da grande mídia e dos representantes políticos institucionalizados; e, por fim, no caso da matéria sobre veganismo, o desempenho do papel de “vegano” gera aos militantes a possibilidade de descrição de seus próprios hábitos, porém, restringindo-lhes a possibilidade de concessão de informações técnicas à jornalista.

Também é possível observar, por meio das análises, que, em alguns casos, determinadas dinâmicas interativas parecem “explicar” melhor o enquadramento desenvolvido pelos ativistas do que em outros casos. O papel social, por exemplo, parece decisivo no caso da militante construcionista que redige o artigo para o jornal Zero Hora, assim como no caso da atuação da ANDA. Porém, essa mesma dinâmica interativa parece afetar em menor grau o enquadramento interpretativo desenvolvido no caso do *outdoor* da

POA Melhor. Assim, observa-se que as interações têm dinâmicas contingentes que tornam determinados fenômenos mais ou menos relevantes para a análise do enquadramento interpretativo. É possível, portanto, que análises futuras semelhantes à realizada nesse trabalho possam incluir novas dinâmicas interativas explicativas ou suprimir dinâmicas aqui apresentadas.

Ainda, é possível observar, por meio da análise, que, em todos os casos, as dinâmicas interativas se influenciam mutuamente, ainda que as influências entre esses elementos não sejam constantes em todos os casos. De uma forma geral, por exemplo, a atribuição de características aos interlocutores está relacionada à antecipação do impacto do enquadramento. No caso do *outdoor* em defesa da sanção da lei que proíbe a circulação de veículos com tração animal em Porto Alegre, o desempenho do papel de “militante moderado” parece estar relacionado a essa antecipação do impacto das categorias. Já no caso do artigo escrito para o jornal Zero Hora, o desempenho do papel epistêmico parece estar mais conectado às características da situação de fala. Novamente, é possível ressaltar que interações têm dinâmicas contingentes, característica que também modifica as relações entre as diversas dinâmicas interativas nelas presentes.

Após apresentada a resposta sugerida ao problema de pesquisa que orienta esse trabalho, assim como sistematizadas as análises e as conclusões dessa pesquisa, é necessário mencionar, ainda, algumas de suas limitações que geram novas perguntas a ser respondidas por meio de pesquisas empíricas. Em primeiro lugar, é possível observar um viés relacionado ao caso selecionado para estudo, problema metodológico inerente ao estudo de caso. Esse trabalho apresenta apenas a análise do caso do movimento pelos direitos animais. No que tange ao dilema do enquadramento interpretativo, esse movimento parece se constituir em um caso limítrofe. Teoricamente, esse dilema se estabelece, na medida em que se pressupõe que os enquadramentos propostos por ativistas de movimentos sociais são, em geral, distantes dos conceitos cuja aceitação é, em algum nível, generalizada na sociedade como um todo, o que dificultaria sua aceitação pelos interlocutores. O caso movimento abolicionista, certamente, apresenta essa característica de forma mais intensa da observada em outros casos, na medida em que o consumo de alimentos de origem animal e a proposta de libertação completa desses indivíduos é dificilmente aceita, ou ao menos vista como razoável, pela população como um todo. Dessa forma, são necessárias pesquisas empíricas que tentem superar esse viés ao analisar como são formuladas respostas ao dilema do enquadramento interpretativo em casos em que a MIAC do movimento social em estudo se aproxima em maior grau aos conceitos aceitos de forma generalizada na sociedade.

Outro problema claro dessa análise está relacionado a uma limitação comumente apontada do conceito de enquadramento interpretativo, o seu viés cognitivista (GOODWIN, JASPER, POLLETTA, 2001). O conceito de MIAC, em geral, leva o pesquisador a conceber os atores como indivíduos que analisam o “mundo lá fora” no intuito de conhecê-lo e que tomam decisões (não, necessariamente, utilitárias) a partir das interpretações (não, necessariamente, racionais) formuladas nessa análise. O que o viés cognitivo obscurece é a dimensão emocional da ação social. Ou seja, indivíduos não agem apenas tendo-se como base as suas interpretações sobre o “mundo lá fora”, mas também a partir de emoções que os acompanham ou que são geradas pelas dinâmicas interativas. Dessa forma, é necessária uma pesquisa empírica que esteja atenta ao papel das emoções no processo descrito nesse trabalho, cujas conclusões podem levar a adição de novos elementos, ao questionamento de elementos do esquema ou até mesmo a uma negação completa do esquema analítico proposto. É possível investigar, por exemplo, que emoções estão relacionadas à preferência por determinada combinação de lógicas de ação, ou como sentimentos que surgem nas interações podem reforçar ou obstaculizar a influência das dinâmicas pré-interativas.

Outro claro viés do caso em estudo é o tipo de interação analisada. Como defendido no próprio trabalho, as interações entre ativistas de movimentos sociais com representantes da grande mídia têm peculiaridades que não podem ser esquecidas. Dessa forma, são necessárias pesquisas empíricas que busquem analisar como o esquema aqui proposto pode ser modificado em outras interações nas quais militantes de movimentos sociais estão inseridos.

Por fim, é necessário apontar que esse trabalho se dedicou apenas à análise de como as diferentes combinações de lógicas de ação afetam os processos de enquadramento interpretativo. Porém, ao longo da pesquisa empírica, foram observados indícios de que essas diferentes combinações afetam outras características dos movimentos sociais, tais como a forma pela qual ativistas se relacionam com as estruturas de oportunidade política, as características das redes formadas pelos ativistas e pelas organizações e os principais repertórios de ação disponíveis aos militantes. Análises específicas para cada uma dessas dimensões podem trazer contribuições teóricas importantes para o estudo de fenômenos da ação coletiva.

Certamente, esse trabalho apresenta inúmeros outros vieses e limitações. Espera-se, no entanto, que a análise efetuada possa ter contribuído para as discussões a respeito dos fenômenos da ação coletiva e, particularmente, para o estudo dos processos de enquadramento interpretativo, ainda pouco explorados pela literatura brasileira sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABONIZIO, Juliana. Consumo Alimentar e Anticonsumismo: veganos e freeganos. **Ciências Sociais Unisinos**, v.49, n.2, p.191-196, 2013.

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**. n.76, p.49-86, 2009.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS. **Depoimentos**. Agência de Notícias de Direitos Animais, 2012. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/depoimentos-anda>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Sobre a ANDA**. Agência de Notícias de Direitos Animais, 2009. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/sobre>>. Acesso em: 15 jan. 2014

AUYERO, Javier. “From the Client’s Point(s) of View”: how poor people perceive and evaluate political clientelism. **Theory and Society**, n.28, p.197-334, 1999.

_____. El Oficio de la Etnografía Política. **Iconos Revista de Ciencias Sociales**, n.22, p.109-126, 2005.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind. collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BENFORD, Robert D. An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. **Sociological Inquiry**, v.67, p. 409-430, 1997.

_____; SNOW, David A.. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, n.26, p. 611-639, 2000.

BECKER, Howard. Conferência: A Escola de Chicago. **Mana**, n.2, v.2, p.177-188, 1996.

CHERRY, Elizabeth. Veganism as a Cultural Movement. **Social Movement Studies**, v.5, n.2, p.155-170, 2006.

COHEN, Jean L. Strategy or Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, v.52, n.4, p. 663-716, 1985.

COLOMÉ, Felipe L.; MAYER, Ricardo. Consumerismo e Engajamento Político: as gramáticas do consumo no sul do Brasil. In: **Anais do XXIX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA**, Santiago, Chile, 2013. Disponível em <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT27/GT27_Colome_Mayer.pdf>. Acesso em 12 fev. 2014.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David A. The Outcomes of Homeless Mobilization: the influence of organization, disruption, political mediation and framing. **American Journal of Sociology**, v.105, n.4, p.1063-1104, 2000.

DI NAPOLI, Ricardo B. Peter Singer e a Comunidade Moral Ampliada. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 ago. 2013, Caderno Cultura, p.2.

DUBET, François. **A Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FRANCIONE, Gary. Reflections on “Animals, Property and the Law” and “Rain Without Thunder”. **Law and Contemporary Problems**, v.70, n.1, p.9.57, 2007.

FREEMAN, C.P. Framing Animal Rights in the “Go Veg” Campaigns of U.S. Animal Rights Organizations. **Society & Animals**, v.18(2), p.163-182, 2010.

GRUPO PELA ABOLIÇÃO DO ESPECISMO. **Sobre**. Página “GAE Grupo pela Abolição ao Especismo” no Facebook, s.d. Disponível em <<https://www.facebook.com/GaeGrupoAbolicaoAoEspecismo/info>>. Acesso em 15 jan. 2014.

GAMSON, William. Goffman’s Legacy to Political Sociology. **Theory and Society**, v.14, n.5, p.605-622, 1985.

_____; CROTEAU, David; HOYNES, William; SASSON, Theodor. Media Images and the Social Construction of Reality. **Annual Review of Sociology**, v.18, p.373-393, 1992.

_____; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. **Encounters with Unjust Authorities**. Illinois: The Dorsey Press, 1982.

_____; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v.95, n.1, p.1-37. 1989.

GARNER, Robert D. Defending Animal Rights. **Parliamentary Affairs**, v.51, n.3, p. 458-469, 1998.

GASTALDO, Édson. Erving **Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004

GILLAN, Kevin. Understanding Meaning in Movements: a hermeneutic approach to frames and ideologies. **Social Movement Studies**, v.7, n.3, p.247-263, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Rituais de Interação: ensaios sobre o comportamento face-a-face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. Introduction : Why emotions matter ? In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (eds). **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GROVES, Julian M. Animal Rights and the Politics of Emotion: folk constructions of emotion in the animal rights movement. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago, London: University of Chicago Press, 2001, p.212-229.

HAAS, Peter M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**. Cambridge: v.46, n.1, p. 1-35, 1992.g

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Gaúchos Amam e Maltratam os Animais. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 set. 2010, Artigos, Tema para Debate, p.17.

HEWITT, L.; MCCAMMON, H. Explaining Suffrage Mobilization: balance, neutralization, and range in collective action frames. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (org.). **Frames of Protest: social movements and the framing perspective**. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

IBARRA, Peter R.; KITSUSE, John I.. Vernacular Constituents of Moral Discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, James A. &

MILLER, Gale (org.). **Reconsidering Social Constructionism**: debates in social problems theory. Transaction Publishers: New Brunswick, New Jersey, 1993, p. 25-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Pecuária Municipal – 2012**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2012/default_pdf.shtm>. Acesso em: 16 de jan. 2014.

JARBOE, James F. **The Threat of Eco-Terrorism**. The Federal Bureau of Investigation, 2002. Disponível em: <<http://www.fbi.gov/news/testimony/the-threat-of-eco-terrorism>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

JOHNSTON, Hank. A Methodology for Frame Analysis: from discourse to cognitive schemata. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (ed.). **Social Movements and Culture**: social movements, protest, and contention (vol.4). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995, p. 217-246.

_____. Comparative Frame Analyses. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. **Frames of Protest**: social movements and the framing perspective. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005, p.237-260.

_____; ALIMI, Eitan Y. Primary Frameworks, Keying and the Dynamics of Contentious Politics: the islamization of the Chechen and Palestinian National Movements. **Political Studies**, v.60, p.603-620, 2012.

_____; ALIMI, Eitan Y. A Methodology Analyzing for Frame Dynamics: the Grammar of keying battles in palestinian nationalism. **Mobilization**: An International Quarterly, v.18, n.4, p.453-474, 2013.

_____; KLANDERMANS, Bert (ed.). **Social Movements and Culture**: social movements, protest, and contention (vol.4). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

_____; OLIVER, Pamela. Breaking the Frame. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (orgs.). **Frames of Protest**: social movements and the framing perspective. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005, p.213-216.

KLANDERMANS, Bert; GOSLINGA, Sjoerd. Discurso de los Medios, Publicidad de los Movimientos y la Creación de Marcos para la Acción Colectiva: ejercicios teóricos y empíricos sobre la construcción de significados. In: McADAM, Doug; McARTHUR, John D.; ZALD, Mayer N. (org.). **Movimientos Sociales - Perspectivas**

Comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999, p.442-474.

KOOPMANS, Rud. Movements and Media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. **Theory and Society**, v.33, p. 367-391, 2004.

LUZ, Loraine. Como ser vegano na terra do churrasco. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 jun. 2011, Caderno Donna, p.10-15.

MAIA, Rousiley C. M. Identidades Coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. **Revista Contracampo**, n.5, p.47-66, 2000.

_____. Mídia e Deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: CASTRO, Maria Céres P. S.; MAIA, Rousiley, C.M. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.153-179.

_____. Mídia e Vida Pública: modos de abordagem. In: CASTRO, Maria Céres P. S.; MAIA, Rousiley, C.M. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b, p.11-46.

_____. Atores da Sociedade Civil e Ação Coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, n.76, p. 87-118, 2009.

_____. Mediated Deliberation: the 2005 referendum for banning firearm sales in Brazil. **International Journal of Politics**, n.3, v.14, p.313-334, 2009b.

MATHIEU, Lilian. Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l'analyse des mouvements sociaux. **Revue française de science politique**, v.52, n. 1, p. 75-100, 2002.

MCADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

_____. Marcos Interpretativos y Tácticas Utilizadas por los Movimientos: dramaturgia estratégica en el Movimiento Americano Pro-Derechos Civiles. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (org.). **Movimientos Sociales - Perspectivas Comparadas:** oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999, p.475-496.

McCARTHY, John D.; SMITH, Jacki; ZALD, Mayer N. El Acceso a la Agenda Pública e a la Agenda del Gobierno: médios de comunicación y sistema electoral. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (org.). **Movimientos Sociales - Perspectivas Comparadas**: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999, p.413-441.

_____; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, v.82, n.6, p.1212-1241, 1977.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, n.17, p.49-66, 1989.

_____. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (ed.). **Social Movements and Culture**: social movements, protest, and contention (vol.4). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995, p. 41-63.

MENDONÇA, Ricardo F. Comunicação e Sociedade Civil: interfaces e agendas. **Revista Compólitica**, n.1, v.1, p.7-44, 2011

_____. Reconhecimento e (qual?) Deliberação. **Opinião Pública**, v.17, n.1, p.206-227, 2011b.

MILLER, Gale. New Challenges to the Social Constructionism: alternative perspectives on social problems theory. In: HOLSTEIN, James A.; MILLER, Gale (ed.). **Reconsidering Social Constructionism**: debates in social problems theory. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1993, p. 253-278.

MUNRO, Lyle. Strategies, Action Repertoires and DIY Activism in the Animal Rights Movement. **Social Movement Studies**, v.4, n.1, p.75-94, 2005.

NACONECY, Carlos. Bem-Estar Animal ou Libertação Animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v.4, n.5. p.235-267, 2009.

NEGRÃO, Silvio. Peter Singer e a Libertação Animal no Brasil. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 ago. 2013, Caderno Cultura, p.7.

NOAKES, John A.; JOHNSTON, Hank. Frames of Protest: a road map to a perspective. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. **Frames of Protest**: social movements and the

framing perspective. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005, p.1-29.

OLIVER, Pamela E.; JOHNSTON, Hank. What a Good Idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (orgs.). **Frames of Protest: social movements and the framing perspective**. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005, p.185-203.

PEREIRA, Matheus M. **Os Processos de Enquadramento Interpretativo e a Construção de Problemas Sociais**: uma análise da construção de marcos interpretativos da ação coletiva dos direitos animais em Porto Alegre [trabalho de conclusão de curso]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/40397>>

_____. Ciência, Filosofia e Mobilização: a utilização de molduras interpretativas epistêmicas no processo de construção de problemas sociais. In: **Anais do III ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Pelotas, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts_llleics/gt17/gt17matheus.pdf>. Acesso em nov. de 2012.

PEOPLE FOR ETHICAL TREATMENT OF THE ANIMALS. **2012 Financial Statement**. People for Ethical Treatment of the Animals, s.d. Disponível em: <<http://www.peta.org/about-peta/learn-about-peta/financial-report/>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A. **Poor People's Movements: why do they succeed, how they fail**. New York: Vintage Books, 1979.

POLLETTA, Francesca. Culture and Its Discontents: recent theorizing on the cultural dimensions of protest. **Sociological Inquiry**, v.67, n.4, p.431-450, 1997.

PRESSÃO PELO FIM DAS CARROÇAS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 ago. 2008, Geral, p.6

PRINCÍPIO ANIMAL. **Quem Somos**. Princípio Animal, s.d. Disponível em: <<http://www.principioanimal.org/index.php/quem-somos>>. Acesso em 16 jan. 2014.

QUIRÓS, Julieta. Política e Economia na Ação Coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. **Mana**, 15(1), p.127-153, 2009.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006

ROCHA, Simone M. Mídia e Politização de Identidades: dilemas na construção de um “nós” entre os moradores de favelas. **Comunicação & Política**, v.25, n.1, p.51-72, 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, 2010.

_____; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, ano 13, n.28, p.86-124, 2011.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2008.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. **International Social Movements Research**, n.1, p.197-218, 1988.

_____; BENFORD, Robert D. Clarifying the Relationship between Framing and Ideology. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (orgs.). **Frames of Protest**: social movements and the framing perspective. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005, p.205-211.

_____; BYRD, Scott C. Ideology, Framing Processes, and Islamic Terrorist Movements. **Mobilization**: an international quarterly review. v.12, n.1, p.119-136, 2007

_____; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D.. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n.4, p. 464-481, 1986.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Breve Histórico da Sociedade Vegetariana Brasileira**. SVB Porto Alegre, s.d. Disponível em:

<http://www.svbpoa.org/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=20&Itemid=44>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SORDI, Caetano. O Animal como Próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Idéias**, ano 9, n.147, 2011.

STZYBEL, David. Animal Rights Law: fundamentalism versus pragmatism. **Journal for Critical Animal Studies**, v.5, issue 1, p.1-35, 2007.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.

TOURAINE, Alain. **The Self-Production of Society**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1977.

TOURAINE, Alain. **The Self-Production of Society**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1977.

_____. Os Novos Conflitos Sociais. **Lua Nova**, n.17, p.5-18, 1989.

VANGUARDA ABOLICIONISTA, **Quem Somos/ Contato**. Vanguarda Abolicionista, s.d. Disponível em: <<http://vanguardaabolicionista2.wordpress.com/about/>> Acesso em: 15 jan. 2014.

WAISBORD, Silvio. Bridging the Divide between the Press and Civic Society: civic media advocacy as “media movement” in Latin America. **Nordicon Review**, v.30 (sp. issue), p.105-116, 2009.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade: tensões da comunicação política. In: CASTRO, Maria Céres P. S.; MAIA, Rousiley, C.M. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b, p.117-136.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: GERTH, H.H; WRIGHT MILLS, C (org.). **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967.

WESTBY, David. L. Strategic Imperative, Ideology and Frames. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (org.). **Frames of Protest**: social movements and the framing perspective. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

ZHAO, Dingxin. Theorizing the Role of Culture in Social Movements: illustrated by protests and contentions in modern China. **Social Movements Studies**, v.9, n.1, p.33-50, 2010.

APÊNDICE METODOLÓGICO - UMA ANÁLISE DE MOLDURAS: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Metodologicamente esse trabalho está baseado em uma análise de molduras. Esse tipo de metodologia, no entanto, não encontra na literatura um modelo sistemático a ser seguido, tendo sido propostos por pesquisadores dessa área variados procedimentos metodológicos para a operacionalização da análise de molduras, muitas vezes até mesmo incompatíveis entre si (BENFORD, 1997; KOENIG, 2004).

É provável que a pluralidade metodológica observada nessa área esteja relacionada à pluralidade teórica e à indefinição conceitual que também marca os estudos baseados no conceito de “molduras interpretativas”. Uma das principais indefinições teóricas que afeta as características das metodologias propostas pelos autores versa sobre a localização das molduras. Afinal, se um pesquisador busca ter acesso às molduras interpretativas dos sujeitos com vistas a descrevê-las e analisá-las, é necessário saber sua localização. No campo de estudos da ação coletiva duas posições acerca dessa controvérsia podem ser mapeadas.

Por um lado, teóricos afirmam que molduras interpretativas são estruturas cognitivas internas que dão sentido às experiências dos atores e que, logo, estão localizadas nas mentes dos indivíduos. Nesse sentido, a análise de molduras deveria ser baseada na tentativa de retirada “fotografias” das molduras de movimentos sociais em diferentes momentos do tempo. Essas “fotografias” seriam construídas a partir da análise de documentos produzidos pelos ativistas. Frente a esse material o pesquisador deveria reconstruir a estrutura cognitiva interna aos atores que dá origem ao enquadramento proposto - a “caixa-preta do discurso” - organizando os diversos elementos discursivos presentes nesse texto em uma estrutura hierárquica abstrata que demonstre a relação entre esses elementos. Depois de efetuado esse procedimento, poderiam ser comparados os esquemas cognitivos de organizações distintas ou de uma mesma organização ao longo do tempo, relacionando as mudanças nas estruturas a outros elementos, tais como mudanças nas estruturas de oportunidade política. Assim, mesmo admitindo-se que o enquadramento é um processo ininterrupto, propõe-se que a análise de molduras seja operacionalizada por meio da comparação entre diversos momentos no tempo “paralisados” e “decompostos em partes” pelo pesquisador por meio de suas “fotografias” (JOHNSTON, 2000; 2005; JOHNSTON; OLIVER, 2005; OLIVER; JOHNSTON, 2005).

Por outro lado, teóricos afirmam que, mesmo por considerações práticas de viabilidade metodológica, molduras interpretativas não devem ser observadas por meio de uma “paralisação” do enquadramento no tempo, na medida em que molduras não devem ser

tratadas como “coisas”, mas sim como dinâmicas. Nesse sentido, estudiosos afirmam que as molduras interpretativas não estão situadas nas mentes e na cognição dos atores, mas sim nas interações, sejam elas as interações entre ativistas de um mesmo movimento ou entre ativistas e opositores. Assim, pesquisadores deveriam estar atentos aos processos interativos de negociação de sentido entre os atores, destacando sempre a sua agência. Considerações mais detalhadas sobre os procedimentos de produção e análise de dados para essa análise de interações, no entanto, são dificilmente encontradas (BENFORD, 1997; SNOW; BENFORD, 2005).

Recentemente, pesquisadores demonstram o intuito de aproximar entre esses dois elementos: a moldura como estrutura cognitiva interna e o enquadramento como processo interativo de negociação de sentido. Com esse objetivo, Johnston e Alimi (2013) propõem uma metodologia que busca englobar a técnica das “fotografias” de molduras ao longo do tempo e a análise dos processos de negociação de sentido existentes dentro do movimento. Apesar de esses autores apresentarem um modelo metodológico sólido para a análise das molduras como estruturas cognitivas internas, não é apresentada com detalhes a forma pela qual os pesquisadores buscam ter acesso aos processos interativos de negociação de sentido.

Esse trabalho segue essa mesma agenda na tentativa de compatibilizar a análise das molduras como estruturas cognitivas internas e do enquadramento em processos interativos de negociação de sentido. Para isso, a metodologia desse trabalho, assim como sua apresentação, é dividida em duas partes. Na primeira etapa de pesquisa e na primeira parte desse trabalho, apesar de não ter sido utilizada a técnica proposta por Johnston (2000; 2005) de reprodução da estrutura cognitiva interna em um esquema hierárquico, buscou-se a produção de uma “fotografia” da MIAC dos direitos animais. Não foram comparadas, no entanto, “fotografias” dessa moldura ao longo do tempo, mas sim as distintas formas recorrentes de utilização da MIAC dos direitos animais (as tendências de enquadramento interpretativo), classificadas de acordo com a aceitação ou rejeição a utilização de categorias vistas como pouco ou nada apropriadas para a definição da luta e da identidade dos ativistas (fabricações e molduras primárias), ou pela ênfase em determinados tipos de categorias vistas como “as mais apropriadas” para a classificação desses elementos (molduras ideológicas e identitárias). Para que isso fosse possível, nessa etapa buscou-se também mapear os principais conflitos a respeito da definição da luta e da identidade dos militantes abolicionistas. Ainda, para a compreensão dos motivos pelos quais ativistas tendem a utilizar de formas distintas uma mesma MIAC, buscou-se o mapeamento das distintas combinações de lógicas de ação que orientam as diferentes organizações de defesa dos direitos animais, gerando conflitos internos

ao movimento e estimulando essas diferenças no enquadramento interpretativo geralmente proposto pelos ativistas. Já na segunda etapa de pesquisa e na segunda parte desse trabalho, buscou-se uma análise minuciosa de interações específicas nas quais essas tendências de enquadramento se transformam, efetivamente, em um enquadramento interpretativo. Para efetuar essa análise, foi conduzida uma investigação no intuito de compreender como as distintas lógicas de ação e as diferentes tendências de enquadramento interpretativo (as estruturas cognitivas internas) afetam as dinâmicas interativas e são por elas afetadas e, ainda, com o intuito de identificar quais dinâmicas interativas são relevantes nesse processo. Cada etapa de pesquisa é descrita em detalhes em seguida.

1 AS MOLDURAS: PRODUÇÃO DE DADOS NA PRIMEIRA ETAPA DE PESQUISA

Como exposto anteriormente, a primeira etapa de pesquisa teve como objetivo mapear os principais conflitos acerca da definição do conteúdo central da MIAC dos direitos animais, mapear as diferentes formas recorrentes de utilização dessa MIAC em interações com a grande mídia, assim como mapear os conflitos mais gerais que originam essas diferenças, compreendidos nesse trabalho como conflitos entre distintas combinações de lógicas de ação. Nessa etapa de pesquisa foram entrevistadas lideranças de quatro organizações de direitos animais na cidade de Porto Alegre (descritas, em detalhe, na introdução desse trabalho), assim como a liderança ANDA, selecionada devido à sua relevância para o estudo do tema proposto, na medida em que essa organização apresenta uma recorrente interação com a grande mídia, o próprio objetivo de sua fundação⁵³. Foi entrevistado, ainda, o filósofo Carlos Naconecy, especialista em filosofia da ética animal e conhecido entre militantes do movimento como defensor acadêmico do abolicionismo pragmático. Sua entrevista pode ser categorizada como uma entrevista com especialista, realizada em caráter excepcional no final do processo de produção de dados pela oportunidade que se apresentou ao pesquisador. Apesar de realizada ao final desse processo, o material produzido auxiliou o pesquisador em seus objetivos propostos para a primeira etapa de pesquisa.

⁵³ Nessa etapa de pesquisa foi realizada, ainda, uma entrevista com uma liderança de uma organização abolicionista da cidade de São Paulo. Essa organização havia sido incluída no desenho de pesquisa inicial como controle, na medida em que se acreditava, inicialmente, que a ANDA efetuava uma mediação entre organizações de direitos animais e grande mídia, o que tornaria seu enquadramento diferenciado. Para controlar o viés de sua localidade, seria efetuado o estudo dessa organização. Ao longo da pesquisa, no entanto, o pesquisador pôde observar que a ANDA poderia ser melhor compreendida como uma organização autônoma do movimento e não como uma mediadora. Na medida em que a comparação entre essa e outras organizações não se encontrava mais no centro do argumento do trabalho, o controle pôde ser dispensado.

Duas técnicas de produção de dados foram utilizadas na primeira etapa desse trabalho. Primeiramente foi efetuada uma pesquisa documental, na qual foram mapeadas notícias produzidas pelos jornais Zero Hora e Correio do Povo desde o ano de 2005 até o primeiro semestre do ano de 2013 que contavam com a participação de ativistas do movimento ou que versavam claramente sobre temas relacionados aos direitos animais e ao veganismo. O período de pesquisa foi escolhido tendo-se como referência a fundação das primeiras organizações abolicionistas na cidade de Porto Alegre. A opção pela pesquisa restrita à mídia impressa ocorreu, na medida em que o autor desse trabalho, em experiências anteriores de pesquisa junto a este movimento, obteve mais informações sobre a existência de matérias nesse tipo de mídia sobre o assunto em comparação a existência de reportagens em outras mídias, tais como televisão e rádio. Essa escolha, no entanto, pode ser considerada o primeiro importante viés dessa pesquisa, na medida em que a presença de imagens em movimento (no caso da televisão) ou a ausência completa de imagens (no caso do rádio) pode alterar significativamente o enquadramento proposto pelos ativistas. Já a opção pelos veículos citados se dá pela sua importância histórica no estado do Rio Grande do Sul e pela sua grande circulação não apenas na capital gaúcha, mas em todo estado. A pesquisa foi realizada por meio dos mecanismos de busca disponibilizados pelos veículos consultados em suas páginas na *internet* que, no entanto, tinham um período de abrangência limitado. Para os anos anteriores a esse período, foi realizada uma pesquisa no acervo de jornais do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, focada principalmente em datas nas quais o pesquisador tinha relatos de notícias sobre o movimento, tais como datas próximas à realização da Expointer⁵⁴ ou ao Dia Internacional dos Direitos Animais. Ao todo, foram mapeadas 34 notícias, entre elas, matérias posteriormente indicadas pelos militantes (Apêndice 1).

Essas notícias foram apresentadas como estímulo aos entrevistados na aplicação da segunda e principal técnica de pesquisa empregue na primeira etapa desse trabalho, as entrevistas semi-estruturadas com as lideranças das organizações estudadas. Foram entrevistadas apenas as lideranças, na medida em que, em geral, as interações com a grande mídia, no caso em estudo, são conduzidas por esses indivíduos. A técnica da entrevista foi utilizada, nesse trabalho, em detrimento de outra técnica comum em análises de moldura, a pesquisa documental com base nos textos produzidos pelo movimento. Nesse caso essa técnica era inapropriada por dois motivos. Primeiramente, o material estudado encontra-se editado pelo jornalista e, portanto, pode não corresponder ao enquadramento proposto pelos

⁵⁴ A Expointer é uma grande feira de negócios do setor da agropecuária realizada anualmente no estado do Rio Grande do Sul.

ativistas. Ainda, a pesquisa documental tem como limite a impossibilidade de produzir dados para a compreensão das motivações dos ativistas para a elaboração das distintas estratégias (um dos objetivos dessa primeira etapa de pesquisa), assim como para a tomada de conhecimento das classificações nativas sobre os conflitos existentes e as distintas formas de enquadramento. Dessa forma, a entrevista semi-estrutura permite ao pesquisador um olhar mais atento ao ponto de vista dos próprios militantes.

As entrevistas semi-estruturadas com esses ativistas exploraram as seguintes dimensões. Quando as entrevistas eram realizadas com lideranças de organizações com as quais o pesquisador não havia tido contato prévio em pesquisas anteriores, foram propostas perguntas sobre o histórico e o perfil da organização, tendo-se como objetivo produzir dados para a descrição dos atores. Nesses casos, também foram feitas perguntas que estimulavam o ator a definir a MIAC dos direitos animais, apresentando ao pesquisador quais seriam os elementos centrais para a definição de sua luta. Os entrevistados foram estimulados, nesse sentido, a apresentar suas opiniões a respeito de temas “polêmicos” dentro do movimento, como a defesa do meio ambiente e da saúde humana, ora considerados parte central da luta abolicionista, ora considerados fenômenos distintos da luta pelos direitos animais. Dessa forma, foram produzidos dados que auxiliaram a classificar a MIAC dos direitos animais a partir das categorias que delimitam “tipos” de molduras interpretativas de acordo com sua centralidade e característica aos olhos dos ativistas, apresentadas no segundo capítulo desse trabalho (molduras ideológicas, molduras identitárias, molduras periféricas e fabricações).

Para mapear as distintas combinações de lógicas de ação, dois tipos de estímulo foram utilizados, ambos em todas as entrevistas. Primeiramente, o roteiro de perguntas baseou-se em um estímulo à avaliação das estratégias e objetivos de um tipo de ação abolicionista emergente na cidade de Porto Alegre, o abolicionismo pragmático, que ilustra um dos tipos de combinação de lógicas de ação propostos nesse trabalho. Esse estímulo teve como objetivo, ainda, mapear as diferentes formas de utilização da MIAC dos direitos animais atreladas a essas combinações de lógicas de ação, assim como a avaliação dos ativistas a respeito delas. Também com o intuito de mapear as lógicas de ação e as tendências de enquadramento interpretativo, ativistas foram convidados a avaliar e comentar as diferentes reportagens encontradas por meio da pesquisa documental anteriormente efetuada. As reportagens foram reunidas em uma pasta entregue aos militantes uma semana antes de sua entrevista como pesquisador. Assim, os comentários dos ativistas a respeito do conteúdo das matérias e dos objetivos dos militantes em cada interação com a mídia auxiliaram o pesquisador a

compreender como as diferentes lógicas de ação influenciam os diferentes objetivos e estratégias de enquadramento dos atores em interações com a grande mídia.

Por fim, todas as entrevistas realizadas na primeira etapa de pesquisa também estimularam os atores a retratar experiências de interações com a grande mídia, estimulando-os a caracterizar a grande mídia e sua postura prévia geral em relação às temáticas dos direitos animais e do veganismo. Essas perguntas tiveram como intuito explorar potenciais dimensões relevantes das interações com a grande mídia que seriam exploradas em detalhe na segunda parte da pesquisa empírica. O “Quadro 6” apresenta a estrutura geral dos blocos de entrevista e seus objetivos que serviram como base para a criação dos roteiros de entrevista. As perguntas expostas no roteiro de entrevista da primeira etapa variavam de acordo com o entrevistado, na medida em que o pesquisador necessitava de informações distintas com cada ativista e que o roteiro de entrevista era aprimorado no decorrer do trabalho de campo. São reproduzidos apenas dois exemplos de roteiro de pesquisa da primeira etapa do trabalho nos Apêndices 2 e 3⁵⁵.

Quadro 6 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Primeira Etapa de Pesquisa

Bloco	Objetivos
1 – Informações Gerais sobre a Organização	Produzir informações gerais sobre a organização, abordando seu histórico, sua estrutura organizacional, suas principais performances de conflito e seus objetivos.
2 – Adequação dos <i>Frames</i> e Estratégias	Produzir informações sobre as molduras geralmente mobilizadas pela organização em sua defesa dos direitos animais; Produzir informações sobre a adequação atribuída à noção de direitos e a noções advindas da filosofia da ética animalista; Produzir informações sobre a adequação atribuída à proteção animal, à defesa do meio ambiente e à defesa da saúde humana.
3 – Abolicionismo Pragmático	Solicitar diretamente aos atores uma avaliação das estratégias da sua organização e das demais; Explorar os dilemas que as distintas estratégias impõem ao movimento.
4 – Avaliação das Notícias	Debater as percepções dos atores em relação às notícias; Pedir indicações de caso de sucesso e de fracasso de “infiltração” do movimento na grande mídia;

⁵⁵ É possível observar que os dois roteiros apresentados se diferem em muitos pontos. Isso se deve, principalmente, a dois fatores. Primeiramente, cada entrevista foi realizada com líderes de organizações sobre as quais o pesquisador tinha diferentes níveis de conhecimento, exigindo-se, portanto, perguntas de contextualização em maior quantidade em alguns dos casos. Ainda, o Apêndice 2 apresenta o roteiro da primeira entrevista realizada nessa etapa de produção de informações empíricas e o Apêndice 3 apresenta o roteiro da última entrevista realizada nessa etapa. Logo, o roteiro de entrevista apresentado no Apêndice 3 inclui e sistematiza perguntas a partir do aprendizado do entrevistador com as entrevistas anteriores, o que não ocorre no roteiro reproduzido no Apêndice 2.

	Produzir dados que permitam identificar objetivos prioritários que os atores têm em relação à grande mídia;
5 – Descrição da Mídia	Produzir informações sobre a percepção da postura da mídia frente ao movimento e a seu enquadramento; Produzir informações sobre as estratégias utilizadas para ultrapassar as possíveis barreiras percebidas.

Fonte: autoria própria.

Depois de finalizada essa etapa de produção dos dados empíricos, foi realizada uma análise preliminar do material, baseada na sua transcrição e em uma leitura simples das entrevistas transcritas. Baseando-se nessa análise preliminar, foram selecionados três casos de notícias envolvendo militantes de organizações porto-alegrenses, sendo que cada uma das matérias apresentava o resultado da interação de militantes e organizações que se orientavam por um tipo de combinação de lógicas de ação com representantes da grande mídia. As matérias selecionadas foram: o artigo escrito pela militante Nazareth e publicado no jornal Zero Hora intitulado “Gaúchos Amam e Maltratam os Animais” (HASSEN, 2010); a reportagem sobre um *outdoor* da coalizão de ativistas POA Melhor defendendo o fim do uso de carroças com tração animal na capital gaúcha publicada no jornal Correio do Povo e intitulada “Pressão pelo Fim das Carroças” (PRESSÃO PELO FIM DAS CARROÇAS, 2008); e a matéria sobre hábitos veganos publicada no Caderno Donna do jornal Zero Hora intitulada “Como ser vegano na terra do churrasco” (LUZ, 2011). Além de representarem as distintas combinações de lógicas de ação identificadas na primeira etapa, essas matérias tinham em comum duas características, a abordagem de temas propostos pelos militantes em conjunto com a temática da tradição gaúcha, facilitando sua comparação.

2 O ENQUADRAMENTO: PRODUÇÃO DE DADOS NA SEGUNDA ETAPA DE PESQUISA

Já a segunda parte do processo de investigação empírica teve como objetivo analisar as dimensões interativas que impactam as decisões (reflexivas ou não) dos ativistas acerca do enquadramento interpretativo oferecido nas interações estudadas. Outro objetivo dessa etapa de pesquisa foi compreender como dinâmicas interativas afetam e são afetadas pelas dinâmicas pré-interativas pesquisadas na primeira etapa do trabalho empírico. Cinco dimensões foram exploradas nessa segunda etapa, cuja seleção baseou-se nas teorias já estabelecidas sobre enquadramento interpretativo, nas análises parciais do material empírico produzido e na experiência do pesquisador na produção de dados em curso: a situação de fala;

o papel social do ator; a sua intenção na interação; as características imaginadas e vividas do interlocutor; e a antecipação do impacto do enquadramento no interlocutor. As três primeiras dessas dimensões estão presentes na proposta metodológica de Johnston (2000; 2005) como “dicas” para análise do material produzido e não como dimensões orientadoras do processo de investigação empírica. Já as três últimas dimensões estão baseadas na proposta teórica de Goffman (1986; 2002).

Nessa etapa de pesquisa, procurou-se entrevistar todos os indivíduos envolvidos na produção da matéria, tanto os ativistas ou veganos não ativistas quanto os jornalistas responsáveis pela formulação da reportagem ou, no caso do artigo da militante do GAE, pela seleção do artigo. Foram consultadas, ainda, militantes da ANDA, organização que, devido ao seu perfil de produção de notícias sem um destino específico na grande mídia, teve sua atuação analisada de uma forma geral. Dentre os ativistas procurados, apenas um optou por não conceder depoimento ao pesquisador. Os ativistas, veganos e jornalistas entrevistados são descritos no capítulo introdutório desse trabalho.

Na segunda etapa, foi utilizada novamente como técnica de produção de dados a entrevista semi-estruturada aliada à pesquisa documental como técnica subordinada. Como no caso anterior, a pesquisa documental de materiais produzidos pelos ativistas ou das notícias finais se mostra insuficiente se utilizada como técnica única de produção de dados. Nesse caso, como o foco de análise se dirigia às dinâmicas interativas (entre elas, percepções dos ativistas a respeito de diversos elementos da interação) e ao enquadramento proposto pelos ativistas na interação, era necessário ter, de alguma forma, acesso às interações ocorridas no passado. A análise isolada das notícias finais é insuficiente, já que demonstra apenas o resultado final da interação e o enquadramento proposto pelos jornalistas ao leitor, e não o enquadramento proposto pelos ativistas aos jornalistas na interação com esses profissionais⁵⁶. A pesquisa documental não demonstra, ainda, capacidade de gerar dados a respeito das percepções dos atores acerca das interações vividas. Logo, esse material poderia fornecer indícios apenas sobre algumas dinâmicas interativas, tais como o papel social desempenhado pelo militante na interação.

Para superar as limitações da pesquisa documental tradicional (baseada em documentos oficiais de organizações ou em notícias publicadas), uma primeira estratégia de pesquisa desenhada unia entrevistas semi-estruturadas retrospectivas com militantes e

⁵⁶ Uma exceção a essa regra é o artigo da militante Nazareth que, segundo a própria ativista, corresponde, quase inteiramente, ao texto inicialmente proposto por ela. Nesse caso, portanto, a pesquisa documental pode ser utilizada como técnica de produção de dados sobre o enquadramento.

jornalistas à pesquisa documental de registros de interação entre ativistas e profissionais da grande mídia, tais como *e-mails* nos quais os militantes respondiam as questões dos jornalistas. Apenas uma das entrevistadas, no entanto, relatou ainda ter esse material armazenado e o disponibilizou para o pesquisador. Dessa forma, a técnica prioritariamente utilizada foi a das entrevistas semi-estruturadas com foco retrospectivo no relato de interações já vividas pelos ativistas. Por meio das entrevistas, ativistas poderiam relatar suas impressões acerca do interlocutor e da situação de fala, suas intenções com a interação e o impacto previsto de seu enquadramento. Para auxiliar os ativistas a se lembrarem da interação, foram utilizadas como estímulo as matérias analisadas, assim como outras reportagens que estivessem relacionadas a ela no caso da campanha pelo fim da utilização de carroças com tração animal na capital do Rio Grande do Sul.

Ainda que muitos entrevistados afirmassem se lembrar das interações, outros afirmavam não se lembrar mais do caso. Nessas entrevistas, o pesquisador optou por transformar as perguntas que se dirigiam especificamente à interação analisada em perguntas gerais sobre a interação com a mídia. Relatos de ativistas também entravam em contradição em muitos momentos, tendo havido a possibilidade de confusão entre o caso estudado e outros casos de interação com a grande mídia por parte dos militantes. Para evitar esse viés, na análise, foram considerados apenas depoimentos que fossem recorrentes entre os atores em casos em que a interação ocorreu entre um jornalista e diversos ativistas. Por esse motivo, em muitos momentos nesse trabalho, são apresentados dois exemplos advindos de entrevistas distintas para ilustrar o argumento proposto.

É importante apontar, ainda, o possível viés da ilusão retrospectiva presente nesse trabalho. Ou seja, ativistas podem dar um sentido às interações passadas tendo em vista suas percepções no momento presente, criando uma lógica que conecte os dois momentos vividos. Na medida em que a pesquisa documental, que tinha como intuito auxiliar a superação desse problema, não foi realizada com sucesso, é necessário admitir a presença desse viés na análise. Logo, a percepção positiva dos interlocutores jornalistas por parte dos ativistas, por exemplo, pode estar relacionada à avaliação positiva da notícia realizada em um momento posterior à interação. As intenções relatadas pelos ativistas nessas interações podem, também, estar relacionadas à avaliação das características do resultado final da matéria, por exemplo.

Por fim, para a análise da atuação da ANDA, que não estava centrada em uma interação específica, foram também utilizadas entrevistas semi-estruturadas, semelhantes às aquelas empregues em casos em que ativistas relatavam não se lembrar das interações analisadas. Não foi feito um levantamento e uma análise sistemática das notícias produzidas

por essa organização para a análise de seu enquadramento nesse caso. Assim, essa análise se baseou na experiência do pesquisador obtida pelo acompanhamento cotidiano do material produzido por essa organização.

Nas entrevistas semi-estruturadas com os militantes foram exploradas as seguintes dimensões. Em casos em que a entrevista ocorreu com militantes com os quais o pesquisador não havia tido contato prévio em experiências de pesquisa anteriores ou na primeira etapa de produção de dados, os entrevistados foram estimulados a relatar, brevemente, sua trajetória como veganos e como militantes de direitos animais, tendo-se como objetivo a produção de dados para descrever os atores. Nesses casos, a exemplo do que ocorreu na primeira etapa, também foram incluídos estímulos à definição da MIAC dos direitos animais e ao posicionamento acerca da pertinência de temas “polêmicos” nessa definição, no intuito de produzir dados que pudessem auxiliar o pesquisador na classificação da MIAC dos direitos animais a partir das categorias apresentadas no segundo capítulo desse trabalho.

Em todos os casos, os militantes entrevistados foram estimulados a relatar descritivamente a interação vivida no caso em análise. Estímulos direcionavam os atores, principalmente, a descrever suas intenções com a interação e a sua percepção acerca dos interlocutores relevantes no caso em análise. Dessa forma, puderam ser produzidos dados a respeito da atribuição de características ao interlocutor e a respeito da intenção dos atores. Posteriormente, os ativistas eram estimulados a relatar de forma específica o que procuraram dizer ao jornalista nessa interação, assim como relatar como esperavam que os interlocutores relevantes reagissem a essas falas e a outras possibilidades de fala não efetuadas. Por exemplo, mesmo quando elementos diretamente relacionados à defesa da abolição animal não se encontravam presentes no enquadramento proposto, foram realizados estímulos à descrição do impacto imaginado (ou vivido em interações anteriores) desse enquadramento nos interlocutores relevantes. Dessa forma, foram produzidos dados a respeito da antecipação do impacto do enquadramento e a respeito do enquadramento interpretativo efetivamente realizado.

Estímulos que visassem produzir informações sobre a situação de fala e o papel social dos atores na interação foram apenas incluídos nas entrevistas finais com os ativistas, na medida em que a importância dessas dimensões ficou clara para o pesquisador apenas ao longo do processo de pesquisa. Assim, foram incluídos estímulos à descrição da seção do jornal para qual as matérias foram desenvolvidas, assim como estímulos à descrição das peculiaridades dos papéis sociais desempenhados por diversos ativistas. Ativistas, no entanto, relatavam, anteriormente, de forma espontânea, a importância da seção do jornal ao qual

prestavam depoimento, assim como comparavam, espontaneamente, as possibilidades de fala de indivíduos que desempenhavam determinado papel social às possibilidades de fala de sujeitos que desempenhavam outro papel. O “Quadro 7” apresenta a estrutura geral dos blocos de entrevista e seus objetivos que serviram como base para a criação dos roteiros de entrevista com os militantes na segunda etapa de pesquisa. Assim como na primeira etapa de pesquisa, as perguntas expostas no roteiro de entrevista dessa etapa variavam de acordo com o entrevistado. É reproduzido apenas um exemplo de roteiro de pesquisa da segunda etapa do trabalho no “Apêndice 4”.

Quadro 7 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista com Militantes e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Segunda Etapa de Pesquisa

Bloco	Objetivos
1 – Informações Gerais sobre os Atores	Resgatar a trajetória do ator: o contato com o vegetarianismo e com o veganismo; as organizações em que militou; as organizações às quais se sente membro e pelas quais se sente particularmente representado.
2 – Adequação dos <i>Frames</i> e Estratégias	Produzir informações sobre a adequação atribuída à noção de direitos e a noções advindas da filosofia da ética animalista; Produzir informações sobre a adequação atribuída à proteção animal, à defesa do meio ambiente e à defesa da saúde humana.
3 – Resgate Retrospectivo da Interação	Solicitar relato sobre a forma pela qual a informação sobre a produção da notícia chegou até o entrevistado; Investigar quais eram as suas preocupações na interação com a mídia (imagem da mídia); Estimular a descrição da impressão acerca do repórter e de suas intenções (imagem da mídia); Investigar suas expectativas com a matéria (imagem da mídia, objetivos); Estimulá-lo a descrever a reação esperada dos leitores (imagem do leitor); Explorar quais eram seus objetivos na interação (objetivos); Solicitar avaliação geral da notícia.
4 – <i>Framing</i> e Impacto	Solicitar aos entrevistados um relato a respeito do que procuraram dizer na interação; Explorar o impacto esperado dos seguintes tipos de enquadramento na interação (de sua presença ou omissão) frente a todos interlocutores relevantes: abolicionismo animal e filosofia da ética (todos os entrevistados); veganismo; proteção animal; defesa do meio ambiente e da saúde humana (entrevistados selecionados).
5 – Papel Social e Situação de Fala	Estimular ator à descrição da seção do jornal para qual a matéria foi publicada; Estimular o ator a descrever as vantagens e desvantagens do papel epistêmico, jornalista e outros papéis.

Fonte: autoria própria

Já as entrevistas com os jornalistas exploraram as seguintes dimensões. Os profissionais foram estimulados a descrever sua trajetória profissional e sua posição institucional atual e no momento da produção da notícia, tendo em vista a produção de dados a respeito do histórico da interação (como a existência de outros atores relevantes além do jornalista consultado) e das características dos atores. Jornalistas foram estimulados, ainda, a descrever a experiência de interação com os militantes no caso em análise, com intuito de produção de dados a respeito da descrição do histórico da notícia e a cerca de dinâmicas interativas, tais como as intenções do jornalista na interação e a atribuição de características aos ativistas. Profissionais da imprensa foram, também, estimulados a descrever sua visão prévia e posterior a respeito do veganismo e do abolicionismo animal, no intuito de produzir dados a respeito da atribuição de características à causa defendida pelos militantes e à compreensão dos jornalistas a respeito dessa causa. Jornalistas foram estimulados, por fim, a descrever suas motivações no processo de edição e seleção de fala, assim como a descrever o impacto imaginado das categorias nos profissionais hierarquicamente superiores a eles e nos leitores, produzindo-se dados a respeito do impacto imaginado do enquadramento nos interlocutores relevantes, assim como sobre outras dimensões, como o papel social e a situação de fala. Os blocos de entrevista com os jornalistas e seus objetivos são expostos no “Quadro 8”. Um exemplo de roteiro de entrevista com os jornalistas é apresentado no “Apêndice 5”.

Quadro 8 - Estrutura Geral do Roteiro de Entrevista com Jornalistas e Objetivos dos Blocos de Perguntas na Segunda Etapa de Pesquisa

Bloco	Objetivos
1 – Trajetória e Inserção Institucional	Solicitar uma breve descrição da trajetória profissional do entrevistado (veículos onde esteve, tipo de trabalhos que realizou); Verificar qual a função do entrevistado no veículo atual; Verificar, na hierarquia, se há alguém de que recebe pautas ou alguém que revisa o texto após sua produção, podendo modificá-lo ou sugerir mudanças.
2 – Trajetória da Notícia	Estimular a descrição da trajetória da notícia: a motivação para abordar o tema; os caminhos utilizados para o estabelecimento de contatos com ativistas e para acesso de informações sobre o tema; as impressões a respeito dos militantes consultados.
3 – Características Atribuídas às Molduras Militantes	Estimular o entrevistado a relatar sua interpretação inicial sobre o tema e sobre os interlocutores e a relatar se a interação trouxe novas idéias sobre esses elementos; Solicitar uma avaliação das proximidades e diferenças entre proteção e direitos animais, assim como entre ambiente, nutrição e direitos animais;

4 – Impacto do Enquadramento	Estimular jornalistas a descrever o que os entrevistados disseram e o que foi selecionado; Questioná-los sobre as motivações da seleção (papel social, situação de fala); Estimular o jornalista a descrever o impacto imaginado da matéria final nos profissionais hierarquicamente superiores a ele e no leitor.
------------------------------	--

Fonte: autoria própria

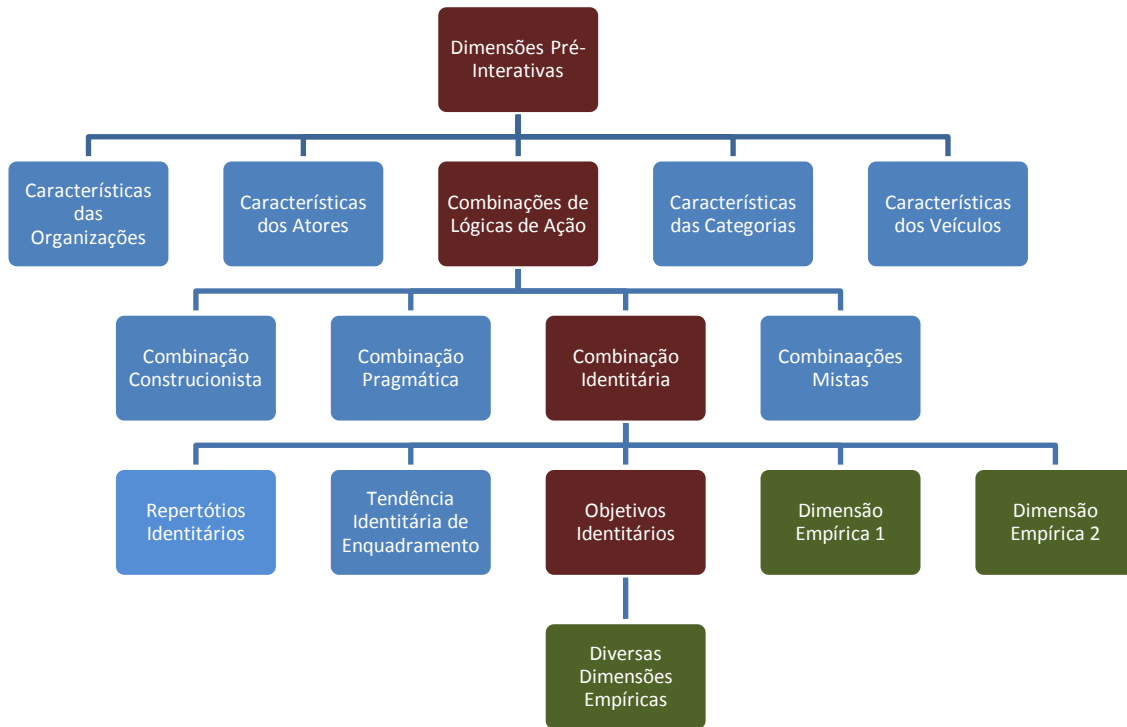
3 A ANÁLISE: ORGANIZANDO E INTERPRETANDO OS DADOS

Após a transcrição das entrevistas realizadas com os ativistas em ambas as etapas de produção de dados empíricos, o material foi analisado com o auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados auxiliada por computadores (CAQDAS⁵⁷), o NVivo, versão oito. Primeiramente, foi criada uma árvore de categorias (nós) organizadas de forma hierárquica a partir das dimensões teóricas que servem como base para essa pesquisa. A primeira “camada” da árvore divide as dimensões interativas das dimensões pré-interativas. As dimensões pré-interativas são divididas em cinco nós: as combinações de lógicas de ação; as características das organizações; as características dos ativistas; as características atribuídas às categorias (a partir dos conceitos apresentados no segundo capítulo desse trabalho); e as características dos veículos de comunicação (segundo os profissionais). Já as dimensões interativas são divididas em seis nós: o papel social; a intenção do ator; a situação de fala; as características dos interlocutores; o impacto imaginado do enquadramento; e o enquadramento interpretativo efetivamente utilizado.

A maioria dessas subdivisões era dividida, ainda, em mais dimensões teóricas que se aproximavam cada vez mais das dimensões empíricas. Na medida em que a árvore construída tem grandes dimensões, a dimensão pré-interativa das lógicas de ação é utilizada como exemplo nesse processo. Essa dimensão (que já constitui um nó) é dividida em quatro nós: combinação construcionista de lógicas de ação; combinação pragmática de lógicas de ação; combinação identitária de lógicas de ação; e combinações mais mistas de lógicas de ação. Cada um desses três primeiros nós é dividido, ainda, em pelo menos outros três nós básicos (os objetivos, a tendência de enquadramento e os repertórios) podendo ser agregadas, ainda, outras dimensões teóricas (tais como as redes peculiares a cada tipo de combinação de lógicas de ação). A figura a seguir (Figura 30) exemplifica essa estrutura por meio da ilustração de um “ramo” da árvore (destacado em vermelho) que parte do nó das dimensões pré-interativas em direção ao nó dos objetivos identitários.

⁵⁷ Sigla referente à nomenclatura original em inglês: *computed-assited data analysis software*.

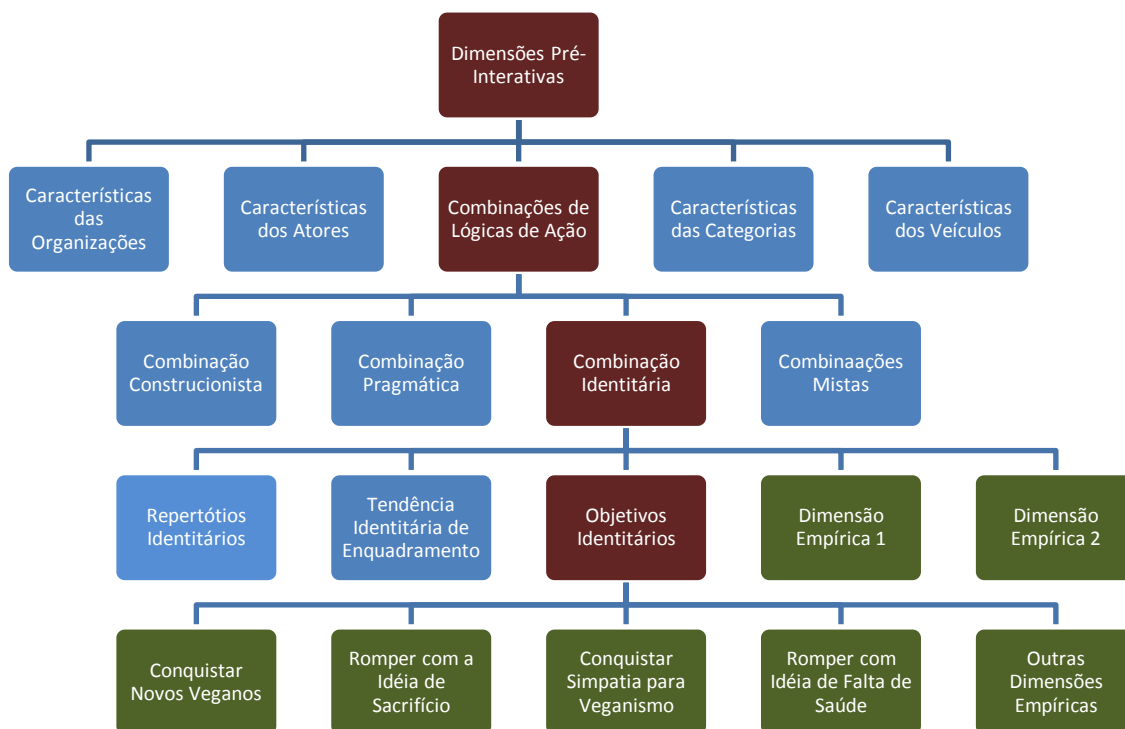
Figura 30 - “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias



Fonte: autoria própria.

É possível observar nessa figura, ainda, a presença de elementos destacados em verde na árvore. Essas são as dimensões que estão baseadas em referentes empíricos. A construção desses nós da árvore é o objetivo da segunda etapa da análise. Assim, depois de construída a árvore de categorias na qual são incluídas de forma subordinada as dimensões teóricas relevantes e aquelas dimensões que mediam as categorias mais abstratas à empiria (em vermelho e azul na figura), foi realizado um trabalho de leitura e categorização minuciosa das entrevistas a partir de novos nós construídos tendo-se como referência clara elementos empíricos encontrados no material (em verde na figura). Essas novas dimensões são inseridas, de forma subordinada, a alguma dimensão teórica já estabelecida na árvore, prioritariamente em seu nível mais “baixo”, podendo ser adicionados em outros níveis, no entanto, como mostra a “Figura 30”. Esse processo é ilustrado por meio da “Figura 31” que segue o exemplo do “ramo” dos objetivos identitários.

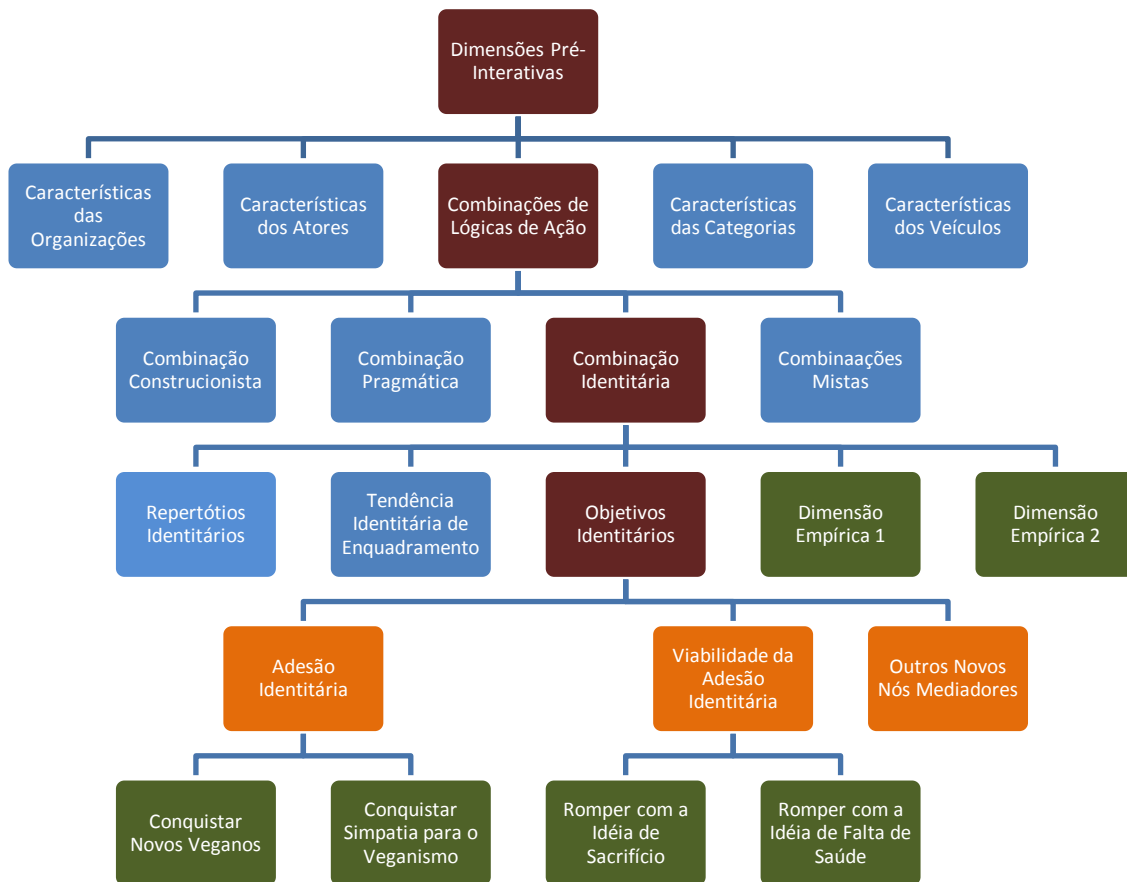
Figura 31 - Dimensões Empíricas Acopladas ao “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias



Fonte: autoria própria.

Assim, as entrevistas analisadas dão origem a esses novos nós da árvore e são, ao mesmo tempo, classificadas por meio deles na segunda etapa da análise. Em muitos casos, no entanto, depois de finalizada a categorização de todo o material empírico, as dimensões teóricas mediadoras contavam com um número muito grande de nós empíricos a ela subordinados. Nesses casos, foi necessária uma terceira etapa, a criação de mais uma camada mediadora entre o nó abstrato e o nó empírico. Isso ocorreu no caso do nó abstrato dos objetivos identitários que, ao final da categorização, comportava quarenta e um nós empíricos a ele subordinados. Novas categorias foram criadas, assim, para agrupar esses nós empíricos, tornando-os inteligíveis. Esses nós se referiam aos objetivos de: construção da identidade; busca de adesão identitária; desconstrução de estereótipos e preconceitos; construção legitimidade do ator e das práticas; demonstração da viabilidade da adesão identitária; demarcação de fronteiras da identidade; e subordinação dos objetivos construcionistas. Esses novos nós mediadores foram criados a partir de reflexões teóricas e empíricas. A “Figura 32” segue o exemplo do “ramo” dos objetivos identitários, demonstrando a criação de novas categorias mediadoras (destacadas em laranja). Apenas alguns nós empíricos e algumas novas categorias mediadoras são citadas nessa figura.

Figura 32 - Criação de Novos Nós Mediadores no “Ramo” dos Objetivos Identitários na Árvore de Categorias



Fonte: autoria própria.

Ao longo da realização dessas três etapas, o pesquisador esteve atento, ainda, à possibilidade de fusão de categorias que se sobreponham, ou de divisão de categorias que sejam excessivamente abstratas, no caso dos nós empíricos. Após a realização de todos esses procedimentos, a árvore final contendo todos os nós abstratos e empíricos, assim como a relação hierárquica entre esses elementos foi construída. Devido a sua grande dimensão, ela não é reproduzida em sua totalidade nesse trabalho. No entanto, exemplos simplificados de sua estrutura em “ramos” selecionados podem ser encontrados nos apêndices de número 6 a 14. A análise final do pesquisador consistiu em, primeiramente, selecionar partes dessa estrutura que fossem vistas como empiricamente ou teoricamente relevantes. Após essa seleção, a análise buscou interpretar e fornecer uma coerência lógica a esses trechos, processo efetuado de acordo com o suporte teórico e a experiência empírica do pesquisador, dando origem ao corpo final do texto analítico (capítulos 3 a 4 e capítulos 6 a 9).

4 NOTAS SOBRE A QUESTÃO ÉTICA

Por fim, observações a respeito de questões éticas na relação estabelecida entre pesquisadores e militantes pesquisados devem ser feitas. Primeiramente, após a elaboração da primeira versão dos capítulos analíticos, entrevistados foram convidados a ler as seções do material produzido pelo pesquisador no qual seu depoimento é utilizado como referência, ou no qual sua organização é citada e analisada. Dessa forma, ativistas e jornalistas puderam sugerir mudanças, acréscimos e retiradas na elaboração do texto, tendo-se como base a sua percepção a respeito dos fenômenos empíricos analisados e seus interesses pessoais, políticos ou profissionais. As alterações foram negociadas em conjunto com o pesquisador, no intuito de, ao mesmo tempo, preservar os interesses dos indivíduos consultados e manter o caráter científico e analítico do texto.

Ainda, ao longo do texto, os militantes e jornalistas são citados por meio de pseudônimos. Exceções a essa regra, no entanto, podem ser observadas. A primeira motivação para essa exceção é o fato de que alguns ativistas e jornalistas assinam o material publicado nos jornais e analisado nesse trabalho. Logo, não citar a autoria desse material consistiria em um problema ético ainda mais grave, o plágio. Dessa forma, com esses entrevistados foi solicitada a permissão para a utilização de seu nome verdadeiro ao longo do texto, o que foi concedido. O especialista consultado também tem seu nome exposto, na medida em que seus artigos acadêmicos são citados, perdendo-se, assim, o caráter de anonimato que o pseudônimo garantiria. Por fim, após a leitura do material final, alguns ativistas desejaram que seu nome fosse exposto no texto.

Ainda por considerações éticas, quando ativistas e jornalistas eram entrevistados o pesquisador procurou garantir ao entrevistado o seu anonimato (em casos em que isso era possível) e se colocou a disposição caso ativistas quisessem reavaliar depoimentos concedidos ao longo da entrevista ou obter maiores informações sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa. A todos os entrevistados foi solicitada autorização para a análise e uso das entrevistas na redação final do trabalho, concedida por todos, registrada em áudio e transcrita pelo pesquisador.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Descrição das Reportagens sobre o Movimento dos Direitos Animais e Temas Relacionados Encontradas por meio de Pesquisa Documental, Expostas como Estímulo nas Entrevistas com Ativistas

Data	Jornal	Manchete	Meio de Acesso	Breve Descrição
27/08/06	Correio do Povo	Protesto	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
28/08/06	Zero Hora	Contra a dor	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
01/09/06	Zero Hora	-	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre a semelhança entre o protesto ocorrido na Expointer e outras manifestações no mundo.
11/12/06	Correio do Povo	Mobilização em defesa dos animais	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre manifestação em um parque de Porto Alegre no Dia Internacional dos Direitos Animais.
20/06/07	Zero Hora	Aluno obtém na Justiça direito de não sacrificar cobaias em aula	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre vegano, militante e aluno do curso de ciências biológicas que conquistou na Justiça o direito de não participar de aulas que envolviam vivissecção.
03/09/07	Correio do Povo	-	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
04/09/07	Zero Hora	Aluno deve participar de aulas com animais	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre o vegano, militante e aluno de biologia citado anteriormente, relatando a perda da liminar que garantia seu direito de não participar de aulas envolvendo vivissecção.
03/12/07	Zero Hora	O brigue além do Brigue	Fotografia de Jornal	Reportagem especial sobre uma feira dominical em um parque da cidade de Porto Alegre no qual é citada a estande da organização SVB.
12/06/08	Zero Hora	Votação sobre fim das carroças deve ser na segunda-feira	<i>Internet</i>	Reportagem sobre a votação da lei que proíbe o uso de veículos com tração animal na cidade de Porto Alegre na Câmara Municipal. Nela relata-se que a matéria não pôde ser votada no dia anterior.
16/06/08	Zero	Câmara aprova	<i>Internet</i>	Matéria sobre a aprovação da lei que proíbe

	Hora	retirada das carroças das ruas da Capital em oito anos		o uso de veículos com tração animal na cidade de Porto Alegre na Câmara Municipal. Destaca-se a presença de uma platéia dividida entre apoiadores e contestadores do projeto.
16/08/08	Correio do Povo	Pressão pelo fim das carroças	Fotocópia de Jornal	Matéria relata que a lei que proíbe o uso de veículos com tração animal na cidade de Porto Alegre foi aprovada pela Câmara Municipal, mas ainda não foi sancionada pelo prefeito dessa cidade. É exposto um <i>outdoor</i> da organização POA Melhor.
18/08/08	Correio do Povo	Começa protesto contra Expointer	Fotografia de Jornal	Entrevista com dois militantes de direitos animais que relatam sua motivação para os protestos em frente à Expointer que seriam realizados dias depois.
01/09/08	Zero Hora	O protesto contra o abate	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
01/09/08	Correio do Povo	ONGs protestam em defesa dos animais	Fotografia de Jornal	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
11/11/09	Zero Hora	ONG impede leilão de cavalos em rua da Capital	<i>Internet</i>	A notícia relata uma decisão judicial que proíbe a Empresa Pública de Transporte coletivo de Porto Alegre de leiloar cavalos vítimas de maus-tratos por ela apreendidos.
11/11/09	Correio do Povo	ONG impede leilão de 22 cavalos	<i>Internet</i>	A notícia relata uma decisão judicial que proíbe a Empresa Pública de Transporte coletivo de Porto Alegre de leiloar cavalos vítimas de maus-tratos por ela apreendidos.
26/02/10	Zero Hora	Cavalgada do Mar provoca polêmica entre entidades de defesa dos animais.	<i>Internet</i> e Fotografia de Jornal	A notícia relata a morte de dois cavalos durante a realização de uma cavalgada anual de tradicionalistas gaúchos pelo litoral do seu estado. São expostos depoimentos de ativistas, de tradicionalistas e é relatada a existência de uma carta aberta de protesto redigida por entidades de proteção ao animal.
23/04/10	Correio do Povo	Comissão discute destino da carroça	<i>Internet</i>	A notícia relata a criação de uma comissão composta por vereadores, ONGs, Ministério Público e Brigada Militar sobre os veículos de tração animal.

11/07/10	Correio do Povo	ONG Chicote Nunca Mais ensina a respeitar cavalos	<i>Internet</i>	Reportagem relata que a ONG Chicote Nunca Mais promoveu curso de ferragem para carroceiros.
19/08/10	Correio do Povo	ONG procura tutores para cavalos de carroça	<i>Internet</i>	Reportagem relata que a ONG Chicote Nunca Mais está cadastrando tutores para os cavalos mantidos pela EPTC.
29/08/10	Zero Hora	ONG protesta na Expointer contra exploração de animais	<i>Internet</i>	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
12/09/10	Zero Hora	Gaúchos amam e maltratam os animais	Fotografia de Jornal	Artigo de uma militante de direitos animais criticando o conceito de “tradição” e defendendo os direitos animais.
21/10/10	Zero Hora	Ação contra caminhoneiro que atropelou galinhas no norte do Estado divide opiniões	<i>Internet</i>	A matéria apresenta o caso de um caminhoneiro que atropelou galinhas e sofre processo por crime ambiental. Especialistas são chamados para dar opiniões sobre o caso, entre eles, uma militante de direitos animais.
28/10/10	Zero Hora	Zoológico adia decisão sobre compra de girafas	Fotocópia de Jornal	A reportagem relata que, após a morte das duas últimas girafas de um zoológico do Rio Grande do Sul, a administração do local estava comprando outros três animais dessa espécie. A matéria descreve que ativistas de proteção animal se organizaram se opondo a essa compra, circulando um abaixo-assinado sobre o tema. Diante disto, a administração do zoológico suspendeu a compra, segundo a matéria.
02/04/11	Zero Hora	Dieta fica mais vegetariana e Sem carne no prato	Jornal Original	A matéria começa informando que uma dieta sem produtos de origem animal não traz problemas para a saúde. É apresentando na reportagem um churrasco vegano.
08/04/11	Correio do Povo	ONG recupera cavalos	<i>Internet</i>	A matéria pede doações para a ONG Chicote Nunca Mais.
05/06/11	Zero Hora	Como ser vegano na terra do churrasco	Jornal Original e <i>Internet</i>	Matéria de seis páginas relatando o cotidiano de indivíduos veganos.
05/10/11	Correio	Chicote Nunca	<i>Internet</i>	A matéria pede doações para a ONG Chicote

	do Povo	Mais Pede Apoio		Nunca Mais.
29/11/11	Correio do Povo	Chicote Nunca Mais lança materiais	<i>Internet</i>	A notícia informa sobre evento que lança materiais (como camisetas) da ONG Chicote Nunca Mais.
07/05/12	Zero Hora	Prefeitura suspende utilização de foguetes para espantar pombas em Carazinho	<i>Internet</i>	A matéria relata a proibição do uso de foguetes para espantar pombas em uma praça no município de Carazinho. Uma militante de direitos animais é entrevistada.
08/06/12	Correio do Povo	ONG mantém cavalos abrigados	<i>Internet</i>	A matéria pede doações para a ONG Chicote Nunca Mais.
27/08/12	Correio do Povo	Protesto contra maus-tratos	<i>Internet</i>	Reportagem sobre protesto em frente à Expointer.
13/02/13	Zero Hora	Fotógrafo gaúcho pode ser preso na Espanha por ecoterrorismo	<i>Internet</i>	Notícia relata a prisão de um ativista de direitos animais gaúcho que atuava na Espanha.
22/02/13	Correio do Povo	Ativistas em defesa dos golfinhos	<i>Internet</i>	Reportagem descreve protesto de ativistas de direitos animais frente à embaixada do Japão contra a morte e comercialização de golfinhos.

Apêndice 2 – Exemplo de Roteiro de Entrevista com Ativistas na Primeira Etapa de Produção de Informações Empíricas (Militante Silvana)

BLOCO 1 – SOBRE A ANDA E SEUS OBJETIVOS
1.1 História da Organização
Você poderia me contar um pouco da tua trajetória? Em que te formaste, como surgiu a questão dos direitos animais na tua vida e, principalmente, como surgiu a idéia de criar uma agência de notícias de direitos animais?
Quem foram os criadores da ANDA?
Qual é a conexão destes fundadores com organizações do movimento pelos direitos animais?
1.2 Estrutura da Organização
Quantos repórteres/colaboradores a ANDA têm? Onde eles estão? São remunerados?
Algum dos envolvidos tem dedicação exclusiva às atividades da ANDA?
Os colaboradores têm ligações (como vínculos de trabalho atuais ou anteriores) com grandes veículos de comunicação?
Como se dá a participação de ativistas de organizações do movimento pelos direitos animais na ANDA?
Como a ANDA financia suas atividades?
A ANDA cobra pelas notícias fornecidas a outros meios de comunicação?
Qual a média de notícias publicadas por dia pela ANDA?

1.3 Sucessos e Fracassos
Você citou alguns exemplos de fornecimento de notícias a veículos como Folha de São Paulo e TV Record. Que outros veículos são acessados? Quantos países?
Quais são os grandes casos de sucesso que você apontaria na atuação da ANDA? Quais as notícias/coberturas que você acha mais relevantes? Nesses casos, qual foi a importância da existência de contatos com jornalistas vinculados a grandes meios de comunicação de massa?
Quais são os casos que você apontaria como “fracassos”, nos quais a ideia inicial de intervenção da ANDA causou resultados indesejados ou inesperados?
1.4 Objetivos
Quais são os objetivos da ANDA?
Você falou em ajudar os militantes em conseguir vitórias em alguns casos. Esse ajuda mais específica é importante?
Você acha que através da ANDA as pessoas podem descobrir o que são direitos animais?
Você falou também em “formar jornalistas”, me explique melhor isso.
BLOCO 2 – FRAMES E SUA ADEQUAÇÃO IMAGINADA
Defina brevemente o que são “direitos animais” para você.
Você falou constantemente que o movimento se pauta muito por questões filosóficas. Independentemente deste “excesso” qual é a importância da filosofia para os direitos animais?
Em muitos momentos, a questão dos impactos ecológicos também vem à tona quando falamos de direitos animais, qual a importância disso para você?
As questões de saúde humana também são importantes para você?
Essas duas questões (ambiente e saúde) são vistas por muitos militantes como secundárias frente à questão animal, você concordaria com isso?
Na outra conversa, você falou que a ANDA busca entrevistar especialistas para pôr sua opinião nas reportagens, que boa parte do conteúdo é comentada, qual a importância disso?
Voltando à filosofia, observei que muitos militantes defendem seu engajamento por ela, por questões racionais, deixando de lado a emoção como critério. Você acha que a emoção é algo importante para os direitos animais?
Já ouvi algumas críticas à ANDA sobre ela publicar muitas notícias “bem-estaristas” ou “protetoras” e esquecer dos aspectos centrais dos direitos animais. Como você encara essas críticas?
É necessário/benéfico incluir esses conteúdos com enfoque diversos? Se sim, que enfoques seriam esses? Ambiente? Saúde? Emoção? Economia?
Não seria perigoso se “afastar” da questão dos direitos animais em alguns momentos?
BLOCO 3 – SOBRE A GRANDE MÍDIA
Você falou constantemente que a ANDA tenta se focar na estratégia da comunicação, ao invés das discussões filosóficas. Isso me dá a impressão de que você vê a mídia como um espaço onde a filosofia “não tem vez”, estou correto?
Você acha que a mídia receberia bem argumentos explicitamente abolicionistas? Ou seja, de que há espaço para os direitos animais na mídia? Se não há espaço, como cumprir a tarefa de falar de direitos animais?
Você acha que a grande mídia já tem critérios para lidar com as questões animais?

Se apresentar como uma agência de notícias é algo que “abre brechas” para se falar de direitos animais?

Apêndice 3 – Exemplo de Roteiro de Entrevista com Ativistas na Primeira Etapa de Produção de Informações Empíricas (Militante Nazareth)

BLOCO 1 – SOBRE A MÍDIA
Você acha que a mídia é receptiva para abordar questões relativas aos direitos animais? Se há espaço, você acha que os argumentos de direitos animais têm sido recebidos de forma favorável ao movimento? Se não há espaço, por quê?
Você acha que a mídia é receptiva para abordar questões animais como bem-estar e proteção? Se há espaço, você acha que isso auxilia ou dificulta o movimento dos direitos animais de alguma forma? Se não há espaço, por quê?
Você acha que a mídia é receptiva para abordar questões relativas ao vegetarianismo e veganismo? Se há espaço, você acha que o vegetarianismo e o veganismo têm sido recebidos de forma favorável ao movimento? Se não há espaço, por quê?
Você acha que a grande mídia já tem critérios para como lidar com as questões animais?
Vocês têm alguma estratégia para entrar em contato com a mídia, como o envio de <i>releases</i> , publicação de notícias na <i>internet</i> ou algo assim? Se sim, que tipo de informação vocês buscam incluir nesse material?
Vocês têm algum tipo de contato, um conhecido ou algo do gênero, que facilite a relação com a grande mídia gaúcha?
BLOCO 2 – SOBRE AS NOTÍCIAS
Sobre as notícias da pasta, quais delas você achou que foram grandes casos de sucesso? Ou que notícias ajudaram o movimento, no seu ponto de vista?
Sobre as notícias da pasta, quais delas você achou que foram grandes casos de fracasso? Ou que notícias não ajudaram o movimento, no seu ponto de vista?
Você destacaria alguma outra notícia que não está incluída ali?
2.1 Casos de Conflito Explícito
Você acha que, em geral, a cobertura de manifestações e casos de conflito (objeção de consciência; carroças; cavalgada do mar) foram favoráveis, neutras ou desfavoráveis ao movimento em relação a seus opositores?
2.2 Notícias sobre Manifestações
Algumas manifestações foram cobertas pela mídia (Expointer, DIDA). Como você avalia essa cobertura?
Em muitas reportagens sobre as manifestações na Expointer, a reportagem parece vincular a manifestação apenas ao consumo de carne. Você acha que isso é um problema por não ser fiel ao objetivo da manifestação?
Outras notícias já ampliam os objetivos do movimento, como a cobertura do DIDA, você as avalia de uma maneira mais positiva ou negativa?
2.3 Entrevistas Explicitamente Abolicionistas
Reparo que as manifestações de pessoas vinculadas ao GAE, em geral, são fiéis ao abolicionismo,

expondo conceitos e analisando situações através deles (como a questão do caminhoneiro e o artigo no editorial). Quais são os ganhos e perdas que você avalia que esse tipo de postura pode ter?
Você acha que essas notícias ajudaram a divulgar o que são direitos animais e a conquistar adeptos?
Você não acha que essa postura pode criar resistências da mídia ou de adversários?
Vejo que suas manifestações tentam divulgar direitos animais e/ou aplicar essa perspectiva a determinadas situações. Você acha que essa deve ser a prioridade do movimento na sua relação com a mídia?
Qual você acha que é a reação do leitor frente a este tipo de argumento?
2.4 Notícias sobre a Chicote Nunca Mais
Muitas notícias sobre a ONG Chicote Nunca Mais pedem recursos para a organização. Elas não mencionam direitos animais, mas parecem remeter a uma questão de proteção de um animal tradicionalmente valorizado. Como você avalia isso?
Você acha que esse tipo de ação pode ser eficaz para atrair recursos e parceiros eventuais?
Não seria arriscado se as manifestações do movimento seguissem apenas essa linha, podendo a mídia, no limite, não conhecer o que são direitos animais?
Muitas destas notícias parecem usar a mídia como meio de conquista de recursos os de parceiros para uma atividade específica. Isso não deve ser uma prioridade?
Qual você acha que é a reação dos leitores frente a estas notícias?
2.5 Notícias sobre Veganismo
Pelo menos duas grandes reportagens têm como foco o veganismo (Donna e Vida). Como você avalia essas reportagens?
Você acha que estas matérias podem mudar a postura dos leitores frente ao vegetarianismo? Por quê?
Reparo que a questão dos direitos animais raramente surge nessas reportagens. O vegetarianismo é ligado ao meio ambiente e à saúde humana também. Isso é um problema?
Em muitas vezes ouvi vocês falarem que era necessário deixar claro que o vegetarianismo é uma questão ética e não de saúde. Por que não adotar essa postura na mídia?
Você acha que é importante divulgar o veganismo e conseguir adeptos, mesmo que sua adesão não se dê por motivos de direitos animais?
BLOCO 3 – SOBRE O ABOLICIONISMO PRAGMÁTICO
O Princípio Animal tem adotado uma postura que chamam de “abolicionismo pragmático”. Quais são as diferenças e semelhanças que tu vês entre a atuação do Princípio Animal e do GAE?
Essa postura me parece estar muito relacionada à abordagem que o Carlos Naconecy faz dos direitos animais. Estou certo? O que você acha dessa discussão?
Como tu avalia esta postura “pragmática”? Quais são as vantagens e desvantagens?

Apêndice 4 – Exemplo de Roteiro de Entrevista com Ativistas na Segunda Etapa de Produção de Informações Empíricas (Militante Sônia)

BLOCO 1 – HISTÓRICO DO MILITANTE
Primeiramente, eu gostaria que tu me contasses um pouco sobre a tua trajetória na militância em

questões animais, como que esse engajamento começou, com quais organizações você contribuiu e etc.?
Eu gostaria que tu me dissesse brevemente pelo que você procura lutar.
Você se considera uma militante de direitos animais? Você é vegana?
Você se considera membro de algumas das organizações pelas quais você transitou ao longo desta trajetória?
Eu gostaria que você me definisse brevemente o que entende por “direitos animais” e “veganismo”.
BLOCO 2 – FRAMES E ADEQUAÇÃO IMAGINADA (PROTEÇÃO)
Minha pesquisa está, particularmente, focada na ação de organizações que militam em questões de direitos animais e de seus aliados. Porém, eu gostaria de perguntar algumas coisas sobre organizações que militam na causa da proteção de animais domésticos, como Bicho de Rua e etc. Primeiramente, como você avalia o trabalho desenvolvido por estas organizações e as idéias que estas organizações defendem?
Você acha que organizações de direitos animais e proteção animais estão “do mesmo lado” ou defendem coisas diferentes?
BLOCO 3 – HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO E DA NOTÍCIA
Eu gostaria de conversar contigo a respeito de uma notícia publicada pelo Correio do Povo sobre a Porto Alegre Melhor. Te convido a ler ela, novamente, para conversarmos sobre o assunto.
Também gostaria que tu me contasses a história deste <i>outdoor</i> da notícia. Como surgiu a idéia de fazê-lo?
Que objetivos vocês buscavam atingir com este anúncio?
Houve discussões sobre o conteúdo que teria o <i>outdoor</i> ? Se sim, quais?
Como surgiu o interesse da mídia neste anúncio?
Conte-me um pouco sobre como foi esse contato com a mídia. Por exemplo, com quem vocês entraram em contato? Como foi estabelecida a conversa, telefone, presencial, etc.?
Qual foi a impressão que você teve deste repórter? Qual você acha que era a intenção dele em publicar a matéria?
Como você achava que a notícia iria aparecer? Com destaque ou não? Dentro de algum contexto de debate ou isolada? De forma favorável ou negativa?
Mais alguém concedeu entrevistas à mídia além de você?
Nesta relação mais específica com a mídia, quais eram os principais objetivos que vocês tinham na Porto Alegre Melhor?
Você ficou feliz com o resultado final da notícia? Acha que houve muitas distorções?
Neste processo de negociação com a mídia, você imaginou a reação do leitor, se preocupou com isso? O que você esperava?
Houve algum tipo de resposta dos leitores?
BLOCO 4 – ENQUADRAMENTO E IMPACTO DO ENQUADRAMENTO
Em linhas gerais, o que você procurou dizer quando concedeu entrevista?
Vejo que a notícia da grande destaque a argumentos de proteção a um animal culturalmente valorizado, falando de “maus-tratos” e de um “símbolo gaúcho”. Essa me parece ter sido uma escolha da

organização, certo? Qual era a importância de lidar com esse tipo de argumento?
Qual você acha que é o efeito desses argumentos no jornalista?
Como você acha que o leitor recebe esses argumentos?
Como você acha que os membros do Executivo, como o prefeito e seus assessores, recebem esse tipo de argumento?
Como você acha que os carroceiros e seus aliados recebiam esse argumento?
No caso de o movimento não ter tido essa orientação, por que você acha que o jornalista deu essa ênfase?
Qual postura vocês buscaram ter em relação aos argumentos dos opositores, como os carroceiros que não desejavam a aprovação da lei? Ocultar, responder ou contrapor de alguma forma?
Como vocês acham que o jornalista recebe os argumentos dos carroceiros e seus apoiadores e a resposta de vocês a isso?
Como você acha que o leitor recebe esses argumentos?
Como você acha que os membros do Executivo, como o prefeito e seus assessores, recebem esse tipo de argumento?
Qual postura vocês buscavam que a fala tivesse sobre argumentos mais duros e gerais de direitos animais? Falar, ocultar ou contrapor? Por quê?
Qual você acha que seria o efeito desses argumentos no jornalista?
Como você acha que o leitor receberia esses argumentos?
Como você acha que os membros do Executivo, como o prefeito e seus assessores, receberiam esse tipo de argumento?
Como você acha que os carroceiros e seus aliados receberiam esse tipo de argumento?
No caso de ter falado sobre direitos animais: por que você acha que o jornalista não deu destaque a isso?

Apêndice 5 – Exemplo de Roteiro de Entrevista com Jornalistas na Segunda Etapa de Produção de Informações
Empíricas (Jornalista George)

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA DO ENTREVISTADO E INSERÇÃO INSTITUCIONAL
Primeiramente, gostaria que você me contasse um pouco da sua trajetória profissional como jornalista, onde se formou, onde trabalhou, tipos de trabalho que realizou e etc.
Qual é a sua função dentro da Zero Hora?
Eu conheço muito pouco sobre o funcionamento de um jornal. Você poderia me contar um pouco sobre como funciona um editorial e uma seção de artigos?
Nessa função, você é responsável pela seleção de pautas e artigos? Ou há alguém que lhe indica essas pautas?
As pessoas escrevem os artigos e os enviam para você, ou você que tem uma pauta e procura pessoas que possam escrever sobre o assunto?
Em relação à hierarquia do jornal, o quão “livre” você se sente para propor pautas, selecionar os articulistas e etc.?
Os artigos enviados pelos autores passam por algum tipo de modificação (como para se encaixar no

espaço restrito do jornal) e etc.? Como elas são feitas?
BLOCO 2 – TRAJETÓRIA DA NOTÍCIA
Falando sobre a questão do artigo. Você pode me contar um pouco sobre como surgiu a idéia de publicá-lo no editorial?
A escritora desse texto me contou que você já entrou em contato com ela para pedir outras contribuições ao jornal. Você se lembra como conheceu essa pessoa e a organização a que ela está vinculada?
Em que tipo de situações você procura o depoimento dela para inserir nas matérias?
Muitas vezes, os militantes parecem ter certa desconfiança ao falar com grandes veículos de comunicação. Você notou isso por parte dessa pessoa?
Ela lhe pareceu uma pessoa séria e disposta ao diálogo? Por quê?
Você se lembra de ter algum outro tipo de impressão a respeito da postura dessa militante?
BLOCO 3 – CARACTERÍSTICAS ATRIBUÍDAS AOS DIREITOS ANIMAIS
Esse artigo é escrito por uma militante do movimento pelos direitos animais. Então, eu queria te perguntar, o que são, para você, os direitos animais?
Que organizações você conhece que têm esse perfil?
Você se lembra se, depois de interagir com os ativistas, você descobriu coisas novas sobre o esse tema? Quais por exemplo?
Qual você acha que é a relação entre o movimento dos direitos animais e movimentos tradicionais como a proteção de cães e gatos?
BLOCO 4 – IMPACTO DO ENQUADRAMENTO
Nesse artigo, a autora expõe um ponto de vista bem forte defendendo os direitos animais. Assim, ela diz que não se pode apenas pensar em tratar bem alguns animais, mas sim libertar todos eles, se posicionando contra tradições locais e até mesmo contra o consumo de carne. O que você, pessoalmente, acha desses argumentos?
Você acha que esse é um argumento simpático ao leitor?
Você acha que essa é um argumento simpático à linha editorial do jornal? Haveria espaço para que matérias com esse viés aparecessem mais?
Há áreas específicas do jornal, por exemplo, que são mais apropriadas para tratar desse tema?
Outras pessoas que militam em causas animais já usam outros argumentos, como o sentimento que deveríamos ter em relação aos animais e um dever que teríamos de tratá-los bem. Alguns defendendo que devemos tratar bem todos eles e outros se restringindo um pouco mais na questão dos animais domésticos. O que você, pessoalmente, acha desses argumentos?
Você acha que esse é um argumento simpático ao leitor?
Você acha que essa é um argumento simpático à linha editorial do jornal? Haveria espaço para que matérias com esse viés aparecessem mais?
Há áreas específicas do jornal, por exemplo, que são mais apropriadas para tratar desse tema?

Apêndice 6 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Objetivos Construcionistas de Construção do Problema, Convencimento pela Ideologia e Subordinação da Lógica Pragmática

Nós Superiores	Nós Mediadores	Nós Empíricos
<p>Dimensões Pré-Interativas</p> <p>↓</p> <p>Combinações de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Combinação Construcionista de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Objetivos Construcionistas</p>	Construção do Problema	Construção do Animal como Sujeito (de direito)
		Disseminação da Crítica aos Maus-Tratos
		Disseminação da Perspectiva dos Direitos Animais
		Disseminação da Proteção como Castração e Adoção
		Inserção da Crítica aos Maus-Tratos na Imprensa
		Inserção dos Direitos Animais na Imprensa
		Vinculação ao Princípio Ético
	Convencimento pela Ideologia	Gerar Debate Público
		Gerar Reflexão Pessoal
		Rejeição à Ação pela Aceitação Imediata
		Rejeição à Entrada na Mídia de Qualquer Forma (à Visibilidade Pura)
	Crítica Social	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
	Denúncia de Problemas	Nós empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.
	Legitimidade da Ação Política	Nós empíricos (7) não reproduzidos nesse exemplo.
	Possibilidade de Avanços Intermediários	Nós empíricos (3) não reproduzidos nesse exemplo.
	Precisão da Definição do Problema (Fronteiras)	Nós empíricos (3) não reproduzidos nesse exemplo.
	Rejeição ao Bem-Estarismo	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
	Subordinação da Lógica Identitária	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
		Rejeição à Ação por Resultados (Interesses Imediatos)
	Subordinação da Lógica Pragmática	Rejeição à Ação por Resultados

<p>Dimensões Pré-Interativas</p> <p>↓</p> <p>Combinações de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Combinação Construcionista de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Objetivos Construcionistas (cont.)</p>	<p>Subordinação da Lógica Pragmática (cont.)</p>	(Recursos)
		Aceitação do Bem-Estar na Certeza da Abolição
		Apoio a Resultados Práticos se Associados à Construção
		Obtenção de Resultados Práticos pelo Convencimento
		Construção de Mudanças Práticas em Longo Prazo
		Construção de Soluções Amplas e Duradouras

Apêndice 7 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Tendência Conceitual de Enquadramento, Uso de Molduras Ideológicas em sua Forma Geral, nas Dimensões Relacionadas ao Objetivo de Crítica (Desconstrução) e Rejeição ao Uso de Molduras não-Ideológicas em sua Forma Geral.

Nós Superiores	Nós Mediadores (1)	Nós Mediadores (2)	Nós Empíricos		
<p>Dimensões Pré-Interativas</p> <p>↓</p> <p>Combinações de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Combinação Construcionista de Lógicas de Ação</p> <p>↓</p> <p>Tendência Conceitual de Enquadramento</p>	<p>Enquadramento por Moldura Ideológica</p>	<p>Forma Geral</p>	Tendência Retórica como Alternativa não Pensada		
			Centralidade de Questões Animais (em caso de Multiplicidade Temática)		
			Tendência à Exposição Ideológica		
			Tendência à Exposição Ideológica (Proteção)		
			Tendência à Produção de Enquadramentos Gerais (temas e problemas múltiplos)		
				Objetivo de Construção do Problema	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
				Objetivo de Convencimento Ideológico	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
				<p>Objetivo de Crítica (Desconstrução)</p>	Exposição Clara da Contradição Ética do Outro
					Oposição Clara à Domesticação Animal

<p style="text-align: center;">Dimensões Pré- Interativas ↓ Combinções de Lógicas de Ação ↓ Combinação Construcionista de Lógicas de Ação ↓ Tendência Conceitual de Enquadramento (cont.)</p>	Enquadramento por Moldura Ideológica (cont.)	Objetivo de Crítica (Desconstrução) (cont.)	Oposição Clara à Vivissecação
			Rejeição a Termos Especistas
		Objetivo de Denúncia	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.
		Objetivo de Demarcação de Fronteiras	Nós empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.
		Objetivo de Legitimidade Política	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
		Objetivo de Oposição ao Bem-Estar	Nós empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.
	Enquadramento por Molduras Não-Ideológicas	Forma Geral	Adaptação ao Tema, mas não à Perspectiva Ética
			Rejeição ao Uso de Fabricações e Molduras Periféricas
			Rejeição ao Uso da Emoção
		Objetivos de Convencimento pela Ideologia, Crítica e Construção do Problema	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.

Apêndice 8 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Características das Categorias, Defesa do Meio Ambiente

Nós Superiores	Nós Mediadores	Nós Empíricos
<p style="text-align: center;">Dimensões Pré-Interativas ↓ Características das Categorias ↓ Defesa do Meio Ambiente</p>	Defesa do Meio Ambiente como Fabricação	Espécie VS. Indivíduo
	Defesa do Meio Ambiente como Moldura Periférica	Impacto Ambiental das Carroças Verdadeiramente Negativo
		Meio Ambiente como Motivação Secundária para Veganismo
		Veganismo com Impactos Positivos Reais no Meio Ambiente

<p>Dimensões Pré-Interativas</p> <p>↓</p> <p>Características das Categorias</p> <p>↓</p> <p>Defesa do Meio Ambiente (cont.)</p>	Defesa do Meio Ambiente como Moldura Ideológica	Meio Ambiente como Hábitat Animal
	Defesa do Meio Ambiente como Moldura Identitária	Conexão entre Postura de Defesa do Meio Ambiente e Adoção do Veganismo
		Defesa do Meio Ambiente como Motivação Principal Válida para Adoção do Veganismo.
	Grupos Ambientalistas	Compartilhamento de Interesses
		Distinção com Militantes Abolicionistas
		Visão Limitada – Impactos Ambientais da Exploração Animal
		Visão Limitada – Falta de Preservação do Indivíduo

Apêndice 9 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Características Atribuídas à Mídia (Geral), Comprometimento com as Elites, Espaços Desiguais de Fala e Desconhecimento da Ideologia e da Identidade

Nós Superiores	Nós Mediadores (1)	Nós Mediadores (2)	Nós Empíricos
<p>Dimensões Interativas</p> <p>↓</p> <p>Características dos Interlocutores</p> <p>↓</p> <p>Características da Mídia</p> <p>↓</p> <p>Características Gerais da Mídia (nós alternativos: características do veículo ou do jornalista) (cont.)</p>	Mídia e Dinâmicas Estruturais	Comprometimento com as Elites	Comprometimento com a Elite Científica
			Comprometimento com Interesses Econômicos
			Comprometimento com Interesses Políticos
			Comprometimento com Práticas Baseadas na Exploração Animal
			Comprometimento com o Tradicionalismo
			Compromisso com as Elites não Tão Forte
			Conservadorismo da Mídia
			Orientação Mercadológica (Vender Mais)
		Espaços Desiguais de Fala	Áreas Econômicas e Rurais Sempre Tratando Animais como Produtos

<p>Dimensões Interativas</p> <p>↓</p> <p>Características dos Interlocutores</p> <p>↓</p> <p>Características da Mídia</p> <p>↓</p> <p>Características Gerais da Mídia (nós alternativos: características do veículo ou do jornalista)</p> <p>(cont.)</p>	Mídia e Dinâmicas Estruturais (cont.)	Espaços Desiguais de Fala (cont.)	Atenção a Questões Envolvendo Tradicionalismo
			Tendência a Dar Espaço ao Adversário em Notícias Abolicionistas
			Tendência à Distorção
			Tendência à Reprodução do Senso Comum
			Tendência a Ressaltar Ação Violenta de Movimentos Sociais
	Mídia e Dinâmicas Institucionais	Dinâmicas de Trabalho	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.
		Necessidade de Confiabilidade	Nós empíricos (3) não reproduzidos nesse exemplo.
		Necessidade de Conteúdo	Nó empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.
		Necessidade de Imparcialidade	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
		Necessidade de Novidade	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.
		Necessidade de Venda	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
	Questão Animal – Visão Prévia	Ideologia e Identidade – Desconhecimento	Confusão entre Direitos Animais e Outras Causas
			Desconhecimento de Direitos Animais
			Falta de Entendimento do Especismo
			Falta de Entendimento do Veganismo
		Tendência a Tratar	

<p>Dimensões Interativas</p> <p>↓</p> <p>Características dos Interlocutores</p> <p>↓</p> <p>Características da Mídia</p> <p>↓</p> <p>Características Gerais da Mídia (nós alternativos: características do veículo ou do jornalista)</p> <p>(cont.)</p>	Questão Animal – Visão Prévia (cont.)	Ideologia e Identidade – Desconhecimento (cont.)	Veganismo como Simples Estilo de Vida
		Ideologia e Identidade - Indiferença	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
		Ideologia e Identidade – Visão Negativa	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.
		Ideologia e Identidade – Visão Positiva	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.
		Outras Questões Animais – Visão Positiva	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.

Apêndice 10 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Impacto Positivo e Negativo do Enquadramento por Molduras Ideológicas no Jornalista

Nós Superiores	Nós Mediadores	Nós Empíricos
<p>Dimensões Interativas</p> <p>↓</p> <p>Impacto do Enquadramento</p> <p>↓</p> <p>Impacto do Enquadramento no Jornalista</p> <p>↓</p> <p>Impacto da Ideologia no Jornalista</p>	Impacto Negativo do Enquadramento	Abolicionismo Visto como Motivado por Pena
		Ameaça a Interesses
		Atração de Crítica por Pouca Preocupação com Problemas não Humanos
		Geração de Oposição e Apoio ao Opositor
		Incapacidade de Atrair Simpatia
		Incapacidade de Gerar Apoio Pessoal ou Mudança para Veganismo
		Incompreensão
		Movimento Visto como Radical
		Oposição do Editor
		Pouca Capacidade de Atrair Atenção
		Rejeição à Publicação
		Tendência a Conceber como

<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Impacto do Enquadramento</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Impacto do Enquadramento no Jornalista</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Impacto da Ideologia no Jornalista (cont.)</p>	Impacto Negativo do Enquadramento (cont.)	Ridículo ou Ilegítimo
	Impacto Positivo do Enquadramento	Aceitação para Publicação para Gerar Debate
		Aceitação Positiva do Jornalista
		Atração de Atenção do Jornalista
		Compreensão
Possibilidade de Gerar Reflexão		
Impacto Positivo Condicionado	Nós empíricos (8) não reproduzidos nesse exemplo.	
Impacto Neutro	Nós empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.	

Apêndice 11 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Intenções Construcionistas

Nós Superiores	Nós Empíricos
<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Intenção</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Intenções Construcionistas</p>	Conectar Veganismo à Motivação Ética
	Crítica à Cultura Especista
	Disputar Espaços com Outras Perspectivas de Defesa Animal
	Gerar Reflexão do Leitor
	Gerar Debate Público
	Inserção da Perspectiva dos Direitos Animais na Mídia
	Rejeição à Tentativa de Convencimento Ideológico do Adversário (tradicionalistas)

Apêndice 12 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Recursos e Exigências do Desempenho do Papel Jornalista

Nós Superiores	Nós Mediadores	Nós Empíricos
<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Papel Social</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Papel Jornalista</p>	Exigências do Papel Jornalista	Impossibilidade de Propor Ações Ativistas
		Impossibilidade ou Resistência a dar Depoimentos à Grande Mídia
		Necessidade de Conhecimento sobre a Lógica Jornalística
		Necessidade de Credibilidade Profissional do Jornalista
		Necessidade de Estrutura Física para Credibilidade

<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas ↓ Papel Social ↓ Papel Jornalista (cont.)</p>	Exigências do Papel Jornalista (cont.)	Necessidade de Produção de Conteúdo Próprio
		Necessidade de Quadro Amplo de Colaboradores
		Necessidade de Reunir Colaboradores Reconhecidos
	Recursos do Papel Jornalista	Acesso a Informações Privilegiadas
		Capacidade de Interferir Internamente (secretamente ou não)
		Conhecimento das “Regras do Jogo”
		Legitimidade do Jornalista Perante o Público e as Autoridades
		Possibilidade de Diálogo com a Grande Mídia

Apêndice 13 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Situação de Fala no Editorial ou na Seção de Artigos de um Jornal

Nós Superiores	Nós Empíricos
<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas ↓ Situação de Fala ↓ Situação de Fala no Editorial ou na Seção de Artigos de um Jornal</p>	Articulista Comanda o Produto Final
	Assuntos Ligados à Pauta do Jornal
	Busca Eventual pelo Contraponto
	Debate Pouco Qualificado (em comparação a outras arenas)
	Discussões Devem Interessar o Leitor
	Falta de Preocupação com Fontes Acadêmicas
	Local Propício para Gerar Debates Públicos (Polêmica)
	Local Propício para Opiniões (em oposição às notícias)
	Local Propício para Questionamentos Culturais
	Necessidade de Rotatividade Temática
	Possibilidade de Afastamento da Pauta
	Necessidade de Uso de Argumentos Racionais (em oposição à emoção)
Valorização de Fontes Acadêmicas	

Apêndice 14 – Exemplo de Estrutura da Árvore de Nós: Enquadramento por Molduras Identitárias em sua Forma Geral e em suas Dimensões Relacionadas aos Objetivos de Adesão à Identidade e de Construção da Identidade

Nós Superiores	Nós Mediadores	Nós Empíricos
<p style="text-align: center;">Dimensões Interativas ↓ Enquadramento Interpretativo ↓ Enquadramento por Molduras Identitárias</p>	Forma Geral	Condução do Enquadramento de Acordo com Estímulos
		Enquadramento Ideológico em Segundo Plano
		Falta de Necessidade de Exposição Ideológica por Falta de Estímulos
		Rejeição ao Uso de Fabricações
	Objetivo de Adesão à Identidade	Auto-Descrição Positiva
		Conexão do Veganismo a Outras Reflexões não Obrigatórias ao Veganismo
		Descrição de Hábitos Veganos Valorizados pelo Ator
		Rejeição ao Uso Acusatório do Veganismo
	Objetivo de Construção da Identidade	Descrição do Tornar-se Vegano
		Descrição dos Hábitos Veganos como um Todo
		Descrição dos Hábitos Veganos Pessoais
	Objetivo de Desconstrução de Estereótipos e Preconceitos	Nós empíricos (2) não reproduzidos nesse exemplo.
	Objetivo de Demarcação de Fronteiras da Identidade	Nós empírico (1) não reproduzido nesse exemplo.
Objetivo de Garantia da Legitimidade da Identidade e das Práticas	Nós empíricos (4) não reproduzidos nesse exemplo.	
Objetivo de Demonstração da Viabilidade da Adesão	Nós empíricos (9) não reproduzidos nesse exemplo.	

ANEXOS

Anexo 1 – Reprodução Parcial da Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco” (Capa)



Fonte: LUZ, 2011.

Anexo 2 – Reprodução Parcial da Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco” (Página 10)



capa

Adriana Franciosi

tornou-se vegana há pouco mais de um ano e possui um blog sobre produtos e cosméticos livres de substâncias de origem animal

10 DONNA ZH 5 DE JUNHO DE 2011

ZERO HORA

Fonte: LUZ, 2011.

Como ser vegano na terra do churrasco

O veganismo pode ser considerado uma **filosofia de vida**: seus adeptos não consomem produtos que tenham origem animal ou que sejam resultado da exploração de alguma espécie

LORAINÉ LUZ
ESPECIAL

36 anos, é lacto-vegetariana há sete anos e tornou-se vegana há pouco mais de um. Possui um blog – o Vegan Beauty – sobre cosméticos, produtos de beleza e moda livres de substâncias de origem animal e cuja marca não realiza testes em animais. O marido de

se mantém lacto-vegetariano e se desloca de bicicleta em Porto Alegre. Moradores do bairro Floresta, fazem passeios a pé regulares (para jantar na Cidade Baixa, por exemplo). Na casa deles, entra a menor quantidade possível de industrializados, e a decoração, recentemente renovada, tem móveis comprados em briques ou feitos em MDF e reciclados – que ela mesma customizou. Seu mais recente sonho de consumo? Um minhocário, para que possa reciclar o próprio lixo orgânico, transformá-lo em adubo para outros fins ou mesmo vender.

As poucas informações sobre a vida da permitem algumas pistas sobre aspectos importantes do veganismo (ou do seu atual estágio por aqui), um modo de vida vegetariano que vai além das escolhas alimentares. Os veganos não compactuam com nenhuma forma de exploração animal, são os vegetarianos mais estritos.

AS PISTAS:

Os veganos estão bastante organizados e ativos. E, para isso, contam com uma grande aliada: a internet. Se antes as dicas sobre onde e o que comer ou comprar eram compartilhadas na boca a boca (ou e-mails restritos), agora estão amplamente divulgadas em blogs, sites, comunidades, todos atualizados de forma regular. A própria ideia colaborativa da web tem tudo a ver com a proposta sustentável e democrática que está no cerne da motivação vegana.

Cosméticos, esmalte, xampus, pasta de dente, coletor menstrual (oi?)... sim, a variedade de produtos com uma proposta mais sustentável, não-poluente, consciente, “animal friendly” surpreende.

vem de uma família vegetariana. Esse fato ajudou na transição para o veganismo. O entorno influencia, não tem jeito. Quem virou vegetariano/vegano no meio de uma família ou de um círculo de amigos que jamais questionou o churrasco do final de semana ou o uso indiscriminado do plástico enfrentou dificuldades, você verá nesta reportagem.

A decisão de abrir mão de todo tipo de carne não vem sozinha. Em nome da coerência, outros questionamentos batem na portinha da consciência, uma hora ou outra. Entre vegetarianos, muita

gente usa a bicicleta como meio de transporte.

O mesmo vale para outros problemas entendidos como grupais cuja culpa não tem uma cara ou um único endereço, é de todos: além da poluição e do maltrato de animais, o destino do lixo também é um desafio com o qual os vegan se sentem comprometidos. Por isso, a planeja um minhocário para sua casa. Faz sentido não causar dor aos animais mas maltratar o ambiente? Não.

A Cidade Baixa não é uma escolha por acaso nos passeios do casal. Com o Bom Fim e o Centro, é o bairro que concentra a maior parte das opções vegetarianas da Capital.

Você não é vegetariano mas se identificou ou simpatizou com as atitudes da certo? Tornar-se um consumidor mais consciente tem mais do que o charme dos movimentos alternativos. É uma necessidade do planeta. Comedores de carne ou não, com isso é difícil discordar. O ponto é até onde se consegue ir quando o assunto é migrar para hábitos mais sustentáveis. Mesmo que a filosofia vegana esteja fora de questão para você, deixe-se inspirar pela determinação desse pessoal. Pelo o que eles contaram aqui, a mudança não precisa ser radical. Pode vir aos poucos.

Táticas de sobrevivência

Experientes veganos contam o que fazem diante uma saia-justa

PIADINHAS: para quem demonstra interesse genuíno pelas motivações vegetarianas, param e explicam. Com quem só quer brincar, zoar, o melhor é entrar na brincadeira também. Frase-sugestão: “Sim, minha força vem do alface”.

CHURRASCARIA OU RESTAURANTES NÃO VEGETARIANOS: em geral, os bufês salvam, mas abordagem é tudo. Você vai precisar saber com o quê foi feito o feijão, por exemplo. Confira com o garçon, evitando tom

de reclamação. Vá à cozinha, fale com quem fez o prato. São pessoas que em geral gostam de falar de seu trabalho.

QUANDO NÃO DÁ PARA CONFIAR: apele. Quando está sem paciência para explicações, ou sem tempo, diga que é problema de saúde. Que é intolerante à lactose, por exemplo. Frase-sugestão: “Se tiver ovo, eu vou morrer asfixiado”.

EVENTOS SOCIAIS EM QUE O CARDÁPIO PODE TER SÓ OPÇÕES ONÍVORAS: nesse caso, não tem jeito. Coma antes de sair de casa.

Mercado em expansão

O movimento no circuito gastronômico vegetariano de Porto Alegre dá mostras de que esse público vem crescendo.

Há 10 anos, não havia mais que meia dúzia de restaurantes ditos vegetarianos. Hoje já são mais de 20 – conta

34 anos, coordenador da Sociedade Vegetariana Brasileira – SVB, Porto Alegre.

Desses 20, cinco são veganos. Antes de 2005, não havia qualquer restaurante vegano na cidade. A variedade de produtos aumentou em lojas de produtos naturais ou mesmo em supermercados “normais”: salsichas de soja, hambúrguers, mortadela, almôndegas e outros. Mesmo as marcas que vendem produtos de origem animal estão oferecendo opções veganas. Se causam um dilema ético para os veganos ou não, o fato é que perceberam haver demanda. Restaurantes ovo-lacto-vegetarianos tem dias veganos, e até algumas lanchonetes já

oferecem opções nessa linha. Pesquisas nos sites revelam que em Porto Alegre já tem sorvete vegano, xis, docinhos e salgadinhos, pizzas e até cachorro quente. Detalhe: os proprietários do negócio não são necessariamente veganos, mas perceberam interesse dos consumidores.

Nada comparado com países mais desenvolvidos, como conta que passa uma temporada em Vancouver, no Canadá:

O número de restaurantes vegetarianos e veganos aqui é praticamente igual aos outros. Os locais onívoros oferecem sempre uma boa opção vegetariana. Em quase todas as carrocinhas de cachorro-quente na rua, há um “veggie-dog”, com salsicha vegetal. Na Starbucks, a mais popular rede de cafeterias, tem leite de soja para fazer cappuccino ou chocolate quente. Não posso reclamar.

SEGUIE

ZERO HORA

5 DE JUNHO DE 2011 DONNA ZH 11

Anexo 4 – Reprodução Parcial da Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco” (Página 12)



Fonte: LUZ, 2011.

Anexo 5 – Reprodução Parcial da Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco” (Página 13)

Sempre haverá opções para quem tiver determinação

Cada um no seu tempo. É assim que o [redacted] 29 anos, explica como tem administrado suas decisões à mesa e de consumo.

– As pessoas já têm dificuldade de entender os vegetarianos, que dirá os veganos. Sempre tem alguma piada, e em geral que já escutamos mais de uma vez. Na minha primeira tentativa, eu era muito novo, muito radical e raramente ia a eventos com cardápio normal – conta. – Sem embasamento e sem conhecimento tudo vira um discurso vazio. Pretendo seguir o vegetarianismo até que as coisas se tornem mais concretas para mim.

Enquanto isso, deixa o mundo mais saboroso com os seus sushis – que ele chama de “democráticos”, já que todos podem comer. [redacted] faz sushis vegetarianos em Porto Alegre – e revela, com isso, uma outra faceta desse mundo vegano: é comum encontrar quem, se negando a abrir mão do sabor ou fugindo da ditadura da proteína de soja, passou a se aventurar na cozinha (conquistando, inclusive, o paladar dos amigos onívoros). Receitas veganas não faltam – basta um Google para comprovar.

O chef vegano [redacted] 30 anos, foi um deles: – Eu sou vegano, mas

não sou natureba – avisa.

[redacted] um ex-fã de picanha, do bife com gordurinha, do bacon e da calabresa, gosta de comida com sabor e garante que não vai ser visto só na saladinha. Arroz de carreteiro vegano? Churrasco vegano? Sim, ele sabe fazer. Fez curso e tudo mais. Já vegano, teve de ficar firme nas aulas sobre carnes e derivados. Apesar de uma brincadeira ou outra, ganhou o respeito da turma, que nunca o viu fazendo discursos ativistas. [redacted] tem conquistado simpatizantes para a causa pelo estômago mesmo.

[redacted] e [redacted] pilotam a cozinha do Bonobo, um café completamente vegano na Cidade Baixa. Lá, tem vezes em que, se chegar de bicicleta, ganha desconto. O [redacted] nem precisa, mas ele não dispensa as magrelas. Não sabia o que era carro nem quando morou em São Paulo. As idas até Mercado Público – onde os veganos podem se esbaldar nas compras de grãos e condimentos, itens fundamentais – são feitas com ela.

Outra que para seguir sua vida vegana precisou arregaçar as mangas foi a [redacted] 26 anos. Vegana desde os 18 anos, ela e o marido, vegano também, viraram referência. – Sou vegetariana desde os 16 anos. Me casei aos 19. Não tinha nada na



[redacted] chef do Bonobo, utiliza a bicicleta para abastecer no Mercado Público a cozinha do café, na Cidade Baixa

época. A gente se obrigou a fazer – relembra, fazendo nascer em Novo Hamburgo o restaurante Veg & Tal, único vegano do Vale do Sinos há quatro anos.

[redacted] está afastada do restaurante e das receitas. É que acabou de ganhar nenê: [redacted] de dois meses. Uma gestação vegana que provocou a desconfiança dos médicos. Achavam que, pela dieta da mãe, o garoto poderia nascer magrinho. Nada disso:

3,7 quilos.

– Não tive anemia, suplenentei ferro a partir do sexto mês e não precisei suplementar ácido fólico. Meu leite é muito bom, e o [redacted] está com sete quilos.

No enxoval, poucos ajustes. Avisou a família sobre marcas ideais para sabonetes e afins, lava as roupas dele com sabão de côco e prefere algodão e água na hora da higiene. Fraldas de pano? Tentou, mas as des-

cartáveis venceram. O aniversário de 1 aninho? Está garantido com produtos veganos, basta encontrar quem faça, com confiança (e já tem sim! Salgadinho, negrinho, bolo, salsicha... tudo vegano). [redacted] e o marido estão convictos: o bebê será criado vegano.

– Pelo menos até os 18 anos – diz ela. –Vai ser natural, somos uma família vegana.

SEGUE

ZERO HORA

5 DE JUNHO DE 2011 DONNA ZH 13

Anexo 6 – Reprodução Parcial da Reportagem “Como ser Vegano na Terra do Churrasco” (Página 14)

capa



14 DONNA ZH 5 DE JUNHO DE 2011

domma ONLINE

Conheça a lista de compras do gerente de negócios Marcelo Nunes, vegano há cinco anos, conheça os locais onde comprar produtos veganos e os restaurantes que servem este tipo de comida em www.donna.zerohora.com.br

Vegano há seis anos, o publicitário  está convicto da opção: “Sou muito orgulhoso das minhas escolhas”, diz

Fonte: LUZ, 2011.

Limite tênue entre a filosofia e o ativismo crente

Na casa do [redacted], o único produto com origem animal que entra é a ração das gatas Domitila e Consuela, pegas na rua (veganos não compram nem vendem animais e jamais convida um para ir a um circo que faça dos bichos uma atração). Isso porque [redacted] ainda não encontrou um substituto vegetariano para elas. Assim que puder, fará a mudança.

O [redacted] é ciclista. Para ele, que já morou em São Paulo e mesmo lá deu um jeito de se deslocar de maneira alternativa, carro em Porto Alegre não faz sentido algum. A [redacted] 50

anos, também virou ciclista. “Não veria sentido em me alimentar, e vestir de forma a considerar os interesses dos animais e descuidar destas outras dimensões”, explica ela.

Viver de acordo com a filosofia vegana é se tornar responsável por mais e mais decisões de consumo.

“Tem uma questão que é ser ativista ou não. O problema é quando cai num estereótipo de crente, uma abordagem que pode afastar as pessoas. Eu prefiro convencer de outra forma. As pessoas que convivem comigo têm certeza de que sou feliz vegano. Sou muito

orgulhoso das minhas escolhas”, explica [redacted].

O vegano [redacted] conta: “Não uso roupas de couro nem de lã; compro minhas roupas em lojas dos shoppings da Grande Porto Alegre sem problemas. Tinha até pouco tempo um par de sapatos, uma carteira e um cinto de couro que doei para campanha do agasalho”. [redacted] segue convicto e mudaria mais coisas na sua vida: ainda anda de carro a gasolina, em função do trabalho, mas se tivesse uma opção barata de um carro sustentável, como elétrico ou híbrido, trocaria.

“O melhor de tudo foi perceber uma mudança positiva na minha forma de consumir. Hoje entendo muito mais o mundo que me cerca, me sinto uma pessoa muito melhor para o mundo.”

30 anos, publicitário, vegano há seis anos

“Sou a prova de que qualquer um pode se tornar vegetariano. Eu era um comedor de carne inveterado. Toda refeição tinha que ter carne e toda festa tinha que ter churrasco. Não é que eu não goste de carne, simplesmente acho que o preço para os animais é alto demais, então, prefiro não comer.”

34 anos, tradutor e revisor, vegano há sete anos

“No geral, você se torna um consumidor mais consciente e não desperdiça tanto. Compra produtos que não impactam no meio ambiente. Talvez, na ponta do lápis, os custos da alimentação normal e da vegana sejam equivalentes.”

38 anos, gerente de negócios de TI, vegano há cinco anos

Selo em pauta

Com data de 2009, já existe um projeto de lei tramitando no Senado que propõe a criação de um selo vegano nos produtos (www.rotulagemvegana.com). A ideia é que o consumidor esteja ciente de que está consumindo uma marca que faz testes dolorosos em animais ou que usa componentes de origem animal.

O desconhecimento foi a aposta da [redacted] ao criar um blog que defende a causa.

– Muitas pessoas consomem os produtos e não sabem que aqueles produtos são testados em animais. Veja bem: em cães e gatos também, e esta informação é uma das que mais as choca – alerta.

Não falta proteína?

Segundo [redacted] médico coordenador do Departamento de Medicina e Nutrição da Sociedade Vegetariana Brasileira, a dieta vegetariana, quando bem planejada, é segura. É possível atingir a necessidade energética diária de proteínas com alimentos de origem vegetal (principalmente grãos) e, assim, todos os aminoácidos essenciais são supridos. É aconselhável consultar um profissional da nutrição para fazer a transição.

■ **A DICA DOS VEGANOS ENTREVISTADOS:** Nunca abra mão do mais brasileiro dos

combos: arroz (de preferência, integral) com feijão (ou com lentilha, ou grão de bico). A combinação desses grãos é a ideal.

■ **SUPLEMENTAÇÃO DE B12:** Os níveis de B12 (vitamina advinda de alimentos de origem animal) requerem atenção. Há veganos que optam pela suplementação. Mas isso não quer dizer que onívoros também não apresentem déficit de B12. A saúde de uma pessoa está relacionada a um conjunto de hábitos e fatores, não somente à alimentação.

Entenda cada vegetariano

Vegetarianos não comem nenhum tipo de carne animal. “Nem frango nem peixe?”, é a pergunta que mais ouvem. “Não, nem”.

■ **LACTO-VEGETARIANO** – Come alimentos de origem vegetal, leite e derivados.

■ **VEGETARIANO ESTRITO** – Não come produtos de origem animal. Também não come, ou não deveria comer, caldos de carne, gelatinas, queijos feitos com coalho animal, salgadinhos feitos com banha etc.

Tipos de vegetarianos

■ **OVO-LACTO-VEGETARIANO** – Come alimentos de origem vegetal, ovos, leite e derivados.

■ **OVO-VEGETARIANO** – Come alimentos de origem vegetal e ovos.

■ **VEGANO** – É o vegetariano estrito. Não usa roupas, calçados ou qualquer outro produto de origem animal.